ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA

PSICOLOGIA E SISTEMA PENITENCIÁRIO:
cartografando as atuações da(o)s psicóloga(o)s em uma “instituição total”

ASSIS
2016

ANDRÉ MASAO PERES TOKUDA

PSICOLOGIA E SISTEMA PENITENCIÁRIO:
cartografando as atuações da(o)s psicóloga(o)s em uma "instituição total"

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área do conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Dr. Wiliam Siqueira Peres

ASSIS
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

Tokuda, André Masao Peres
T646p Psicologia e sistema penitenciário: cartografando as atuações da(o)s psicóloga(o)s em uma instituição total / André Masao Peres Tokuda.- Assis, 2016.
376 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr Wiliam Siqueira Peres

1. Psicologia social. 2. Prisões - Aspectos psicológicos. 3. Teoria queer. 4. Direito - Aspectos psicológicos. 5. Psicologia aplicada. I. Título.

CDD 365.3

Dedico a meu pai, minha mãe, minha irmã e meu cunhado que sempre me apoiaram e foram à base forte, em todos os momentos, para que pudesse alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todos os deuses e todas as deusas que me acompanharam, dançando, cantando e de todas as formas em meus pensamentos e orações.

A CAPES pelo financiamento desta pesquisa pelo período de um ano.

Aos funcionários e as funcionárias, colegas e professore(a)s da Pós-Graduação em Psicologia da UNESP/Assis; por sempre terem sido muito solícito(a)s quando precisei e contribuírem com discussões de temas que fizeram parte dessa pesquisa.

A todos e todas participantes dessa pesquisa, sem dúvida pessoas que estão/estavam no dia a dia enfrentando muitas das situações que buscamos ao longo desse trabalho discutir, para que possamos ter uma profissão mais problematizadora e potencializadora. A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), pela autorização para que a pesquisa fosse possível.

Ao professor Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, que contribuiu muito para que essa dissertação pudesse ser feita de forma atual e problematizadora.

A todos e todas que fizeram e fazem parte do Grupo de Estudo e Pesquisa de Sexualidades (GEPS), pelas diversas discussões e potencializações, em especial a Danielle Barreto, Fernando Teixeira-Filho, Rogério, Adriana, Anna Paula, Aline, Fábio, Danielly, Camila, Dirceu, Deborah e Bárbara Beber (agregadas), que problematizam a vida, seja na academia, no bar, na rua e em seus modos de viver.

Ao professor e amigo Leonardo Lemos, pelas boas discussões, conversas e aprendizados ao longo desses anos, os quais me fizeram ter um posicionamento político que possa produzir alegrias e emponderamentos, e por todas as considerações que só enriqueceram essa dissertação.

Ao meu orientador, supervisor e sempre amigo, Wiliam Siqueira Peres, a quem devo não só meu mestrado, iniciação científica e formação acadêmica, mas todas as mudanças de perspectivas e olhares sobre a Psicologia e as vidas, obrigado por me ajudar a ser profissional e pessoa mais política e problematizadora.

Ao meu grande parceiro acadêmico, na graduação, pós-graduação, em discussões, delírios e escritas, mas, sobretudo, um amigo a quem devo muitas das mudanças de olhares, alegrias no coração e sorrisos no rosto, irei sempre te agradecer menino Andrêo (Caio Andrêo).

A cada desânimo, tristeza, raiva e todos os sentimentos e sensações possíveis você esteve comigo Zé (José Paulo Diniz), quase quatro anos morando juntos não terminariam com o fim da graduação, obrigado por ser o apoio e a pessoa por de trás do telefone em meus diversos momentos.

Ao meu irmão caçula de coração, Guilherme Teles Marques Florêncio Alves (Gui), por sempre estar disponível e disposto (mesmo com suas chatices) a estar do meu lado, seja em festas, em minhas apresentações, que tinham as mesmas piadas, e nas horas de conversar sobre a vida. Ao meu irmão de graduação, José Eduardo (Du), que sempre comemora minhas conquistas mais do que eu às vezes e por ter o coração cheio de alegrias e carinhos. A República Touché (Alan, Pingado, Gui e Rodrigo), por me receber com alegria e disposição para boas conversas, não importando o assunto.

A minha amiga e parceira desde a segunda série, Evelyn Yamashita Biasi, quem sempre acreditou e incentivou nas minhas lutas, obrigado por estar comigo a cada passo, seja em sorrisos tristes e alegres, ou em choros e mensagens de cansaço, pode ter certeza que o tempo passa, mas você vem junto. A meus amigos e minhas amigas de Adamantina, que sempre estiveram e estarão torcendo por mim e comemorando a cada conquista, Ricardo, Fernando, Desca, Roni, Tati e Ana.

A Bárbara Milhomem Crivelini, por ter me acompanhado em algumas viagens ao longo dessa pesquisa, ter revisado muitos dos meus textos, trabalhos e artigos, pelas chatices e cobranças para que pudesse ser eu e principalmente por ter sido a calma e alegria em meus momentos de angustias e ansiedades, obrigado por ser a Bonitinha. A República Tcheca (Ba, Belinha, Thais e Lara) por em alguns meses me abrigar e sorrisos a cada (re)encontro.

Não poderia deixar de agradecer a quem me abrigou, cuidou e deu todo carinho do mundo na minha volta para Assis, Luiz, Ian e Alison, pelos conselhos, jogos, churrascos, conversas sobre esportes, a incrível amizade que compartilhamos e por me aceitarem com as minhas chatices e modo de ser. A República Arca de Noé (Pedrão,

Camila, Caio, Deborah, Luiz, Ian, Bixo, Milla e Nic) por em qualquer momento estar com as portas e coração aberto a me receber.

A todos meus familiares, que sempre estão torcendo por mim, em especial a minha tinha Marilza, com quem tenho a liberdade e o carinho para tomar uma cerveja e conversar sobre todos os atravessamentos que nos passam, minha tia Vilma, a quem me inspiro para ter determinação e forças para sempre continuar e minhas avós (*in memorian*) pela força que sempre tiveram e passaram para todo(a)s nós.

A minha irmã e amiga, Josiane Peres Tokuda Kuboki, por todo apoio, carinho, preocupação e bons pensamentos, quem sempre esteve e estará ao meu lado e pela qual tenho todo amor e desejos de alegrias. Ao meu cunhado Sérgio Ituo, por sempre estar presente e pela preocupação comigo e toda minha família.

A minha mãe e ao meu pai não caberiam todas as palavras de agradecimentos que tenho, sei o quanto lutaram e lutam, as dores, tristezas, cansaços e saudades que tiveram, e muitas vezes esconderam, para que eu pudesse conseguir tudo o que desejava e almejava, espero que a cada dia possa de alguma forma retribuir cada sorriso e alegrias que tive, pois foram graças a vocês, obrigado e eu amo vocês.

Meu muito obrigado a todos e todas que de alguma forma contribuíram para que essa dissertação pudesse ser construída.

TOKUDA, André Masao Peres. **Psicologia e sistema penitenciário:** cartografando as atuações da(o)s psicóloga(o)s em uma "instituição total". 2016. 376 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2016.

RESUMO

Através de revisão bibliográfica pode-se colocar que após 50 anos da regulamentação da Psicologia, como profissão, ainda é difícil encontrar bibliografias que tenham como tema a Psicologia Jurídica; essa invisibilidade se justifica, também, devido à quase inexistência no Brasil de disciplinas nos cursos de graduação que tenham como foco tal área, ou seja, existem poucas problematizações sobre este campo na área acadêmica e entre o(a)s profissionais. Neste trabalho cartografamos as atuações e histórias de treze psicólogo(a)s que trabalham (trabalhavam) nas penitenciárias do estado de São Paulo. Orientamo-nos para realização desta pesquisa pelo método cartográfico que correspondeu à exigência, dialogando com saberes que de modo complementar favoreciam variações; vale ressaltar que a cartografia é um método idealizado por geógrafo(a)s e utilizado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. Com isso, pôde-se traçar diversas linhas e formas de atuações que atravessam (atravessavam) essas pessoas no dia a dia de trabalho nas unidades penitenciárias, traçando que cada psicólogo(a) foi construindo sua maneira de atuar ao longo de suas vivências, alguns(algumas) tornando-se mais problematizadore(a)s de suas realidades e outro(a)s se mantendo como realizadore(a)s de exames criminológicos, os quais pudemos mapear como principal função instituída a Psicologia e acabam por minar outras possíveis atuações, como trabalhos com grupos e atendimento psicológicos. Discute-se assim, neste trabalho, que há a naturalização do(a) psicólogo(a) como avaliador(a), no entanto existem linhas de fugas possíveis, como apontadas por alguns(algumas) participantes, através da realização de grupos que discutem com as pessoas que estão presas a realidade em que vivem e as diversas possibilidades de modos de viver. Através dessas cartografias acreditamos que ainda é necessário mais discussões sobre essa área da Psicologia, devido, principalmente, ainda estar ligada a realização de exames criminológicos, que acabam por definir vidas, cabendo aos(as) psicólogo(a)s problematizar como atuar de forma potencializadora e contra as biopolíticas que regulam e excluem pessoas selecionadas, uma atuação que prime pela defesa dos direitos humanos e valorização das vidas.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica. Psicologia penitenciária. Cartografia. Estudos *queer*. Estudos de gêneros.

TOKUDA, André Masao Peres Tokuda. **Psychology and prison system:** mapping psychologist functions/duties in a “total institution”. 2016. 376 f. Dissertation (Masters Degree in Psychology). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2016.

ABSTRACT

Through literature review we can put that after 50 years of regulation of Psychology as a profession, it is still difficult to find bibliographies which have as their theme the area of Legal Psychology; this invisibility is justified due to the almost absence in Brazil of disciplines in undergraduate courses that has how center this theme, in other words, there are scarce discussions found on this research field in the academic area and among professionals. In this paper we started mapping the actions and stories of thirteen psychologists who work (worked) in the penitentiaries of the state of São Paulo. We were guided to this research by mapping method which corresponded to the requirement, dialoguing with knowledge that a complementary mode favoring variations; it is noteworthy that cartography is a method devised by geographers and used by philosophers Gilles Deleuze and Felix Guattari. Thus, it was possible to draw different lines and shapes of actions that cross (crossing) these people on a daily basis in the penitentiaries units, tracing every psychologist it was building his way of acting throughout their experiences, some becoming more discussants of their situations and others remaining as makers of the criminological examination, which is the main function established the psychology and end up undermining other possible actions, such as working with groups and psychological care. We discussed as well in this paper that there is a naturalization of the psychologist as value, however there are escape lines possible, as pointed out by some participants, through realization of groups that discussing with the people who are trapped reality in which they live and the various possibilities for ways of living. Through these mappings we believe it is still necessary many discussions on this area of the Psychology, principally due still is connected to carrying out of the criminological examination, should the profession discuss how to act of mode potentiating and against the biopolitics that regulate and exclude selected people, an acting that prime the defense of human rights and appreciation of life.

Keywords: Legal Psychology. Penitentiary psychology. Mapping. Queer studies. Studies of gender.

SUMÁRIO

1. NOSSA ENTRADA NO MUNDO NO QUAL AS VIGILÂNCIAS SÃO REAIS E PERCEPTÍVEIS 12
1.1 COMO ENTRAR NESSE MUNDO PARA MAPEÁ-LO 20

2. TRAÇANDO UMA CARTOGRAFIA SOBRE A METODOLOGIA E NOSSA TEORIA 23
2.1 MAPEANDO OS ESTUDOS/POLÍTICAS/DISCURSOS QUEER COMO AUXILIAR PARA PROBLEMATIZAÇÕES EM UMA PERSPECTIVA DAS CARTOGRAFIAS 30
2.2 DIÁRIO DE BORDO 39

3. OBJETIVOS 46

4. SOBRE O SURGIMENTO DAS GIGANTES INSTITUIÇÕES DE CONCRETO **47**
4.1 DOS SUPLÍCIOS ÀS PRISÕES 47
4.2 PENITENCIÁRIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO 58
4.3 O ENCARCERAMENTO DO(A)S ESCOLHIDO(A)S 66

5. E A PSICOLOGIA? **71**
5.1 A PSICOLOGIA 71
5.1.1 Psicologia Jurídica 74
5.1.1.1 Psicologias Penitenciária 79
5.2 PSICOLOGIAS UTILIZADAS COMO BUSCA PELA VERDADE 89

6. CONHECENDO O(A)S MÚLTIPLO(A)S PSICÓLOGO(A)S QUE ATUAM EM PENITENCIÁRIAS DE REGIME FECHADO MASCULINAS 98
6.1 FREVO 99
6.2 MARACATU 105
6.3 FORRÓ 106
6.4 BAIÃO 109
6.5 ROCK AND ROLL 111
6.6 SAMBA 115
6.7 SERTANEJA 118
6.8 RAP 123
6.9 POP 126
6.10 FUNK 130
6.11 SOUL 133
6.12 REGGAE 135
6.13 PAGODE 138

7. LINHAS POSSÍVEIS DE PROBLEMATIZAÇÕES **141**

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS **195**

REFERÊNCIAS **204**

APÊNDICE **216**

ANEXOS 220

Anexo I: PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – UNESP/CAMPUS DE ASSIS 220

Anexo II: PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO 223

Anexo III: Frevo 226

Anexo IV: Maracatu 248

Anexo V: Forró 252

Anexo VI: Baião 264

Anexo VII: Rock and Roll 269

Anexo VIII: Samba 281

Anexo IX: Sertaneja 294

Anexo X: Rap 323

Anexo XI: Pop 330

Anexo XII: Funk 342

Anexo XIII: Soul 353

Anexo XIV: Reggae 364

Anexo XV: Pagode 371

1. NOSSA ENTRADA NO MUNDO NO QUAL AS VIGILÂNCIAS SÃO REAIS E PERCEPTÍVEIS

O interesse por este tema surgiu após nosso primeiro contato com uma penitenciária, que foi através de oportunidade disponibilizada pela Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP/SP), que ofertou estágio extracurricular a graduando(a)s de Psicologia e Serviço Social dentro de seu território. Após seleção do(a)s candidato(a)s, fomos designado(a)s para a Penitenciária de Regime Fechado e Anexo de Detenção Provisória (ADP) da cidade Assis/SP, de fevereiro de 2010 a dezembro de 2011, que abrigava cerca de mil e cem pessoas do sexo masculino[1].

A penitenciária de Assis, assim como grande parte das construções penitenciárias do estado de São Paulo, se localiza em uma área rural e é acessada por uma estrada vicinal, na qual há pouco tráfego de automóveis, aproximadamente a quatro quilômetros do perímetro urbano. Durante dois anos estivemos participando e cartografando o dia a dia de funcionário(a)s, pessoas que estavam presas e da instituição. O que se tornou algo difícil de realizar atualmente, pois as penitenciárias paulistas estão, cada vez mais, se fechando atrás de seus imensos muros e Comitê de Ética em Pesquisa da SAP, problemática que iremos abordar mais a frente.

Todo processo para entrar na penitenciária, as grandes muralhas com o(a)s agentes armado(a)s e sempre alguma pessoa por perto em todo território da instituição, fez com que logo percebêssemos um espaço em que todas as pessoas se encontram em vigilância permanente (pessoas que estão presas, funcionário(a)s e visitantes), evidenciando que a segurança vem em primeiro lugar. Essas percepções e sensações de vigilâncias vividas no interior da penitenciária permaneceram em nossos corpos quando já estávamos do lado de fora das muralhas, com a ideia de estarmos sempre sendo observados.

[1]Consideramos que nem todas as pessoas que se encontram encarceradas em unidades penitenciarias masculinas são homens, uma vez que nossa legislação e o poder judiciário não reconhecem, ainda, os gêneros das pessoas quando estas ingressam no sistema prisional. Mesmo existindo em alguns lugares pavilhões e/ou celas específicas para a população LGBT (chamadas no estado de Rio de Janeiro de "seguro", em São Paulo não existe um nome exato), o mesmo ocorre não pela problematização de gêneros, mas devido um fator de segurança, já que muitas pessoas que estão presas não aceitam conviver com pessoas com as práticas e desejos homossexuais, assim havendo violências contra as últimas. Mesmo ocorrendo essas separações pode-se dizer que pessoas homoafetivas e travestis não tem seu gênero respeitado, pois mesmo que essas sejam do gênero feminino, por terem nascido com o sexo de macho, são encarceradas em unidades masculinas.

Na penitenciária de Assis se tem o primeiro contato com os prédios administrativos e refeitório do(a)s funcionário(a)s, esta área é separada dos pavilhões nos quais ficam as pessoas que estão presas, mas aquelas que têm "bom comportamento" são autorizadas a trabalharem nesse primeiro território da unidade. Para chegar aos pavilhões, é preciso passar pela "revisora" (espaço instalado com os únicos portões que dão acesso ao interior da penitenciária, tanto para pessoas como para automóveis). Todo(a)s que irão adentrar para os pavilhões devem passar por um detector de metais – vale ressaltar que na entrada da penitenciária, nos portões que dão acesso à parte administrativa, é obrigatório passagem por detector de metais e ser revistado(a) por um(a) agente penitenciário(a) - que é fiscalizado por outro(a) agente. No caso dos familiares das pessoas que estão encarceradas que vão para as visitas aos sábados (ADP) e domingos (penitenciária), este(a)s são revistado(a)s somente na primeira entrada (que dá acesso aos prédios administrativos).

Após esse processo inicial é necessário passar por outros portões, sendo que um só é aberto depois que o outro estiver completamente fechado. O que se torna marcante para muitas pessoas que visitam e trabalham em penitenciárias são os sons das chaves ao abrirem e fecharem portas, celas e portões, e a batida destes. Na literatura consultada encontramos relatos da pesquisadora Camila Dias (2008), que aponta esse mesmo circuito vigilante quando a mesma esteve na penitenciária I de São Vicente, em sua dissertação Jefferson Cruz Reishoffer (2015, p. 2) descreve muito bem todo esse processo, principalmente o som que marca as penitenciárias brasileiras, "Com todos porta adentro, ouço pela primeira vez o incômodo barulho de grades batendo às minhas costas[2]". Drauzio Varella (2003), também, relatada em seu livro Estação Carandiru quando coloca em análise a "Casa de detenção de São Paulo", que deu origem ao filme "Carandiru" dirigido por Hector Babenco, lançado em 2003 (CARANDIRU, 2003) e também o que foi percebido por Alfredo Naffah Neto (1988, p. 33) sobre sua visita a uma instituição penal:

> Chegamos num pequeno grupo, e logo na entrada do presídio fomos submetidos a um estranho ritual: as pessoas formavam uma imensa fila que passava por uma janelinha, onde assinavam seus nomes e deixavam seus pertences: bolsa, dinheiro etc. [...] O fato é que o ritual comportava várias

[2] "Ainda não entendo o motivo para que, pelo menos nas carceragens e prisões em que já estive, portas, grades e cadeados serem batidos com desmedida força produzindo um barulho alto e muito incômodo, até mesmo àquele que está procedendo ao fechamento, sempre com o ouvido mais próximo. A necessidade de tal força e barulho, na certa, ultrapassa qualquer necessidade ou técnica de se fechar bem uma determinada porta." (REISHOFFER, 2015, p. 2).

> fases e longas esperas, pois só se passava para o passo seguinte quando todas as pessoas já haviam passado pela anterior.

No início do estágio conhecemos as atividades escolares dentro da unidade. Para podermos "descer o morro" (gíria usada por funcionário(a)s, que significa a ida até os pavilhões), foi preciso à autorização do(a) diretor(a) da unidade e do(a) diretor(a) de segurança, além de nos primeiros dias estarmos acompanhados por algum(a) funcionário(a). Isto ocorreu devido o(a)s agentes penitenciário(a)s não nos conhecer, com o passar do tempo fomos adquirindo familiaridade com este(a)s e assim tínhamos "livre acesso" para chegar até os pavilhões e escola.

A escola da penitenciária ficava em um pavilhão separado. Havia quatro salas de aula, uma biblioteca e uma secretaria. Todo(a)s o(a)s professore(a)s\monitore(a)s eram as próprias pessoas que estavam/estão presas, com exceção do ensino médio que tinha um(a) professor(a) da rede pública (cedido pela Secretaria Estadual de Educação), dando continuidade ao modelo de educação que era usado em penitenciárias do Estado de São Paulo, iniciado em 2004 pela Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel (FUNAP) – que coordenava a educação das pessoas que estavam/estão presas, no Estado de São Paulo, desde a década de 80 (PORTUGUES, 2001). Segundo o relato de alguns(algumas) funcionário(a)s atualmente não é assim que funciona o sistema de educação dentro da penitenciária de Assis, este atualmente é coordenado pela Secretaria de Educação do Município, sendo todo(a)s professore(a)s da rede pública de ensino.

O primeiro contato direto com as pessoas que estavam presas na unidade nos disparou medos, ansiedades e tensões, devido a sermos, na época, delimitados pelos atravessamentos de estigmas, construídos fora da instituição e orientados pela ideia de que quase todas as pessoas que estão ou já foram presas podem ser perigosas, associação feita pela maioria das pessoas que são leigas no assunto e se encontram em outros planos existenciais. Cabe colocar que quando usamos "quase todas as pessoas" é devido entendermos que existe uma construção pela "mass media" de um estereótipo da pessoa perigosa, que seriam pessoas de classe econômica baixa, afrodescendentes, que escutam música do estilo de rap e funk, e do gênero masculino. De modo clarificador, a ideia de estigma aqui utilizada dialoga com Richard Parker e Peter Aggleton (2001) que amplia o conceito, propondo que ao invés de estigma seria mais interessante falarmos de processos de estigmatização, pois:

> [...] o estigma representa um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam

> desvalorizados e que outros se sintam de alguma forma superiores. Em última análise, portanto, estamos falando de desigualdade social. Para confrontar e entender corretamente as questões de estigmatização e da descriminalização [...] é necessário, portanto, que pensemos de maneira mais ampla sobre como alguns indivíduos e grupos vieram a se tornar socialmente excluídos, e sobre as forças que criam e reforçam a exclusão em diferentes ambientes. (PARKER; AGGLETON, 2001, p. 11 – 12).

Estes medos que sentimos disparados com o contato com as pessoas que estavam/estão presas, como citamos, é um atravessamento causado pela "mass media", ou seja, esta tende a mostrar diversos crimes que acontecem pelo país e pelo mundo, sempre focando no lado da vítima, assim transformando o(a) agressor(a) em monstro(a)/não humano (GARLAND, 2008; RANGEL, 2014).

A cada dia o que se passa a "mass media" mostra noticias de crimes violentos, pessoas cometendo delitos com toda frieza possível, o que gera pânico e insegurança em grande parte das "pessoas de bens"[3]. Como apontam Jefferson Cruz Reishoffer e Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (2009) desde o século XVII pensadore(a)s apontam que se necessitaria existir formas de controle da população, devendo ser exercido pelo Estado, através de leis e se preciso com violência. Todo(a)s que se opuserem a tais formas de administração serão formas de contra-poder e devem ser punido(a)s e neutralizado(a)s, e tais formas devem ser aceitas e apoiadas, como forma de defesa social.

Com a sociedade se transformando cada vez mais consumista, questões políticas somem da pauta de discussões, o que interessa é a segurança das pessoas que podem consumir e a repressão daquelas que podem atrapalhar, assim criando o medo e a insegurança em toda população. Tais sentimentos só levam ao isolamento das pessoas, casas, condomínios e bairros, separando os que são possíveis criminosos, do que são pessoas de bens. Como apontaram Reishoffer e Bicalho (2009, p. 438-439):

> A produção da insegurança nas subjetividades contemporâneas é eficaz ao substituir os possíveis atravessamentos sociopolíticos por indivíduos/segmentos da própria sociedade que serão alvo de perseguição e repressão por parte do controle social repressivo. [...]No Brasil contemporâneo, a individualização das questões e a despolitização do social apresentam-se, ainda, como a principal característica subjetiva. Perante a institucionalização de subjetividades individualizadas, qualquer ato que contrarie a ordem vigente é interpretado como revolta individual contra um direito particular, (patrimônio, vida, liberdade) trazendo como consequência o afastamento dos espaços públicos e a delegação da resolução dos problemas sociais e políticos para o poder estatal. Por outro lado, caberá ao próprio indivíduo adotar medidas de segurança privadas, que estarão à disposição do consumidor – tais como segurança privada, câmeras, cercas

[3] Vale fazer uma nota neste momento, utilizamos "pessoas de bens" e não de bem, devido grande parte dessas sempre serem colocadas como vítimas pela mídia, enquanto a maioria das pessoas que moram em favelas, e/ou negras são tidas como "criminosas".

> elétricas – até a escolha por determinados espaços e comportamentos não entendidos como perigosos.

Esses processos de estigmatização, das pessoas encarceradas, aparecem na Europa com a sociedade burguesa, a partir da segunda metade do século XVIII; a mesma substituiu a sociedade monarca, no qual o rei possuía todos os direitos e bens de seus(suas) súdito(a)s; a burguesia nesse período tolerava, segundo Foucault (2006), pequenos crimes praticados, pois o alvo era o monarca e a mesma necessitava do ilegalismo popular, para conseguir tomar o poder.

Com o nascimento da sociedade burguesa (inicio do capitalismo) a burguesia coloca a maior parte de suas riquezas nas indústrias, que eram geridas pela camada popular; preocupada com seus bens, a burguesia, começa a classificar o(a)s "delinquentes" como "sujeito(a)s perigoso(a)s", como pessoas que romperam com o pacto social e se transformaram em inimigas internas, desta forma se iniciam os processos de estigmatização contra todas aquelas que praticavam atos ilícitos, ou seja, a população não deveria aceitar nenhum ato infracional contra o patrimônio privado ou o bem público (BATISTA, 2003; FOUCAULT, 2002, 2004, 2006).

Partindo dessa ideia, Foucault (2002) aponta que por volta do século XVIII e XIX com a reformulação do sistema judiciário e penal na Europa, o crime não era mais entendido como uma falta moral ou religiosa, mas uma ruptura com o pacto social, o(a)s legisladore(a)s e teórico(a)s da época (Beccaria, Bentham, Brissot, entre outro(a)s) colocaram três alternativas para punir a pessoa que cometeu a infração, primeiro poderia ser a deportação, expulsar da sociedade, outra forma seria através do vexame, humilhação desprezo da sociedade para com o(a) infrator(a) em praça pública e uma terceira alternativa seria o trabalho forçado para reparar o dano social, atualmente pode-se dizer que temos um sistema penal que conseguiu juntar essas três formas de punições, pois se retira a pessoa da sociedade "civilizada", o mesmo é fichado e isso se torna motivo de vexame e por fim sofre com um sistema carcerário que não está preparado para receber nenhum tipo de pessoa que cometeu ou não ato infracional (FOUCAULT, 2002; REISHOFFER, BICALHO, 2015).

Este processo de estigmatização no Brasil é muito forte, pois as elites econômicas do país pedem, cada vez mais, policiamento e vigilância sobre os bairros pobres da cidade, não como uma preocupação social, mas como uma forma de controle desta população, que é vista como perigosa e ameaçadora. Como colocou Baptista (1999, p. 38-39 apud REISHOFFER E BICALHO, 2009, p. 441):

> Nos condomínios da classe média, a segurança e a privacidade caminham juntas com o *apartheid*. Privacidades paranóicas que temem perder as referências de classe, que temem negros, trabalhadores braçais e a diferença. A vida condominizada solicita limites e barreiras a todo o momento que não só segregam, mas solidificam e afirmam a construção de identidades [...] Ao apresentarmos esta maquinaria de subjetividade, sugerimos a atenção para a eficácia desse dispositivo político de intimização de vida, em que o déspota não é tão visível; sugerimos a descentralização do olhar fixo em uma categoria de humano sem práticas, desmaterializado e onipotente; sugeríamos a atenção para a inventividade capitalista na fabricação de maquinarias que podem ser usadas, desmontadas ou destruídas [...].

Este pensamento foi colocado por Charles Murray, no século XX, patrocinado pelo Manhattan Institute, nos Estados Unidos da América, no qual apontava que se deveria reprimir os "distúrbios" provocados pela parcela da população que era ajudada pelo governo (BATISTA, 2003; WACQUANT, 2001).

No livro, intitulado Losing Ground, Murray acreditava que a assistência dada pelo Estado fazia com que existissem pessoas que não se interessavam pelo trabalho e pela moral, desta forma seriam a causa de toda violência. Com isso, o Estado passa a interferir menos na assistência social, e neste sentido: "as políticas previdenciárias destinadas aos pobres foram sendo paulatinamente consideradas luxos onerosos, que os contribuintes trabalhadores não podiam mais sustentar." (GARLAND, 2008, p. 182; WACQUANT, 2001; SALLA; GAUTO; ALVAREZ, 2006). Desta forma, criam-se estereótipos das "pessoas perigosas", caracterizando as como aponta Vera Batista (2003, p. 36):

> O estereotipo do bandido vai-se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circula.

Segundo David Garland (2008) o estigma no século XX foi considerado desnecessário, pois não ajudava na reinserção da pessoa que estava presa na sociedade. No entanto com o passar do tempo, o estigma foi novamente utilizado como forma da população ajudar a encontrar foragido(a)s e também para punir as pessoas que estão ou estavam presas.

Voltando para nossa vivência, aos poucos fomos adquirindo mais familiaridade com o novo espaço de circulação e o contato com as pessoas que estavam/estão presas favoreceu para a diminuição e erradicação dos medos, preconceitos e inseguranças que tínhamos até então, pautados pela ideia pré-concebida a respeito da periculosidade destas pessoas. Ao longo de nossa vivência na escola da unidade, pudemos conversar e

nos aproximar mais desse(a)s sujeito(a)s, assim tivemos diálogos mais abertos e verdadeiros com este(a)s.

Pudemos perceber, com nossa vivência e leituras de Foucault (1987) e Goffman (2001), que a penitenciária é espelhada em diversas instituições sociais (escolas, igrejas, orfanatos, entre outras) que servem para unidirecionar e reduzir a ação humana a padrões socialmente aceitos, ou seja, as pessoas passam a vida oscilando de uma instituição fechada para outra e cada uma com suas leis, rituais e contratos, a lógica disciplinar continua se espalhando, mesmo com a multiplicidade de tecnologias muitas instituições totais continuam funcionando como as masmorras na época dos suplícios (BENELLI, 2015; DELEUZE, 1992; NETO, 1988).

"As técnicas corretivas imediatamente fazem parte da armadura institucional da detenção prisional" (FOUCAULT, 1987, p. 197), e isto, também, pudemos ver na penitenciária de Assis, pois a imposição de autoridade é o princípio fundamental que rege a relação agente-pessoa que está presa e é a ferramenta utilizada para conter/reeducar/corrigir/salvar as pessoas que estão presas. Há uma distância/hierarquia entre o(a)s funcionário(a)s e o(a)s sujeito(a)s que estão preso(a)s, no qual o(a) agente penitenciário(a) tem o poder e a pessoa que está presa deve se submeter as suas vontades, essa distância é em partes quebrada quando as pessoas que estão encarceradas começam a trabalhar e são supervisionadas por um(a) agente. Nesse contato existe aproximação entre ambo(a)s, fazendo com que o(a) funcionário(a) comece a ter uma imagem mais favorável das pessoas que estão presas, o que não significa que ocorra com todas. Vale colocar, o trabalho nas prisões, como forma de diminuição das penas, iniciou-se no século XX, surgiu para substituir o trabalho assalariado nas prisões, pois fazia com que muito(a)s trabalhadore(a)s (que estavam fora das prisões) ficassem desempregado(a)s, devido os baixos salários que eram pagos as pessoas que estavam presas (BATISTA, 2003; GARLAND, 2008; GOFFMAN, 2001).

O estágio nos possibilitou a participação em atividades/funções/atuações da Psicologia e conversas com o(a)s psicólogo(a)s e assistentes sociais da penitenciária de Assis. Desta forma, tínhamos como atuação a realização de entrevistas de inclusão[4] (entrevistas realizadas por psicólogo(a)s e assistentes sociais, que tinha como objetivo o conhecimento, mesmo que mínimo, da história de vida da pessoa que chegava à unidade, apesar de não servirem para laudos e ficarem arquivadas nas pastas),

[4] Vale ressaltar que as entrevistas de inclusões que realizávamos, como estagiários de Psicologia, não eram consideradas como forma de proporcionar a individualização da pena, proposta pela LEP.

atendimentos psicossociais e participação em atendimentos em grupo – nestes participavam pessoas que estavam presas que haviam conseguido progressão de regime – e de uma roda de conversa ("Grupo Perspectiva") que acontecia uma vez por semana e tinha como objetivo propor que as pessoas que participavam refletissem sobre diversos assuntos e atos do dia a dia, além dos atos infracionais praticados.

Além desse estágio possibilitado pela SAP-SP, tivemos contato com o sistema penitenciário através de um projeto de iniciação científica, que teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A pesquisa teve como objetivo cartografar os motivos que levaram as pessoas colaboradoras a atuarem no tráfico de drogas ilícitas e, para tanto, foram realizadas entrevistas com oito pessoas que haviam sido condenadas por infringirem o artigo 33 da lei 11.343 de 2006[5].

As vivências que tivemos, através do estágio e da iniciação científica no sistema penitenciário, nos ajudou a mapear nossas áreas de interesses e traçar os objetivos que pretendemos problematizar nessa dissertação.

---

[5] Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:
Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.
§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:
I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;
II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;
III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.
§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)
Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.
§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:
Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.
§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, ~~vedada a conversão em penas restritivas de direitos~~, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (Vide Resolução nº 5, de 2012)
Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm em 22 de julho de 2015.

1.1 COMO ENTRAR NESSE MUNDO PARA MAPEÁ-LO

Para podermos entrar nas unidades penitenciárias de regime fechado masculinas do estado de São Paulo foi necessário que encaminhássemos o projeto de pesquisa para o Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria da Administração Penitenciária. A preocupação com pesquisas envolvendo seres humanos tomou maiores proporções após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando o Tribunal Internacional de Nuremberg investigou e definiu os crimes contra a humanidade cometidos por grande parte do(a)s nazistas. Então se estabeleceu o Código de Nuremberg para que fossem garantidos os direitos das pessoas que participassem de experimentos científicos, assim criando o que conhecemos hoje como "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" (PASQUALI, 2001).

Alguns anos após o estabelecimento desse código, outras manifestações foram aparecendo dentro das pesquisas científicas, como o Manifesto de Russell-Einstein de 1955, lançado com a preocupação de discutir entre os cientistas o uso que estava se fazendo das invenções científicas, principalmente as armas nucleares, época em que o mundo estava ameaçado pela "Guerra Fria". Em 1964 surge a Declaração de Helsinque, que se preocupava com o estabelecimento de normas para pesquisas biomédicas, mas sua principal inovação era a proposta de criação dos Comitês de Ética para o estabelecimento e defesa de normas de experimentos científicos (PASQUALI, 2001).

No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a Resolução 1215/85 que determina a criação de Comissões de Ética Médica (CEMs) em todas as instituições que houvessem prática da medicina. Três anos depois o Conselho Nacional de Saúde (CNS) criou a resolução 01/88[6] que aprovava as normas de pesquisa em saúde, principalmente as que envolviam seres humanos, orientando nos aspectos éticos e cuidados biológicos. Em 1995 foi criado o Grupo Executivo de Trabalho (GET), que consultou a comunidade científica para elaboração de um documento, que em 1996 tornou-se a Resolução 196/96[7] do CNS, sua principal importância foi pela

[6] Retirado de https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAAahUKEwjjlp3yt-_GAhVCgZAKHRKtAh0&url=http%3A%2F%2Fconselho.saude.gov.br%2Fresolucoes%2F1988%2Freso01.doc&ei=IeqvVaOCBcKCwgSS2oroAQ&usg=AFQjCNE1_EV3sUoKhd9VGfUBdznWWdB_FQ&bvm=bv.98197061,d.Y2I&cad=rja em 22 de julho de 2015.

[7] Retirado de http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_ENCEP2012.pdf em 22 de julho de 2015.

criação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs), que é um sistema que deve articular a avaliação de projetos de pesquisa em âmbito nacional, os CEPs são regidos pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). A Resolução 196/96 foi considerada umas das mais avançadas, na América Latina, em relação à preocupação com os direitos e autonomia de pessoas que participavam em pesquisas, tendo respeito e preocupação com as mesmas (BARBOSA, et al., 2011; HARDY et al., 2004; MACRAE; VIDAL, 2006).

No entanto a Resolução 196/96 recebeu diversas críticas devido seu caráter biomédico, ou seja, todo(a)s pesquisadore(a)s que fossem realizar alguma forma de pesquisa deveria ser aprovado(a) pelo CEP, no entanto as normas que foram criadas foram pensadas em pesquisas biomédicas, com isso suas regulações muitas vezes não encaixam, favorecem projetos nas áreas de ciências humanas e sociais, dificultando que muitos sejam aceitos pelos CEPs e assim possam ter andamento. Em 2012 o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Resolução n. 466, esta tem como proposta a regulação das pesquisas que envolvem seres humanos, ainda com o olhar biomédico, de outras resoluções nessa área.

As pesquisas com seres humanos são controladas por onze resoluções, a Resolução 196/96 é a mais antiga e tem como uma das mais atuais a Resolução 466/2012. Essas resoluções partem do principio positivista e biomédico de pesquisa, o que muitas vezes inviabiliza as pesquisas de pesquisadore(a)s das ciências sociais e humanas, pois não acabam se enquadrando nesses viés (GUERRIERO; BOSI, 2015; GUERRIERO; MINAYO, 2013). Como apontou Guerriero e Minayo (2013, p. 768 – 769):

> O problema central da extrapolação dos procedimentos éticos das pesquisas clínicas e biomédicas para os estudos sociais empíricos, mantido na Resolução 466/12, é considerar que a relação do pesquisador com os participantes da pesquisa se estabelece e se mantém da mesma maneira nas diferentes comunidades científicas. No caso das ciências sociais e humanas, em geral, os participantes não são vistos apenas como objeto de estudo, mas interatuam com os investigadores e sua colaboração tem um caráter de interpretação de primeira ordem [...]. Ou seja, os pesquisadores e seus interlocutores são atores ativos do processo da pesquisa, pois em geral o conhecimento das ciências sociais e humanas é gerado em intersubjetividade. Além disso, o pesquisador costuma entrar no contexto usual dos participantes e os etnógrafos, por exemplo, chegam a morar nas comunidades que estudam. Essa convivência intensa entre equipe de pesquisa e participantes gera um tipo de conhecimento que não ocorre a priori, não podendo, portanto, ser previsto num protocolo de pesquisa.

Alguns(algumas) autore(a)s vem discutindo essa relação entre as ciências humanas e sociais com os Comitês de Ética e Pesquisa e a CONEP, no entanto são poucos os avanços, deixando pesquisadore(a)s da área a mercê de um biocentrismo, o que dificulta a realização de pesquisas (GUERRIERO; BOSI, 2015; GUERRIERO; MINAYO, 2013). O Conselho Federal de Psicologia estabeleceu em 2000 a resolução 16/2000[8] que dispunha sobre pesquisa em Psicologia com seres humanos, assim todas as pesquisas envolvendo a profissão deveriam ser submetidas aos Comitê de Éticas em Pesquisa reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da SAP foi constituído em 22 de abril de 2010, a partir da Resolução SAP n. 83/2010, tem como finalidade:

> A iniciativa visa garantir que as pesquisas científicas realizadas junto às pessoas que cumprem penas ou àquelas que trabalhem nesses locais sejam desenvolvidas sob a ótica do indivíduo e da coletividade e incorporem os quatro referenciais básicos da bioética, quais sejam: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça.[9]

Assim, todas as pesquisas envolvendo seres humanos dentro do território da Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo deve passar por este comitê, que é ligado a CONEP. Em 2011 foi lançada pela CONEP a Plataforma Brasil, assim a partir de dezembro deste ano todos os projetos de pesquisas envolvendo seres humanos deveriam/devem ser enviados pela "Plataforma Brasil", com forma de sistematizar o recebimento de experimentos científicos pelos Comitês de Ética de todo Brasil[10].

Nosso projeto passou primeiramente pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Assis, sendo aprovado. No entanto, mesmo o projeto tendo sido lançado na Plataforma Brasil e aprovado por um CEP, foi necessário que enviássemos nosso projeto de pesquisa para o CEP-SAP, – aqui vale colocarmos que apesar de ambos serem regulados pelo CONEP e estarem "ligados" a Plataforma Brasil, pode-se perceber que não existe uma rede ou sistema de Conselhos, mas instituições cada qual com seu CEP - que pediu alterações no número de participantes e no território no qual a pesquisa se realizaria. Não sabemos se seria de competência dos CEP fazer tais apontamentos, pois estes pontos não teriam

---

[8] Retirado de http://www.assis.unesp.br/Home/ComitedeEtica/ComitedeEticaHumanus1346/resolucao_CFP_16-2000_-_dispoe_sobre_pesquisa_com_seres_humanos.pdf. Em 15 de abril de 2015.

[9] Retirado de http://www.sap.sp.gov.br/. Em 15 de abril de 2015.

[10] Retirado de http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/Carta_327_Esclarecimentos_PlataformaBrasil.pdf. Em 15 de abril de 2015.

relevância aos direitos e preocupações com o(a)s participantes, no entanto a proposta de ampliar o território foi aceita e acreditamos que foi de bastante valia para nossa pesquisa.

Já tínhamos familiaridade com o CEP-SAP por termos passado pelos mesmos procedimentos quando na graduação fizemos pesquisa de iniciação científica com pessoas que estavam presas e condenadas por tráfico de drogas em uma unidade penitenciária do estado de São Paulo. Acreditamos que com essa vivência, além de termos sido estagiários pela SAP, nos ajudaram para que tivéssemos o projeto de pesquisa aceito pelo comitê. Ressaltamos isto, pois em alguns encontros e congressos sobre o sistema penitenciário ouvimos de outro(a)s pesquisadore(a)s do tema que o acesso às unidades penitenciárias do estado de São Paulo estava quase impossível, tendo muitas dificuldades para conseguirem ter os projetos de pesquisas aceitos e aprovados pelo CEP-SAP.

Assim além das gigantescas muralhas no estado de São Paulo se tem o CEP-SAP, o que dificulta e às vezes pode impedir que pesquisas sejam realizadas dentro das diversas unidades penitenciárias. Entendemos que deve existir preocupação com o bem-estar do(a)s participantes das pesquisas, mas que também se possam haver pesquisas sobre um tema delicado e muitas vezes esquecido pela sociedade e a academia. O pesquisador Rafael de Albuquerque Figueiró (2015) teve as mesmas dificuldades em sua pesquisa de doutorado para entrar nas unidades prisionais do Rio Grande do Norte, colocando que levou quase um ano para que pudesse conseguir autorização formal para entrar no seu campo de pesquisa. O mesmo coloca um questionamento que também tivemos ao longo de nosso processo para conseguir chegar até o(a)s psicólogo(a)s, o de que algumas instituições públicas (nesse caso as unidades penitenciárias) se tornam "privadas" e dificultando o acesso, as quais deveriam ter seu acesso facilitado não só para pesquisadore(a)s, mas a sociedade e assim deixarmos de esconder essas instituições e pessoas.

2. TRAÇANDO UMA CARTOGRAFIA SOBRE A METODOLOGIA E NOSSA TEORIA

Com este trabalho pretendemos contribuir com a construção de conhecimentos em Psicologia na área Penitenciária, de modo a ajudar que este campo de atuação tenha maior visibilidade, principalmente no meio acadêmico. Para alcançar nossos objetivos, cartografamos as atuações e histórias de vida no sistema prisional de treze psicólogo(a)s que trabalham(trabalhavam) diariamente dentro das penitenciárias do estado de São Paulo, em penitenciárias de regime fechado masculinas, e, com isso, pudemos mapear como, o que está sendo feito e o que já foi feito por este(a)s profissionais nas penitenciárias paulistas. Estes mapeamentos nos ajudaram a clarificar a respeito de como a Psicologia está e foi sendo utilizada em uma instituição que preza mais pela segurança do que pela reinserção social e bem como mapeamos os desejos destes profissionais e problematizações de suas funções nas penitenciárias.

Acreditamos que os estudos sobre as atuações e histórias de psicólogo(a)s em uma instituição total exigiu a presença de uma abordagem teórico-metodológica que respeitasse e problematizasse as variações, atentando para não sermos reducionista, e que pudéssemos perceber as diversas linhas de saber-poder que criam e recriam as subjetividades, estas que são entendidas como "[...] essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares" (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 33). Assim podemos dizer que o(a)s sujeito(a)s estão sempre em construção subjetiva, social e teórica. Ou seja, sempre estamos em processos de subjetivação, porque nos construímos a partir de nossas relações com o mundo.

Desta forma, o método cartográfico respondeu a essas exigências, porque o cartógrafo mapeia, por meio da escrita/linguagem, as relações/linhas que existem nas falas, nos ambientes e nas não-falas. Em nenhum momento buscamos verdades absolutas e universais ou queríamos estabelecer modelos prontos, ou seja, aceitamos a provisoriedade destas cartografias.

Quando colocamos que não buscamos verdades universais, é devido o conhecimento científico ser colocado na economia da verdade com posição política muito forte (graça aos(as) positivistas), pois seus saberes advêm de pesquisas com resultados que foram produzidos a partir de metodologias universais, assim são comprovados através de experimentos, não sendo senso-comum. Para Foucault (2007, p. 12):

> A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias

> que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Desta forma, acreditamos que não exista uma realidade verdadeira e imutável. Nessa perspectiva, Passos e Eirado afirmam que:

> Há aqui um efeito de verdade muito interessante: essa verdade que surge da performatividade da experiência não é inelutável e pode ser transformada, ou melhor, na maior parte das vezes se transforma na seqüência dos acontecimentos. A impermanência desta verdade afeta inclusive a ciência cuja história é entremeada de mudanças de paradigma. O caráter de mudança dos efeitos de performatividade indica sua variabilidade de tal maneira que quanto maior o efeito de performatividade – isto é, quanto maior a certeza acerca dessa verdade nascida da experiência – menor é o grau de abertura da experiência para a mudança, o que equivale dizer, menor o seu coeficiente ou *quantum* de transversalidade. Assim também, essa variabilidade afeta a atitude implicacional do pesquisador: tanto maior a certeza do pesquisador acerca da verdade que surge em sua experiência com o campo de intervenção, menor a sua dissolvência no plano implicacional e, consequentemente, maior a sua sobre implicação no trabalho de pesquisa. (EIRADO; PASSOS, 2009, p. 13).

Com isso a cartografia – que é um procedimento metodológico da Geografia de representação dos contornos de um dado território, através de mapas ou cartas, por meio do que viu e sentiu o(a) cartógrafo(a) – é um método utilizado por Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995), possibilita a leitura das relações estabelecidas pelos processos desejantes no campo social e o mapeamento de linhas subjetivas influenciadas pelos saberes, poderes e prazeres presentes nos discursos e figurações, que nos atravessam ao longo de nossas vidas. Assim como colocou Rolnik (1989, p. 15) é:

> [...] tarefa do cartógrafo dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias.

A cartografia tem como objetivo acompanhar os processos, e não representar um objeto, ou seja, procura-se investigar processos de produção dos conhecimentos e das subjetividades. Vale ressaltar, que o(a) cartógrafo(a) não quer “entender”, “explicar” ou dar uma “solução”; o importante é dar passagem ao que ainda não foi dito e visto, mas não como se houvesse algo oculto. Como colocou Mairesse (2003, p. 270):

> É no suporte com a vida que se percebe quais intensidades pedem passagem, qual o índice de abertura, de devir, de acolhimento a novos encontros e novas experiências que permitem a desterritorialização de campos inférteis, onde o único esboço de vida é o do mesmo, daquele que ainda persiste, mesmo na imanência de cair na escuridão. E, no compromisso com a vida, é também

> tarefa do cartógrafo social fazer deste esboço um desenho, desvendar outras linhas, potencializar novas formas.

Desta forma, através deste método acredita-se que toda pesquisa é intervenção e que a orientação do trabalho não se faz de modo prescrito, ou seja, um caminhar que traça no percurso suas metas, é um saber que surge do fazer, mas não se trata de uma ação sem direção (EIRADO; PASSOS, 2009). O(a) cartógrafo(a) problematiza suas escolhas a respeito dos elementos que participam da cartografia, pois de algum modo o(a) mesmo(a) foi atravessado(a) por linhas que o levaram até a formação da pesquisa, e neste sentido nos diz ROLNIK (1989, p. 67),

> [...] descobrir que matérias de expressão, misturadas as quais outras, que composições de linguagens favorecem a passagem das intensidades que percorrem seu corpo no encontro com os corpos que pretendem entender. Aliás, 'entender', para o cartógrafo não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar.

Com isso, o(a) pesquisador(a) deve ter cuidado na organização dos relatos, pois irá relatar não apenas o que observou, coletou e viveu, "mas também do que ouviu no campo, do que lhe contaram, dos relatos dos outros sobre a sua experiência", desta forma o trabalho do(a) cartógrafo(a) é também relatar a sua vivência em campo, assim não tendo como foco somente as entrevistas (CAIAFA, 2007, p. 138).

Como bem colocou Boaventura de Sousa Santos (1988, p. 71), "a condição epistemológica da ciência repercute-se na condição existencial dos cientistas". Assim a neutralidade, buscada pelo(a)s positivistas, não tem como ser alcançada, pois as condições históricas vigentes intervêm diretamente em como o(a) pesquisador(a) apreende o mundo, consequentemente, em sua produção científica.

Nesse sentido, o(a) cartógrafo(a) tem que estar sempre atento, para que nas observações e escutas junto aos(as) colaboradore(a)s, possa mapear as práticas estudadas de modo que seus valores particulares possam interferir o menos possível no processo de pesquisa, para que com isso possa cartografar todas as linhas que atravessaram e atravessam o(a)s sujeito(a)s colaborador(a)s e todo o ambiente ao redor, não deixando de fora linhas que poderiam ser barradas por seus valores pessoais (KASTRUP, 2007; PERES, 2005). Como colocou Marli Lima (2009, p. 82) "o pesquisador deve se implicar na produção de conhecimento, na criação de possíveis, colocando a si mesmo em análise da implicação".

No entanto o(a) pesquisador(a) não deve se distanciar da investigação, pois o(a) mesmo(a) é integrante desta. Como colocou Gilles Deleuze (1997, p. 169):

> [...] cada vez que um corpo convém com o nosso e aumenta nossa potência, uma noção comum aos dois corpos pode ser formada, de onde decorrerão uma ordem e um encadeamento ativos das afecções Cartógrafo e objeto nascem juntos e percorrem a vida de um modo inseparável na criação de problemas.

Entre tudo, o(a) cartógrafo(a) também deve mapear os regimes reguladores dos discursos, que visibilizam ou não certas práticas, ou seja, normatizações/regulações que moldam as falas do(a)s sujeito(a)s adequando o que se pode ou não ser dito. Assim, através dos discursos, que integram um campo de intervenção, poderemos acessar os processos de institucionalização. De acordo com Foucault (1988, p. 30):

> Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos.

O(a) pesquisador(a) deve experimentar, pensar, problematizar e conhecer a partir da abertura que se dá para o inusitado. Com isso criará possibilidades para pesquisa intervenção, na qual ao intervir em certa realidade pode alterar os padrões comunicacionais, assim aumentando o grau de abertura, ou seja, fazer uma leitura que provoque uma ruptura e crie mundos (EIRADO; PASSOS, 2009; LIMA, 2009). Como bem colocou Deleuze em uma conversa com Foucault (2007, p. 69):

> Às vezes se concebia a prática como uma aplicação da teoria, como uma consequência; às vezes, ao contrário, como devendo inspirar a teoria, como sendo ela própria criadora com relação a uma forma futura de teoria. De qualquer modo, se concebiam suas relações como um processo de totalização, em um sentido ou em um outro. Talvez para nós a questão se coloque de outra maneira. As relações teoria−prática são muito mais parciais e fragmentárias. Por um lado, uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio e pode se aplicar a um outro domínio, mais ou menos afastado. A relação de aplicação nunca é de semelhança.

Seguindo está lógica, a implicação, a transversalidade e dissolução do ponto de vista do(a) pesquisador(a) são, segundo André Eirado e Eduardo Passos (2009), três ideias que compõem a metodologia cartográfica, quebrando com a tradição de pesquisa com o pressuposto objetivista e cientificista. Ou seja, quebrando a ideia de pesquisa neutra, pois irá romper com a dualidade/distância entre aquele(a) que conhece e aquele(a) que deve ser conhecido(a).

Os conceitos de transversalidade e implicação foram utilizados por Félix Guattari (1987; 2004) com o desígnio de distender os conceitos freudianos de transferência e contratransferência. Desta forma o conceito de transversalidade rompe

com o padrão comunicacional das instituições – horizontal e vertical, quebrando com a hierarquização e homogeneização - assim expressando:

> Transversalidade em oposição a: - uma verticalidade que encontramos por exemplo nas descrições feitas pelo organograma de uma estrutura piramidal (chefes, subchefes, etc.); - uma horizontalidade como a que pode se realizar no pátio do hospital, no pavilhão dos agitados [...], uma certa situação de fato em que as coisas e as pessoas ajeitam-se como podem na situação em que se encontram. [...] A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos. (GUATTARI, 1987, p. 95-96).

Nesse sentido, cartografar as vivências/histórias do(a)s psicólogo(a)s que atuam em penitenciárias será maquinar com os agenciamentos (possibilidades infinitas de encontros) que foram e vão sendo traçados em suas vidas, antes e durante da realização da pesquisa, pois são múltiplos os encontros e fluxos, formando o que Deleuze e Guattari (1995) chamaram de rizoma[11]. Assim a transversalidade nos ajuda a não ter apego a pontos de vistas, permitindo variações (EIRADO; PASSOS, 2009).

A dissolução do ponto de vista do(a) observador(a), um terceiro eixo da cartografia, significa dizer que o(a) cartógrafo(a) "acompanha um processo que, se ele guia, faz tal como o guia de cegos que não determina para onde vai, mas segue também às cegas, tateante, acompanhando um processo que ele também não conhece de antemão" (EIRADO; PASSOS, 2009, p. 123). Dessa forma fugindo de pesquisas que queiram apenas solucionar problemas e testar hipóteses. Com isso, pode se afirmar que:

> O cartógrafo não toma o eu como objeto, mas sim os processos de emergência do si como desestabilização dos pontos de vistas que colapsam a experiência no ("interior") eu. [...] A posição paradoxal do cartógrafo corresponde à possibilidade de habitar a experiência sem estar amarrado a nenhum ponto de vista e, por isso, sua tarefa principal é dissolver o ponto de vista do observador sem, no entanto, anular a observação. (EIRADO; PASSOS, 2009, p. 123).

[11] O termo rizoma é "emprestado" por Deleuze e Guattari (1995) da botânica, contrapondo-se à ideia de raiz (algo fixo), sendo definido pelos feixes de linhas que compõe verdadeiras redes sem um eixo principal; de modo clarificador estes autores, ao falar de rizoma, nos informam que o mesmo: [...] não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades lineares a n dimensões, sem sujeito nem objeto [...]. Oposto a uma estrutura, [...], o rizoma é feito somente de linhas. [...] O rizoma é uma antigenealogia. É uma memória curta ou uma antimemória. O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada. [...], o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. [...] unicamente definido por uma circulação de estados [...] todo tipo de "devires". (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32)

Assim, segundo André Eirado e Eduardo Passos (2009, p. 125), a "realidade se submete a um ponto de vista", ou seja, mudar o ponto de vista possibilita a mudança da realidade (grau de abertura). Para os mesmos, existe uma "experiência de base": "aquela que dá ensejo ao surgimento da realidade de si e do mundo". Essa lembrança se dissipa, dando lugar a uma vivência como se fosse "propriedade do sujeito" e como "condicionada pelo objeto". Há assim, o que os autores chamaram de "uma inversão de base":

> Nossa aposta é que a inversão de base, que é responsável pelo surgimento de um ponto de vista proprietário, deve-se a uma perda de liberdade frente a experiência e nos faz responder de forma estereotipada diante das situações cotidianas. Perder a base da experiência é tornar-se uma coisa que experimenta, não reconhecendo assim a performatividade da experiência e se constrangendo diante de um sentido dado (grau mínimo de liberdade). [...] Da perspectiva da noção de enação, proposta por Varela, o que interessa é pensar toda a experiência como emergindo de uma experimentação, pois a experiência não concerne ao que já está aí como dado inelutável, mas antes a emergência de alguma mudança. [...] Assim, se há dado, este se constitui na experiência e não pode ser concebido antes do ato de experimentar. [...] Ou seja, a realidade só aparece como *dada* em função de um ponto de vista que force a inversão da base. (EIRADO; PASSOS, 2009, p. 126).

Desta forma, com a experiência de inversão da base pode-se pensar na dissolução do ponto de vista do(a) observador(a), pois o(a) cartógrafo(a) deve ser aquele(a) que vai experimentar o encontro de forma inusitada, ir a campo, estando aberto(a) para se deixar ser afetado e também afetar, se permitir a abertura para a experimentação e a ruptura. Pensar a Psicologia como política, ou seja, não separar a militância da academia, buscar entrelaçar ambos para novas problematizações e ideias surgirem.

Assim, cartografamos as linhas que constituíam e constituem este(a)s sujeito(a)s, como o(a)s atravessaram e atravessam e de que forma estavam e estão "arranjadas". O importante foi ter o foco não apenas no íntimo do(a)s sujeito(a)s, mas perceber como suas problemáticas se relacionavam e relacionam com aquilo que está aparentemente fora, como questões políticas, religiosas, morais e sociais, que se interseccionam em interfaces com outras categorias de análises, tais como classes sociais, raças/cores, gêneros, orientações sexuais, gerações e estilos de vida. Assim como colocou Benevides (2003)[12]:

> A cartografia nos convoca, portanto, a uma aventura pelos inusitados processos de constituição de si e do mundo. Ela é procedimento das

[12] Texto extraído da 2a orelha do livro "Cartografias e devires: a construção do presente".

> emergências, do acompanhamento de pontos de insurgência dos devires no estrato histórico. É método para aqueles que não se contentam com as verdades postas, que esperam descrições, explicações, ou com os fenômenos sociais que aguardam depurações cientificistas. A cartografia é método de construção do presente, experimentação das misturas que a vida é. Que não se confunda, entretanto, este procedimento de risco com falta de rigor ou relativismo daquele que conhece como muitos querem fazer crer. Arriscar-se em caminhos desconhecidos como são aqueles dos processos de invenção exige alianças coletivamente construídas, exige o rigor ético-político de afirmar as diferenças, exige a escolha de critérios que permitam a construção de um presente para todos.

2.1 MAPEANDO OS ESTUDOS/POLÍTICAS/DISCURSOS QUEER COMO AUXILIAR PARA PROBLEMATIZAÇÕES EM UMA PERSPECTIVA DAS CARTOGRAFIAS

Para iniciar nosso quadro, ou melhor, nossa pintura – *Queer* não deve ser enquadrado e se refletirmos nem pintado ou mapeado, pois o *Queer* é algo que não se pode aprisionar, não se é. Vale ressaltar, utilizamos ao longo deste trabalho o termo *Queer*, que é originário da língua inglesa (*Queer* é derivado do alemão "que" e significa desviado, torcido) por não existir na língua portuguesa uma palavra que possa ser utilizada para traduzi-la ou substituí-la – vale destacar que no Brasil os termos *viado*, *boiola*, *bixa*, *sapatão*, *traveco*, entre outros que são utilizados para menosprezar todo(a)s que fogem das normas, seriam equivalentes ao termo *Queer* empregado pelo(a)s americano(a)s em meados dos anos 20 do século passado e utilizado por homossexuais para se auto afirmarem até meados dos anos 30, quando se generaliza o termo "gay"; no entanto acreditamos que estes termos não teriam a mesma eficácia e não carregariam consigo toda carga que o termo *Queer* traz (CÓRDOBA, 2005; PENEDO, 2008; SALIH, 2012).

No Brasil o pesquisador dos estudos *Queer* e de gêneros Wiliam Siqueira Peres propõem que se comece a pensar em substituir *Estudos Queer* para Estudos *Dzi*; essa proposta faz menção ao grupo Dzi Croquettes, que foi criado em 1972 inspirados em um grupo de artistas – bailarinos, atores do Rio de Janeiro, no qual homens se vestiam de mulheres e faziam críticas sociais aos modelos de sexualidades e de gêneros disponíveis naquele contexto sócio-histórico dos anos 70. Desta forma os integrantes do grupo - Lennie Dale, Wagner Ribeiro, Cláudio Gaya, Paulo Bacellar, Rogério de Poly, Reginaldo de Poly, Carlos Machado, Bayard Tonelli, Benedictus Lacerda, Cláudio Tovar, Roberto Rodrigues, Eloy Simões e Ciro Barcelos – se apresentavam vestidos como mulheres, mostrando suas pernas e peitos cabeludos, o que causava e ainda causa estranheza em seus espectadore(a)s, pois era algo ininteligível, isso é, em cima do palco

não eram homens, mulheres ou gays, eram gente de carne que embaralhavam os códigos de coerências e inteligibilidades sobre o que era ser homem ou mulher. Esse embaralhamento, também, aconteceu na telenovela "Império" produzida e exibida pela Rede Globo, entre os anos de 2014 e 2015, escrita por Aguinaldo Silva; o(a) personagem "Xana Summer", interpretado(a) pelo ator Ailton Graça, causou diversas discussões entre o(a)s telespectadore(a)s, pois o(a) mesmo(a) se vestia/montava/utilizava roupas "consideradas" de mulheres, assim como seus comportamentos eram similares aos "estereotipados" as mulheres, no entanto sua "paixão/amor/afeto" era voltado para a personagem "Naná", interpretada pela atriz Viviane Araújo[13]. As pessoas não conseguiam, assim como acontecia com o público do grupo Dzi, enquadrar, identificar e nomear o personagem, algo que deixa muitas pessoas intrigadas, pois necessitavam/necessitam enquadrar o(a)s sujeito(a)s.

Assim o grupo Dzi Croquettes perpetrava o *Queer* antes do mesmo surgir como estudos ou política. Então se pensar em substituir Estudos *Queer* por Estudos *Dzi* seria uma forma de homenagem a este grupo. Na Espanha diversos autore(a)s questionam sobre o uso do termo *Queer* devido ter emergido em outros contextos sociais e culturais (Estados Unidos) propondo ao invés de políticas *Queer*, teoria torcida ou teoria rarita. Outro(a)s téorico(a)s no Brasil, também, tem algumas tentativas de fazer essas aproximações, quando Berenice Bento fala em Teoria Transviada, mas ainda sem muita ressonância no universo acadêmico brasileiro. Seguindo essas tentativas de problematizar um *Queer* tupiniquim é que surgem as especulações a serem investigadas em torno das expressões já polemizadas pelo Dzi Croquetes nos anos 70. No entanto não problematizaremos essas nomenclaturas sobre o *Queer* neste texto, por acreditarmos que a nomenclatura *Estudos Queer* já vem se estabelecendo há alguns anos no Brasil e em diversos outros países, com isso construindo redes de grande importância e trazendo consigo conteúdos políticos e teóricos. Essas especulações iniciais podem produzir outras questões que se aproximariam do universo de nossa pesquisa, ao colocar em tela se seria possível pensarmos em uma Psicologia *Queer* – logo, não binária e universal, que permita a seus operadores e operadoras a possibilidade de inventar novas Psicologias, e de fomentar outras práticas *psi* que possam dar passagens para que conceitos e metodologias possam ampliar nossas posições enquanto pesquisadores e pesquisadoras que ousam dar um tom político e emancipatório para as sujeitas e sujeitos

[13] Retirado de http://gshow.globo.com/novelas/imperio/personagens/por-ator-ou-atriz/ em 24 de abril de 2015.

que nos brindam com suas vivências até então tratada(o)s como marginais, abjeta(o)s e excludentes visando reverter às negatividades associadas a vidas de dissidências, e, compor novos olhares e posições de teorizações que reconheçam as pessoas e suas práticas como positivas e ampliadas de vidas que não mais seriam vistas como errantes, mas, vidas potentes e colaboradoras da emergência de estilísticas de existências. Desta forma, para que o(a)s profissionais da Psicologia que trabalham em instituições carcerárias também deveriam ousar ultrapassar os modelos dados de suas práticas e inventar novos possíveis (CÓRDOBA, 2005; PENEDO, 2008; SALIH, 2012).

Para iniciar nossas problematizações, necessitamos apresentar algumas questões teóricas, políticas e sociais que antecederam os estudos *Queer*. Desta forma é importante colocar que a sexualidade foi e ainda tem sido vinculada com a natureza, sendo o último vestígio do pré-social que há no humano, entendido como energia e impulso. De tal modo que é utilizada como base legitimadora da ordem social, da produção das diferenças e desigualdades, sendo o apoio dos discursos proferidos pelo(a)s dominantes (classe média e alta, heterossexuais, branco(a)s, homens), pois estabelecem normas – como exemplo o relacionamento homossexual não ser natural/normal e por isso não deve ser aceito – para dominarem (CÓRDOBA, 2005). Como aponta Donna Haraway (1997, p. 102, apud CÓRDOBA, 2005, p. 25) "Também tem servido como modelo para a ação humana, como poderosa base do discurso moral. Não ser natural, ou atuar de maneira não natural, é não ser considerado como saudável, moral, legal ou, em geral, como uma boa ideia." [Tradução nossa].

Assim, a sexualidade tomada como natural e no singular – modelo único e absoluto de verdade - pode ser pensada como algo mais animal e primitivo dos seres humanos, sendo um dos inimigos da ordem social imposta, então a mesma deve ser controlada e disciplinada pelas instituições disciplinares da sociedade e seus regimes de regulações (biopoder e biopolíticas) advindos do Estado. A ideia de biopoder surgiu com Foucault (1988) em sua obra "História da Sexualidade I: a vontade de saber"; o termo é usado para nomear o poder que se exerce sobre o corpo e a vida. Ou seja, são métodos que permitem o controle dos corpos e desta forma formam-se sujeito(a)s dóceis e úteis (BATISTA, 2003), pois o biopoder:

> [...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que

> caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. (FOUCAULT, 1988, p.131)

No entanto, podemos dizer que o poder até então normatizador e disciplinar que agia sobre os corpos individualizados (biopoder), passa a se concentrar na figura do Estado, de modo a administrar a vida, os corpos e os prazeres da população. Seguindo essa lógica, a biopolítica se soma às práticas disciplinares centradas sobre as pessoas, para atuar sobre a população através de processos de normatização regulatória como prática comum. A biopolítica:

> [...] centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. (FOUCAULT, 1988, p.131).

Desta forma os prazeres e os desejos devem ser controlados, com a promessa que os mesmos vão ser alcançados a posteriori, ou seja, a sexualidade tem como único objetivo a reprodução e perpetuação da família, as práticas sexuais devem ser limitadas à procriação e continuidade da espécie, deste modo se colocavam os evolucionistas. Por outro lado temos grupos que pregavam/pregam a liberação sexual, colocando que esta repressão atrapalha o pleno desenvolvimento dos seres humanos a sua realização natural (essência), neste grupo podemos situar os freudmarxistas (CÓRDOBA, 2005; SAÉZ, 2005).

Vale ressaltar que a Psicanálise foi uma das primeiras a romper com a visão naturalizante das sexualidades, com base no principio de que a sexualidade é constituída a partir do atravessamento da barreira do simbólico pelas pulsões sexuais, assim se inscrevendo e sublimando nas instituições; desta forma se reconhece que não existe sexualidade natural antes deste processo de repressão. As teorias de Freud muitas vezes rompiam com as ideias de sexualidades dominantes, no entanto o mesmo muitas vezes se retratava e ia contra suas próprias teses. Após Freud o(a)s psicanalistas em sua maioria se voltaram para abordagens mais naturalistas e biologizantes, de tal modo que a Psicanálise voltou para os discursos de normatizações (TEIXEIRA-FILHO, 2013; CÓRDOBA, 2005).

Dentro da Psicanálise podemos ver que a normalidade sexual vai se formar através do que foge do natural, assim sendo perverso e devendo ser analisado através dos processos psíquicos. No entanto alguns(algumas) autore(a)s como Laplanche e

Pontalis (1968, apud CÓRDOBA, 2005, p. 27) apontam que para Freud a sexualidade é perversa, pois as pulsões se tornam sexuais quando as mesmas se separam das funções biológicas, ou mesmo do caráter reprodutivo.

Na contra mão da Teoria Psicanalítica, teórico(a)s como Foucault concebem a sexualidade como algo não natural, mas construída socialmente. Foucault (1988) em seu livro "História da sexualidade I: a vontade de saber" começa a enunciar o que ele chamou de *dispositivo de sexualidade*, que seria uma série de tecnologias e estratégias utilizadas para conter e disciplinar os corpos, e, aqui vale transcrever como o autor definiu *dispositivo de sexualidade*:

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2007, p. 244).

Desta forma para Foucault (1987) a burguesia construiu ao longo dos anos dispositivos para dominar e disciplinar os corpos principalmente da classe trabalhadora; logo a naturalização da sexualidade serviu e ainda serve como forma para que o(a)s trabalhadore(a)s monopolizem suas energias para o trabalho (CÓRDOBA, 2005; PENEDO, 2008). Partindo desse pressuposto, Gayle Rubin (1989) afirma que o sexo foi ao longo dos tempos sendo reprimido e construído como uma prática pecaminosa, quando existem variações (quando vai além do sexo reprodutivo), principalmente pelas instituições religiosas cristãs e mais tarde pela medicina, psiquiatria e psicologia, que patologizaram essas práticas sexuais que fogem do sexo para procriação em sua vertente "tradicional". Dentro da Psicologia podemos apontar as teorias psicanalíticas, quando na famosa obra "Três ensaios sobre a teoria da sexualidade" Freud (1973) emprega como perversa qualquer variação em relação às práticas sexuais.

Sendo assim, é fundamental para a perspectiva *Queer* a desnaturalização das sexualidades e dos gêneros, o que se aproxima da teoria da performatividade de Butler (2003), mas que teve como ponto de partida a famosa frase de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se uma", o que por extensão, também podemos afirmar que não se nasce homem, tão pouco homossexual, heterossexual, bissexual ou qualquer outro atributo que reduza o ser humano a uma identidade fixa e totalizada. A desnaturalização da sexualidade se inicia com a crítica que Gayle Rubin (1975) fez ao *sistema sexo/gênero*.

Rubin (1975) argumenta sua crítica na dicotomia entre natureza (sexo) e cultura (gênero), no entanto a primeira só se complementa com a segunda. Assim os gêneros são as roupas que se colocam no cabide (sexo), ou seja, gênero é aplicação de significados que cada sociedade impõe ao sexo biológico. Com isto o sistema sexo/gênero é como se formam as mulheres (estereótipos do que é ser mulher - ser delicada, educada, cuidadora do lar, entre outros) e os homens (macho, que não tem medo de nada, sustenta a família, entre outros) (CÓRDOBA, 2005; PENEDO, 2008).

Assim como colocou Foucault (2006) sobre o *dispositivo de sexualidade*, Rubin (1975) anuncia que o *sistema sexo/gênero* serve como um dispositivo para controlar e disciplinar as pessoas, cristalizando e normatizando. Desta forma, o mesmo funciona como uma tecnologia que auxilia a subordinação das mulheres aos homens, construindo uma sociedade machista, na qual o patriarcado é sua base de sustentação (CÓRDOBA, 2005; PENEDO, 2008; PERES; 2013; SALIH, 2012). Judith Butler (2003), algum tempo depois, acrescentou ao sistema *sexo/gênero* os desejos e práticas sexuais; com isso, segundo as políticas heteronormativas as pessoas deveriam se enquadrar neste sistema, ou seja, uma pessoa que nasce com o sexo de macho, deverá ter o gênero masculino, desejo heterossexual e ser ativo na prática sexual, e quem nasce com o sexo fêmea, deverá ter gênero feminino, desejo heterossexual e prática sexual passiva; criando se assim um código de inteligibilidade e padronização (PERES, 2013).

Vale ressaltar como coloca Susana Penedo (2008) tanto heterossexuais como homossexuais e tantas outras pessoas que fogem das normas sofrem com a política da heteronormatividade. Ou seja, todas estão reprimidas, disciplinadas e controladas por esse dispositivo/tecnologia que reduzem e naturalizam as expressões humanas. Assim homens do sexo masculino, com práticas e desejos heterossexuais necessitam todos os dias se auto afirmarem neste papel, como muito bem colocou Butler quando a mesma trouxe a teoria da performatividade. Para a autora a identidade é construída no interior da linguagem, dos discursos e das instituições; desta forma desde que nascemos somos "generificado(a)s", colocam uma (vale considerar que estamos usando "uma", pois não existem variações neste caso) máscara/fantasia e deste modo nos fazemos – através da repetição destes atos - homens ou mulheres heterossexuais, ao contrário do que se prega, que "somos" (SALIH, 2012). Com isso vão se criando políticas identitárias, que aprisionam e controlam as pessoas e os corpos em meros reducionismos.

Os Discursos *Queer* surgiram problematizando e fazendo críticas as políticas identitárias, pois negam o caráter natural da identidade (antiessencialista) com seu

caráter fixo e estabelecido, ou seja, colocando que as identidades são construídas socialmente e múltiplas; desta forma não se perde outras linhas/vivências (PENEDO, 2008; SALIH, 2012). Deste modo, colocam as pessoas como construções sociais que estão sempre abertas e em constantes transformações, do mesmo modo como era colocado por Deleuze e Guattari (1995), para os quais a vida é um processo sempre aberto e em constante mutação, desta forma somos atravessados por diversas linhas – linhas duras que remetem à normatividade; linhas de fuga que são rupturas nas dobras/nós, que fazem fugir do que é imposto como normal - que formam o rizoma, tendo entradas e saídas múltiplas, no entanto algumas linhas se fecham, formam uma dobra, cristalizações e com isso formando as identidades normatizadoras e excludentes (PERES, 2013).

As identidades são produzidas socialmente, historicamente e geograficamente, no entanto juntamente com a diferença a identidade tende a ser naturalizada, dadas como algo que sempre existiu e que deve continuar. A identidade parece ser positivada como “aquilo que sou” (brasileiro, homem, branco, heterossexual, entre outras linhas), no entanto traz uma lista extensa de negações, “aquilo que não sou” (não sou japonês, mulher, negro, homossexual, etc.). Nessas negações temos a tendência de acreditarmos que nossa identidade é a natural, normal e o outro se torna diferente, estranho. Partindo dessas ideias, esses dois conceitos são criação da linguagem, são produzidos na linguagem, nos discursos, criações sociais e culturais (BORIS, 2011; SILVA, 2000).

Assim, a noção de identidade pressupõe uma relação de semelhança com determinado modelo que é imposto, seja pela família ou sociedade, assim esquece-se que possa existir as mais variadas diferenciações e se nega os diversos tipos de masculinidades e feminilidades (BORIS, 2011; PORTELLA, 2005). Desta forma concordamos com o pensamento de Forró Kehl (1996, p. 11 e 12):

> [...] nada poderia parecer mais consoante com a idéia de diferença do que a perspectiva de que cada sujeito possa se dizer um, num contexto em que tudo se massifica, se industrializa, se globaliza. No entanto, quando se fala em diferença, a referência não são as singulares e sim a produção de identidades. (...) As identidades são as próteses subjetivas produzidas nas sociedades de massa – e quem vive no século XX, sabe que a afirmação das diferenças, constituídas como grupos identitários, tem tido antes o efeito de produzir a intolerância do que o diálogo e a convivência na diversidade. É notável que agrupamentos sociais se diferenciem e se representem segundo traços identitários sexuais, raciais, nacionais, étnicos, religiosos e, por que não (...), de classes. Mas esperar que a marca identitária dê conta da subjetividade, que a permanência a um grupo defina por exemplo para os indivíduos os caminhos a ser percorridos pelo desejo e o objeto de sua satisfação, é a meu ver um dos modos contemporâneos de alienação.

Entendemos que a noção de identidade pressupõe uma semelhança essencial com algo que é imposto como igual, natural e determinado como "o certo", opondo-se à ideia de diferença, desta forma criando pessoas não pensantes, alienadas até e principalmente em seus desejos, ou seja, uma imposição de como se deve "ser" e "desejar" em sua existência, como consequência dos efeitos da biopolítica e do biopoder apontados por Foucault (1988).

A política identitária é fortemente criticada dentro dos Estudos *Queer* por seu caráter regulador, excludente e opressivo em relação às minorias, como mulheres, lésbicas, gays, trans, travestis, pobres, negro(a)s, asiático(a)s, entres muitas outro(a)s. Vale ressaltar que a Perspectiva *Queer* rompe com o binarismo homo/hetero, quando coloca que o importante não é com quem se pratica, mas quais práticas sexuais, uma atitude *Queer* que importa (PENEDO, 2008).

Para os Estudos *Queer*, assim como apontava Foucault (1988; 1987), o poder se distribui por todo o tecido social, desta forma não é localizável. Com isso os contra poderes/resistências não se estabelecem em um determinado local, mas é desterritoralizado, ou seja, está em todos os lugares; algo que foi aprendido com a crise da AIDS, pois o vírus não respeita classes sociais, cor, raça, sexos, gêneros, desejos e práticas sexuais, com isso apontando – nos anos 80 – a existência de diversos dispositivos e tecnologias que constroem os corpos sociais, racismos, preconceitos, estigmatizações e as dominações que muitas pessoas sofrem e que essas formas de controle formam uma rede (CÓRDOBA, 2005; SÁEZ, 2005). Deste modo, além de problematizar, desconstruir as políticas identitárias, tenta mostrar as redes de poderes, saberes e prazeres transformados em tecnologias pelos quais somos dominado(a)s, em diversas esferas, áreas e territórios, que cristalizam e formam dobras que somente nos despotencializam, ocorrendo uma homogeneização da produção da subjetividade (HICKEY-MOODY; RASMUSSEN, 2009).

Partindo dos mesmos princípios, os teóricos Deleuze e Guattari são considerados "filósofos da diferença" por criarem conceitos baseados na não-filosofia (literatura, arte, pintura, entre outras), pensando a filosofia fora da História da Filosofia (CARNEIRO, 2013). Para estes dois pensadores, como já comentado acima, somos construídos por linhas, entre elas a molar, molecular e de fuga, que são concomitantes. As molares são entendidas como duras, predeterminadas socialmente, que normatizam a vida, territorializam, são modelos dominantes, macropolíticas que hierarquizam, cristalizam e determinam a vida. Já a molecular é a desterritorialização, flexibilidade, não

estratificação, ela atravessa as estruturas normatizadoras, são linhas de abertura a multiplicidade, micropolíticas, nas quais os desejos podem se efetivar. As linhas de fuga são a própria desterritorialização, as rupturas, fuga do normatizado, criação de novos possíveis, de devires. Juntamente com as linhas de fuga, a molar e molecular formam o rizoma, já apontado anteriormente (DELEUZE, 2010; DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Assim as teorias de Deleuze e Guattari são a busca pela ética da imanência, da vida, do devir, que vai contra o maior, ou seja, enfrenta, desestabiliza o dominante e majoritário. Para criarem o conceito de maior e menor os filósofos da diferença buscaram apoio nas peças de teatro de Carmelo Bene e na literatura de Kafka. Bene que era ator, produtor, autor e diretor de teatro, recriou diversas peças famosas nos anos 70, como Pinóquio, Romeu e Julieta e Ricardo III. Nessas retirava, subtraia os elementos de poder, de dominação da peça original, então Deleuze denominou suas (re)criações de "peça de menos", por retirarem as linhas molares, duras e tradicionais das histórias; produzindo novas possibilidades, trazendo o menor, os elementos que não tinham poder (de voz, atos, entre outros elementos) para serem apresentados e não reproduzidos, devir-minoritário. Criação de linhas de fugas dentro do teatro, de peças tradicionais e elementos normatizados (CARNEIRO, 2013).

Assim, o maior para Deleuze e Guattari são os dominantes, as normatizações, os que têm o poder, já o menor é aquele sufocado, que retiram sua voz, fica na margem e pode vir a ser, pode devir, produção de novos processos. O menor está sempre em luta, o que cria novas possibilidades, busca sair das cristalizações e encarceramentos. É o verdadeiro conceito de devir, devir-menor. Devir, é tornar-se, transformação contínua, sempre em processo, não imitação ou reprodução, é também política de existência, na qual se vê a vida como processo, criação constante, estar no meio, experimentar o que está no meio, é abandonar os essencialismos em vez de somente "ser", utilizar a conjunção "e". Os autores viram nas obras de Kafka personagens que estão sempre em devir, busca de transformação, ir além do que é dado, proposto, criação de linhas de fugas (CARNEIRO, 2013; DELEUZE, 1992; 2010; DELEUZE; GUATTARI, 1995; 2003).

O maior, macropolítico e molar, são as determinações de gêneros, sexos, desejos e práticas sexuais, são os reducionismos, universalismos, determinismos e normatizações de grande parte das ciências. Não existe um devir-homem, pois este é dominante, o sistema patriarcal fez dos homens a referência, o que detêm o poder e

dessa forma é normatizado e territorializado. O devir-mulher, devir-minoritário, menor são moleculares, desterritorializantes, são fluxos que criam linhas de fugas, que buscam novas alternativas, não se deixam cristalizar, rompem com as normatizações e estratificações. O devir é o eterno processo em tornar-se, é a não utilização da preposição excludente "ou" (ou homem ou mulher, ou heterossexual ou homossexual, etc.), mas processo de adição, homem e mulher e criança e homossexual e heterossexual. Assim, devir-menor é um processo de desterritorializar, quebrar normatizações, um processo inacabado, que não tem fim (CARNEIRO, 2013; DELEUZE, 1992; 2010; DELEUZE; GUATTARI, 1995).

A Perspectiva *Queer* e os filósofos da diferença vêm para somar com a Psicologia, para que o(a)s profissionais possam ser problematizadore(a)s da realidade na qual atuam, enfocando em nossa pesquisa, o(a)s psicólogo(a)s penitenciários, pois acreditamos que a Psicologia deva ser uma linha de fuga dentro de uma instituição normatizadora, que tende a enquadrar todo(a)s que estão ligado(a)s a ela, de forma a reduzir a atuação do(a)s todo(a)s funcionário(a)s, limitando-o(a)s a práticas mecânicas (abrir e fechar portas, vigiar, realizar exames criminológicos, entre outras) e não problematizadoras.

2.2 DIÁRIO DE BORDO

Durante quatro meses visitamos doze unidades penitenciárias de regime fechado masculinas, que pertencem a SAP/SP. Foram mais quatro mil quilômetros rodados para que pudéssemos conhecer essas doze penitenciárias, que estão no território de quatro coordenadorias (Região Oeste, Noroeste, Capital e Grande São Paulo, e Central). Para que pudéssemos entrar nas penitenciárias e com isso realizássemos as visitas foram necessárias diversas ligações para cada unidade; sempre entravamos em contato com o(a) diretor(a) do setor de reintegração social (em alguns lugares chamados de CRAS – Centro de Reintegração e Assistência Social), nos apresentávamos como pesquisadores de Psicologia da UNESP/Campus de Assis, devido ser uma instituição conhecida por grande parte da população paulista e deste modo tendo mais facilidade para os contatos. Já havíamos tido o parecer favorável à pesquisa do Comitê de Ética em Pesquisa da SAP/SP (CEP/SAP), que foi enviado para as unidades que havíamos escolhido[14], no entanto no primeiro contato muito(a)s diretore(a)s colocavam não ter recebido nenhum

[14] Não iremos nomear as unidades ou cidades nas quais realizamos as entrevistas como forma de sigilo, também acreditamos que não estaremos falando somente dessas, mas sim de todas as unidades penitenciárias masculinas de regime fechado do estado de São Paulo.

documento, com isso entramos em contato com o CEP/SAP que reenviou para todas as unidades o parecer, em algumas unidades conseguimos o agendamento e a realização das entrevistas, mas algumas ainda indicavam o não recebimento, com isso pedimos o reenvio e nos passassem as datas para que pudéssemos passar para o(a)s responsáveis das unidades e assim fosse verificado, após algum tempo todas as unidades tiveram acesso ao parecer e liberaram um(a) profissional de Psicologia para que fizéssemos as entrevistas.

Em cada unidade encontramos diferentes formas de funcionamento e localização das mesmas em relação ao centro urbano das cidades, no entanto algumas existiam características semelhantes. Vamos descrever cada visita, para que fique mais claro todo o processo de mapeamento e as vivências que tivemos. Grande maioria das penitenciarias paulistas, do interior do Estado, fica em vicinais pouco movimentadas e bem distantes das áreas urbanas das respectivas cidades. A unidade um[15] foi a mais surpreendente, por não ter as imensas muralhas que isolam os pavilhões das áreas administrativas e do mundo; um(a) do(a)s funcionário(a)s colocou que isso poderia ajudar as pessoas que estão presas ficarem mais calmas e menos isoladas, mas que era só uma teoria criada por ele(a). Teoria a nosso ver muito interessante, porque a retirada das muralhas deu um toque de humanização, para uma instituição que não se espera e não se vê resquícios de vida.

Nossa entrada foi tranquila, com os procedimentos padrões das penitenciárias: apresentar algum documento com foto, deixar chaves e celular na portaria, passar por detector de metais, ser revistado por um(a) agente e explicar que o gravador foi autorizado, que não era um celular e que precisávamos para poder gravar a entrevista. Fomos acompanhados por um(a) funcionário(a) até a sala da(o) psicóloga(o) que tinha aceitado a participar da pesquisa. Na volta não precisamos ser escoltados. Na unidade um apesar da preocupação com o gravador, o ambiente era agradável e a recepção foi tranquila, a penitenciária por não ter as muralhas parecia mais amena e nos passou a sensação de ser possível pensar em instituições mais preocupadas com a vida das pessoas que estão presas, do que somente a segurança e em punir.

Na unidade dois passamos pelos mesmos procedimentos, no entanto fomos recepcionados pela(o) própria(o) psicóloga(o) que havia concordado em participar da pesquisa. A unidade tinha sido reformada há pouco tempo, passando um ar de mais

[15] Nomearemos as unidades por números, de forma aleatória, para manter o sigilo em relação aos(as) profissionais que nos receberam, assim a unidade um pode, ou não, se ligar ao(a) colaborador(a) um.

moderna e bem estruturada. O setor de reintegração tinha um amplo espaço para poder trabalhar, o que não vimos em outras penitenciárias. Havia um jardim muito bem cuidado em frente aos prédios administrativos, o que pode ser uma tentativa de alegrar o ambiente, mas as muralhas enormes e cinzas logo à frente já demonstrava que a segurança é importante. Ao sairmos da unidade o(a) agente que estava na portaria pediu para que abríssemos a porta mala do carro, um procedimento padrão em algumas penitenciárias, algo que era novo para nós.

Na unidade três também tivemos que abrir a porta mala do carro, mas ao entrar e sair. Nossa entrada teve algumas confusões, o(a)s agentes que ficam na portaria estavam confuso(a)s sobre o motivo de nossa visita a unidade, acreditavam que iríamos atender alguma pessoa presa juntamente com a(o) psicóloga(o) da unidade. Quando a(o) mesma(o), que havia concordado em participar da pesquisa, foi nos receber explicamos para o(a)s funcionário(a)s o objetivo da nossa ida até a unidade. Nessa penitenciária tivemos a oportunidade de conhecer toda estrutura; juntamente com a(o) psicóloga(o) e um(a) agente chefe do turno, andamos pelos espaços dentro da muralha, conhecemos o parlatório no qual acontece os atendimentos de profissionais da Psicologia, Serviço Social, Direito, entre outro(a)s. Devido o pavilhão de disciplina estar em reforma fomos autorizados a conhecer, o que foi uma vivência diferente, de empolgação por conhecer um local que quase nunca é mostrado e visto, mas ao mesmo tempo sufocante, pois eram celas com uma cama de concreto, uma pia, um vaso sanitário e chuveiro, e duas frestas nas paredes por onde entrava a luz do sol. Nessas celas ficavam pessoas presas que tinham cometido alguma falta disciplinar, permaneciam por 30 dias, em cada uma das celas ficavam três pessoas presas, que não saíam durante esse tempo para nenhum lugar, ou seja, a restrição era ainda maior para essas pessoas. Foi difícil imaginar ficar ali todos esses dias, sem poder sair ou "tomar banho de sol", o que nos fez pensar em como tratamos essas pessoas e como a humanização ainda não chegou às penitenciárias.

Por questões de segurança só pudemos entrar em determinados espaços que não houvesse pessoas que estavam presas, quando existia alguma ou não podíamos ir ou era pedido para que estas ficassem acuadas perto das paredes, demonstrando a preocupação com um possível ataque. Os pavilhões tinham 16 celas, cada uma com no mínimo 30 pessoas presas, nas quais deveriam ter no máximo doze. As roupas eram penduradas em varais improvisados nas quadras de futsal, o que nos fez lembrar o filme "Carandiru", no qual as roupas das pessoas ficavam penduradas em varais nos pátios. Essa visita mais ampliada da penitenciária nos fez questionar ainda mais sobre o real motivo das

muralhas nas unidades, porque nas que visitamos e tinham muralhas, o ambiente era mais pesado, mais duro e difícil de não se pensar em solidão, tristeza e desânimo. O ar de tranquilidade e otimismo que nos passou na unidade um, foi atropelado por instituições cinza e sem vida que caracterizam a maioria das outras.

A unidade quatro apesar de ficar em uma rodovia bem conhecida do interior paulista, foi construída em um trecho que é pouco movimentado. O procedimento para entrada de carro foi o mesmo encontrado em outras unidades, nos identificamos como pesquisadores da UNESP/Assis e abrimos a porta mala. No entanto quando fomos adentrar tivemos alguns problemas na portaria, não foi permitida nossa entrada com o gravador, com a justificativa que não estava descrito no parecer, do CEP/SAP, a utilização e permissão para usarmos o gravador de voz, mesmo que não fossemos ultrapassar as muralhas e ficar na parte administrativa. No entanto não fomos revistados, somente tivemos que deixar o gravador e chave do carro em um armário que é disponível aos(as) funcionário(a)s. Mesmo com autorização da SAP/SP nossa entrada nas penitenciárias foi motivo de preocupação por parte do(a)s funcionário(a)s e diretore(a)s, o que demonstrou que pessoas externas são sempre tidas como possíveis perigos ou podem estar em perigo. Vale colocar que nessa unidade a coleta de dados foi através da anotação da fala da(o) colaboradora(o).

Nossa entrada na unidade cinco teve algumas dificuldades, primeiramente não precisamos abrir a porta malas do carro, alguns percalços encontrados foram na hora de passar pelo detector de metais, apesar de não estarmos portando nenhum objeto de metal, havia somente no botão e zíper da calça jeans, a maquina que detecta metais apitou por diversas vezes, somente quando conseguimos tapar bem o botão que foi possível à autorização para entrada. Alguns objetos como pasta com folhas, relógio, óculos, chaves e gravador passaram por raio-X. Outra dificuldade foi para entrarmos portando o gravador de voz, o(a) chefe da portaria teve que ligar para o(a) diretor(a) de segurança e disciplina para autorizar, mas somente depois que a(o) psicóloga(o) que aceitou participar da pesquisa foi ao nosso encontro na portaria. Ao final da entrevista, quando saíamos da unidade mostramos o gravador e pegamos os documentos e chaves.

A visita na unidade seis foi uma das mais tranquilas, ao entrar não tivemos que abrir a porta malas do carro. Quando chegamos à portaria a(o) psicóloga(o) que aceitou participar da pesquisa estava nos esperando, assim como o(a) diretor(a), por coincidência, este(a) último(a) vendo que portávamos o gravador pediu que esperássemos para poder checar na autorização. Após alguns minutos o(a) ASP da

portaria recebeu duas ligações perguntando se nossa entrada estava autorizada, o(a) mesmo(a) disse que sim, o único problema era o gravador. Depois de algumas conversas foi autorizada nossa entrada no prédio da administração. Passamos pelos procedimentos de segurança, detector de metais e revista, ao subirmos para o setor no qual ficam as salas de diversos setores administrativos, fomos chamados pelo(a) diretor(a) para que pudéssemos nos apresentar e falar sobre o projeto. Informamos toda nossa trajetória no sistema penitenciário, assim como os procedimentos que tínhamos passado para sermos autorizados a fazer a pesquisa. O(a) mesmo(a) fez algumas considerações da importância de pesquisas no campo, que precisava ter um olhar para o(a)s ASP também, e colocou algumas ressalvas sobre a importância do sigilo, sentimos que o mesmo estava um pouco receoso com a nossa entrada na penitenciária. Após um tempo, fomos a uma sala de reuniões no mesmo prédio para fazer a entrevista, quando terminamos e íamos embora, achamos de bom modo passar pela direção e agradecer a autorização para entrarmos, assim como nos despedirmos. O(a) diretor(a) fez algumas considerações, pediu para ter acesso ao trabalho no final e que fosse mantido o sigilo. Pudemos perceber que apesar de sermos bem recebidos, existe um medo por parte de funcionário(a)s e diretore(a)s sobre o que iremos relatar e quem poderá ter acesso a tais colocações. O que nos mostra que não é somente as pessoas que estão presas que dizem "sim senhor" e mantém um respeito à ordem hierárquica, todas as pessoas que estão envolvidas acabam tendo que ter ou performar o mesmo respeito, submissão e medo.

Na unidade sete não tivemos que nos identificar ou ter o carro revistado na sub-portaria, no entanto tivemos que aguardar do lado de fora da portaria até que achassem nossa permissão. Depois passamos pelos procedimentos de revista e fomos acompanhados pelo(a) psicólogo(a) até a área administrativa, que fica depois da muralha. Segundo alguns(algumas) funcionário(a)s esse modelo no qual as salas da administração ficam dentro das muralhas, juntamente com os pavilhões, é antigo; as penitenciárias mais recentes tem essa parte para fora das muralhas, isso devido a ter mais segurança para o(a)s profissionais e também que em rebeliões muitos arquivos eram perdidos.

Na unidade oito passamos pelos mesmos procedimentos de revista do carro na sub-portaria e depois revista na portaria, tivemos que aguardar a(o) psicóloga(o) chegar para nos acompanhar. Quando fomos adentrar a(o) funcionária(o) percebeu que estávamos com o gravador e pediu que esperássemos ela ter autorização da diretoria

para poder liberar, com o aval do(a) diretor(a) fomos liberados para entrar na parte administrativa.

Na unidade nove o carro não foi revistado na sub-portaria, o(a) funcionário(a) somente pediu que aguardássemos para que ele confirmasse nossa autorização, pois era novo na unidade. Confirmada nossa permissão, fomos até a portaria, na qual passamos pelos procedimentos de revista e depois tivemos que aguardar para que algum(a) funcionário(a) pudesse nos acompanhar. Nessa unidade não tivemos nenhum empecilho sobre a entrada com o gravador, algo que foi dado como estranho pela(o) psicóloga(o) que aceitou participar da pesquisa, pois disse que a segurança não autoriza facilmente a entrada com certos objetos.

Na décima unidade penitenciária, novamente não precisamos ter o carro revistado na sub-portaria, e na portaria só precisamos passar pelo detector de metais, no entanto novamente o(a) ASP responsável ligou para o(a) diretor(a) de segurança para que pudesse deixar que entrássemos com o gravador de voz, com a autorização do(a) mesmo(a) fomos liberados. Apesar de termos sido acompanhados por um(a) agente até a sala de Reintegração, a unidade parecia muito calma e tranquila, assim como o(a)s funcionário(a)s, não havia o clima de tensão que sentimos em outras unidades.

Em nossa penúltima visita a penitenciária tinha uma estrutura parecendo ser mais moderna, na sub-portaria tivemos que aguardar a pessoa responsável ter confirmação de nossa visita pelo(a)s agentes que ficam na portaria. Na frente da portaria estavam três carros da polícia aguardando para fazer escolta. Para entrar tivemos que passar pelos procedimentos de revista, mesmo que não iríamos atravessar a muralha, com isso tivemos que deixar nossa pasta e gravador para passarem pela máquina de raio-X, guardamos alguns pertences no armário do(a)s funcionário(a)s e passamos pelo detector de metais, no entanto o mesmo sempre apitava, após algumas tentativas o(a) ASP disse que era para tentar pela última vez, caso apitasse teríamos que ir para uma sala e tirar a roupa para verificação, no entanto na última vez a máquina não detectou nenhum metal e fomos liberados. Essa unidade nos pareceu muito mais silenciosa e tranquila do que as demais que visitamos. Na saída estava chegando as “marmitas” das pessoas que estavam presas, essas tinham que passar pela máquina de raio-X e eram levadas por duas pessoas vestindo fardas, não conseguimos identificar se eram ASP ou policiais, no entanto por nossas vivências o(a)s agentes não utilizam fardas, assim acreditamos que poderiam ser policiais de fora.

Na última penitenciária a qual visitamos ficamos parados na sub-portaria até que conseguissem encontrar nossa autorização para entrar, fomos encaminhados para a portaria. O aspecto externo na unidade parecia de uma penitenciária antiga, depois fomos informados que antigamente a mesma era uma cadeia pública e acabou tornando-se unidade penitenciária. Na entrada tivemos que passar pelo detector de metais, mesmo vestidos com calças jeans que utilizávamos quando estagiários (na qual já havíamos tirado todos os metais, devido passarmos pelo mesmo procedimento todos os dias, no entanto havíamos deixado o botão e o zíper) a máquina sempre apitava, então foi pedido que colocássemos calças de moletom da unidade, assim colocamos e passamos pela máquina novamente, essa não detectou nenhum metal, então passaram nossas calças pelo raio-X e fomos liberados. Nessa unidade e na penúltima ficamos imaginando como deve ser a revista do(a)s familiares das pessoas que estão presas, essa chamadas de revistas vexatórias, pois são pessoas vistas como mais perigosas, pois atravessam às muralhas, nós somente ficávamos na área administrativa, que era fora das muralhas e pavilhões. Visitamos doze unidades penitenciárias de treze propostas, essa última penitenciária não foi possível visita, segundo a(o) psicóloga(o) da unidade que nos atendeu a penitenciária conta somente com um(a) técnico(a) de Psicologia, sendo que o(a) mesmo(a) estava com muitos trabalhos para serem realizados e não poderia nos atender pessoalmente, assim pediu que enviássemos os tópicos disparadores por e-mail.

As visitas que fizemos durante esses quatro meses foram de extrema importância para nossa pesquisa, pois através da vivência que tivemos em cada unidade, o contato com as pessoas, desde a sub-portaria até o(a) psicólogo(a) mostravam muito mais que poderíamos ter captado somente com a entrevista. A realidade dos detectores de metais, a forma de tratamento entre ASP e sentenciado(a)s, a preocupação com nossa entrada pelas pessoas responsáveis, isso não teríamos acesso se tivéssemos optado por entrevista via internet ou telefone. Essas vivências nos ajudarão a problematizar sobre as construções das unidades penitenciárias, o cotidiano e os sentimentos que atravessam essas gigantes de pedras.

3. OBJETIVOS

Cartografar as atuações e histórias (de vida no sistema prisional) do(a)s psicólogo(a)s que trabalham(trabalhavam) diariamente dentro das penitenciárias do estado de São Paulo, de modo a mapear suas formações profissionais e o que está sendo feito por este(a)s profissionais nas penitenciárias paulistas. Esse mapeamento nos ajudou a clarificar a respeito de como a Psicologia está sendo utilizada em uma instituição que preza mais pela segurança do que pela reinserção social do(a)s sujeito(a)s preso(a)s, bem como mapeamos os desejos profissionais e problematizações de suas funções nas penitenciárias.

4. SOBRE O SURGIMENTO DAS GIGANTES INSTITUIÇÕES DE CONCRETO

4.1 DOS SUPLÍCIOS ÀS PRISÕES

Para fazer um apanhado geral sobre a construção/mudanças das punições é necessário que o mapeamento se inicie a partir das leituras da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault (1987), e através dessa pode-se cartografar que o sistema punitivo foi se transformando e acompanhando às fases do desenvolvimento econômico e social. Segundo o autor francês as prisões foram criadas como uma forma de punir aquele que rompe com as normas estabelecidas pelo Estado e veio para modificar as punições da Idade Média, na qual as transgressões eram consideradas como atos cometidos contra o soberano, este tinha o poder de vida e morte sobre seus(suas) súdito(a)s, então deveria ser vingado; para este fim, haviam os suplícios que deveriam servir de exemplos para toda a população, que vendo o(a) outro(a) sofrer não iriam praticar nenhum delito, pois o(a)s levariam ao sofrimento. Os suplícios eram cerimoniais públicos, quase que teatrais, que deveriam reconstituir a soberania lesada (BATISTA, 2003; FOUCAULT, 1987; 1988). Como exemplo de suplício tem-se:

> [Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. Finalmente foi esquartejado [relata a Gazette d'Amsterdam]. Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam afeitos à tração; de modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembrar as coxas do infeliz, cortar-lhe os nervos e retalhar-lhe as juntas [...]. (FOUCAULT, 1987, p.9).

Com o passar do tempo, estas formas de punições foram sendo criticadas pela população, pois não eram consideradas civilizadas em relação aos ideais liberais da sociedade que aflorava na Europa Cristã e ressoava no resto do mundo, além de ser uma sociedade que prezava mais por não ter o poder sobre a morte, mas um saber-poder sobre a vida, assim, podia-se controlar a vida da população. A partir de então, os atos infracionais passaram a ser considerados afrontamentos a toda sociedade e as punições

se tornaram reservadas (prisões), ou seja, “a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime”, não mais o medo do sofrimento (FOUCAULT, 1987, p. 13). Outro fator para a queda dos suplícios foi o surgimento do mercantilismo, que ajudou na criação das prisões, pois a burguesia obteria mão de obra para explorar. O Iluminismo, também, contribuiu para o desaparecimento destes métodos de fazer sofrer, pois se acreditava que a justiça deveria punir e não vingar-se, pois assim se teria o mesmo “preço” para todas as pessoas, já que se vive em uma suposta sociedade liberta, a perda dessa atingiria a todas de forma igual (FOUCAULT, 1987; 1988; 2002; GARLAND, 2008; LIMA, C.B. de, 2009; REISHOFFER, BICALHO, 2015).

Vale colocar, que as prisões não surgiram com as leis penais, elas preexistiam os aparelhos judiciários. Antes de ser uma forma de punição para pessoas que cometeram determinados delitos, serviu para preservar e conter aquelas que seriam julgadas e executadas. Também começaram a aparecer em maior número quando a sociedade começou a repartir os indivíduos, demarcar, encarcerá-los em determinados territórios, assim conseguindo tomar-lhes o tempo e as energias, disciplinando os corpos e comportamentos, transformando as pessoas em dóceis e úteis (FOUCAULT, 1987, 2002; REISHOFFER, BICALHO, 2015).

A partir do século XIX a detenção começa a servir como forma de punição e acesso a humanização desses conjuntos de punições. A reclusão como punição estaria ligada ao costume da Igreja Católica de punir o clero com o isolamento, para que se pudesse ter o encontro com Deus e consigo mesmo, assim influenciando o estabelecimento das unidades prisionais como meio de transformação da “pessoa perigosa” (FOUCAULT, 1987, 2002; REISHOFFER, BICALHO, 2015). Atualmente pode-se dizer que ainda existe essa mentalidade nas penitenciárias brasileiras, as quais são quase sempre superlotadas e não dão condições as pessoas que estão presas de buscarem linhas de fugas, a não ser pelas religiões que cada vez mais se instauram e espalham pelas unidades, e nas quais as pessoas atualmente presas “arrependidas” buscam fé e esperança em algo para saírem da ilegalidade ou simplesmente dos maus-tratos de funcionário(a)s e outras pessoas que estão presas.

No século XIX (e ainda hoje) à prisão tinha como principal função o castigo, não como punição, mas como forma de correção ou recuperação das pessoas que estava/está presa. O Estado mantinha/mantém “o(a) mal feitor(a)”, “o perigo” fora da sociedade com a pretensão de disciplinar os corpos desta população monstruosa, anormal e perigosa. Pode-se perceber que desde o nascimento as prisões são criticadas por serem

inúteis e perigosas, servindo somente como grandes buracos para receber pessoas tidas como indesejáveis, no entanto não se consegue encontrar uma solução (FOUCAULT, 1987; REISHOFFER, BICALHO, 2015). A solução para muitas pessoas seria se as prisões transformassem o(a)s que estão encarcerado(a)s em dóceis e úteis para servir a sociedade e o Estado, mas por outro lado, não o(a)s acolhem de forma digna necessária.

Esse olhar sobre as penitenciárias como instituições que tiram de circulação pessoas tidas como periculosas e as encarceram para depois devolvê-las a sociedade de forma que saíam normatizadas, buscando ter comportamentos e pensamentos que são esperados das pessoas de bem, é o que faz as prisões terem cada vez mais força. A maioria da sociedade não quer ter o trabalho de entender os motivos do aumento das violências ou/e das inseguranças em que a "mas media" diz que se vive hoje, cada qual quer seu canto e aquele(a)s que infringem as normas que paguem pelo que fizeram, e se possível sofram, pensamento mesquinho e egoísta (FOUCAULT, 1987; REISHOFFER, BICALHO, 2015).

Foucault (1987) aponta que desde o ano de 1808 se adverte para que o(a)s sujeito(a)s preso(a)s sejam classificado(a)s e colocado(a)s em lugares a partir de seus crimes, assim não juntando pessoas que cometeram atos infracionais violentos com pessoas de pena leve, pois a primeira poderia ser "má" influencia para a segunda. As pessoas que estavam presas deveriam trabalhar para que pegassem gosto pela prática e a necessidade da ocupação, assim se tornando pessoas úteis para a sociedade e tendo uma vida pura. O que podemos observar, além dessas ideias ainda estarem presentes nas ideias de parte da sociedade sobre as penitenciárias, é a luta em enquadrar a pessoa que está presa em uma normativa do que é ser uma pessoa e ter uma vida correta. É o que fazem as escolas, religiões, famílias e outras instituições da sociedade, que tentam homogeneizar e normatizar as pessoas.

Vale colocar que os controles das virtualidades, das potencialidades das pessoas não são exercidos apenas por um poder autônomo – o judiciário – mas por uma rede de "poderes laterais", à margem da justiça, que vigiam e corrigem: a escola, o hospital, o asilo, a polícia, a família, entre outros. Entre eles uma mesma função, que é a de normatizar. Foucault (1987) identificou essas instituições da sociedade disciplinar, com base na teoria de Jeremy Bentham, como panópticas[16], ou seja, formas de poder que se

[16] O Panóptico é descrito por Foucault (1987, p. 162 - 163) como um território que é colocado "[...] sob a autoridade de um síndico; ele a vigia; se a deixar, será punido de morte. No dia designado, ordena-se todos que se fechem em suas casas: proibido sair sob pena de morte. O próprio síndico vem fechar, por

exercem como foco de luz que a tudo ilumina sem ser vista. Esse panoptismo age sob um tríplice aspecto: vigilância, controle e correção/produção (BATISTA, 2003).

Desta forma se tem uma maior vigilância sobre a população, e principalmente sobre a camada pobre, mas de maneira invisível, pois a vigilância está interiorizada em cada cidadão, é uma vigilância camuflada (BATISTA, 2003; BENELLI, 2015; LIMA, C. B., 2009; NEDER, 2009; SALLA, 1997). Para Vera Malagutti Batista (2003) o panóptico moderno são as redes de televisões, que se encontram praticamente em todos os lugares (residências, ruas, local de trabalho, etc.), em seus programas quase sempre estão "sugerindo" formas/modos de agir, se comportar, falar, pensar para seus(suas) telespectadore(a)s, desta forma regulando a vida de todas aquelas pessoas que assistem a seus programas, reduzindo e normatizando modos de existências. Pode-se acrescentar, atualmente, as redes sociais como outra forma de panóptico, nas quais todas as pessoas se sentem livres para se expressarem, ao mesmo tempo em que são influenciadas a "postarem"/mostrarem onde estão e o que fazem, através de fotos e vídeos, e acabam capturadas por "post" de "especialistas" (todo(a)s são especialistas em todos os assuntos nas redes sociais), com isso moldando corpos, comportamentos e pensamentos.

Não fugindo dessa linha, o sistema penitenciário vem sendo administrado como forma de moldar as pessoas que estão encarceradas e tornou-se uma proposta do Estado para agradar as elites. Por isso a mais de um século é criticado, pois se sabe que não recupera/ressocializa, pelo contrário, muitas vezes serve como fábrica de delinquência, segundo Foucault (1987) e Batista (2003). Pode-se colocar, com isso, que as unidades penitenciárias servem como uma das formas, a mais letal e desumana, de comprimir "artificialmente" uma parcela da população que, possivelmente, estaria ativa no mercado de trabalho. Com os aprisionamentos deveria existir emprego para todas as "pessoas de bem" e que querem trabalhar (o que não acontece na realidade), assim reprimindo qualquer lampejo de rebelião da camada popular/dominada (WACQUANT, 2001; 2007).

Vale ressaltar que Cesare Lombroso (1836 – 1909) nasceu em Verona, se formou em medicina aos 23 anos, se especializou em psiquiatria e assumiu a direção do hospital psiquiátrico da cidade de Pesaro, a partir dessa atuação começou seus estudos

---

fora, a porta de cada casa; leva a chave [...]. Essa vigilância se apoia num sistema de registro permanente: relatórios dos síndicos aos intendentes [...]. Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde menores movimentos são controlados, onde todos acontecimentos são registrados [...].", este pequeno trecho descreve muito bem como é e funciona a realidade das penitenciárias brasileiras, no entanto era a descrição do autor das medidas que eram realizadas no século XVII para controlar a peste numa cidade.

sobre delinquência e doença mental, lançando em 1870 seu livro Gênio e Loucura. Trabalhou também em presídios e como médico militar, ligado principalmente com os marinheiros. Lombroso foi um dos criadores da Antropologia Criminal, sua escola positivista se apoiava principalmente nas teorias de Darwin, é considerado o pai da criminologia científica. (LOMBROSO, 2007).

Lombroso (2007) traz na sua principal obra, *O homem delinquente*, um estudo sobre tatuagens, no qual ele reuniu 9.234 pessoas e dividiu entre o grupo de soldados honestos, outro com soldados delinquentes, meretrizes e pessoas criminosas, um grupo de mulheres e outro de franceses. Segundo seu estudo o primeiro grupo tinham tatuagens sobre o amor, sua profissão, religião e guerra, seriam homens do povo. O segundo grupo, o de criminosos, as tatuagens teriam algo mais particular e seriam estranhas. Na mesma pesquisa identificou que delinquentes teriam maior tenacidade para fazer tatuagens do que soldados livres. E dessa forma segue o livro de Lombroso (2007) traçando características dos "delinquentes", utilizando de exemplos de suas pesquisas e vivências, além da busca por universalizar este conhecimento que ajudaria a identificar aquele que é criminoso ou não. Lombroso começa então a nomear como delinquentes sujeitos que possuíam algumas características, com o mesmo coloca:

> Assim que vi esse crânio, pareceu-me ver, de repente, claro como uma vasta planície sob um céu flamejante, o problema da natureza do criminoso – um ser disfarçado que reproduz em sua pessoa os instintos selvagens da humanidade primitiva e dos animais inferiores. (LOMBROSO apud INNES, 2009, p. 6).

Com isso pode-se notar que para o autor as pessoas que haviam cometido alguma forma de delito seriam menos evoluídas ou que possuiriam traços característicos de populações não civilizadas, que não teriam a moral, os bons costumes incorporados. Para Lombroso (2007) os delinquentes poderiam ser divididos entre os ocasionais (que eram pessoas que praticavam algum delito devido a circunstancias que se apresentavam) e os que já nasciam com a "delinquência" (algo herdado). Assim, poderia se identificar os criminosos natos devido sua aparência, como colocou André Barroso Bento (2013, p. 23), em uma leitura lombrosiana:

> [...] os criminosos natos seriam reconhecidos por suas características primitivas tais como braços longos, maxilares fortes e orelhas de abano. Assassinos teriam maxilares grandes, maçãs do rosto muito separadas, cabelos escuros e grossos, barba rente e rosto pálido.

Dessa forma, há um processo de esteriotipização do delinquente a partir da Antropometria, chegando aos dias de hoje, em quase todas as sociedades, a segregação de diversos grupos, principalmente, os de pessoas negras e classe econômica baixa, como já apontamos, essas são tidas como possíveis delinquentes, algo parecido com o que Lombroso (2007) tentou fazer há mais de cem anos. Em resumo, para este autor o delinquente seria uma pessoa com um atraso no desenvolvimento mental/intelectual, o que levaria a ter comportamento similar ao dos homens primitivos. Com isso acabou por criar sua teoria da delinquência nata e as características do sujeito delinquente, como exemplo, orelhas largas, maxilar protuberante, caninos proeminentes e outras. O delinquente, criação de Lombroso, seria uma subespécie do ser humano, não chegaria a ser um homo sapiens Assim poderia ser identificada a pessoa delituosa antes mesmo dessa cometer algum ato delituoso, seria uma "anormalidade" e deveria ser detida e expulsa da sociedade (ELBERT, 1998; MOLINA; GOMES, 2000; RAUTER, 2003; ROCHA, 1984).

Assim demonstra o que Wacquant (2007) diz sobre o Estado, que este coloca atrás das grades aquele(a)s rejeitado(a)s pela sociedade, pessoas tidas como não cidadãs, que não são absorvidas pelo mercado de trabalho, pois faltam vagas. No entanto, Forrester (1997 apud REISHOFFER, BICALHO, 2015, p. 20) coloca que essas pessoas não são excluídas da sociedade, mas sim incluídas para serem desacreditas, para caírem na malha do "mais Estado policial e penitenciário". Com isso, as penitenciárias então formam o(a)s sujeito(a)s "delinquentes/perigoso(a)s" como forma de transformá-lo(a)s em não humano(a)s, sujeito(a)s sem direitos e sem voz, são proibido(a)s de falar e de serem escutado(a)s (FOUCAULT, 2006).

Pessoas que já foram presas são marginalizadas, muitas pessoas criam o estigma de que quando regressam a sociedade é para cometer outros/mais crimes, negando o acesso a novas oportunidades e se cria a ideia de que muitas vezes não tem como ressocializar alguns(algumas) sujeito(a)s (MORANA, 2003; RAUTER, 2007), o que dificulta a reintegração deste(a)s na sociedade (que é em grande parte normatizada e preconceituosa). A ideia de ficha/histórico criminal, a qual é pedida por muitas empresas quando existe a contratação de funcionário(a)s, acaba sendo muitas vezes uma das linhas que levam o(a)s sujeito(a)s a reincidirem, pois a mesma acaba sendo uma linha dura no(a) sujeito(a), uma marca estigmatizada e estigmatizante pelo qual o(a) mesmo(a) deve carrega-la por toda sua vida. Desta forma muitas vezes o(a)s egresso(a)s do sistema penitenciário acabam não sendo contratado(a)s por serem ex-presidiário(a)s,

no entanto esta informação não é divulgada, pois se utilizam outras “desculpas” para a não contratação, e, assim, estas empresas não podem ser acusadas de preconceito.

Pode-se apontar que a oferta de trabalho no país é, em muitos lugares, escassa, e quando se tem um histórico de atos infracionais às oportunidades são menores ainda, pois existe a ideia da pessoa que está encarcerada ou egressa serem perigosas, mesmo quando não se sabe a história de vida do(a) sujeito(a) e as linhas que o(a) levaram para a penitenciária. Conseguimos mapear, durante a iniciação cientifica, que algumas pessoas que estavam presas tinham a preocupação em mostrar para a sociedade o seu valor e que não queriam ser reduzido(a)s a “mascara do ex-presidiário(a)”, mas que são também trabalhadore(a)s, que querem novas chances de expressar suas multiplicidades e potencialidades, mas o que geralmente se efetiva é o abandono e falta de novas oportunidades.

Além desse enquadramento e a marcação dos corpos, outro objetivo das prisões é propiciar sentimentos de angustia e solidão naquele(a)s que estão encarcerado(a)s, pois deveriam servir como instrumentos para produzir reflexão e arrependimento dos atos infracionais praticados, logo recuperando o(a) suposto(a) “desviante” e ao mesmo tempo servindo como pistas para que seus visitantes não caiam nos mesmos erros do(a)s sujeito(a)s que estão preso(a)s, como aponta Cezar Bueno de Lima (2009, p. 40) “A prisão deverá, em consequência da violação da lei penal, produzir esse efeito, intimidando os de fora e reformando os de dentro.” (FOUCAULT, 2002; 2010).

Foram com esses objetivos que as primeiras penitenciárias surgiram no final do século XVIII nos Estados Unidos (Walnut Street e Auburn) e na Inglaterra (Pentonville), e depois serviram como modelos para outros países. Eram e são construções monumentais, arquitetadas para educar e ao mesmo tempo se mostravam/mostram como construções de poder e de vigilâncias, prometendo vigiar e corrigir a todas as pessoas que lá estavam/estão (SALLA, 1997).

As penitenciárias são construções gigantescas de pedra, o que está do lado de dentro não pode ser visto por quem está de fora, e quem está dentro não pode ver o que se passa no mundo depois dos muros. Esse silenciamento, através das muralhas podem ter:

> [...] múltiplos significados. Tão importante quanto à segurança, supostamente garantida pela contenção, é a ausência de transparência. O olhar, ainda que parcial, do interior para o exterior, é garantido pela tela da televisão. Mas o contrário não é verdadeiro. Do exterior para o interior, o olhar só penetra em situações excepcionais, parcialmente durante as preparadas visitas, e em

> momentos de ruptura radical da ordem, durante motins e tentativas de fuga noticiadas pela imprensa. Nessas raras ocasiões, as atenções da sociedade voltam-se para a questão penitenciária que, travestida de ameaça eminente, passa a preocupar a todos. De modo ambíguo, a mídia reflete e influencia a discussão que se desencadeia. Mas isso sempre dura pouco, então o véu que costuma encobrir a questão penitenciária é recolocado [...]. (GOES; MAKINO, 2002, p. 173).

Como vamos discutir mais à frente a descentralização das penitenciárias paulistas, que saíram da capital para o interior, as instituições totais foram construídas para isolar pessoas tidas como perigosas para a sociedade, isso quer dizer sequestra-las e fazer desaparecer, não deixar vestígios que os problemas sociais, do Estado estão sendo encobertos por essas grandes muralhas. Não se joga as sujeiras para debaixo do tapete, mas jogam pessoas potencialmente "problemas" ao Estado (por mostrarem as desigualdades, faltas de empregos, entre outros motivos) dentro de um cercado de pedras, o que vem acontecendo há muitos anos. Essas pessoas só são vistas quando fogem dos estereótipos de bandido, negro, favelado e/ou com padrão de beleza, são noticiadas quando são de famílias de classe econômica alta ou cometem crimes "não cotidianos" contra população de classe econômica média ou alta.

No Brasil, como em outros lugares, os "presídios" quando foram criados, serviram para prender ex-escravo(a)s, asilo para crianças que viviam nas ruas e pessoas diagnosticadas como portadoras de doença mental (hoje, termo melhor utilizado seria com sofrimentos existenciais). Segundo Fernando Salla (1997) as prisões no Brasil, foram criadas como forma para manter uma sociedade disciplinada, assim como a elite da época queria e como ainda querem. Em 1769 na "Carta Régia", se ordenou a criação da "Casa de detenção" no Rio de Janeiro. No entanto somente em 1834 que se iniciaram as construções e em 1850 foi inaugurada a primeira penitenciária da América Latina, que tinha como objetivo primeiro a segurança, ou seja, manter a pessoa presa e sem risco de fugas. Por outro lado, foi também no século XIX que ocorreu a primeira superlotação de uma cadeia pública, também no estado do Rio de Janeiro (AGUIRRE, 2009; SALLA, 1997).

Atualmente, no Brasil, existem diversos regimes penitenciários: regime disciplinar diferenciado, regime fechado, regime semiaberto, regime aberto, provisório e livramento condicional. Existem 1478 estabelecimentos penais, entre estes 470 são unidades penitenciárias, em todo país. O que equivale a ter uma capacidade de aproximadamente 310 mil, o que é muito menor do número de vagas que seria

necessário, 510 mil aproximadamente[17], ou seja, existe um grande déficit de vagas, tornando as penitenciárias superlotadas e com precários meios de habitação/vivência.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) é o órgão executivo responsável pela Política Penitenciária Nacional, pelo apoio financeiro e administrativo do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Este departamento é subordinado ao Ministério da Justiça e suas atribuições estão dentro da Lei de Execução Penal (LEP), no capítulo VI, que coloca em seu art. 72 (BRASIL, 1984):

> São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional:
> I - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional;
> II - inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;
> III - assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei;
> IV - colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;
> V - colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.
> VI – estabelecer, mediante convênios com as unidades federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar. (Incluído pela Lei nº 10.792, de 2003)
> Parágrafo único. Incumbem também ao Departamento a coordenação e supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.

Em 2007 o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 6.061, que em seu artigo 25, anexo I, coloca como também função do DEPEN:

> I - planejar e coordenar a política penitenciária nacional;
> II - acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o território nacional;
> III - inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;
> IV - assistir tecnicamente às unidades federativas na implementação dos princípios e regras da execução penal;
> V - colaborar com as unidades federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;
> VI - colaborar com as unidades federativas na realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado;
> VII - coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais;
> VIII - processar, estudar e encaminhar, na forma prevista em lei, os pedidos de indultos individuais;
> IX - gerir os recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN; e

[17] Dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Recuperado em 18 de março de 2014, de http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=&params=itemID=%7BD82B764A-E854-4DC2-A018-450D0D1009C7%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D

> X - apoiar administrativa e financeiramente o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O DEPEN tem como uma das principais atividades atualizar o banco de dados do Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), o qual tem informações sobre os estabelecimentos penais e as pessoas que estão encarceradas. Este ajuda no mapeamento da realidade penitenciária brasileira e deveria ajudar no desenvolvimento de políticas públicas nessa área, no entanto não é isso que acontece.

Outra atividade desenvolvida pelo departamento é a criação de cartilhas para auxiliar a educação/formação dos servidores do sistema penitenciário nacional, como a "Matriz curricular nacional: para a educação em serviços penitenciários"[18] lançada em 2006 pelo DEPEN, que tem como objetivo servir de referência com a descrição das principais competências, habilidades, saberes e atitudes que devem ter todas as pessoas que atuam no sistema penitenciário. Pretendia-se que o(a)s servidore(a)s deveriam ter formação continuada, que o(a)s levassem a serem problematizadore(a)s da realidade na qual atuam, sendo umas das variáveis que ajudam na ressocialização da pessoa que está encarcerada.

No entanto, a realidade do sistema penitenciário brasileiro[19] é ainda embasado no pensamento que qualquer cuidado com os direitos do(a)s sujeito(a)s que estão preso(a)s é algo irrelevante, quase uma provocação aos "cidadãos/cidadãs de bens" (colocamos cidadão/cidadãs de bens ou invés de bem, como forma provocativa, pois muitas pessoas só são consideradas cidadãs quando possuem bens). Então as condições não humanas de tratamento dessas pessoas que estão presas continuam, são jogadas em jaulas e tratadas como animais, não dignas de respeito, direito e o mínimo de preocupação, como aponta o relatório da CPI do Sistema Carcerário de 2009 (BRASIL, 2009, p. 192-193):

> CPI verificou que a maioria dos estabelecimentos penais não oferece aos presos condições mínimas para que vivam adequadamente. Ou seja, condições indispensáveis ao processo de preparação do retorno do interno ao convívio social. A CPI constatou, no ambiente carcerário, uma realidade cruel, desumana, animalesca, ilegal, em que presos são tratados como lixo humano. [...] A realidade encontrada pela CPI, em suas diligências nos mais

[18] Recuperada em 13 de outubro de 2014 de http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7B772C10A0-8430-439C-B6F5-41F24F356DB6%7D&ServiceInstUID=%7B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%7D

[19] Vale ressaltar que não estamos acusando ou colocando que a crise/realidade atual do sistema penitenciário brasileiro seja do DEPEN, pois sabe-se que cada estado e o Distrito Federal tem suas formas de atuações, sendo independentes, o que leva a diferentes sistemas penais em cada território da nação.

> variados estabelecimentos penais, é de confronto com a legislação nacional e internacional, de agressão aos direitos humanos e de completa barbárie.

Assim como colocou Garland (2008), qualquer preocupação com o(a) agressor(a), é considerada desrespeito com a vítima, desta forma o(a) sujeito(a) que está preso(a) não deveria ter todos seus direitos humanos preservados. O que nos leva a fala de Foucault (2007, p. 72 -73):

> Não será que, de modo geral, o sistema penal é a forma em que o poder como poder se mostra da maneira mais manifesta? Prender alguém, mantê−lo na prisão, privá−lo de alimentação, de aquecimento, impedi−lo de sair, de fazer amor, etc., é a manifestação de poder mais delirante que se possa imaginar. [...] A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral. Tenho razão em punir pois vocês sabem que é desonesto roubar, matar [...].

Como coloca muito bem Foucault (1987, p. 196) a prisão é "a detestável solução, de que não se pode abri mão", pois:

> Há um século e meio que a prisão vem sempre sendo dada como seu próprio remédio; a reativação das técnicas penitenciárias como a única maneira de reparar seu fracasso permanente; a realização do projeto corretivo como o único método para superar a impossibilidade de torná-lo realidade. (FOUCAULT, 1987, p. 223).

Alguns/algumas estudioso(a)s da área, como Louk Huslman, Nils Christie e Thomas Mathiesen foram o(a)s primeiro(a)s a publicarem trabalhos sobre o Abolicionismo Penal. Mais atualmente na realidade brasileira podemos falar de Maria Lucia Karam (2011) e Edson Passetti (1999) como defensores de uma sociedade democrática sem punições e prisões. A abolição penal é pensar no Estado como propositor de leis e regulações que seriam como formas de prevenir e administrar certas ações transgressoras, assim protegendo a população de bem. No entanto essas são pensadas em um determinado momento e sociedade, assim legitimando quem é o(a) transgressor(a) ou não, com isso "escolhendo" que é o bom e o mau da história, como bem colocou Hulsman e Celis (1993, p. 64):

> O que há em comum entre uma conduta agressiva no interior da família, um ato violento cometido no contexto anônimo das ruas, o arrombamento de uma residência, a fabricação de moeda falsa, o favorecimento pessoal, a receptação, uma tentativa de golpe de Estado, etc.? Você não descobrirá qualquer denominador comum na definição de tais situações, nas motivações dos que nelas estão envolvidos, nas possibilidades de ações visualizáveis no que diz respeito à sua prevenção ou à tentativa de acabar com elas. A única coisa que tais situações têm em comum é uma ligação completamente artificial, ou seja, a competência formal do sistema de justiça criminal para examiná-las. O fato de elas serem definidas como "crimes" resulta de uma decisão humana modificável [...] Um belo dia, o poder político para de caçar

> as bruxas e aí não existem mais bruxas. [...] De um dia para o outro, o que era delito deixa de selo e aquele que era considerado delinqüente se torna um homem honesto, ou, pelo menos, não tem mais que prestar contas à justiça penal. É a lei que diz onde está o crime; é a lei que cria o "criminoso".

Pode-se perceber assim que a punição é uma forma do Estado calar certa parte da população, a qual o mesmo não consegue e, muitas vezes pensando no bem das elites, não quer promover o bem estar, proporcionando modos de vida adequados e potencializadores; com isso se mantém as desigualdades em todos os níveis (econômico, político, sexual, gênero e outros) e aquele(a)s que não se encaixam são marginalizado(a)s e jogado(a)s dentro das prisões (KARAM, 2011; PASSETTI, 1999).

4.2 PENITENCIÁRIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Uma das primeiras instituições penais construídas no estado de São Paulo foi inaugurada em 1852 como Casa de Correção e depois virou o Presídio Tiradentes, que era responsável por encarcerar arruaceiro(a)s e escravo(a)s fugitivo(a)s. Serviu também como presídio político durante o Estado Novo (1937-1945), quando o grande escritor brasileiro Monteiro Lobato ficou encarcerado. Em 1964 recebeu outra vez preso(a)s políticos, aquele(a)s que eram opositores ao regime militar[20].



Presídio Tiradentes

Em 1906 o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo recebeu autorização para construção da primeira penitenciária agrícola do país, que foi construída na Ilha dos Porcos (Ilha Anchieta), em Ubatuba. Pensava-se em reabilitação social e reeducação

[20] Recuperado em 22 de outubro de 2014, de http://www.sap.sp.gov.br/common/museu/museu.php

da pessoa que estava presa, mas em 1914 foi desativada, para ser reativada em 1928 para receber pessoas que eram contra o Estado Novo[21].



Ruínas Presídio Ilha Anchieta

A Penitenciária do Estado foi inaugurada em 1920, sendo umas das primeiras no Brasil a se enquadrar no Código Penal de 1890. Era motivo de orgulho para os políticos na época, pois se pretendia inovar no tratamento penitenciário, desde sua arquitetura até a política organizacional. O prédio contava com dois pavilhões no momento da inauguração, depois foram construídos outros pavilhões, a Casa de Detenção, Penitenciária Feminina da Capital e o Centro de Observação Criminológica, o que transformou a Penitenciária do Estado no Complexo Penitenciário do Carandiru[22]. Segue abaixo fotos destas:

[21] Recuperado em 22 de outubro de 2014, de http://www.sap.sp.gov.br/common/museu/museu.php
[22] Recuperado em 22 de outubro de 2014, de http://www.sap.sp.gov.br/common/museu/museu.php



Parte interna da Penitenciária do Estado



Complexo Penitenciário do Carandiru

No estado de São Paulo podemos cartografar o Sistema Penitenciário antes e depois do grande massacre do Carandiru de 1992. Começando em 1976, onde existiam aproximadamente 17 mil pessoas que estavam encarceradas, dez anos depois esse número subiu 40%, chegando a 24 mil sujeito(a)s que estavam preso(a)s, aproximadamente. Nenhuma unidade prisional foi construída nesse período, então

começaram a ter diversas crises no sistema penitenciário, como rebeliões e fugas, no entanto o motivo para que isso acontecesse foi devido uma tentativa do governo paulista de humanização do sistema prisional (DIAS, 2011; SALLA, 2007).

Para melhor explicar, no estado de São Paulo nos anos 70, ainda em plena ditadura militar, começou a se pensar em humanização no sistema penitenciário, com o Secretário da Justiça Manoel Pedro Pimentel. Apesar de um pensamento positivista - a teoria positivista queria mostrar como a pessoa já parecia com seu crime antes de cometê-lo - criaram-se políticas penitenciárias pensando em ressocialização, direitos das pessoas que estavam presas e desprisionalização. Com isso foi fundada a Coordenadoria Estadual dos Estabelecimentos Penitenciários (COESPE) – criada com a finalidade de pensar a ressocialização e a administração com base em ciências/estudos - e a instalação dos institutos da prisão-albergue (semelhante ao regime semiaberto atual). Foi instaurada, também, a FUNAP (Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso(a)) pensando no trabalho como modo para ressocialização e reinserção daquele(a)s que estavam preso(a)s (DIAS, 2011; FISHER, 1989; GOÉS, 1991; SALLA, 2007; TEIXEIRA, 2006).

Nos anos 80, no governo de Franco Montoro, José Carlos Dias foi nomeado para a Pasta da Justiça. Este último era militante da Comissão Justiça e Paz, assim tentou levar aos presídios paulista uma reforma, que ficou conhecida como “humanização dos presídios”, antes da LEP ser sancionada, já com os princípios de dar direitos as pessoas que estavam/estão presas. Dias queria dar voz às pessoas que estavam presas, algo que poucas vezes foi pensado e que atualmente ainda é raro, como aconteceu com o filme de Paulo Sacramento – O prisioneiro da grade de ferro (Autorretratos) - e o Grupo de Informações das Prisões (GIP) formulado por diverso(a)s pensadore(a)s na França, entre ele(a)s Foucault e Deleuze (DIAS, 2011; FISHER, 1989; FOUCAULT, 2006; SALLA, 2007; TEIXEIRA, 2006).

No entanto algumas redes/forças foram criadas para derrubar esses projetos de Dias, formadas por agentes e diretore(a)s de penitenciárias e o grupo “Estado” (que englobava os jornais “O Estado de S. Paulo” e “Jornal da Tarde”). Desta forma, durante a passagem de José Carlos Dias no governo de Montoro, ocorreram diversas instabilidades e rebeliões nos presídios, mas estas teriam sido “fabricadas” por essas forças que lutavam contra a humanização do sistema penitenciário. Como, também, tentaram associar o aumento das violências e criminalidades com a instalação de políticas mais humanitárias nos presídios, mas uma vez a “mass media” moldando os

acontecimentos e criando pânico na população (DIAS, 2011; FISHER, 1989; GOÉS, 1991; SALLA, 2007; TEIXEIRA, 2006).

Após estes acontecimentos tivemos a promulgação da LEP, em 11 de julho de 1984, após a instauração da CPI sobre o Sistema Penitenciário em 1975, que tinha como objetivo mapear os problemas e deficiências das prisões nacionais e propor estratégias ao Executivo de como modificar essa realidade. No relatório ficou claro que a ressocialização deveria ser o principal objetivo das penitenciárias, porque até então (pode-se dizer que ainda hoje continua) essas instituições serviam somente para trancafiar pessoas indesejáveis (preso(a)s político(a)s, arruaceiro(a)s, entre outras), mesmo que na época alguns(algumas) psicólogo(a)s já estivessem atuando em algumas unidades com base na escola positivista do médico Cesare Lombroso (DIAS, 2011; SALLA, 2007; TEIXEIRA, 2006; UZIEL et al., 2010).

Com isso começa a se pensar nas pessoas que estavam/estão presas, em seus direitos e em ressocialização. Então no governo de João Batista Figueiredo, último presidente da era do regime militar, Ibrahim Abi-Ackel como Ministro da Justiça dá continuidade às discussões sobre a reforma penal, elaborando textos que se tornaram a LEP e a reformulação do Código Penal. Assim, criou-se três pontos importantes, pensar em ressocialização ao invés de retribuição e tratamento (cuidando legalmente da questão disciplinar), individualização da pena não apenas jogar todo(a)s dentro de uma caixa e contar os dias para soltar e progressão de regime, este último é o único que se pode dizer que existe nos dias atuais (TEIXEIRA, 2006).

A LEP prevê a "harmônica integração social do(a) condenado(a) e do(a) internado(a)"[23], pensando nos direitos, na integridade física e mental, no trabalho, educação, assistência à saúde e social das pessoas que estão encarceradas. No entanto o que se via, e ainda vemos, eram instituições penitenciárias superlotadas, sem nenhuma condição de habitação e nas quais doenças contagiosas se espalhavam. Assim tornando a LEP como letras mortas, não sendo muitas vezes aplicada (TEIXEIRA, 2006).

Como aponta Salla (2007) no estado de São Paulo apesar das ações no governo de Montoro (1982-1986) de tentativa de humanização dos sistemas penitenciários, as atuações do governo e das instituições do Estado (polícia, agentes de penitenciárias, e outras) sempre foram violentas, nas quais as rebeliões eram resolvidas com a entrada da

[23] Encontra-se no art. 1 da Lei de Execução Penal. Retirado em 02 de novembro de 2014, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

polícia nos presídios, que levava a espancamentos e várias mortes, principalmente de pessoas que estavam presas.

Em 1992 aconteceu o que ficou conhecido como massacre do Carandiru, eternizado no filme de Hector Babenco "Carandiru" que foi uma adaptação da obra "Estação Carandiru" do médico e escritor Dráuzio Varela. Neste dia foram assassinadas 111 pessoas que estavam presas e que habitavam o pavilhão nove do grande presídio da capital paulista. Este acontecimento ocorreu após o inicio de uma rebelião no pavilhão citado, e, para acabar com a mesma a Tropa de Choque foi chamada e na invasão matavam todas as pessoas que viam pela frente (SALLA, 2007).

Este episódio ficou marcado para sempre na memória de quem vivia o cotidiano do presídio Carandiru e também das pessoas que tinham como paisagem nos seus trajetos para o trabalho o(a)s sujeito(a)s que estavam preso(a)s pendurado(a)s nas janelas e aquela gigantesca estrutura de concreto que guardava as pessoas tidas como perigosas pela "mass media". O Complexo do Carandiru foi inaugurado em 1920 como presídio-modelo; tinha capacidade para 1200 pessoas, ao longo de toda sua história chegou a reunir oito mil pessoas que estavam presas e foi considerado o maior presídio da América Latina (SALLA, 2007).

O "massacre do Carandiru" foi notícia no Brasil e no mundo, criando indignação em grande parte da sociedade. Por outro lado, a aceitação da população a tal evento foi tão grande que em 2002 o coronel da Policia Militar (PM) Ubiratan Guimarães foi eleito deputado estadual pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB) com o número 11190, em referência ao número de pessoas que foram mortas no massacre, 111. O coronel foi considerado um dos principais responsáveis pelo ocorrido no dia 2 de outubro de 1992 na casa de detenção. Foi condenado em 2001, por homicídio de 102 pessoas, a 632 anos de prisão. Por ter sido eleito no ano posterior, seu recurso foi julgado pelo Órgão especial do Tribunal de Justiça, estruturado pelo(a)s 25 desembargadore(a)s mais antigo(a)s do estado de São Paulo, e em fevereiro de 2006 foi considerado inocente, com a justificativa de que no momento que ocorreram as mortes o coronel tinha sido levado ao hospital, devido ter sido atingido pela explosão de um gás. No mesmo ano Ubiratan foi assassinado em sua casa e nenhum(a) culpado(a) foi encontrado(a) SALLA, 2007.

Após estes acontecimentos foi criada a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), que tinha como primeira obrigação à desativação da Casa de Custódia do Carandiru. Para isso, foram construídas diversas penitenciárias em regiões

afastadas da capital paulista. Assim, o Estado esperava que os problemas fossem levados para longe, desta forma pouco se ouvia falar das penitenciárias e daquelas pessoas que eram mantidas aprisionadas, também, a maior parte da população não via mais e não vê a superpopulação de pessoas que estavam e estão encarceradas, deixando-as no esquecimento. Ou seja, uma instituição mantida longe dos olhos da sociedade, como já advertia Foucault (2006), com isso tenta-se esconder alguns "problemas sociais", trancafiando pessoas tidas como periculosas para a moral atual vigente[24] e as deixando fora da visão da maioria da população. Assim como, por questões econômicas, algumas cidades que estavam financeiramente ruins receberam penitenciárias, como forma de alavancar a economia municipal (GIL, 2009; SALLA, 2007)

Com isso, muitas pessoas que estavam presas foram retiradas da capital e enviadas para penitenciárias espalhadas por todo território do estado paulista. Neste mesmo momento começa a ser criado no presídio de Taubaté o Primeiro Comando da Capital (PCC). Vale ressaltar, que existem divergências sobre o nascimento da facção, alguns apontam que ocorreu no Complexo do Carandiru em 1989, outros na penitenciária de Araraquara em 1991, derivados do grupo Serpente Negra ou Guerreiros de David. Mas atualmente é apresentado que o partido, como é chamado por pessoas que estão presas, surgiu em 1992 em Taubaté, após pessoas que estavam presas nesta unidade sofrerem diversos tipos de violências e humilhações, então teriam se reunido, juntamente com membro(a)s do Comando Vermelho do Rio de Janeiro – facção criminosa que dominava e domina os morros e favelas do estado carioca – que estavam preso(a)s no estado de São Paulo (DIAS, 2011; SALLA, 2007).

Em seu livro o jornalista Josmar Jozino (2005), aponta que o PCC foi criado em 1993 em uma partida de futebol entre o Comando Caipira contra o Comando da Capital na penitenciária de Taubaté. Neste jogo houve uma briga e duas pessoas do time do interior foram mortas. Para evitar algum tipo de punição, às pessoas da equipe da capital resolveram se unir e fundar o Primeiro Comando da Capital, que teria como objetivo lutar contra as violências, humilhações, torturas e péssimas condições de higiene e

[24] Vale fazer essa ressalva, pois como já advertia Foucault (1987) as instituições totais foram construídas para abrigar sujeitos que estavam/estão fora do padrão, tidos (as) como periculosas, como exemplo sujeitos tidos como "loucos", mas também aqueles que tinham/tem ideologias/pensamentos/conhecimentos que vão contra aqueles que governam o estado, como foi com Galileu Galilei, Nelson Mandela e na realidade brasileira com os (as) presos (as) políticos na ditadura milita, assim não somente aqueles (as) que cometem roubos, assaltos, sequestros, entre outros delitos mais conhecidos.

habitações dos presídios paulistas, além da instalação de um estatuto de conduta das pessoas que estão presas e filiadas ao partido (DIAS, 2011).

Com a criação do PCC as pessoas que estavam ou estão presas colocam que foi o nascimento "da boa conduta" nas penitenciárias, pois antes eram todo(a)s contra todo(a)s, sobrevivia o(a) mais forte ou resistente. A facção estabeleceu como deveriam ser e comportar essas pessoas que estavam presas. Assassinatos por coisas banais, estupros, compra de celas, brigas entre gangues rivais, extorsões entre outras coisas foram banidas pelo partido, estabelecendo um "clima de paz" (DIAS, 2011).

O poder público tentou desqualificar a criação de uma facção que estaria se ramificando por todo sistema penitenciário paulista. Um grupo de pessoas que estavam presas que estariam se organizando, de forma coletiva, para brigarem (literalmente) por seus direitos, isso era coisa de universitário(a)s (caras pintadas) e não de sujeito(a)s que estavam preso(a)s, pobres e em sua maioria negro(a)s. Nas palavras do secretário da administração penitenciária, de 1997, sobre o PCC: "Uma ficção, uma bobagem. Balela. Estou absolutamente convencido disso. Sou secretário há quase dois anos e nunca ouvi qualquer manifestação desse grupo" (SOUZA, 2007, p. 16). Somente no final de 2000, após uma investigação sobre um resgate de pessoas que estavam encarceradas em uma delegacia, que o governo do estado tomou consciência da infiltração e poder do PCC, mas continuou vendo como insignificante (DIAS, 2011).

Em 2001 a facção então se apresentou ao governo e a toda população com uma "megarrebelião", 28.000 pessoas que estavam presas se rebelaram em 29 penitenciárias do estado paulista, ao mesmo tempo. Após esse motim a SAP/SP se movimentou rapidamente para desativar o que restava do Complexo do Carandiru e o governo reconheceu publicamente a existência do PCC, no entanto a facção ainda foi tratada como minoria dentro das penitenciárias pelo então Secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa (DIAS, 2011).

Em 2006 aconteceu à segunda "megarrebelião" organizada pelo PCC. Ao mesmo tempo 84 unidades prisionais pararam, dessas, dez eram de outros estados além de São Paulo. Não houve somente as rebeliões nos penitenciárias, ocorreram 299 ataques a órgãos públicos, 82 ônibus incendiados, 17 agências bancárias alvejadas a bombas, 42 policiais e agente de segurança morto(a)s e 38 civis ferido(a)s. Bem como, é necessário colocar na conta, desses ataques da facção, o medo e pânico causado em toda população do estado paulista, principalmente as pessoas que habitavam a capital. Estes acontecimentos ficaram registrados no filme "Salve geral", lançado em 2009 e dirigido

por Sérgio Rezende, contanto o que antecedeu e como ocorreram ataques e rebeliões coordenadas pelo PCC (DIAS, 2011, SALLA, 2007).

Após esses acontecimentos o sistema penitenciário paulista não passou por mais nenhuma grande rebelião, mas ocorreram greves do(a)s funcionário(a)s, que além de aumento salarial, garantias e outros pedidos, reivindicaram melhorias nas instituições prisionais, como a falta espaços, insalubridades e inseguranças e condições desumanas de habitação, realidade de grande maioria dos sistemas penitenciários brasileiros.

Segundos dados de 2012 a população carcerária do estado de São Paulo era de 195,695 (474 por cem mil habitantes), destas 190,828 estão no sistema penitenciário (179,552 em unidades masculinas e 11,276 em femininas), em um sistema que tem capacidade para abrigar somente metade de toda população. No estado de São Paulo existem 75 penitenciárias (67 masculinas e oito femininas)[25].

4.3 O ENCARCERAMENTO DO(A)S ESCOLHIDO(A)S

Através de revisão bibliográfica pode-se observar o aumento das taxas de incidência e reincidência criminais. No Brasil, em 2001, haviam 133 pessoas que estavam presas por cem mil habitantes e em 2008 quase dobrou o número, passando para 227 por cem mil habitantes[26]. No estado de São Paulo, a população que estava em cárcere aumentou de 55 mil, em 1994, para 190 mil em 2012, segundo estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional[27] (DEPEN).

Por outro lado, se produz aumento nas criminalizações, prisões e criação de novas penitenciárias (que ainda assim não conseguem abarcar toda população que está encarcerada), além de grande repressão por parte das instituições policiais à população de baixa renda econômica, com grande concentração das ações voltadas para pessoas pardas e/ou afrodescendentes. Assim como, em muitas ocasiões à própria população

---

[25] Dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, acessado em: 18/01/2013: http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D

[26] Dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, acessado em: 18/01/2013: http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D

[27] Dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, acessado em: 18/01/2013: http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D

tenta resolver a situação, prendendo o(a)s suspeito(a)s em postes, grades e às vezes espancando o(a)s mesmo(a)s, em casos mais drásticos até a morte (WACQUANT, 2001). Outros grupos de pessoas, percebendo estas falhas, procuram alternativas nas empresas privadas para se protegerem e cada vez mais está ocorrendo isolamento das pessoas e de suas casas, assim como apontou David Garland (2008, p.243) "[...] a alta criminalidade – e as reações a ela – se transformou em princípio organizacional da vida diária, parte integrante da organização social.", ou como Cecília Coimbra (2009, p. 83) definiu, estamos vivendo o "aprisionamento a céu aberto" (FEFFERMANN, 2006; GARLAND, 1999; LIMA, C.B. de, 2009).

O encontro entre as pessoas deixou de ser uma possibilidade de afetar e de permitir novas interações, e transformou-se em uma ameaça em potencial. Evitamos o(a) outro(a), porque ele(a) mostra que não formamos um todo harmônico. Ignoramos as desigualdades sociais, raciais e de gêneros presentes na realidade das grandes e pequenas cidades, pois sabemos que temos responsabilidades por tudo que está acontecendo e, seguindo essa lógica, é mais fácil manter as prisões em áreas rurais e longe dos olhos (FOUCAULT, 1987; ZAMORA et al., 2007).

A sociedade capitalista reafirma essa divisão de classes, pois as pessoas são estimuladas a "quererem" cada vez mais bens de consumo, cria-se a necessidade do imediato, da percepção de felicidade como urgência, de sensações e prazeres marcados pelo efêmero e pelo intempestivo (GARLAND, 2008; GODOY; CRUZ, 2010; FEFFERMANN, 2006; NOGUEIRA, 2005; RAUTER, 2007; SALLA et al., 2006). Sendo assim, aquele(a)s que não têm condições econômicas tornam-se sem direitos e acabam frustrando-se, sentindo-se humilhado(a)s e invisíveis para o resto da população, desta forma buscam nas estratégias de sobrevivência, às vezes ilegais, um lugar ao sol e/ou ter poder de compra/consumo. (GARLAND, 2008; GODOY; CRUZ, 2010; FEFFERMANN, 2006; NOGUEIRA, 2005; RAUTER, 2007; SALLA et al., 2006).

Outras pessoas acabam se isolando em suas vilas/territórios, segundo Wacquant (2001) os guetos (favelas, bairros dos subúrbios) servem como "prisão social", pois o espaço de circulação de seus(suas) moradore(a)s muitas vezes é somente no bairro. Alguns(algumas) não saem por vergonha e outro(a)s por medo. Segundo Garland (2008) as periferias nascem com a invenção dos automóveis e outros meios de transportes, pois a partir de então não se tem mais a necessidade de se morar perto do trabalho. Atualmente a periferia é vista como lugar de violências, de tráfico de drogas e que abriga pessoas tidas como violentas e perigosas.

Desta forma pode-se perceber que a maior parte da população penitenciária é constituída de pessoas para quem falharam todas as oportunidades socialmente criadas, como educação e trabalho (FOUCAULT, 1987; ROCHA, 1994; SÁ, 2007). Em sua maioria habitavam/habitam territórios geopolíticos existenciais marginalizados e limitados pelas capturas normativas, e neste sentido:

> A trajetória desses indivíduos é, pois, marcada por rupturas, por dramas pessoais e familiares, por perdas, abandonos, sofrimento, desmantelamento de estruturas, sejam elas as subjetivas ou as sociais. É preciso, dessa forma, compreender por que, num determinado momento – e que momento específico foi esse – aquele indivíduo resolveu optar pela aceitação de um novo discurso a respeito de quem somos ou devemos ser [...]. (DIAS, 2008, p.107-108).

Ordens normativas atravessam essas pessoas, definindo os lugares e discursos a serem assumidos pelas mesmas dentro de certa lógica moral e posições políticas, assim dando manutenção às ordens dadas pelo biopoder e os processos de captura e regulação das biopolíticas (FOUCAULT, 1988, 2008).

Destaca-se que as práticas de controle social variam com o tempo, e os objetos sobre os quais operam são criados por este dispositivo de normatização. Assim, acreditamos que vivenciamos esse processo de estigmatização/normatização atualmente no Brasil, pois as elites do país pedem mais policiamentos e vigilâncias sobre os bairros pobres das cidades, não como uma preocupação social, mas como uma forma de controle desta população que é vista como perigosa e ameaçadora (BATISTA, 2003). Confirmando o apontamento de Luiz Carlos da Rocha (1994, p.61): ”A prisão pode constituir-se numa possibilidade muito mais vinculada à condição socioeconômica do que ao fato, em si, do cometimento de crimes.”.

Vale apontar que na sociedade do biopoder e da biopolítica o racismo era usado como ferramenta para a guerra (racismo assegura a função de morte); ou seja, institui-se a ideia de que uma raça é inferior e por isso deve ser eliminada, sendo chamado de Racismo de Estado (como exemplo: nazismo) (FOUCAULT, 2008). Atualmente pode-se dizer que existe um “racismo de classe”, através do qual parte da população acredita que as pessoas de baixa renda econômica são inferiores, e por isso devem ser presas, ou seja, eliminadas do convívio com a sociedade. Racismos que se somam a outros marcadores sociais de estigmas, tais como de classes, sexos, gêneros, orientação sexual e estilos de resistências “às ações do poder”, pessoas que são colocadas como inferiores (BICUDO, 1994; CHAUÍ, 1989; FOUCAULT, 2008; RAUTER, 2007; WACQUANT, 2001).

Vale ressaltar que antes do século XVIII, da reforma penal e judiciária, acreditava-se que o crime era uma falta moral e religiosa, um pecado, seria então uma falta contra a lei natural, no entanto com a reformulação do código penal, na França, houve-se o entendimento que o crime seria uma infração contra a lei civil, esta que seria para proteger a sociedade. No entanto o que se pode mapear é que ainda hoje existe o pensamento do crime como uma falta moral e/ou religiosa (CARRARA, 1998; FOUCAULT, 2002; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010).

Em um país meritocrático (acredita-se que ascensão social dá se pelo mérito ou talento de cada um) como o brasileiro, os estigmas e preconceitos contra a população que está em cárcere é imensa, pois se acredita que estas pessoas são vagabundas e que não querem trabalhar, querem ganhar a vida de um jeito mais fácil, que seria roubando, sequestrando, traficando e assim por diante (PATTO, 2009). Estas pessoas são sempre consideradas suspeitas, seus direitos não são respeitados, existe uma incriminação permanente, como coloca Marisa Feffermann (2006, p. 24) "Enquanto o pobre é estigmatizado como perigoso, as práticas criminosas das elites continuam impunes". Desta forma:

> Não se pode afirmar que a pobreza condiciona a criminalidade. O pauperismo marginaliza e a marginalidade pode criar delinquentes. Mas isso não significa que a delinquência seja fenômeno exclusivo da classe em que a pobreza se manifesta como um padrão genérico. (BICUDO, 1994, p. 13).

As políticas de segurança pública e controle social são criadas para responder ao pânico das elites e sempre são voltadas contra as classes subalternas. Como apontou Feffermann (2006) o controle sobre as drogas deu oportunidade para que o Estado pudesse vigiar, ainda mais, toda a população e em especial aquele(a)s que vivem nas margens da sociedade e das cidades.

Nos Estados Unidos da América, entre as décadas de 70 e 90 do século XX, havia a preocupação em proteger a classe média e alta, pois eram as que podiam votar, desta forma houve a perseguição e rastreamento das classes populares, o que foi relacionado com a queda nas taxas de criminalidade (WACQUANT, 2001). Seguindo essa lógica, "Na medida em que o Judiciário tende a tratar cada problema como uma questão isolada, desconectada da questão social e econômica, essa dispersão acarreta a ampliação e a posterior fragmentação de suas funções" (ALAPANIAN; NÓBILE, 2010, p.111).

Segundo Batista (2003), já, em 1838 as prisões foram consideradas como forma de punir as ilegalidades populares. A ociosidade foi entendida como crime, pois assim pretendia-se prender ex-escravo(a)s que por falta de serviço, ainda na ordem escravocrata, ficavam perambulando pelas cidades. Assim como acontecia nos séculos XIX e XX, está acontecendo no século XXI, no qual o sistema de justiça é usado como forma para disciplinar pessoas que são marginalizadas pela sociedade, fazendo com que aceitem que é dever do cidadão trabalhar, mesmo que para isto tenham que receber o salário mínimo, mantendo com isso as desigualdades econômicas e sociais (BATISTA, 2003; FEFFERMANN, 2006).

Com a política de "criminalização da pobreza", como nos apresenta Wacquant (2001), torna-se possível o desenvolvimento do capitalismo, devido ao fato do sujeito ser "obrigado" a aceitar baixos salários, pois existe muita mão de obra sobrando, e como é "imoral" ficar sem trabalho, os sujeitos são obrigados a aceitar subempregos e baixa remuneração, para não serem presos, ou não precisarem fazer alguma atividade ilícita. Desta forma temos o enriquecimento de pouco(a)s e os aprisionamentos de muito(a)s que estão à margem da sociedade.

Segundo Garland (2008), nos Estados Unidos, os liberais acreditavam que a prática de crimes tinha como justificativa as desigualdades sociais e que se deveriam pensar em reformas nas políticas públicas e na reabilitação da pessoa presa. No entanto entre o(a)s democratas, existia a ideia de que o crime é uma ação individual, que se pretende quebrar as regras sociais, desta forma pediam penas mais longas e rigorosas, pensamento ainda atual para muitas pessoas. O que se tem é a transferência da culpa do Estado, por não ofertar educação de qualidade, vagas no mercado de trabalho, salário mínimo digno, entre outros apontamentos, para as pessoas, colocando como culpa destas não se desenvolverem de forma adequada, não ser civilizadas e quererem viver de ilegalidades (GARLAND, 2008; WACQUANT, 2007). Assim, são diversos fatores, linhas que quando se ligam, desligam ou religam podem fazer com que alguma pessoa cometa algum ato infracional.

5. E A PSICOLOGIA?

5.1 A PSICOLOGIA

O grande avanço do conhecimento da ciência moderna se deve a especialização, o conhecimento se tornou disciplinar e com limites, o que gera a ignorância em outras áreas, causando efeitos negativos e para solucionar estes danos são criadas outras disciplinas. Assim o conhecer é simplificar, reduzir a complexidade – divide, classifica para depois juntar (FOUCAULT, 1988; 2002; KUHN, 1975; SANTOS, 2007). Foucault (1988) vai falar no intelectual que deixou de ser universal, para o intelectual específico, ou seja, uma ciência repartida para estudar cada um sua especificidade.

A Psicologia tem o caminho parecido com este que mapeamos, ou seja, caminho da ciência, das transições paradigmáticas. Na idade média a Psicologia surge aliada com a religião, pois essa última tinha o poder sobre a economia, o saber e a política. Dois grandes filósofos aparecem, Santo Agostinho que inspirado em Platão fazia a cisão entre corpo e alma, não existiria a somente razão, mas também uma prova da manifestação divina no homem. Outro é São Tomás de Aquino, pegando os ensinamentos de Aristóteles, fala sobre a distinção entre essência e existência, então as pessoas teriam como natureza a busca pela perfeição através da vida, no entanto só Deus poderia reunir ambas em igualdade, a busca pela perfeição seria a eterna busca por Deus (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999).

Com o passar do tempo, começam transformações radicais na Europa, entre elas o renascimento. Nessa época o filósofo René Descartes tem grande contribuição para as ciências, quando fala que o humano tem uma substância material e outra pensante, a primeira sem a segunda seria apenas uma máquina. Com isso contribuiu para o avanço

da Anatomia e Fisiologia e o progresso da Psicologia. No século XIX com as mudanças econômicas, o capitalismo tomando conta do mundo, as ciências começaram a ganhar mais espaço e suas funções necessárias, seja para o desenvolvimento ou regulação da população. Novos problemas surgiram, como melhor aproveitar a matéria prima, abastecer o mercado consumidor, produzir e assim por diante. Neste século os problemas até então estudados apenas por filósofo(a)s começam a ser pesquisados pela Fisiologia e Neurofisiologia, que demonstraram que os pensamentos e percepções humanas advinham do sistema nervoso central (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999; FOUCAULT, 2002; SCHULTZ, 1981).

Neste momento surgiram às máquinas, e o mundo passou a ser visto como uma máquina, seu funcionamento sincronizado como é o funcionamento de um relógio. Assim, para conhecer o humano, seu psiquismo, era necessário entender seu funcionamento, seus mecanismos, ou seja, estudar o funcionamento do cérebro. A partir de então alguns campos foram importantes para o surgimento da Psicologia, entre eles pode-se citar a Fisiologia, Neuroanatomia e Neurofisiologia. Dentro da Fisiologia se desenvolveu a Psicofísica para estudar os fenômenos psicológicos, estudavam, como exemplo, a fisiologia do olho e a percepção das cores. Quando este(a)s estudioso(a)s criaram a Lei de Fechner-Weber – estabelece a relação entre estímulo e sensação, permitindo sua mensuração - foi um grande passo para o surgimento da Psicologia, pois demonstrou a possibilidade de medidas de fenômenos psicológicos, então poderiam ser considerada ciência, pois tinha um método e resultados que poderiam ser testados (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999; FOUCAULT, 2002; SCHULTZ, 1981).

Seguindo este modelo, na Alemanha o cientista Wilhelm Wundt cria o primeiro laboratório da Psicofisiologia, desenvolveu o paralelismo psicofísico e ficou conhecido na história como o “pai da Psicologia”. Utilizava do método introspectivo, que era perguntar para uma pessoa treinada o caminho que um estímulo percorria no seu corpo. Outro(a)s estudioso(a)s foram aparecendo, como Edward Titchner e William James. Então a Psicologia surge quando começa a definir seu objeto e campo de estudo (diferenciando-se de outras áreas) e formulando métodos e teorias (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999; SCHULTZ, 1981). Junto a Psicologia que surge, também, vem junto às avaliações psicológicas, que começam nos Estados Unidos como forma de selecionar soldados para a guerra. Assim, a Psicologia Aplicada é uma grande aliada na classificação das pessoas, a partir de diferenças entre estas. Essa forma de

atuação do(a)s profissionais se expande graças ao behaviorismo e aos(as) profissionais não confiarem em suas percepções e quererem um método formal de pesquisa de conhecimento (MIRANDA, 2005; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010).

A Psicologia no Brasil se inicia ainda na época colonial, com textos que não tinham a pretensão de ser sobre a psique, eram estudos sobre política, teologia, medicina, pedagogia, moral, entre outros temas, mas tratavam sobre a razão da loucura, emoções, diferenças entre comportamentos de mulheres e homens, de brancos e negros, persuasão do(a)s índio(a)s e assim por diante. Este(a)s estudioso(a)s eram a elite da época – religioso(a)s e político(a)s -, pois tinham condições econômicas para estudar e assim ter o saber e, por conseguinte, poder. Os estudos nessa época da "Psicologia" eram para ajudar no controle e organização da população (ainda hoje é utilizado para estes fins) (BAPTISTA, 2010; FURTADO, 2012; PESSOTTI, 1988; SÁ, 2012; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010).

Quando em 1822 tem-se a independência política o país começa a passar por grande desenvolvimento cultural e científico, com a criação de instituições destinadas a promover o desenvolvimento. Então em 1833 são criadas na Bahia e Rio de Janeiro as faculdades de Medicina, com isso nasce o saber psicológico brasileiro. Ao contrário do(a)s estudioso(a)s anteriores, este(a)s não tinham vínculos com religiões ou política, com isso eram profissionais de Medicina preocupado(a)s com a ciência e o saber. Os estudos no Rio de Janeiro eram voltados, principalmente, para a Neuropsiquiatria, Neurologia e a Psicologia, embasados nas ciências positivistas, na Bahia pesquisavam sobre Criminologia, Psiquiatria Forense e Higiene Mental. Outras universidades foram sendo construídas no Brasil, vale destacar que, em 1918, Franco da Rocha já difundia na universidade de Medicina de São Paulo as ideia da psicanálise. No Recife Ulisses Pernambucano criou o Instituto de Seleção e Orientação Profissional de Pernambuco, que tinham como objetivo pesquisas em Psicologia Aplicada (BAPTISTA, 2010; FURTADO, 2012; PESSOTTI, 1988; SÁ, 2012; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010).

Em 1954 há a criação da Associação Brasileira de Psicólogos e a publicação de um anteprojeto de lei sobre a regulamentação e formação da profissão de Psicologia pelo Arquivo Brasileiro de Psicotécnica. Neste período ocorreu a ampliação de instituições e pesquisadore(a)s na área em todo país. Houve a criação de cursos de Psicologia, no entanto eram considerados apenas formadores de especialistas e não profissionais. Estes cursos tinham como principais temas a teoria gestáltica, funcionalismo, teoria psicanalítica, psicofísica, diferenças individuais, teorias da

aprendizagem, entre outros (BAPTISTA, 2010; FURTADO, 2012; PESSOTTI, 1988; SÁ, 2012).

Somente em 27 de agosto de 1962 que é promulgada a Lei n. 4119, que "dispõe sobre a formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", pelo presidente João Goulart e subscritada por Brochado da Rocha e Roberto Lyra. E em 17 de dezembro de 1962 foi aprovado o Parecer n. 403, que trata do currículo mínimo e da duração do curso de Psicologia, pelas Comissões de Ensino Superior e de Legislação e Normas do Conselho Federal de Educação (BAPTISTA, 2010; CAIRES, 2003; FURTADO, 2012; PESSOTTI, 1988; SÁ, 2012).

A Psicologia inicia sua história basicamente com a Psicometria, se baseando na Psicologia Clássica e Neoclássica. O(a)s graduando(a)s em Psicologia eram treinado(a)s para aplicar testes psicológicos (TEAP – Técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e nos Testes Projetivos de Personalidade) (CAIRES, 2003). Atualmente a profissão tem ganhado diversos campos de atuação, assim como houve grande ampliação dos referenciais teóricos, no entanto muito(a)s profissionais ainda praticam uma Psicologia reducionista, tendo em vistas posições de saber-poder, acreditam que como cientistas ou profissionais da ciência psicológica estarem no poder, por terem o conhecimento e a verdade, praticam uma Psicologia que a nosso ver se mostra pobre e despotencializadora, aproximando-se do que poderíamos chamar de regulações biopolíticas (FOUCAULT, 1988).

5.1.1 Psicologia Jurídica

A Psicologia Jurídica é mais um campo de atuação do(a)s psicólogo(a)s, e está presente em diversas instituições do direito, como no sistema penitenciário e nos espaços do poder judiciário (varas das família, da infância e juventude). Segundo Foucault (2002) as ciências entraram aos poucos no campo jurídico. No século XIX médico(a)s eram chamado(a)s para tentar solucionar alguns casos que fugiam da "normalidade", não eram pessoas que poderiam ser taxadas como "loucas" ou "normais", eram crimes cometidos sem "motivação" clara, eram subversões que iam contra o que se acreditava ser da natureza humana, como no caso de Pierre Rivière que matou sua mãe, irmã e seu irmão, em 1835, sem motivo algum aparente, caso este que Foucault apresenta na obra "Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minhas irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault" (1977).

A Psicologia vai começar a atuar neste campo jurídico em 1868, com a publicação do livro Psychologie Naturelle de Prosper Despine, que tratava do estudo de grandes casos criminosos. O autor teve acesso aos casos pelo La Gazette des Tribunaux, separou o material pelos motivos que levaram ao crime e assim começou a pesquisar as particularidades psicológicas de cada pessoa que cometeu o ato criminoso. Segundo o mesmo as pessoas que cometiam atos delituosos não tinham qualquer psicopatologia, mas apresentavam anomalias em suas tendências e comportamentos morais. Assim, apesar de muito(a)s acreditarem que essa é uma área recente da profissão, a Psicologia Jurídica foi uma das áreas que ajudaram a Psicologia se tornar/ser reconhecida como ciência (BRITO, 1993; LEAL, 2008; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010).

Ainda no século XIX as ciências humanas entram no cenário da justiça como fonte de estudo sobre o crime e a pessoa que cometeu ato infracional, quais relações existiam, quais as causas, bem como entender a pessoa que comete um delito e como ressocializar. A Psicologia em especial era levada pelo ideário positivista, com isso inicia seus estudos através de experimentos dos processos psicológicos comuns a todos os seres humanos, neste tempo começa a se pensar a "Psicologia do Testemunho", uma das primeiras articulações da Psicologia com o Direito, que tinha como preocupação estudar os processos psicológicos das pessoas que eram testemunhas em casos jurídicos. Assim a Psicologia Criminal aparece como forma/dispositivo para avaliar e explicar a personalidade e conduta das pessoas que cometiam atos delituosos, com isso o delito deixou de ser só problema da pessoa que cometeu, mas também do(a) juiz(a), psiquiatra, psicólogo(a), advogado(a) e sociólogo(a) (LEAL, 2008; OLIVERIA, 1992; YAMADA, 2009).

O médico e psiquiatra italiano Cesare Lombroso que é considerado o pai da criminologia, como já colocamos acima, também estudou a Psicologia do delinquente. Para este autor o delinquente já se parece com o crime antes de cometê-lo, ou seja, a pessoa que comete um delito já nasceria com essa tendência, seria de sua natureza (LEAL, 2008). Outro(a)s estudioso(a)s surgiram desde então, entre ele(a)s vale destacar Gross que pesquisou a Psicologia Criminal Aplicada, os fatores psíquicos que podem tomar parte na investigação e no julgamento. Outro(a) foi o médico Laurent, para quem a pessoa que comete um ato delituoso tem a inteligência inferior à média, seria preguiçosa, entre outras características (RAUTER, 2003; ROCHA, 1984).

Estas teorias tiveram como base o(a)s teórico(a)s Lombroso, Ferri e Garófalo que fizeram parte da Escola Positivista ou Italiana de Criminologia, cada um partindo de

com um olhar sobre a criminologia, o primeiro, que já citamos acima, foi o que mais se destacou e tinha o olhar mais antropológico, o segundo pensava a pessoa que cometia delitos a partir da sociologia, e o último atribuía os crime como um fator psicológico (ARANTES, 2004; BRASIL, 2007a; ELBERT, 1998; MOLINA; GOMES, 2000).

Enrico Ferri (1856-1929), como discípulo de Lombroso estudou a criminologia pensando os fatores sociais envolvidos no sujeito no cometimento de algum delito, com isso pensava o crime como junção de fatores antropológicos (características pessoais e constituição orgânica), naturais (temperatura, estação do ano) e, principalmente, sociais (família, educação, religião e outros). Ferri entendia o homem como um ser totalmente condicionado, sendo seus atos nada mais do que recebe do seu meio físico e moral, com isso o delito seria uma responsabilidade do tipo social, haveria alguns fatores determinantes que levariam o sujeito a cometer um ato criminal, como sociais, individuais e físicos. Com esse pensamento, Ferri acreditava que uma maneira de combater a criminalidade seria através de ações realistas e científicas do poder público (ELBERT, 1998; MOLINA; GOMES, 2000).

Raffaele Garófalo (1852-1934), era de uma família tradicional e nobre na Itália, trabalhou como juiz e em 1885 lançou sua obra *Criminologia*, o que fez ser imortalizado como o criador da disciplina. Os principais destaques da criminologia de Garófalo são: a periculosidade e o conceito de individualização do tratamento para prevenção (ELBERT, 1998; MOLINA; GOMES, 2000). O autor deu ênfase no estudo de prognóstico de periculosidade, e criou o conceito de “delito natural”, assim:

> El pronóstico de peligrosidad era "la cantidad de mal previsto que se puede temer de parte del delincuente" (temibilidad). La peligrosidad es la perversidad constante y actuante del delincuente. El diagnóstico de peligrosidad debe tomar la gravedad del hecho cometido sólo como referencia, ya que lo importante surge del estudio de la personalidade del delincuente. (ELBERT, 1998, p. 54).

Para Garófalo a criminologia não deveria se preocupar somente com o estudo do “delinquente”, mas dos delitos, pois estes também eram universais. Para o mesmo o delito seria anomalias psíquicas ou morais hereditárias, diferente da enfermidade mental. Com este pensamento se colocava que o ideal de ressocialização era inadequado para algumas pessoas, assim a defesa da pena de morte, com esse pensamento Garófalo inaugurou/iniciou o pensamento de periculosidade, de indivíduo perigoso, aquele que não deveria ser aceito pela sociedade (ELBERT, 1998; MOLINA; GOMES, 2000).

Vale colocar, que na mesma época da Escola Positivista, surgiu a Escola Eclética de Criminologia, que ganhou força na Alemanha com o austríaco Franz von Liszt (1851-1919). Este foi criador da Escola de Marburgo, e uma de suas principais contribuições foi criar um equilíbrio entre o Direito Penal e a Criminologia, queria melhorar o trabalho das ciências penais, com mais conhecimentos, integrando assim trabalhos da antropologia, psicologia e estatística criminal, o que ficou conhecido como "ciência total (ou ciência integrada) do direito penal", e gerou a criação, em 1881, da revista "Revista para a ciência total do direito penal" (ELBERT, 1998; MOLINA; GOMES, 2000).

Von Liszt colocava que era necessário que as penas não fossem mais pensadas como retribuição, como era pensada e ainda é, e sim como formas de tratamentos, seria algo útil. Criou juntamente com Van Hamel e Prin a Associação Internacional Criminalística, que tinha como objetivo estudar o crime, suas causas e formas para combatê-lo. A partir dessas ideias os juristas alemães começaram a aceitar a entrada de outras disciplinas/ciências no âmbito jurídico (ELBERT, 1998; MOLINA; GOMES, 2000).

Em 1950 o pensador Emílio Mira Y Lopez (1961) lança uma obra intitulada Manual de Psicologia Jurídica, que assim passa a ser chamada uma área da Psicologia que se alia ao Direito. Neste livro o autor discute as atuações do(a) psicólogo(a) no campo do Direito, fazendo uma breve exposição da Psicologia, no panorama do conhecimento científico, que possa auxiliar o(a) Juiz(a) em suas tomadas de decisões. Para isso ele faz uma escrita sobre a teoria da personalidade e o comportamento atípico que se exprime nos atos delitivos.

Com o passar do tempo e evolução da Psicologia Jurídica, esta se tornou uma área que abarca/se ramifica em Psicologia Penitenciaria, Psicologia Forense, Psicologia Jurídica e as questões da infância e juventude, Psicologia Jurídica e o Direito de Família, Psicologia Jurídica e o Direito Cível, Psicologia Jurídica do Trabalho, Psicologia Jurídica e o Direito Penal e Psicologia Judicial. Ou seja, psicólogo(a)s jurídico(a)s são aquele(a)s que trabalham com questões/assuntos relacionados ao sistema de justiça, que são indicado(a)s pelo(a)s juize(a)s para realização de exames, laudos e/ou perícias (BRITO, 2012; FRANÇA, 2004). No Brasil o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem utilizado o termo *Psicologia na interface com a Justiça*, pois assim abarcaria diversas subáreas e profissionais que não tenham vínculos empregatícios com o poder Judiciário, e, aqui preferimos utilizar durante a nossa

pesquisa Psicologia Jurídica por esta abarcar toda uma história e suas teorias. Muitas pessoas tem confundido Psicologia Forense com a Psicologia Jurídica, no entanto a primeira é relativa ao Poder Judiciário, o que deixaria de lado outras subáreas como Psicologia Penitenciária e profissionais que atuam no ministério público, delegacias etc. (BRITO, 2012b; ROVINSKI, 2009; SHINE, 2005).

No Brasil o(a)s psicólogo(a)s começaram a trabalhar na área jurídica antes da Psicologia ser reconhecida como profissão, através de trabalhos voluntários ou de maneira informal. Por volta dos anos 80 em São Paulo é criado o cargo de psicólogo(a) do Poder Judiciário, nessa época existia o Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo (IMESC) e dentro deste a Unidade de Psicologia, que tinham como proposta de trabalho realizar perícias médicas e pesquisas na área de Medicina Legal e na Psicologia Forense, a rotina do(a)s psicólogo(a)s era fazer perícias e produzir laudos. Segundo Caires (2003) essa época é marcada por estudos acadêmicos com o objetivo de mapear o perfil do(a) sujeito(a) que comete ato delitivos, os diagnósticos psiquiátricos dos crimes contra os costumes, perfil da mulher encarcerada, fatores de reincidência criminal e os abusos de menores. Já em 1993 foi criada a primeira Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP) (BERNARDI, 1999; ROVINSKI, 2009).

Assim, as atuações começaram na área criminal, estudando pessoas que cometiam atos delituosos. No meio acadêmico a Universidade Federal do Rio de Janeiro foi pioneira em relação à Psicologia Jurídica, sendo em 1980 criado o curso de especialização intitulado “Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos”. Atualmente são poucas universidades que tem uma disciplina sobre Psicologia Jurídica, e em muitas somente entra na grade curricular como opcional. Nos anos 90 houve lutas do(a)s profissionais de Psicologia para que houvesse cargos dentro do Poder Judiciário, atualmente as lutas e problematizações são pela maneira de como atuar nessa área, que ainda tem pouca visibilidade no país (BANDEIRA et al., 2009; BRITO, 2012; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010; ROVINSKI, 2009; TEIXEIRA, 1994).

Em 2003 no Paraná foi lançado o primeiro curso de especialização em Psicologia Jurídica do estado, que abrigou estudantes de diversos estados do país, demonstrando a falta de cursos e uma boa demanda de pessoas com interesses em especialização nessa área. Pode-se perceber que a Psicologia e o Direito se aproximam para problematizar o comportamento humano. Desde o inicio e até hoje essa aproximação ocorreu devido o psicodiagnóstico/avaliação psicológica, no qual muitos

ainda acreditam que a Psicologia pode realizar prognósticos sobre reincidências. No entanto, existem outras formas de atuações, a implantação de medidas de proteção e socioeducativas, o encaminhamento e acompanhamento de crianças e/ou adolescentes, são alguns exemplos (BANDEIRA, 2009; BRITTO, 1993; CARVALHO, 2007; ROVINSKI, 2009).

Os diagnósticos ainda são o carro chefe do(a)s psicólogo(a)s Jurídicos, que por muitas vezes acabam sendo utilizados para legitimar a lógica da punição, mas podem e devem existir outras formas de atuações, ampliando o leque de ações do(a)s profissionais e potencializando as pessoas, ao invés de só reduzi-las a um determinado diagnóstico. Em meados dos anos 90 alguns autore(a)s como Miranda Júnior (1998), Bernardi (1999) e Brito (1993) já apontavam que as perícias, exames e laudos não deveriam ser as únicas práticas do(a)s psicólogo(a)s Jurídicos.

Muito(a)s profissionais de Psicologia que atuam dentro do campo da Psicologia Jurídica não tem formação necessária para atuarem na área, tendo desconhecimentos das demandas, termos e de como proceder perante tais eventos. Com isso muitas vezes acabam por serem reducionistas e/ou terem atuações limitadas ou fora da área, do território da Psicologia. O(a) psicólogo(a) precisa se ater na área das ciências humanas, saber qual seu papel em determinada demanda para conseguir estabelecer o melhor modo de atuar (SHINE, 2005; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010).

Resumindo, a Psicologia Jurídica é uma área de atuação da Psicologia que se relaciona com o sistema de justiça. Para Juan H. del Popolo (1996) o(a) profissional que atua nesta área tem como objetivo estudar os comportamentos complexos, que ocorrem ou podem vir a ocorrer, interessantes ao sistema jurídico, seja nos tribunais ou fora deles.

5.1.1.1 Psicologias Penitenciária

Após mais de 50 anos da regulamentação da Psicologia como profissão, ainda é difícil encontrar bibliografias que tenham como tema as atuações do(a)s psicólogo(a)s no sistema penitenciário. Segundo alguns(algumas) autore(a)s, existem no Brasil poucos cursos de graduação que tenham em sua grade curricular alguma disciplina com foco na área jurídica, ou seja, existe uma invisibilidade em relação à Psicologia Jurídica e muito mais sobre a Psicologia Penitenciária por parte da academia e do Estado, pois segundo

estatística do Departamento Penitenciário Nacional[28] (DEPEN) até dezembro de 2012 existiam por volta de 500 mil preso(a)s, em 1478 estabelecimentos penais e somente 1.324 psicólogo(a)s contratado(a)s no sistema prisional brasileiro, ou seja, tínhamos 377 sentenciado(a)s por psicólogo(a), média inferior a um(a) psicólogo(a) por unidade penal (ARANTES, 2004; BRASIL, 2007a; FRANÇA, 2004; KOLKER, 2004; MAMELUQUE, 2006; UZIEL et al., 2010).

No entanto, desde o século XX já existiam pessoas trabalhando com a Psicologia no sistema penitenciário, com o referencial teórico positivista que predominava em vários campos de saberes (BRASIL, 2007a; LHULLIER, 2003; ROVINSKI, 2009). Segundo Cristina Lhullier (2003), no final do século XIX houve alguns experimentos de abordagem científica com preso(a)s em Porto Alegre. No estado de São Paulo, estima-se que desde a década de 30 exista a ciência psicológica nas penitenciárias, através de estudos psicológicos realizados pelo(a)s médico(a)s assistentes de Psicologia, que participavam da equipe técnica do Serviço de Biotipologia Criminal, instituto que tinha como função o estudo da personalidade do(a) criminoso(a) contando aspectos biopsíquicos e sociais (para classificação), além de elaborar para cada caso a individualização da pena (BANDEIRA, 2005).

No Rio de Janeiro ocorreu no final da década de 70, quando o(a)s profissionais começaram a atuar em penitenciárias de regime fechado, com individualização de pena e "tratamento penitenciário", e também no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, no qual alguns(algumas) profissionais faziam suas residências com "louco(a)s infratore(a)s" (BANDEIRA, 2005; HOFFMANN, 1992; ROVINSKI, 2009). De acordo com Marcos Érico Hoffmann (1992), foi em 1978 que houve a entrada do(a)s técnico(a)s psicossociais no estado de Santa Catarina, na penitenciária de Florianópolis, que tinham como funções: realização de avaliações, atendimentos individuais, elaboração de laudos e participação na Comissão Técnica de Classificação. Segundo Maria Márcia Badaró Bandeira (2005), a entrada do(a)s psicólogo(a)s no sistema prisional ocorreu em diferentes épocas devido a variações de administrações de cada estado.

No início das atuações do(a)s psicólogo(a)s nas penitenciárias existia um forte apego à teoria positivista, que pretendia objetividade em seus estudos e práticas. Como

[28] Dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, acessado em: 15/03/2014: http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=&params=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D

já citado, acreditavam que o comportamento delinquente poderia ser de características individuais (de personalidade e orgânica). Com isso podemos pensar que a Psicologia e a atuação do(a)s psicólogo(a)s no sistema penitenciário, denominada Psicologia Penitenciária, é uma das práticas mais tradicionais da Psicologia Jurídica, no entanto ainda é uma área com pouca visibilidade.

Somente em 1984, quando foi promulgada a LEP, que tivemos a institucionalização das funções que o Estado relaciona ao(a) profissional de Psicologia no sistema penitenciário. A partir desta lei entrou em vigor o princípio de individualização da pena, o estabelecimento do exame criminológico e da Comissão Técnica de Classificação (CTC), que deveriam ser dispositivos para o acompanhamento individualizado (BRASIL, 2007A; FRANÇA, 2004). Como define a Lei n. 7.210 (BRASIL, 1984):

> Art. 5º Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
> Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 2003)
> Art. 7º A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
> Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do serviço social.
> Art. 8º O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
> Parágrafo único. Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto.
> Art. 9º A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá:
> I - entrevistar pessoas;
> II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado;
> III - realizar outras diligências e exames necessários.

O exame criminológico, que deveria ser realizado por psiquiatra, psicólogo(a) e assistente social, teria como objetivo identificar as múltiplas causas que na história das pessoas presas as levaram a cometer algum tipo de ato infracional. Deveria ser realizado no início do cumprimento da pena, para que fosse traçado um perfil psicológico da pessoa que estava presa para tratamento penitenciário e progressão de regime. Desta forma, se poderia fazer uma comparação do perfil psicológico de quando iniciou a

reclusão e após algum tempo do cumprimento, assim servindo de base para tomada de decisões do(a)s juíze(a)s das Varas de Execuções Penais (BANDEIRA, 2005; BRASIL, 2007a; FRANÇA, 2004). Essa credibilidade dos laudos feitos por profissionais da ciência começou, segundo Foucault (1999, 2002), no século XX. Para Foucault (2002, p.139):

> [...] a partir do momento em que se suprime a ideia de vingança, que outrora era atributo do soberano, lesado em sua soberania pelo crime, a punição só pode ter significação numa tecnologia de reforma. E os juízes, eles mesmos, sem saber e sem se dar conta, passaram, pouco a pouco, de um veredito que tinha ainda conotações punitivas, a um veredito que não podem justificar em seu próprio vocabulário, a não ser na condição de que seja transformador do indivíduo. Mas os instrumentos que lhes foram dados, a pena de morte, outrora o campo de trabalhos forçados, atualmente a reclusão ou a detenção, sabe-se muito bem que não transformam. Daí a necessidade de passar a tarefa para pessoas que vão formular, sobre o crime e sobre os criminosos, um discurso que poderá justificar as medidas em questão.

A Comissão Técnica de Classificação, segundo a LEP, deveria ser composta por psicólogo(a), assistente social, psiquiatra, dois/duas chefes de serviço e presidida pelo(a) diretor(a) da unidade. O(a) profissional de Psicologia não é mais citado(a) na LEP após o artigo nove, assim deixando a entender que a única função do(a) psicólogo(a) é a elaboração de laudos e pareceres psicológicos (BRASIL, 2007A; FRANÇA, 2004). O que levanta uma questão importante: o(a) psicólogo(a) que atua no sistema penitenciário deve somente realizar exames criminológicos? Deve continuar realizando estes exames? Para o que mais este(a)s profissionais são capacitado(a)s a realizar em uma instituição total?

Esse é um assunto discutido pelo(a)s psicólogo(a)s que atuam nessa área. Alguns(algumas) questionam a importância e a função dos exames criminológicos e, segundo Esther Maria de Magalhães Arantes (2004), existe uma resistência entre o(a)s novo(a)s psicólogo(a)s das penitenciárias em fazer laudos, devido a não aceitarem contribuir com a manutenção de uma sociedade excludente. Outro(a)s entendem que existe a necessidade da permanência do exame, pois acreditam que esta é uma função da Psicologia, e essa teria ferramentas e capacidade para realização (BRASIL, 2007a; FRANÇA, 2004).

Por conseguinte, o(a)s profissionais que atuam em penitenciárias – a partir de nossa vivência como estagiários[29] e leituras prévias - muitas vezes têm somente a

[29] Em conversas informais com as psicólogas da unidade e observando suas atividades na penitenciária, pudemos cartografar que a principal atividade dos profissionais de psicologia, da unidade de Assis, era a realização de laudos criminológicos para progressão de pena, sempre a pedido do Juiz de Execução. No

função de atender à demanda judiciária por exames criminológicos, e segundo Popolo (1996) a Psicologia Penitenciária acaba sendo subordinada ao Judiciário, pois esta fica à disposição para atender as demandas do(a)s Juíze(a)s de Execução – este(a)s último(a)s muitas vezes se utilizam dos laudos psicológicos para justificar suas tomadas de decisões (a favor ou contra o(a) sentenciado(a)), além de alguns(algumas) exigirem que os exames criminológicos tenham um prognóstico quanto à reincidência criminal. Como colocou Zaffaroni (1988, p.244), o(a) psicólogo(a) tem que ter um "periculosômetro" e funcionaria como um prognosticador de verdades sobre o(a) sujeito(a) avaliado(a) (ARANTES, 2004; COIMBRA, 2004; KOLKER, 2004; UZIEL et al., 2010). O que é apontado por José César Coimbra (2004), quando o mesmo coloca que os laudos, exames e pareceres psicológicos são utilizados pelo Outro, que poderá se apoiar destes em maior ou menor grau para tomar uma decisão. Esses discursos de verdades são analisados por Foucault (2009, p.18-19), esclarecendo que:

> [...] quando o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade.

Vale ressaltar que acreditamos que a Psicologia tenha ferramentas adequadas que a possibilitem fazer exames criminológicos mais amplos e de qualidade. No entanto deve-se problematizar que estes laudos não podem ser conclusivos, pois tratam de um pequeno recorte da realidade do(a) sujeito(a), ou seja, se estes forem conclusivos teremos uma Psicologia reducionista e estigmatizadora, que infelizmente ainda é frequente em muitas instituições totais (ARANTES, 2004; KARAM, 2010; KOLKER, 2004; POPOLO, 1996; UZIEL et al., 2010). Assim como bem colocou Foucault (1987, p. 176), as instituições totais funcionariam:

> [...] num duplo modo: o da divisão binária e da marcação (louco-não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e o da determinação coercitiva, da repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo; como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante etc.).

E os exames segundo Foucault (1987, p. 154) serviriam para o dispositivo disciplinar fazer essas divisões, desta forma o exame:

---

entanto existia sempre uma ansiedade na elaboração dos laudos, pois não havia disponibilidade de manual/ferramentas em que as profissionais poderiam se pautar.

> [...] é um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.

Acreditamos que as histórias de vida das pessoas que estão encarceradas são agenciamentos (possibilidades infinitas de encontros) que foram e vão sendo traçados em suas vidas, pois são múltiplos os encontros e fluxos, o que por sua vez atesta as complexidades de subjetivação que se incide sobre seus corpos (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Desta forma, ao invés de pensar em um(a) sujeito(a) de contornos limitados e fechados em si, a partir do qual a subjetividade brota, existe a ideia de cruzamentos de múltiplos componentes de subjetivação (linhas de subjetivação) que se ligam e se religam, influenciando no processo de subjetivação (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Com isso não podemos e não devemos ser reducionistas e acreditarmos que apenas um recorte da realidade da pessoa seja suficiente para a conclusão de um laudo.

Quando orientado por uma visão única para a composição dos laudos o(a) psicólogo(a) poderá estar colocando a culpa exclusivamente no(a) sujeito(a). Então teríamos aquele(a)s que são criminoso(a)s e o(a)s que não são criminoso(a)s (bom e mau, normal e patológico), ou seja, voltando ao modelo binário e reducionista, eximindo o Estado e diversos grupos sociais de culpa (ARANTES, 2004). Assim como a teoria do(a) "criminoso(a) nato(a)", do médico e cientista Cesare Lombroso, e também como foi à entrada da Psiquiatria no Judiciário, que buscava uma relação entre a pessoa o ato delituoso, ou seja, mostrar como a pessoa já se parecia com seu crime antes de tê-lo cometido (FOUCAULT, 2001, p. 24; UZIEL et al., 2010).

Essas práticas reducionistas de análises contribuem para a criação de uma segunda marca[30] de "indivíduo(a) perigoso(a)"[31] para esse(a)s sujeito(a)s. Como muito

[30] A primeira marca do (a) sujeito (a) preso (a) ao sair é ser "ex-presidiário", pois em nossa sociedade muitas pessoas acreditam que os (as) sujeitos (as) que já foram presos quando saem da prisão voltam a cometer crimes, "não tem mais jeito", negando o acesso a novas oportunidades, se aproximando ao que colocou Foucault (1987, p.223) "O castigo legal se refere a um ato; a técnica punitiva a uma vida [...]". Assim se cria a ideia de que muitas vezes não há como ressocializar alguns/algumas sujeitos (as), ou seja, aparece a ideia da investigação biográfica – existiriam características antes do delito que já indicariam o (a) sujeito (a) delinquente, o que dificulta a reintegração deste na sociedade normatizada e muitas vezes preconceituosa (ARANTES, 2004; FOUCAULT, 1987; FRANÇA, 2004; MORANA, 2003; RAUTER, 2007; UZIEL et al., 2010).

[31] Vale ressaltar que a estigmatização dos (as) sujeitos (as) presos (as) aparece na Europa com a sociedade burguesa, a partir da segunda metade do século XVIII. Na época em que se inicia o capitalismo, a burguesia coloca a maior parte de suas riquezas nas indústrias, geridas pela camada popular; preocupados com seus bens, a mesma começa a classificar os (as) "delinquentes" como "sujeitos (as) perigosos (as)".

bem colocou Cristina Rauter (1989, p. 10) sobre os laudos psicológicos, estes "têm consequências palpáveis, no que diz respeito ao futuro do condenado [...] um resultado desfavorável lança uma desconfiança sobre a índole do preso [...].", ou como colocou Maria Helena Souza Patto (2009, p. 408), no cotidiano o(a)s psicólogo(a)s com seus exames e laudos cometem "pequenos assassinatos". Nesta perspectiva, como coloca Fátima França (2004), é importante que o(a)s psicólogo(a)s que fazem laudos e perícias estejam cientes que devem levar em conta aspectos sócio históricos, políticos e culturais da vida do(a)s sujeito(a)s.

Em 2003 foi instituído o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP)[32] pela Portaria Interministerial n. 1777, a partir de discussões entre os Ministérios da Saúde e da Justiça. O mesmo tinha como objetivo a inclusão das pessoas que estão presas no Sistema Único de Saúde (SUS), cumprindo um dos mandamentos constitucionais que é de direto a saúde a todas as pessoas. Os princípios fundamentais do PNSSP são: planejamento de ações; saúde, promoção e vigilância; e trabalho interdisciplinar em equipe. Segundo este plano as unidades penitenciárias com mais de 100 pessoas presas e até 500, deveria ter com equipe: médico(a); enfermeiro(a); odontólogo(a); psicólogo(a); assistente social; auxiliar de enfermagem; e auxiliar de consultório dentário. Grande parte das unidades prisionais do estado de São Paulo tem tais profissionais esse corpo de trabalhadore(a)s, no entanto no caso específico do(a) profissional de Psicologia o(a)s mesmo(a)s não ficam voltado(a)s para atendimentos psicológicos, com a preocupação com a saúde mental das pessoas que estão presas, que poderia ser através de atendimentos individuais ou em grupos, este(a)s profissionais ficam voltados para a realização de exames criminológicos, não sendo a saúde psicológica dessas pessoas sendo uma preocupação.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), juntamente com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e o Ministério da Justiça tem lançado cartilhas para auxiliar o(a)s profissionais que atuam em penitenciárias; uma delas é a "Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro". Segundo essa

---

Desta forma se iniciam os processos de estigmatização dos (as) delinquentes, ou seja, a população não deveria aceitar nenhum crime contra o patrimônio privado ou o bem público e os (as) que cometessem não seriam dignos (as) da confiança da sociedade (FOUCAULT, 2004, 2006; BATISTA, 2003). Este mesmo processo é vivenciado (a) por nós, atualmente, no Brasil, pois as elites do país pedem, cada vez mais, policiamento e vigilância sobre os bairros pobres da cidade, não como uma preocupação social, mas como uma forma de controle desta população que é vista como perigosa e ameaçadora; assim, quando capturados (as), os (as) delinquentes são colocados (as) em instituições afastadas.

[32] Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf>. Acessado em 20/01/2016.

cartilha de 2007, as atuações do(a)s psicólogo(a)s são construídas com base no referencial teórico conhecido, no entanto o principal objetivo deste(a)s profissionais deveria ser a criação de dispositivos para a reintegração do(a) sentenciado(a) à sociedade, assim como estimular a expressão da individualidade de cada sujeito(a) preso(a). Nesta mesma cartilha, existe a preocupação de que o(a) profissional possa criar modos, propostas para abolir o exame criminológico, com a justificativa de que tal seja usado como dispositivo disciplinar que viola os direitos do(a)s sentenciado(a)s. Há ainda, no mesmo texto, a ideia de que o(a) psicólogo(a) deva problematizar com a sociedade em geral sobre as prisões, as pessoas presas e a reintegração destas à vida comum/livre (BRASIL, 2007a).

Assim, a ideia de ressocialização das pessoas que estão presas acompanha os estabelecimentos penitenciários desde sua criação, no entanto na prática esta ideia fica esquecida. Podemos ver em alguns estudos, nos discursos de funcionário(a)s da penitenciária e na própria população em geral uma decadência do discurso de recuperação e um clamor pela punição, pois grande parte da população não acredita que as penitenciárias irão "recuperar" seus sentenciados (AGUIRRE, 2009; BICUDO, 1994; GARLAND, 2008; REISHOFFER, 2015; SALLA et al., 2006). Para grande parte da população o objetivo da prisão deve ser:

> [...] cuidar de uma massa de indivíduos considerados perigosos, violentos e zombadores declarados da ordem jurídico-política superior com a responsabilidade unilateral de solucionar os conflitos, restituir e manter a normalidade da vida social. (LIMA, C.B. de, 2009, p. 36).

O estudo de Hilda Morana (2003) é um exemplo de uma ciência estigmatizante, sua tese em psiquiatria aponta ser possível através da "Escala Hare PCL-R Psychopathy Checklist Revised" diagnosticar a psicopatia (psicopatia está ligada a uma tendência geral ao cometimento de delitos) em pessoas que estão presas, através de uma entrevista semiestruturada, as respostas vão sendo pontuadas de zero a dois pontos, dependendo do grau de psicopatia apresentado. Na sua tese de doutorado a psiquiatra traduziu a escala para a língua portuguesa (Brasil) e em 2005 o CFP aprovou sua utilização, a qual continua favorável, sua aplicação é para a população masculina adulta (YAMADA, 2009).Ela ainda promove a ideia de que as pessoas que estão presas devam passar por este teste para diferenciar as penas, pois acredita que preso(a)s psicopatas seriam irrecuperáveis, assim deveriam ser afastados do convívio dos não-psicopatas.

Como aponta Lia Toyoko Yamada (2009) a Escala Hare PCL-R é utilizada em países como Canadá e Inglaterra, sendo muitas vezes apontada como instrumento útil e indispensável para as prisões. Autoras como Yamada (2009) e Cristina Rauter (2007), apontam que existe a necessidade de lutar pela bandeira do tratamento e da recuperação, de modo a dificultar a ideia do extermínio subjetivo, assim à técnica usada por Morana serviria apenas para separar o "joio do trigo", como mais uma técnica de controle. Como muito bem colocou Yamada (2009, p. 104-105):

> O senso comum, a mídia e especialmente a ciência propagam seus ideais de sociedade, seus valores considerados positivos, suas noções de prazer, de beleza e de certo e errado, como também sustentam seu repúdio ao que se quer ver eliminado, ao que causa desprazer, sofrimento e que se afasta dos ideais considerados superiores. Hoje, o psicopata, o traficante, o pedófilo70 e o terrorista são os anormais que outrora eram representados pela figura do indisciplinado, do monstro humano e da criança masturbadora [...]. As mazelas do mundo, a origem de todos os males estavam dispostos nesses três exemplos. Hoje os personagens mudaram, mas permanece a visão simplista de atribuir a culpa a alguém, a individualizar condutas e negligenciar outras causalidades que também fazem parte do contexto. O psicopata de Hare é o monstro moral, é aquele que representa o desvio da norma em todos os sentidos possíveis: endividado, promíscuo, largado, hiperativo, drogado, bêbado, delinqüente, mentiroso, irresponsável, frio, calculista e criminoso.

Com nossas vivências na penitenciária de Assis e leituras realizadas, percebemos que dentro dos presídios a escola, o trabalho (que muitos fazem para ganhar remissão) e a religião são utilizados como forma de "passar o tempo" com algo útil, sendo variáveis para ressocialização do(a)s sujeito(a)s que estão preso(a)s. De modo complementar, nossas observações a respeito das práticas profissionais exercidas pelo(a)s psicólogo(a)s dentro da penitenciária de Assis e seus projetos desenvolvidos em conjunto com o(a)s assistentes sociais, também contribuem como formas possíveis para a ressocialização (DIAS, 2008).

Ademais, dentro destas instituições as pessoas que estão presas perdem suas singularidades, ou seja, são somente mais um(a) do(a)s milhares de *preso(a)s/sentenciado(a)s/bandido(a)s/ladrões(ladronas)/delinquentes* (KARAM, 2010; KOLKER, 2004; MAMELUQUE, 2006). Acreditamos, desta forma, que as atuações do(a)s psicólogo(a)s devam:

> [...] negar a matematização daquilo que não é matematizável, de negar a desumanização daquilo que precisa se manter humanizado, negar a extração da dimensão temporal daquilo que só pode ser compreendido temporalmente.

> Trata-se, portanto, de preservar a temporalidade do tempo, a humanidade do homem/**mulher**[33], a concretude do concreto. (PESSANHA, 1993, p.31).

Ou seja, existe a necessidade de humanização do sistema penitenciário, podendo-se entender isto como estratégias entre profissionais e usuário(a)s, efetuadas a partir de ações pautadas na crítica social, valorização do(a)s sujeito(a)s, escuta sensível e compreensiva e uma ação ética, estética e política. Entende-se que nas instituições penitenciárias há uma desumanização das práticas, dos serviços, então a ética é uma escolha racional entre as possibilidades existentes (PASSOS et al., 2009a; RASSOTTI, BICALHO, 2012; REISHOFFER, 2015; UZIEL et al., 2010). De modo complementar, coloca David Garland (2008, p. 112,113):

> O tratamento adequado de criminosos demandava medidas individualizadas, corretivas, cuidadosamente adaptadas ao caso concreto ou ao problema particular, e não um rol uniforme de penas a serem mecanicamente aplicadas. Precisava-se do conhecimento especializado, da pesquisa científica e de instrumentos flexíveis de intervenção [...] a punição tinha que ser substituída pelo tratamento.

No entanto, atualmente os programas e setores de reabilitação não são mais a principal preocupação nas penitenciárias (acreditamos que nunca foram as principais preocupações do sistema prisional), a reabilitação perdeu espaço para a retribuição, a neutralização e o gerenciamento de riscos, ou seja, o objetivo das penitenciárias são não permitirem fugas e manterem por um tempo determinado aquele(a) que está encarcerado(a) longe da sociedade (GARLAND, 2008; RASSOTTI, BICALHO, 2012; REISHOFFER, 2015). Assim, a partir de nossas vivências e leituras, a ressocialização não parece ser o principal foco do(a)s profissionais de Psicologia que atuam no sistema prisional, pois:

> É nítido o contraste com a sabedoria convencional do período passado, a opinião dominante agora é a de que a "prisão funciona" – não como um mecanismo de reforma ou de reabilitação, mas como, instrumento de neutralização e de retribuição que satisfaz as exigências políticas populares por segurança pública e punições duras. (GARLAND, 2008, p. 59).

Nesse sentido a atuação do(a)s psicólogo(a)s nas penitenciárias acaba sendo realizado de diversas maneiras, cada qual com seu referencial teórico e sua vontade de criar e participar de outras atividades, além da função de "fazedores" de exames criminológicos (ARANTES, 2004; FRANÇA, 2004; RASSOTTI, BICALHO, 2012;

[33] No parágrafo tirado do livro de Pessanha (1993, p.31) cita-se a categoria molar "homem", no entanto acrescentamos em negrito "mulher" como modo de respeito e reconhecimento das lutas sociais e emancipatórias dos direitos delas.

REISHOFFER, 2015). Este(a)s deveriam partir do VII Principio Fundamental do Código de Ética da categoria, no qual dispõem que o(a) profissional deva ser problematizador das relações de poder que possam influenciar sua atuação (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Assim acreditamos que a atuação do(a)s psicólogo(a)s penitenciário(a)s deve ser pautada:

> [...] pelo patamar da transdisciplinaridade. É preciso superar a linearidade que divide a questão prisional em área da segurança e área da saúde/reintegração social e superar o entendimento do preso-objeto de tratamento, compreendendo-o como sujeito pensante, crítico, que tem sua história e sua própria visão de sociedade e ética. (BRASIL, 2007a, p.115)

No entanto esta pesquisa foi realizada para deixar o(a) psicólogo(a) falar, discursar, dizer, colocar os atravessamentos cotidianos em que ele(a) é/foi sujeito(a) ou assujeitado(a), nossa tarefa como cartógrafos foi de colocar em tela e ajudar estas pessoas a construir e pintar um mapa, mas, também, implicados conseguimos dar nossas pinceladas e compor juntos, é preciso como colocou Deleuze e Foucault deixar o outro falar, pois:

> Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. [...] Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. (FOUCAULT, 2007, p. 70).

5.2 PSICOLOGIAS UTILIZADAS COMO BUSCA PELA VERDADE

> A primeira é poder determinar, direta ou indiretamente, uma decisão de justiça que diz respeito, à detenção de um homem. No limite [...] à vida e à morte. [...] Segunda propriedade: de onde lhes vem esse poder? Da instituição judiciária, talvez, mas eles o detêm e também pelo fato de que funcionam na instituição judiciária como discursos de verdade, discursos de verdade porque discursos com estatuto científico, ou como discursos formulados, e formulados exclusivamente por pessoas qualificadas no interior de uma instituição científica. (FOUCAULT, 2001, p.8).

Partindo dessa ideia de Foucault (2001), que algumas disciplinas (psicologia, psicanálise, entre outras) são utilizadas como maneiras científicas de se chegar à verdade, vamos agora fazer um breve resgate de como isso foi ocorrendo nas histórias das sociedades. Segundo Foucault (2002) todo conhecimento tem uma história, assim como a relação do(a) pesquisador(a) com o objeto de estudo e a própria verdade. O autor busca no livro “A verdade e as formas jurídicas” compreender como foi se construindo um saber sobre o humano, pessoa normal e anormal, conhecimento que separa o que é certo e errado, através da vigilância. Também, busca fazer uma análise

do discurso, mostrando como a própria linguagem obedece a normas, como é construída conforme o tempo. E por fim faz uma construção do(a) sujeito(a) ao longo da história, pensando este(a) como processo e não como acabado(a), fechado(a) e cristalizado(a), assim como a verdade (CANDIOTTO, 2013).

A partir das leituras de Foucault (2002) existe na história duas formas de verdades, uma interna que se faz a verdade a partir das ciências, outra seria externa na qual a verdade se forma a partir de certas regras. Desde Descartes se pensava que a verdade adivinha do(a) sujeito(a), como sujeito(a) do conhecimento e saber; no entanto quando surge à psicanálise essa forma de pensar a verdade é revista, pois esta se encontra não no sujeito, mas na linguagem, no inconsciente. Como colocou Cesar Candiotto (2013, p. 28) "Aquilo que se denomina de verdade é estabelecido pelo jogo de regras, pela ordem do discurso que condiciona esses saberes, e não pela ordem das coisas ou das palavras.", pensando se assim podemos colocar que os seres humanos se tornam escravos dos discursos, que são construídos e desconstruídos ao longo da história. Foucault (1966, p. 324 apud CANDIOTTO, 2013, p. 33) coloca que a pessoa:

> [...] desde que pensa, só se desvela a seus próprios olhos sob a forma de um ser que, numa espessura necessariamente subjacente, numa irredutível anterioridade, é já um ser vivo, um instrumento de produção, um veículo para palavras que lhe preexistem [...].

As práticas judiciárias, nas quais se arbitram os danos e as responsabilidades, e nas quais se define subjetividades, formas de saber, o que é normal ou anormal, mau ou bom, pode ser considerado lugar no qual surgem as verdades. Uma das formas utilizadas para fazer "surgir" as verdades é através do inquérito, que aparece na idade média, servia para descobrir quem fez, o quê, em que condições e em qual momento. Com o passar do tempo foram criados os exames, no século XIX, que ajudou no surgimento da Sociologia, Psicologia, Psicopatologia, Criminologia e Psicanálise (FOUCAULT, 2002).

Foucault (2002) partindo de ideias de Nietzsche coloca que "o ideal" é algo inventado, assim como a religião e a poesia. Desta forma, as invenções seriam tramas baixas de relações de poder. Então o conhecimento, também, é uma invenção, ele surge através de mecanismos/dispositivos, surge do combate, não é natural. Nietzsche começa a romper com o pensamento da filosofia ocidental - afirmavam seus conhecimentos na existência de Deus, então haveria harmonia entre o conhecer e o objeto de conhecimento - quando coloca que o experimento e o objeto não têm as mesmas

condições, são heterogêneas, não existe afinidade entre os dois. Assim, para o filósofo alemão o mundo não tem ordem, beleza, encadeamento, não existe lei da natureza, essa não existe para ser conhecida, é contra este mundo que o conhecimento luta, pois se quer colocar ordem, ter um mundo entendível, para isso se viola a natureza.

Baseado em Nietzsche, Foucault (2002) coloca que alguns sentimentos/impulsos – rir, detestar e deplorar – são maneiras de não se aproximar do objeto, de mantê-lo a distancia, uma luta constante entre essas relações de poder e com isso surge o conhecer, ao contrário do que entendia Spinoza, para quem estes impulsos deveriam ser afastados/apaziguados para que se pudesse conhecer. Então o conhecimento ignora as diferenças, enquadra, assimila as coisas entre si, sem nenhum fundamento em verdade.

O estudioso francês parte da tragédia de Édipo, escrita por Sófocles, para explicar as relações de poder que formam o saber-poder, uma busca pela verdade. A história Ilíada de Homero é o primeiro testemunho da prática judiciária grega, nessa existe uma disputa entre Antíloco e Menelau, ambos disputavam uma corrida e por diversos pontos eram colocadas pessoas para atestar a regularidade da prova. No fim Antíloco acaba sendo o vencedor, mas Menelau contesta sua vitória, dizendo que o primeiro cometeu alguma irregularidade, este nega ter cometido, então Menelau lança um desafio para que prove não ter trapaceado - Antíloco “Põe tua mão direita na testa do teu cavalo; segura com a mão esquerda teu chicote e jura diante de Zeus que não cometeste irregularidade” (FOCAULT, 2002, p. 32), este não aceita a prova e reconhece que cometeu uma irregularidade. Pode-se perceber que mesmo existindo uma pessoa que poderia servir de testemunha para comprovar ou não a existência da irregularidade, essa não é chamada para depor, a verdade “surge” através do desafio, jogo de prova, se Antíloco tivesse aceitado, Zeus que decidiria quem tinha dito a verdade. Ainda hoje existe esse tipo de busca pela verdade, em frases como: “jura por Deus?”, “jura por sua mãe?”. Muito parecido com o Direito Germânico, no entanto neste não existe um terceiro que seria neutro para julgar (Deus, Zeus, juiz), o conflito se resolvia através da guerra ou acordos entre as partes, não como uma busca pela verdade.

Este tipo de pesquisa da verdade, também, é encontrado na peça de Sófocles, mas começa a aparecer outra forma de se conhecer a verdade. Segundo Foucault (2002), na história de Édipo a verdade é dividida em partes e assim vai se juntando para que possa aparecer/conhecer. Primeiro Édipo consulta o rei Apolo, que diz que “há conspurcação e é por isto que a cidade está mergulhada na peste” e depois “se quiseres que a peste acabe, é preciso lavar a conspurcação”, então o primeiro pergunta para

Creonte a que é devida a conspurcação, a resposta é que foi devido um assassinato; novamente se pergunta ao Deus de Delfos, quem foi assassinado e a resposta é Laio, antigo rei. Édipo pergunta por quem, mas o rei Apolo se nega a responder. Como não se pode forçar um Deus a dar a verdade, Édipo procura a parte mortal, que vive nas sombras, Tirésias, que responde a Édipo "prometeste banir aquele que tivesse matado; ordeno que cumpras com teu voto e expulses a ti mesmo" (FOUCAULT, 2002, p. 34-35). Então já no começo da peça se tem a verdade, mas esta aparece como predição, prescrição, algo que irá acontecer no futuro, não que está ocorrendo na atualidade. Então falta o testemunho do que realmente se passou.

Durante a peça vão se resolvendo alguns mistérios, com base nos testemunhos do(a)s personagens, como para descobrir que matou Laio; Jocasta acredita que não foi Édipo, pois o rei havia sido morto em um entroncamento de três caminhos, mas Édipo lembra que matou um homem quando chegava a Tebas, no entroncamento de três caminhos, então se conhece a verdade de quem matou Laio. Mas existe um fio de esperança para Édipo e Jocasta, pois segundo a profecia o rei seria morto por seu filho, então na segunda metade da peça vão buscar desvendar esse outro mistério. E a busca pela verdade começa com outro testemunho, o do escravo de Corinto que vai até Édipo para lhe avisar que Políbio morreu e que o mesmo não era seu pai biológico. Assim com as partes se encaixando se conhece toda a verdade, que Édipo era filho de Laio e Jocasta, e foi quem matou o próprio pai. Nesta fragmentação da verdade pode-se perceber os jogos de poderes, o conhecimento/a verdade é quebrada por quem detêm o poder, nessas frações o poder se manifesta (FOUCAULT, 2002).

Na história de Édipo a verdade aparece primeiramente como profecia, vinda dos deuses, depois passa pelos testemunhos reais (Édipo e Jocasta) e por fim chega aos testemunhos dos pastores e escravos. A verdade vai ao longo da peça se desterritorializando. Édipo vai perdendo seu poder, é isto que a história conta, a luta para se manter no poder e não de se provar inocente ou não. Édipo se torna o tirano; além do poder (de ser a lei), também, detém o saber ou a verdade, por ter conseguido resolver o enigma da esfinge, então saberia governar, dar leis justas a Tebas. Por deter o poder e saber, na sua busca, como único que sabe, pelo conhecimento e por mais poder acaba por encontrar a verdade, que não lhe é boa. Buscava incessantemente o saber, não escutava os deuses, e acabou por unir a profecia destes últimos com a memória, lembrança e testemunho dos homens, o saber e poder em excesso acabaram lhe sendo

inútil. Então, coloca Foucault (2002), toda busca por saber é também uma procura por poder.

A partir das leituras das tragédias gregas, pode-se observar como houve mudanças na busca pelo conhecimento, não sendo mais exclusivo do soberano. Primeiro se busca o conhecimento através de provas, forma racional, com regras, assim como a Filosofia e as ciências. Segundo, através da persuasão, através da retórica convencer as pessoas o que é a verdade. Em terceiro lugar o testemunho, através da lembrança ou do inquérito, como forma de conhecimento da verdade. Assim se desenvolveu os sistemas jurídicos, de como se obter a verdade (FOUCAULT, 2002).

Foucault (2002) faz uma viagem pela história do direito, de como se chegava à verdade. Na época feudal quando existia algum tipo de disputa a busca pela "verdade" era através de provas, como a importância social da pessoa, quem fosse acusado(a) deveria reunir doze testemunhas, que não eram as testemunhas oculares do ocorrido, mas sim pessoas próximas/parentes que tinham algum vínculo com a pessoa acusada, para provar seu peso social, sua importância na sociedade. Outra forma, era através da prova de tipo verbal, o(a) sujeito(a) precisava responder as acusações com certo número de fórmulas, não podia errar (erros de gramática), não se queria saber se estava falando a verdade ou não. Também se tinha os juramentos. E por último as provas corporais, como exemplo, uma pessoa tinha que andar em brasas e se alguns dias depois ainda tivessem marcas era culpado. Não se buscava a verdade, mas quem era o derrotado, culpado.

Essas práticas judiciárias vão cair por volta do século XIII e reaparece o inquérito como forma de saber, mas diferente do inquérito colocado na história de Édipo. Surge nessa época o(a) procurador(a), que tinha como função ser representante do soberano, do rei, ou do senhor em uma disputa, como representante do poder lesado, somente por ter havido qualquer tipo de crime. Surge, também, a infração, pois o crime e o delito não lesavam somente o outro, mas, também, o Estado, as leis impostas pelo soberano, lesava o próprio soberano. Então o Estado e o soberano deveriam ser reparados, através das multas confiscações (FOUCAULT, 2002).

Como o soberano também era uma das partes lesadas era necessário uma nova forma de encontrar a verdade ou o culpado, então ressurge o inquérito. O inquérito administrativo tinha as seguintes características: buscava-se a verdade, o poder político era o personagem principal, para saber a verdade se dirigia aos/as notáveis (pessoas consideradas capazes de saber devido à idade, situação, riqueza, notabilidade, entre

outras características), o(a)s notáveis se reuniam para tomar decisão e chegar a uma conclusão, formular uma verdade coletiva (FOUCAULT, 2002).

Em outra época, o inquérito ressurge como forma de juntar pessoas, que sob o juramento de garantir o que viram, estariam a par e que saberiam, conseguiriam estabelecer a verdade, formar um "flagrante delito". Assim o inquérito ressurge não como um avanço do poder judiciário, mas como mudanças políticas que precisavam de uma nova forma de buscar a verdade, saber quem estava correto ou não, o inquérito é uma maneira do poder se exercer, pois é nessa época em que o Estado começa saber o tamanho da riqueza do(a)s cidadãos/cidadãs, e outras informações que o ajudavam a controlar a sociedade (FOUCAULT, 2002).

Começa a nascer à sociedade disciplinar e depois a sociedade de controle; segundo Deleuze (1992) a primeira vai do século XVIII a metade do XIX, nela o enclausuramento é a principal arma, com isso se conseguia o controle do tempo do(a)s trabalhadore(a)s, a sociedade de controle se embasa em uma suposta ausência de limites e em um tempo contínuo, no qual as pessoas não conseguem terminar seu afazeres, sempre existe a falta. Junto com essas sociedades nasce também o controle a partir do saber sobre o(a) indivíduo(a), do tipo psiquiátrico, psicológico, da criminologia e etc., assim o:

> [...] intelectual não é, portanto, "o portador de valores universais"; ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades. Em outras palavras, o intelectual tem uma tripla especificidade: a especificidade de sua posição de classe (pequeno burguês a serviço do capitalismo, intelectual "orgânico" do proletariado); a especificidade de suas condições de vida e de trabalho, ligadas à sua condição de intelectual (seu domínio de pesquisa, seu lugar no laboratório, as exigências políticas a que se submete, ou contra as quais se revolta, na universidade, no hospital, etc.); finalmente, a especificidade da política de verdade nas sociedades contemporâneas. E então que sua posição pode adquirir uma significação geral, que seu combate local ou específico acarreta efeitos, tem implicações que não são somente profissionais ou setoriais. Ele funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade. Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" − entendendo−se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo−se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico−político que ela desempenha. (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Após essa breve revisão bibliográfica da busca pela verdade/conhecimento, cabe colocar que a verdade é construída ao longo do tempo, são produções histórico-sociais,

e que atualmente acredita-se que advém das ciências, com seus métodos, objetividade e universalismo, como foi colocado anteriormente por Kuhn (1975) e Santos (2007). Ou seja, é dizer que na ciência pode-se confiar, nossa sociedade aprendeu que aquilo que advém das ciências é algo confiável. Como aponta Candiotto (2013), a partir de leituras de Foucault, é um erro pensar que os conhecimentos produzidos além da ciência são meros senso comum e que devem ser desacreditados, pois são as bases para a formação da ciência, pensando se assim, entende-se que o conhecimento científico é um produto de práticas discursivas, que conseguiu ao longo da história se impor sobre outros discursos, qualificando-se como verdadeiro (PATTO, 2009; VÁZQUEZ-ROJAS, 2014).

Como aponta Foucault (2007) algumas verdades já são dadas como regimes, naturais e universais, seriam "a justificação racional de sistemas excludentes de poder que atuam nas práticas institucionais e científicas", como são entendidos os sexos e gêneros, ou seja, em nossa sociedade se faz acreditar em reducionismos e cristalizações (CANDIOTTO, 2013, p. 50). Essas verdades já dadas pela sociedade são muitas vezes utilizadas nos trabalhos de psicólogo(a)s penitenciário(a)s cotidianamente, aos quais reduzem a culpa das infrações a pessoa infratora, a família "desestruturada", se fechando em estigmatizações pobres e despotencializadoras.

Então, pode-se dizer que existam discursos de verdades, seriam estes discursos que Foucault (2009) vai dizer que temos medo? Acreditamos que não, estes são os discursos que o poder quer ouvir e ler, são discursos que advêm do saber-poder, que proliferam por todas as linhas de nossa sociedade, discursos de verdades que enquadram, reduzem, estigmatizam e cristalizam as pessoas, estejam elas presas em penitenciárias ou não, podem estar em orfanatos, nas ruas, nas favelas e em bairros pobres, todas estão "enclausuradas" em estigmas e preconceitos. São estes discursos que deveríamos ter medo, não dos jovens de classe econômica baixa, que muitas vezes somente tem sua voz ouvida em músicas que são depreciadas por grande parte da sociedade, como o funk e o rap (CANDIOTTO, 2013).

Os discursos que podem ser ouvidos, ou não, são produzidos, selecionados, organizados pelo Estado e pela "mass media". Os únicos discursos que vêm de trás das grades que é percebido pela população é a rebelião, encenação essa que precisa ser em grande escala, utilizando-se da violência e mesmo desta forma o que é percebido por parte da população, ou melhor, única linha/palavras que são mostradas a população são

de pessoas sem moral, sem escrúpulos, verdadeiros “animais”, esconde-se os discursos destas pessoas que não querem mais ser tratadas como animais (CANDIOTTO, 2013).

Os exames criminológicos, realizados por psicólogo(a)s, são uma das poucas vezes que é dada a oportunidade da pessoa presa falar, no entanto este discurso, assim como muitos outros, deve ser bem pensado, porque não se pode falar tudo, pois os exames buscam a verdade sobre a pessoa encarcerada, então o discurso é e acaba sendo moldado. Como vai colocar Candiotto (2013), a confissão sempre foi utilizada como forma de confirmar a verdade que está no não dito, ou seja, uma pessoa que está presa já é vista muitas vezes como periculosa, mas é necessário que a mesma admita de forma livre e espontânea (FOUCAULT, 2007).

Verdade essa que muito(a)s psicólogo(a)s acreditam não estar no discurso da pessoa encarcerada, como colocou Foucault (2007), existe uma separação do que é verdade e mentira, razão e loucura, então muitas vezes se rejeita o discurso da pessoa presa. O sistema penitenciário precisa dessa separação, precisa do saber e conhecimento do(a) profissional de Psicologia, Psiquiatria, entre outro(a)s para se apoiar e justificar, embasado em verdades cientificas. Essa vontade de verdade serve como maquinaria de exclusão, pois retira, marginaliza, exclui os discursos contrários, de resistências; se justifica não dar voz as pessoas presas por serem imorais, não humanas, monstruosas, destruidoras de lares e outros estigmas. Em outra perspectiva, Foucault (1997) ao dar vozes aos presos quando de suas visitas aos presídios, aponta para a existência de teorias que os próprios presos haviam formulado a respeito de seus atos ilícitos e criminais, sobre os modos estabelecidos de penalizações, sobre as práticas da justiça e do direito, das organizações das prisões, etc..., dar voz aos presidiários abre precedentes para a formulação de outros regimes de verdades, muitas vezes deixados de lado (CANDIOTTO, 2013).

Os exames criminológicos são realizados através de entrevistas e testes, assim como os inquéritos foram utilizados como forma de buscar a verdade, trazendo a tona acontecimentos que haviam acontecidos, tentando achar o “flagrante delito”, os exames buscam muitas vezes mapear se o(a) indivíduo(a) tem capacidade de progredir de regime, se não parece mais com aquela pessoa delituosa (CANDIOTTO, 2013; FOUCAULT, 2007; 2002; VÁZQUEZ-ROJAS, 2014).

> ¿Y cuál es en este entramado el posible lugar del psicólogo?; ¿y cuál su función? Resulta claro que el mayor de los riesgos para el psicólogo es el de establecerse como ‘auxiliar’ sustentando un discurso jurídico que lo asimila y

> lo borra con el solo fin de dictaminar lo ‘verdadero’. (SAUNIER, 1999, p.324).

O que Foucault (2002) chamou de “poder epistemológico”, que seria o sequestro dos saberes do(a)s sujeito(a)s. O(A) psicólogo(a) através da observação teria o “poder” de retirar do sujeito o conhecimento, a verdade de como deveriam comportar todas as pessoas que estão presas, assim classificando, registrando e analisando comportamentos. Criou-se assim o discurso de que o(a) intelectual específico(a) (psicólogo(a)) consiga juntar todo o saber sobre aquela prática e assim se torna o(a) dono(a) do conhecimento, da verdade sobre o(a) indivíduo(a), no caso da Psicologia. Na idade média era indispensável à atribuição de um(a) autor(a) nos discursos, como forma de atestar a verdade; atualmente nos julgamentos para progressão de pena podemos perceber uma busca por “autore(a)s”, não como indivíduo(a)s, mas como portadore(a)s de profissões que lhes dão instrumentos para ajudar no conhecimento da verdade, assim se reúne relatórios de diversas áreas para traçar “o perfil” da pessoa que está presa e assim definir seu futuro. Com base em nossa sociedade se cria uma norma, de como o(a)s sujeito(a)s devem pensar, agir, se comportar, se vestirem, os discursos que devem ter e o modo, o rebuscamento do mesmo, bem como, as práticas e desejos sexuais, os gêneros, tudo é enquadrado e normatizado. Tem-se um parâmetro do que deve ser esperado das pessoas, muito(a)s psicólogo(a)s querem que as pessoas que estão presas também se encaixem nessas normativas, então estariam mais aptos à progressão de pena (CANDIOTTO, 2013; COIMBRA, 2004; FOUCAULT, 1988; 2002; 2007; PATTO, 2009; VÁZQUEZ-ROJAS, 2014).

Assim, podemos pensar o discurso, laudos e exames como práticas violentas contra pessoas, práticas de enquadramentos e estigmatizações. Como todas as relações, a relação, entre o(a) psicólogo(a) e a pessoa que está presa, na hora do exame criminológico é um jogo de saber-poder, no qual o(a) primeiro(a) retém um saber-poder sobre o(a) segundo(a), uma hierarquia, que seduz o(a)s profissionais de Psicologia e os fazem acreditar que conhecem, conseguem retirar a verdade e qual a melhor decisão a tomar. Em vez de profissionais problematizadore(a)s da realidade desigual, social e econômica, brasileira, temos mais atore(a)s de preconceitos e despotenciamentos da vida.

6. CONHECENDO O(A)S MÚLTIPLO(A)S PSICÓLOGO(A)S QUE ATUAM EM PENITENCIÁRIAS DE REGIME FECHADO MASCULINAS

Conforme colocamos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado por todas as pessoas que concordaram em participar da pesquisa, e de acordo com os regimentos dos Comitês de Ética em Pesquisas da UNESP/Campus de Assis e SAP/SP, não identificamos com o nome real as pessoas entrevistadas. Dessa forma os nomes do(a)s participantes foram trocados por fictícios, para isso escolhemos ritmos musicais,

para que pudessem dar vida aos entrevistados e entrevistadas. Tal iniciativa se justifica porque acreditamos que a cada viagem, visita, entrevista, transcrição, leituras e releituras que fazíamos éramos afetados por diversas linhas, que nos causavam desconfortos, inquietudes, alegrias, cansaços e novas vibrações, nos transformando a cada instante que estávamos em contato com as instituições, pessoas e entrevistas. Da mesma forma pensamos que essa é função das composições e interpretações musicais, da arte de modo geral, causar novas sensações, fazer o corpo vibrar, criar novas possibilidades de ser e existir, assim escolhemos alguns gêneros musicais que ao longo desses dois anos nos acompanharam no mapeamento e escrita.

6.1 FREVO[34]

Frevo tinha 25 anos, do gênero feminino, formada em uma faculdade particular no ano de 2010. Além de trabalhar como psicóloga na penitenciária, atua como docente de uma universidade particular; já lecionou a disciplina Psicologia Jurídica, na qual trabalhou questões relacionadas com o sistema prisional como um todo, mas atualmente trabalha mais com a área organizacional. Durante a graduação fez estágio extracurricular oferecido pela SAP, neste fazia entrevistas de inclusão (quando as pessoas chegavam à penitenciária), atendimentos psicológicos, que provinham de demanda espontânea das pessoas que estavam presas, como por encaminhamentos de outros setores da unidade (enfermaria, segurança e disciplina, e outros), fazia também serviços psicossociais, como contatos com as famílias. O estágio tinha supervisão de um(a) do(a)s psicólogo(a)s da unidade e de um(a) professor(a) da faculdade que cursava.

Segundo Frevo a diferença entre a penitenciária na qual trabalha e na que realizou estágio é a separação entre o Serviço Social e a Psicologia, ou seja, existe uma real separação o que é a atuação de uma profissão e de outra, algo que não acontecia na unidade na qual estagiou, essa diferença pode ter sido causada devido na unidade que atua ter ficado por muito tempo somente com um(a) psicólogo(a), que atuava como diretor(a) do setor e assim não fazia atendimentos, com isso o(a)s funcionário(a)s e as pessoas que estavam presas não sabiam o papel da Psicologia no sistema, ligavam

[34] Frevo - rubrica: dança. Regionalismo: Pernambuco, Alagoas. Dança em compasso binário e andamento rápido, surgida no final do século XIX, na qual os dançarinos, portando guarda-chuvas fantasiosos, executam coreografia individual, marcada por ágil movimento de pernas que se dobram e se estiram freneticamente. Rubrica: música. Espécie de marcha em ritmo frenético que acompanha essa dança (HOUAISS, 2009).

sempre a realização dos exames criminológicos, que na época eram feitos por profissionais de Psicologia que vinham de outras unidades, as chamadas equipes volantes. Outra diferença que percebeu é pelo número de exames criminológicos, na unidade na qual trabalha os pedidos para avaliações psicológicas é maior do que na outra.

Prestou o concurso para atuar como técnica em Psicologia na penitenciária por já conhecer o trabalho, como funcionava uma unidade penitenciária e tinha perdido o medo, pois acredita que as pessoas tem muito medo do que acontece em uma prisão e dos riscos que podem correr, como já tinha quebrado essa sensação achou que conseguiria trabalhar tranquilamente. A primeira vez que teve contato com o sistema penitenciário foi através de um estágio curricular com o(a)s agentes de segurança penitenciário (ASP), nessa época tinha contato somente com a parte administrativa, com isso permaneceu a curiosidade de saber como era dentro das muralhas, pois a parte administrativa parecia normal, como qualquer administração pública, mas um pouco sem cor e muito cinza. Quando começou o estágio extracurricular o(a) diretor(a) geral, o(a) de disciplina e mais quatro ASP foram mostrar a penitenciária, dentro da muralha, como se estivessem a escoltando. Cada vez que em entrava em um ambiente uma porta se fechava, pois duas portas não podem ficar abertas ao mesmo tempo e em um mesmo cômodo, a sensação que sentiu foi de poder ficar trancada, porque uma porta sempre se fechava atrás dela. Não chegou a entrar nos pavilhões nos quais estão as celas, ficaram somente na “gaiola”, local no qual o(a)s ASP ficam e tem a visão para o pátio e as celas, o(a) diretor(a) a avisou para não assustar caso alguma pessoa que estava presa estivesse sem camisa, que era algo normal, pois estavam em “suas casas”. A impressão que teve foi que as pessoas estavam todas amontoadas e que o espaço era pequeno para o tamanho da população que a habitava.

Frevo disse que não desejava trabalhar na penitenciária, mas com os estágios e os conhecimentos que adquiriu foi uma realidade que apareceu e achou boa. Não fez nenhum curso sobre segurança pública ou ligado a Psicologia Jurídica. Durante a graduação não teve uma disciplina específica de Psicologia Jurídica, somente uma de “Tópicos avançados”, que em uma aula abordou essa área. Acredita que seriam importantes disciplinas e estágios na área jurídica, pois é uma realidade para a Psicologia atual e existem muitas ofertas de emprego para trabalhar com questões da segurança pública. Sua abordagem é psicanalítica e trabalha dentro da penitenciária, também, com questões da psicossomática, pois acredita que a estrutura do sistema

penitenciário faz com que as pessoas que estão presas desenvolvam doenças psicossomáticas.

Sobre as cartilhas elaboradas pelo CFP e DEPEN acredita que são importantes, no entanto não se tornam condizentes com a realidade, como exemplo, sabe que as salas para atendimentos precisam ser melhoradas para preservar o sigilo e outros aspectos, no entanto o Estado não vai proporcionar isso, então precisa se adaptar a realidade que é dada. Os locais de atendimento são os parlatórios, nos quais a pessoa presa fica de um lado e o(a) técnico(a) de outro, são separado(a)s por uma grade, não existe abafamento do som, então quando outras pessoas estão atendendo podem ouvir as conversas, nesses casos é necessário fazer o encerramento dos atendimentos e voltar em outro momento, como forma de preservar a pessoa que está sendo atendida. Segunda a colaboradora existe um projeto para reformulação dos parlatórios, nestes fazem atendimentos, também, advogado(a)s, assistentes sociais, e outras, então essas pessoas podem ter acesso ao que está sendo dito pela pessoa ao lado, quebrando assim o sigilo. Para utilizar alguma sala para atendimento precisa da autorização de outros setores, mas por se tratar de regime fechado, algum(a) ASP precisa acompanhar as pessoas que estão presas nos atendimentos, por questão de segurança, o que impede mais uma vez o sigilo profissional.

Para Frevo os parlatórios são necessários para a segurança das pessoas que fazem atendimentos, no entanto deveria existir uma separação, outra sala, para pessoas que são de fora fazerem atendimentos, como advogado(a)s e oficiais de justiça, pois ajudaria a manter o sigilo; outra questão, seria a troca dos bancos de concreto para cadeiras mais confortáveis, algo que acha necessário, pois fica muito tempo no local e o desconforto que as pessoas atendidas e as que fazem os atendimentos interfere nos mesmos.

Sobre o relacionamento da Psicologia com os outros setores dentro do sistema penitenciário Frevo coloca que depende da direção, das diretorias, pois cada qual implanta uma forma de administração, e as decisões são muitas vezes inquestionáveis e incontestáveis. Assim, para o(a) psicólogo(a) conseguir algo, por exemplo, fazer atendimento em grupo, ele(a) precisa fazer diversos pedidos para direção, convencer o setor de segurança e disciplina sobre a importância do projeto, sem o apoio deste setor é difícil que seja autorizado realizar alguma atividade, então a Psicologia precisa convencer as pessoas de seu trabalho e da importância.

Frevo disse que não chegou a conhecer as celas nas quais as pessoas que estão presas permanecem, entende que é uma questão de segurança e é algo que não é questionado dentro da unidade, ainda mais por ser tratar de uma pessoa de sexo de fêmea e de gênero feminino em um ambiente povoado, em sua maioria, por pessoas do sexo e gênero de macho. No entanto, disse saber que em algumas penitenciárias femininas que técnico(a)s em Psicologia fazem atendimentos nas celas das pessoas que estão presas, por acreditarem que essa população, pessoas do sexo de fêmea, serem menos perigosas. Então, acredita que possa existir diferença na atuação de um(a) profissional do gênero feminino e de gênero masculino em uma penitenciária masculina, mas que isso não interfere no trabalho.

Sua principal atuação é através da realização das avaliações psicológicas para progressão de regime, faz, também, atendimentos psicológicos individuais, orientações para progressão de regime, quando as pessoas já conseguiram os benefícios e mediação com as famílias das pessoas que estão presas. Segundo a mesma, sua atuação poderia ser melhorada se houvesse mais espaço físico para realização de outras atividades, mas isso não é possível na atual unidade. Não houve nenhum curso de preparação para atuar no sistema, mas atualmente a SAP disponibiliza alguns cursos pela Coordenadoria de Reintegração Social, a participante colocou que são mais gerais, de algumas técnicas específicas ou testes, aquilo que acreditam que é necessário para o(a) profissional, mas nem todo(a)s profissionais tem acesso, pois existe um revezamento na unidade para que ninguém seja privilegiado. Para Frevo os cursos oferecidos muitas vezes não condizem com a realidade, para a mesma estes deveriam abarcar técnicas e testes que possam ser usados no cotidiano, assim como palestras sobre os exames criminológicos, que ainda são geradores de dúvidas entre o(a)s profissionais de Psicologia.

Quando perguntada sobre as relações de gêneros Frevo associou ao trabalho com pessoas que estão presas e tem os desejos e práticas homossexuais, colocando que na unidade na qual trabalha não existe essa população. Segundo a mesma, a SAP lançou uma resolução sobre o trabalho com as pessoas relacionadas ao gênero, homossexuais, travestis, e outras, mas que era contraditório, pois pediam a inclusão/inserção dessas pessoas no espaço comum, mas sabe-se que muitas pessoas presas não aceitam, então deveria ser reformulada.

Em relação à Resolução 009/2010 do CFP colocou que no começo não tinha uma opinião e com o passar do tempo foi formando uma ideia sobre os exames criminológicos e a partir das supervisões durante a graduação percebeu que os exames

criminológicos deveriam existir, pois seria um momento de avaliar as pessoas que estão presas e não apenas deixa-las presas por determinado tempo e soltá-las. Segundo a mesma, como seu(sua) orientador(a) havia dito, as pessoas precisam passar por exames psicológicos para tirarem habilitação para dirigir, por que não quando pretendem algum benefício na penitenciária. Mas acredita que deveria haver uma mudança na realização destes, pois deveriam ser feitos por profissionais de fora, que não sejam psicólogo(a)s na unidade, como ocorre no fórum, uma equipe específica para realizar exames criminológicos, enquanto o(a)s outro(a)s profissionais de Psicologia trabalham com ações voltadas para reinserção social.

Segundo Frevo, os exames criminológicos são realizados pela Psicologia, Serviço Social e diretore(a)s de outros setores, então é uma avaliação interdisciplinar. Cada profissional faz sua avaliação para depois se reunirem na Comissão Técnica de Classificação (CTC) e avaliarem os casos, se a pessoa tem características psíquicas, comportamentais e sociais para progredir de regime e tomar uma decisão, essa tem a finalidade de instruir o(a) juiz(a) nas decisões sobre benefícios. No entanto essas deveriam ser realizadas quando as pessoas entram nas unidades, como forma de individualização das penas. Frevo colocou se sentir insegura, no inicio, para realizar as avaliações, devido às diversas resoluções que o CFP colocava, mas que com o tempo perdeu essa insegurança e agora está cansada de realizar tais exames.

Na avaliação, segundo Frevo, o(a) psicólogo(a) vai avaliar se a pessoa tem características para se adaptar as regras e normas do regime penitenciário a qual pleiteia. Em média faz de 20 a 30 exames por mês, cada um levando em torno de 40 minutos para realizar entrevistas e se necessário aplicar testes, então gasta de três a quatro horas para confeccionar o laudo psicológico, para a colaboradora é um trabalho no qual precisa cumprir a meta. Nestes laudos é colocado as histórias de vidas das pessoas, questões relacionadas às famílias, trabalhos, educação, sobre as vidas delitivas, as vidas dentro das penitenciárias e perspectivas futuras para a vida fora das prisões. Quem tem acesso aos exames são o(a)s juize(a)s, mas as pessoas que estão presas podem ter acesso através dos seus advogados.

Sobre histórias e vivências dentro do sistema penitenciário Frevo colocou que tudo marca no inicio, as angustias por não conseguir mudar diversas normas do sistema, questões sobre não conseguir promover a reinserção das pessoas que estão presas e por tudo ser voltado para a segurança e disciplina, isso marca o(a)s profissionais de Psicologia. O que sensibiliza, também, são as histórias de vida de cada pessoa que está

presa, os acontecimentos até chegarem a serem presos, assim como atendimentos psicológicos realizados e que dão alguns resultados. Em relação aos direitos humanos das pessoas que estão presas, Frevo colocou que não tem como existir tais preocupações em unidades que tem trinta pessoas em uma cela feita para doze, assim demonstrando que a grande preocupação é a segurança e disciplina. Acredita que a Psicologia se preocupa com os diretos humanos, mas que não consegue fazer a diferença, principalmente sozinha.

Segunda Frevo, nunca houve apoio ou supervisão das atuações do(a)s psicólogo(a)s penitenciários por parte do CFP, a única reunião foi para falar sobre os exames criminológicos, mas algo bem geral. Para a mesma, trabalhar no sistema penitenciário enriquece sua vida pessoal e profissional, porque é uma vivência muito grande e importante. Acredita que as pessoas que atuam no sistema penitenciário acabam por desenvolver algumas persecutoriedades e que ficam mais ligadas na segurança.

Sobre ser feliz atuando no sistema penitenciário Frevo colocou que gosta de fazer atendimentos psicológicos com as pessoas que estão presas, pois acredita que é uma atuação que tem relevância, mas por outro lado não gosta de ter que realizar tantos exames criminológicos, pois vira algo mecânico. Acredita que a SAP deveria proporcionar aos(as) profissionais supervisões psicológicas, para que pudessem discutir os casos e os exames. Outra mudança seria sobre o funcionamento, no qual existem regras e normas que são endurecidas, não podendo ser discutidas, o que torna o trabalho mais cansativo. Frevo coloca que deseja continuar trabalhando no sistema penitenciário até quando achar que está institucionalizada, ou seja, não quer atuar de forma mecânica, realizando somente as mesmas atividades e não podendo sair do modelo, também, tem outros projetos como o desejo de querer trabalhar na área acadêmica. Dentro da penitenciária gostaria de realizar mais ações voltadas para reinserção social, mas sabe que não existem incentivos para que essas aconteçam. A Psicologia dentro do sistema tem como papel a humanização e acolhimento dessas pessoas que estão presas, mas também do(a)s funcionário(a)s.

6.2 MARACATU[35]

Maracatu tinha 49 anos, se colocou como sendo gênero feminino, se formou em uma universidade particular, em 1993. Antes de atuar na penitenciária trabalhou na prefeitura municipal, resolveu prestar o concurso para trabalhar no sistema devido à estabilidade financeira que um concurso proporciona. Nunca havia entrado em uma penitenciária e a primeira sensação que teve foi de receio. Não cursou nenhum tipo de especialização na área de Psicologia Jurídica, somente quando já estava trabalhando que participou de cursos da SAP. Acreditava que seu trabalho seria através de atendimentos psicológicos com as pessoas que estavam presas, no entanto sua principal atuação é através dos exames criminológicos, trabalha há 16 anos no sistema penitenciário.

Durante a graduação não teve disciplinas ou estágios voltados para a Psicologia Jurídica, acredita que sejam importantes, pois ajudam na formação do(a) estudante. Sua referência teórica é a linha comportamental. Colocou serem interessantes às cartilhas elaboradas pelo CFP e DEPEN. O local para atendimentos são considerados inadequados e que deveria existir um local específico para o atendimento do(a)s técnico(a)s, segundo a mesma.

Maracatu não acredita que exista diferença entre atuação de uma e um profissional de Psicologia em uma penitenciária masculina. Atualmente sua principal atuação é realização dos exames criminológicos, mas acredita que deveria ter tempo para realização de trabalhos em grupos. Colocou ter sido preparada pela SAP para atuar no sistema após seu ingresso no sistema. Considera que em algumas situações é gratificante atuar no sistema penitenciário, quando consegue realizar algum atendimento que ajuda as pessoas. Não pareceu conhecer a resolução 009/2010, colocando que a mesma é importante e respalda o(a) profissional. O exame criminológico é realizado através de uma entrevista e discussão de casos com a assistente social, o mesmo serve para progressão de regime e é solicitado pelo judiciário; faz em média três exames por dia, com média de 30 a 40 minutos cada. É contra os exames, pois é uma responsabilidade muito grande, já que o(a) juiz(a) se baseia no mesmo para tomar uma decisão.

Uma história marcante em sua vivência na penitenciária foi quando atendeu uma pessoa que estava presa e conseguiu ajudá-la e posteriormente observou melhoras no

[35] Maracatu - Regionalismo: Brasil. Rubrica: dança, etnografia. Dança em que um bloco fantasiado, bailando ao som de tambores, chocalhos e gonguê, segue uma mulher, que leva na mão um bastão em cuja extremidade tem uma boneca ricamente enfeitada (a *calunga*) e executa evoluções coreográficas. Rubrica: música. Música popular inspirada nessa dança (HOUAISS, 2009).

comportamento da mesma. Sobre direitos humanos acredita que exista a preocupação, mas de forma precária, já a Psicologia tenta mudar essa realidade com intervenções no ambiente. O único contato com o CFP foi através da resolução 012/2011. Para a mesma a reinserção pode ocorrer se a pessoa que está presa tiver interesse e apoio da família, mas que são necessários mais investimentos dos governos, condições de trabalho e aproximações com os familiares dessas pessoas. Por ter deficiência auditiva severa, não quis que a entrevista fosse gravada, pelo mesmo motivo espera se aposentar o mais breve. Para Maracatu o(a) psicólogo(a) deve se manter motivado para atuar no sistema penitenciário, que o trabalho em grupo deveria ser desenvolvido por uma equipe técnica preparada.

6.3 FORRÓ[36]

Forró tinha 31 anos, colocou que era do gênero feminino, se formou em uma universidade particular, em 2010. Trabalha há um ano no sistema penitenciário, antes trabalhou no setor de recursos humanos (RH) de uma empresa privada. Durante a graduação fez estágio extracurricular na mesma penitenciária que atua, foi quando conheceu o sistema, de inicio tinha a ideia de tudo muito rígido e que deveria ser assustador, mas já no inicio do estágio o(a)s diretore(a)s levaram o(a)s estagiário(a)s para conhecer a unidade e assim irem se familiarizando com o ambiente, com isso ficou mais tranquila. Essa vivência a fez prestar o concurso da SAP assim que se formou.

A proposta do estágio era fazer atendimentos psicoterápicos com as pessoas que estavam presas, então queria fazer isso, mas tinha a parte burocrática, como as entrevistas de inclusão, abrir e fechar prontuários. Não participou de nenhum curso de especialização sobre a área, na graduação teve uma disciplina que tinha como tópico a Psicologia Jurídica; acha que são importantes estágios e disciplinas nesse tema, pois se não tivesse tido a vivência como estagiária não sabe se teria prestado o concurso e aceito o trabalho.

Sua base teórica é a Psicanálise. Sobre as cartilhas do CFP e DEPEN Forró colocou serem inviáveis, devido o CFP não conhecer o campo, como são realizados os trabalhos e a instituição, assim acaba colocando no papel idealizações, como exemplo, a

[36] Forró - Rubrica: dança. Baile popular, em que se dança aos pares com música de origem nordestina; arrasta-pé. Rubrica: música. Essa música, de gêneros variados (coco, baião, xote etc.). Regionalismo: Sudeste do Brasil. Baile popular, em que se dança aos pares, com músicas de gêneros variados, esp. sertanejas e ger. ao som de sanfona (HOUAISS, 2009).

resolução proibindo o exame criminológico e depois liberando. Os atendimentos ocorrem em um parlatório, no qual tem o vidro e telefone, outros setores também fazem atendimento, para pessoas de fora da unidade existe outra sala com dois parlatórios, então quando necessário o(a) técnico(a) pode utilizar essa sala, no entanto muitas vezes não existe o sigilo total dos atendimentos, assim Forró colocou informar a pessoa que está presa que aquele é o local para atendimentos, que pode ser que algumas pessoas possam escutar, quando existe um caso mais sério/grave acabam atendendo na enfermaria. Acredita que os parlatórios deveriam ser adequados para ter mais sigilo, mas que a SAP não faria essa adequações.

Quando a unidade passou por reformas conheceu os pavilhões nos quais ficam as celas, achou surreal pensar que algumas pessoas passam anos de suas vidas ali, em um lugar sem espaço, essas estavam desabitadas, quando a penitenciária foi reaberta não foi possível mais, devido questões de segurança. Forró colocou que existem dentro da unidade celas para homossexuais, que essa divisão ocorre na inclusão, onde é feita uma triagem para ver o perfil da pessoa e o melhor local para ficar, essa inclusão é feita pelo(a)s agentes penitenciários e depois existe outra pelo(a)s técnico(a)s. A mesma não vê diferenças entre a atuação de uma psicóloga e de um psicólogo em uma penitenciária masculina, e, também, nunca pensou ou trabalhou sobre as relações de gêneros na penitenciária. Não vê interferência no trabalho por ser mulher, mas acha isso ruim, pois acontece devido às pessoas que estão presas terem que seguir as normas, falar o que é colocado para elas, sem discutir e assim vão perdendo sua identidade.

Os atendimentos psicológicos são uma de suas atuações, além das entrevistas de inclusão e os exames criminológicos. No semiaberto faz grupos para aqueles que vão ter a saída temporária, para explicar como funciona, neste estão pessoas presas e condenadas por pedofilia, abuso e agressão sexual, o que dificulta o trabalho, segundo Forró. Foi formado o Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) no qual reúne profissionais que em suas unidades existam pessoas que estão presas condenadas pelos delitos mencionados. Então a partir desse curso tenta desenvolver alguns projetos com essa população, mas para Forró a penitenciária não resolve.

Sobre atender pessoas que foram condenadas por esses delitos, colocou não ser tranquilo, que precisa lidar com muitas coisas pessoais, pois quando vai fazer um exame criminológico precisa ouvir o relato, ler o prontuário jurídico no qual tem os detalhes, então fica mais complicado do que fazer atendimentos psicológicos. Não houve nenhuma preparação antes de entrar no sistema, agora participa de cursos oferecidos

pela SAP, mas existe um revezamento entre o(a)s técnico(a)s da unidade para todo(a)s poderem ir. Sente-se satisfeita com o trabalho, mas sabe que tem muita coisa para realizar, no entanto não fica reclamando da estrutura e tenta fazer o que pode.

Sobre a resolução 009/2010 do CFP colocou ser algo delicado, pois o conselho proibiu e depois teve que voltar atrás, porque perdeu a guerra de braço para o(a)s juize(a)s, e também pelo CFP não conhecer a área, saber como eram feitos e terem já decidido. Acredita que os exames são complicados, pois não tem como e não é seu papel investigar a pessoa que está presa, mesmo aplicando testes, como o palográfico, sabe que tudo é muito mecânico, porque o objetivo dessas pessoas é liberdade, então vão dizer o que é necessário. Outra coisa avaliada é se trabalham e estudam, algo importante para a colaboradora, mas que muitos fazem devido à remissão da pena e não por vontade. Os exames servem para progressão de regime, são pedidos pelo poder judiciário, atualmente são em média três por semana, as entrevista duram em média 50 minutos, depois faz consulta no GEPEN, BI e processo judicial. Não existe a CTC na unidade, pois deveriam ser realizadas no inicio do cumprimento da pena da pessoa. No laudo são colocados os dados das pessoas, questões das personalidades no momento, porque não tem como avaliar antes e depois, sobre o crime e se tem alguma dependência.

As histórias que marcaram Forró são de pessoas que estão presas e que nasceram e viveram em comunidades com culturas muito diferentes da dela, então começa a pensar diferente, a história de cada pessoa a marca. A mesma colocou que não existe preocupação com os direitos humanos dessas pessoas, mas que hoje o sistema é menos punitivo, que precisa se trabalhar a humanização de funcionário(a)s mais antigos. Nunca viu nenhum psicólogo(a) se preocupar, mas porque tudo é muito escondido. Não teve nenhum apoio ou contato com o CFP, mas que também não existe uma reinvindicação do(a)s profissionais para que isso aconteça. Para o futuro pensa em desenvolver projetos com as pessoas que estão presas visando uma reflexão das mesmas. Para Forró a Psicologia dentro do sistema é fuga da alienação, buscando o bem-estar de funcionário(a)s e das pessoas que estão presas.

6.4 BAIÃO[37]

Baião tinha 48 anos, se colocou sendo do gênero feminino, de classe econômica média e formada em uma universidade particular, em 2009. Além de trabalhar na penitenciária atua como psicóloga em uma clínica particular e uma instituição de assistência social do munícipio. Trabalha há cinco anos na penitenciária, antes já havia atuado no sistema como funcionária de uma Organização não governamental (ONG), trabalhou como conselheira tutelar, essas duas vivências a levaram a prestar o concurso para trabalhar no sistema penitenciário.

Não tinha receio de trabalhar em uma penitenciária, apenas curiosidade. Sua expectativa era de poder fazer um trabalho diferenciado, com grupos ou outros projetos do interesse das pessoas que estão presas, mas isso se tornou uma frustração, pois sua atuação é para atender as demandas judiciais. Não cursou nenhum tipo de especialização em Psicologia Jurídica, mas teve durante a graduação uma disciplina nessa área, assim acredita que são importantes disciplinas e estágios, como os da FUNAP, devido a grande demanda que existe.

Sua atuação é embasada na Psicanálise e utiliza as cartilhas do CFP e DEPEN para ter parâmetro a ser seguido. Os locais para atendimentos são vistos como inadequados, segundo Baião foram feitos para atendimentos individuais, mas ao mesmo tempo são várias pessoas atendendo ao mesmo tempo, o que deixa de ser atendimento individual, não tendo a privacidade, outro fator que atrapalha é o tempo, devido à demanda não sobra muito tempo para os atendimentos. Para Baião estes locais deveriam ser mais reservados e sem grades para que pudesse ter atendimentos mais humanizados, mas não acontece porque o sistema se preocupa com a segurança.

Baião colocou existir diferenças entre uma pessoa do gênero feminino e de uma do gênero masculino atuando em uma penitenciária masculina, há uma maior preocupação com a segurança das profissionais do gênero feminino, sendo escoltadas quando vão para atendimentos e tendo que utilizar jalecos, procedimentos que não ocorrem com pessoas do gênero masculino.

Sua principal atuação é na realização de exames criminológicos para fim de progressão de regime, atendimentos psicológicos e alguns projetos temporários com

[37] Baião - Rubrica: dança, música. Regionalismo: Nordeste do Brasil. Dança popular originada do [1]baiano, ou o canto popular que a acompanha, ger. entoado ao som de viola e de outros instrumentos (sanfona, acordeão etc.); baiano, lundu-chorado, choradinho. Rubrica: música. Regionalismo: Nordeste do Brasil. Ritmo e dança nordestinos, com influência do samba e da conga, que se popularizou pelo Brasil inteiro a partir de 1946, com o compositor, cantor e sanfoneiro Luís Gonzaga (HOUAISS, 2009).

pessoas que estão presas e já conseguiram “ganhar” o semiaberto, outro voltado para saúde, participa quem tem o interesse e bom comportamento. Acredita que sua atuação poderia ser melhorada se houvesse mais tempo para executar projetos e espaços físicos adequados. Não foi preparada para atuar no sistema, mas atualmente a SAP disponibiliza diversos cursos, como o de neuropsicologia criminal. Diz gostar de trabalhar no sistema, que o grau de satisfação é razoável devido o pouco que pode fazer, mas que percebe ser válido o trabalho, pois algumas pessoas que estão presas são atingidas. Sobre as relações de gêneros disse não existir um projeto específico para essa demanda, mas que atendem.

Baião colocou como boa a resolução 009/2010 do CFP, pois o(a) psicólogo(a) não deve julgar, o que pode fazer é uma análise atual da pessoa, mas que o(a)s juize(a)s estavam deixando para a Psicologia as decisões. A mesma disse que o relatório psicológico é informativo sobre a situação atual da pessoa que está presa e sua subjetividade no atual contexto, assim respaldando o(a) juiz(a), mas sem dar parecer ou prognósticos. Faz em média dois a três exames criminológicos por dia, realizados através de entrevistas, que duram até 45 minutos, depois os relatórios são analisados na CTC. Acredita que os exames deveriam ser pedidos somente em alguns casos, o que não ocorre, assim sobrecarregando o(a)s técnico(a)s. Colocou que em 2010 quando surgiu à resolução da CFP ficava sobre dois olhares, o da CFP e do(a)s juize(a)s, o que parecia ameaçador.

Entre as histórias que a marcaram dentro do sistema são quando consegue fazer um atendimento que ajude a pessoa, do mais são ações mais corriqueiras, mas sempre voltadas para humanização e garantia de direitos das pessoas que estão presas. Na unidade, segunda a colaboradora, existe a preocupação em atender as exigências das leis, quando se fala em direitos humanos, mas as pessoas que estão presas acabam por reivindicar seus direitos.

Não existe apoio do CFP e rede de apoio entre o(a)s psicólogo(a)s do sistema penitenciário; o(a)s mesmo(a)s são vistos com desconfiança, no entanto com crédito, como algo necessário. Essa vivência, para Baião, é uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal. Sobre ressocialização acha um assunto complicado, pois falta incentivo para as pessoas que estão presas, pois a segurança é sempre em primeiro lugar, e também falta às vezes interesse das pessoas, pois muitas dessas dizem que se quiserem de verdade podem conseguir. Para Baião sua vontade é tentar ajudar na ressocialização, em termos de carreira profissional acredita que pode ser chefe de setor

ou continuar como técnica. A Psicologia, segundo Baião, deve ser uma agente de transformação, ajudar a pessoa que está presa a recuperar sua identidade e mostrar que existem outros caminhos.

6.5 ROCK AND ROLL[38]

Rock and Roll tinha 49 anos, se colocou como sendo do gênero feminino, se formou em uma universidade pública, em 1988, e trabalha há 26 anos no sistema penitenciário. Já atuou em outra unidade penitenciária e foi diretora de um Centro de Ressocialização (CR). Os CR, segundo Rock and Roll, é um projeto no qual habitam pessoas que estão presas de baixa periculosidade, estas são avaliadas antes de entrarem. Durante a graduação fez estágio na delegacia especializada em atendimento a menores e em uma delegacia da mulher, quando essa estava em faze de implantação, devido gostar da área jurídica e em sua cidade ter poucas oportunidades na época de trabalho para psicólogo(a)s prestou o concurso para trabalhar no sistema penitenciário.

Entrou pela primeira vez em uma penitenciária para visitar, na época as penitenciárias eram mais abertas para a comunidade, se tratava de uma unidade modelo, era diferente, existia um parque agrícola bem cuidado o que dava um ar agradável para unidade, tinha uma cela para cada pessoa que estava presa, então não teve nenhuma sensação ruim, sentia que era uma instituição comum.

Após passar no concurso fez curso de criminologia, psicopatologia e diversos outros, pela SAP também fez alguns. Durante a graduação não teve disciplina sobre a área jurídica, somente os estágios já mencionados e disciplinas como Psicopatologia e Psicologia Social que abordavam uma ou outra coisa da área. Entende que é necessário que nas universidades existam disciplinas na área de Psicologia Jurídica, por ser um campo em crescimento para a Psicologia atuar, é supervisora de um(a) estagiário(a) de Psicologia pela FUNAP, estágio extracurricular que antes era ofertado pela SAP junto com o Centro Integração Empresa-Escola (CIEE), o que acha importante para o(a) mesmo(a) ter essa vivência.

O local de atendimento do(a)s psicólogo(a)s são os parlatórios, que segundo Rock and Roll são inadequados, pois não são salas individuais, no local tem uma bancada e separações feitas de madeira, uma cadeira para o(a) profissional e outra para a pessoa que está presa e tem uma janela com grades. Acredita que dependendo das

[38] Rock and Roll - música popular derivada do *rhythm and blues*, ger. executada em instrumentos de amplificação eletrônica, que se caracteriza por um persistente ritmo quaternário, letras repetitivas e, eventualmente, elementos de *country*, música folclórica ou *blues* (HOUAISS, 2009).

unidades os atendimentos devam ser realizados em parlatórios devido à segurança, pois entende que não se pode acreditar/imaginar que não correm riscos; no entanto seria necessário ter também uma sala para a realização dos exames criminológicos e atendimentos (orientação e aconselhamento, não existe a possibilidade de realizar psicoterapia em uma unidade penitenciária), um local que tenha sigilo.

Rock and Roll na visita que fez aos pavilhões e celas, achou as últimas inadequadas; a mesma colocou que no CR não existem celas, são alojamentos nos quais as pessoas que estão presas tem um local para locomoção, cada pessoa tem sua cama, o que faz a diferença para a promoção da ressocialização e qualidade de vida dessas pessoas.

Não acredita que exista diferença entre a atuação de profissionais do gênero feminino ou masculino em uma unidade masculina, o que pode ter de diferença é na vontade do(a) profissional em atuar e sua preparação profissional. Na atual unidade na qual trabalha não desenvolve trabalhos pensando as relações de gêneros, mas quando atuava no CR existia o Projeto Cidadania que discutiam diversas questões e uma delas eram as relações de gêneros.

Atua com base na teoria psicanalítica. Acreditava que sua função seria a promoção da integração social, então dentro de sua atuação o mais importante são os projetos que desenvolve para a promoção da reintegração social, como o projeto Perspectiva (grupo de debates entre as pessoas que estão presas sobre assuntos cotidianos e outras pautas), o projeto de intervenção de drogas e o grupo de apoio Vida Nova. Entre outras atividade faz entrevista de inclusão, atendimento individual e o exame criminológico. Sua atuação poderia ser melhorada, segundo a mesma, com a realização de mais projetos voltados para a reintegração social e se o(a)s profissionais de Psicologia respeitassem as normas do CFP e da SAP, do primeiro as normas para elaboração de documentos e do segundo a resolução 88 que dispõe sobre a definição e padronização dos documentos para encaminhamento às Varas de Execuções Criminais, com vistas à instrução dos pedidos para concessão de benefícios e progressão de regimes, visando sua adequação às legislações profissionais das categorias envolvidas. Assim, observando a impossibilidade de realizar um exame criminológico completo (com testes e mais técnicas psicológicas) observar estas informações nos laudos, e não colocar uma conclusão sobre a pessoa.

Quando começou a trabalhar no sistema penitenciário não foi preparada, não participou cursos, aprendeu com a prática, no entanto depois a SAP disponibilizou

diversos cursos para o(a)s profissionais de Psicologia. Rock and Roll colocou ser feliz trabalhando no sistema penitenciário, pois nunca caiu em alguns problemas que alguns(algumas) profissionais caem, como desinteresse profissional, medo da pessoa que está presa e reclamação constante do salário. Entende que por terem uma jornada de 30 horas semanais podem ter outras atuações fora do sistema, assim poderiam ter uma renda complementar, já que o salário não é bom, mas que faltou posicionamento da categoria para que pudessem ser mais valorizado(a)s pela SAP. Isso tudo acaba por prejudicar as atuações desse(a)s profissionais, pois insatisfeito(a)s com o salário alguns(algumas) se propõem a fazer somente o básico em suas atuações. Rock and Roll sempre procurou se atualizar, estudando e participando de cursos, foi diretora do CR, algo que é possível para profissionais de Psicologia. Então, a mesma acredita que o(a) psicólogo(a) que busque se aprimorar, ter uma atuação diferenciada, pode conseguir se desenvolver e assim teria satisfação com o serviço e seria feliz no trabalho.

Entende que o(a)s profissionais de Psicologia tem pouco conhecimento sobre as atuações do(a)s psicólogos em uma unidade penitenciária, e os que atuam tem pouca participação sobre as decisões do CFP, como a resolução 009/2010, assim acredita que os exames criminológicos são válidos, como os testes aplicados a pessoas que vão tirar habilitação para dirigir. Segundo Rock and Roll, os exames são pedidos para pessoas que estão presas de alta periculosidade e para aquelas que cometeram faltas disciplinares. Proibindo, para a participante, o CFP está tratando essa pessoa como coitada, algo que ela não é, assim como não é demônio, mas entende que as avaliações precisam ser melhores pensadas, cumprindo as normas do CFP e da SAP.

O exame criminológico, ao seu modo de ver, deveria ser uma avaliação da execução da pena, o que a pessoa fará durante o tempo que ficará presa, assim, a avaliação seria não sobre o delito cometido, mas da execução da pena, do que essa pessoa fez e o que está pensando. Para Rock and Roll, deveria existir uma comissão (a CTC) para fazer uma análise geral sobre essa pessoa. Atualmente realiza somente um exame por dia, o tempo médio depende da pessoa que está presa, pois tem as que falam mais e outras que são mais reservadas, mas acaba levando no máximo trinta minutos. Os exames são feitos através de uma entrevista no parlatório e com apoio do Boletim informativo (BI). A mesma coloca no laudo psicológico o que a pessoa forneceu e as atividades e projetos nos quais participa, nada subjetivo. No final não coloca conclusão ou prognóstico, por achar impossível no modo como são realizados. No CR, segundo

Rock and Roll, os exames criminológicos eram realizados em sala individual, com aplicação de diversos testes se necessários e havia a discussão dos casos na CTC.

Dentre as histórias marcantes que Rock and Roll vivenciou, uma foi quando trabalhava em outra penitenciária e fez uma avaliação, e foi favorável que a pessoa que estava presa fosse para o regime semiaberto, sendo que outro(a)s funcionário(a)s eram contra, no primeiro mês a pessoa fugiu da penitenciária, assim aprendeu que a avalição deve ser interdisciplinar. E outro momento, quando trabalhava no CR, por ter poucas pessoas encarceradas, tinha mais proximidade com as pessoas que estavam presas, tendo um caso de uma pessoa que não voltou da saída temporária, mas que sempre ligava para ela no dia das mães para parabeniza-la, outros que passavam em sua casa quando saíam da penitenciária para se despedirem e de uma mãe que ligou pedindo se podia levar o filho de volta, mesmo depois de o mesmo não ter voltado após a saída temporária. Então entende que se houver um trabalho mais humano, as pessoas que estão presas e a família dão importância ao trabalho que é realizado.

Sobre os direitos humanos das pessoas que estão presas, Rock and Roll acredita que exista preocupação, que por parte da Psicologia começa desde a entrevista de inclusão, na qual o(a) psicólogo(a) deve perguntar sobre as relações familiares, se tem alguma necessidade psicológica e física, se precisa de alguma coisa, como utensílios para higiene pessoal, cobertor e outros, tendo uma preocupação com o todo e não só por demandas psicológicas.

Para Rock and Roll existem diferenças entre a atuação de um(a) psicólogo(a) de uma unidade penitenciária para outra, devido à história da penitenciária e pelo(a)s profissionais envolvido(a)s, que muitas vezes estão frustrado(a)s com os salários e a carga horária, assim acabam fazendo somente o básico que é pedido e o restante do tempo ficam sem nenhuma atuação. Então as atuações vão ser mais restritas, em outra unidade em que o(a)s psicólogo(a)s não se sintam frustrado(a)s pode haver atuações mais potencializadoras. Segundo Rock and Roll o CFP nunca deu supervisão ou apoio desde que entrou no sistema.

O(a)s psicólogo(a)s precisam ser acolhedores das demandas do(a)s ASP e não somente acreditar que este(a)s não gostam do(a)s psicólogo(a)s ou que barram suas atuações, precisam ver esse(a)s como pessoas que podem ter seus sofrimentos, mas depende também da história da unidade, como foi criada e estabelecida essas relações. Sobre a ressocialização, Rock and Roll acredita que possa ocorrer, mas se houver projetos, trabalhos em grupos, pois fazem com que o(a)s sujeito(a)s reflitam, pensem

mais sobre seus atos. Para a mesma a Psicologia é essencial dentro do sistema penitenciário.

6.6 SAMBA[39]

Samba tinha 30 anos, se colocou como sendo do gênero feminino, de classe média, graduou-se em uma universidade pública, em 2007. Há cinco anos trabalha na Fundação Casa e dois anos e meio na penitenciária. Prestou o concurso para trabalhar no sistema penitenciário devido à vivência na Fundação Casa, como o público das duas instituições é o mesmo, pessoas privadas de liberdade, acreditou que não teria nenhum problema, assim acabou acumulando os dois serviços.

Nunca havia entrado em uma instituição fechada e isolada como as penitenciárias, então sua primeira vivência na Fundação Casa foi mais chocante, por ser uma realidade desconhecida e ao ver as grades ficou assustada. A entrada na penitenciária foi mais tranquila devido à vivência que já havia com a instituição de menores infratores. Segundo Samba existem diferenças entre as duas, além da idade das pessoas que estão presas, a quantidade, na Fundação Casa são 66 pessoas que estão internas e duas psicólogas de referências.

Quando começou o trabalho na penitenciária pensou que teria a mesma atuação da Fundação Casa, de atendimentos psicológicos e acompanhamento das pessoas que estão presas. Não fez nenhum curso de especialização, ou teve disciplinas, estágios na área de Psicologia Jurídica, por isso acha importante que os cursos de graduação possam ter disciplinas que falem sobre a área, mas não precisaria ser uma disciplina só para isso. Supervisiona duas estagiárias de Psicologia, algo que acredita ser bom, pois são uma extensão do(a)s técnico(a)s, fazendo atendimentos psicológicos e sociais que os mesmo não tinham tempo.

Sua atuação é embasada na Psicanálise; as cartilhas do DEPEN e CFP são utilizadas para nortear sua atuação, mas nada muito definitivo, segundo Samba. Os atendimentos acontecem em uma sala simples, com uma mesa e duas cadeiras, as pessoas que estão presas não são acompanhadas ou algemadas, somente quando se trata

[39] Samba - Rubrica: dança, etnografia. Dança de roda semelhante ao batuque, com dançarinos solistas e eventual presença da umbigada, difundida em todo o Brasil com variantes coreográficas e de acompanhamento instrumental [O samba urbano carioca foi tb., inicialmente, dança de roda.]. Rubrica: dança. Regionalismo: Brasil. Qualquer baile popular, urbano ou rural, onde ger. predomina o samba como música; arrasta-pé. Rubrica: música. Regionalismo: Brasil. Gênero de canção popular de ritmo ger. 2/4 e andamento variado, surgido a partir do início do século XX. Rubrica: dança. Regionalismo: Norte do Brasil, Nordeste do Brasil. Variedade de xiba ('baile rural sapateado') (HOUAISS, 2009).

de situações mais graves, de surto ou quadro de agressividade, que são algemadas e acompanhadas por ASP. A sala fica em uma parte administrativa, a porta fica aberta por questão de segurança, mas a participante colocou que existe sigilo. Acredita que o espaço para atendimento individual é adequado, mas não existe espaço para atendimento em grupo.

O ambiente de trabalho é considerado tranquilo, mas não muito quando se trata de funcionário(a)s que trabalham já há um tempo no sistema penitenciário. Nunca entrou nos pavilhões nos quais ficam as celas, somente até um corredor que dá para enxergar as celas e o pátio, isso segundo a mesma devido a acreditar que não é algo muito confortável para o(a)s agentes penitenciário(a)s ou para administração, nunca foi proibida ou permitida, mas subentendido que havia limites. Para Samba as celas disciplinares são "pesadas", por serem simples e insalubres.

Em relação à atuação de uma pessoa do gênero feminino em uma penitenciária masculina a colaboradora acredita que exista diferença no respeito da pessoa que está presa, que existe um maior distanciamento, ou pelo contrário, às vezes pode ser que pensem que podem ser mais fáceis de comoverem. Sobre trabalhar ou problematizar as relações de gêneros dentro do sistema, colocou não trabalhar diretamente, mas que na unidade existem travestis e homossexuais, que já atendeu essa demanda e por serem funcionárias do sexo feminino a todo o momento perpassa as relações de gêneros. Sua principal atuação é através dos exames criminológicos, devido a grande demanda, mas que quando tem tempo faz acompanhamentos psicológicos. Existe o atendimento em grupo, esse para pessoas presas que conseguiram progressão de regime, mas são realizados pelas estagiárias e diretora de reintegração, pois está se ocupando somente com os exames criminológicos. Acredita que sua atuação poderia ser melhorada se houvesse a diminuição dos exames criminológicos, assim poderia se dedicar para atendimentos individuais, acompanhamento de casos e atendimentos em grupos.

Samba colocou ser importante às resoluções do CFP, como exemplo, a resolução 009/2010, pois respalda as atuações do(a)s profissionais de Psicologia em relação a darem pareceres que podem ser restritivos e definitivos, algo que é complicado, pois o ser humano está sempre em mudança, então se baseia nessas resoluções para fazer laudos e não ter a vida de pessoas em suas mãos. As avaliações são pedidos do(a) juiz(a) para saber se as pessoas que estão presas estão aptas a voltar para a sociedade, o que o(a) mesmo(a) queria era algo direto, mas para a colaboradora é complicado, porque o ser humano é imprevisível. Assim para fazer avaliação à mesma busca um

levantamento da história de vida da pessoa que está presa, para assim entender de onde a mesma veio, como foi à infância, adolescência, as influências que teve, no momento como está, se consegue lidar com as adversidades, se tem mais maturidade, se precisa ainda ter mais "investimentos", mesmo que não tenham na instituição, como trabalho.

Faz em média de nove a doze exames criminológicos por semana, durando cada no máximo 50 minutos, nesse tempo faz entrevista semi-dirigida, pois não tem tempo para aplicar e corrigir testes, também faz estudo do prontuário criminológico e dos processos. No laudo psicológico costuma colocar se a pessoa que está presa conseguiu administrar tudo que viveu, reconhecer o que fez e o que provocou para ele e para outras pessoas, se mostra arrependimento, se tem mais maturidade, e se introjetou valores morais e sociais. Segundo Samba nenhum trabalho como este, exame criminológico, seria preciso se houvesse um trabalho na prevenção, dando estrutura para as pessoas não cometerem delitos, então acredita que quando chega ao ponto dos exames criminológicos é uma transmissão de responsabilidade do Estado para a Psicologia.

Não teve nenhuma preparação para atuar no sistema penitenciário. Atualmente a SAP tem disponibilizado mais cursos, como o que fez de pronto atendimento psicológico, o que para a participante é importante, pois dá suporte ao(a)s técnico(a)s e faz com que entrem em contato com outro(a)s técnico(a)s com realidades e vivências diferentes. Entre as histórias marcantes que vivenciou no sistema falou sobre histórias que ouviu durante os exames criminológicos, de pessoas que se superaram e depois ligavam para falar que estavam bem e de crimes cruéis e frios.

Para Samba a preocupação com os direitos humanos é maior dentro da Fundação Casa, pois é um trabalho com adolescentes, na penitenciária existe também, mas é mais negligenciado devido à quantidade de pessoas. A Psicologia se preocupa em fazer atendimentos mais humanizados, ficando atento caso existam abusos de poder, mas que nunca percebeu ou ouvi sobre na unidade. Nunca precisou do apoio do CFP, então nunca teve contato com o mesmo, também não existe uma rede entre o(a)s profissionais da área, somente encontros quando tem cursos pela SAP. Dentro da penitenciária tem relacionamento bom com pessoas de outros setores, mas que a Psicologia não tem tanta visibilidade, para a mesma teria se houvessem técnico(a)s para atender o(a)s funcionário(a)s.

Samba colocou gostar de atuar no sistema, mas sente que sua atuação é limitada, que se motiva por ver uma perspectiva de ascensão profissional e que existe uma

flexibilidade e compreensão de seus(suas) diretore(a)s. Para Samba o(a)s psicólogo(a)s tem uma atuação muito limitada no sistema penitenciário, não tem visibilidade e que servem para apagar incêndios, mas que isso também é devido à classe ser desunida.

6.7 SERTANEJA[40]

Sertaneja tinha 35 anos, se colocou sendo do gênero feminino, de classe média, se graduou em Psicologia por uma universidade pública, em 2002 e trabalha no sistema penitenciário há cinco anos. Antes de trabalhar na penitenciária passou por diversos outros serviços, outras vivências que colocou serem importantes. No trabalho de conclusão de curso (TCC) escreveu sobre Psicologia Hospitalar, algo que a interessava, com o término da graduação passou em um aprimoramento na mesma área, cursou durante dois anos, o que foi importante para preencher as lacunas que houve durante a graduação. No entanto em muitas questões não se sentia acolhida e compreendida pela equipe, que era cindida e tinha problemas internos.

Nesses dois anos trabalhou com a área da oncologia, que relacionava com questões de perda, mortes, ausências e rupturas de vínculos, o que a fez se aprofundar nessa área e no TCC do aprimoramento escreveu sobre as perdas e as vivências das famílias com pessoas que tinham leucemia. Após esse período começou a dar aula em uma FATEC, pois foi à primeira oportunidade que surgiu após terminar o aprimoramento; colocou ter sido uma vivência muito ruim por não estar preparada para docência na época, pelo material didático utilizado ser de qualidade baixa e pelo sexismo, por ser uma mulher e nova dando aula para um cursos com maioria de pessoas do sexo de macho cursando, assim sempre havia "brincadeiras" a esse respeito, depois de um ano pediu demissão.

Acabou prestando o mestrado na universidade na qual havia feito à graduação, mas acredita por diversas escolhas erradas, como ter feito a disciplina de uma professora como aluna especial e depois ter colocado outra orientadora, acabou não passando. Em 2006 passou em um concurso para coordenar um projeto do governo, que era de abrir as escolas nos finais de semana para a comunidade, então ficava na coordenação de várias cidades próximas de onde morava, acredita que foi uma vivência boa, pelo contato com a comunidade e com pessoas que eram marginalizadas, excluídas da sociedade, isso foi interessante para Sertaneja devido não ter tido essa vivência na graduação, a área social

[40] Sertaneja - Rubrica: música. Regionalismo: Brasil. Composição musical ou cantiga do sertão brasileiro (HOUAISS, 2009).

da Psicologia, mas não sentia que estava ocupando o cargo de psicóloga. Com isso, prestou um concurso para prefeitura de uma cidade vizinha, passou e foi chamada, descobriu que a vaga era para trabalhar em um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), colocou ter sido uma vivência legal, entrou em contato com várias pessoas que trabalhavam na área, fez cursos e estudou sobre, no entanto não gostava do envolvimento da política em seu trabalho, considerava que a área de assistência social era uma das mais visadas pelos políticos, o que acabava dificultando o serviço.

No meio do ano de 2007 acabou mudando para uma cidade maior, devido o marido ter passado em um concurso, então decidiram mudar. Nessa cidade disse que sofreu para conseguir algo, pois era tudo por indicações. Enquanto não arrumou serviço fez alguns trabalhos voluntários como psicóloga hospitalar em algumas instituições, foi indicada por uma docente de uma universidade pública da cidade, a qual havia procurado para fazer o mestrado, foi uma vivência considerada bacana para Sertaneja. Nesse tempo passou no mestrado, no qual trabalhou com as vivências de familiares com pacientes em terminalidade de vida, foi muito rico, segundo a mesma. No entanto foi difícil, antes de começar as disciplinas do mestrado foi convocada pela SAP, havia passado no concurso, prestou o concurso devido o marido insistir, mas não tinha vontade, quando foi chamada pensou em aceitar só se fosse para assumir na unidade penitenciária da cidade, então foi até a sede da SAP e soube que podia escolher a unidade para trabalhar e tinha uma única vaga para a cidade na qual morava, então acabou assumindo o cargo.

Para fazer as disciplinas do mestrado teve que organizar seus horários de trabalho na penitenciária, no entanto para conseguir se matricular precisava de uma carta da instituição na qual trabalhava declarando que Sertaneja poderia frequentar as disciplinas, para isso precisou conversar muito com o(a) diretor(a) da unidade, o que se tornou desgastante, até que foi aceito. Segundo a mesma, não existe a preocupação com a formação do(a)s funcionário(a)s da unidade, não existe incentivo de nenhuma parte, precisou usar todas as formas, doar sangue, abonadas e faltas com desconto no pagamento para conseguir terminar as disciplinas e o mestrado em 2012.

Após terminar o mestrado colocou não ter mudado nada na sua atuação na penitenciária, em questão salarial e outras, por não existir na SAP um plano de carreira. Os cargos são conquistados através de indicação e não pela qualificação da pessoa para o trabalho. O que gera dificuldades, pois o(a) diretor(a) de reintegração é indicada pelo diretor geral, então quando havia discussões sobre a forma de trabalho e precarização do

mesmo muitas vezes o(a)s técnico(a)s não eram entendidos e não podiam ter acesso ao diretor geral, pois a porta voz do setor era o(a) diretor(a). Então acredita que alguns cargos deveriam passar por um processo seletivo e não ser por indicação.

Não tinha medo de entrar e trabalhar na penitenciária, mas outros sentimentos foram despertados, como indignação e raiva da instituição, devido às questões hierárquicas do próprio setor e como as coisas são conduzidas dentro do sistema. Tem medo de se tornar alienada como percebe outro(a)s técnico(a)s, de não ser indagadore(a)s ou de não ficarem indignado(a)s com o que acontece na unidade, tendo uma visão conformista, leiga, utilizando discursos de parte da sociedade, principalmente em questões sobre punições e exclusão. Outro sentimento que sente ao entrar na penitenciária é a invasão de sua vida, pois precisa ter o carro revistado na entrada e saída, ter seus pertences revistados e ser revistada, Sertaneja colocou não conseguir se acostumar com esses procedimentos. Sente como uma agressividade do(a)s ASP, não contra a ela, mas pela vivência do sistema. Disse ser difícil também ficar ouvindo os portões de ferro batendo, parecia algo tão duro e pesado que ecoe.

Antes de começar a trabalhar na unidade penitenciária, conversou com uma amiga que já havia trabalhado no sistema e que era crítica ao mesmo. Sabia que o trabalho não seria fácil, também, por ter lido Foucault na graduação, pela amiga ter contado o dia a dia da instituição, o que se confirmou, mas experimentar e viver são diferentes do que ouvir e ler, segundo a participante. Sertaneja colocou que as pessoas que trabalham no sistema acabam ficando paranoicas, como a amiga que pedia para que apagasse os e-mails e ela por ter uma preocupação em que teria acesso à entrevista.

Já fez cursos oferecidos pela SAP, mas acredita que os mesmos são ruins; antes de começar a trabalhar passou por uma capacitação, que servia para dar uma "pincelada" de como funcionava o sistema, muito pequeno perto do que se encontra na realidade. Em uma avaliação sobre os cursos da SAP, a colaboradora colocou ter dito que os cursos que estavam sendo oferecidos não eram adequados, eram simples demais para a realidade que o(a)s técnico(a)s se encontram, precisavam proporcionar maior formação para este(a)s profissionais, assim como que houvesse encontro entre profissionais de diversas unidades e coordenadorias, para que se pudesse discutir sobre a área. No entanto colocou que não procurava mais cursos na área por sempre pensar em sair da penitenciária, então colocou que sua formação na área é escassa. Disse que antes havia uma rede de contato entre o(a)s profissionais de Psicologia que atuavam em

penitenciárias, o que era bom, pois ficavam sabendo de cursos e palestras que às vezes não era notificados.

Durante a graduação não teve nenhuma disciplina ou estágio relacionados à Psicologia Jurídica, somente teve acesso às leituras de Foucault e Goffman devido à disciplina de Psicologia Social e por ter um(a) professor(a) que tinha feito pesquisa em penitenciárias. Na unidade não existe estagiário(a)s de Psicologia porque o diretoria da unidade não aceita. Sobre o CFP, colocou que o CRP da sua região é "inexistente", o que dificulta o trabalho do(a) profissional de Psicologia na penitenciária; por outro lado achou importante o CFP se posicionar e emitir as resoluções, como exemplo, a 012/2011 sobre os exames criminológicos, que era necessário o posicionamento. Nessa época se envolveu bastante nas discussões, principalmente as que aconteciam na capital, pois eram onde havia uma maior movimentação. Outro despacho era sobre a questão do prognóstico, que era claro para Sertaneja que o(a) psicólogo(a) não deveria fazer, mas existia profissionais que faziam. Nesse momento, a mesma percebeu uma separação entre o CFP e a SAP, então quando se perguntou ao CFP quem respaldaria o(a)s psicólogo(a)s que se negassem ao pedido do(a)s juiz(a)s de exame criminológico e poderiam receber uma expedição de prisão, o(a)s advogado(a)s do CFP disseram que ninguém, então este não sustentou suas resoluções perante ao(a)s juize(a)s.

Sertaneja colocou não gostar de fazer os exames criminológicos, pois é algo complicado de se fazer, sempre tenta fazer diversos encontros com a pessoa que está presa para tentar conseguir emitir os laudos, mas por outro lado entende que o(a)s outro(a)s técnicos acreditam que sem isso não teria razão para a Psicologia continuar no sistema, o que para Sertaneja é falta de reflexão e reducionismo da profissão. Para realizar o exame, a mesma, utiliza entrevista e testes, tenta realizar três ou quatro encontros antes de fazer o laudo psicológico, isso aconteceu por ter colocado essa condição para seu(sua) diretor(a), pois acreditava que estava ocorrendo uma produção em série de exames criminológicos. Nestes laudos Sertaneja disse seguir um documento norteador criado por psicólogo(a)s da região de São Paulo, abordando então a anamnese, histórico da pessoa, vivência no cárcere, perspectivas de vida, outros elementos para investigar como agressividade, impulsividade e outros, aborda também a relação com a família, com o(a)s ASP, a dinâmica na reclusão, então é um exame criminológico bem extenso. Os exames são pedidos pelo(a)s juize(a)s somente para reincidentes no sistema, para aquele(a)s que praticaram crimes hediondos, casos de pessoas com algum diagnóstico psiquiátrico e para quem já teve algum exame negado.

Os atendimentos de inclusão e acompanhamento ocorrem no parlatório, no qual tem muito trânsito de pessoas, outros atendimentos ocorrem em uma sala sigilosa, na qual fica a pessoa que está presa, algemada, e a psicóloga. Está sala é utilizada somente para realização de exames criminológicos e um ou outro caso que precise de uma atenção maior. Tem outra sala que pode ser utilizada para grupo, tinha sido pensada para um projeto de trabalho de reflexão das pessoas que estão presas quando vão para a liberdade. Sertaneja colocou que faltam equipamentos na sala do(a)s técnico(a)s, existe apenas um computador que está obsoleto. Antes não havia a sala para realizar os exames criminológicos, eram feitos no parlatório, após pedidos do(a)s técnico(a)s conseguiram essa outra sala, mas a mesma não tem ventilação e iluminação adequada, assim no calor é muito difícil realizar os atendimentos.

Sertaneja disse se preocupar com a questão da perda da identidade das pessoas que estão presas, porque tudo que fazem, comem e vestem são iguais para todas, então percebe a falta de aspectos subjetivos. Sobre se existe alguma diferença entre a atuação de um(a) técnico(a) do gênero feminino e de um(a) do gênero masculino em uma penitenciária masculina, disse não existir, o que existe é uma diferença no trato do(a)s ASP com funcionário(a)s mulher. Não trabalha ou problematiza as relações de gêneros na unidade. Sua atuação é através da inclusão, atendimentos individuais, exames criminológicos e atendimentos em grupos, como exemplo, de pessoas que estão presas e vão ter saída temporária.

Segundo Sertaneja não é feliz trabalhando no sistema, mas tem momentos de satisfação, que são quando pessoas que estavam/estão presas dão um retorno sobre seus atendimentos, mostrando que teve um sentido, uma importância para a pessoa, são os momentos de felicidades que tem. Uma história que a marcou no sistema penitenciário é de um atendimento que fez de uma pessoa que havia sido abandonada pela família, então pedia para que os outros setores tivessem uma atenção, no fim ela acabou cometendo suicídio, algo que não foi depois conversado, comunicado ou discutido dentro da penitenciária, tentou problematizar dentro do setor sobre o suicídio, o que era e como ocorria. Entende que a questão da morte sempre é algo não discutido, teve a mesma vivência na graduação, quando outro(a)s aluno(a)s suicidaram e ninguém discutiu sobre. Outra história é de atendimento de uma pessoa bastante vulnerável, mas que no meio do atendimento foi transferido, algo que a incomoda, pois interrompe todo o trabalho.

Sobre os direitos humanos Sertaneja colocou não existir essa preocupação, o que se tem são pressões externas quando existem denuncias. Para a colaboradora a Psicologia tenta fazer com que a pessoa que está presa tenha condições dignas dentro da penitenciária e que não sofra nenhum abuso de poder. A Psicologia é vista como mais um na penitenciária, o(a)s ASP entendem que o(a)s técnico(a)s tem muitos privilégios, algo que não existe, apenas cumprem o que foi colocado pela SAP, como cumprir 30 horas semanais, mas essas discussões acabam dificultando os pedidos que o(a)s técnico(a)s fazem e precisam do aval de outros setores. Outra dificuldade é para realizar projetos dentro da unidade, a participante colocou que não são impedidos, mas que são colocados diversos empecilhos que acabam inviabilizando a realização. Acredita que não existe ressocialização na penitenciária, que a mesma serve para confinar e excluir as pessoas da sociedade, segundo Sertaneja.

Sobre seu futuro espera acordar e ser uma pessoa mais motivada, principalmente para estudar e se aprimorar. Outros pensamentos são realizar o doutorado e sair da penitenciária. O(a) profissional de Psicologia, para Sertaneja, é uma pessoa pouco valorizada pelos outros setores, chamada em último caso, tendo assim pouco visibilidade, sendo muito problemático o(a) psicólogo(a) no sistema.

6.8 RAP[41]

Rap tinha 57 anos, colocou-se sendo de classe média, gênero feminino, se formou em uma universidade pública, em 1985. Está trabalhando no sistema penitenciário como psicóloga há 23 anos, disse que viu o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), o qual foi ignorado pelo secretário do sistema prisional na época. Viu também algumas transformações do sistema penitenciário, como exemplo, na penitenciária em que trabalha tinha a parte administrativa junto aos pavilhões, após algumas rebeliões, nas quais algumas pessoas que estavam presas destruíram os documentos que eram guardados nessa área, as penitenciárias começaram a ser construídas e algumas reformadas, com a mudança do prédio administrativo separado dos pavilhões com as celas.

Antes de trabalhar no sistema penitenciário, Rap, trabalhou por 27 anos em um hospital psiquiátrico, assim quando entrou em uma unidade penitenciária pela primeira vez não estranhou, pois acreditava que o ambiente da instituição anterior era mais tenso.

[41] Rap - Rubrica: música. Gênero de música popular, urbana, que consiste numa declamação rápida e ritmada de um texto, com alturas aproximadas (HOUAISS, 2009).

Sentia-se mais protegida na unidade prisional, pois a pessoa que estava presa estava confinada e assim tinha mais respeito, ao contrário das pessoas que estavam em surto ou com crises emocionais nos hospitais psiquiátricos. Acreditava que a penitenciária disciplinava melhor, pois as pessoas presas andavam de mãos para trás, cabeça baixa e não podiam olhar para o(a)s ASP.

Rap prestou concurso para psicólogo(a) porque queria ganhar mais e por curiosidade, sempre recebia no hospital psiquiátrico pessoas que estavam presas e tinham algum tipo de surto psiquiátrico, por essas experiências não tinha receio sobre trabalhar na penitenciária. Essa experiência anterior, também, a ajudou a ter uma visão mais humanitária para as pessoas que estavam presas, pois acreditava que muitos dos comportamentos das mesmas poderiam ser algo que precisasse ser trabalhado pela Psicologia e não meramente entendido como desacato e ser punido, assim confrontou diversas vezes o setor de disciplina e segurança; então quando entrou no sistema acreditava que sua função seria fazer atendimentos, trabalhos voltados mais para o(a)s sujeito(a)s que estavam preso(a)s.

Conforme colocou, Rap não fez nenhum curso de pós-graduação específico para área de segurança pública ou Psicologia Jurídica, mas fez cursos sobre dependência química e terapia breve, outros cursos que participou, foram pela SAP, sobre patologias. Não teve disciplinas ou estágios relacionados à área da Psicologia Jurídica, acredita que são importantes por esse ser um território crescente para o(a)s psicólogo(a)s atuarem. Sobre as cartilhas elaboradas pelo DEPEN e CFP não pareceu ter conhecimento, confundindo com as cartilhas que eram entregues para as pessoas que estavam presas, com informações sobre a vida na penitenciária.

O local de atendimento da unidade é o parlatório, segundo a colaboradora o mesmo não é adequado para atendimentos e aplicação de testes. Antes existia uma tela de vidro com telefone, mas as fiações foram roubadas e assim tiraram os telefones, agora é uma tela de vidro com furos. Todas as pessoas que precisam fazer atendimentos as pessoas que estão presas (advogado(a)s, assistentes sociais, e outras) utilizam um dos oito parlatórios existentes. Existia uma sala própria para atendimentos em grupo do(a)s profissionais de Psicologia, mas o setor de segurança e disciplina tomou a sala e para usá-la é necessário fazer pedido, a segurança sempre vai vir em primeiro lugar. Rap acredita que as salas de atendimentos psicológicos deveriam ser mais reservadas, sem que houvesse interferências. O(a)s técnicos de Psicologia são vistos por

alguns(algumas) funcionário(a)s como pessoas que tem pouco trabalho, sendo sempre motivos de chacotas.

Rap se impressionou com as celas, as colocando como deprimentes, devido ao seu pouco espaço e um número grande de sujeito(a)s que as habitam. Acredita que existam diferenças entre uma pessoa do sexo de fêmea e outra do sexo de macho atuando em uma unidade masculina, no entanto não se discute questões relacionadas às relações de gêneros.

Suas principais atuações são a realização de exames criminológicos, que visam benefícios, e atendimentos psicológicos. Entende que a atuação da Psicologia dentro do sistema poderia ser melhorada tendo mais contato com o(a)s ASP, pois ajudaria na humanização deste(a)s frentes as pessoas que estão presas, o que poderia ajudar nos trabalhos do(a)s psicólogo(a)s.

Para Rap o exame criminológico é uma avaliação, mas que deveria ser realizada antes das pessoas entrarem no sistema; para realização deste faz entrevista com a pessoa que está presa e se necessário aplica um teste, que normalmente é o HTP, no laudo coloca o perfil da pessoa, sua história de vida, relacionamentos com a família e sobre os envolvimentos com a criminalidade. Segundo a mesma, antes havia a Comissão Técnica de Classificação (CTC) na qual discutiam cada caso, no entanto isso não ocorre mais. Entende estar preparada para realizar os exames por toda experiência que acumulou com os anos, colocou, também, que antes estava tendo muita demanda para realização dos exames criminológicos e que havia ocorrido uma diminuição. Acredita que é importante que o CFP problematize essa questão, como foi feito na Resolução 009/2010, e que deveria ser revista à atuação do(a)s psicólogo(a)s no sistema penitenciário. Nunca sofreu retaliação por fazer ou não os exames, mas um(a) colega de trabalho sim, o(a) juiz(a) questionou seus laudos criminológicos e fez uma ameaça velada.

Disse que tem várias histórias marcantes sobre suas vivências na penitenciária, o que para a colaboradora fica marcado são histórias de pessoas que foram atendidas por ela e que tiveram algumas mudanças de comportamentos, por exemplo, de uma pessoa que estava presa e era dependente química, com o tempo começou a estudar e depois se tornou monitora na escola.

Sobre os direitos humanos das pessoas que estão presas, acredita que exista; antes havia posturas questionáveis, principalmente por parte do setor de segurança e disciplina, mas como esses comportamentos começaram a ser mostrados precisaram

mudar, então não sabe se seria uma preocupação ou simplesmente não podem fazer de outra forma. Por parte da Psicologia acredita que exista a preocupação com as pessoas que estão presas.

Segundo Rap nunca teve nenhuma forma de apoio do CFP e não existe uma rede de contato entre o(a)s profissionais de Psicologia do sistema penitenciário, sendo as atuações muito individuais e solitárias. Para a mesma precisa haver uma mudança no sistema para que se possa existir a ressocialização, como a oferta de mais empregos para essas pessoas, por exemplo, fazer trabalhos ligados ao Estado, serviços que ajudem.

Não disse se é feliz trabalhando no sistema penitenciário, mas gosta de trabalhar. Acredita que um ambiente muito rico para se fazer estudos e criar novas propostas de trabalhos, no entanto o(a)s profissionais não tem autonomia para realizarem o que gostariam. Espera sua aposentadoria e que o(a)s profissionais de Psicologia que estejam entrando no sistema possam mudar as mentalidades que existem na instituição, mas que é algo muito difícil. Para a mesma, o(a) psicólogo(a) que atua no sistema precisa ter uma visão humanitária e ter conhecimentos em psicopatologia.

6.9 POP[42]

Pop tinha 49 anos, se colocou sendo do gênero masculino, de classe média, se formou em uma universidade particular no ano de 1989. Trabalha há 23 anos como psicólogo em uma unidade penitenciária, prestou o concurso no último ano da graduação, foi o primeiro concurso que a ser aprovado, então assumiu o cargo, mas já tinha interesse em trabalhar em lugares que houvesse grupos e comunidades. A primeira vez que entrou em uma penitenciária as sensações que sentiu foram medo e angustia, pois acreditava que estava entrando em um lugar violento e perigoso, mas com o passar do tempo percebeu que não era dessa forma.

Antes de trabalhar na penitenciária não fez nenhum curso específico para área de Psicologia Jurídica e não foi preparado pela SAP para atuar no sistema, mas depois fez cursos ofertados pela mesma, por exemplo, o curso de gestão em saúde no sistema prisional, que foi de especialização à distância pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) em convênio com a SAP. Durante a graduação não teve disciplinas ou estágios voltados para área, o que mais se aproximava eram disciplinas como Psicologia Social, Sociologia, Antropologia, Psicopatologia e Psicologia

[42] Pop - Rubrica: música. Música popular, oriunda dos países anglo-saxões, que se caracteriza esp. pelo emprego de instrumentos e de equipamentos elétricos e/ou eletrônicos (HOUAISS, 2009).

Comunitária. Na unidade é orientador de um(a) estagiário(a) de Psicologia, acredita que estágios e disciplinas na área de Psicologia Jurídica são importantes e por isso já levou diverso(a)s aluno(a)s para visitarem a penitenciária e o retorno foi positivo do(a)s mesmo(a)s.

No inicio, acreditava que sua atuação seria voltada para atendimentos psicológicos e ações voltadas para reinserção social das pessoas que estão presas, mas depois percebeu que havia sido contratado para fazer exames criminológicos para fins de benefícios. Sua atuação é embasada em teórico(a)s como Foucault, Goffman e outro(a)s estudioso(a)s da criminologia, mas acredita ser muito difícil utilizar estes conhecimentos na prática. Segundo Pop, as cartilhas elaboradas pelo CFP e DEPEN são importantes, pois ajuda a ter esclarecimentos sobre a atuação do(a)s psicólogo(a)s em uma instituição que poucos conhecem.

As salas de atendimentos são pequenas, com uma mesa e duas cadeiras, os atendimentos são em sua maioria individuais, devido a grande demanda de avaliações psicológicas, que toma grande parte do tempo do(a)s profissionais, mas fazem atendimentos psicológicos mais breves e focais quando existem demandas. Antes a sala era grande e dava para fazer atendimentos em grupo, mas devido às demandas por exames criminológicos precisaram dividi-la em duas para que pudessem atender mais pessoas ao mesmo tempo. Atualmente o problema é não ter uma sala grande para atendimentos em grupos, mas não é visto como prioridade. A sala que ficam quando não estão atendendo é uma sala dividida entre a Psicologia, Serviço Social e oficial de justiça, o que é chamada de sala da burocracia, na qual tem pouco espaço, então o(a)s técnico(a)s ficam nas salas de atendimentos ou onde encontram espaços.

O clima na penitenciária, segundo Pop, está muito pauperizado e individualista, isto foi ocorrendo com o tempo, antes todos tinham um relacionamento bom, mas depois foram aparecendo certas cobranças e exigências, por exemplo, com horários, a diminuição do(a)s profissionais e o aumento da população encarcerada, o que fez com que as pessoas começassem a ser menos solidárias e cada um tentando se salvar. Suas principais atuações são realização dos exames criminológicos e atendimentos psicológicos. Sua atuação poderia ser melhorada se houvesse diminuição nos pedidos de avaliações psicológicas, assim poderia trabalhar mais com atendimentos psicológicos e a realização de grupos, mas para o último teria que ter apoio da direção, assim proporcionando um espaço adequado. Já esteve nos pavilhões nos quais ficam as celas

das pessoas que estão presas, acredita que não é algo muito agradável, se sentiu como um intruso.

Sobre as relações de gêneros, disse que sempre que faz atendimentos de uma pessoa que nasceu com o sexo de macho, mas fisicamente tem os estereótipos de mulher, pergunta como quer ser chamada e tenta trata-la de forma humana e digna. Não acredita que exista e que não deveriam existir diferenças entre as atuações de pessoas do sexo de fêmea e macho como profissionais de Psicologia em uma unidade penitenciária masculina.

Pop disse que conhecia resolução do CFP 009/2010, que foi revogada, então foi colocado que o(a)s psicólogo(a)s para realizarem exames criminológicos deveriam ter uma visão crítica sobre a vida dos sujeitos. Acha fundamental que o CFP se posiciona sobre a prática da Psicologia, para que o(a)s profissionais se orientem de forma adequada, pois tem profissionais que não se atualizam e acabam exercendo a profissão de forma inadequada.

O exame criminológico é um pedido do(a)s juize(a)s para avaliação das pessoas que estão presas e pedem benefícios. É realizado através de uma ou até três entrevistas com a pessoa que está presa, mas teve caso em que o colaborador chamou a família para conversar, nas entrevistas avalia a história de vida, os aspectos psicológicos, as perspectivas que tem e como consegue lidar com a possibilidade de progressão de regime, por exemplo. Os exames são pedidos para pessoas com condenações longas, ou cometeram crimes hediondos e para pessoas que já ganharam algum tipo de benefício para regime mais brando e acabaram retornando. Apesar do filtro a demanda por exames criminológicos aumentou, segundo Pop, tendo que realizar de dez a quinze avaliações por semana, que demoram em média uma hora. Nos exames coloca a história da pessoa, como essa se relaciona com a entrada da pessoa com atividades ilícitas, como ela lida com sua vida na penitenciária, a partir desse tópico consegue avaliar seu desenvolvimento, como lida com as relações de poder, pois sabe que como avaliador tem um poder sobre a pessoa que está presa, então tenta perceber como essa pessoa que está presa lida, pois irá encontrar semelhantes fora da penitenciária.

Pop se coloca contra os exames criminológicos, pois se não houvesse que fazer poderia estar realizando outras atividades que considera mais produtivas. Já sofreu cobrança da direção para fazer os exames criminológicos e o modo como deveriam realizar os laudos, acredita que agora não exista mais, mas acha uma cobrança do(a)s juize(a)s quando determina um prazo para realização.

Dos momentos marcantes que vivenciou trabalhando na penitenciária, lembrou que passou por três rebeliões, não estava em nenhuma delas, mas depois quando chegava e via tudo revirado, nas quais havia também morte de pessoas que estavam presas, outras que trabalhavam e ficaram de reféns; mas tem momentos festivos nos quais as pessoas que estavam presas vinham e o cumprimentavam, foram momentos marcantes. Sobre os direitos humanos, acredita que seja relativo, que o Estado não se preocupa, pois a unidade está com a população muito acima de sua capacidade e por parte do(a)s ASP é relativo, também, pois tem o(a)s que se preocupam e o(a)s que não estão preocupado(a)s. Sobre a Psicologia estar preocupada, disse que tenta da melhor forma possível proporcionar atendimentos psicológicos dignos e éticos as pessoas que estão presas.

Não existe nenhum apoio ou supervisão por parte do CFP ao(a)s técnico(a)s em Psicologia que atuam em penitenciárias. Colocou que existe um grupo de técnico(a)s por e-mail, mas que serve mais para fazerem reclamações, pois os serviços estão muito deteriorados, salários baixos e sem aumento há muito tempo, então muito(a)s profissionais estão à beira da aposentadoria e sem perspectivas e outro(a)s estão adoecendo.

Em seu entendimento não existe ressocialização na penitenciária, pois não foi para isso que elas foram construídas, acha que seria necessário mudar muita coisa para que pudesse ocorrer reinserção social. Pop colocou que no momento é contra as penitenciárias, sua vertente é pelo abolicionismo, não de forma radical, mas de novos patamares de políticas públicas, ir terminando com as prisões aos poucos.

Sobre se é feliz trabalhando no sistema penitenciário, Pop colocou que havia sido até 2010, pois foi quando conseguiu se especializar (fazer mestrado e doutorado) com questões pertinentes ao sistema prisional, o que lhe deu possibilidade de desenvolvimento, mas depois as condições da unidade foram se deteriorando, aumento da população carcerária, diminuição de técnico(a)s, remuneração baixa e condições inadequadas de trabalho, então atualmente não se sente feliz. Acredita que encerrou seu ciclo dentro do sistema penitenciário, mas quer continuar estudando essa área, mas pretende apenas seguir carreira acadêmica. Acredita que o(a)s psicólogo(a)s hoje dentro do sistema são coitado(a)s, que vivem angustiados e estão vulnerabilizado(a)s.

6.10 FUNK[43]

Funk tinha 46 anos, colocou ser do gênero feminino, de classe média, se formou em uma universidade particular, em 1992. Trabalha no sistema penitenciário desde 1998, ou seja, há 16 anos. Prestou o concurso a principio pelo salário, pois na época era muito bom, principalmente se comparado ao antigo emprego. Mas tinha alguns preconceitos sobre trabalhar em penitenciária, por achar que seria um lugar perigoso, então quando entrou pela primeira vez ficou muito apreensiva. Antes de começar a trabalhar na penitenciária foi com outro(a)s funcionário(a)s conhecer outra unidade prisional para conhecer e ver como funcionava, mas a estrutura era muito diferente da qual iria atuar, pois naquela o prédio administrativo ficava dentro da muralha, segundo a mesma, muito próximo das pessoas que estão presas, o que daria menos segurança.

Tinha como desejo trabalhar em prol da reabilitação das pessoas que estão presas, no entanto não é essa a realidade. Não participou de nenhum curso sobre Psicologia Jurídica e não teve nenhuma disciplina ou estágio na área, acredita que seria importante se universidades tivessem a preocupação com essa área, principalmente discutissem sobre os exames criminológicos, para a pessoa poder saber como fazer quando se deparar com essa realidade, principalmente no sistema penitenciário. Segundo Funk a SAP também deveria pensar em cursos problematizando sobre como realizar os exames criminológicos. Tem e teve estagiário(a)s de Psicologia sobre sua supervisão, através de estágios oferecidos para SAP e/ou FUNAP, acredita que são importantes essas vivências para o(a)s estudantes de Psicologia, pois perdem um pouco do medo e resistência em trabalhar em uma instituição como essa.

Como não teve estágios ou disciplinas de Psicologia Jurídica, ou cursos preparatórios da SAP, a aprendizagem de como trabalhar e atuar aconteceu com a prática, no cotidiano. Funk acredita que seria necessário que nas unidades houvesse peritos, ou seja, pessoas preparadas para realizarem os exames criminológicos, as quais seriam preparadas para exercer essa função que é de grande responsabilidade. Sua atuação é embasada em um pouco de cada teoria, fazendo uma mescla, mas a ideal para seria a Psicoterapia Breve, devido a grande rotatividade de pessoas que estão presas. As cartilhas da SAP são utilizadas, no entanto o regimento interno é mais seguido.

Os atendimentos ocorrem em um parlatório, no qual existe uma bancada de concreto, as pessoas que estão presas ficam de um lado e o(a)s técnico(a)s de Psicologia

[43] Funk - Rubrica: música. A partir da década de 1960, tipo de música americana de origem negra com ritmos sincopados e em compasso binário (HOUAISS, 2009).

do outro, existe uma placa de ferro no meio e um quadro de vidro, que permite ao(a)s profissionais verem o(a)s sujeito(a)s. Nesse local fazem atendimentos profissionais de Psicologia, Serviço Social e da parte jurídica. Acredita que esse local não é adequado para atendimentos, mas devido à população que é atendida, pessoas que estão presas, é necessário se preocupar com a segurança primeiro. A sala que é utilizada pelo(a) diretor(a) para atendimentos, também, é disponibilizada, mas depende do(a)s profissionais quererem atender nela. Sobre o ambiente de trabalho Funk acredita que o mesmo encontrado em outros lugares, não sente nenhuma diferença.

Funk disse ter conhecido os pavilhões nos quais ficam as celas quando as mesmas ainda eram desocupadas, quando estava pronta para inauguração; quando tem um(a) novo(a) estagiário(a) o(a) diretor(a) o(a) leva para conhecer, mas até determinado local, não os pavilhões habitados, por questão de segurança. Quando a penitenciária passou por reforma puderam conhecer as celas e não teve uma boa sensação, porque são celas pequenas para a quantidade de pessoas que as habitam, mas foi importante conhecer para poder entender quando as pessoas que estão presas fazem reclamações.

Acredita que não existam problemas ou diferenciações por ser uma pessoa do gênero feminino ou masculino em uma unidade masculina, por exemplo, o acesso que uma pessoa tem a do outro sexo também teria, o que é para uma pessoa é para todas. Suas atuações são através das entrevistas de inclusões, atendimentos psicológicos individuais e exames criminológicos; antes da megarrebelião de 2006 tinham atendimentos em grupos, mas depois a preocupação com a segurança começou a ser muito maior, então acabaram não mais acontecendo estes atendimentos em grupos.

Sobre cursos oferecidos pela SAP Funk colocou que agora estão sendo oferecidos, antes não havia, mas que existe um revezamento entre o(a)s profissionais de Psicologia, para que todo(a)s possam participar. São cursos que visam preparar as pessoas para trabalharem no sistema penitenciário, como exemplo, teve um curso de Psicoterapia Breve. Colocou que existem palestras sobre diversidade, no entanto não existe um trabalho específico para esse público/caso.

Gosto de trabalhar com atendimentos individuais, isso que a faz ser feliz no sistema penitenciário, mas não gosta de precisar realizar os exames criminológicos. Acredita que o CFP foi fraco e falho, entende que são necessários os exames criminológicos, mas que deveriam ser realizados por pessoas preparadas para essa atuação, assim como, deveriam ser realizados no inicio do cumprimento da condenação, como determina a LEP, mas que na verdade isso não acontece, o que atrapalha no

momento de realizar um exame criminológico, pois não se tem de onde embasar seu laudo. Este serve para ajudar na decisão do(a)s juize(a)s sobre julgamento de benefícios, o(a)s mesmo(a)s pedem exames criminológicos para quase todas as pessoas que requerem benefícios, assim acabam tendo que realizar 15 exames no mês, o que entende ser pouco se comparado a outras unidades penitenciárias. Para realizar os exames Funk utiliza a entrevista, análise de prontuário, aplicação de testes e depois existe uma discussão com profissionais de outros setores e saí um parecer único da penitenciária.

Funk colocou que uma das histórias marcantes que teve dentro do sistema penitenciário foi sobre o atendimento de uma pessoa que estava presa e tinha uma deficiência intelectual, então todo(a)s funcionário(a)s da unidade tentavam ajuda-la, quando essa foi sair entraram em contato com a família para que pudessem recebê-la e passaram algumas instruções, então acredita que trabalho como estes marcam sua trajetória no sistema. Funk colocou que dentro do setor que trabalha existe uma grande preocupação com a pessoa que está presa e os direitos humanos, mas que na unidade não existe algum tipo de problema e que há um bom relacionamento entre os setores, assim um auxiliando o outro. Sobre o CFP disse não existir nenhuma forma de apoio do mesmo, também, não existe uma rede de contato entre o(a)s psicólogo(a)s do sistema, que se falam quando se encontram em reuniões da SAP.

Para Funk a Psicologia é bem vista em sua unidade e que existe um apoio dos outros setores para que o(a)s psicólogo(a)s da unidade possam trabalhar. Disse que no começo sua família ficou apreensiva pela mesma trabalhar no sistema penitenciário, mas depois foram ficando mais tranquilos, mas que não leva questões do serviço para casa. Sobre a ressocialização acredita que possa existir, que em cada serviço da Psicologia pode haver um pouco, mas que depende, também, da sociedade estar prepara para aceitar as pessoas que estão presas.

Funk pretende continuar trabalhando na penitenciária até poder se aposentar, gostaria de fazer mais trabalho com grupos, mas sabe que são diversas variáveis, principalmente a segurança, para que possa ocorrer. Acredita que muita coisa poderia ser mudada caso tivessem peritos realizando os exames criminológicos. A mesma entende que a Psicologia é essencial nessa área, que tem como função mudar a maneira como as pessoas que estão presas são vistas, pelo(a)s ASP e pela sociedade, minimizando assim o preconceito.

6.11 SOUL[44]

Soul tinha 59 anos, do gênero masculino, classe econômica média, mas tem uma crença em Deus, se formou em uma faculdade particular, em 1981. Atua em uma penitenciária que colocou sendo acima da segurança máxima, na qual estão às pessoas que estão presas e são líderes do PCC, são pessoas que foram condenadas por tráfico, assalto e sequestro, o grau de periculosidade seria maior, devido a isso é uma unidade que não funciona com sua "lotação máxima", as pessoas que estão presas não ficam juntas em um mesmo local, ou seja, as regras de segurança são diferentes de outras unidades.

Além de atuar como psicólogo na penitenciária é docente em uma universidade particular. É especialista em Psicologia Jurídica, título que conseguiu junto ao CFP, dava aulas nas "escolinhas" da SAP para os agentes, mas atualmente os cursos são em São Paulo, assim não tem participado. Trabalha há 28 anos em penitenciárias, começou trabalhando em outra penitenciária, em 1988, quando inaugurou a que está atualmente, em 1998, foi atuar como diretor de reintegração, depois foi transferido para outra penitenciária - que estava sendo inaugurada – como diretor geral e em 2005 retornou para a penitenciária atual.

Antes de atuar no sistema penitenciário trabalhou com clínica, em instituições particulares, empresas e como docente. Prestou o concurso para psicólogo penitenciário devido na época o salário ser bom, ter segurança no emprego e porque na época à carga horária era menor, colocou que hoje em dia não prestaria, devido o baixo salário que é oferecido. Conheceu uma unidade quando criança, pois na cidade na qual morava já existia e na época a mesma era mais aberta à população, assim existindo uma maior integração, então achava normal o ambiente. Mas que atualmente não é possível fazer o mesmo, devido ter ocorrido uma mudança no perfil das pessoas que estão presas, sendo mais perigosas. Colocou que com todo o tempo que tem atuando no sistema, desenvolveu técnicas para proteção, então sabe quando pode ou não ficar em uma sala com uma pessoa que está presa, quando é perigoso, então coloca ser um ambiente mais perigoso.

Quando começou a trabalhar no sistema não sabia muito o que teria que fazer, pois não existia literatura sobre essa área e nenhuma recomendação por parte do CFP ou

[44] Soul - Rubrica: música. Estilo de música popular criado pelos negros norte-americanos, originária do canto *gospel*, muito afim com o *rhythm and blues* e com influência do *jazz*, com motivos terrenos e caracterizada por uma expressão intensa dos sentimentos (HOUAISS, 2009).

SAP, então foi aprendendo com o tempo. Não teve na graduação uma disciplina sobre Psicologia Jurídica, então acredita que seja importante que os cursos de Psicologia tenham devido ser uma área que atua com pessoas que tenham algum problema. Trabalha com o referencial psicanalítico de Freud. As cartilhas do DEPEN e CFP são revisadas pelo mesmo, mas não são muito utilizadas.

O local que faz atendimentos é o parlatório, atende as pessoas que estão presas uma vez na semana, pois só pode ocorrer um atendimento por vez e essas mesmas recebem muitas visitas de advogados, então sobre pouco tempo para atendimentos. Quando necessário atende na enfermaria, utiliza a sala do médico. Não acredita que os locais de atendimentos sejam adequados, mas que são os necessários devido à população que é atendida. Colocou sempre tentar fazer o melhor atendimento, pensando de forma humana. Soul discutiu um pouco sobre a importância de a LEP ser cumprida, principalmente a questão da individualização da pena, que seria muito interessante para conseguir uma maior ressocialização das pessoas que estão presas, separando elas de acordo com sua personalidade e delito.

O ambiente de trabalho foi colocado como bom, mas acredita que para o(a)s agentes é algo ruim, devido ao estresse, as ameaças e pressões, o que acaba por gerar diversas consequências na vida pessoal do(a)s agentes, como a utilização de drogas licitas e ilícitas, violências doméstica e outras. Devido a isso tem feito atendimentos com alguns(algumas) agentes, com autorização do diretor da unidade.

Outra discussão trazida pelo Soul é sobre a necessidade de psicólogo(a)s recém-formados serem obrigados a fazerem supervisão técnica quando começarem a atuar, segundo o mesmo o CFP deveria criar essa regulação e fiscalizar, pois algumas pessoas que se formam em Psicologia não teriam capacidade para lidar, muitas vezes, com algumas circunstâncias que se apresentam e acabam por manchando a profissão. Colocou que gosta de atuar na penitenciária, devido ser uma grande laboratório, mas que é desgastante.

Soul colocou conhecer os pavilhões nos quais ficam as celas, que existe algumas características próprias, como o cheiro ruim e umidade, que no começo estranhou, mas depois acabou por acostumar, devido uma “aprisionação”, assim não se choca com muitas coisas que acontecem no local, como brigas. Sobre existir diferença entre uma psicóloga e um psicólogo, o mesmo disse existir, acredita que as pessoas que estão presas preferem ser atendidas por pessoas do gênero feminino, que já presenciou essas se masturbarem enquanto são atendidas por psicólogas e terem outros comportamentos

sexuais, o que com psicólogo não existe. Sobre as relações de gêneros, colocou sempre trabalhar respeitando as escolhas das outras pessoas, que está para ajudar da melhor forma possível. Informou que antes da autorização das visitas intimas existia mais homossexualidade dentro das penitenciárias e muitos abusos sexuais, que depois foram diminuindo.

Sua principal função dentro do sistema é realizar os laudos psicológicos, mas acredita que não deveria existir uma maior preocupação com a ressocialização, dando cursos profissionalizantes e educação, para que a pessoa pudesse ficar mais preparada. Realiza quatro exames em um dia, em um mês seriam mais ou menos 24, faz pesquisa em prontuários das pessoas que estão presas, entrevista procurando saber sobre o passado da pessoa, relação com a família e planos para o futuro, tenta levantar aspectos psicológicos dessas pessoas, como ansiedade e agressividade. Acredita que os exames criminológicos devem ser realizados, pois é uma forma do(a) psicólogo(a) mostrar seu trabalho e com isso informar o(a) juiz(a) aspectos psicológicos da pessoa que está presa, mas não apontando se é favorável ou não. De pessoas que estão presas mais conhecidas, através da mídia, prefere não fazer, devido à segurança de seus filhos, colocou ter sido já ameaçado por uma pessoa que estava presa, por isso prefere evitar, mas pela segurança dos filhos e não por medo seu.

Sobre direitos humanos, colocou se preocupar e denunciar quando existem irregularidades, mas que o Estado fecha os olhos, ou seja, não existe preocupação por parte do mesmo, um exemplo que mencionou é enviar as pessoas que estão presas para penitenciárias longe de seus municípios de origem, o que leva sofrimento para a família também. Colocou que a única vez que o houve um respaldo do CRP foi depois de uma denuncia de maus-tratos, que foram verificar, mas que nunca havia tido contato com o mesmo. Entre o(a)s profissionais de Psicologia que atuam no sistema não tem muito contato, devido não haver mais reuniões e cursos, quando se encontravam e tinham discussões sobre as atuações. Para Soul atuar no sistema penitenciário faz com que o(a) psicólogo(a) aprenda muito, devido ser um local diferenciado.

6.12 REGGAE[45]

Reggae tinha 57 anos, se colocou sendo de classe econômica média, do gênero feminino, se formou em uma faculdade pública, em 1982. Atua no sistema penitenciário

[45] Reggae - Rubrica: música. Tipo de música popular jamaicana surgida na década de 1960 (HOUAISS, 2009).

há 23 anos, antes de atuou em um hospital psiquiátrico, depois em um centro de reabilitação e em outro hospital. Colocou que prestou o concurso devido na época ser difícil encontrar emprego como psicóloga, sendo a clínica uma possibilidade, mas que só recebia demanda da elite econômica da época.

Nunca havia entrado em uma penitenciária antes de passar no concurso, as sensações que teve no inicio foram de curiosidade e espanto com o tanto de portas que se abriam e fechavam. Em um primeiro momento os atendimentos psicológicos eram feitos em uma capela, na qual existiam os cultos religiosos e era algo tranquilo e prazeroso. Não imaginava qual seria seu trabalho dentro da penitenciária, pensava que no dia a dia iria aprender quais eram suas funções, logo percebeu que sua principal função era fazer laudos psicológicos e que para isso precisava entender um pouco sobre os crimes e ter uma atenção na fala da pessoa, para conseguir montar os laudos, vendo o que poderia, ou não, fugir da realidade ou do contexto das histórias que o(a)s sujeito(a)s que estavam preso(a)s contavam.

Reggae colocou não ter cursado nenhum tipo pós-graduação ou cursos na área de segurança pública, aprendendo a trabalhar na prática. Na sua formação não teve disciplinas que abarcavam essa área da Psicologia, somente uma disciplina que abordava as "instituições totais" de Goffman, a Sociologia; com isso conseguiu entender um pouco sobre o "por que" das pessoas se comportarem de determinada maneira em uma unidade prisional. Assim apoia que os cursos de graduação em Psicologia tenham disciplinas ou estágios ligados a Psicologia Jurídica, colocando que até 2012 tinha estagiário(a)s de Psicologia sobre sua supervisão na penitenciária, através de estágio extracurricular.

Durante sua atuação na penitenciária utilizava a teoria psicanalítica, no entanto observou que a mesma não era adequada para aquele local, assim começou a estudar sobre a teoria comportamental, devido o território de atuação ser um local no qual as pessoas têm regras e limites muito bem definidos. Para atuar se baseia nas cartilhas elaboradas pelo CFP e DEPEN, mas se atualiza mais pelas revistas do CFP.

Os atendimentos com as pessoas que estão presas ocorrem em uma sala da enfermaria, que também e utilizada pelo(a) dentista, médico(a) e para fazer curativos, nesta sala fica somente o(a) psicólogo(a) e as pessoas que estão presas, como os atendimentos são em sua maioria para exames criminológicos, as pessoas que estão presas tendem a ficar sem algemas e chegam para os atendimentos mais tranquilas; existem os parlatórios, que são utilizados por diversas pessoas (advogado(a)s, oficiais

de justiça, assistentes sociais, entre outro(a)s). Entende que a uma sala mais adequada para atendimento deveria ser uma com mesa, cadeiras, janela para deixar o ambiente arejado e sem outros estímulos.

Ao ter contato com as celas nas quais as pessoas que estão presas permanecem não se impressionou, achou interessante. Não vê nenhuma diferença entre profissionais do gênero feminino ou masculino trabalhando em uma penitenciária masculina, que ambos são bem aceitos pelas pessoas que estão presas, entende que se a pessoa faz um serviço bem feito não será vista como homem ou mulher, mas como profissional de determinada área. Assim, as pessoas precisam de um olhar diferente, que sejam vistas como pessoas e não como matrículas. Sobre as relações de gêneros colocou ter trabalhado somente uma vez com esse tipo de situação, referindo-se a trabalho com homossexuais, mas que não havia ocorrido na penitenciária.

Entre suas atividades na penitenciária, a principal é a realização de exames criminológicos, que são feitos, também, pelo(a) psiquiatra e o(a) assistente social, para isso faz entrevista e aplica testes na pessoa que está presa e depois elabora um laudo psicológico, neste são colocadas às respostas para alguns quesitos que foi concordado com o(a) juiz(a) da vara de execução. Os exames são realizados apenas para os casos que o(a) juiz(a) determina. Em média faz de seis a oito exames por semana. Foi aprendendo a fazer os exames através de suas vivências e alguns cursos proporcionados pela SAP, mas atualmente não tem feito mais, pois é necessário ir para São Paulo e fazer viagens rápidas (bate e volta), o que a cansa muito.

Quando perguntada sobre a Resolução 009/2010 do CFP Reggae demonstrou não conhecer muito, mas disse que sempre trabalhou com ética e que passou isso para seus(suas) estagiário(a)s, que é necessário ver cada sujeito(a) como único(a) e agir de forma ética e responsável. Não sofreu nenhuma forma de retaliação por fazer, ou não, os exames criminológicos. Coloca-se como preparada para ter essa atuação, mas que a cada dia aparece situações diferentes, então é necessário um olhar mais ampliado para com o(a) outro(a) sujeito(a).

Durante o tempo que esteve na penitenciária uma história marcante foi uma rebelião que ocorreu na unidade, nesta a penitenciária foi “quebrada”, ou seja, foi destruída pelas pessoas que estavam presas, assim tiveram que se reestruturar e voltar sem raiva ou medo de tudo e todo(a)s, pois nessa rebelião alguns(algumas) colegas de trabalho foram feitos de reféns.

Sobre a preocupação com os Direitos Humanos das pessoas que estão presas Reggae acredita que são respeitados, e que percebe mais isso nas pessoas da área de segurança, pois sempre estão conversando com o(a)s psicólogo(a)s e assistentes sociais quando falta kit de higiene ou existe alguma demanda emergencial de alguma pessoa que está presa.

Durante seu tempo de atuação no sistema penitenciário foi auxiliada pela SAP, não tendo nenhum tipo de contato com o CFP. Entre o(a)s psicólogo(a)s não existe uma rede apoio, ou pelo menos ela sabe, somente quando tinham cursos na SAP em São Paulo que se comunicavam e tinha contato com outras experiências. Acredita que dentro da unidade penitenciária o(a)s outro(a)s funcionário(a)s não entendem o que o(a)s psicólogo(a)s fazem e a importância.

Para Reggae já foi muito feliz trabalhando no sistema penitenciário, por fazer o que gosta, no entanto agora devido à idade e problemas de saúde tem algumas dificuldades. Com isso, para seu futuro profissional deseja apenas a aposentadoria. Entende que a Psicologia na penitenciária é de suma importância, pois o(a)s profissionais podem trazer mudanças para a instituição como para as pessoas que estão presas.

6.13 PAGODE[46]

Pagode tinha 45 anos, colocou ser do gênero feminino, se graduou em Psicologia por uma universidade particular, em 1992. Trabalha há 21 anos dentro do sistema penitenciário, antes fez trabalho voluntário em uma delegacia da mulher, prestou o concurso para psicóloga penitenciária por ter interesse na área de Psicologia Forense, como já havia contato com outro(a)s profissionais de Psicologia que atuavam no sistema prisional, já sabia quais seriam suas funções, assim não teve nenhuma sensação relevante ao entrar em uma unidade.

Durante o curso de graduação teve disciplina de Psicologia Jurídica, cursou palestras diversas sobre a área e um curso de perícia forense. Acredita que os cursos de graduação em Psicologia deveriam ter em sua grade curricular disciplinas e estágios na

[46] Pagode - Templo ou monumento memorial da Índia e de outras regiões do Oriente, ger. em forma de torre, com diversos andares e telhados a cada andar terminados freq. em pontas recurvas para cima. Ídolo indiano, imagem de um deus ou santo asiático. Divertimento ruidoso ou licencioso; pândega. Derivação: por extensão de sentido. Regionalismo: Brasil. Baile popular. Derivação: por extensão de sentido. Rubrica: música. Regionalismo: Brasil. Samba, esp. a variedade de partido-alto nascida no Rio de Janeiro na década de 1970. Rubrica: música. Regionalismo: Brasil. Reunião de pessoas que tocam e cantam o pagode (cap. 5) (ROUAISS, 2009).

área de Justiça Criminal, de Família e Infância e Juventude. Sua atuação é embasada nas técnicas de Psicologia Forense e Judiciárias. Não utiliza as cartilhas elaboradas pelo CFP e DEPEN.

Segundo Pagode, seus atendimentos são realizados em uma sala para atendimento individual, mas que a porta precisa ficar aberta. A sala que fica na parte administrativa tem materiais doados e são precários, isso se junta ao clima tenso, de estresse e com muitos ruídos. Acredita que a celas são pequenas e arejadas, mas não adequadas para o tamanho da população que se encontra, ou seja, uma superlotação. Já as celas de disciplina são deprimentes, o que causa uma impressão muito ruim. Dentro da unidade penitenciária não acredita que exista diferença entre homens e mulheres, a partir do momento que se respeita o Código de Ética e o bom senso moral.

Sua principal atuação dentro do sistema é a realização de entrevistas psicológicas para fins de exames criminológicos, outras atuações são triagens, elaborações de aproximações familiares, acompanhamentos psicológicos breves e orientações aos familiares. Acredita que sua atuação poderia ser melhorada se houvesse melhores equipamentos, cursos de reciclagem profissional, sala para atendimentos somente psicológicos e melhor gestão da unidade. Já participou de cursos realizados pela SAP, mas atualmente são mais palestras vinculadas através de videoconferência, o que dificulta devido os equipamentos serem antigos.

Trabalha com as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário, e que existem diversas resoluções que deveriam ser cumpridas e divulgadas. Sobre os exames criminológicos, colocou que antes estes eram realizados com todas as pessoas que estavam presas e pleiteavam algum benefício, o que seria impossível de fazer, mas atualmente não funciona mais dessa forma, assim sendo possível atender a demanda das Varas de Execuções, que selecionam casos mais complexos. Foi orientada a fazer a entrevista com a pessoa, mas não emitir um parecer de caráter punitivo e se a pessoa foi atendida de alguma maneira por determinado(a) profissional, o mesmo deverá passar por outro(a) profissional que não teve contato anteriormente.

Os exames são realizados através de análise documental dos prontuário do(a)s avaliado(a)s, análise de suas vidas nas prisões, disciplinares e transferências, entrevista individual e reunião com pessoas de outros setores da penitenciária. Faz em média duas avaliações por dia, o que leva uma hora em cada e é uma avaliação subjetiva da pessoa que está presa a fim subsidiar a decisão judicial para benefícios. Segundo Pagode, existe

uma preocupação com os direitos humanos das pessoas que estão presas, para isso instalaram câmeras de observação e filmagem.

Raramente teve algum tipo de apoio, supervisão ou contato com o CFP. O contato com outro(a)s profissionais de Psicologia é através da Célula de Referência Técnica da Coordenadoria da Reintegração. Para Pagode, todo(a)s psicólogo(a)s devem acreditar na ressocialização, mesmo que não exista uma ressocialização total. Disse que já foi feliz trabalhando no sistema penitenciário, pois acredita nas atuações da Psicologia, mas é necessário um sistema em que todas as partes estejam funcionando bem, então atualmente não está satisfeita trabalhando como psicóloga penitenciária. Espera que exista um reconhecimento financeiro pelo seu trabalho, sendo que a Psicologia é de extrema importância para as unidades penitenciárias.

7. LINHAS POSSÍVEIS DE PROBLEMATIZAÇÕES

Gostaríamos nesse trabalho de problematizar algumas linhas que foram traçadas a partir de leituras e releituras das entrevistas realizadas com treze profissionais de Psicologia que atuam em penitenciárias de regime fechado, masculinas, do estado de São Paulo. Esse mapeamento nos ajudará a pensar as diversas relações que perpassam a formação profissional e as atuações do(a)s psicólogo(a)s, criando barreiras e potencialidades. Nossas discussões partem do(a)s autore(a)s citado(a)s acima, pensando que estamos falando não somente de treze profissionais, mas de diverso(a)s que atuam no sistema penitenciário brasileiro, pois cada um traz consigo vário(a)s profissionais e acabam por relatar não só a realidade pessoal, e sim a prática que muito(a)s outro(a)s vivem em tantas outras unidades penitenciárias. Além de acreditarmos que esse mapeamento se modifica a cada instante, então linhas como essas podem ser vistas de outras formas e se modificarem. Com isso, essas foram às linhas possíveis, entre diversas outras que poderiam ser traçadas, de problematizações sobre as Psicologias que atuam nas Penitenciárias.

Ao longo das entrevistas conseguimos traçar que uma das linhas que atravessam as pessoas entrevistadas é o longo *tempo de serviço* como psicólogo(a)s penitenciário(a)s, muito(a)s estão atuando no sistema penitenciário há mais de quinze anos, passando por rebeliões, mudanças nas políticas penitenciárias e nas regulações do Conselho Federal de Psicologia, assim como tendo vivências marcantes ao longo desses anos, que acabam por se tornarem "normais" e cotidianas, como apontou Soul:

> No começo a gente fica, o cheiro é de ranço, é uma característica do local, de umidade, a gente pensa como é possível conviver, mas acostuma. Essa situação da gente acostumar com essa realidade é aprisionação, a gente se aprisiona. [...] mas é uma forma de você criar uma armadura de defesa [...].

Como colocado por Soul, às pessoas acabam por ser acostumarem com as circunstâncias, podendo classificar tal ato como uma armadura, forma de proteção aos diversos estranhamentos que ocorrem nas vivências que existem dentro do sistema penitenciário. Quando estagiários nos acostumamos a passar por diversas revistas ao entrar na unidade, de como fazer para que a máquina que detecta metais não apitasse, qual seria a melhor vestimenta, tirar todas as pregas de metais que existiam nas calças jeans, usar sapatos que não tinham detalhes e vestir camisas, camisetas e blusas que não tivessem zíper, todos estes procedimentos eram para que não precisássemos ficar

tirando as roupas e colocar algum uniforme. Esse enfrentamento e estranhamento, também, são apontados por Sertaneja:

> Foi um pouco assustador isso pra mim, essa invasão da sua vida quando você entra, porque não deixa de ser invasivo. O que é invasivo, você ter que parar na subportaria abrir seu porta mala do carro, ter seu carro revistado, ter que sair e seu carro ser revistado, você ter que passar o que você está trazendo na bolsa no raio-X, se você traz uma comida, [...] uma refeição, uma coisa de casa, tudo eles vão olhar no raio-X, eu me sinto muito invadida, é essa a sensação que senti na primeira vez e que eu sinto até hoje. Passar no raio-X, tem alguma coisa que eles não conseguiram identificar eles pedem para abrir e olhar, até porque é procedimento padrão na unidade, por conta de celulares e outras coisas, é necessário passar e concordo. Só que não deixa de despertar e mobilizar sentimentos em mim, essa coisa de ser invasivo, de me sentir invadida, que chego aqui muito revoltada, por ter que abrir tudo. [...] depois do raio-X você tem o detector de metal, e às vezes a gente usa alguma coisa que tem um ferrinho, ou alguma calça jeans, ou no sapato e máquina fica apitando várias vezes e até que pare você não entra, então muitas vezes você tem que tirar o sapato [...], às vezes você vem com um sutiã que tem uma coisinha a mais de ferro e eles sabem onde é que está apitando, que é no sutiã, eu me sinto muito violada para te falar a verdade.

Tornam-se rotineiros e normais todos esses procedimentos, seja a questão de passar pelos detectores de metais, até chegar a realizar a produção em massa de exames criminológicos, o que iremos discutir mais a frente. Então, como colocou Soul existe a "aprisionação" das pessoas que estão diariamente em contato com essa realidade (das pessoas que estão presas, ou não), o que Foucault (1988) denominou como biopoder, tramas de poderes que se exercem sobre os corpos do(a)s sujeito(a)s, o(a)s aprisionando e adestrando, tendo corpos cada vez mais úteis ao ideal do Estado, que desta forma consegue controlar e moldar as pessoas, fazendo que se adaptem as suas regras, construindo uma "ordem", ao menos dentro deste espaço.

Junto a essa linha do tempo de serviço, podemos também entrelaçar uma linha que denominamos de *instituições de preservação da ordem*, partindo da ideia de Bicalho, Rossotti e Reishoffer (2016), os quais no texto "A pesquisa em instituições de Preservação da Ordem" apontam que a busca pela ordem seria vista como uma proteção social contra a desordem, a preservação da vida. Com isso são criadas instituições com o fim de manter a ordem, não deixar que "desordeiros" possam atrapalhar, mas vale ressaltar que essas instituições não são só as prisões, escolas, famílias, manicômios, pois a preservação da ordem está por todos os lugares (FOUCAULT, 1988; GOFFMAN, 2001).

Nesse sentido podemos pensar que essas instituições de manutenção da ordem estão espalhadas por quase todos os territórios e relações, como já citado, vivemos em tempos de "aprisionamento a céu aberto" (COIMBRA, 2009, p. 83), em uma sociedade

de controle (DELEUZE, 1992). Com isso o Estado consegue construir sujeitos cada vez mais alienados, normatizados e cristalizados, prontos para obedecer a suas ordens, podendo se manifestarem de forma pacífica e civilizada. Deleuze (1992) irá colocar que estamos passando por uma transformação da sociedade disciplinar, apontada por Foucault, para uma sociedade de controle, na qual o importante não seria disciplinar uma massa, mas estabelecer o controle dos indivíduos, em todos os momentos.

Foucault (2004) utiliza o termo assujeitamento, para conceituar formas de sujeição às regras e redes de poderes impostas; o que encontramos nos discursos das pessoas que foram entrevistadas, nas quais as mesmas se adaptam ao que é imposto e continuam suas vidas; retiraram dessas pessoas a potência, os dispositivos de rompimento das amarras, das linhas duras, que se fecham e constroem sujeito(a)s amedrontado(a)s e despotencializado(a)s. Não somente o(a)s profissionais de Psicologia são sujeitos a essa domesticação de seus corpos, mas todas as pessoas que estão em contato com o sistema penitenciário, agentes penitenciário(a)s, pessoas que estão presas e seus familiares, advogado(a)s, promotore(a)s, médico(a)s, enfermeiro(a)s, e tantas outras que tem alguma relação com essas instituições.

Essa "aprisionação" e assujeitamento acabam por levar muito(a)s psicólogo(a)s ao cansaço, conformismo e desilusão com suas atuações dentro do sistema penitenciário, ou seja, se despotencializam e acabam por somente cumprir o que é determinado que façam, como os laudos psicológicos, não pensando em uma atuação mais produtora de diferenças e potencializações, como seriam os projetos para trabalharem sobre ressocialização, problematizações e fortalecimento dessas pessoas que estão presas, e até mesmo o(a)s agentes penitenciário(a)s.

O que acaba por minar, muitas vezes, a vontade deste(a)s profissionais de serem produtore(a)s de diferenças em instituições de preservação da ordem, é a falta de apoio da SAP e do(a)s diretore(a)s gerais e de segurança e disciplina, aliados a passividade desse(a)s profissionais que se ajustam a submissão do cotidiano repetitivo das práticas, e, que se somam a enorme carga de requerimentos de exames criminológicos impostos por juize(a)s. Como aponta Frevo quando fala sobre como conseguir realizar algo dentro da penitenciária:

> [...] é um ambiente muito rígido, que em alguns momentos as decisões são inquestionáveis, incontentáveis, até mesmo o profissional de Psicologia tem que ter um jogo de cintura, ele tem que pedir uma vez, ele não vai conseguir, ele tem que pedir outra vez, explicando de outra forma, mas ele não vai conseguir, aí ele tem que falar com outra pessoa, principalmente da

> segurança e convencer esse profissional/diretor da segurança da importância daquilo, ou convencer o diretor da produção para depois chegar lá no diretor geral e convencê-lo [...]. [...] dentro da penitenciária eu penso em fazer trabalhos, grupos, só que hoje onde estou não tem esse incentivo para o profissional, então a gente acaba pensando "o que eu desejo?", penso muito sobre minha atuação, que poderia estar fazendo mais, que poderia fazer outros trabalhos, desenvolver projetos, mas a gente não consegue, ficamos com as mãos atadas. Eu desejo que a gente pudesse, o profissional da reintegração, pudesse ter mais abertura dentro das unidades, não só aberturas, mas incentivos e ações, no sentido de projetos, que a própria secretaria pudesse implementar alguns projetos para desenvolver. Porque se algum profissional impõe algum projeto é como se "você está querendo isso, você está viajando na maionese, por que está querendo isso? Isso não vai dar certo", então fica muito difícil esse trabalho [...].

Como é apontado nesse trecho, é muito dificultoso para que o(a)s profissionais de Psicologia consigam produzir novas formas de atuar dentro de uma unidade penitenciária, o que acaba por gerar angustias e desânimos, despontencializações que com o passar do tempo se tornam "normais", o assujeitamento acaba por se tornar uma característica a todas as pessoas que trabalham nessas instituições, pois como colocou Foucault (1987) os corpos se tornam dóceis, úteis, adestrados e controlados.

Pode-se traçar que a estratégia utilizada por Frevo de procurar outros meios de conseguir aprovação do(a)s diretore(a)s seja uma linha de fuga, de não deixar-se aprisionar, mas, também, mostra como o(a)s psicólogo(a)s não tem voz dentro das instituições penitenciárias, seu único momento de se expressar é através dos exames criminológicos. O que nos remete a pergunta – utilizando a ideia de Gayatri Spivak (2010) -, o que e quando o subalterno pode falar? Pois, segundo os relatos do(a)s entrevistado(a)s o único momento que a Psicologia pode falar é quando é mandada (faça laudos psicológicos) e devem dizer se a pessoa que está presa tem condições, ou não, para mudança de regime disciplinar, ou seja, tem que dizer o que o(a)s juize(a)s querem ouvir.

Todas essas normatizações e enquadramentos acabam por fazer com que as pessoas se tornem deprimidas/impotentes em relação a suas atuações, como apontam alguns(algumas) psicólogo(a)s:

> Por um lado gosto de fazer atendimentos com os sentenciados, o acompanhamento psicológico é muito importante [...]. A avaliação psicológica às vezes vai virando um trabalho muito mecânico, como se a gente tivesse reproduzindo, [...] isso acho que é muito negativo. [...] outra questão é o próprio funcionamento, as normas, as regras que a gente não consegue quebrar algumas delas, isso torna o trabalho um pouco cansativo. (FREVO).

> No momento almejo minha aposentadoria porque tenho mais cinco anos aqui. Mas gostaria que as pessoas que chegassem conseguissem mudar um pouco a

> mentalidade, mas é difícil. Não estão acontecendo mudanças "de cima para baixo" e nem "de baixo para cima". (RAP).
>
> Mas é um lugar que paga muito mal, que trata mal as pessoas, um lugar que tem condições inadequadas de trabalho, nesse sentido acho que é difícil atingir essa felicidade, nesse lugar. [...] participo de um grupo por e-mail que mais parece o muro das lamentações do que outra coisa, como o serviço está muito deteriorado, não só aqui, mas em todo estado, salário muito baixos, congelados há muito anos, as pessoas a beira da aposentadoria, então muitos sem perspectiva. Então não tem rede de apoio, as pessoas estão muito sem apoio, o que percebo dos e-mails que recebo é que as pessoas estão adoecendo. [...] Na penitenciária acho que encerrei meu ciclo, se pudesse sair amanhã eu sairia. Não dá para sair depois de 23 anos sem ter outra perspectiva, mas está nos meu projeto sair daqui muito em breve, porque não tem mais de fato, deteriorou demais, não há mais o que fazer com essa política que tem hoje. (POP).

Nestes relatos ficam bem claro que as "aprisionações" geram adoecimentos e despotencializações dessas pessoas e de muitas outras, especialmente para quem convive com essa realidade ao longo de vários anos, com as mesmas rotinas, limitações, mesmos endurecimentos, enquadramentos e normatizações. Como demonstrou Rap, existe um conformismo com a atual situação do sistema penitenciário, assim como as pessoas que estão presas esperam e contam os dias para terem direitos a benefícios, alguns(algumas) profissionais de Psicologia aguardam a aposentadoria, o que leva a profissão a se estagnar como mera produtora de laudos psicológicos, ou seja, tornam-se (sujeito(a)s) mais uma peça da engrenagem das instituições de preservação da ordem, que irá tentar produzir mais sujeições. Seguindo em linhas duras, vale problematizar as linhas de gêneros que perpassam o sistema penitenciário, regulando formas de ser e estar dentro deste.

Traçamos, assim, ao longo das entrevistas as *linhas de gêneros*, que são de extrema importância na análise das relações de poderes dentro das instituições de regulações da ordem. Para iniciarmos essa discussão, queremos focar na problematização da construção das mulheres em uma identidade fixa, que as limitam a serem sujeitas (ser sujeitadas) aos homens, frágeis, portadoras dos bons costumes, entre outros estereótipos; e a construção das pessoas que estão presas do sexo de macho em uma identidade fixa, como violentas, infames e desrespeitosas.

A construção das masculinidades e feminilidades são constituições subjetivas, ou seja, se desenvolvem de maneira individual e particularizada, no entanto cabe ressaltar que existem aspectos comuns aos homens e mulheres de uma mesma cultura, classe econômica, raças/cores, entre outros demarcadores, portanto questionamos aqui a

ideia de identidade masculina e feminina, como algo fechado, cristalizado e universal (BORIS, 2011; MORENO, 1999; PORTELLA, 2005).

Na tentativa de conceituação deparamo-nos com a concepção de masculinidades e feminilidades como sendo constituídas de diversos atributos e atitudes que são esperados dos homens e das mulheres em diferentes contextos culturais, ou seja, traços normatizadores e cristalizadores, que vão definir práticas sociais do que é ser homem e mulher, criando-se assim, o que Robert Connell[47] (2000) chamou de uma "masculinidade hegemônica", definida por ele como um conjunto de práticas e valores com a função de garantir a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres.

Essas desigualdades são dadas como modelares desde a infância, nos meninos são produzidas às ideias de que para ser homem deve-se combater os aspectos que poderiam fazê-los serem associados às mulheres (misoginia/machismo/sexismo/homofobia), ou seja, negar qualquer aspecto que se assemelha ao feminino, tornando a masculinidade como uma negação de tudo relacionado ao universo da mãe(s), irmã(s), vó(s), tia(s), homossexuais e todas aquelas pessoas que possam ter aspectos/estereótipos de mulheres, além de aprenderem a estar com homens, aceitar a lei dos maiores, mais fortes e mais velhos e os ritos que se traduzem em operadores hierárquicos. O mesmo acontece com as meninas, que são educadas para serem o oposto do macho/masculino e ao mesmo tempo servidoras/sujeitas destes, no entanto para as mulheres não existe tamanha preocupação em negar os aspectos/estereótipos dos homens quando criança, quando se chega à adolescência se espera e se pede que se comportem "como meninas", e quando adultas que façam o que é normatizado como "coisas" de mulher, negando tudo que seriam para os homens (BORIS, 2011; MORENO, 1999; PORTELLA, 2005; WEIZER-LANG, 2001).

Isto se assemelha com a fala de Boris (2011) para quem as diferenças encontradas entre grupos de meninos e meninas se constroem nas formas de socialização das crianças segundo seu sexo, a partir do nascimento, o que varia muito por causa do(a)s diferentes cuidadore(a)s, mas explica a diversidade das experiências humanas. Desta forma, meninos vão ser criados com base nos estereótipos do que são coisas de menino – quarto azul, brincar com carrinhos, roupas de homens (calça jeans,

[47] Atualmente a autora passou a utilizar o nome Raewyn Connel.

camisa social e sapatos), aprender a gostar de futebol e luta, e outras características que são projetadas ao sexo do macho. As meninas vão ter o quarto rosa, brinquedos que lembram coisas de casa (fogão, geladeira, jogo de jantar, entre outros utensílios domésticos), roupas de mulheres (saias, vestidos, shorts e camisas floridos ou coloridos, maquiagens), irão ser ensinadas a desejar serem princesas, a querer ser as amadas dos principies, e tantas outros aspectos que são colocados nas pessoas que nascem com o sexo de fêmea. Logo, existem em grande parte de nossa sociedade modelos fechados de masculinidade e feminilidade, que define os lugares, discursos e expressões que "os homens" e "as mulheres" devem assumir, para que as normas dadas pelo biopoder e os processos de captura e regulação biopolítica sejam mantidas, para que se mantenha a estrutura das relações de gêneros "esperadas", sempre partindo do olhar biológico do sexo (FOUCAULT, 1988, 2008). Mesmo quando se tem relações homoafetivas, muitas vezes, esses mesmos padrões são vivenciados, como na pesquisa coordenada por Anna Paula Uziel, em uma unidade penitenciária feminina do Rio de Janeiro:

> Nas relações entre sapatões e mulheres femininas, o ativo é quem somente toca, não permitindo que a outra pessoa também a toque. A "lésbica" é o que elas chamam de "bolinha vai, bolinha vem", são mulheres femininas e, na hora do ato sexual, há uma troca um pouco mais recíproca. Ambas, por exemplo, tocam uma na outra e fazem sexo oral. Essas relações, em geral, parecem ser mais simétricas. (p.18)[48]

Essa visão de mundo se constrói por meio da dinâmica familiar, social e das relações que são estabelecidas, abarca a crença de superioridade do gênero masculino, no qual os valores como a disciplina, atrelados a autoridade e a moral familiar, valentia, coragem e a identificação com a hierarquia, são incorporados às vivências desses homens. Por outro lado à fragilidade, respeito aos bons costumes, servidoras do lar, detentora da tradição e como intocáveis (nas relações sexuais) são estereótipos projetados nas mulheres. Produzindo crenças de que os homens são superiores e diferentes das mulheres, evidenciados através de biopolíticas regulatórias presentes no sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais (BUTLER, 2003), produzindo sexismos, machismos, misoginias e homofobias. Segundo Rosi Braidotti (2000) existem

[48] Esse texto está no prelo, foi apresentado por Anna Paula Uziel no XV Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, no GT44 – Psicologia e Estudos de Gênero. Tem como autora(e)s Anna Paula Uziel; Gabriela Salomão Alves Pinho; Heloneida Ferreira Neri; Maria Fernanda Leite Oliveira; Vanessa Marinho; Vanessa Pereira de Lima; Vanessa Andrade da Costa, o título "Homossexualidade e Conjugalidade no Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro".

diferenças entre os gêneros masculinos e femininos, no entanto não utilizando o conceito de diferença criado no fascismo europeu, e utilizada como relação de dominação e exclusão (ser diferente de/menos que), mas uma diferença positivada, sem demarcações de fronteiras e classificações, ou seja, sem hierarquizações; pensando dessa forma não se propõe uma sociedade de igualdade, pois as pessoas não são iguais, mas uma sociedade na qual a equidade possa existir, que todas as pessoas possam ter seus direitos preservados, não importando quem foram ou sejam (PORTELLA, 2005; SILVA, 2005).

Acreditamos, como coloca Simone de Beauvoir (1980), que a mulher não nasce mulher, mas se "constrói". O mesmo deve-se aplicar ao homem, o mesmo não nasce homem, torna-se. Ou seja, o ser humano não é predeterminado, ou determinado biologicamente, mas construído socialmente através de negociações políticas e culturais, assim como, seus desejos, suas subjetividades e diferenças. Então as características dos masculinos e dos femininos estão sempre em mudança, em construção permanente, inseridos em um contexto social, histórico e cultural. Desta forma, os gêneros masculinos e a femininos não seriam unicamente determinados por aspectos biológicos, mas também pelos aspectos psíquicos e sociais, não sendo apenas vinculados a uma única possibilidade de ser, possibilitando-nos pensar em múltiplas masculinidades e feminilidades (BORIS, 2011; CONNELL, 2000; PORTELLA, 2005).

Desta forma os gêneros foram e vão sendo traçados, pois são múltiplos os encontros e fluxos de suas configurações, assim como se mantém sempre em mudanças, nunca se cristalizando e se fechando, formando um rizoma no qual são múltiplas as entradas e saídas, sempre se partindo do meio (DELEUZE, GUATTARI, 1995). Cabe colocar que a noção de gênero, se difere de sexo, pois não se refere e nem se reduz aos órgãos genitais, tão pouco ao mero exercício da prática sexual, mas nos remete aos modos pelas quais os sexos são significados pelo contexto social, político e cultural e suas atribuições de masculinidades e feminilidades. A composição destas se processaria através dos discursos que se materializam sobre os corpos e os organizam em categorias determinantes das identidades, e em especial, as identidades de gêneros (BUTLER, 2003).

Apostamos na crença de que os gêneros, assim como os sexos, são construídos nas relações a partir de negociações políticas que indicam lugares e práticas relativas ao homem e a mulher em contextos específicos. Essas hierarquizações colocam em funcionamento diversas tecnologias que funcionam como maquinas binárias e

universalizantes de produção de modos de sensações, pensamentos, dos desejos, das atitudes, dos comportamentos, das relações, dos valores, estereótipos, conceitos e preconceitos, discursos e práticas dos sujeitos (são sujeitos), os quais são apoiados por instituições centralizadas pelo Estado, e outras instituições reguladoras como a família, a escola, a igreja e a prisão (BORIS, 2011; LAURETIS, 1994). De modo clarificador Joan Scott (1995, p.24) afirma:

> Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (l) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Os gêneros são nossas identidades primeiras, aquilo que nos qualifica para a vida na cultura, política e sociedade. Esta referencia de gêneros nos permite problematizar os binarismos de modo crítico, evitando as respostas prontas e cristalizadas, nos ajudando a sair da ideia de que para ser homem você precisa ter um pênis e vestir a máscara de que "homem não chora" e para ser mulher precisa ter vagina e ser dona dos bons costumes (BORIS, 2011; LAURETIS, 1994).

Assim, ao invés de pensarmos em uma masculinidade e feminilidade hegemônica, hierárquica, dominante, com contornos bem definidos, limitados e fechados em si (masculinidade hegemônica: branco, cristão, ativo e heterossexual; feminilidade hegemônica: branca, cristã, passiva e heterossexual), como é, ainda, pensada atualmente, entendemos que há cruzamentos de múltiplos componentes de subjetivação que se ligam, desligam e religam, influenciando a construção da subjetividade das pessoas, se opondo ao modelo binário, assim nos permitindo falar de diversos gêneros, platôs de generização (DELEUZE, GUATTARI, 1995).

Quando não se foge do binarismo ocorre à dominação masculina, tanto no espaço privado como no público, culminando em violências sobre as mulheres, dissidências sexuais e de gêneros, decorrentes dos privilégios sociais, culturais, materiais e subjetivos restritos aos homens. Desta forma, quem não se enquadra na ideia de masculino produzida pelas regulações da biopolítica e do biopoder, passam a ser associados à figura feminina, passiva e dominada, por outro lado, as mulheres que não se encaixam nos estereótipos femininos de delicadeza, bons costumes, sutilezas e outros, são consideradas "mulher macho", "sapatão", "mulher que não é para casar" e outras nomenclaturas depreciativas (PORTELLA, 2005; WEIZER-LANG, 2001).

Nas penitenciárias do estado de São Paulo existe maior pressão para se (re)afirmar as identidades masculinas e femininas, do homem tradicional hegemônico e ao mesmo tempo projetando nas mulheres (aqui estamos falando das profissionais) estereótipos de sexo frágil, portadora dos bons costumes, pedaços de carne (objetos de desejo sexual), entre outros; como aponta Baião, quando fala sobre as diferenças existentes no tratamento de homens e mulheres na penitenciária:

> [...] um cuidado com a segurança com o sexo feminino, mas não interfere na qualidade do serviço. Existe diferença em termos de vestimenta, as mulheres precisam usar jaleco e devido à segurança sempre são acompanhadas por um agente, uma escolta, mas quando é do sexo masculino não existe essa preocupação.

Neste relato podemos problematizar que existe uma necessidade dos homens (podemos dizer dos que controlam a unidade – funcionários -, mas muitas vezes de algumas mulheres) de estabelecer normatizações, do homem como macho, viril, forte e protetor e da mulher frágil, que precisa de proteção, que tem a necessidade de ser acompanhada/escoltada para que não sofra nenhum atentado seja físico ou de olhares desejosos das pessoas presas, que muitas vezes não tem contato com pessoas do gênero feminino (WELZER-LANG, 2001). Denuncia o quanto esses reducionismos ao modelo binário dos gêneros contribuem para manter na invisibilidade as desigualdades entre os sexos e gêneros, como se fossem naturais e, portanto sem críticas e questionamentos.

No relato a mesma fala da vestimenta, que para mulheres é obrigatório o uso de jaleco quando vão adentrar aos pavilhões para atendimento, pode-se discutir que a utilização do mesmo é como forma de cobrir qualquer parte do corpo da mulher que chame atenção dos homens que estão presos. Uma forma de proteger a donzela de observadores inescrupulosos, de dar proteção a moças de família e ingênuas, de resguardar a mulher casada e mãe de família, ou seja, mais uma forma do masculino se sobrepor as mulheres, de colocá-las em posições inferiores, projetando nas mesmas a ideia de que são frágeis e precisam de príncipes para salvá-las. Essa mesma ideia é apontada pelo Soul:

> É muito comum o preso, quando ele pede atendimento psicológico, ele manda um bilhete dizendo que não está bem e que gostaria de bater um papo, é comum eu descer para atender e dizerem que não é a psicóloga e então não querem, não é questão daqui, mas em diversos presídios que passei. Nos lugares que passei as mulheres que atendiam sempre tinham um monte e os homens não. Já vi presos se masturbarem quando estavam sendo atendidos por mulheres, e elas não percebem. Era muito comum os presos colocarem a mão para dentro das calças e depois estenderem as mãos para as mulheres, com homem já não fazem isso.

Pode-se perceber a ideia de que as psicólogas na visão do Soul são somente objetos de desejos sexuais das pessoas que estão presas, que as mesmas não conseguem se defender. Outra discussão que pode ser feita, com base nos dois relatos, é que esse cuidado só é tomado quando as psicólogas vão para os atendimentos, ou seja, existe a ideia de que elas não correm perigo de serem objetos de olhares e desejos do(a)s funcionário(a)s, pois este(a)s "não romperam" com o pacto social e foram condenado(a)s, assim não são ameaças aos bons costumes, não teriam o olhar de desejo e indecente. Então se criam os processos de estigmatização, nos quais as pessoas que estão presas não tem decência, não são de boa índole ou respeitosas, são pessoas perigosas (FOUCAULT, 2004, 2006; BATISTA, 2003). Essa mesma problematização aparece na fala da Frevo:

> [...] a população que atendo é uma população masculina, então por uma questão de segurança não seria viável que uma profissional entrasse no pavilhão, com uma população que só tem homens. [...] Então isso é uma questão que a gente nem questiona. Mas eu sei que nas unidades femininas as psicólogas atendem dentro da cela com a sentenciada, presa, detenta.

O que podemos mapear nesse discurso é, também, a forma como as penitenciárias masculinas e femininas são administradas, e como as diferenças entre gêneros são tomadas como dispositivos de manutenção da divisão binária entre os sexos, que privilegia os homens e descriminaliza as mulheres, dando um tom de naturalidade, e por isso não pode ser questionado pelos primeiros e muito menos pelas mulheres. Os homens que estão presos são considerados mais perigosos do que as mulheres, isso se dá também pelo fato da construção das pessoas do sexo de fêmea como frágeis, mesmo as que fogem do padrão, de ser dona do lar e dos bons costumes, são colocadas como menos periculosas.

Todas essas ideias são construídas desde a infância, os homens na "casa-dos-homens", como denominou Welzer-Lang (2001), e podemos dizer que as mulheres na "casa-das-mulheres", na primeira as masculinidades são construídas longe das mulheres (mães, irmãs, entre outras) e as feminilidades distantes dos homens (pai, irmão, primos e outras pessoas), cada qual tendo a pessoa do mesmo sexo como referência. O autor coloca que nesta casa os meninos da mesma idade, são atravessados por fortes tendências e grandes pressões para viverem disputas, para saber quem é mais homem, para que não se identifiquem ou queiram ser como as mulheres, tais como comparações quanto ao tamanho do pênis, maratonas de masturbação, excitações coletivas com pornografia, lutas corporais, práticas de esporte, entre outras. As meninas vão ser

colocadas para conviverem com mulheres e irem aprendendo o que essas devem fazer, às vezes imitando em suas brincadeiras, como casa de bonecas, brincadeiras em que ocupam o lugar da mãe, que imitam o modelo tradicional de família e assim por diante. Dependendo do sexo as crianças, jovens e adultos vão aprendendo os locais que são para ambos ou para um determinado gênero (como exemplo, bar são para homens e salão de beleza para as mulheres), as atividades, as falas, os discursos, e tantas outras determinações, normatizações relativas a cada sexo e gênero.

Com a utilização da Teoria *Queer* e o devir-menor dos filósofos da diferença, acreditamos que é possível se problematizar essas normatizações de sexos, gêneros, desejos e práticas sexuais que ainda endurecem e desqualificam muitas pessoas. São cristalizações que despotencializam, pois retiram outras possibilidades de existência e vivência. Neste trabalho, pelas falas das pessoas entrevistadas, pode-se perceber o quanto essas amarras dificultam novas linhas de fugas e potencialidades, denunciando os aprisionamentos identitários e a reprodução dos papéis sexuais, sociais e de gêneros.

É necessário que em nossa sociedade se problematize que mulher não é sinônimo de esposa, mãe, frágil, dócil, e outros estereótipos identitários despotencializadores. Essas normatizações de identidades sexuais e de gêneros tendem a dificultar novas vivências possíveis, como quando éramos estagiários, tínhamos livre acesso ao pavilhão escolar, algo que não é permitido às pessoas do gênero feminino, que só conseguiam ir até lá em dias e horários determinados. As mulheres que romperam com os preconceitos e normatizações do sistema patriarcal, no qual as impediam da vida pública e assim do trabalho, agora precisam discutir essas linhas duras que tentam fazer destas sujeitas às normatizações dos masculinos, sob a ação de um dispositivo de masculinização. Essas, tornando-se psicólogas penitenciárias, além de mulher, pois não podem ser somente definidas por seus sexos e gêneros, elas também somam outras linhas.

Ao pensarmos na Teoria *Queer* e devir-menor para problematizar essa questão, queremos trazer as desconstruções das identidades que aprisionam e limitam as pessoas, e o devir como ato de individuação, construção no mundo. O devir-menor é uma proposta para quem não quer ficar limitado a identidades de gêneros, é ir contra os poderes pré-estabelecidos dos homens/masculinos. Assim como, construir um Corpo sem Órgãos (CsO), ou seja, um corpo que não deixe o organismo ser construído para ser útil e normatizado, no qual o desejo é sufocado, como apontou Deleuze e Guattari:

> O organismo não é o corpo, o CsO, mas um estrato sobre o CsO, quer dizer um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil. Os estratos são liames, pinças. [...] Nós não paramos de ser estratificados. [...] o organismo pertence a um estrato e dele depende? Respondemos agora: é o CsO, é ele a realidade glacial sobre o qual vão se formar estes aluviões, sedimentações, coagulação, dobramentos e assentamentos que compõem um organismo — e uma significação e um sujeito. (1996, p. 7).

O CsO é também a luta pela não normatização e cristalização, não contra os órgãos, mas contra o organismo que tentam tornar o corpo uma máquina de produção, limitando a pessoa. Como nos mostrou as entrevistas, é projetada uma identidade as mulheres, que são carregadas de estereótipos, linhas duras que as territorializam, fazendo com que se tornem limitadas profissionalmente e no plano pessoal, são vista apenas como frágeis e objetos sexuais de desejos, como diriam Deleuze e Guattari (1996, p. 25) "O CsO grita: fizeram-me um organismo! dobraram-me indevidamente! roubaram meu corpo! O juízo de Deus arranca-o de sua imanência, e lhe constrói um organismo, uma significação, um sujeito.", o mesmo se faz com as psicólogas, e por que não dizer aos psicólogos. Assim problematizamos que se partindo de modos de viver éticos/estéticos/políticos, apoiando-se na desconstrução das identidades e no processo de tornar-se, combater as normatizações e dominações, pode-se chegar ao plano de imanência, de encontros, afetos, desejos e potencialização da diferença (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

No entanto as relações de gêneros ainda são problematizações pouco pensadas dentro do sistema penitenciário, o que traçamos através das entrevistas é o desconhecimento do conceito de gêneros, se referindo somente como homossexualidade. As falas das pessoas entrevistadas quando perguntamos sobre as relações de gêneros dentro da penitenciária:

> Lá onde eu trabalho não existe essa população, pelo menos identificada, já existiu um caso de um preso que tinha uma relação homoafetiva, só que ele foi transferido, lá pela organização acredito que não tenham uma aceitação pelos presos, mas é um trabalho que nem foi desenvolvido para a gente saber. (FREVO).

> Aqui ainda não. É uma unidade grande, ainda não tive essa prática aqui, não sei se terei, porque não depende só de mim. Lá no CR a gente já fazia um projeto que não tinha esse nome específico para gêneros, ele chamava Projeto Cidadania e trabalhava questões de gênero e outras questões, por exemplo, do idoso, deficiente, de pessoas com problemas psiquiátricos, trabalhava todas essas questões das minorias dentro desse projeto. (ROCK AND ROLL).

> Está tendo várias palestras e está se falando muito das questões da diversidade, aqui nós temos poucos casos, mas não existe trabalho

> diferenciado para eles não, quando eles chegam são postos no pavilhão que aceita, que a gente sabe que existe todo um preconceito, mas está tendo vários cursos de sobre diversidade, mas um projeto em si aqui não. (FUNK).
>
> Trabalho, antes de virar lei, desde sempre. É uma questão de respeito, de você aceitar o outro do jeito que ele é, não posso interferir na felicidade do outro, essa pessoa já tem tantos problemas devido as suas escolhas, que não é fácil, tenho que ajudar. Hoje, depois da visita intima, a questão da homossexualidade caiu muito no presídio [...]. (SOUL).
>
> Só uma vez que lidei com esse tipo de situação, e não foi aqui na penitenciária de Marília, e foi resolvido. (REGGAE).

Pode ser perceber o desconhecimento sobre o que são relações de gêneros, o que acaba por implicar em uma falta de problematizações sobre esse aspecto dentro das penitenciárias, não existe o cuidado ou preocupação em discutir o quanto as normatizações e cristalizações das relações de gêneros afetam as pessoas, as que estão presas ou não, pois como já apontamos o(a)s profissionais de Psicologia também são afetados por essas linhas duras. Um pouco de ar é possível respirar quando Pop e Samba demonstram dialogar um pouco sobre essa realidade:

> Não trabalho diretamente com, mas aqui na nossa unidade a gente tem travestis, têm homossexuais, já atendi demanda de homossexuais, é um público muito pequeno aqui, mas é inevitável, permeia porque o público é masculino, nós somos funcionárias do sexo feminino, então assim, a todo o momento as relações de gêneros estão perpassando nossas relações de trabalho. (SAMBA).
>
> Sim. Inclusive quando vou atender uma pessoa que fisicamente se parece com mulher, por exemplo, a primeira coisa que pergunto para ela, depois de perguntar o nome, é perguntar como ela quer ser chamada, eventualmente ela diz que quer ser chamada de Priscila, Tatiane, e toda minha entrevista é orientada para o sexo feminino, mesmo que eu saiba que aquela pessoa nasceu homem, mas se ela me disser que quer ser chamada de Daniela, ela vai ser Daniela até o fim da entrevista. (POP).

Apesar de Samba colocar no inicio um pensamento voltado para o entendimento que as relações de gêneros são somente algo de travestis e homossexuais, ao final de sua fala demonstra perceber outras relações, como a questão de ser mulher em uma unidade penitenciária masculina. Pop demonstra cuidado no trato com pessoas que fogem das normatizações do que é ser homem ou mulher, mostrando conhecimento ou preocupação em relação a essas pessoas, no entanto reduz novamente as relações de gêneros a pessoas trans.

Essa falta de conhecimento da importância das relações de gêneros para a prática da Psicologia e da vida, deve-se muito a falta de visibilidade que essa questão tinha até alguns anos, sendo recente a sua problematização em universidades e pela “mass

media". São poucas as disciplinas com essa temática nas universidades públicas e particulares, que tenham graduação em Psicologia, sendo que uma das primeiras instituições a ter no currículo do curso de Psicologia como disciplina obrigatória foi a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, que implantou em 2009 a disciplina "Psicologia, gêneros e processos de subjetivação", que foi ministrada pelos docentes Wiliam Siqueira Peres e Fernando Silva Teixeira Filho, em outras instituições de ensino superior disciplinas com as temáticas de gêneros e sexualidades acabam por serem disciplinas optativas. Assim as discussões sobre essa área ainda precisam ganhar mais forças dentro das universidades, para que tenhamos profissionais cada vez mais problematizadore(a)s dessas amarras.

Vale ressaltar que os estudos de gêneros e sexualidades não se restringem as homossexualidades e expressões de gêneros travestis e transexuais, se referem, também, aos estudos das masculinidades e feminilidades, aos modos impostos de submissão das mulheres ao mundo dos homens, o patriarcado que foi a base de nossa sociedade (o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social) e que perpetua até os dias de hoje em todas as instituições de preservação da ordem. Tais problematizações, como já apontado anteriormente, vêm para desnaturalizar normatizações que são impostas, dadas como prontas e acabadas, nas quais muitas das psicólogas entrevistadas e dos psicólogos entrevistados acabam caindo nesses reducionismos, sendo perpetuadore(a)s de amarras que desqualificam todos os tipos de gêneros em favor do gênero masculino, assim como rejeitam outras formas de sexualidades que não seja a heterossexualidade.

Traçamos, assim, que a sociedade, o Estado e principalmente a Psicologia deva pensar em problematizar questões de gêneros que estão impostas, cristalizadas, normatizadas e fechadas. Enquanto permanecermos com estes pensamentos cristalizados pelos binarismos e universais, muitas subjetividades são e serão cristalizadas e reduzidas a padrões normativos de gêneros, assim homens e mulheres têm suas vidas direcionadas e despotencializadas. É preciso descontruir as políticas identitárias para que novos modos de desejar e existir possam se (re)criar. Tais discussões, também, estão engatinhando dentro do Sistema de Conselhos de Psicologia, que aos poucos vai se posicionando contra todas as formas de discriminações, cristalizações e normatizações relacionadas às relações de gêneros, no entanto em seus documentos ainda se posiciona de forma sexista, colocando gênero masculino como

representativo a todo(a)s profissionais, temos sempre escritas em documentos se referindo “o psicólogo”.

O *Sistema Conselhos de Psicologia* foi uma das linhas que mais vibraram no decorrer de nossa cartografia, seja pelo não conhecimento do(a)s profissionais de Psicologia sobre quais são as atribuições do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP); assim como, a falta de comunicação do último junto aos(as) psicólogo(a)s que estão atuando no sistema penitenciário.

A partir do primeiro ponto, vale colocar que com a Lei n. 5.766 de 20 de dezembro de 1971 foi criado o CFP, que tem como algumas de suas atribuições, definidas no art. 6:

> b) orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo;
> c) expedir as resoluções necessárias ao cumprimento das leis em vigor e das que venham modificar as atribuições e competências dos profissionais de Psicologia;
> e) elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo;
> f) funcionar como tribunal superior de ética profissional;
> g) servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia;

Nesta mesma lei, também, foi criado os CRP, e no art. 9 algumas de suas atribuições:

> b) orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão em sua área de competência;
> c) zelar pela observância do código de ética profissional, impondo sanções pela sua violação;
> d) funcionar como tribunal regional de ética profissional;
> e) sugerir ao Conselho Federal as medidas necessárias à orientação e fiscalização do exercício profissional;

O que pudemos traçar com as entrevistas realizadas foi que estas atribuições do CRP possam estar sendo realizadas, como na fala da Frevo “Já fui em algumas reuniões propostas pelo conselho junto com a SAP para falar sobre o exame criminológico, mas nada que instrumentalizasse a prática, uma coisa mais geral das resoluções.”, nessa fala podemos perceber que houve por parte do CRP orientações junto aos(as) profissionais de Psicologia sobre resoluções e a prática profissional. Soul coloca que seu encontro com o órgão regional foi através da fiscalização, o que é atribuição do mesmo – “O Conselho esteve aqui, porque teve denúncia de maus-tratos.”. Sertaneja, também, colocou que em um determinado momento de sua atuação existiu a orientação por parte do CRP:

> O Conselho de São Paulo acho bastante interessante, tive mais contato na época que teve aquela polêmica, não sei se ficou sabendo, da resolução do CFP 12/11, me envolvi muito com o pessoal do Conselho na época em que

> eles despacharam essa resolução, achei interessante e que eles se posicionaram, o que era algo que sentia falta, deste posicionamento, não que não tivesse, tinha no Código de Ética, mas esse achei que ficou muito claro, contundente essa resolução, esse posicionamento político, da práxis, do trabalho do psicólogo [...].

Nessas falas pode-se perceber que o CFP e CRP a partir de suas atribuições estão em contato com o(a)s profissionais de Psicologia do sistema penitenciário. No entanto, a maior crítica aos sistema de conselhos é a falta de comunicação, interação e respaldo entre o mesmo e aquele(a)s que estão na linha de frente, no "campo de batalha", como colocou Sertaneja:

> [...] o Conselho caiu em uma coisa assim, que foi o ponto que acho que ficou vulnerável, quem respalda o técnico quando ele se nega fazer o criminológico, esse foi o ponto chave que vejo que o Conselho expôs, o Conselho chamou advogado deles, então assim, a ponto da gente nos últimos momentos ouvir deles que infelizmente que se tivesse um despacho do juiz, como teve para alguns técnicos que recusaram a fazer o exame, ia ser mandado expedição de prisão dos técnicos, fácil assim. Porque eles estão se negando a fazer algo pedido pelo soberano, juiz. Isso ficou muito claro que era um ponto vulnerável do Conselho, porque estavam colocando algo e a gente concorda, [...] mas e o que vamos fazer se vier essas ameaças e infelizmente não teve sustentação do Conselho nesse sentido, algo que pra mim ficou muito claro.

A falta de sustentação e respaldo pelo Sistema de Conselhos de Psicologia pode ser apontada como a principal razão para que alguns(algumas) profissionais estejam tendo atuações reducionistas e normatizadoras, através dos exames criminológicos. O CFP lançou diversas cartilhas sobre a atuação de psicólogo(a)s no sistema penitenciário, com uma visão ampliada e problematizadora, no entanto as mesmas, muitas vezes, fogem da realidade que este(a)s profissionais encontram em seu cotidiano, como apontou alguns(algumas) entrevistado(a)s:

> O Conselho não conhece o campo, não entra, não sabe como é realizado o trabalho, então colocar no papel e idealizar é muito fácil, quero ver na atuação. Foi à questão das avaliações, do exame criminológico, proibiram e não pode, mas depois tiveram que voltar atrás. Então, eles acabam colocando no papel sem ter conhecimento da atuação, não é legal, não tem como. (FORRÓ).

> Acho que a referência técnica do profissional é sempre muito importante, tanto pelo conselho, tanto pelos órgãos que este profissional está inserido, mas em alguns momentos ela não se torna condizente com a realidade do profissional. (FREVO).

A forma hierárquica de funcionamento do sistema de conselhos pode atrapalhar o desenvolvimento da profissão, seria mais adequado à transversalidade no trabalho do CFP e CRP, partindo da ideia de comunicação entre os diferentes níveis, uma

construção conjunta entre aquele(a)s que atuam junto ao sistema penitenciário e os responsáveis pelas instituições de ordem da Psicologia (GUATTARI, 1987). Desta forma, poderia ser possível que tivéssemos psicólogo(a)s atuando de forma ampliada, condizendo com suas realidades. Vale apontar, também, que muitas vezes existe a falta de interesse por parte do(a)s próprios profissionais, que acabam se isolando, como veremos a frente.

Com base na ideia de aproximação entre o Sistema de Conselhos de Psicologia e o(a)s profissionais, o *local de trabalho*, que também foi uma das linhas que pudemos mapear nas falas do(a)s entrevistado(a)s, é uma discussão que precisa ser feita entre os mesmos, pois pode-se perceber que os locais são inadequados para o trabalho do(a)s profissionais de Psicologia, como apontado por alguns(algumas):

> Então, lá a gente faz o atendimento em parlatório. Os parlatórios são cinco guichês, [...] então a gente fica de um lado e o preso do outro lado. No momento o guichê que a gente tá atendendo tem uma grade, uma grade maior e uma menor que separa o psicólogo do preso. Só que está havendo um projeto de estruturação dos parlatórios, porque nosso parlatório não tem abafamento acústico nenhum, então se tiver cinco pessoas atendendo de um lado e cinco presos do outro fica muito barulho, às vezes a gente não consegue ouvir o que o nosso paciente está falando e a gente tem que até encerrar o atendimento. (FREVO).

> Os "parlatórios" não são tão adequados se formos ver "ao pé da letra". É meio adaptado, por exemplo, a aplicação de testes não é aquela "coisa" tranquila, é razoável. É um vidro, antigamente com telefone, até que começaram a roubar as fiações, e acabou tendo que tirar, e tivemos que refazer. Agora é um pedaço de vidro e um pedaço de uma tela que dá para ouvir, em oito guichês. Todos são atendidos ali, advogados de fora, pessoal da justiça que às vezes vem pegar depoimento, nós psicólogos, assistentes sociais. (RAP).

Pode-se perceber nas entrevistas que os principais locais de atendimento do(a)s profissionais de Psicologia são os parlatórios, os quais são utilizados não somente por psicólogo(a)s, mas também por advogado(a)s, assistentes sociais, promotore(a)s, oficiais de justiça, e outro(a)s funcionário(a)s da penitenciária. Com isso rompe-se, muitas vezes, qualquer forma de sigilo profissional, o qual é um dos princípios fundamentais do Código de Ética do(a) Psicólogo(a), podendo muitas vezes constranger a pessoas que está sendo atendida (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). No entanto, como nas falas do(a)s profissionais, procura-se uma escapatória, como por exemplo, encerrar o atendimento e procurar atender em alguma sala que possa estar disponível. Assim, mapeia-se que este(a)s reconhecem que tal locais não são adequados, mas não conseguem ou acabam por não pensar e/ou querer outro local, pois muitas

vezes sentem-se protegidos. Por outro lado, pudemos mapear que em algumas unidades os locais para atendimentos foram mais bem adequados para a prática da Psicologia:

> [...] exame criminológico de casos psiquiátricos a gente atende em um lugar, outros a gente atende em uma sala igual essa aqui, mesa o preso de um lado algemado e eu do outro lado, mas só eu e ele, não tem agente de segurança. Uma sala que é totalmente sigiloso o atendimento, o parlatório não é sigiloso, porque tem os outros parlatórios, é muito transito de agentes, então fica um pouco mais complicado e a enfermaria que a gente atende quando acontece alguns casos de surtos psiquiátricos. (SERTANEJA).
>
> Você está em um deles, essa é uma sala, na verdade era uma sala mais ampla e foi dividida e formaram duas. Uma sala muito simples, uma mesa, duas cadeiras, eventualmente, muito raramente tem atendimentos em grupos, por exemplo, a maioria dos atendimentos são individuais [...]. (POP).
>
> Aqui temos uma enfermaria com consultório de dentista, consultório médico que é utilizado pelo psicólogo, sala de enfermagem para curativos e outra de atendimento. Antigamente esse espaço nem existia [...]. (REGGAE).
>
> Aqui é uma sala simples, com uma mesa e duas cadeiras. Os atendimentos são feitos com a sala aberta, mas os sentenciados não são acompanhados pelos agentes. (SAMBA).
>
> É um local onde todo profissionais atendem, ao mesmo tempo em que você está atendendo, tem o assistente social atendendo, tem o advogado, outros tipos de profissionais. Então não fica uma entrevista sigilosa, ou um atendimento sigiloso, ou um local adequado para uma avaliação por exemplo. (ROCK AND ROLL).

Como pode-se perceber o(a)s profissionais precisaram encontrar formas para que pudessem fazer os atendimentos de uma forma mais adequada, no entanto não muito sigilosa, como no caso do Samba, no qual precisa atender com a porta aberta. Pudemos mapear nas falas da Sertaneja e Reggae que não existem salas específicas para os atendimentos da Psicologia, acabam por utilizar outras que competem e são para profissionais de outras áreas. O mesmo acontecia conosco quando fazíamos estágios em uma penitenciária, os parlatórios eram para atendimentos da Psicologia e quando necessário realizar uma conversa "mais sigilosa" tínhamos que pedir para atender na sala do diretor geral ou do diretor de segurança e disciplina, as quais também eram disputadas por funcionário(a)s do administrativo.

Acreditamos que seja necessário que o(a)s psicólogo(a)s se mobilizem para que tenham locais mais adequados para a prática da Psicologia, assim tendo ambientes nos quais possam haver sigilo nos atendimentos, salas com ventilação e iluminação adequadas, pois como colocou Sertaneja - "A gente pleiteou e conseguiu a sala, a sala não tem um ventilador, não tem iluminação e ventilação adequada, aqui quando faz calor, no verão é muito quente, a gente fica lá e parece uma sauna para mim e para o

preso, fica complicado", é necessário que o(a)s psicólogo(a)s tenham locais de trabalho adequados, para que possam fazer atendimentos individuais e em grupos, algo inexistente em diversas unidades, como apontou Pop:

> [...] o problema que a gente vem pedido salas maiores, eram maiores, mas como só havia duas salas, então você não conseguia atender em grupo porque tinha uma demanda de atendimentos individuais para as avaliações, então não sobrava espaço, agora aumentamos espaços, mas diminuímos as salas, então continuamos com um problema de não ter espaço para atendimento em grupo, até porque não é a prioridade.

Como é possível mapear na fala citada, os atendimentos em grupos não são prioridades, atendimentos que não sejam para realização de perícia não são dados como essenciais, limitando muitas vezes a prática do profissional de Psicologia. Os atendimentos em grupos em instituições como as penitenciárias podem ser uma forma de humanização e de olhar para as pessoas que estão presas além de seus delitos, romper com a identidade de "preso(a)s", pensando a teoria *Queer* dentro das penitenciárias, seria um olhar que rompesse com ideia de que essas pessoas que estão presas sejam só isso, ou que se tenha que trabalhar com elas somente sobre ressocialização, ou pensar nos seus delitos (PENEDO, 2008; SALIH, 2012), como são feitos grande parte dos grupos nas penitenciárias:

> Fazemos os grupos para saídas temporárias, grupos preparatórios para saídas temporárias. Aqui é regime fechado, mas temos cerca de 150 presos de regime semiaberto aguardando vaga, por isso a gente tem a saída temporária e fazemos esses grupos de orientação [...]. (SAMBA).

> Existem os projetos que são temporários (quatro ou seis encontros), grupo restrito e diferenciado, depende do projeto. Grupo que tem semiaberto ganho, projeto voltado para saúde (AIDS, drogas, mais informativo), mas são eventuais. Quem participa são presos com bom comportamento e que tenham interesse, cada grupo tem de dez a quinze presos. (BAIÃO).

> Aqui no caso é o projeto perspectiva, o projeto de intervenção de drogas e o grupo de apoio vida nova. Este último é um grupo de apoio, é um grupo de autoajuda, para a pessoa ficar em abstinência, depois que passa pelo programa antidrogas, que o programa de combate às drogas. (ROCK AND ROLL).

Mapeia-se que os grupos, muitas vezes, realizados pelo(a)s psicólogo(a)s só servem para esclarecer dúvidas e passar informações para quem conseguiu a progressão de regime, e como apontado por Baião, para pessoas que estão presas que tenham bom comportamento, ou seja, que se enquadrem nas normas da unidade penitenciária, assim como acontece em toda sociedade, quem foge das normatizações, do que é esperado é menosprezado e tem seus direitos violados (FOUCAULT, 1988; RUBIN, 1989).

Gayle Rubin (1989) parte da ideia de que o cristianismo focou suas ações de controle, regulações biopolíticas, nos comportamentos sexuais, sendo estes como base para considerar uma pessoa boa ou má, correta ou desviante, ou seja, a sexualidade tornou-se base para julgamentos morais e jurídicos, já que alguns momentos históricos nos Estados Unidos e Europa algumas práticas sexuais eram passíveis de condenações, como exemplo, o sexo anal poderia levar a execução. Atualmente em grande parte dos países tal comportamento não é mais julgado judicialmente, mas moralmente, já que essa é menosprezada, ridicularizada e considerada muitas vezes como pecado, bem como, temos com uma das expressões de baixo calão no Brasil "vai tomar no cu!", assim considera-se que tomar no cu, sexo anal como algo ruim, que se deseja somente a quem se quer mal. Seguindo essa ideia, Rubin (1989, p. 136, tradução nossa) colocou que nas sociedades ocidentais os atos sexuais eram/são hierarquizados, criando-se uma "pirâmide erótica", assim:

> Heterossexuais maritais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Clamando um pouco abaixo se encontram heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais. O sexo solitário flutua ambiguamente. O estigma poderoso do século XIX sobre a masturbação hesita de formas menos potentes e modificadas, tal qual a ideia de que a masturbação é uma substituta inferior aos encontros em par. Casais lésbicos e gays estáveis, de longa duração, estão no limite da respeitabilidade, mas homossexuais e lésbicas promíscuos estão pairando um pouco acima do limite daqueles grupos que estão na base da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais.

Dessa forma pode-se perceber que práticas sexuais consideradas "normais" são as mais valorizadas dentro de algumas sociedades, até hoje se pode utilizar essa versão da pirâmide erótica de Rubin (1989), pois a mesma continua atual no pensamento de grande parte das pessoas, que se recusam a repensar tal formulação, muito porque a mesma traz benefícios para quem está no topo (casais heterossexuais), que são tidos como respeitáveis, tem seus direitos respeitados, benefícios legalizados e apoio social. Tal hierarquia serve somente para desqualificar os discursos daquele(a)s que vão contra as normativas dadas como prontas, como no caso de homossexuais, lésbicas, travestis, trans, putas e outro(a)s.

Pode-se dizer que dentro das penitenciárias existe a pirâmide carcerária, a qual representa hierarquia dentre as pessoas que estão presas, servindo como base para julgamentos por parte de psicólogo(a)s, assistentes sociais, diretore(a)s e outro(a)s

funcionário(a)s. Nesta está no topo aquelas pessoas que estão presas e tem bom comportamento, conhecidas do(a)s ASP's, e que tenham cometido delitos "leves" (roubo, assalto, tráfico, agressões contra mulheres – esse último colocamos como "leve" devido assim, ainda, ser entendido por grande parte da população que ainda autoriza as violências de gêneros, principalmente por parte do homem contra a mulher, autorizando o primeiro a cometer tais atos, especialmente, quando o mesmo é em nome da "honra"), essa hierarquia e posições variam então conforme o delito, idade, tempo de cárcere, a cidade que mora, se tem família e ligação com facções criminosas. Pode-se colocar que no fim dessa pirâmide estão pessoas que estão presas e tenham algum diagnóstico de "doença mental" (esquizofrenia, psicopatia, entre outros) e aquelas consideradas líderes de facções, essas últimas vivem isoladas, como colocou Soul:

> [...] o Estado manda para cá os lideres das facções, do PCC, então a questão do poder econômico, do poder de mando, poder de liderança eles mandam tudo para cá [...]. Aqui é segurança máxima, é um sistema que não consta, não é legalizado, é um sistema que poderíamos dizer que está acima do sistema máximo, porque aqui preso não circula, vários presos em uma galeria juntos, se está atendendo um preso outro não pode ser atendido, porque são pessoas extremamente perigosas.

Então existe no sistema penitenciário paulista, pode-se dizer no Brasil, essa divisão bem delineada da pirâmide carcerária, as pessoas que estão presas tidas como perigosas são colocadas em uma determinada unidade de segurança máxima, na qual a vigilância é ainda maior, e as outras, "presos comuns" (como são denominadas pessoas que estão presas que não são colocadas como "extremamente perigosas") em unidades normais (que são de segurança máxima, mas que não são vistas dessa maneira, pois não existe o isolamento das pessoas como nas outras). Nessas últimas unidades, muitas pessoas que estão presas trabalham realizando tarefas de manutenção da penitenciária, existem aquelas que trabalham dentro dos pavilhões, ajudando na organização (limpeza, distribuição das refeições e outras tarefas) e as que têm "melhor comportamento" ajudam na manutenção da área administrativa (limpeza, jardinagem e no refeitório). Assim como na pirâmide erótica, de Rubin (1989), estar no topo dá privilégios sociais, quem está na ponta da pirâmide carcerária, também, tem privilégios, são mais bem aceitas, podendo participar dos grupos realizados por psicólogo(a)s.

Dessa forma, estar no lugar mais alto da hierarquia carcerária dá a pessoa que está presa à oportunidade de ter mais "liberdade" dentro das penitenciárias, tem certos privilégios (como exemplo, sair dos pavilhões e ficar na parte administrativa, com isso tendo mais contato com funcionário(a)s, o que pode gerar uma maior sensibilização na

hora da tomada de uma decisão, ou no aceleramento de algum processo) e ganhos com o pertencimento a tal grupo, assim estar dentro das normas, seguir o que é mandado, tornar-se dócil e útil gera benefícios às pessoas que estão presas, e aos que não tem tais comportamentos à passagem pelo cárcere pode tornar-se mais dificultosa.

Pensando dessa forma vale pensarmos em outra associação com a "pirâmide sexual", na qual Rubin (1989) coloca que casais de homossexuais e lésbicas estáveis estão acima de pessoas homossexuais e lésbicas promíscuas, pois os primeiros estão mais próximos ao que é considerado normal, casais heterossexuais. Dentro da pirâmide carcerária pessoas que estão presas e tem contato com a família são mais valorizados do que aquelas que perderam tal vínculo, pois são consideradas mais "ressocializáveis", teriam este apoio, estariam menos perdidos, como é pensado de casais homossexuais e lésbicos.

Assim a pirâmide carcerária pode refletir e ser uma das variáveis mais importantes dentro das vidas nas penitenciárias, assim como nas atuações do(a)s psicólogo(a)s, pois ao realizar uma avaliação psicológica essa hierarquia, jogos de poderes, normatizações são levadas em considerações pelo(a)s profissionais de Psicologia. A pessoa que está presa e tem uma melhor adaptação ao regime penitenciário será "melhor visto", sensibilizará de alguma forma o(a) avaliador(a), já aquela que está lá embaixo (diagnosticados como psicopatas, esquizofrênicos, pessoas que estão no comando de organizações criminais, e outras) muitas vezes irá ser enquadrada "na casinha do" que não tem mais jeito, sem recuperação.

Então o que ocorre, muitas vezes, é o enquadramento das pessoas que estão presas no estereótipo de perigosas, possíveis riscos a vida, como apontam alguns e algumas profissionais:

> Eu não concordo muito com a sala, pois eu acho que a gente trabalha em um regime fechado e acho que a gente não pode desconsiderar o risco que envolve o profissional com essa população, então o parlatório é um lugar seguro par ao profissional [...]. (FREVO).
>
> Penso que dependendo das características da unidade prisional é necessário que se tenha o parlatório como uma proteção para o profissional, porque depois que tem experiência e sabe das condições de segurança e da periculosidade das pessoas, não dá para achar, fantasiar que nunca vai acontecer nada com o profissional [...]. (ROCK AND ROLL).
>
> [...] essa é uma questão bem discutida, porque um local onde existe uma grade não é adequado para ninguém, para nosso trabalho não, porém tem que ser assim na instituição, não tem como ser diferente. Como seu trabalho diz mesmo, você está levando para o lado que valoriza mais a segurança do que a própria reintegração, a gente tenta conciliar, lógico que essa placa que separa

> da interferência, mas precisamos pensar na segurança da gente. Não estamos lidando com, são pessoas em um contexto diferenciado [...]. (FUNK).
>
> Em relação a esse presídio não tem como ser diferente, por conta da população que temos, mas por outro lado assim não conseguiremos nenhum resultado. Acima de ser um psicólogo sou uma pessoa, tenho meus medos, mais em relação a meus filhos, porque já tive ameaças de sequestro. Mas em outros presídios, por exemplo, quando estava na P1 não tinha aquelas grades, os presos não eram algemados, porque quando você algema uma pessoa só demonstra que não confia nela. (SOUL).

Nota-se que existe a ideia do sujeito perigoso, da periculosidade de algumas pessoas, ideia criada por Garófalo no século XIX, na qual algumas pessoas teriam o mal em seu ser e por isso deveriam ser eliminadas. Foucault (2006) aponta que na sociedade burguesa houve a apropriação do "sujeito perigoso", o qual deveria ser retirado da sociedade, sendo trancafiado. Ideias que ainda se apresentam para algumas pessoas, em especial para profissionais de Psicologia que atuam no sistema penitenciário, como mapeado, essas pessoas acreditam estar lidando com pessoas que "perigosas", sem moral e escrúpulos, por isso compram a ideia das instituições de ordem que a principal preocupação deve ser a segurança das pessoas que estão ligadas ao sistema penitenciário (neste caso funcionário(a)s) e da população, não deixando que pessoas que estão presas escapem. Então as penitenciárias tem que manter sua principal função, manter o(a)s sujeito(a)s preso(a)s e ir liberando aos poucos alguns e algumas, para que não se tenha uma maior superlotação (BATISTA, 2003; ELBERT, 1998; FOUCAULT, 2002, 2004, 2006; KOLKER, 2004; MOLINA; GOMES, 2000).

Assim a Psicologia quando utilizada somente para a realização de avaliações, estas de forma reducionistas e estigmatizantes, se alia ao exercício higienista e regulatório que não considera questões sociais, políticas e culturais, jogando a favor das biopolíticas do Estado Neoliberal que exclui e mata as dissidências, tornando-se mais uma das armas para retirar de circulação pessoas consideradas indesejáveis, que são vistas somente como mãos de obras a serem exploradas. Dessa forma ao invés de produzir e potencializar vidas, psicólogo(a)s do sistema penitenciária acabam por serem mais um(a) juiz(a) que condena a pessoa a permanecer presa, excluída e afastada da sociedade.

No entanto, não se pode negar as ameaças que o(a)s profissionais de Psicologia que atuam no sistema penitenciário podem sofrer, principalmente ao atuarem como "perito(a)s", sendo muitas vezes considerado(a)s responsáveis pela concessão, ou não,

de um benefício. Como se manifestou Soul, quando perguntado sobre realizar exames criminológicos de pessoas que estão presas e são conhecidas através da "mass media":

> Eu recusei porque o risco é muito grande, para minha família, porque existem ameaças e muitas vezes são verdadeiras, quando assassinaram o juiz de [...], foi nessa época que ameaçaram meus filhos, os filhos do coordenador e ninguém acreditava, mas foram lá mataram o juiz, e os presos que mataram ele estão aqui, é uma realidade e não me sinto a vontade para atender.

Essa realidade de pressão por parte das pessoas que estão presas ou de facções é algo que ocorre com mais frequência aos(as) ASP, pois estes lidam diariamente com essas pessoas, e acabam assim sofrendo com pressões internas e externas, desde tentativas de suborno até chantagens e ameaças, como é relatado por Figueiró (2015) em sua tese de doutorado sobre o trabalho de agentes penitenciários. Como apontado por Soul alguns psicólogos e algumas psicólogas podem sofrer tais ameaças, também, devido, como apontamos acima a realização de exames criminológicos. No entanto entre as outras pessoas entrevistadas nenhuma relatou ter sofrido alguma forma de ameaça por parte de pessoas que estão presas ou facções, por outro lado sofreram ameaças do poder judiciário, o que trataremos mais a frente.

Vale ressaltar, como apontado por Rock and Roll, pode haver grupos psicológicos que pensem além do delito e da progressão de regime, como são os grupos de apoio para quem quer parar de usar drogas, tal grupo pode ser uma forma de potencializar tais pessoas, e terem uma visão além das drogas, no entanto não se pode cair na armadilha de moralização, de acreditar que o uso de algum tipo de droga que levou a pessoa para o mau caminho, o que traria novamente a questão da normatização do comportamento, da transformação das pessoas em úteis (FOUCAULT, 1988). Como apontou Reishoffer (2015, p. 96) "Assim como era preciso investir na produção de alguma diferença possível naquele espaço e não no reencontro de formas identitárias e positivistas-moralizantes de se transformar um bandido em um 'cidadão de bem'.".

A utilização de grupos pode servir como estratégia de resistência do(a)s psicólogo(a)s penitenciário(a)s frente à tentativa de redução, por parte do Estado, juíze(a)s e administração, de suas atuações a realização de exames criminológicos. Os grupos muitas vezes não são permitidos em penitenciárias, devido poderem se tornar geradores de problemas na visão de diretore(a)s e ASP (ROSSOTTI, BICALHO, 2012; REISHOFFER, 2015). Outro problema é o espaço físico para a realização das atividades psicológicas, como colocaram alguns entrevistados e algumas entrevistadas:

> Foi feita uma sala específica para fazermos grupos, mas o pessoal da disciplina pegou o local, e ficamos sem. É difícil, temos que solicitar por que eles trancam. Como te disse antes, a primeira coisa daqui é a disciplina. (RAP).
>
> Tinha muita expectativa de fazer um trabalho diferenciado, mas é frustrante, porque a demanda é outra. Ter que atender solicitação judicial, não sobrando tempo para trabalhar outros projetos (grupo com temáticas voltadas para o interesse deles). (BAIÃO).
>
> Por exemplo, as unidades, principalmente as compactas, elas não tem espaço físico para fazer trabalho de grupo, não tem funcionário suficiente para escoltar, acompanhar esses presos. Então, hoje o problema maior que a gente tem é o espaço físico e o número de funcionários que é reduzido, porque a gente tenta propor alguma coisa, mas nunca é aceito, com a legação desses fatores, infelizmente são fatores que existem, que a gente não consegue contestar, é realmente isso, vai fazer grupo onde? Não tem espaço, não tem trabalhador para acompanhar esse preso. Então acho que isso é uma das primeiras coisas que precisaria ser mudada. (FREVO).
>
> [...] então você não conseguia atender em grupo porque tinha uma demanda de atendimentos individuais para as avaliações, então não sobrava espaço, agora aumentamos espaços, mas diminuímos as salas, então continuamos com um problema de não ter espaço para atendimento em grupo, até porque não é a prioridade. (POP).

Como se pode mapear, em grande parte das unidades penitenciárias do estado de São Paulo falta estrutura adequada para que possam ser realizados trabalhos diferenciados, como grupos, o que é bem apontado por Pop, essa não é a prioridade do sistema. Outra barreira é a falta de tempo para que se realizem os mesmos, muitas unidades estão com poucos profissionais de Psicologia, o que acaba por sobrecarregar, os que lá estão, com exames criminológicos, não sobrando tempo para outras atividades.

No entanto, algumas linhas de fugas vão sendo traçadas, como o "Projeto Perspectiva"[49], que foi apontado por Rock and Roll, o mesmo é realizado em unidade penitenciária do interior do estado de São Paulo desde 2008, idealizado pelo diretor substituto do Centro de Trabalho e Educação da unidade. O mesmo tem como objetivo a reflexão, comunicação e discussão de diversos temas - família, trabalho em grupo, companheirismo, preconceitos, autoestima, entre outros – que são do quotidiano das pessoas que estão presas, o mesmo é acompanhado pelo idealizador, por uma assistente social e psicóloga. Com esse objetivo o grupo pode tornar-se dispositivo para que se problematizem as realidades existentes entre as pessoas participantes, os processos de criminalização pelo que passam e de subjetivação. Porque estar em grupo é perceber

[49] Dados disponíveis em: http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/noticia.php?noticia=397; http://www.reintegracaosocial.sp.gov.br/noticia.php?noticia=282 – acessado em 21/10/2015.

outras verdades, quebrar o que é dado, como colocaram Rossotti e Bicalho (2012, p. 102) sobre a construção de um grupo em uma delegacia de polícia:

> Escolher o grupo como dispositivo tateante era acreditar que o coletivo era mais que a soma das individualidades da sala, era uma grande potência de análise das maneiras de ver, estar e viver esse mundo. Estar em grupo era uma tática para a produção de acontecimentos, para visibilização de rupturas nos discursos cristalizados, estranhamentos do que está dado.

Talvez essa seja a estratégia que os psicólogos e as psicólogas podem utilizar para saírem do mero lugar de perito em que são colocado(a)s. A realização de grupos, de prática mais problematizadoras da realidade e potencializadoras das pessoas que estão presas, pode tornar-se linhas de fugas para que o(a) profissional saía, também, da passividade que muito(a)s se encontram e se deixam estar, para isso é necessário desejo de estar neste lugar de luta, como foi apontado por Baião, em citação acima. Assim, a Psicologia poderá tornar-se linha de fuga e resistência dentro das instituições de ordem, sendo mais do lhe é ordenado e imposto, criando rupturas, novos possíveis para a própria profissão e para todas as pessoas envolvidas dentro desse sistema (DELEUZE, 2010; DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Também pode-se perceber nas falas do(a)s profissionais de Psicologia que atuam no sistema penitenciário é a falta de estrutura física para que possam realizar atendimentos com mais sigilo e fazer grupos terapêuticos, pois tais demandas não são prioridades nessas instituições de ordem. Como já apontado por Frevo o(a)s psicólogo(a)s precisam pedir várias vezes para que possam ter seu pedido atendido, se aliando com outros setores. O que nos remete a outra linha traçada ao longo das entrevistas, a da *psicologia individualista*, pode-se notar nos discursos que não existe uma rede de contato e apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam em penitenciárias, como apontam alguns entrevistados e algumas entrevistadas quando perguntadas sobre rede de apoio entre o(a)s profissionais de Psicologia:

> Na minha realidade, atualmente não. (MARACATU).
>
> Que eu conheço não. (FORRÓ).
>
> Não, às vezes a gente se conhece nos encontros, nos eventos e cursos. Mas que há um grupo não. Que eu tenha conhecimento. (SAMBA).
>
> Existia uma rede antes, parece que acabou, a gente trocava muitas informações, hoje o que tem no facebook é uma rede/grupo que tem da reintegração para técnicos, só que funciona para informes sobre cursos, isso é interessante porque a gente não se perde nas informações, porque muitas vezes não chega pra gente aqui alguns cursos que a SAP oferecia, a gente

> deixou de fazer muitos cursos porque não chegaram até a gente. (SERTANEJA).
>
> Não. É muito individual. (RAP).
>
> Não, existe, participo de um grupo por e-mail que mais parece o muro das lamentações do que outra coisa, como o serviço está muito deteriorado, não só aqui, mas em todo estado, salário muito baixos, congelados há muito anos, as pessoas a beira da aposentadoria, então muitos sem perspectiva. Então não tem rede de apoio, as pessoas estão muito sem apoio, o que percebo dos e-mails que recebo é que as pessoas estão adoecendo. (POP).
>
> A gente acaba se encontrando nesses cursos promovidos pela regional ou promovidos pela SAP em São Paulo, a gente acaba se encontrando nesses, mas falar que existe uma rede para discussão, não. (FUNK).
>
> Tinha muitas relações de contatos, era enorme, nós mensalmente estávamos em encontros e reunião, então todo mundo se conhecia, mas fazem uns quatro anos que o Estado cortou verba para isso, então não temos mais contato [...]. (SOUL).
>
> Quando tinham as reuniões em São Paulo, muitos profissionais se "juntavam" e "tocavam". (REGGAE).

Percebe-se nas falas a inexistência, quase, de troca de contatos, informações, alegrias, ansiedades, desejos e preocupações entre o(a)s profissionais de Psicologia. Cada pessoa atua de forma isolada em sua unidade, tendo contato apenas com aquelas pessoas que atuam na mesma instituição, não ficando sabendo o que ocorre de interessante em outras unidades, projetos que podem estar dando certos e poderiam ser implementados, conquistas de outro(a)s profissionais que poderiam servir de base para organizar um pedido junto à direção geral, como exemplo, as salas individuais conquistadas na unidade que Pop trabalha – "[...] essa é uma sala, na verdade era uma sala mais ampla e foi dividida e formaram duas. Uma sala muito simples, uma mesa, duas cadeiras [...]" – nessas pode-se existir um atendimento mais humano e sigiloso, ao contrário dos parlatórios encontrados em muitas unidades. Bandeira (2005) apontou que a entrada do(a)s psicólogo(a)s no sistema penitenciário foi ocorrendo em diferentes épocas e com diferentes atuações devido à administração de cada estado, o que percebe-se nos relatos é que a atuação destes e destas profissionais nessas instituições de ordem variam, devido à organização de cada, e também por essa falta de contato entre o(a)s psicólogo(a)s. Mostra uma descrença total no coletivo, na força política da organização, mantendo posição individualista, narcisista e arrogante do lugar do suposto saber que não existe, cria e sustenta dispositivos da subalternidade.

A falta de relações entre o(a)s profissionais de Psicologia que atuam no sistema penitenciário acaba por enfraquecer a profissão dentro dessas instituições, pois não

existe um trabalho em conjunto pedindo melhoras nas condições de trabalho, reinvindicações por parte de uma categoria que conhece seus direitos e deveres, o que existe são ações isoladas em algumas unidades, nas quais o(a)s psicólogo(a)s tem interesse em ter uma atuação mais ampliada.

Uma das formas de que o(a)s psicólogo(a)s podem realizar reinvindicações e serem ouvido(a)s é através do Grupo de Trabalho Sistema Prisional, que é filiado ao CRP 06 – São Paulo e ao Projeto Integrador Interfaces com a Justiça. Este grupo foi criado em 2005 com o objetivo de implementar ações relativas à parceria entre o CFP e o DEPEN, o grupo tem como alguns objetivos atuais levantar questões sobre o Sistema Prisional e levar para plenárias junto ao CRP/SP e realizar debates sobre problematizações das atuações do(a)s psicólogo(a)s junto ao sistema prisional[50]. Esse grupo seria uma forma de o(a)s profissionais de Psicologia serem ouvido(a)s pelo Sistema de Conselhos, gerando novas ações do CRP/SP e CFP frente a uma área que tem muito a caminhar ainda, no entanto tal equipamento ainda é pouco conhecido ou desconhecido por parte do(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema penitenciário.

Em relação à falta de estrutura física das penitenciárias paulistas, para que se tenha atendimentos de qualidade, sigilosos e em grupos, uma das alternativas, é a reinvindicação junto aos CRP para que se tenha um diálogo junto a SAP para que se possa existir uma reestruturação das penitenciárias paulistas, para se adequarem ao que é necessário para atuação mais ética e compromissada do(a)s psicólogo(a)s penitenciário(a)s; outra forma seria reinvindicações por parte dessas pessoas, se aliando como uma categoria que tem demandas urgentes dentro do sistema penitenciário, deixando de se isolarem em suas unidades e em seus problemas individuais, procurando uma melhor estruturação para a prática da Psicologia em todas as unidades, tais problematizações, também, poderiam ser levantadas pelo Sindicato do(a)s Psicólogo(a)s de São Paulo[51], que é uma organização de base estadual que representa os interesses da categoria como salários e condições adequadas de trabalho. No entanto tal sindicato muitas vezes é esquecido ou desconhecido por parte do(a)s profissionais de Psicologia, o mesmo poderia ajudar a criar força nas reinvindicações destes e destas profissionais.

Mapeamos, assim, que essas linhas – *local de trabalho; Psicologia individualista e Sistema de Conselhos de Psicologia* – acabam por levar ou são levadas

[50] Informações obtidas através do acesso ao site do CRP/SP. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/sistemaprisional/acoes.aspx - acessado em 07/10/2015.
[51] Disponível em: http://www.sinpsi.org/sobre.php - acessado em 07/10/2015.

pela falta de diálogo entre os profissionais e as profissionais de Psicologia que atuam no sistema penitenciário, entre os mesmos e as mesmas e o Sistema de Conselhos de Psicologia. Tais descasos, despreocupações, desengajamentos acabam por levar a prática de uma profissão restrita a práticas biopolíticas que somente serve para perícias, como iremos abordar a seguir.

Os exames criminológicos são uma das linhas mais problematizadas dentro da Psicologia Penitenciária, prática duramente criticada por diverso(a)s estudioso(a)s da área, como Arantes (2004), Rauter (1989, 2003, 2007), Rassotti, Bicalho (2012), Rovinski (2009), Bandeira (2005), entre outro(a)s. Tal procedimento já foi alvo de análise e de discussões entre o *Sistema Conselhos de Psicologia* e o(a)s profissionais de Psicologia. Primeiramente vale apontar que, na forma original, a LEP indicava três formas de avaliações possíveis sobre as pessoas que estavam presas, o exame criminológico de entrada, que serviria para individualização da pena; avaliação durante o cumprimento da pena da pessoa que estava presa, com objetivo para mudança de regime (aberto, semiaberto) ou livramento condicional; e por último, parecer para a CTC (abordada no capítulo denominado 'Psicologia Penitenciária'). Com a reformulação da LEP em 2003, pela Lei n. 10.792, a segunda forma de avaliação foi retirada, ou seja, os exames criminológicos visando subsidiar a decisão de juíze(a)s em relação ao progressão de regime ou livramento condicional foram retirados (BRASIL, 1984). No entanto, em 2006, o Superior Tribunal Federal (STF) colocou, após um pedido de *habeas corpus* (HC 88.052/DF, Rel. Min. Celso de Mello, DJ de 28/04/06), que o(a)s magistrado(a)s não estavam impedidos de determinar a realização de exames criminológicos quando entendessem a necessidade dos mesmos, com justificativas adequadas, criando-se assim jurisprudência para que outro(a)s juíze(a)s voltassem a pedir tais exames (CARDOZO, 2010).

Em 29 de junho de 2010 o CFP, com base na Lei n. 10.792/2003 (que alterou a LEP), colocou em vigor a Resolução 009[52], a qual "Regulamenta a atuação do(a) psicólogo(a) no sistema prisional". Tal resolução surgiu após inúmeros debates em eventos realizados pelo *Sistema Conselhos de Psicologia*, nos Congressos Nacionais de Psicologia (CNP) de 2004, 2007 e 2010, no Seminário Nacional de Psicólogos do Sistema Prisional, realizado em Brasília no ano de 2005 (pelo CFP e DEPEN) e no II

[52] Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_009-10.aspx - Acessado em 10/10/2015.

Seminário Nacional em 2008, que aconteceu no Rio de Janeiro entre os dias 12 e 14 de novembro, quando foi criada a Moção contra o exame criminológico:

> Assim, manifestamos nosso repúdio à manutenção do exame criminológico para concessão dos benefícios legais [...], considerando que o exame criminológico tem se constituído em uma prática não só burocrática, mas, sobretudo estigmatizante, classificatória e violadora dos direitos humanos. Além disso, sua realização se dá em condições objetivas que se caracterizam pela violação do Código de Ética dos profissionais envolvidos. Seu uso reifica discursos que sustentam a compreensão do conflito a partir de uma suposta natureza perigosa amparada em traços pessoalizados e não a partir de uma relação dialética entre indivíduo e produções sócio-históricas. A prática do exame criminológico tem reduzido às possibilidades de atuação dos profissionais que atuam na área das assistências previstas nas legislações brasileiras referentes à população carcerária, ferindo em muitas ocasiões os direitos humanos e impedindo tais profissionais de atender às reais necessidades das pessoas presas na perspectiva de sua reintegração social.[53]

Assim, apoiado por diversos grupos, conselhos e profissionais da Psicologia, o CFP criou a Resolução 009/2010. A mesma gerou muitos debates entre o(a)s psicólogo(a)s que atuavam no sistema penitenciário, principalmente o art. 4:

> Em relação à elaboração de documentos escritos:
> a) Conforme indicado nos Art. 6º e 112º da Lei n° 10.792/2003 (que alterou a Lei n° 7.210/1984), é vedado ao psicólogo que atua nos estabelecimentos prisionais realizar exame criminológico e participar de ações e/ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar, bem como documento escrito oriundo da avaliação psicológica com fins de subsidiar decisão judicial durante a execução da pena do sentenciado;
> b) O psicólogo, respaldado pela Lei n° 10792/2003, em sua atividade no sistema prisional somente deverá realizar atividades avaliativas com vistas à individualização da pena quando do ingresso do apenado no sistema prisional. Quando houver determinação judicial, o psicólogo deve explicitar os limites éticos de sua atuação ao juízo e poderá elaborar uma declaração conforme o Parágrafo Único.
> Parágrafo Único. A declaração é um documento objetivo, informativo e resumido, com foco na análise contextual da situação vivenciada pelo sujeito na instituição e nos projetos terapêuticos por ele experienciados durante a execução da pena.

Tal resolução e sua aplicação geraram divergências entre o(a)s psicólogo(a)s, administrações das penitenciárias e o poder público, o que levou o(a)s primeiro(a)s a serem ameaçado(a)s por desacato/desrespeito a "ordem judicial", ou seja, negarem-se a ser ferramentas de uma instituição de preservação da ordem poderia gerar problemas para o(a)s mesmo(a)s, como apontam Rap e Baião quando perguntado(a)s sobre represálias por fazerem, ou não, os exames criminológicos – "Eu não, mas uma amiga aqui já, do juiz ter questionado, feito uma ameaça velada, e coisas assim."; "Na época da resolução 009/2010 sim, ficava sobre dois olhares, do CFP e do Juiz." – tais ameaças

[53] Disponível em: http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=4746 – acessado em 10/10/2015.

foram sofridas por psicólogo(a)s de todo o Brasil (RAUTER, 2007; REISHOFFER, 2015).

Vale apontar, como já discutimos nessa dissertação, que a entrada da Psicologia e Psiquiatria no sistema de justiça ocorreu quando o sistema prisional começou a ser pensado de forma mais humana, com isso não deveria servir como uma retribuição ao ato delituoso, como era pensado na época dos suplícios e do soberano, as penas seriam formas de reeducar aquela pessoa que havia infringido a norma social, desta forma, sairia das prisões e seria reinserida a vida em sociedade. Como é notório, o sistema penitenciário, em principal o regime fechado, não está preparado para realizar tal objetivo, servindo somente para "sequestrar" certas pessoas (em especial pobres, negras e jovens) e deixa-las trancafiadas por um determinado tempo. No entanto, segundo a LEP, após completar um sexto da pena as pessoas que estão presas podem pleitear a progressão de regime, o(a)s juíze(a)s sem argumentos para negar tal pedido (devido às condições reais do nosso sistema penitenciário, sua precariedade e superlotação), muitas vezes, necessita do saber/"verdade" da Psicologia para subsidiar sua decisão de negar, ou não, o pleito. Os exames criminológicos realizados por psicólogo(a)s servem como muleta para juíze(a)s, que pouco problematizam o porquê dessa necessidade (ARANTES, 2004; FOUCAULT, 1987, 2002; RAUTER, 2007) .

Pudemos traçar nos discursos das pessoas entrevistadas, que a Resolução 009/2010 não foi bem aceita por alguns psicólogos e algumas psicólogas do sistema penitenciário paulista:

> Acredito que nosso pensamento a gente vai elaborando a partir de como a gente estuda, no que a gente troca com outros profissionais e na época que saiu essa resolução eu era estagiária, então conversei com meu supervisor e lembro que ele disse o seguinte "se a gente for fazer um exame para ter habilitação à gente não precisa fazer avaliação psicológica? Qual o problema de se ter uma avaliação psicológica para progredir de pena?", no momento pensei "nossa que comparação mais superficial", mas depois fui pensando sobre isso e acredito que não deva existir a proibição do exame, porque se aquele sujeito não está capacitado ainda para progredir de regime, isso só vai ser diagnosticado na avaliação, só que junto a isso precisa-se ter outras ações. A reabilitação, a reinserção social de fato desse preso, também, só deixar esse preso lá por cinco, dez anos e só fazer avaliação psicológica periódica e não fazer nenhuma ação, não vai adiantar. (FREVO).

> Penso que o psicólogo de modo geral conhece pouco a realidade do sistema prisional e participa pouco também das decisões do CRP, por exemplo, se você para ter uma arma precisa de uma avaliação psicológica, para você ter uma habilitação para dirigir você precisa de uma avaliação psicológica, por que a pessoa que infringiu a lei e não são todas, só em casos específicos, porque o exame não é feito para todos, só para os de alta periculosidade e que tem faltas disciplinares, por que para estes não podem? Por que proibir? Então vamos proibir os exames para habilitação, por que preciso me

> submeter ao exame criminológico para dirigir se o outro que cometeu um ato infracional hediondo, que fez um monte de barbaridades contra a sociedade ele não pode. Acho que o Conselho cria aquela coisa do "coitado" e a criminologia não prevê isso, ele não é um coitado e também não é um demônio, assim como ninguém da sociedade, então se preciso me submeter a avaliações para algumas coisas, por que ele não? (ROCK AND ROLL).

> Não fui favorável, a gente questionava o Conselho, porque o psicólogo tem pouco espaço, e estava tirando um espaço nosso, e a partir do momento que tirava esse direito nosso, estava mostrando que a gente não tinha capacidade para isso, eu sei que não foi isso, que o Conselho vinha no sentido de que a gente não está aqui para punir o preso, mas me vejo, como psicólogo, com o direito de mostrar quem é esse homem para o juiz, não estou aqui para destruir a integridade dessa pessoa, mas para mostrar quem é ele; não vou falar que ele vai ou não cometer crime, mas posso mostrar como ele é. (SOUL).

O que temos nos discursos de alguns(algumas) psicólogo(a)s é a noção de que os exames criminológicos e avaliações psicológicas são práticas que identificam a Psicologia, algo que se naturalizou. A perícia foi uma das primeiras práticas do(a)s psicólogo(a)s no sistema penitenciário, como apontamos em capítulos anteriores, este local sempre foi reservado para a profissão que teria o conhecimento sobre o sujeito, a verdade sobre as pessoas, pensamento que vem desde da Escola Positivista de Lombroso (ARANTES, 2004). Assim como existe a naturalização dos gêneros junto ao sexo biológico, temos as perícias e avaliações a Psicologia Penitenciária; em ambas as naturalizações existe um enfraquecimento, despotenciamento da vida. Como podemos traçar nessas falas, quando se retira o(a) psicólogo(a) do lugar de perito(a) e avaliador(a), do suposto saber que lhe confere poder, o mesmo perde a identidade, não sabe como atuar, é como dizer para algumas pessoas que não é porque se nasce com o sexo de macho que necessariamente terá prática sexual com pessoas do sexo de fêmea, ou seja, quando se quebra o binarismos sexo/gênero e perícia/Psicologia algumas pessoas se "perdem" e procuram na história (o que já vem acontecendo ao longo do tempo) formas para se prenderem e justificarem tal lugar, ao invés de problematizarem e discutirem a vida e a Psicologia de forma mais ampla (ARANTES, 2004; RUBIN, 1975).

Deve-se problematizar que talvez a falta de criação de novas possibilidades para a Psicologia dentro das penitenciárias, e instituições de justiça, tem-se ao fato de ainda a Psicologia Jurídica ter pouca visibilidade dentro das universidades brasileiras, assim muito(a)s psicólogo(a)s acabam se inserindo nessas áreas sem nenhum conhecimento do que devem, podem ou como trabalhar (BANDEIRA et al., 2009; BRITO, 2012; SIQUEIRA; ROEHRIG, 2010; ROVINSKI, 2009; TEIXEIRA, 1994). Com isso temos

profissionais despreparados, que acabam por reproduzir o que o sistema já lhes dá pronto. Como apontado nas entrevistas:

> [Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?] Não. [...] acho que é uma coisa que existe [penitenciárias] e cada vez, infelizmente, está se superando. É algo que falta muito, principalmente literatura em relação ao sistema. (RAP).

> [Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?] Não. Mesmo na faculdade não foi visto nada em relação ao sistema prisional, ou a Psicologia no sistema judiciário, não foi visto nada disso. [...]na minha formação teria sido muito válido, não que não aprendi a trabalhar, mas se é válido acho que sim, ainda mais com essa demanda crescente de unidades, de Fundação Casa, de Penitenciárias, deveriam ter sim. (SAMBA).

> [O que acreditava que seria sua função?] Caí de paraquedas. O Estado, e nem o CRP. Fiz o concurso, passei e cheguei no sistema, o diretor chegou e falou que minha sala era essa, mas e aí? Ninguém sabia o que o técnico fazia, tivemos que montar o trabalho, a gente não subsídio nenhum, ninguém nos deu respaldo, então fazia laudo e nem sabia o que estava fazendo. Como exemplo, quando fui fazer um laudo de um preso, uns dias depois o juiz respondeu, os laudos técnicos estão imprestáveis, então é importante a gente saber. Quando comecei não sabia o que ia fazer, mas foi bom porque o que aprendi profissionalmente, os presídios são laboratórios psicológicos que a gente aprende muito. (SOUL).

Então mapeia-se que os psicólogos e as psicólogas acabam muitas vezes entrando despreparados para atuarem nessas instituições, devido à falta de experiências anteriores e conhecimento sobre a área. Muitos e muitas acabam prestando concurso para trabalhar como psicólogo e psicóloga na penitenciária devido à estabilidade que a carreira pública fornece e falta de outras oportunidades, tornando-se mero(a)s reprodutore(a)s da engrenagem já estabelecida. Por outro lado, temos psicólogo(a)s que apoiaram a decisão do CFP:

> De início acho que a visão do conselho era relativamente boa por estar revendo algumas coisas, pois muitas coisas estavam acontecendo. Nas avaliações os prejudicados somos nós, e estava acontecendo muito isso. Ainda acho que muitas coisas teriam de serem revistas, não acho que é o certo e o ideal, o sistema e tudo o mais. (RAP).

> Acho interessante na medida em que preserva o profissional de dar um parecer que acaba sendo restritivo, definitivo, coisa em que se tratando de ser humano é complicadíssimo, acho interessante e procuro nos meus laudos me basear nisso para não ter em minhas mãos a vida de um sujeito, as pessoas são todas passíveis de mudança [...]. (SAMBA).

> Então, essa resolução foi depois revogada e houve outra dizendo que os psicólogos poderiam fazer os exames desde que orientados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por uma visão crítica da história do sujeito que está condenado e cumprindo pena, como eu disse para você no começo, acho fundamental que o Conselho pense sobre isso a partir de pessoas que estejam na prática e que de alguma forma oriente, porque na verdade nem

> todos profissionais estão antenados com tudo que está acontecendo das normativas profissionais, é importante que as pessoas tomem ciência disso, discutam sobre isso, deem suas opiniões, acho importante. (POP).

> [...] foi uma intervenção importante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em vetar o parecer, porque não cabe a Psicologia julgar. Quem julga é o juiz. A Psicologia tem que analisar a situação atual, a título de informação. Na verdade o juiz colocava essa responsabilidade para a Psicologia, contrariando as normas do CFP. (BAIÃO).

Desta forma, mapeia-se que para alguns psicólogos e algumas psicólogas o exame criminológico não faz sentido em suas atuações, devido primeiro ser uma necessidade do(a)s juíze(a)s, sendo visto, como apontado por Baião, uma transferência de responsabilidade; outro ponto seria que a Psicologia necessita mudar suas práticas dentro do sistema penitenciário e ter olhares mais ampliados para as pessoas que estão presas, sem o enquadramento em determinadas categorias sociais ou psicopatológicas, dialogando com outros saberes e com reivindicações e conquistas dos movimentos sociais organizados, em interfaces com a defesa dos direitos humanos e da vida como valor maior.

Devido às divergências colocadas acima, o CFP no dia 02 de setembro de 2010 publicou a Resolução 019[54] que suspendia a Resolução 009/2010 por seis meses para que se pudesse discutir a mesma, mantida suspensa até 02 de junho de 2011 pela Resolução 002/2011[55]. Durante esses períodos foram realizados diversos eventos, congressos e encontros, principalmente organizados pelo CRP de São Paulo, para discussão sobre a atuação do(a)s psicólogo(a)s no sistema prisional. Como apontou Sertaneja:

> O Conselho de São Paulo acho bastante interessante, tive mais contato na época que teve aquela polêmica, não sei se ficou sabendo, da resolução do CFP 12/11, me envolvi muito com o pessoal do Conselho na época em que eles despacharam essa resolução, achei interessante e que eles se posicionaram, o que era algo que sentia falta, deste posicionamento, não que não tivesse, tinha no Código de Ética, mas esse achei que ficou muito claro, contundente essa resolução, esse posicionamento político, da práxis, do trabalho do psicólogo que foi interessante. Fui para São Paulo algumas vezes para me envolver nessas discussões porque dizia respeito a uma das atividades que a gente desenvolve aqui que é o exame criminológico.

Em abril de 2011 a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo fez uma audiência pública, denominada "O papel do Psicólogo no Sistema Prisional na

---

[54] Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_019-10.aspx - acessado em 10/10/2015.

[55] Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_002_11.aspx- acessado em 10/10/2015.

perspectiva da Resolução 009/2010", destes participaram psicólogo(a)s, parlamentares e juristas. Assim o Grupo de Trabalho Sistema Prisional, mencionado acima, desenvolveu a Resolução 012/2011[56] que foi apreciada na Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) que aprovou tal resolução, que entrou em vigor em 02 de junho de 2011[57].

Uma mudança significativa ocorreu na Resolução 012/2011 diante da Resolução 009/2010, com base nas discussões realizadas no período que a segunda ficou suspensa, o artigo 4, o qual casou maiores discussões, foi alterado ficando:

> Art. 4º. Em relação à elaboração de documentos escritos para subsidiar a decisão judicial na execução das penas e das medidas de segurança:
> a) A produção de documentos escritos com a finalidade exposta no *caput* deste artigo não poderá ser realizada pela(o) psicóloga(o) que atua como profissional de referência para o acompanhamento da pessoa em cumprimento da pena ou medida de segurança, em quaisquer modalidades como atenção psicossocial, atenção à saúde integral, projetos de reintegração social, entre outros.
> b) A partir da decisão judicial fundamentada que determina a elaboração do exame criminológico ou outros documentos escritos com a finalidade de instruir processo de execução penal, excetuadas as situações previstas na alínea 'a', caberá à(ao) psicóloga(o) somente realizar a perícia psicológica, a partir dos quesitos elaborados pelo demandante e dentro dos parâmetros técnico-científicos e éticos da profissão.
> § 1º. Na perícia psicológica realizada no contexto da execução penal ficam vedadas a elaboração de prognóstico criminológico de reincidência, a aferição de periculosidade e o estabelecimento de nexo causal a partir do binômio delito/delinquente.
> § 2º. Cabe à(ao) psicóloga(o) que atuará como perita(o) respeitar o direito ao contraditório da pessoa em cumprimento de pena ou medida de segurança.

Fica claro que o exame criminológico não é mais vedado ao psicólogo e a psicóloga, somente em casos em que o mesmo, ou a mesma é referência da pessoa que está presa, ou teve algum contato com essa. Outra mudança é a necessidade de fundamentação e elaboração de quesitos pelo(a)s juíze(a)s, ou quem demanda tal pedido, no entanto o(a) profissional de Psicologia não pode elaborar um laudo que vise prognóstico criminológico de reincidência, determinação de periculosidade e estabelecer nexo causal entre delito e a pessoa que está presa. Como apontou Sertaneja:

> O Conselho, a resolução despacha o seguinte, veda o psicólogo de fazer exame criminológico, a partir do momento que você é uma referência do preso, que possivelmente um dado momento você vai ter um contato com o preso que não o exame criminológico. Já está vedado, porque se você já teve contato anteriormente ou é referência desse preso teoricamente você não pode fazer, porque vai contra a questão do Código de Ética, porque se você é

[56] Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_012_11.aspx- acessado em 10/10/2015.
[57] Dados disponíveis em: http://www.crpsp.org.br/sistemaprisional/acoes.aspx - acessado em 10/10/2015.

> referência da pessoa como vai fazer. Esse era um dos despachos, outro despacho era sobre a questão de que a gente estava vedada a questão do prognóstico, para mim isso era muito claro que era inviável para um psicólogo traçar esse tipo de coisa, mas parece que muitos profissionais estavam desenvolvendo esse tipo de coisa, então deixaram ressaltado aqui. Outra coisa é não fazer algo reducionista, limitação de ato e criminalidade, de nexo causal, essa coisa reducionista.

Com essa resolução pode-se mapear que CFP tentou buscar que os psicólogos e as psicólogas atuassem de forma mais ampla e menos estigmatizadora e julgadora, procurando realizar avaliações que no fim não definissem a resposta à pergunta do(a)s juíze(a)s, "esta pessoa está apta a progredir de regime?". Essa visão já era apontada pelo CFP, através de suas cartilhas, apontadas em capítulos anteriores dessa dissertação (BRASIL, 2007b). No entanto, como apontado no discurso de Sertaneja, alguns(algumas) profissionais da Psicologia acreditavam (pode-se dizer que ainda acreditam como na fala já apontada de Soul "[...] me vejo, como psicólogo, com o direito de mostrar quem é esse homem para o juiz [...].") serem dotadas do saber sobre o futuro das pessoas, como apontou Zaffaroni (1988, p. 244) o(a) psicólogo(a) tem o "periculosômetro", sabendo se tal indivíduo é perigoso, ou não. A "Escala Hare PCL-R Psychopathy Checklist Revised" serviria para medir a periculosidade dessas pessoas, assim enquadrando-as em psicopatas e não psicopatas, o que nos leva a perguntar, por que algumas Psicologias querem ocupar este lugar? Dessa forma o(a)s psicólogo(a)s acabam por trabalhar para a máquina punitiva e excludente que o Estado tem sido perante algumas pessoas (como já apontamos, pessoas quase sempre escolhidas para ocupar tal lugar) (ARANTES, 2004; FRANÇA, 2004; MORANA, 2003; RASSOTTI, BICALHO, 2012; RAUTER, 2007; REISHOFFER, 2015; YAMADA, 2009).

No entanto tais problematizações feitas pelo CFP, principalmente com a Resolução 012/2011, acabam se perdendo quando decisões de justiça acabam por interferir na regulação e atuação da Psicologia. Em 10 de abril de 2015 a Justiça da Primeira Vara Federal de Porto Alegre suspendeu a resolução citada em todo território nacional, após ação movida pelo Ministério Público Federal contra o Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (sétima região)[58]. Dessa forma o(a)s psicólogo(a)s continuam reféns dos mandos e desmandos de alguns(algumas) juíze(a)s, assim pode-se pensar que este(a)s se mantém na ideia/lógica do sistema patriarcal, no qual o homem (juíze(a)s) impõe seu poder sobre as

[58] Dados disponíveis em: http://www.crprs.org.br/upload/noticia/arquivo2945.pdf - acessado em 10/10/2015.

mulheres e crianças (psicólogo(a)s e todas as profissões que são colocadas abaixo do Direito). Tal apoderação por parte de alguns(algumas) juíze(a)s foi nominada por Sidney Shine como "juízite", "Complexo de Deus"[59].

Devido a Resolução 012/2011 ter sido suspensa algum tempo após termos realizado as entrevistas, não foi possível cartografar seu efeito diante as atuações dos psicólogos e das psicólogas do sistema penitenciário do estado de São Paulo. Desta forma continuaremos a problematizar sobre os exames criminológicos, pensando os mesmos a partir da resolução citada.

Como colocamos em parágrafos anteriores, o exame criminológico deveria ser realizado no momento que a pessoa ingressa no sistema penitenciário, pensando na individualização da pena, no entanto como aponta Frevo – "Na verdade o exame criminológico não era [é] utilizado para finalidade de progressão, era utilizado para finalidade de individualização da pena, mas como não se faz, a gente só faz para progressão, a gente acaba até esquecendo que isso existiu." – esquece-se uma das principais propostas de uma lei que vinha para modificar o sistema penitenciário. Como aponta Soul:

> O que não entendo é que a LEP fala da individualização da pena e isso é uma das coisas mais interessantes para o sistema, você investiga se o indivíduo pode ter uma maior reinserção social e deixa ele em um presídio, não misture com outros, assim a gente iria recuperar um monte de gente, porque seria interessante para todos nós. [...] Se houvesse restruturação, respeitasse a LEP, individualização da pena, cada preso indo para um presidio adequado e tivesse um trabalho voltado para a individualização, teríamos uma mudança. Presídio não pode ser só para conter, precisa ser restruturado.

Pode-se mapear uma visão extremamente normatizadora e estigmatizadora por parte do Soul, algo parecido com a ideia de Morana (2003). No entanto a ideia de individualização da pena é algo interessante para o sistema penitenciário, pensar em medidas singularizadas, em projetos terapêuticos singulares, que são na visão da saúde:

> [...] um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, para um sujeito individual ou coletivo, resultado da discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar, com apoio matricial se necessário. Geralmente é dedicado a situações mais complexas. No fundo é uma variação da discussão de "caso clínico". Foi bastante desenvolvido em espaços de atenção à saúde mental como forma de propiciar uma atuação integrada da equipe valorizando outros aspectos, além do diagnóstico psiquiátrico e da medicação, no tratamento dos usuários. Portanto, é uma reunião de toda a equipe em que todas as opiniões são importantes para ajudar a entender o Sujeito com alguma demanda de cuidado em saúde e, conseqüentemente, para definição de propostas de ações.

[59]Dados disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=eapNewgA-Ws – a partir dos 13 minutos – acessado em 10/10/2015.

> O nome Projeto Terapêutico Singular, em lugar de Projeto Terapêutico Individual, como também é conhecido, nos parece melhor porque destaca que o projeto pode ser feito para grupos ou famílias e não só para indivíduos, além de frisar que o projeto busca a singularidade (a diferença) como elemento central de articulação (lembrando que os diagnósticos tendem a igualar os sujeitos e minimizar as diferenças: hipertensos, diabéticos, etc.). (BRASIL, 2007b, p. 40).

Dessa forma o projeto terapêutico singular é ver além do diagnóstico da pessoa, estabelecendo ações através de olhares transdisciplinares, nos quais possam pensar e discutir melhores formas de cuidar e empoderar as pessoas atendidas, com enfoque nas singularidades, considerando as necessidades e o contexto sociocultural de cada pessoa. Com isso é pensar em uma rede, na qual está inserida a pessoa atendida, seus familiares e a sociedade, pensando em ações integradas entre estes, para produção de autonomia, protagonismo e inclusão social, que tem como objetivo central o resgaste da cidadania. Para formular um projeto terapêutico singular é necessário conhecer a história de vida da pessoa, seu meio social e acompanhamento periódico, sendo que o projeto pode ser revisto (BARROS, 2009; MORORÓ, 2010).

Tal proposta elaborada para área da saúde, e em especial a saúde mental, poderia ser pensada na área penitenciária, não uma separação entre o bom e o mau, mas elaboração de planos de ação singulares para uma pessoa ou grupo, potencializando tais pessoas, para uma vida mais ativa e problematizadora, deixando de lado o olhar enraizado no delito. Pensar em individualização da pena seria ampliar vidas e as instituições de manutenção da ordem, criar/construir/atravessar novos possíveis, (re)inventar atores e atrizes, não só pensando nas pessoas que estão presas, mas reinventar novas formas de atuação para o(a)s psicólogo(a)s, ASP, serviço social, equipe da área da saúde e outras pessoas e áreas que possam estar envolvidas (DELEUZE, 2010; DELEUZE; GUATTARI, 1995).

No entanto, o que ainda temos é o exame criminológico utilizado para subsidiar a decisão do(a) juiz(a) em processos para progressão de regime ou livramento condicional. Apesar das resoluções criadas pelo CFP e as cartilhas elaboradas pelo mesmo e o DEPEN, cada profissional tem sua forma de realiza-lo, variando muitas vezes devido à teoria que o(a) mesmo(a) se baseia, a forma como foi orientado(a) a realizar, e, também, se modifica conforme o(a) juiz(a) a quem é encaminhado o relatório. Primeiro vale traçar o que as pessoas entrevistadas entendem por exame criminológico, pois já nos da pista de como este é realizado:

O exame criminológico na verdade ele é um exame que engloba a área da Psicologia com a avaliação psicológica, a área do Serviço Social com o estudo social e algumas questões de comportamento, convivência do preso, que daí a gente vai ter parceria com a diretoria de produção, trabalho e escola, de disciplina e direção geral. Então o exame criminológico, o psicólogo não faz sozinho, ele tem uma participação que é a avaliação psicológica e dentro disso, junto com os outros profissionais eles dão uma opinião sobre a progressão do preso. A finalidade seria fazer essa reunião com todos esses relatórios específicos de cada área para direcionar uma opinião sobre a progressão ou não progressão de regime daquele sentenciado. Se ele tem características psíquicas para sair daquele sistema e ir para outro sistema, e demais características, comportamento, característica social. A finalidade é instruir o juiz nas decisões de progressão de regime e livramento condicional. Na LEP o exame criminológico teria, também, a finalidade de instruir os próprios profissionais para individualizar a pena desse sentenciado, mas isso não é feito. (FREVO).

Na verdade deveria ter uma avaliação da execução da pena, a pessoa é presa, o que ela vai fazer durante o cumprimento da pena dela, ela vai ficar presa quatro anos, vai fazer o que nestes quatro anos? Ela vai ficar fumando maconha e fazendo nada, tentando burlar a vigilância, ficando com telefone celular e programando crime fora, ou ela vai estudar, participar de um projeto. A avaliação psicológica seria não do delito cometido, mas da execução da pena, o que ela se propôs a fazer par ter uma nova experiência de vida, outros contatos para ter outros tipos de pensamento que tinha. Essa é minha visão, o que a avaliação psicológica teria. Deveria ter uma comissão para juntos conversas sobre essa pessoa, “na área pedagógica tá como?”, “na segurança tá como?”, dá para ser feito entendeu, aqui mesmo tem a escola funcionando super bem, têm muitos cursos profissionalizantes, cursos extracurriculares, tem os projetos, então se a pessoa quer fazer alguma coisa por ela mesma, ela pode. Então acho que seria isso, seria uma avaliação do que ela se propôs a fazer e de que tipo de pensamento ela tem, do desejo que ela tem para o futuro, que planos futuros ela tem, em cima disso e não do delito cometido. (ROCK AND ROLL).

É uma entrevista, o resultado da mesma para fins de progressão de regime, solicitado pelo judiciário. (MARACATU).

Serve para progressão de pena, a gente recebe pedido da vara de execuções, às vezes vem pedido para centro de ressocialização (CR), que é cumprimento de pena mais brando, mais tranquilo. E já chegou pedido de CR para gente. (FORRÓ).

Do ponto de vista formal é um exame solicitado, hoje, pelo juiz a partir do momento em que o preso solicita um benefício, especialmente de progressão de regime, desse fechado para o semiaberto, por exemplo, isso é o que está na lei penal. (POP).

A finalidade é embasar a decisão da juíza, porque ela também não conhece o preso, ela se embasa em documentos, papéis, então seria mais um material para embasar a decisão dela. (FUNK).

Relatório informativo sobre a situação atual do preso e a subjetividade dele no atual contexto, sem a obrigatoriedade do nexo causal, não cabe a Psicologia fazer. A finalidade é respaldar o juiz em questões objetivas e subjetivas, mas sem dar parecer. O juiz coloca quesitos, como sobre reincidência, mas não colocamos, pelas normas do CFP. (BAIÃO).

Em resumo, avaliação subjetiva da pessoa presa a fim de subsidiar a decisão judicial para benefícios. (PAGODE).

Por meio destes fragmentos de alguns relatos das pessoas entrevistadas, pode-se perceber que o exame criminológico tem a mesma finalidade para todas, subsidiar o(a) juiz(a) na tomada de uma decisão. Frevo e Rock and Roll se destacam por entenderem que tal prática não seria o que está na lei, que deveria servir para individualização da pena e acompanhamento das pessoas que estão presas, pensando não no delito, mas no tratamento dessa pessoa. Outra característica possível de mapear na fala de Frevo, que diverge das outras passagens, é que para a mesma o exame criminológico é resultado de uma discussão de diversas pessoas e diversos setores, não sendo um único laudo da Psicologia; como é estabelecido pela LEP em seu artigo seis, que os exames criminológicos devem ser realizados pela Comissão Técnica de Classificação (CTC) (BRASIL, 1984). Vale ressaltar, que todo(a)s psicólogo(a)s sabem que seus relatórios, laudos servem como uma variável para o(a) juiz(a) tomar uma decisão, mas pouco(a)s problematizam que podem estar fazendo parte de uma máquina de separação de quem está apto ou não a viver em sociedade (ARANTES, 2004; FRANÇA, 2004; RASSOTTI, BICALHO, 2012; RAUTER, 2007; REISHOFFER, 2015; YAMADA, 2009).

Os exames criminológicos são realizados de forma diferenciada por cada profissional da Psicologia, vale apontar como alguns e algumas colocaram realizar:

> Coloca um pouco do perfil da pessoa, faz entrevistas, pega o histórico de vida, o envolvimento dele com a criminalidade, relacionamento familiar, e esses aspectos. (RAP).

> A gente pergunta questões pessoais, é muita coisa que a gente pergunta, a gente pergunta como esses sujeitos se constituíram desde a infância até a vida adulta, as questões familiares, trabalho, educação e quando eles inseriam na vida delitiva, quando maior ou menos, quais foram às motivações para que isso tenha ocorrido, quais são as perspectivas futuras que esses sujeitos tem quando saírem da prisão, não só quando foram progredir de regime, mas quando saírem da prisão. Questões relacionadas como o sujeito, qual mecanismo ele desenvolve frente ao dano que foi causado na vítima. Como é a vida atual na penitenciária, se trabalha, como ele se vincula, como são as relações dele dentro da penitenciária, com os funcionário e internos, questões de comportamento dentro da unidade. (FREVO).

> Quando faço uma avaliação eu busco pontuar, faço um levantamento do histórico de vida dessa pessoa até para entender de onde ela veio, como ela viveu a infância, adolescência, quais foram as principais influências que ela teve, procuro avaliar o momento, o que tanto ela viveu, como ela conseguiu sobressair aquilo tudo, se ela conseguiu arrumar meios eficientes de lidar com as diversidades, se ela ainda tem dificuldades para lidar com isso, tento avaliar nesse sentido, não coloco diretamente favorável ou desfavorável, mas no contexto dá para entender se aquele sujeito tem mais maturidade, mais controle de impulsos para voltar para sociedade, mais adaptado, melhor ou se ele ainda requer algum investimento, diga-se de passagem que não já investimento, porque aqui não tem trabalho para isso, mas digamos que fica

> subentendido que ele ainda não desenvolveu condições mínimas para estar repensando o que ele fez, de estar agindo diferente. Então as avaliações têm por objetivo falar para o juiz ele tá pronto ou não tá, a gente não pode dizer "pode" ou "não pode", foi dito pra gente, porque as pessoas mudam, mas no caso de reavaliação, vamos supor que esse pedido é indeferido no caso de reavaliação às vezes acontece de atender o mesmo sentenciado dá li um tempo e nessa segunda avaliação às vezes a gente consegue perceber mudanças positivas ou negativas, mas a gente consegue ver mudanças e outras estagnações, pessoas que em seis, sete meses, ou um ano não fez nada de diferente. (SAMBA).

> [...] é feito uma entrevista com o preso no parlatório e o profissional vai fazer a pesquisa no boletim informativo, vai ver por ele mesmo se estuda, se trabalha, mas não existe discussão com os outros setores, é bem individualizado, o que não é indicado pela resolução SAP e também o que não é indicado pelo Conselho porque não tem aplicação de teste, então você faz um relato do que ele te relatou, na verdade é isso, então é inadequada. Aqui, em outros lugares tem a discussão, tem aplicação de teste, depende muito de cada unidade. [...] coloco o que ele me fornece, o que ele falou, e coloco as atividades que ele fez em benefício próprio dentro da unidade, vejo se ele está estudando, se participou de projetos, isso pra mim é um indicio que ele está fazendo alguma coisa por ele mesmo. Então coloco isso, não coloco alguma coisa que eu percebi, por exemplo, não coloco. Nada subjetivo que tenha percebido, coloco o que ele relatou de como ele vê a prática de delito, coloco algumas coisas da infância que podem ter contribuído para algo, na primeira infância, na adolescência, o uso de drogas ou não. Única coisa que coloco é sobre a afetividade que a gente sente mesmo, se a afetividade é preservada ou não e a crítica em relação ao que ele me fala, mas nada subjetivo, porque não consigo aplicar teste. (ROCK AND ROLL).

> São feitas as entrevistas, que faz acompanhamento não faz o exame porque o Conselho prega que se você tem algum contato com o preso você não pode fazer para não ter nenhum tipo de interferência, então quem faz o acompanhamento psicológico não faz a avaliação, que é feita através de uma entrevista, análise de prontuários e o teste HTP, depois discute-se com o diretor de segurança e disciplina, de educação, faz uma reunião onde é decidido, da penitenciária sai um parecer que é encaminhado para a juíza, no caso ela acata ou não esse parecer, a decisão final é dela, então é discutido sobre aquele sentenciado. (FUNK).

> Através de entrevista sem dirigida, confecção do relatório que é analisado pelo CTC. (BAIÃO).

Pode se traçar que para essas pessoas entrevistadas existe a preocupação em traçar a história de vida da pessoa que está presa, assim como a "vida no crime", os laços fora das penitenciárias (família), se procuraram em estudar ou trabalhar durante o cumprimento da pena, enquadraram-se nas normas das unidades, amadureceram e repensaram sobre as práticas delitivas. A primeira preocupação, saber de toda história da pessoa que está presa, é mais uma forma de conseguir mostrar, "faz[er] existir o 'criminoso' antes do crime". Como colocou Foucault (1987, p. 211) a introdução do "biográfico" fez com que a penitenciária saísse da punição ao ato delituoso para o tratamento do "delinquente", aquele que foi construído para cometer delitos, por isso deveria ser colocado em uma prisão e ser tratado. O que temos atualmente, pelas falas

acima, é a utilização da história de vida das pessoas para justificar sua permanência em uma instituição de proteção da ordem, não pensando no tratamento, mas sim em manter tais pessoas fora da sociedade, como colocou Samba, acima, "[...] não coloco diretamente favorável ou desfavorável, mas no contexto dá para entender se aquele sujeito tem mais maturidade, mais controle de impulsos para voltar para sociedade, mais adaptado [...].".

Outro ponto é, o que já discutimos acima na análise, a necessidade que alguns(algumas) psicólogo(a)s tem em acreditar que as pessoas que estão presas precisam se adaptar, enquadrar, normatizar para viver em sociedade, para poderem ter esse direito, pois são pessoas que não se adequam a convivência social, assim devendo continuar sendo mantidas presas. Uma linha que, também, pede passagem é em relação à positivação daquelas que trabalham ou estudam enquanto cumprem suas penas, práticas muito valorizadas, que gera "pontos" e possível subida na pirâmide carcerária. No entanto são poucas as pessoas que estão presas que conseguem alguma forma de trabalho, como apontado existe uma seleção de quem pode ou não trabalhar, e quando conseguem são trabalhos alienantes, sem o pensamento de potencializar, aprimorar ou proporcionar novos conhecimentos a estas, o que mostra é mais o seu lugar na hierarquia da adaptabilidade ao sistema penitenciário, reproduzindo regulações sociais que são impostas a todas as pessoas (RAUTER, 2007; REISHOFFER, 2015).

No entanto alguns psicólogos entrevistados e algumas psicólogas entrevistadas tentam fugir desses exames criminológicos que acabam servindo para segregação social, como apontam:

> Faço, mas uma das ferramentas que uso é tentar ter o máximo de encontro com essas pessoas, nunca fiz um criminológico com um único atendimento, não dou conta de fazer, porque é muito conteúdo, muita coisa e mesmo assim não tem como você falar que o discurso dele para você, no criminológico, é diferente se ele tivesse em outro lugar, o discurso dele é acompanhando a realidade institucional que ele vive. Não tem como você pensar qual seria o discurso dessa pessoa em outro ambiente, contexto, como seria isso. Como seria ter mais tempo, mais contato com essa pessoa, fico me perguntando muitas vezes isso. Hoje faço a entrevista com ele, tento ter uns três ou quatro encontros, uso um teste, aplico um projetivo e aí tento fazer um exame criminológico. Mas hoje o que a gente discuti na equipe [...]. (SERTANEJA).

> Do ponto de vista prático aqui nós temos algumas variações, eu faço só a entrevista, uma ou duas ou três, já teve casos que fiz três entrevistas, já teve casos que chamei família inclusive, alguém mais próximo do preso para certificarmos de alguns dados, mas o exame criminológico para mim, hoje, é uma entrevista psicológica que eu avalio a história desse sujeito, tento captar aspectos psicológicos, principalmente do ponto de vista das suas perspectivas, apesar da prisão como ele consegue lidar com a possibilidade de daqui a pouco estar em outro lugar, inclusive em liberdade. (POP).

Mapeia-se uma busca, apesar de Pop colocar que avalia a história da pessoa que está presa, por um exame criminológico mais ampliado, que saí do binômio delito-delinquente. A ampliação que Sertaneja faz, de buscar mais encontros com essas pessoas, de entender que mesmo assim é uma avaliação incompleta, ou a busca de Pop por falar com a família, essas podem ser linhas de fuga para uma avaliação menos estigmatizadora. Acreditamos que não adianta nos posicionarmos dentro da academia contra os exames criminológicos e julgar o(a)s psicólogo(a)s que os fazem, pois este(a)s são "obrigado(a)s" a realizarem, é necessário que se discuta como realizar de maneira mais ampliada e menos julgadora, e que essa não seja a única prática da Psicologia Penitenciária. Uma linha de fuga foi encontrada por Reishoffer (2015, p. 91-93):

> Como poderia fugir de tal emboscada ética? [...] Não iria enquadrar os internos em nenhuma categoria psicologizante ou social [...]. [...] adotar tais categorias biográficas para delas sugerir alguma relação causalística com o comportamento criminoso era simplesmente o exercício de rotulação e reprodução de estigmas sociais que pairavam sobre o criminoso dentro da sociedade capitalista [...].Além disso, tinha que buscar romper a linha instituída que polarizava, de um lado o profissional (que sabe e avalia e efetiva os controles institucionais) e do outro lado o preso (objeto passivo que deve se submeter a uma avaliação que lhe escapa ao controle). [...] Decidi adotar a postura de utilizar a narrativa do preso em sua integralidade, sem "filtros" de teorias psicologizantes, realizando uma entrevista aberta em que fazia algumas intervenções apenas para me certificar se tinha entendido algum ponto corretamente ou não e para fazer o discurso prosseguir. De início, explicava ao preso sobre a necessidade de um parecer da CTC para sua possível progressão de regime e avisava que outros setores também iriam compor tal laudo final com seus pareceres. No relatório da Psicologia, estaria aberta a possibilidade de se construir, através de sua fala, os argumentos referentes ao benefício que seria concedido. Assim, como o "quesito do demandante" era a possibilidade ou não de conceder um benefício e deveria ser respeitado o contraditório do apenado, nada melhor do que a própria versão escolhida pelo interno para dar sentido à sua vida, ao crime, ao cárcere, ao que quer que fosse. Tal como no trabalho do cartógrafo, não iria "discursar sobre", mas sim "discursar com", trazer o caráter processual de subjetividades produzidas por agenciamentos coletivos sempre heterogêneos (relações familiares, interação com órgãos policiais, relação com o crime e com dinheiro, condições de encarceramento, etc.) que possibilitassem escapar de sua posição de objeto de avaliação (e portanto de avaliação de uma suposta personalidade perigosa) para estar lado a lado com o profissional na construção de um relatório.

Essa forma de realizar o exame criminológico, encontrada por Reishoffer (2015), parece ser uma linha de fuga possível para o(a)s psicólogo(a)s que atuam nas penitenciárias paulista, pois busca que a pessoa fale, tenha voz sobre uma avaliação que é sobre a mesma, talvez seja a única vez que será ouvida pelo(a) psicólogo(a), juiz(a) e advogado(a)s (DIAS, 2011; FISHER, 1989; FOUCAULT, 2006; SALLA, 2007; TEIXEIRA, 2006). Como o próprio autor discuti, tal modo de realizar a avaliação não

excluí a pessoa que está presa de um possível olhar criminalizam-te por parte de quem, por direito, possa receber tal relatório, no entanto o mesmo pode servir para que pessoa se mostre e tenha sua fala respeitada, não uma busca pela verdade, o que muitas vezes se espera da Psicologia, mas dar direito à participação em uma avaliação que é sobre a mesma (CANDIOTTO, 2013; FOUCAULT, 2007; 2002; VÁZQUEZ-ROJAS, 2014).

Apesar dessa ser uma linha de fuga na prática da Psicologia dentro das penitenciárias, a mesma ainda continua sendo encaixotada, aprisionada, pois acaba por limitar o trabalho do(a) psicólogo(a) a realização de exames criminológicos, como apontam alguns entrevistados e algumas entrevistadas:

> [...] você não conseguia atender em grupo porque tinha uma demanda de atendimentos individuais para as avaliações, então não sobrava espaço, agora aumentamos espaços, mas diminuímos as salas, então continuamos com um problema de não ter espaço para atendimento em grupo, até porque não é a prioridade. [...] Se não houvesse tanta demanda judicial por exames, ou se esses exames solicitados para os presos seguissem as leis mais modernas que tentam ditar que é não obrigado o sentenciado a fazer avaliações psicológicas para fins de benefícios sobraria muito mais tempo para a gente trabalhar com as questões de saúde mental dessas pessoas, claro que, não sei qual o percentual de pessoas que precisam de atendimento psicológico, mas claro que uma atenção psicológica, de um profissional em relação à solidão do cárcere, a angustia do cárcere a grande maioria precisaria. Se não tivéssemos tanta demanda por exames sobraria tempo para que fizéssemos outras atividades. (POP).

> Mais disponibilidade de tempo para executar projetos, adequação do espaço físico, não tem sala específica com equipamentos. [...] Em muitos casos não existe necessidade, pede-se para todos, não importando o caso. Deveria ser para casos mais específicos, porque exige muito tempo dos técnicos, poderíamos estar fazendo outros trabalhos. (BAIÃO).

Então a atuação dos psicólogos e das psicólogas acaba por ser focada na realização de exames criminológicos, ainda se mantém a ideia da Psicologia servindo apenas como ciência que investiga o sujeito, aprisionando a profissão a pericias. A Psicologia no sistema penitenciário se tornou mera “busca pela verdade”, deixando e/ou tendo que deixar de lado alguns princípios fundamentais do Código de Ética da profissão, como a promoção da liberdade, da dignidade e integridade do ser humano, promover a saúde e qualidade de vida das pessoas, eliminando quaisquer formas de negligência, discriminação, violência e crueldade, e por fim discutir as formas de poder e os impactos nas instituições na qual atua (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Deixamos que a Psicologia se torne mais uma peça de uma engrenagem segregadora, que escolhe quem vive ou morre, ou seja, determina que compõe a

categoria “matável”, se não diretamente, indiretamente. Donna Haraway (2011, p.42) coloca:

> Sugiro que é um passo errado separar os seres do mundo em seres que podem e que não podem ser mortos e um passo errado fingir viver fora da matança. O mesmo tipo de engano viu liberdade apenas na ausência do trabalho e da necessidade, ou seja, o engano de esquecer as ecologias de todos os seres mortais, que vivem no e através do uso dos corpos uns dos outros. [...] Acho que o que meu povo e eu precisamos largar se quisermos aprender a cessar o exterminismo e o genocídio, seja através de participação direta ou de benefício indireto e aquiescência, é o mandamento “Não matarás”. O problema não é descobrir a quem tal mandamento se aplica de modo que a matança de “outros” possa continuar como de costume e atingir proporções históricas sem precedentes. O problema é aprender a viver responsavelmente dentro da multíplice necessidade e labuta de matar, para então assumir isso com transparência, em busca da capacidade de responder em inexorável contingência histórica, não teleológica e multiespécies. Talvez o mandamento deva ser “Não tornarás matável”.

Dessa forma ao longo dos anos as sociedades foram construindo quem são as pessoas matáveis e as que não. Em nossa atual realidade brasileira, as pessoas negras, que moram em bairros pobres e com idade entre 13 e 30 anos são consideradas mais matáveis, outra população que tem se encaixa nessa categoria são as de travestis e trans, pois não são “aceitas”, estão na última instância da “pirâmide sexual”, o que se atualizam também na pirâmide carcerária. Dentro das penitenciárias a Psicologia torna-se, quando se coloca como realizadora de avaliações psicológicas, mais um(a) juiz(a) que determina quem são as pessoas presas matáveis, as que estão na parte de baixo da pirâmide carcerária. Assim, precisa-se discutir muito ainda sobre essa área, que se mantém refém do Direito e da naturalização da Psicologia como profissão avaliadora (HARAWAY, 2011; RUBIN, 1989).

Para respirar um pouco, uma das linhas traçadas durante as falas do(a)s psicólogo(a)s é a da *alegria*, em meio a uma instituição que tende a normatizar as pessoas que estão presas e todas aquelas que estão envolvidas no seu dia-a-dia, assim como, quando conseguem sair do movimento de só realizarem exames criminológicos, seguem as falas:

> Vários casos que acabei me envolvendo, que fiz muito acompanhamento e por fim vi uma evolução. Isso é muito grandioso para mim. Tive sentenciados que fiz acompanhamento e vi a mudança neles, passaram a estudar, mudaram a mentalidade, como presos que eram dependentes químicos e por fim foram estudar, ler, e isso foi muito gratificante. Dos dois que me marcaram muito, um acabou sendo monitor da escola, e isso foi muito gratificante. (RAP).

> Agora relacionado a algum episódio dentro da unidade, em relação ao atendimento tenho mais coisas boas para lembrar do que momentos ruins, por exemplo, não passei por nenhuma rebelião, não tenho essa vivência, não

pretendo ter essa vivência, mas o que fica de vivência é quando a gente consegue fazer um trabalho legal com os presos, de acompanhando psicológico, quando ele consegue ter uma mudança de postura, de ver o mundo, de reflexão, isso é bem interessante. (FREVO).

Como faço as avaliações algumas histórias sim, acabam marcando, seja pela parte boa, por exemplo, do sujeito ter muito apoio da família e tudo mais, por conta de um deslize como o uso de drogas ter posto tudo a perder, tem histórias de superação, porque tem alguns presos que às vezes retornam ligação pra gente para dizer que está bem, isso é bacana. (SAMBA).

Uma coisa que me marcou muito também foi um preso que saiu na saída temporária e não retornou, ele tinha que voltar até tal hora e não voltou, a mãe dele me ligou e perguntou "posso levar ele agora? Porque eu o encontrei e estava lá na boca, fumando maconha, mas peguei, posso levar ele de volta?", então aquela questão de quando você faz um trabalho realmente voltado para a dignidade do ser humano, da pessoa conseguir ser digna mesmo encarcerada, a própria família vê a importância do trabalho, algumas coisas que ouço no projeto, que marcam bastante. Aqui mesmo esses dias atrás no grupo eu ouvi que ele fazia um monte de coisas, tráfico e a esposa falava "para com isso" e ele "não que quero comprar não sei o que, quero comprar", ele veio preso e no primeiro dia da esposa ver ele, isso ele relatando no grupo, falou pra ele "você conseguiu comprar o castelo que você queria, olha como aqui é grande, é um castelo", então assim de ouvir alguns relatos das pessoas, ontem mesmo no grupo um falou assim "estar preso é uma oportunidade". Acho que é interessante porque você tem uma avaliação do trabalho que está construindo, fazendo e realizando, da importância que a pessoa que você está oferecendo aquele tipo de trabalho, como ele está vendo isso e o quanto está sendo importante para a pessoa ou não. Então o restabelecimento de vínculo familiar, várias coisas que marcam muito, tem muita história. (ROCK AND ROLL).

[...] teve uma pessoa que atendia e que era interessante, muito vulnerável, morador de rua, se prostituía, a gente estava todo no processo de fazer um trabalho em rede no município, onde ele estava, aí foi transferido. Essa coisa de ser transferido é frustrante também, porque rompe toda nossa cadeia de trabalho, essa é uma coisa que também fico um pouco frustrada, a gente está no meio do processo e a coisa "puf", foi transferido. E isso é uma coisa que me marca também, a gente está em um processo interessante, de evolução e a pessoa vai embora. Tem outro caso de um homossexual que também estava em acompanhamento, atendendo, tinha várias doenças e a gente estava em um processo e ficava pensando quando será que ele vai ser transferido, é complicado. Essas histórias me marcaram. (SERTANEJA).

O que me marca até hoje são as histórias que ouço dos presos, porque geralmente são presos que nasceram e viveram em comunidades de uma classe muito desfavorecida, isso me marca e já me marcou muito mais, você consegue a ver de forma diferente, você começa a ver que ele tem uma cultura só que essa é muito diferente daquela que tenho, isso é o que me marcar, a história de cada preso, o que levou ele a cometer esse crime. Cometeu um crime? Cometeu. A vivência dele justifica esse crime? Não, ele não poderia ter cometido, a gente tem que saber a conviver em sociedade, etc. Mas foi a saída dele, foi o que ele tinha naquela hora. Tudo isso me faz pensar alguns valores. (FORRÓ).

Houve, nesta unidade aqui houve três rebeliões, eu na verdade não estava em nenhuma delas, em uma delas saí antes, na outra não vim na segunda, estava viajando, a trabalho inclusive, e na terceira estava trabalhando na escola penitenciária, mas foram rebeliões e estive aqui nos dias seguintes, foram rebeliões muito terríveis, com destruição, morte de presos, funcionários

> reféns, então foram momentos muito marcantes daqui da unidade, como também tem momentos marcantes quando a unidade patrocina um evento festivo e os presos vêm e te cumprimenta, eventualmente te abraçam, então não são só os momentos terríveis, tivemos vários momentos importantes de festas, de solidariedade aqui dentro que também merecem ser lembrados. (POP).
>
> Nós tínhamos um preso e ele tinha uma deficiência intelectual, um transtorno mental e ele ficava no PH (Pavilhão hospitalar), porque às vezes ele tinha umas crises, então para não causar confusão no raio mantinham ele no PH. A gente via que era um preso que todo mundo trabalhava para ele, por ele, tanto que quando ele foi embora à gente teve contato com a família para acolher, entrou em contato com a família e orientou o que fazer, então tivemos vários casos assim, de ligar em albergue e pedir para receber porque a pessoa não tem família, alguns, vários casos marcam a gente. (FUNK).

Pode-se traçar nessas falas movimentos que escapam as cristalizações dentro das instituições de produção de ordem, ao contar algumas histórias de atendimentos e de como se sentem ao atuarem como psicólogos e psicólogas, não como peritos e peritas, este(a)s demonstram que a Psicologia pode ir além do mero exame criminológico, conseguindo ser uma linha de fuga, de possibilidade para as pessoas que estão presas, o olhar humanizado, acolhedor e empoderador faz com que essa profissão e pessoas se tornem mais do que uma peça da engrenagem da segregação social do Estado, não vendo tais pessoas como números estatísticos ou uma matrícula, mas como seres humanos.

É importante destacar a vontade de alguns psicólogos e algumas psicólogas de sair do lugar de perito e perita que é endereçado a Psicologia, mesmo que tais apoiem a realização de exames criminológicos, conseguem ao menos ver e ter outras possibilidades para atuação. A alegria que demonstram, ao atuarem promovendo novas possibilidades de vidas, vem de encontro o que Hélio Rebello Cardoso Júnior[60] coloca sobre 'alegria', a partir de uma leitura espinoziana, a qual proporciona potência de agir, pois teríamos o desejo de continuar com tal vibração, energia e assim tendemos a ter ações que nos proporcione tal sensação. No entanto, como já apontamos acima, tal atuação ainda é muito limitada, devido aos inúmeros pedidos de exame criminológico. O que acabam por levar alguns(algumas) psicólogo(a)s se despotenciarem, como nos dizem:

> Gosto de trabalhar. Aqui é um acervo, e pena que não temos autonomia para fazer algumas coisas. (RAP).
>
> Por um lado gosto de fazer atendimentos com os sentenciados, o acompanhamento psicológico é muito importante, assim como em todos os

[60] Disponível em: http://www.alegrar.com.br/05/TEXTOS_A_05/Espinosa.pdf - acessado em 12/10/2015.

> espaços, neste espaço também tem sua relevância. A avaliação psicológica às vezes vai virando um trabalho muito mecânico, como se a gente tivesse reproduzindo, porque nossa execução pede muito exame, eu faço trinta exames por mês, então imagina o que é fazer trinta exames por mês, acaba ficando muito mecânico [...]. (FREVO).

> Não vou falar que sou feliz, tenho momentos de satisfação, e são de presos que faço acompanhamento, que às vezes a gente tem algum retorno deles, quando a gente tem esse retorno no sentido de que fui uma pessoa importante para eles nesse momento que estão vivendo, que ajudei de alguma forma eles a pensarem, a refletirem sobre alguma realidade, do cárcere ou de vida, de família, afetiva, acho que quando tenho esse tipo de retorno, acho que aí, talvez, perceba que é bom estar aqui, ter esses encontros. (SERTANEJA).

> Já fui mais. Localizando no espaço, até 2010 quando terminei meu doutorado, depois acho que, estava com a sensação de dever cumprido, e também porque depois as coisas se deterioraram muito. Nessa unidade tinha um x de pessoas que cumpriam penas, depois dobrou e a própria unidade deu uma deteriorada. Hoje não posso dizer que sou feliz. (POP).

Traça-se que a falta de incentivo, estrutura e tempo para outras formas de atuações acabam por naturalizar a Psicologia na esfera da avaliação, o que não é o principal desejo de alguns psicólogos e algumas psicólogas, é expressiva a vontade que tem de atuarem de outras formas, no entanto são limitados pela *instituição de produção da ordem*, como colocaria Foucault (1988) o(a)s profissionais de Psicologia são transformados em dóceis e úteis. No entanto, como coloca o mesmo autor (2007), sempre existirá resistência quando se tem relações de poder, e alguns(algumas) psicólogo(a)s tentam de algum modo resistir:

> Sou feliz, porque eu penso assim, nunca me deixei cair nos problemas que percebo nas outras pessoas, no técnico, o que a gente percebe muito é falta de motivação, desinteresse profissional, medo do preso, necessidade de excesso de segurança, a reclamação constante do salário, sendo que a pessoa pode trabalhar em outro lugar, que são 30 horas e você pode ter outra atuação. Não que ache o salário está bom, só que a própria categoria dentro da SAP, dentro da secretaria não buscou seu espaço, seu lugar. Então acaba voltando toda sua prática por isso, não vou fazer isso porque não ganho para isso, não vou fazer aquilo, então faz só o básico e aquilo vai se tornando doentio, uma doença. Sempre procurei fazer muito cursos, estudar muito, ter outras práticas. Nesses dez anos que fiquei no CR eu fui diretora da unidade, que faz parte da atuação do psicólogo, porque para ser diretor de unidade só pode ser diretor se você for psicólogo, assistente social ou advogado, ou pedagogo. Então é uma atuação do psicólogo também dirigir uma unidade prisional, então se você propõe a pensar em outras formas de atuação e também continuar estudando, continuar pensando no ser humano, continuar refletindo sobre as questões do encarceramento, sobre tudo, acho que você viabiliza uma satisfação profissional, eu me sinto feliz assim, como psicóloga do sistema prisional. (ROCK AND ROLL).

> Estou satisfeita, porque tem muito a ser feito. Não sou muito do tipo assim "ah, não tem estrutura física, não tem autorização, então vamos cruzar o braço, a gente não ganha muito mesmo". Se estou aqui vou fazer, vou buscar. (FORRÓ).

A busca por outros espaços, além do técnico, dentro do sistema penitenciário, a não cristalização, despotenciamento da Psicologia, também, parte do(a)s profissionais que estão atuando, a busca por uma melhor formação, novas e diferentes formas de atuação são dispositivos que devem atravessar tais pessoas, pois assim conseguiram sair deste lugar identificado para as mesmas. Aqui vale pensarmos a Teoria *Queer*, apontada em capítulos anteriores, a qual problematiza as políticas de identidades, vem de encontro em com a ideia de discutir sobre o lugar que é endereçado ao(a) psicólogo(a) no sistema penitenciário paulista (pode-se dizer brasileiro), que é o de avaliador(a). É necessário que tal modo de enxergar a Psicologia seja repensado, desnaturalizar algo que foi criado ao longo dos anos, pensando a profissão além e mais potente, podendo proporcionar a dignidade, igualdade e integridade a todos os seres humanos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005; PENEDO, 2008; SALIH, 2012).

Assim, ao longo desta dissertação já abordamos, através do 'diário de bordo' e das 'linhas de problematizações', um pouco das nossas vivências durante a pesquisa, as diversas viagens, impedimentos, afetos, encontros e desencontros que tivemos durante esses mais de dois anos. A *pesquisa de campo* foi de extrema importância para nossa construção como pesquisadores e da dissertação, conhecer algumas unidades penitenciárias de regime fechado foi uma experiência empolgante e desafiadora, pois a cada viagem era uma vivência e recepção diferente, nunca sabíamos se iríamos mesmo conseguir realizar tais conversas ou teríamos que voltar em outro momento, como seria o contato com o(a)s ASP, psicólogo(a)s e diretore(a)s. Estar em contato com a realidade pesquisada e com as pessoas que aceitaram participar, a partir de um olhar da cartografia, foi essencial, apesar de termos os tópicos disparadores, as conversas seguiam o rumo que a pessoa desejava, era empolgante ver o desejo das pessoas em falarem de suas realidades, vivências, experiências e construções. Para alguns(algumas) entrevistado(a)s parecia que aquele momento era o único que haviam para problematizar sobre seus trabalhos, pois muitas vezes não é permitido que o(a) psicólogo fale, ou que sua voz seja ouvida, como colocou Sertaneja:

> Então a gente tem uma série de dificuldades aqui dentro, como ela [diretora de reintegração] está há bastante tempo no cargo, como é de indicação o cargo, a gente sabe que algumas vezes nem sempre é porque a pessoa tem uma boa formação, então às vezes eu e outras técnicas a gente tem algumas dificuldades de comunicação com ela, muitas vezes a gente tenta discutir propostas de trabalho, o objetivo de nosso trabalho, discutir a realidade do nosso trabalho, a precarização do trabalho, a gente tem uma série de dificuldades, a gente não tem acesso ao diretor geral, à gente não tem, ele

> deixou bem claro em uma reunião que quem é a porta voz é a diretora dele e não a gente [...].

Mais uma vez vale a citação "o que pode o subalterno falar?", de Gayatri Spivak (2010), no discurso de Sertaneja, nada, dependendo do momento. Por isso encerramos as problematizações dessas diversas linhas possíveis, entre diversas outras que não conseguimos abordar aqui, com o discurso do que cada um(a) do(a)s entrevistado(a)s colocaram sobre o que almejam para seus futuro dentro do sistema penitenciário e como definem a Psicologia em uma penitenciária:

> No momento almejo minha aposentadoria porque tenho mais cinco anos aqui. Mas gostaria que as pessoas que chegassem conseguissem mudar um pouco a mentalidade, mas é difícil. Não estão acontecendo mudanças "de cima para baixo" e nem "de baixo para cima". [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Acho que o psicólogo dentro do sistema deve ter uma visão humanitária bem grande, e um conhecimento de psicopatologia muito grande também. (RAP).

> Dentro da penitenciária eu acho que, essa pergunta é a mais difícil, dentro da penitenciária eu penso em fazer trabalhos, grupos, só que hoje onde estou não tem esse incentivo para o profissional, então a gente acaba pensando "o que eu desejo?", penso muito sobre minha atuação, que poderia estar fazendo mais, que poderia fazer outros trabalhos, desenvolver projetos, mas a gente não consegue, ficamos com as mãos atadas. Eu desejo que a gente pudesse, o profissional da reintegração, pudesse ter mais abertura dentro das unidades, não só aberturas, mas incentivos e ações, no sentido de projetos, que a própria secretaria pudesse implementar alguns projetos para desenvolver. Porque se algum profissional impõe algum projeto é como se "você está querendo isso, você está viajando na maionese, por que está querendo isso? Isso não vai dar certo", então fica muito difícil esse trabalho, eu desejo isso, que um dia os profissionais possam fazer aquilo que eles acham que tem que ser feito dentro das unidades, mas com um apoio dos outros setores, principalmente da Secretaria como um todo. Porque o profissional sozinho tenta fazer coisas e é barrado, quando você perguntou "já teve alguma coisa que você foi barrada de fato?" de fato não, mas se a gente se propõem antes de fazer, na proposta já falam "não, isso não vai ser viável", você não vai poder fazer isso, isso envolve a disciplina, isso envolve risco, isso envolve recurso financeiro, recurso de pessoas, então sempre tem um impedimento, aí fica difícil. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] A Psicologia vem para minimizar o sofrimento desses sujeitos que ocupam um lugar nas instituições totais, não só os internos, mas os funcionários, também, sofrem muito com as característica da instituição, porque nem um profissional pode propor coisas, ainda mais um interno. Então, o psicólogo ele tenta minimizar esse sofrimento e ele tenta conseguir pequenas coisas, ele tenta modificar esse espaço, mas é um trabalho muito devagar, um trabalho que modifica, mas que modifica aos poucos, a gente não consegue chegar lá propondo coisas. Tenho um exemplo que quando cheguei lá não tinha nem o estágio de Psicologia, não tinha estagiário, fui falar com o diretor de imediato, aquela coisa que já fui estagiária, estagiário é legal, tanto para o estagiário como para instituição, estagiário aprende, mas contribui muito. E aí fiquei um ano pedindo um estagiário de Psicologia para o diretor geral, um ano pedindo, porque era uma coisa que nunca tinha lá e que eles tinham muito medo de ter um estagiário, por conta do estagiário não saber lidar com as questões éticas ali dentro da unidade, por ser uma unidade muito fechada. Aí fiquei um ano pedindo estagiário, até que consegui convencer o diretor da necessidade, da

importância desse estagiário. Assim, o papel do psicólogo dentro dessa instituição total é sempre fazer tentativas, porque se ele achar que nunca vai dar certo, que nunca vai conseguir nada, ele vai ficar institucionalizado como os outros. O mais difícil é você estar dentro de uma instituição e não ficar institucionalizado, é o mais difícil. (FREVO).

Eu penso no sistema penitenciário, minha atuação é muito limitada, gostaria de atuar mais como psicóloga, mas em segundo momento é a ascensão profissional, carreira, assumir uma diretoria coisa assim, é o que mais me move no momento. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] O psicólogo na penitenciária é até complicado, me parece mais uma coisa de morde e assopra, o psicólogo tem uma atuação muito limitada, me dá a impressão, como posso dizer, apaga incêndio, uma coisa muito assim: se algo saí do controle o psicólogo tem que dar uma avaliadinha, a avaliação o psicólogo, então vejo o psicólogo ainda muito, ele ainda não tem o espaço dele, da Psicologia, essa tá muito escravizada pela poder judiciário, pelo sistema, está muito subjugada. Então a Psicologia, pelo menos da minha realidade, não tem essa autonomia, está muito refém de sistemas maiores. (SAMBA).

Isso mesmo, dá possibilidade para a pessoa presa, através da atuação profissional, para que ela se conheça, que ela entenda o porquê ela está presa, que ela entenda que a prisão não é inerente ao ser humano, que ela não precisa continuar presa depois que ela sair, que tem outras opções de vida, promover o bem estar do ser humano em termo de futuro. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Fundamental. (ROCK AND ROLL).

Considerando ser portadora de deficiência auditiva, grau severo, no momento almejo a aposentadoria. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Primeiramente, o psicólogo na unidade prisional precisa estar motivado para o trabalho, considerando o ambiente de trabalho e a remuneração. O exame criminológico com o decorrer do tempo, torna-se monótono e desgastante, sem respaldo. O trabalho em grupo deveria ser desenvolvido por uma equipe técnica preparada. (MARACATU).

Espero, de verdade, acordar todo dia e ser uma pessoa mais motivada. Ter mais motivação para estudar, hoje não tenho. Fiz um curso que tem a ver aqui, então aos poucos estou voltando. O que vejo para meu futuro profissional é ser uma pessoa mais capacitada, com uma formação melhor, estudar mais, me aprofundar mais, estar em um trabalho que a política seja de valorização do profissional, daquilo que vai trazer competência para o profissional. Isso aqui não é algo visto como algo que possa fazer diferença, é visto como algo para matar o dia de trabalho. Minha diretora está até tentando mudar sobre essa questão, de tentar mostrar que tem cursos para fazer, mas ainda precisa de muita mudança no sistema. Estou pensando no doutorado, talvez nessa área, mas não sei. Penso em sair daqui, outras perspectivas que possam em dar uma confortada. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Tem tanta coisa que poderia falar. Acho que as realidades são tão diferentes, a minha da outra que está aqui do meu lado. Profissional que é chamado para apagar fogo, ou só em últimos casos para os demais setores, pouco valorizado, desmotivado, com pouca visibilidade, aparece muito pouco o que o profissional faz no sistema, aparece pouco o que o profissional faz para se atualizar, tem muita gente muito bem qualificada e isso é muito pouco comunicado, poucos encontros para a gente conseguir ouvir o que o colega está fazendo e o que não está. Não tem encontros regionais, estaduais e poderia ter, seria um ótimo espaço para gente poder refletir, repensar, reformular, rever o nosso papel. É um profissional que acaba indo para umas linhas de trabalho que muitas vezes discordo. Acho que definiria como muito problemático o profissional no sistema. (SERTANEJA).

O que quero na verdade é desenvolver projetos com os presos. Projetos para que eles pelo menos, nesse período que estão aqui, reflitam de forma diferente. Não fique só naquela coisa de banho de sol, refeições, televisão e conversando com outros presos que tem outras vivências na criminalidade. Quero desenvolver projetos. Porque este projeto que parece tão pequeno, que é a preparação para a saída temporária, a gente aplica uma dinâmica assim: passado, presente e futuro, eles fazem desenhos e falam sobre isso, então tem uma interação, tem entrega, uma coisa tão pequena que é legal de refletir. A questão da família, das dificuldades. Já é tão legal. Acho que é esse o caminho, tem que implantar e fazer reajustes que precisam ser feitos. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] A Psicologia foge a essa alienação. Já se tornou uma alienação, uma persecutoriedade, uma questão de autoridade, então acho que a Psicologia vem contra tudo isso, ela busca o bem-estar, uma forma de funcionar diferente. Em relação não só aos presos, mas com os funcionários também e acho que é isso a Psicologia aqui dentro, é buscar o bem-estar, é atender um preso e ele falar não aguento mais, a casa vai cair e aí você refletir com ele sobre essas coisas. (FORRÓ).

[Como define a Psicologia em uma penitenciária] Diria que a Psicologia é voltada para o homem problemático, que mais tem seus problemas enraizados na sociedade, que fere toda sua estrutura de personalidade, estrutura de vida, que atinge toda uma gama de pessoas que envolvem ele, que a Psicologia ela se torna rica, tem um laboratório rico, porque pega toda essa gama, ramificações da Psicologia para trabalhar, pode pegar a Psicologia Familiar, Criminologia, Psicologia Infantil, Psicologia Coletiva e Social, essa é a Psicologia do presídio, ela se torna rica, gratificantes, porque não se restringe a uma Psicologia. Isso se torna prazeroso, porque você ganha pouco, mas aprende muito, por menos que você queira, você aprende. (SOUL).

Na penitenciária acho que encerrei meu ciclo, se pudesse sair amanhã eu sairia. Não dá para sair depois de 23 anos sem ter outra perspectiva, mas está nos meu projeto sair daqui muito em breve, porque não tem mais de fato, deteriorou demais, não há mais o que fazer com essa política que tem hoje. Então eu quero continuar estudando a penitenciária, o cárcere, continuar sendo pesquisador disso, mas fora daqui, espero o ano que vem estar fora daqui. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Hoje um coitado. Qualquer trabalhador da penitenciária são coitados, são pessoas que estão sofrendo muito, muito vulnerabilizadas, em todos os setores que você investigar hoje na penitenciária você vai ver baixo número de funcionários. Por outro lado você vai ver a penitenciária superlotada, então o que dez funcionários faziam a cinco anos atrás, hoje três ou quatro estão fazendo. Claro que isso lhes dar uma sobrecarga emocional tremenda, não é atoa que muita gente está se afastando, muita gente quer ir embora, estão desanimados, muitas dispensas, muitas licenças, muitas férias. Hoje o profissional de Psicologia é como qualquer um, extremamente angustiado por conta das condições de trabalho e se for alguém que nunca estudou além daquilo da graduação, que nunca procurou pensar outras coisas, é alguém que está muito vulnerabilizado. (POP).

Já, tenho uns dez anos pela frente, tudo indica que vou ter uns dez anos ainda, o que almejo é que realmente pudesse acontecer isso, não é diretor que tem culpa, não é SAP, o trabalho em grupo, acho que isso valoriza muito, só que não depende só de uma pessoa e uma coisa que não posso esquecer também, eu sou profissional, mas antes sou ser humano, tenho que respeitar as regras da instituição, que segurança é importante, porque antes da megarrebelião a gente fazia grupo e ficávamos com 20 ou 25 presos, às vezes tinha um ASP e às vezes não tinha; hoje na nossa realidade não dá para fazer isso, infelizmente. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Acho o psicólogo uma peça fundamental, muito importante, até mesmo na questão,

porque quando a gente começou tinha funcionário que falava “o ladrão falou isso”, o “ladrão quer isso”, a gente respondia “não, ele não é ladrão, é traficante e aí?”, então acho que o psicólogo ele tem como e responsabilidade de tentar mudar essa visão do funcionário com relação aos presos, o que ele fez ou não fez, ele cometeu um delito, já foi julgado, está pagando a pena dele e estou aqui para cumprir meu papel, então tanto quanto mudar a visão do ASP em mudar a visão sobre o preso, como do pessoal que trabalha na administração. Acho que nós temos, uma das funções seria essa, tentar mudar a maneira, a questão do preso, a condição, que no momento é essa, minimizar o preconceito. (FUNK).

Poder contribuir no sentido de ajudar na ressocialização, em termos de carreira não tem o que almejar. Ser útil e contribuir. Ou você é chefe de setor ou psicóloga. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Um agente de transformação, no sentido de incentivar e motivar a recuperação da própria identidade do sentenciado, porque ele perde isso. Mas é muito difícil. Se tu conseguir trabalhar isso, vale a pena, mostrar que existem outros caminhos. (BAIÃO).

A questão de “direção” eu nunca quis. Sempre ajudei, tive uma diretora que realmente ajudei muito, mas não tenho um ideal a ser alcançado na profissão, só a aposentadoria mesmo. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] Um agente muito importante, que pelo trabalho, pode haver transformação. Me lembro de nunca ter cansado de dar um “bom dia” ou um “muito obrigada”, porque é assim que me relaciono. (REGGAE).

Reconhecimento financeiro. [Como define a Psicologia em uma penitenciária] O profissional em Psicologia é de extrema importância no Sistema Penitenciário. (PAGODE).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica e dos discursos dos entrevistados e das entrevistadas, pudemos traçar algumas linhas de como ocorrem às atuações da Psicologia dentro de instituições de preservação da ordem e da lei, em especial nas penitenciárias do estado de São Paulo. Tal cartografia se viu necessária a partir do momento em que estivemos como estagiários dentro de uma unidade prisional, ainda quando de nossa pesquisa de iniciação científica na graduação, com isso pudemos mapear que entre o(a)s profissionais de Psicologia, que ali atuavam, existiam algumas diferenças em suas formas de atuações, sendo que alguns(algumas) realizavam somente os exames criminológicos e outro(a)s participavam de grupos junto à escola, além de realizarem as avaliações. Outro fator foi a falta de bibliografia sobre Psicologia Jurídica e Penitenciária e as poucas discussões que existiam(existem) dentro da universidade na qual nos graduamos. Essas razões nos motivaram a realizar tal pesquisa, afim de cartografar e discutir as diversas formas de se atuar dentro do sistema penitenciário paulista, que tem a maior população carcerária do país, afim de que se pudesse ser problematizado a inserção do(a) psicólogo(a) em tal estabelecimento e os modos pelas quais foram formado(a)s e suas práticas correlacionadas.

Entrar em uma penitenciária é extremamente angustiante para quem adentra pela primeira vez (como funcionário(a) ou pessoas que prestam alguns serviços pontuais, mas para visitantes e familiares de pessoas que estão presas todas às vezes devem provocar sensações terríveis, devido à falta de sensibilização na hora das revistas que são obrigado(a)s a passar, o que é conhecido como revista vexatória, uma temática pouco vista e discutida), por todas as fantasias que cercam tal construção gigantesca, os modos de pensamentos de ser uma área de segurança, com pessoas armadas e em vigilância panópticas no alto das torres, pelos olhares desconfiados e caras fechadas de quem trabalha diariamente em uma instituição cinza, sem cor e com cheiros fortes, que são característicos da mesma. A revista através do detector de metais, seja o(a)s próprio(a)s profissionais que trabalham na instituição e a desconfiança ao receberem pessoas estranhas, a falta de comunicação, o que leva a espera para ter autorização para poder estar em tal lugar, todas essas variáveis elevam mais a ansiedade ao entrar em uma unidade penitenciária, o que nos faz perguntar, por que uma instituição pública nos causa tantos arrepios, pensamentos, sentimentos e sensações ruins?

Uma das respostas possíveis, que discutimos ao longo dessa dissertação, é a construção de que tal território abriga as “pessoas perigosas”, as desordeiras, o lixo da sociedade, que devem ser trancafiadas a sete chaves, ouvindo a todo o momento cada batida dos portões e portas, que estalam junto aos batentes e o barulho do chocar das chaves que os vão manter por “um bom” tempo longe das “boas pessoas”. Em meio a essas fantasias criadas, muito pela “mass media”, acabamos por aceitar tal visão normatizada e preconceituosa sobre as pessoas que estão presas, as afastando cada vez mais da sociedade e criando no imaginário social que as penitenciárias são lugares perigosos (FOUCAULT, 2002).

Tal constatação pode ser feita tanto através da imagem passada pela “mass media”, como pelos discursos expressos como efeitos dos significados que compõem o imaginário das pessoas leigas da sociedade, assim como, pelo(a)s “especialistas” dos diversos saberes que propõe pensar e problematizar as práticas de contenção e correção das chamadas “pessoas perigosas”.

Em meio a esses atravessamentos, durante o tempo que fomos a campo na pesquisa, adentramos em doze unidades penitenciárias do estado de São Paulo e tais situações e sensações foram sempre sentidas, devido ao fato de que cada unidade ter seu modo de funcionar, com isso toda viagem e visita que fazíamos eram experiências e atravessamentos novos, não imaginávamos como seríamos recebidos, com desconfiança por parte do(a)s funcionário(a)s ou como mais um pesquisador, e assim fomos recebidos com perguntas sobre a pesquisa, histórias pessoais e ressabimento.

Termos conhecido um pouco dessas instituições foi de grande relevância para que pudéssemos traçar um pouco de como funcionavam, as respostas a pessoas estranhas do cotidiano e para conhecer as diferentes realidades dentro de um mesmo estado. Conseguimos cartografar a desconfiança e medo de alguns(algumas) diretore(a)s e ASPs com nossa presença e o que iriamos relatar, e mesmo mediante a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da SAP houve resistências sobre nossas visitas, com isso tivemos que tentar por diversas vezes contato com o(a)s responsáveis (diretor(a) geral e diretor(a) de reintegração social) para que fossemos autorizados a entrar nas penitenciárias. Essas dificuldades, também, foram encontradas por Figueiró (2015) e outro(a)s pesquisadore(a)s que tivemos contato em congressos sobre sistema penitenciário, apontando que tais instituições tem seu isolamento não só para as pessoas que estão presas e seus familiares, mas para todas aquelas que querem de alguma forma problematizar/discutir sobre as mesmas, se tornando penitenciárias de regime fechado

para o(a)s de fora e o(a)s de dentro, algo que merece ser problematizado e discutido em outras pesquisas, por que a necessidade de tal isolamento?

Seguindo, vale ressaltar que ao longo da dissertação procuramos utilizar o termo "pessoas que estão/estavam presas" sempre que possível, devido a discutirmos que quando utilizamos terminologias do tipo "presa e/ou sentenciada" acaba-se por reduzir essas pessoas a essa condição, o que é o objetivo implícito das penitenciárias, acabar com qualquer forma de singularidade, criando uma generalização e sufocando qualquer forma de expressão subjetiva (COIMBRA, 2009; ROSSOTTI; BICALHO, 2012). Ao contrário, acreditamos que essas pessoas são Marias, Josés, Severinos, mas como muito bem colocou João Cabral de Melo Neto (1995, p. 171-172):

> [...] há muitos Severinos,
> que é santo de romaria,
> deram então de me chamar
> Severino de Maria;
> como há muitos Severinos
> com mães chamadas Maria,
> fiquei sendo o da Maria
> do finado Zacarias.
> Mais isso ainda diz pouco:
> há muitos na freguesia,
> por causa de um coronel
> que se chamou Zacarias
> e que foi o mais antigo
> senhor desta sesmaria.
> [...] Mas, para que me conheçam
> melhor Vossas Senhorias
> e melhor possam seguir
> a história de minha vida,
> passo a ser o Severino
> que em vossa presença emigra.

Desta forma pode-se observar, assim como Melo Neto (1995) colocou, ou melhor dizendo, como Severino se apresentou, um nome, uma denominação diz pouco sobre as pessoas, com isso falar em "pessoas que estão presas" é mais adequado, pois são Severino(a)s, Severino(a)s de mãe chamada Maria, Severino(a)s que trabalham na faxina, Severino(a)s que têm filho(a)s, Severino(a)s que estão preso(a)s por tráfico, Severino(a)s que vão à escola, Severino(a)s que estão em uma penitenciária pela primeira vez, são diverso(a)s Severino(a)s possíveis dentro de um(a) Severino(a), então são milhares de Severino(a)s dentro de uma penitenciária, e não somente um(a) Severino(a) preso(a) ou Severino(a) que cometeu um ato delituoso, assim como colocaram Deleuze e Guattari (1995, p.11) "Escrevemos o *Anti-Edipo* a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente.". Com isso, vale a Psicologia, dentro dessas instituições de preservação da ordem, ser linha de fuga, dispositivo possível para

o não enquadramento, normatização e despotencialização dessas pessoas, que se possam problematizar e tornar possível o processo de singularização da vida. Que outros modos de ser psicólogos e psicólogas escapem dos reducionismos, dos modos Severino(a)s de ser, para que não se tornem somente Severinos e Severinas da Psicologia.

Atuando nessa perspectiva o(a) psicólogo(a) penitenciário(a) pode sair do sistema binário Psicologia/perícia, o qual enraíza e naturaliza tal profissão como sendo apenas uma máquina de avaliação, podando assim outras possíveis formas de trabalho que potencializam a vida, através do grande número de pedidos de exames criminológicos pelo(a) juíze(a)s, falta de mais profissionais nas unidades (muitas unidades no estado de São Paulo tem apenas dois ou três psicólogo(a)s, que são referências para uma população, em média, de 1600 pessoas que estão presas), inexistência de locais para a realização de atendimentos em grupos e outras atividades coletivas (passeios, jogos, teatro, etc.) ou espaços adequados para atendimentos terapêuticos, carência de apoio por parte dos "principais" setores das penitenciárias (diretoria geral e de segurança e disciplina), entre outros fatores, que também, foram apontados ao longo dos relatos pelo(a)s profissionais de Psicologia.

Esses empecilhos acabam por desmotivar e despotencializar muito(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema penitenciário, pois leva por minar suas formas de atuações, o(a)s deixando preso(a)s, ou o(a)s fazendo se submeter a ordens do Poder Judiciário e diretore(a)s, com isso utilizando todo tempo para realização e elaboração de exames criminológicos. Dessa forma alguns(algumas) psicólogo(a)s se fecham em atuações que somente ajudam as engrenagens das biopolíticas regulatórias, excludentes e discriminatórias do Estado, que transformam, dão manutenção e fixam as pessoas que estão presas ao crivo de "perigosas" e "sem moral", trabalhando assim para mais sofrimentos, exclusões e preconceitos contra as mesmas.

No entanto foi possível traçar linhas de fuga em meio a cristalizações nessas instituições de ordens, essas podem ocorrer quando se tem atendimentos/trabalhos com grupos que venham a discutir diversas realidades, empoderando as pessoas que estão presas e saindo dos discursos normatizadores e higienistas. Tais grupos podem auxiliar que essas pessoas problematizem suas realidades, resignifiquem suas vivências, as diversas criminalizações, preconceitos e discriminações que sofreram e sofrem e as diversas formas possíveis de enfrentamento a tais dispositivos de regulação e aprisionamentos. Essas formas de atendimentos, e olhares, são necessárias em instituições que acabam por sequestrar todas as formas de singularizações e

normatizam/enquadram tais pessoas, querendo as transformar em “pessoas melhores”, sem problematizar a respeito do que poderia ser aceito como melhores ou não; outra razão é devido às superlotações, os trabalhos com grupos podem abarcar maior número de pessoas, o que não é possível nos atendimentos individuais, além de nos primeiros ser possível à troca de experiências e formas de viver entre o(a)s participantes, com isso sendo participantes e atores(atrizes) nos grupos, passivos e ativos, não se limitando a lugar de “pacientes”.

Pôde-se ver, também, ao longo das entrevistas e revisão bibliográfica que o trabalho com grupos é uma das formas possíveis de atuações dos psicólogos e das psicólogas que atuam no sistema penitenciário, todavia alguns e algumas profissionais não se interessam e se limitam, realizando apenas o que esperado e determinado, não procurando novas formas de atuar. Dada à formação que tiveram voltadas para o modelo clínico reducionista, logo, de patologização e tratamento individualizado, a própria prática grupal muitas vezes não são vistas como dispositivo possível de intervenção da Psicologia.

Assim a Psicologia dentro dessas instituições perde sua força de reinvindicação e cada vez mais se tem profissionais acomodados e uma profissão naturalizada e enraizada no sistema Psicologia/perícia/diagnóstico/tratamento/exclusão. Com isso perdem-se as problematizações em torno dos exames criminológicos, que ficam na academia (em algumas universidades que problematizam estes) e em debates promovidos pelos Sistemas de Conselhos de Psicologia, os quais se posicionam de forma contrária a realização, no entanto ainda temos em nosso país o(a)s juíze(a)s como soberano(a)s, o que acabam por impedir que as decisões elaboradas e discutidas por um grupo/conselho de classe possa ser colocada em prática, dificultando o processo de desenvolvimento da forma de atuação da Psicologia e que outras possíveis práticas possam ser realizadas. De modo amplo se percebe pouca força política na organização da categoria profissional envolvida com as práticas em sistemas penitenciários, no sentido de reivindicar e lutar por mais autonomia e liberdade de atuação.

Neste mesmo caminho, ao longo das entrevistas pôde-se traçar que quase não há entre o(a)s psicólogo(a)s práticas de combate e resistência aos mandos e desmandos de juíze(a)s, do Estado, do(a)s diretore(a)s e de parte da sociedade que se alia as biopolíticas de exclusão de certa parcela da população. Com isso foi possível cartografar linhas de submissão entre alguns psicólogos e algumas psicólogas, voltando a um Estado patriarcal, no qual a figura masculina tem o poder (Estado, juíze(a)s,

diretore(a)s, SAP, e outros) e a feminina (Psicologia) se torna apenas subordinada, podendo isto acontecer devido à ausência de formação acadêmica e política de reivindicações e lutas, se mantendo de forma triste e perigosa no lugar de coitados e coitadas, de pessoas que querem fazer algo, mas o(a) outro(a) não permite, passividade que acaba por fazer adoecer o(a)s próprio(a)s profissionais, tornando-se apenas lamentadore(a)s de suas realidades, como foi apontado por um(a) entrevistado(a). Há ausência de posicionamentos políticos e de resistências às imposições do biopoder e das biopolíticas do Estado e do(a)s juíze(a)s, não parece existir entre o(a)s profissionais Psi vontade e potencia para sair desse modo de atuar, muito devido como apontamos acima a formações que não empoderam tais pessoas a serem problematizadores e lutadores contra essas amarras, pensando que todas as relações existem poder e contra poder, que tais posicionamentos são necessários para que se possa existir mudanças, não só para a Psicologia, mas para todo(a)s envolvido(a)s.

Com a falta de empoderamento deste(a)s profissionais e posicionamentos políticos contra tais formas de normatização das vidas, muito(a)s deste(a)s atuam de modo a potencializar e administrar o sistema hierárquico de premiação, apontado pela pirâmide erótica e carcerária, mas também por uma pirâmide Psi, a qual tem valores e crenças morais, higiênicas e estéticas, assim criando modelos de pessoas aptas, ou não, a progressão de regime, que seriam aquelas normatizas, que se enquadram no que é desejável para uma sociedade preconceituosa, discriminatória e excludente.

Dessa forma a falta de formação acadêmica adequada (que saia da prática psicológica clínica, de manuais de psicopatologias e de enquadres), somada à subjetivação normatizadora e a ação biopolítica sobre os corpos dos psicólogos e das psicólogas mostram a rigidez e subalternidade pelas quais se submetem e se filiam, muitas vezes atuando em defesa dessas práticas, pois mesmo que ainda tenham discursos de descontentamento e querer/desejar mudanças, as executam e não buscam, resistem, tentam tais transformações, continuam apático(a)s em seus locais de trabalhos, tornando-se alienado(a)s dentro da fábrica de exames criminológicos, sem direito a fala, como Charlíe Chaplin no famoso filme "Tempos modernos"[61], apertando parafusos sem entender o motivo de tal função. Assim nos cabe uma questão, será que o(a)s psicólogo(a)s atuantes no sistema penitenciário compreendem, discutem e repensam suas funções? Se pensarmos a partir de alguns(algumas) entrevistado(a)s pode-se dizer

[61] Filme lançado em 1936 nos Estados Unidos, com o título "*Modern Times*", com direção e roteiro de Charlíe Chaplin.

que sim, pois buscam sair do lugar que lhes é imposto, no entanto muito(a)s outro(a)s não parecem saber ou pensar sobre suas atuações, sendo apenas marionetes do Estado.

Assim trançamos que existe a necessidade de aproximação entre os Sistemas Conselhos de Psicologia, Sindicato do(a)s Psicólogo(a)s e do(a)s profissionais que atuam no sistema penitenciário, para reinvindicações de melhoras nos locais de trabalhos, os quais em muitos casos são inadequados (para atendimentos individuais e em grupos), na remuneração deste(a)s profissionais e discussões sobre a prática da Psicologia, para que se possa ter pessoas conhecedoras das regulações da profissão e problematizadoras da realidade que aprisiona e excluí o(a)s mesmo(a)s e as minorias (devido estar presa, ter estado presa, seu gênero, sua sexualidade, raça, cor e classe social). Com isso a Psicologia não se alinhará ou utilizará da "pirâmide sexual" e pirâmide carcerária, as quais dão privilégios a alguns(algumas) e excluí outro(a)s, dando regalia para aquele(a)s que se aproximam das normas, que tornam-se dóceis e úteis ao Estado (FOUCAULT, 1988; RUBIN, 1989).

Porém se faz necessário discutir sobre as elaborações dos exames criminológicos, acreditamos e concordamos que tais devam ser retirados como práticas do(a)s profissionais de Psicologia, no entanto até que seja problematizado com profissionais do Direito e da Psicologia ainda continuarão sendo pedidos por juíze(a)s e realizado(a)s por psicólogo(a)s, assim se faz imprescindível a problematização de como podem e devem ser realizados, para que não se tornem mais um julgamento e aprisionação das pessoas que estão presas. Com isso, acreditamos que uma forma possível foi à apontada por Reishoffer (2015), na qual o(a) psicólogo(a) não fala pela pessoa que está presa, mas a deixa contar sua história, da forma que achar adequada, não sendo preocupação do(a) profissional saber se a mesma é verdadeira ou não, pois cada pessoa conta sua vida e suas verdades, não sendo dever da Psicologia julgar, apenas dar voz a estas pessoas, compondo assim, respeito e dignidade as pessoas avaliadas e ou atendidas pelo(a)s profissionais da Psicologia.

Dessa forma ao longo desta dissertação procuramos nos apoiar para nossas discussões em teóricos como Foucault, Deleuze e Guattari, teóricas como Butler e Rubin e estudioso(a)s das problematizações *Queer*. Com isso, pensar as práticas do(a)s profissionais de Psicologia dentro do sistema penitenciário pautado(a)s nesse(a)s teórico(a)s e discursos *Queer* é acreditar que estas atuações serão guiadas:

> [...] pelo patamar da transdisciplinaridade. É preciso superar a linearidade que divide a questão prisional em área da segurança e área da saúde/reintegração

> social e superar o entendimento do preso-objeto de tratamento, compreendendo-o como sujeito pensante, crítico, que tem sua história e sua própria visão de sociedade e ética. (BRASIL, 2007, p.115).

Assim o(a)s psicólogo(a)s que têm como ferramentas tais estudioso(a)s basearão suas práticas de modo que potencializem a vida das pessoas que estão presas, buscando fugir das amarras identitárias reducionistas e universais, criando linhas de fugas contra os enquadramentos, enraizamentos, cristalizações, normatizações e naturalizações que essas pessoas sofrem ao longo de suas vidas e nas instituições de manutenção da ordem, as quais produzem os mesmo sofrimentos a este(a)s profissionais, que ficam muitas vezes preso(a)s ao sistema Psicologia/perícia, porque também estão aprisionado(a)s as amarras identitárias.

As atuações embasadas nestes referenciais devem problematizar, também, com a sociedade sobre os processos de estigmatização, que colocam em muitos casos pessoas de classe baixa e negras como "perigosas". Acreditamos que psicólogo(a)s penitenciários devam discutir sobre suas atuações dentro do sistema, buscando uma atualização e composição da profissão, se aliando as problematizações e discussões de seu tempo, não pautando suas ações em reducionismos, patologizações e enquadramentos. Como colocou muito bem Texeira-Filho (2013, p. 165) sobre os discursos *Queer*:

> [...] este nome "teoria" é um paradoxo, já que não há teoria, não há modelos, não há conceitos a serem reproduzidos. A dita Teoria *Queer* é uma prática, um ofício de desconstrução dos universais, um princípio do viver, uma ética de afirmação da vida que pode ser aplicada a qualquer ofício. Em termos educacionais, quando pensamos em formação, essa postura é perturbadora, já que, ensinaríamos mais aos alunos a pensar do que memorizar conceitos.

Acreditamos deste mesmo modo, que a Psicologia em uma instituição de manutenção da ordem, da moral, dos bons costumes e da lei é muito mais do que fazer laudos, entrevistas de inclusão e assistencialismo, o(a)s profissionais nessa área podem atuar de forma problematizadora e potencializadora, sendo linhas/discursos/dispositivos de fuga para as pessoas que estão presas, para que possam ter a possibilidade de enxergar as diversas formas de significação das vidas possíveis, assim como as políticas que os criminalizam e discriminam, e os processos de estigmatização dos quais são alvos e dos quais participam. Desta forma, psicólogos e psicólogas em penitenciárias podem e devem criar linhas, modos de existências potencializadores tanto para as pessoas que estão presas, como para funcionário(a)s e visitantes, fugindo do aprisionamento identitário no qual a Psicologia muitas vezes se encontra.

Através de todos estes atravessamentos, leituras, entrevistas e discussões, acreditamos que a Psicologia Jurídica, em específico nessa dissertação, a Psicologia Penitenciária ainda precisa ser discutida dentro das universidades, dos Sistemas Conselhos de Psicologia e principalmente pelo(a)s profissionais que atuam nessa área, pois são o(a)s mesmo(a)s que a cada dia constroem a profissão nessas instituições, se fazendo necessários novos apontamentos, problematizações e pesquisas, sempre buscando a desnaturalização do(a) psicólogo(a) como perito(a)/avaliador(a) e atuações mais em favor as vidas.

REFERÊNCIAS

AGGLETON, Peter; PARKER, Richard. **Estigma, discriminação e AIDS.** Rio de Janeiro: ABIA, 2001.

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800 – 1940. In: MAIA, Clarisse Nunes (org.). **História das prisões no Brasil, volume I.** Rio de Janeiro: Rocco, p. 35 – 77, 2009.

ALAPANIAN, Sílvia; NÓBILE, Carmen Sílvia Righetti. Poder judiciário e direitos sociais. In: CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (org.). **Psicologia, estado & políticas públicas.** Assis: UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", p. 109 - 126, 2010.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Pensando a Psicologia Aplicada à Justiça. In: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Orgs.). **Psicologia Jurídica no Brasil.** Rio de Janeiro: Nau, p. 15-49, 2004.

BANDEIRA, Maria Márcia Badaró. Linhas de fuga: uma breve reflexão da prática do psicólogo na prisão. **Revista Diálogos. Conselho Federal de Psicologia**, ano 2, n. 2, março, 2005.

BANDEIRA, Denise Ruschel. ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. TEIXEIRA, Patrícia Alves. AMATO, Paloma. LAGO, Vivian de Medeiros. Um breve histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.26, n.4, p. 483-491, out.-dez., 2009.

BAPTISTA, Luis Antônio. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. A regulamentação da profissão de Psicologia: documentos que explicam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 30, p. 170-191, 2010.

BARBOSA, Adriana Silva et al.. A Resolução 196/96 e o sistema brasileiro de revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos. **Rev. Bioét.**, Brasília, v. 19, n. 02, p. 523-542, 2011.

BARROS, Juliana de Oliveira. **A construção de projetos terapêuticos no campo da saúde mental***:* apontamentos acerca das novas tecnologias de cuidado. São Paulo, 2009. [Dissertação]. Faculdade de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da FMUSP, Universidade de São Paulo.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis** – drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação:** instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

BENTO, André Barroso. **Criminologia entre Agatha Crhistie e Cesare Lombroso**. Rio de Janeiro: 2013. [Dissertação de mestrado em Psicologia] Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BERGERET, Jean. **La violência fundamental:** El inagotable Edipo. Trad. Carlos Padrón y Soledad Escassi. Madrid: Fondo de cultura Económica, Ortega, 1990.

BERNARDI, Dayse Cesar Franco. História da inserção do profissional psicólogo no tribunal de justiça do estado de São Paulo – um capítulo da psicologia jurídica no Brasil. In BRITO, Leila Maria Torraca de (Org.). **Temas de psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 103 – 132, 1999.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; ROSSOTI, Bruno Giovanni de Paula Pereira; REISHOFFER, Jefferson Cruz. A pesquisa em Instituições de Preservação da Ordem. **Polis e Psique**: Rio de Janeiro, 2016.

BICUDO, Hélio Pereira. **Violência:** o Brasil cruel e sem maquiagem. São Paulo: Moderna, 1994.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de Psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas de homens:** a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume, 2011.

BRASIL. **Lei n.7210, de 11/07/1984 – Lei de Execução Penal.** Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 1984.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro.** Brasília, 2007a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007b.

BRASIL, Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2009.

BRITO, Leila Maria Torraca de. **Separando:** um estudo sobre a atuação do psicólogo nas Varas de Família. Rio de Janeiro: Relume-Dumará,1993.

_____. Psicologia Jurídica: um campo em debate. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.8, p. 5- 7, 2012.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAIAFA, Janice. **Aventuras das cidades:** ensaios e etnografia. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. **Psicologia jurídica:** implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2013.

CARANDIRU. Direção: Héctor Eduardo Babenco. São Paulo: Coprodução: Globo Filmes, HB Filmes, Columbia Tristar, 2003. 1 DVD (147 min).

CARDOZO, Matheus Augusto de Almeida. O exame criminológico à luz da jurisprudência do STJ. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2399, 25 jan., 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/14224/o-exame-criminologico-a-luz-dajurisprudencia-do-stj>. Acesso em: 12/10/2015.

CARNEIRO, Altair de Souza. **Deleuze & Guattari:** uma ética dos devires. Toledo: CCHS/UNIOESTE, 2013.

CARRARA, Sergio. **Crime e loucura:** o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de. Contribuições para formação de psicólogos jurídicos: uma década de experiências. In: ROEHRIG, Lidiane Doetzer [et al.]. **Série técnica: caderno de psicologia jurídica.** Curitiba: Unificado, p. 20-26, 2007.

CHÁUI, Marilena. **Conformismo e Resistência - Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo. In: OLIVEIRA, Rodrigo Tôrres; MATTOS, Vírgilio de. **Estudos de execução criminal: direito e psicologia**. Belo Horizonte, MG: TJMG; CRP, p. 83 – 94, 2009.

COIMBRA, José César. Algumas considerações sobre o parecer psicológico na justiça da infância e juventude. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, n. 2, p. 2-13, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do psicólogo.** Brasilia: Conselho Federal de Psicologia, 2005.

CÓRDOBA, David. Teoría *Queer*: reflexiones sobre sexo, sexualidad e identidad. Hacia una politización de la sexualidad. In: CÓRDOBA, David.; SAÉZ, Javier.; VIDARTE, P. **Teoría *Queer*:** políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Editorial Egales, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

_____. **Sobre o Teatro:** um manifesto de menos; O Esgotado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia, vol. 1. Rio de Janeiro, editora 34, 1995.

_____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

_____. **Kafka: por uma literatura menor.** Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **A igreja como refúgio e a bíblia como esconderijo:** religião e violência na prisão. São Paulo: Humanitas, 2008.

_____. **Da pulverização monopólio da violência:** expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

EIRADO, André; PASSOS, Eduardo. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. da. (Org.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ELBERT, Carlos Alberto. **Manual básico de Criminologia**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas:** o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque. **Cartografia do trabalho de agentes penitenciários**: reflexões sobre o "dispositivo prisão". Natal: 2015. [Tese de doutorado em Psicologia] Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FISHER, Rosa Maria. **Poder e Cultura em Organizações Penitenciárias.** São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da USP, 1989.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: EdUNESP, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minhas irmã e meu irmão:** um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. **Vigiar e punir.** Tradução: Ligia M. Pondé Vassalo. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France(1970-1982).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Ditos & Escritos V** - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

_____. **Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **Repensar a Política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre Psicologia Jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia: Teoria e Prática:** v. 6, n. 1, jan./jun., 2004.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Rio de Janeiro, Imago: 1996.

FURTADO, Odair. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 32, p. 66-85, 2012.

GARLAND, David. **As contradições da "Sociedade Punitiva": O caso Britânico.** Curitiba: Revista de Sociologia e Política, n. 13, nov., 1999.

_____. **A cultura do controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Revan, 2008.

GIL, I. C. A descentralização espacial dos presídios no Estado de São Paulo e face perversa do neoliberalismo materializada no Oeste Paulista. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevidéu. **Anais...** Uruguay, 2009.

GODOY, Frederico; CRUZ, Soraia Georgina Ferreira de Paiva. Estado e movimento cooperativista: problematizações sobre as políticas públicas de inclusão e cooperação. In: CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte (org.). **Psicologia, estado & políticas públicas.** Assis: UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2010.

GÓES, Eda Maria. (1991), **A recusa das grades: rebeliões nos presídios paulistas, 1982-1986**. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, 1991.

GOES, Eda; MAKINO, Rosa Lucia. **As unidades prisionais do Oeste Paulista:** implicações do aprisionamento e do fracasso da tentativa da sociedade de isolar por completo parte de si mesma. Terra Livre: São Paulo Ano 18, n. 19 p. 163-176 jul./dez. 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2001.

GRANER-ARAÚJO, Renata Cristina Engler. **Quando eu crescer quero ser como ele:** adolescente, o tráfico de drogas e a função paterna. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), 2009.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular:** pulsações políticas do desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, Félix. A transversalidade. In: **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional**. Aparecida: Ideias e Letras, p. 75 – 84, 2004.

GUATTARI; Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas:** cartografias do desejo. Petropolis: Vozes, 2005.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Ética em pesquisa na dinâmica do campo científico: desafios na construção de diretrizes para ciências humanas e sociais. **Ciências & Saúde Coletiva:** v. 20, n. 9, 2015, p. 2615 – 2624.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. **Physis Revista de saúde coletiva**: Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2013, p. 763 – 782.

HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 27-64, jun., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 18/11/ 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832011000100002.

HARDY, Ellen et. al. Comitês de Ética em Pesquisa: adequação à Resolução 196/96. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 457-462, dec. 2004.

HICKEY-MOODY, Anna; RASMUSSEN, Mary Lou. The sexed subject in-between Deleuze and Butler. In: NIGIANNI, Chrysanthi; STORR, Merl. **Deleuze and *Queer* theory.** Edinburgh: University Press, p. 37 – 53, 2009.

HOFFMANN, Marcos Érico. **A Organização Prisional frente a seus objetivos para a reabilitação dos Sentenciados:** o caso na penitenciária de Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 1992.

HOUAISS, Antonio (Ed.). Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2009. 5. CD-ROM.

HUSLMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de.**Penas perdidas**: o sistema penal em

questão. Tradução de Maria Lúcia Karam. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

INNES, Brian. **Perfil de uma Mente Criminosa**: a psicologia solucionando os crimes

da vida real. São Paulo: Escala, 2009.

JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos:** a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras quem manda e quem obedece no partido do crime. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

KARAM, Maria Lucia. A violência, danosa e dolorosa realização do poder punitivo: considerações sobre a pena. In: MATTOS, Virgílio de (Org.). **Desconstrução das práticas punitivas.** Belo Horizonte: CRESS 6 região/CRP-MG, p.11-26, 2010.

_____. Psicologia e sistema prisional. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez., 2011.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.19, n.1, jan./abr. 2007.

KOLKER, Tânia. A atuação dos psicólogos no sistema penal. In: BRANDÃO, Eduardo; GONÇALVES, Hebe (Orgs.). **Psicologia Jurídica no Brasil.** Rio de Janeiro: NAU, 2004.

KEHL, Forró. **A mínima diferença:** masculino e feminino na cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEAL, Liene Martha. Psicologia jurídica: história, ramificações e áreas de atuação. **Revista Diversa**, v. 1, n. 2, p. 171-185, jul.-dez., 2008.

LIMA, Cezar Bueno de. **Jovens em conflito com a lei:** liberdade assistida e vidas interrompidas. Londrina: EDUEL, 2009.

LIMA, Marli Machado de. **Entre elas:** cartografias dos devires amoroso. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), 2009.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007.

LOPARIC, Zeljko. De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática. In: DIAS, Elsa Oliveira; LOPARIC, Zeljko. **Winnicott na Escola de São Paulo.** São Paulo: DWW Editorial, 2011.

LOPEZ, Emílio Mira Y. **Manual de Psicologia Jurídica.** Buenos Aires: Editorial "El Ateneo", 1961.

LHULLIER, Cristina. **A história da Psicologia no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

MACRAE, Edward; VIDAL, Sergio Souza. A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social: dilemas éticos e metodológicos do antropólogo

pesquisando o uso de substancias psicoativas. **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 49, n. 02, 2006.

MAIRESSE, Denise. Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. FONSECA, Tania Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (orgs). **Cartografias e Devires:** a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 259 - 272, 2003.

MAMELUQUE, Caxito; GLÓRIA, Maria da. A subjetividade do encarcerado, um desafio para a Psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**: v. 26, n. 04, p. 620-631, 2006.

MELO NETO, João Cabral de. **Obra completa.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

MIRANDA JÚNIOR, Hélio Cardoso de. Psicologia e justiça: a psicologia e as práticas judiciárias na construção do ideal de justiça. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 18, n.1, p. 28-37, 1998.

_____. Psicanálise e avaliação psicológica no âmbito jurídico. In: SHINE, Sidney (Org.). **Avaliação psicológica e lei:** adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 159-174, 2005.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, lei dos juizados especiais criminais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

MORANA, Hilda. **Identificação do ponto de corte PCJ-R (Psychopaty Checklist Revised) em população forense brasileira**. Caracterização de dois subtipos de personalidade: Transtorno global e parcial. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2003.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina:** o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MORORÓ, Martha Emanuela Martins. **Cartografias, desafios e potencialidades na construção de projeto terapêutico em Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III**. [Dissertação]. São Paulo, 2010. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

NEDER, Gizlene. Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos. In: MAIA, Clarisse Nunes (org.). **História das prisões no Brasil, volume I.** Rio de Janeiro: Rocco, p. 79 – 108, 2009.

NETO, Alfredo Naffah. **O inconsciente:** um estudo crítico. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.82, p.5-21, 2005.

PASQUALI, Luiz (org.). **Técnicas de Exame Psicológico – TEP:** manual. São Paulo: Casa do Psicólogo/Conselho Federal de Psicologia, 2001.

PASSETTI, Edson. Sociedade de controle e abolição da punição. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 13, n. 3, p. 56-66, Sept. 1999.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.***). Pistas do método da cartografia:*** *pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2009b.

PATTO, Maria Helena Souza. De gestores e cães de guarda: sobre psicologia e violência. **Temas em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 405-415, 2009.

PENEDO, Susana Lopes. **El laberinto *Queer*:** la identidad en tiempos de neoliberalismo. Barcelona: Editorial Egales, 2008.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras:** da vulnerabilidade da estigmatização a construção da cidadania. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

PESSANHA, José Américo. Filosofia e modernidade: racionalidade, imaginação e ética. In 15ª Reunião anual da ANPED. **Conferências Cadernos da ANPED**, Caxambu, nº 4, pág. 31, 1993.

PESSOTTI, Isaias. Notas para uma história da Psicologia brasileira. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem é o psicólogo brasileiro?**. São Paulo: EDICON, p. 17-31, 1988.

POPOLO, Juan H. del. **Psicologia judicial**. Mendonza: Ediciones Juridicas Cuyo, 1996.

PORTELLA, Ana Paula. Estratégias, Desafios e Limites na Formação em Gênero e Saúde: Reflexões a Partir de Uma Experiência Feminista. In: VILLELA, Wilza; MONTEIRO, Simone. (Org.). **Gênero e Saúde:** Programa Saúde da Família em Questão. Rio de Janeiro; Brasília: Abrasco; UNFPA, v. 1, p. 155-166, 2005.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de adultos presos:** possibilidades e contradições da inserção da educação escolar nos programas de reabilitação do sistema penal no estado de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade São Paulo, 2001.

RASSOTTI, Bruno Giovanni De Paula Pereira; BICALHO, Pedro Paulo. Por outra Psicologia no cárcere: presos provisórios, processos de criminalização e produção de subjetividade. In: MARTINS, Simone; BEIRAS, Adriano; CRUZ, Roberto Moraes (orgs.) **Reflexões e experiências em psicologia jurídica no contexto criminal/penal.** São Paulo: Vetor, 2012.

RAUTER, Cristina. Diagnóstico Psicológico do Criminoso: Tecnologia do Preconceito. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Rio de Janeiro, p.9-22, 1989.

_____. **Criminologia e subjetividade no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Clínica e estratégias de resistência:** perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v.19, n.2, 2007.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 425-444, maio/ago., 2009.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A circunscrição histórica das prisões e a crítica criminológica. In: FARIAS, Francisco Ramos de; FACEIRA, Lobelia da Silva (orgs.). Punição e prisão: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 13-26, 2015.

REISHOFFER, Jefferson Cruz. **A Psicologia no Presídio Federal Dos pareceres técnicos às produções de alta periculosidade**. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ROCHA, Luiz Carlos da. **Vidas presas**: uma tentativa de compreender a tragédia da criminalidade junto às personagens oprimidas. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1984.

_____. **A prisão dos pobres.** São Paulo: Instituto de Psicologia da USP, 1994.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. Psicologia jurídica no Brasil e na América Latina: dados históricos e suas repercussões quanto à avaliação psicológica. IN: ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; CRUZ, Roberto Moraes (Eds.). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: Vetor, p. 11-22, 2009.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. In: REITER, R. (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975, p. 27-62.

_____. "Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad". In: VANCE, Carole (Org.). **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Revolución Madrid, 1989. p. 113-190.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SÁ, Marcos Almeida de. A participação dos psicólogos de São Paulo na regulamentação da profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 32, p. 86-103, 2012.

SAÉZ, Javier. El contexto sociopolítico de surgimiento de la teoría *Queer*. De la crisis del sida a Foucault. In: CÓRDOBA, David; SAÉZ, Javier; VIDARTE, P. **Teoría *Queer*:** políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Barcelona: Editorial Egales, 2005.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a tória *Queer*.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SALLA, Fernando Afonso. **O encarceramento em São Paulo: das enxovias à Penitenciária do Estado.** São Paulo, Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 1997.

SALLA, Fernando Afonso; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos Cézar. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n.01, junho, 2006.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v.1, n.1, p. 72-90, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 02, n. 02, maio/agosto, p. 46 – 71, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2007.

SAUNIER, Roberto Victor. Desafios de la psicología forense ante el nuevo milenio. In ***Anais do III Congresso Iberoamericano de Psicologia Jurídica***. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Jurídica/Asociación Iberoamericana de Psicología Jurídica, p. 319-324, 1999. Recuperado em 20 março, 2015, de www.bvs-psi.org.br/local/file/congressos/AnaisPgsIntrod-arteI.pdf.

SCHULTZ, Duane P. **História da Psicologia moderna.** São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

SERAFIM, Antonio de Pádua. Aspectos etiológicos do comportamento criminoso: parâmetros biológicos, psicológicos e sociais. In: RIGONATTI, Sérgio Paulo; SERAFIM, Antonio de Pádua e BARROS, Edgard Luiz de. **Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica.** São Paulo: Vetor, 2003.

SHINE, Sidney. Avaliação psicológica em contexto forense. In: SHINE, Sidney (Org.). **Avaliação psicológica e lei:** adoção vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 1 – 18, 2005.

SIQUEIRA, Ilma Lopes Soares de Meirelles; ROEHRIG, Lidiane Doetzer. Das penas alternativas ao ser humano: uma reflexão sobre a trajetória do papel do psicólogo no contexto jurídico. In: CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA, Vera Regina (Orgs.). **Psicologia jurídica:** temas de aplicação. Curitiba: Juruá, p. 179-206, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org**.). Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Fátima. **PCC, a facção**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. **Psicologia e Teoria *Queer*:** das identidades aos devires. 2013. 200 f. Tese (Livre docência em Psicologia)- Faculdades de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2013.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VÁZQUEZ-ROJAS, Carmen. Sobre la cientificidade de la prueba científica em el proceso judicial. **Anuário de Psicologia Juridica**, Madrid, v.24, p. 65-73, 2014.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do Sujeito de Direito ao Estado de Exceção:** o percurso contemporâneo do sistema penitenciário brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

UZIEL, Anna Paula; MOREIRA, Luciana Reis; FIGUEIREDO, Tatiana Fulton de; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. A construção da psicopatia no contexto da cultura do medo. **Revista de Psicologia da IMED**: v. 2, n. 1, p. 297-306, 2010.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [A ordem punitiva].** Rio de Janeiro, Revan, 2007.

YAMADA, Lia Toyoko. O horror e o grotesco na Psicologia – A avaliação da psicopatia através da escala Hara PCL-R (Psychopathy Checklist Revised). Rio de Janeiro: 2009. [Tese de doutorado em Psicologia] Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas; VILHENA, Junia de; MAIA, Maria Vitória Campos Mamede; BITTENCOURT, Maria Inês. **"Crianças impossíveis' – quem as quer, quem se importa com elas?".** Maringá: Psicologia em Estudo, v.12, n.2, maio/agosto, 2007.

APÊNDICE

TÓPICOS DISPARADORES

Dados iniciais dos/as participantes:

- Idade?
- Sexo?
- Classe econômica?
- Religião?
- Qual regime é a penitenciária em qual trabalha? Qual população? E quais os delitos?
- Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?
- Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?
- Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicóloga/o?
- O que o/a levou a prestar concurso para psicólogo/a de penitenciária?
- Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?
- O que acreditava que seria sua função?
- Desejava trabalhar no sistema prisional?

Formação acadêmica:

- Graduou-se em qual universidade? Em que ano?
- Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?
- Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?
- Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por que?

- Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?
- As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

Local de trabalho:

- Como é o local no qual faz os atendimentos com os/as sentenciados/as?
- Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?
- Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala dos/as profissionais de psicologia)?
- Como é o ambiente de trabalho?
- Já esteve nos pavilhões nos quais estão as celas dos/as sentenciados/as? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?
- Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?

Atuação no sistema prisional:

- Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?
- Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Quais outras atuações exerce?
- Como sua atuação poderia ser melhorada?
- Foi preparada/o de alguma forma para ter tais atuações?
- A Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP/SP) disponibiliza algum tipo de curso/palestras que possam auxiliar para sua atuação no sistema prisional? Se sim, quais? Se não, por quê? Seriam/são importantes tais cursos e por quê?
- É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?
- Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

Laudos/Exames criminológicos:

- Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?
- O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?
- Em que o parecer do/a psicólogo/a se difere do/a assistente social?
- Em média faz quantos por dia?
- Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?
- Como são realizados estes laudos/exames criminológicos? O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?
- É a favor ou contra a realização destes laudos/exames criminológicos, por quê?
- Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?
- Acredita que esta preparado/a para realizar tais laudos/exames criminológicos?

Histórias no sistema prisional:

- Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

Psicologia no sistema prisional:

- Existe preocupação com os "direitos humanos" dos/as presos/as por parte do Estado e dos/as funcionários/as das penitenciárias?
- Os/as psicólogos/as se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por que?
- Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogos/as de uma penitenciária para outra, por quê?
- Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte dos/as psicólogos/as para que exista esse auxilio?
- Existe alguma rede de contato/apoio entre os/as psicólogos/as que atuam no sistema prisional?

Relações dentro da penitenciária:

- Como é a integração dos/as profissionais da Psicologia com outros/as profissionais e setores (assistentes sociais, advogados/as, agentes,

enfermeiros/as, médicos/as), pela direção da penitenciária e apenados/as. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações dos/as psicólogos/as.

Atuação no sistema prisional e vida pessoal:

- Ser psicólogo/a em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?
- Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo/a no sistema prisional?

Visão que tem Sobre Penitenciárias de Regime Fechado:

- Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

Perspectivas Futuras:

- O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicóloga/a penitenciária/o?
- Como definiria o/a psicólogo/a em uma penitenciária?

ANEXOS

Anexo I: PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – UNESP/CAMPUS DE ASSIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - UNESP/ CAMPUS DE ASSIS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PSICOLOGIA E SISTEMA PRISIONAL: CARTOGRAFANDO A ATUAÇÃO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) EM UMA "INSTITUIÇÃO TOTAL"

Pesquisador: André Masao Peres Tokuda

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 30442314.3.0000.5401

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 707.718

Data da Relatoria: 02/07/2014

Objetivo da Pesquisa:

Cartografar as atuações e histórias de 13 psicólogos que trabalham nas penitenciárias masculinas de regime pertencentes à Coordenadoria Oeste do Estado de São Paulo. é também objetivo mapear as formações, desejos profissionais e problematizações das funções do psicólogos nas penitenciárias, orientado-se pelo método cartográfico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador considera a possibilidade de riscos e em caso de ocorrência garante assistência ao participante da pesquisa.

Benefícios: Contribuir para a compreensão das atuações dos (as) psicólogos (as) em penitenciárias. Além disso, espera-se que o conhecimento produzido possa atualizar e que exista troca de experiências entre estes profissionais, além de contribuir com proposições na formação em Psicologia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O pesquisador informou os locais de coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória (Declaração de infraestrutura e declaração do pesquisador) estão adequados e em conformidade com a orientação deste comitê. O TCLE às recomendações do CEP/CONEP.

O cronograma foi alterado

Recomendações:

nihil

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador atendeu as recomendações no que diz respeito à citação de riscos e obrigações do pesquisador e providenciou a adequação do calendário da pesquisa.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. Os RELATÓRIOS deverão ser apresentados em Dezembro/2014, Julho/2015 e Fevereiro/2016. No relatório Final deverá se informado como foi realizada a devolutiva do resultado da pesquisa aos sujeitos. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100
Bairro: Vila Tênis Clube **CEP:** 19.806-900
UF: SP **Município:** ASSIS
Telefone: (18)3302-5607 **Fax:** (18)3302-5804 **E-mail:** cep@assis.unesp.br

Continuação do Parecer: 707.718

ASSIS, 03 de Julho de 2014

Assinado por:
CLAUDIO EDWARD DOS REIS
(Coordenador)

Anexo II: PARECER COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMITÊ DE ÉTICA
SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PSICOLOGIA E SISTEMA PRISIONAL: CARTOGRAFANDO A ATUAÇÃO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS) EM
UMA "INSTITUIÇÃO TOTAL"

Pesquisador: André Masao Peres Tokuda

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 33115014.5.0000.5563

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 816.750

Data da Relatoria: 18/09/2014

Apresentação do Projeto:

O título do projeto é: "Psicologia e Sistema Prisional: cartografando a atuação das (os)em uma "instituição Total".

O projeto destina-se a estudar a atuação do psicólogo no sistema penitenciário, mas enfoca a atuação dos profissionais da unidades prisionais masculinas da região oeste do Estado. Na justificativa do projeto o pesquisador analisa criticamente a atuação do psicólogo a partir de Foucault, Luis Carlos da Rocha, Guatarri e outros autores e, por fim se indaga-se qual a contribuição da psicologia tanto para o indivíduo recluso como para a psicologia Penitenciária. Na linguagem do pesquisador, o presente estudo quer cartografar a atuação do psicólogo do sistema penitenciário.

Objetivo da Pesquisa:
OBJETIVO GERAL

Contribuir com a construção de conhecimentos de Psicologia na área da Psicologia penitenciária, de modo a facilitar que esse campo de atuação da profissão tenha maior visibilidade, principalmente no meio acadêmico.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Cartografar as atuações e histórias (de vida no sistema prisional) dos (as) psicólogos (as) que trabalham diariamente dentro das penitenciárias do estado de São Paulo, de modo a mapear o que está sendo feito por estes (as) profissionais nas penitenciárias paulistas. Esse mapeamento nos ajudará a clarificar a respeito de como a Psicologia está sendo utilizada em uma instituição que preza mais pela segurança do que pela reinserção social dos (as) sujeitos (as) presos (as), bem como mapear os desejos profissionais e problematizações de suas funções nas penitenciárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Dentro da proposta das realizações da entrevista acreditamos que os entrevistados não serão vulnerabilizados e muito menos terem as medidas protetoras alteradas, dado que só será possível a entrevista a partir de autorização prévia para realização desta investigação. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu orientador, desta forma não há riscos quanto participação nesta pesquisa.

Benefícios:

Contribuir para a compreensão das atuações dos (as) psicólogos (as) em penitenciárias. Além disso, espera-se que o conhecimento produzido possa atualizar e que exista troca de experiências entre estes profissionais, além de contribuir com
proposições na formação em Psicologia.
Os riscos de fato são mínimos, portanto, está adequado as considerações do pesquisador sobre riscos e benefícios.

O pesquisador avalia adequadamente os riscos e menciona medidas a serem utilizadas caso haja

algum desconforto do participante. Quanto aos benefícios são avaliados de modo adequado, pois a pesquisa é relevante do ponto de vista acadêmico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como mencionado anteriormente, a pesquisa possui relevância acadêmica, contribuirá com possíveis mudanças na atuação do psicólogo no Sistema Penitenciário de São Paulo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é importante e certamente contribuirá para a compreensão da atuação do psicólogo no sistema penitenciário e, possivelmente,para qualificar esta prática. A metodologia utilizada é interessante, embora tivesse sido oportuno a mistura entre os métodos quali e quantitativo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE está adequado.

Recomendações:

Ampliar número de profissionais entrevistado para um número que julgar pertinente, de acordo com os critérios escolhidos para definir 13 entrevistados das penitenciárias da região oeste.
Veja indicação no item seguinte.

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Rua Líbero Badaró, 600 - 5° andar
Bairro: Centro **CEP:** 01.008-000
UF: SP **Município:** SAO PAULO
Telefone: (11)3775-8108 **Fax:** (11)3775-8108 **E-mail:** comitedeetica@sap.sp.gov.br

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

SAO PAULO, 02 de Outubro de 2014

Assinado por:
Rosalice Lopes
(Coordenador)

Anexo III: Frevo

Pesquisador (P): Idade?

Frevo (E): 25 anos.

P: Sexo?

E: Feminino.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: É, regime fechado.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Sim, sou professora universitária.

P: Você leciona sobre Psicologia Penitenciária e/ou Psicologia Jurídica?

E: Já lecionei Psicologia Jurídica, daí como tinha prática em penitenciária acabei trabalhando bastante a questão das penitenciárias. Na verdade do sistema prisional como um todo, sistema penitenciário, manicômio penitenciário, o CPP (Centro de progressão penitenciário), mas atualmente só com Psicologia do trabalho e da aprendizagem.

P: Há quantos anos trabalha na Penitenciária de regime fechado?

E: Dois anos e quatro meses, mas já tinha feito estágio anteriormente em outra penitenciária de regime fechado, estágio remunerado.

P: Estágio extracurricular?

E: Isso.

P: Durante este estágio qual era sua atuação?

E: No estágio, me deixa lembrar, no estágio a gente fazia atendimento, atendimento na saúde mental, então eram demandas espontâneas dos presos, por meio de bilhete e também encaminhados por outros setores, enfermaria, setor da segurança e disciplina também encaminhavam. A gente fazia atendimento individual. Tinha as atividades de supervisão de estágio que tínhamos que participar, tanto da supervisão da psicóloga da penitenciária e do professor da faculdade, basicamente era isso. A gente também fazia bastante serviço psicossocial, contato com a família, ligações, a gente às vezes tinha que localizar a família que o preso estava muito tempo sem contato, informações e orientações para família também, porque o meio de comunicação que eles têm, no regime fechado, são os funcionários, acho que era isso.

P: Tinha estagiário(a)s de serviço social?

E: Tinha.

P: Mesmo assim tinham que fazer trabalho do serviço social?

E: É que na penitenciária onde eu fiz o estágio, o trabalho de Psicologia e Serviço Social era bem integrado. Então essa mediação de vínculo é tanto o assistente social, quanto o psicólogo que fazia. Hoje na unidade que estou já é bem segregado, bem dividido isso. É, mas lá, como a gente era, não só pelo fato da gente ser estagiário, até mesmo os profissionais faziam essa, trabalhava bem em conjunto. Uma coisa que esqueci, também, é a entrevista de inclusão. Então quando o preso chega à unidade, a unidade tem que fazer uma entrevista psicossocial de inclusão. No inicio era feito dividido, Serviço Social e a Psicologia, só que agora o próprio Sistema Penitenciário unificou e tanto o psicólogo, quanto o assistente social pode fazer a mesma entrevista.

P: Você entende que exista diferença entre a penitenciária atual que você trabalha e a que você fez estágio?

E: Sim.

P: Quais seriam essas diferenças, não em sua atuação, mas no funcionamento/conjunto?

E: É, bom. Assim, é que vou ter que falar da atuação. A diferença é que, as duas são de regime fechado, a diferença é que na unidade onde estou atualmente tem muito exame criminológico para ser feito, então a gente faz muita avaliação psicológica para progressão de regime e para livramento condicional. É, então, o psicólogo praticamente lá ele fica entre essas duas funções, fazer o atendimento psicológico, emergencial, acompanhamentos psicológicos e fazer a avaliação psicológica. Mas, a questão da diferença maior é que aqui é bem dividido assim, o Serviço Social faz a parte de intermediação de vinculo, faz a parte mais de orientação para a família, e a Psicologia faz mais atendimento com o preso e as avaliações, o Serviço Social também faz o estudo social para o exame criminológico. Só que eu acredito que essa diferença se deu porque quando eu entrei na penitenciaria a única psicóloga que tinha lá ela fazia função de direção, até hoje ela faz a função de direção, então praticamente eu fui à primeira psicóloga que tinha lá, em uma penitenciária que tinha, não sei te falar exato, mas mais de oito anos pelo menos, não tinha outra uma psicóloga, ou melhor, outra pessoa que fazia a função de psicólogo. E aí, assim os próprios presos não sabiam que tinham esse acompanhamento psicológico, os presos daquela unidade, que tinha o acompanhamento psicológico. Quando tinha avaliação, a SAP, a secretaria ela disponibilizava outros profissionais de outras penitenciárias para fazer avaliação lá, então não sabia muito bem, parecia que as pessoas lá não sabiam muito bem o que o psicólogo ia fazer lá

dentro. É porque a avaliação chamava psicólogos de fora, do próprio sistema e o acompanhamento não fazia, só em caso de emergência, aí a diretora que fazia.

P: Trabalhou em algum lugar antes de trabalhar na penitenciária como psicóloga?

E: Antes de trabalhar na penitenciária, então eu me formei em 2010, e no ano seguinte eu fui trabalhar em um CRAS e trabalhei nesse CRAS no Mato Grosso do Sul e depois, também, trabalhei como psicóloga em uma empresa de construção civil.

P: O que a levou a prestar o concurso para agente técnico de assistente à saúde – Psicologia (psicóloga) da penitenciária?

E: Eu prestei mais porque eu já tinha feito estágio e já conhecia como funcionava a penitenciária, acho que as pessoas tem muito medo, ficam muito preocupadas com a questão do risco, e como já tinha atendido, já tinha passado esse processo, sentir medo, não que a gente não tenha medo a uma situação que a gente vê que, percebe que está estranha quando a gente trabalha. Mas é mais essa questão, já tinha quebrado esse medo do risco dessa população, da dificuldade de trabalhar em uma penitenciária, então achei que seria tranquilo trabalhar.

P: Tinha curiosidade, interesse antes do estágio em fazer algum estágio, trabalho referente ao sistema prisional?

E: Então, na faculdade eu, quando eu entrei na penitenciária para fazer estágio estava no quarto ano. A disciplina de Psicologia Jurídica ela só foi, a gente só foi ter no quinto ano, então na verdade eu não sabia, eu sabia é a partir do senso comum, das pessoas que trabalhavam como agente penitenciário, às vezes você acaba conhecendo pessoas que tem esse trabalho, mas não do trabalho do psicólogo, era uma coisa que eu não tinha descoberto ainda, então não sabia nem como iria ser.

P: Quais foram às sensações que sentiu quando entrou pela primeira vez em uma penitenciária?

E: Quando eu entrei pela primeira vez na penitenciária foi para fazer estágio com trabalhadores. Então a gente não tinha acesso aos pavilhões, parlatório, lugar onde a maioria dos psicólogos do sistema fechado atende, a gente não tinha esse acesso, a gente não tinha nada de acesso para dentro da muralha. A gente só tinha acesso para administração. Então as primeiras sensações foram de curiosidade, de saber como era a estrutura física mesmo de uma penitenciária, dentro da muralha, porque fora, por mais que é distante da cidade é uma administração pública comum. É, um pouco mais sem cor, vamos dizer assim. Muito cinza, onde eu fiz estágio até tinha uma jardinagem, mas nem todas têm, um pouco mais concreto, visualmente falando. Mas a primeira sensação

era de curiosidade, para saber como era lá, como era o dia a dia dos presos. Depois quando fui convidada para fazer o estágio, o diretor geral e o diretor de disciplina foram mostrar à penitenciária, dentro da penitenciária, dentro das muralhas, o espaço físico. Daí lembro que foram os diretores geral e disciplina e mais uns quatro agente penitenciários, como se tivessem escoltando a gente, eles utilizam essa nomenclatura quando vão acompanhar algum preso. Então eles foram acompanhando a gente e cada vez que a gente entrava em um determinado lugar/espaço uma porta ia abrindo e outra fechando, porque na penitenciária duas portas não podem estar abertas ao mesmo tempo. Então era a sensação que a gente poderia ficar ali trancadas. Porque você passava e a porta trancava atrás de você, passava outra porta e ela trancava atrás de você de novo. É, quando a gente chegou até próximo, o que eles chamam de gaiola que é perto dos pavilhões onde os presos ficam, aí a gente conseguia visualizar os presos dentro do pavilhão, mas a gente não chegou a entrar dentro do pavilhão, a gente ficou dentro da gaiola de acesso. Aí, eu lembro que o diretor falou assim: "olha se tiver alguém sem camiseta, você não precisa ficar espantada, porque aqui é a casa deles, então eles vão ficar do jeito que quiserem". Eu imaginava que era todo mundo de uniforme, igual à gente vê em filmes, uma fila como se fosse uma linha de produção, com todo mundo em pé, mas não, eles estavam lá dentro de short e alguns sem camiseta, umas camiseta de time, pendurando a roupa no varal, mas eu vi tudo muito amontoado, muitas pessoas amontoadas, parecia. O espaço parecia pequeno para o número de pessoas.

P: Qual foi sua sensação quando teve contato pela primeira vez com um(a) sentenciado(a)?

E: Eu não lembro. Assim, eu lembro que a supervisora do local, da penitenciária, ela me acompanhou para fazer o atendimento no parlatório e no primeiro atendimento não foram os estagiários que fizeram, foi à psicóloga, ela fez o atendimento e agente ficou observando. Mas eu não lembro a sensação.

P: Quando prestou concurso para psicóloga penitenciária você já tinha uma ideia do que ia fazer na penitenciária?

E: Então, quando eu passei no concurso, eu achei que as práticas seriam mais ou menos as do estágio, porque no estágio em relação aos psicólogos que ficavam lá, a gente só não fazia avaliação psicológica, o restante a gente fazia tudo. A gente as acompanhava nas avaliações, corrigia alguns testes, mas a gente não fazia do começo ao fim a avaliação.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Então, eu acho que fui conhecendo o sistema, não foi algo que eu sempre quis trabalhar, que eu falei "não, que um dia vou ser psicóloga", só que eu fui conhecendo aos poucos e depois que fui conhecendo foi virando uma possibilidade, uma coisa que achei que seria bom, que seria legal, que o trabalho em Psicologia poderia ser legal.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Me formei em uma faculdade particular em 2010.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Não, cursei na área de Psicologia da saúde.

P: Durante a graduação fez estágio extracurricular na penitenciária, e teve outro estágio, disciplina que se relacionasse com o sistema prisional?

E: Então, a disciplina a gente teve no quinto ano, mas essa disciplina ela era voltada, chamada disciplina de "Tópicos avançados", então dentro dela tinha, mas não tinha uma disciplina básica de Psicologia Jurídica, o professor da disciplina trabalhou Psicologia Jurídica. O estágio, o que aconteceu, a gente fazia o estágio na penitenciária atendendo o funcionário, então era um estágio relacionado à Psicologia do Trabalho no inicio. Quando a gente começou a fazer o estágio remunerado, precisaria também de um supervisor da instituição, então a faculdade se adequou de modo que esse estágio passou a ser considerado como estágio de Psicologia Institucional, porque a gente também tinha supervisão do professor da faculdade. Então primeiro trabalhei em Psicologia do Trabalho com trabalhadores e depois trabalhei em Psicologia Institucional com atendimento aos sentenciados.

P: Você colocou que dá aula e que havia dado aula de Psicologia Jurídica, acredita que é importante nos cursos de graduação em Psicologia que tenham essa disciplina?

E: Acho que hoje em dia ela se torna uma necessidade, pois é um campo que está crescendo muito, então tem muitas faculdades que não tem disciplina de Psicologia Jurídica, quanto mais uma disciplina sobre segurança pública. E as faculdades precisam se adequar ao que a população, o que surge na população enquanto demanda para área de Psicologia, acho que é uma demanda importante e que vem crescendo. Até mesmo o trabalho com o pessoal da segurança pública, policiais militares, policia civil, a gente não vê isso na faculdade, é muito difícil.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: A minha abordagem é a psicanalítica, então uso dentro da penitenciária a abordagem psicanalítica Winnicottiana, Kleiniana, que acho que tem bastante a ver com o

desenvolvimento da população e também a psicossomática de origem psicanalítica, porque encontro muitos pacientes com doenças psicossomáticas, mas nem todos pacientes são psicossomáticos, então a psicossomática não pode ser usada para todos pacientes, mas para aqueles que têm alguma queixa relacionada com a psicossomática tento usar, embora não tenha nenhuma formação específica nessa área, tenho um conhecimento que tento adaptar. A própria estrutura do sistema faz com que o sujeito desenvolva doença psicossomática.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Acho que a referência técnica do profissional é sempre muito importante, tanto pelo conselho, tanto pelos órgãos que este profissional está inserido, mas em alguns momentos ela não se torna condizente com a realidade do profissional. Porque, você me perguntou como atendimento funciona, eu sei que o psicólogo ele tem que presar pelo sigilo do paciente, só que se a gente for pensar que aquela estrutura física não possibilita um sigilo adequado, a gente não atende ninguém. Então a gente precisa fazer algumas adaptações, como falei, quando percebo que aquilo excede, que alguém tá ouvindo, que alguém tá tentando ouvir, ou tem curiosidade frente ao atendimento, eu encerro, mas se a gente seguir a risca o profissional não pode trabalhar em um lugar que o sigilo, onde tem esse escape acústico, então a gente não vai trabalhar dentro do sistema. Então algumas coisas a gente tem que se adaptar. São importantes as referências, mas nem tudo condiz com nossa realidade.

P: Sobre seu local de trabalho. Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Então, lá a gente faz o atendimento em parlatório. Os parlatórios são cinco guichês, e a gente não tem, a gente não entra pelo mesmo acesso que o preso entra, então a gente fica de um lado e o preso do outro lado. No momento o guichê que a gente tá atendendo tem uma grade, uma grade maior e uma menor que separa o psicólogo do preso. Só que está havendo um projeto de estruturação dos parlatórios, porque nosso parlatório não tem abafamento acústico nenhum, então se tiver cinco pessoas atendendo de um lado e cinco presos do outro fica muito barulho, às vezes a gente não consegue ouvir o que o nosso paciente está falando e a gente tem que até encerrar o atendimento. Então, tá sendo restruturado, mas até agora, desde quando eu entrei, é assim.

P: Dá para você ouvir bem o que o sentenciado(a) e dá para ele(a) te ouvir bem?

E: Se tiver pouca gente sim. Porque também tem vezes que vou atender e só está eu atendendo e o preso do outro lado. Mas quando tem muita gente, principalmente se os cinco estiverem com pessoas atendendo, é muito difícil. Tem vezes que a gente precisa encerrar o atendimento, até explicar para o preso que depois a gente remarca, porque fica difícil.

P: Quais profissionais utilizam o parlatório?

E: Esse é um problema, porque lá às vezes a gente tá atendendo e tem um advogado do lado. E o advogado, já ocorreu casos do advogado falar com o preso, que ele estava atendendo, para ouvir o que a gente estava conversando, para depois na hora da avaliação psicológica ele saber o que falar. E aí a gente tem que encerrar o atendimento, porque o que a gente pode fazer é tentar reduzir esses danos para o atendimento, então a única saída é a gente encerrar o atendimento naquele momento.

P: Então no parlatório todo(a)s acabam ouvindo o atendimento do outro, não tem nenhuma individualização?

E: Tem uma divisão pequena que é de uns 30 centímetros a cada parlatório, no sentido de separar, só que ele não veda nenhum áudio e se a gente afastar uns dez centímetros a gente vê quem é o preso, por exemplo, do seu vizinho, de quem está atendendo do seu lado. Então tem advogado, assistentes sociais, o pessoal do setor jurídico da unidade, então a maior dificuldade é quando tem uma pessoa que não é da unidade, porque quem é da unidade não fica prestando atenção, às vezes por curiosidade sim, mas não para interferir no atendimento. Agora o de fora além da curiosidade ele interfere no atendimento.

P: Não teria nenhum sigilo?

E: Não teria nenhuma proteção do setting clínico, diríamos assim. Não tem, infelizmente. Em alguns momentos a gente consegue fazer essa proteção, porque tem um ou dois atendendo, então tem uma distancia e não dá para ouvir, mas isso já é uma questão que eu falo no contrato terapêutico, então eu já aviso, faço esse contrato e o preso fica sabendo que se tiverem mais pessoas lá ele não precisa falar nada e que a gente inclusive vai encerrar o atendimento por conta disso, então já deixo claro no primeiro atendimento.

P: Existe alguma sala que possa ser reservada para atendimento?

E: O problema da sala. Assim, não existe uma sala do nosso setor, existe uma sala da enfermaria. Então a gente precisa envolver outros setores para que isso aconteça, só que o problema da sala é que vai ser um contato direto com o preso, e por se tratar de um

regime fechado, precisa ter um funcionário acompanhando esse preso dentro da sala, então também impossibilita a questão do sigilo, de preservar o sigilo. Então a gente tenta fazer de um lado, mas acaba caindo em outro lado, então na verdade não existe essa saída lá, e a penitenciária lá é compacta, então o espaço físico é pequeno.

P: Como é o espaço que fica durante o período que não está fazendo atendimento?

E: Lá é dividido entre o parlatório, onde fazemos atendimento, e a administração, que é o prédio da administração. Lá tem, nesse prédio, tem uma sala destinada para nosso setor, que é o CRAS (Centro de Reabilitação e Assistência a Saúde). Então ficam os psicólogos, assistentes sociais, estagiários de psicologia, alguns oficiais daquele setor e diretora da reintegração.

P: Como você acredita que deveriam ser os locais de atendimento e as salas do(a)s profissionais de Psicologia?

E: É, a questão da sala não vejo muito problema, lá temos uma sala grande e acho até produtivo o psicólogo ficar com outros profissionais, assistente social, porque o psicólogo já em outros espaços ele já é o profissional que é fechado, que não trabalha em equipe, já esse histórico. Então, acho que é importante esse espaço de dividir com outros profissionais e até porque nessa sala a gente também discute os casos, que a gente acompanha, acho bem legal. Sobre o parlatório a questão principal é o conforto do parlatório, então a gente atende em um "puff" de concreto, chega ser cômico, porque é um "puff", mas é de concreto e não tem encosto, então o profissional tem que ficar o tempo todo em um tipo de banquinho, e ele não se move, dependendo do tamanho a gente não consegue se adequar ao tamanho, é um único tamanho. Do lado do preso é a mesma coisa, do nosso lado ainda tem uns dois centímetros de estofado nesse "puff" de concreto, do lado do preso nem isso têm. Essa estrutura física, do conforto mesmo do atendimento, e a questão dessa vedação do áudio, que seria o mais importante, e visual também, que as outras pessoas não conseguissem ver o preso que a gente está atendendo. No caso quando eu falo assim, principalmente nesses casos que tem o advogado que atende junto, então o advogado também teria que ter uma sala separada para ele fazer o atendimento. Eu não concordo muito com a sala, pois eu acho que a gente trabalha em um regime fechado e acho que a gente não pode desconsiderar o risco que envolve o profissional com essa população, então o parlatório é um lugar seguro par ao profissional, mas no ponto de vista do atendimento psicológico é bem falho.

P: Como você percebe o ambiente de trabalho da penitenciária, para o(a) profissional de Psicologia?

E: Então, existem penitenciárias e penitenciárias, diretorias e diretorias. Tem um, dentro das penitenciárias, tem um jargão do diretor falar assim "na minha cadeia se faz assim, e assim e assim", então na cadeia, que é a penitenciária, que popularmente a gente chama assim, funciona conforme a gestão mesmo ali, então é um ambiente muito rígido, que em alguns momentos as decisões são inquestionáveis, incontentáveis, até mesmo o profissional de Psicologia tem que ter um jogo de cintura, ele tem que pedir uma vez, ele não vai conseguir, ele tem que pedir outra vez, explicando de outra forma, mas ele não vai conseguir, aí ele tem que falar com outra pessoa, principalmente da segurança e convencer esse profissional/diretor da segurança da importância daquilo, ou convencer o diretor da produção para depois chegar lá no diretor geral e convencê-lo, um trabalho mesmo de convencimento da importância de nossa prática. Então o profissional tem que, se ele bater de frente com os outros, principalmente que os outros são diretores, que a gente trabalha muito com os diretores, é a gente não consegue nada, porque quem manda, de um modo geral, é o diretor geral e o diretor de disciplina. Então a gente tem que conversando aqui, conversando ali, pedindo de uma forma, pedindo de outra forma. Esse ambiente é muito, as normas, têm normas lá muito instituídas e as pessoas vão reproduzindo e não sabem por que, então quando você questiona às vezes se você questionar de maneira muito incisiva você fica muito mal visto, então precisa tomar muito cuidado, é um trabalho de cuidado a todo o momento.

P: Você já conheceu os pavilhões nos quais vivem o(a)s sentenciado(a)s?

E: Não, só até a gaiola, que é antes de chegar ao pavilhão, à gente consegue visualizar, mas entrar não.

P: Por que não?

E: Acredito que isso seja uma questão de segurança, segurança do funcionário. Primeiro que lá é população, a população que atendo é uma população masculina, então por uma questão de segurança não seria viável que uma profissional entrasse no pavilhão, com uma população que só tem homens. Além disso, se fazia antes trabalho dentro dos pavilhões, às vezes em alguma comemoração especial, então ia os agentes de segurança acompanhando os psicólogos, mas hoje em dia ainda não é feito isso, também o número de presos dentro de um pavilhão ele tá três vezes mais, em alguns lugares, do que o pavilhão comporta, então aí envolve um risco maior do profissional entrar. Então isso é uma questão que a gente nem questiona. Mas eu sei que nas unidades femininas as psicólogas inclusive atendem dentro da cela com a sentenciada, presa, detenta.

P: Então existe uma diferença entre um psicólogo e uma psicóloga trabalhando em uma penitenciária masculina?

E: Acredito que o psicólogo não iria poder entrar nos pavilhões, na unidade onde estou, nesse momento, não. Porque, na verdade assim, até os funcionários correm riscos, mas a profissão deles envolve esse risco, do psicólogo não. Não é viável expor o psicólogo a esse risco. Na penitenciária feminina parece que a violência é menor, o risco de violência é menor, até homens, psicólogos, entram nos pavilhões quando é uma penitenciária feminina. Mas quando é uma penitenciária de população masculina o risco é maior, considerado risco maior.

P: Na unidade na qual trabalha existe as celas chamadas de solitárias/castigo?

E: Sim, quando o preso comete alguma falta disciplinar ele é mandado para lá. Aí existe outra questão, outro pavilhão que é das celas de seguro pessoal, que é quando o preso se sente ameaçado pela própria população carcerária, então ele pede um seguro de vida, um seguro pessoal, aí ele é mandado para outra cela que também é isolada, aí ele pode ficar lá por um tempo e depois ser transferido para outra unidade. Mas com a superpopulação até os castigos e os seguros estão superlotados, então o preso não está ficando mais sozinho, sempre vai ter alguém.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Bom, eu não tenho muita referência sobre isso, porque sempre trabalhei com mulheres no regime fechado masculino. Acho que assim como em qualquer outro lugar existe, pode existir o preconceito dessa população de ter uma mulher lá, o que a gente vai entender como certas resistências e que também são possíveis de ser quebradas, então acho que não tem um, não tem um problema nisso. São diferentes, pode existir essa diferença, mas nada que possa atrapalhar.

P: Você sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher trabalhando em uma penitenciária masculina?

E: Impedida, eu lembro, não sei se isso foi impedimento pela questão do sexo, mas eu lembro que a gente queria fazer algumas palestras utilizando o espaço da escola, na verdade as professoras pediram para que a Psicologia e o Serviço Social fizessem algumas palestras, para os presos que estudassem, e o diretor de produção não deixou e a fala dele foi essa “se acha que eu vou deixar vocês lá com os presos?”, eu senti certa precaução, nesse sentido, porque as professoras elas tem, elas recebem alguns benefícios por trabalharem diretamente com os presos, o psicólogo não tem. É um

benefício adicional. Mas não só por essa questão financeira, isso quer dizer que aquele profissional está mais autorizado a entrar e conversar diretamente com os presos, e a gente não. Mas não sei se fosse masculino, se o psicólogo fosse um homem se eles iriam deixar ou não, porque lá a gente não tem e não tem como comparar.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: Faço avaliação psicológica para progressão de regime e livramento condicional, então depois que a gente faz as avaliações são feitas as reuniões, que chama CTC (Comissão Técnica de Classificação), para a gente estabelecer, conversar sobre aquele, discutir na verdade o caso, se ele tem condição de progredir de regime. Os atendimentos psicológicos, então quando o preso solicita ou quando se faz uma avaliação psicológica e a outra psicóloga vê a necessidade, aí uma encaminha para outra, quando o setor da enfermaria ou da segurança encaminha algum preso para atendimento psicológico. Orientações para progressão de pena, quando ele já ganhou o benefício, na verdade a gente não tem um projeto específico, eu faço quando eu atendo o preso, faço acompanhamento psicológico e sei que ele já vai progredir de regime e está aguardando vaga, então acabo fazendo essas orientações. Também um pouco de mediação de vínculo entre a família, localização da família.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Essa pergunta é difícil, porque nem tudo depende do profissional sozinho. Por exemplo, as unidades, principalmente as compactas, elas não tem espaço físico para fazer trabalho de grupo, não tem funcionário suficiente para escoltar, acompanhar esses presos. Então, hoje o problema maior que a gente tem é o espaço físico e o número de funcionários que é reduzido, porque a gente tenta propor alguma coisa, mas nunca é aceito, com a legação desses fatores, infelizmente são fatores que existem, que a gente não consegue contestar, é realmente isso, vai fazer grupo onde? Não tem espaço, não tem trabalhador para acompanhar esse preso. Então acho que isso é uma das primeiras coisas que precisaria ser mudada.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Quando eu era estagiária sim, porque tinha supervisões de estágio, tanto da diretoria, minha supervisora era diretora de reintegração na época, quanto professor da faculdade. Mas quando entrei como psicóloga, pelo concurso, até questionei se tinha alguns procedimentos, mas não, tem os procedimentos da segurança, mas em questão de técnicas da Psicologia você faz o que já conhece.

P: Não existe algum tipo de curso da SAP para preparar, em um primeiro momento, o(a) psicólogo(a) para atuação na penitenciária, como ocorre com os agentes, é isso?

E: Os cursos que a Secretaria, que no caso é a Coordenadoria de Reintegração Social proporciona, são cursos gerais e alguns de técnicas específicas, por exemplo, se eles entendem que algum teste psicológico é importante, eles vão ensinar aquele teste psicológico, mas o que acontece é que dentro da Secretaria nem todos profissionais são liberados para fazerem os cursos, então na maioria das penitenciárias que a gente vê só vai um profissional de cada vez, e é muito longe então a Secretaria tem que pagar diária, então por redução de custo. Vamos dizer assim, teve um treinamento? Não, não teve treinamento, tem alguns cursos específicos, mas que ao mesmo tempo é uma atuação mais geral, específica enquanto uma técnica, mas que não te dá um embasamento no que fazer dentro da penitenciária, por exemplo, como elaborar um projeto? Não, não tem isso. Voltado mais para técnica.

P: Você colocou que somente alguns(algumas) profissionais de Psicologia são liberado(a)s para participarem dos cursos oferecidos pela Coordenadoria de Reintegração, por que acontece isso e quem seleciona quem pode ir?

E: Lá onde eu trabalho a gente faz um esquema de revezamento e disponibilidade do profissional, alguns profissionais têm outros trabalhos fora da penitenciária, então precisam conciliar isso. Então acaba fazendo um esquema de revezamento. Mas em algumas unidades, eu tenho conhecimento que quem direciona isso é o diretor de reintegração.

P: Você colocou que a SAP ministra alguns cursos mais gerais, para você quais cursos que a SAP poderia promover?

E: A questão dos exames criminológicos, se não me engano, já teve esse ano, mas foi o que disse “nem todos profissionais puderam participar”. Acho que a Coordenadoria deveria ser mais integrada no sentido de oferecer um curso em que todos profissionais pudessem participar, mesmo que fosse em esquema de rotação, para depois oferecer outro curso. O que acontece, a Coordenadoria propõem algum cursos de dois módulos, às vezes interrompe no primeiro módulo, às vezes demora para ter o segundo módulo e aí os outros não conseguem fazer. Então, essa questão voltada ao exame criminológico que a gente tem muita dificuldade sobre o que ético e o que não ético colocar no exame, muitos profissionais tem medo de colocar algumas características do preso, pois não sabem quem vai manusear isso, quem vai ficar e aí a Secretaria não direciona nesse sentido, é uma coisa muito geral. Acho que técnicas específicas, alguns testes que

realmente a gente pudesse trabalhar dentro do sistema, porque às vezes a Secretaria ensina alguns testes que a gente nunca vai utilizar dentro do sistema penitenciário, por exemplo, o Rorschach, que é um teste que precisa de um ambiente físico específico, que lá não tem. Acho que alguns trabalhos com grupos seriam importante.

P: É feliz trabalhando no sistema prisional? Por quê?

E: Sentimentos ambivalentes, vamos dizer assim, minha resposta. Por um lado gosto de fazer atendimentos com os sentenciados, o acompanhamento psicológico é muito importante, assim como em todos os espaços, neste espaço também tem sua relevância. A avaliação psicológica às vezes vai virando um trabalho muito mecânico, como se a gente tivesse reproduzindo, porque nossa execução pede muito exame, eu faço trinta exames por mês, então imagina o que é fazer trinta exames por mês, acaba ficando muito mecânico, a gente já decorada algumas perguntas que precisamos fazer e a gente já consegue identificar o preso por alguma resposta, por como ele vai responder, isso acho que é muito negativo. Uma das ações que a SAP poderia realizar é a supervisão dos psicólogos, pela SAP, porque se o psicólogo quiser supervisão tem que pagar fora e nem todos tem condição financeira para pagar essa supervisão fora. Então começa a ficar muito repetitivo, outra questão é o próprio funcionamento, as normas, as regras que a gente não consegue quebrar algumas delas, isso torna o trabalho um pouco cansativo. Onde eu trabalho vejo a reintegração um espaço e a saúde outro, não existe esse trabalho conjunto entre os setores, o que dificulta um pouco.

P: Deseja continuar trabalhando no sistema penitenciário?

E: Tenho outros projetos de trabalho principalmente na área acadêmica, mas a penitenciária é um trabalho que eu não quero ficar institucionalizada, sei disso, não quero ficar institucionalizada nesse lugar. Então no momento em que eu me senti, vai ser difícil, porque a gente não consegue reconhecer, mas alguém vai ter que falar isso, aí não quero ficar mais no sistema.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Lá onde eu trabalho não existe essa população, pelo menos identificada, já existiu um caso de um preso que tinha uma relação homoafetiva, só que ele foi transferido, lá pela organização acredito que não tenham uma aceitação pelos presos, mas é um trabalho que nem foi desenvolvido para a gente saber. A SAP lançou uma resolução nesse primeiro semestre desse ano, falando sobre o trabalho com a população relacionada com gênero, mas é uma resolução com muitos pontos contraditórios, por exemplo, a inserção dessas pessoas ao espaço comum, mas por outro lado a não aceitação de alguns presos.

Que ela vai precisar ser reformulada, na verdade no momento acho que seria, é uma questão importante ser trabalhada dentro do sistema, mas na verdade eu não vejo como ainda, eu não tenho instrumentos, não tenho formação para isso, para fazer este trabalho.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Conheço. Acredito que nosso pensamento a gente vai elaborando a partir de como a gente estuda, no que a gente troca com outros profissionais e na época que saiu essa resolução eu era estagiária, então conversei com meu supervisor e lembro que ele disse o seguinte "se a gente for fazer um exame para ter habilitação à gente não precisa fazer avaliação psicológica? Qual o problema de se ter uma avaliação psicológica para progredir de pena?", no momento pensei "nossa que comparação mais superficial", mas depois fui pensando sobre isso e acredito que não deva existir a proibição do exame, porque se aquele sujeito não está capacitado ainda para progredir de regime, isso só vai ser diagnosticado na avaliação, só que junto a isso precisa-se ter outras ações. A reabilitação, a reinserção social de fato desse preso, também, só deixar esse preso lá por cinco, dez anos e só fazer avaliação psicológica periódica e não fazer nenhuma ação, não vai adiantar. Outra questão que deveria mudar é que deveria ter outro psicólogo, que se tivesse psicólogo da Vara de Execução Criminal para fazer o exame criminológico e não o profissional dentro da SAP. Por exemplo, quando a gente atende a família, a parte da assistência social, a gente faz alguns relatórios de acompanhamento, a gente não faz avaliação para direcionar o juiz para uma decisão, por exemplo, de disputa de guarda e adoção, quem faz isso é uma equipe específica; então acredito que deveria ter uma equipe específica da Vara de Execução e deixar o psicólogo do sistema trabalhando, realmente, com ações para reinserção social.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: O exame criminológico na verdade ele é um exame que engloba a área da Psicologia com a avaliação psicológica, a área do Serviço Social com o estudo social e algumas questões de comportamento, convivência do preso, que daí a gente vai ter parceria com a diretoria de produção, trabalho e escola, de disciplina e direção geral. Então o exame criminológico, o psicólogo não faz sozinho, ele tem uma participação que é a avaliação psicológica e dentro disso, junto com os outros profissionais eles dão uma opinião sobre a progressão do preso. A finalidade seria fazer essa reunião com todos esses relatórios específicos de cada área para direcionar uma opinião sobre a progressão ou não

progressão de regime daquele sentenciado. Se ele tem características psíquicas para sair daquele sistema e ir para outro sistema, e demais características, comportamento, característica social. A finalidade é instruir o juiz nas decisões de progressão de regime e livramento condicional. Na LEP o exame criminológico teria, também, a finalidade de instruir os próprios profissionais para individualizar a pena desse sentenciado, mas isso não é feito. Então a gente até acaba esquecendo-se desse fator. Na verdade o exame criminológico não era utilizado para finalidade de progressão, era utilizado para finalidade de individualização da pena, mas como não se faz, a gente só faz para progressão, a gente acaba até esquecendo que isso existiu.

P: Em que o parecer do(a) psicólogo(a) se difere do(a) assistente social?

E: A Assistente Social, o serviço social, vai fazer um estudo social, um estudo familiar, estudo das condições vinculares desse sujeito. O psicólogo vai fazer uma avaliação psicológica, de característica daquele sujeito tem, que ele possa se adaptar ao outro regime. Costumo falar assim ao preso "é como se fosse uma entrevista de emprego, você não tem as respostas certa ou errada, o juiz quer saber se tem condição de ir para outro regime, se você vai ter condição de cumprir o outro regime", a gente não quer saber se ele vai, se ele cumpriu ou não a pena, se ele tem outros delitos que vão ser julgados, a gente quer saber se dentro do outro sistema, dentro dessa nova realidade, desse novo funcionamento ele vai se adaptar, principalmente, as regras. Porque a gente não tem como avaliar se ele vai voltar a delinquir, é utilizado delinquência, se ele vai voltar a praticar um crime ou não, não é esse o objetivo. O objetivo é saber se o preso vai consegui cumprir as normas do outro sistema.

P: Faz em média quantos exames criminológicos por dia?

E: A gente faz em média 20 a 30 em um mês. No dia, como a gente vai, a gente que tenta se adaptar o que é melhor, se a gente quiser fazer todos os atendimentos em um dia e depois fazer o relatório a gente faz, mas a gente que vai se adequando. É melhor falar no mês, de 20 a 30.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: A gente utiliza de 30 a 40 minutos de entrevista com o preso, às vezes a gente aplica algum teste psicológico, daí vai ter o tempo do teste psicológico, tanto que esse teste durar, costumo aplicar o teste palográfico ou HTP, então o HTP é um teste que demora um pouco mais, o palográfico é mais rápido, em dez minutos a gente aplica. Depois tem a correção desse teste que vai de uma a duas horas e depois vai à elaboração do laudo que vai mais meia hora à uma hora, depende muito da complexidade. Costumo falar que

é de duas, três ou quatro horas no máximo para fazer cada relatório, concluir cada relatório, mas os testes psicológicos não são aplicados em todos os presos, porque o número é muito grande, se a gente fosse aplicar não iria conseguir, pois é um trabalho de meta mesmo, a gente tem que cumprir as metas, assim não seria possível. Eu acabo por uma questão, um critério meu utilizar os testes psicológicos para crimes contra a vida, homicídio, latrocino (assalto seguido de morte), costumo utilizar mais para estes delitos.

P: Além dos testes, como são realizados os exames criminológicos?

E: É basicamente isso, a gente faz a entrevista e depois redige o laudo a partir da entrevista. Quando tem aplicação de teste a gente faz.

P: O que é dito pelo(a) profissional de Psicologia?

E: A gente pergunta questões pessoais, é muita coisa que a gente pergunta, a gente pergunta como esses sujeitos se constituíram desde a infância até a vida adulta, as questões familiares, trabalho, educação e quando eles inseriam na vida delitiva, quando maior ou menos, quais foram às motivações para que isso tenha ocorrido, quais são as perspectivas futuras que esses sujeitos tem quando saírem da prisão, não só quando foram progredir de regime, mas quando saírem da prisão. Questões relacionadas como o sujeito, qual mecanismo ele desenvolve frente ao dano que foi causado na vítima. Como é a vida atual na penitenciária, se trabalha, como ele se vincula, como são as relações dele dentro da penitenciária, com os funcionário e internos, questões de comportamento dentro da unidade.

P: Quem tem acesso aos exames criminológicos?

E: O acesso dentro do nosso setor, como a gente tem essa discussão na CTC, então o diretor não pede para ler os relatórios, mas ele tem acesso se ele quiser ler, discutir alguma coisa, pedir para a gente ler, ele tem esse acesso. A gente manda para a Vara de Execuções Criminais, só que uma cópia desse relatório fica no prontuário do preso, mas o prontuário é da reintegração, para onde este preso for, se mudar de unidade, o prontuário vai com ele e outro profissional vai ter acesso.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Interno ou da direção?

P: Qualquer tipo de pressão ou represália.

E: Não, assim da parte do juiz nunca recebi, nunca tive nenhum problema, nunca tive nenhuma contestação de laudo, mas também sei que essa é uma característica dos juízes, que alguns juízes contestam os laudos, e ele na verdade não pode fazer isso, mas

o da nossa região não faz isso. O diretor também, a gente consegue conversar com ele, às vezes ele tenta entender essa questão da nossa opinião, a opinião é uma opinião conjunta, então o psicólogo não coloca isso no laudo, vai uma opinião conjunta, com a decisão da CTC. Então a gente discute ali e às vezes o diretor tenta entender, às vezes a gente percebe que ele quer ter uma opinião contrária, mas a gente tem que tentar manter nossa opinião, a partir da nossa avaliação. Diretamente da parte do preso não, mas já ouvi alguns comentários do tipo "eu tenho advogado e ele vai ter acesso ao laudo", quase que como uma ameaça, se o advogado tem acesso o preso vai ter, porque a gente não faz à devolutiva, porque a avaliação é feita para o juiz e não para preso, é do preso, mas é para o juiz. Nossa devolutiva é para o juiz e não para o preso, mas se ele tem advogado ele tem acesso. Já alguns comentários desse tipo.

P: Tem a CTC, então não vai um laudo para o(a) juiz(a) do(a) psicólogo(a), vai um laudo em conjunto, é isso?

E: O parecer é em conjunto, emite um parecer em conjunto, onde coloca que a equipe é favorável a progressão de regime e livramento condicional, ela é contrária, ou quando a equipe diverge a gente coloca parcialmente favorável ou parcialmente contrária, para não identificar nenhum dos profissionais. E quando, e aí vai em anexo o relatório do psicólogo e do assistente social.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Teve um momento que sentia muita insegurança em realizar, até por não saber o que colocar e como colocar, teve essas orientações, questão da resolução 012/11 que regulamenta que o psicólogo pode fazer o exame criminológico, desde que ele não seja o assistente técnico. Mas o psicólogo não tem ferramenta, não é função do psicólogo fazer o nexo causal entre passado, aquilo que ele já cometeu e aquilo que pode cometer, periculosidade, então a gente vai aprendendo se adaptando, só que agora eu já vejo que é muito, que já passou daquela época da insegurança, já sei como faz e agora tá naquela faze cansativa do exame, não aguento mais fazer o exame, aquela coisa mecânica, parece que é tudo igual.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Bom, acho que no inicio todas as vivências, as histórias, principalmente no ponto de vista ao atendimento ao preso foram muito marcantes, a questão da gente se chatear um pouco com o funcionamento do sistema, essa questão da não reinserção, da não reintegração do preso, de ser tudo muito voltado para a disciplina e pouco voltado para

reintegração, isso é tipo de coisa que marca muito o profissional de Psicologia, além das histórias particulares, de cada particularidade de cada sentenciado, história de vida, de como constituiu essa história até chegar na unidade, isso é muito marcantes, porque é uma população muito diferenciada da nossa realidade, coisa que a gente imagina que não acontece. A gente vê na televisão, mas a gente não conhece pessoas que passaram por aquelas histórias, então isso marca muito. Agora relacionado a algum episódio dentro da unidade, em relação ao atendimento tenho mais coisas boas para lembrar do que momentos ruins, por exemplo, não passei por nenhuma rebelião, não tenho essa vivência, não pretendo ter essa vivência, mas o que fica de vivência é quando a gente consegue fazer um trabalho legal com os presos, de acompanhando psicológico, quando ele consegue ter uma mudança de postura, de ver o mundo, de reflexão, isso é bem interessante.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Isso é uma questão bem controvérsia, só vou te responder da seguinte maneira. Como que os direitos humanos são garantidos se em uma cela onde deveria abrigar 12 presos a gente tem 30 presos, já começo por aí. As unidades tão muito precárias no sentido de estrutura física, pessoas para trabalhar, número de pessoas, isso tudo vai influenciando na garantia dos direitos humanos. O que a gente vê mais é a garantia da disciplina. As unidades estão preocupadas com a disciplina, com o bom funcionamento da cadeia, funcionamento da cadeia para eles é não ter rebelião, não ter agressão aos funcionários, não ter briga com os funcionários, o restante fica em segundo plano, infelizmente.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Dentro da própria ciência da Psicologia a gente tenta trabalhar com essas questões, mas dentro do sistema a gente vê que essas coisas acontecem e infelizmente a gente não pode fazer nada, porque algumas coisas só são mudadas a partir do momento que a população geral, também, reivindica por alguns direitos. O secretário sabe, o governador sabe, a população em geral sabe a situação dos presídios hoje, mas é uma coisa muito maior que a Psicologia. A Psicologia sozinha não pode fazer.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: Vejo as maiores diferenças nas questões de regime, por exemplo, no fechado a maioria das atuações dos psicólogos é atendimento e avaliação, quando é semiaberto

existe mais possibilidade de trabalhos em grupos, então tem pessoal, já vi até amigas minhas fazendo trabalhos com foto-linguagem com os detentos, para fazer a reflexão sobre a saída, de como vai ser quando tiver lá fora, trabalho com usuários de drogas e dentro mesmo, tem uma específica que trabalha com grupos, com a questão do crime sexual, isso varia muito de regime, mas dentro do fechado também tem essa diferenciação, tem unidades que conseguem fazer trabalhos mais com grupos. Aí é espaço físico, número de funcionários e principalmente a visão do diretor geral.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Se existe supervisão não tenho conhecimento. Já fui em algumas reuniões propostas pelo conselho junto com a SAP para falar sobre o exame criminológico, mas nada que instrumentalizasse a prática, uma coisa mais geral das resoluções. Se existe para atendimento eu desconheço.

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Cada região tem a célula de referência técnica, mas a célula é nova, como são divididas nas cinco regiões. Até então tinha uma psicóloga que prestava trabalho uma vez por semana e tinha testes psicológicos que as outras unidades poderiam usar por meio de solicitação. Agora essa psicóloga está como coordenadora dessa referência técnica. Quando a gente tem alguma dúvida, alguma questão ética para pensar, a gente acaba fazendo esse contato.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Cada um desses profissionais recebem de uma maneira. Lembro quando cheguei lá, como tinha dito que praticamente a primeira psicóloga lá, houve muita duvida sobre o que o psicólogo ia fazer lá, porque todo mundo queria fazer o trabalho de Psicologia, mas ninguém tinha formação; então tive que criar meu espaço lá dentro, delimitar meu espaço, eu faço isso. A questão dos atendimentos psicológicos, que claro que não tinha esse nome, mas as pessoas tentavam fazer esse trabalho, então tive que buscar meu espaço. A gente tem um bom relacionamento com o pessoal do serviço social, a gente

trabalha em conjunto mesmo, agora os outros setores é bem dividido. Assim, a segurança a gente trabalha com questões específicas, então se a gente vê que alguém precisa ser mudado de raio por alguma questão a gente vai até lá e acaba discutindo esse caso, a enfermaria também, mas para mim acredito que a enfermaria é um pouco, teria que ser mais entrosado o trabalho da reintegração e da saúde, mas não é, é bem delimitado, a saúde lá é saúde médica, saúde é saúde física, saúde psíquica não existe, o psicólogo existe para fazer avaliação e não para fazer alguma ação de saúde psíquica. E os demais a gente tem contatos esporádicos, quando precisa resolver alguma situação, se a gente precisa resolver alguma situação no setor jurídico à gente vai até lá, sempre assim, o psicólogo vai muito atrás das pessoas, dos outros, os outros vem pouco atrás do psicólogo, porque é como se o psicólogo não tivesse tanta importância.

P: Diretor(a) já barrou alguma atividade que tentou fazer?

E: Por questões, que eles falam, de segurança em alguns momentos já teve que barrar aquela atividade, mas em outro momento a gente pode realizar. Por exemplo, atender um preso que estava no seguro pessoal, não nesse momento, hoje de manhã não dá por uma questão de segurança, à tarde pode atender. Então a gente faz essas negociações, a gente já faz pouco, se ele barrar o mínimo que a gente faz, não teria como ele barrar mais coisa.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Acho que de um modo geral, quem trabalha em penitenciária, mas o psicólogo principalmente, as pessoas, a sociedade vê com duas visões, a primeira a visão de que "nossa você trabalha em uma penitenciária, merece respeito, mas você não tem medo de fazer o atendimento com os presos?", a segunda visão já é "nossa você trabalha em penitenciária, você poderia fazer algo melhor que isso", são essas duas visões. Do meu lado profissional, do pessoal, gosto de fazer o que faço, independente das visões que as pessoas tem e tento passar essa visão. É claro que não discuto sobre penitenciária em todos ambientes, porque algumas pessoas não aceitam o trabalho que o psicólogo faz. Existe essa revolta social que o preso precisa ficar lá jogado trancado e que não pode fazer nada por ele, mas pessoalmente acho que enriquece muito a questão pessoal de vivência, de reflexão pessoal de vida e questão profissional também, porque é uma vivência muito grande, tudo que a gente tem lá é muito potencializado. Tenho um paciente com transtorno mental, lá vai ser mais potencializado ainda, pela característica de funcionamento do sistema, que é fechado, que ele não pode sair dali, que precisa

conviver com pessoas que não conhece, que as celas são superlotadas e que o atendimento é precário às vezes, que ele não pode fazer um acompanhamento psiquiátrico, lá na nossa unidade não tem psiquiatra. Então, por todas as características do sistema tudo fica potencializado lá dentro.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Não necessariamente uma medida de segurança, mas o profissional que atua na penitenciária ele desenvolve certa persecutoriedade, então assim, isso eu vejo como algo que é inerente a esse trabalho. A gente fica mais esperta com a questão da segurança, se a gente, por exemplo, quando eu saio de manhã para ir trabalhar saio e ainda tá escuro, então tenho medo maior que acho que não tinha antes, esse medo. Tento observar mais o que tá acontecendo ao redor, a gente fica mais em alerta, tanto dentro quanto fora, não tem como separar a vida pessoal da profissional.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Acredito que exista pequenas práticas de ressocialização, então tem algumas unidades que tem trabalho, inclusive tem trabalho de indústrias externas que se alocam nas unidades, mas de um modo geral não existe trabalho para todos, não existe escola para todos, não existe atendimento psicológico para todos, não existe o grupo para todos, então fica muito difícil essa questão da ressocialização, é uma questão bem polêmica dentro da unidade, porque o que a gente vê é as unidades preocupadas com a disciplina e não em ações e movimentos para ressocialização. Então existem poucas ações, mas existem.

P: O que deveria ser feito para que a penitenciária tenha esse objetivo, conseguir alcançar o objetivo da ressocialização?

E: Acho que deve existir uma mudança geral na visão da Secretaria, porque a gente sabe que historicamente as unidades penitenciárias, as prisões foram constituídas com o objetivo de vigiar, já dizia Foucault, vigiar e punir os presos, então precisa ter uma mudança nessa visão geral; que tem que partir da secretaria, do secretário, aí uma hierarquia de quem está lá em cima para ele desenvolver o pensamento de nós operários, porque se não a gente não consegue fazer nada.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: Dentro da penitenciária eu acho que, essa pergunta é a mais difícil, dentro da penitenciária eu penso em fazer trabalhos, grupos, só que hoje onde estou não tem esse incentivo para o profissional, então a gente acaba pensando “o que eu desejo?”, penso

muito sobre minha atuação, que poderia estar fazendo mais, que poderia fazer outros trabalhos, desenvolver projetos, mas a gente não consegue, ficamos com as mãos atadas. Eu desejo que a gente pudesse, o profissional da reintegração, pudesse ter mais abertura dentro das unidades, não só aberturas, mas incentivos e ações, no sentido de projetos, que a própria secretaria pudesse implementar alguns projetos para desenvolver. Porque se algum profissional impõe algum projeto é como se "você está querendo isso, você está viajando na maionese, por que está querendo isso? Isso não vai dar certo", então fica muito difícil esse trabalho, eu desejo isso, que um dia os profissionais possam fazer aquilo que eles acham que tem que ser feito dentro das unidades, mas com um apoio dos outros setores, principalmente da Secretaria como um todo. Porque o profissional sozinho tenta fazer coisas e é barrado, quando você perguntou "já teve alguma coisa que você foi barrada de fato?" de fato não, mas se a gente se propõem antes de fazer, na proposta já falam "não, isso não vai ser viável", você não vai poder fazer isso, isso envolve a disciplina, isso envolve risco, isso envolve recurso financeiro, recurso de pessoas, então sempre tem um impedimento, aí fica difícil.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: A Psicologia vem para minimizar o sofrimento desses sujeitos que ocupam um lugar nas instituições totais, não só os internos, mas os funcionários, também, sofrem muito com as característica da instituição, porque nem um profissional pode propor coisas, ainda mais um interno. Então, o psicólogo ele tenta minimizar esse sofrimento e ele tenta conseguir pequenas coisas, ele tenta modificar esse espaço, mas é um trabalho muito devagar, um trabalho que modifica, mas que modifica aos poucos, a gente não consegue chegar lá propondo coisas. Tenho um exemplo que quando cheguei lá não tinha nem o estágio de Psicologia, não tinha estagiário, fui falar com o diretor de imediato, aquela coisa que já fui estagiária, estagiário é legal, tanto para o estagiário como para instituição, estagiário aprende, mas contribui muito. E aí fiquei um ano pedindo um estagiário de Psicologia para o diretor geral, um ano pedindo, porque era uma coisa que nunca tinha lá e que eles tinham muito medo de ter um estagiário, por conta do estagiário não saber lidar com as questões éticas ali dentro da unidade, por ser uma unidade muito fechada. Aí fiquei um ano pedindo estagiário, até que consegui convencer o diretor da necessidade, da importância desse estagiário. Assim, o papel do psicólogo dentro dessa instituição total é sempre fazer tentativas, porque se ele achar que nunca vai dar certo, que nunca vai conseguir nada, ele vai ficar institucionalizado

como os outros. O mais difícil é você estar dentro de uma instituição e não ficar institucionalizado, é o mais difícil.

Anexo IV: Maracatu

P: Idade?

E: 49 anos

P: Sexo?

E: Feminino

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Atualmente não

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: Há 16 anos

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Sim. Prefeitura municipal

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Estabilidade

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Não. Receio.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Atendimento psicológico aos sentenciados

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Inicialmente não

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Universidade particular, em 1993

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Cursos oferecidos pela SAP

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Não

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Sim. Estágios na área para a formação acadêmica (estágio vem somar)

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Comportamental e outras

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Sim, informações interessantes

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Inadequado, em minha opinião

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: Na sala do técnico de reintegração

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?

E: Local específico para o agente técnico de assistente a saúde

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Razoável e questionável

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(as) sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Sim, antes da inauguração da Penitenciária

P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?

E: Sim, não conheci

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Não

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Quais outras atuações exerce?

E: Atualmente exame criminológico

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Trabalhos grupais

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Sim, após a inclusão como profissional no sistema prisional, cursos pela SAP

P: A Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP/SP) disponibiliza algum tipo de curso/palestras que possam auxiliar para sua atuação no sistema prisional? Se sim, quais? Se não, por quê? Seriam/são importantes tais cursos e por quê?

E: Sim. Já disponibilizaram e no momento estou retornando a unidade prisional (afastada)

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Em algumas situações considera-se gratificante

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Sim. A categoria está respaldada através desta resolução. Importante

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: É uma entrevista, o resultado da mesma para fins de progressão de regime, solicitado pelo judiciário

P: Em que o parecer do(a) psicólogo(a) se difere do(a) assistente social?

E: No aspecto psicológico

P: Em média faz quantos por dia?

E: Três

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: 30 a 40 minutos

P: Como são realizados estes laudos/exames criminológicos? O que é dito pelo(a) profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: Inicialmente solicitação judicial. Através de entrevista psicológica na sua maioria, discussão de casos com a assistente social

P: É a favor ou contra a realização destes laudos/exames criminológicos, por quê?

E: Contra. Porque considero muita responsabilidade, considerando que o juiz se baseia no relatório para dar o seu parecer final

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Não

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Não, considerando a responsabilidade atribuída aos técnicos, levando em conta o parecer judiciário

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Sim. A técnica foi solicitada para um atendimento individual pelo sentenciado, em uma unidade de “atentado violento e estrupo”, o mesmo quis ser ajudado e posteriormente observou-se melhoras pessoas, mudanças de comportamento

P: Existe preocupação com os “direitos humanos” do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Parece que sim. Precário.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Algumas intervenções no ambiente de trabalho

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: Sim. Abertura de “espaço” e melhores condições de trabalho

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Só a resolução 012/2011

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Na minha realidade, atualmente não

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Com assistente social, o trabalho é em equipe

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Não

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Não

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Sim, acredito que quando o sentenciado está disposto a se reinserir na sociedade e conta com apoio de familiares (poucos casos). Investimento por parte do governo e melhores condições de trabalho. Trabalho com familiares

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicóloga(o) penitenciária(o)?

E: Considerando ser portadora de deficiência auditiva, grau severo, no momento almejo a aposentadoria.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Primeiramente, o psicólogo na unidade prisional precisa estar motivado para o trabalho, considerando o ambiente de trabalho e a remuneração. O exame criminológico com o decorrer do tempo, torna-se monótono e desgastante, sem respaldo. O trabalho em grupo deveria ser desenvolvido por uma equipe técnica preparada.

P: Justificativa para não aceitar que a entrevista fosse gravada?

E: Diante da deficiência auditiva, tenho certa dificuldade na fala (linguagem)

Anexo V: Forró

P: Idade?

E: 31 anos

P: Sexo?

E: Feminino

P: Classe econômica?

E: Classe média

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado e o anexo semiaberto.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Não.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: Há um ano.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Trabalhei no setor de RH.

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Na verdade é porque eu já fazia o estágio, que eu fiz durante um ano, quando eu conheci como era o sistema prisional. Porque fora a gente tem uma visão, depois que a

gente entra e começa a trabalhar que a gente vê e tem uma visão diferente. Então eu já conhecia e logo que acabei a faculdade teve o concurso e resolvi prestar, por já ter conhecimento.

P: O estágio você fez em qual penitenciária?

E: Aqui mesmo.

P: Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Foi lá quando era estagiária, quando eu vim pela primeira vez. Acho que eu vim pensando que era uma coisa, meu Deus tudo muito rígido, tudo muito, não sei, aquela sensação de medo que passam, que a gente houve tanto lá fora. Quando eu vim, o legal é que aqui eles levam a gente para conhecer a unidade, para estar se familiarizando, para a gente não estranhar. Porque o que acontece é a pessoa vir, fazer a entrevista e no primeiro dia já ficar assustada com tudo e vai embora. Então eles já levaram para ver como se sentia, tanto a questão da revista, porque todo dia é revistado na hora de entrar, na hora de sair também porta malas, então, assim eu fiquei mais tranquila, eu acho que é isso. Depois que comecei fiquei mais tranquila.

P: Todos os dias precisa abrir o porta mala?

E: Então, todo dia a gente tem que abrir o porta mala do carro.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: A proposta do estágio era prestar atendimento psicoterápico ao sentenciado. Então eu já vim com esse objetivo, é o que vou fazer. Lógico que tem a parte burocrática, a gente não foge disso. É abrir prontuário, fazer fechamento de prontuário, entrevistas de inclusões, que eu não conhecia, vim conhecer no estágio, essa parte burocrática não conhecia, vim mesmo fazer atendimento psicoterápico.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Desejava. Porque já conhecia.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Em uma faculdade particular, em 2010.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Não.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Sim, tive Psicologia Jurídica.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Eu acho importante, porque se eu não tivesse feito o estágio, não sei se prestaria o concurso, se estaria trabalhando hoje aqui. Então acho importante ter sim.

P: O estágio que fez aqui, durante um ano, como foi para você?

E: Na verdade desempenhava essas funções que já falei, o atendimento psicoterápico, que era o objetivo do estágio institucional. E essas atividades mais burocráticas também.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Psicanálise.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: O Conselho não conhece o campo, não entra, não sabe como é realizado o trabalho, então colocar no papel e idealizar é muito fácil, quero ver na atuação. Foi à questão das avaliações, do exame criminológico, proibiram e não pode, mas depois tiveram que voltar atrás. Então, eles acabam colocando no papel sem ter conhecimento da atuação, não é legal, não tem como.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Os atendimentos são feitos nos parlatório, temos parlatório no semiaberto e no fechado. No semiaberto a gente desenvolve alguns projetos, então é feito na sala de aula com um grupo de presos, mas no fechado só no parlatório é autorizado. O parlatório do fechado, depois da reforma da unidade, é por telefone. Com o vidro, telefone. São vários guichês e todos os setores da unidade (Psicologia, setor Jurídico, Assistentes Sociais), todos fazem atendimentos lá. No fechado os advogados, ele colocaram dois guichês, tipo fecharam, um quartinho, uma sala com dois guichês, então quando a gente precisa de mais privacidade, até nós, podemos ir lá atender. Os demais todos juntos. No semiaberto tem a sala própria para o atendimento quando precisa, quando é mais particular, tem uma sala, para advogados, juízes. Quando é preciso à gente pode utilizar também. É uma sala, reservada, como é semiaberto é mais tranquilo, os presos não ficam algemados, a segurança e disciplina pede para a gente deixar a porta aberta, sempre tem um ASP passando do lado de fora, então tem todas essas medidas, mas como é semiaberto é mais tranquilo.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: A gente tem psicólogos, assistentes sociais, estagiários e uma oficial administrativa. O setor hoje está com treze pessoas, juntando com os estagiários, e são duas salas, mais a sala de arquivo. Temos três salas, uma sala de arquivo, onde fica prontuário, a primeira sala que fica a diretora e oficial administrativa e a outra sala que fica o restante, em dois períodos.

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?

E: Se a gente for ver para a Psicologia, não. Porque não tem um sigilo total, essa é a maior dificuldade nossa hoje, não tem sigilo. Todo mundo atende ali, então minha preocupação é, quando faço um atendimento que o sentenciado solicita acompanhamento psicoterápico, eu explico para ele que nosso local de atendimento vai ser ali e nada vai ser anotado no prontuário, mas aquele é nosso ambiente, então pode acontecer que outros presos ouvirem, que outros profissionais técnicos podem estar ouvindo, tem essa questão. Quando é um caso mais sério, que o preso está em surto, alguma coisa mais séria a gente até atende na enfermaria, não tem o vidro, não é por telefone, tem as grades, mas são mais espaçadas, dá para ter maior sigilo. Então quando é um caso muito grave a gente até tem a liberdade de atender na enfermaria.

P: Como deveriam ser então estes locais de atendimentos?

E: A gente até tem esses dois guichês que falei, que seria mais reservado, mas a gente corre risco de estar chegando advogado, de alguém para atender e não tem uma porta fechada, é uma sala que tem o espaço da porta, sem a porta. Então quem está ali nos outros guichês acaba também ouvindo. Essa questão é complicada e a Secretaria não vai adequar aos nossos critérios de forma alguma.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Para mim é tranquilo, porque em termos de segurança acho que quem quer trabalhar no sistema prisional não tem como vir todo dia pensando que algo pode acontecer. É uma coisa que nem passa pela minha cabeça, venho e se a gente pode atender é porque tem a segurança e disciplina, se está um pouco tumultuado eles avisam que não vai dá para atender, tenho que confiar nisso e pra mim é tranquilo. Em relação ao preso não tenho problema nenhum.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Essa unidade passou por uma reforma, hoje está tudo automatizado, então quando estava reformando a gente entrava e via, só que depois que a população já estava lá não.
P: Por que não pode ir quando a penitenciária está funcionando?
E: A segurança e disciplina não permitem. Tanto é que depois da reforma, porque antes os próprios professores passavam no meio do raio para ir até a sala de aula, hoje isso não acontece. Fizeram uma entrada para os professores do lado de fora, para não ter esse contato. Hoje pela segurança e disciplina a gente de forma alguma pode estar entrando.
P: Nas nossas revisões, encontramos falas de psicólogo(a)s que em penitenciárias masculinas profissionais de Psicologia do gênero masculino tem acesso aos pavilhões, aqui também?
E: Não, ninguém pode. Quem tem acesso são os ASP, ARVP, GIR e só. Os demais não entram de forma alguma. Professores, mas da forma que te falei, pelo lado de fora dos pavilhões.
P: Quais foram suas impressões quando visitou as celas?
E: É surreal, vocês imaginar que ali os presos passam anos, é surreal mesmo. Antes cada cela tinha seis camas, hoje aumentou para nove, mas é óbvio que não ficam nove presos, superlotação não tem como. A gente tem celas com doze presos. É surreal você imaginar que uma pessoa fica ali por anos, naquele espaço, naquela falta de espaço.
P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?
E: Aqui tem o pavilhão disciplinar, então quando tem uma falta, quando eles cometem uma falta disciplinar, eles vão para lá e ficam uns 30 dias e depois voltam para o convívio. Tem também o seguro, geralmente eles ficam ou na inclusão ou também lá no pavilhão disciplinar. Em cada raio tem celas para evangélicos, celas para homossexuais, eles chegam à unidade e vão para inclusão. Lá eles ficam em média 30 dias, onde é feita a entrevista de inclusão para saber qual perfil deste preso e para onde mandar ele. Hoje a gente tem quatro raios e um desses raios, depois da reforma, é só para presos que estão cumprindo agressão a funcionários. Então muito presos vieram de Presidente Venceslau, Presidente Bernardes, eles ficam lá de castigo durante trinta dias, dependendo de como foi à agressão ao funcionário e depois eles vem pra cá e fica um período de um ano, que é um período que eles chamam de reabilitação, então o raio um é só para isso. Raios dois, três e quatro funcionam normais.

P: Você colocou que existem celas só para homossexuais, mas como definem quem fica nessas celas?

E: Tudo é feito durante o período de inclusão, que é feita a triagem, para ver o perfil e ver para onde cada um vai. A triagem é feita pelos próprios agentes. Depois a gente faz a nossa entrevista de inclusão, mas a norma aqui é que seja feita depois que eles foram para o raio. Também passa pela saúde.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Na minha atuação não percebo muito isso, porque hoje dos psicólogos aqui eu sou a única mulher, depois a gente tem mais dois psicólogos. Então para o atendimento, para a procura por atendimento não vejo diferença, acho que eles procuram e falam a mesma coisa.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: A gente recebe bastante, tudo é por bilhete, então chegam os bilhetes no setor de reintegração e a gente atende. Às vezes é caso de acompanhamento psicoterápico, que só é feito quando o preso solicita, às vezes é algo burocrático como tirar RG, CPF, tirar certidão de nascimento quando o filho nasce, nesses casos é a assistente social que entra e as entrevistas de inclusão que hoje estão bem resumidas, antigamente era aquela coisa monstruosa, tinha parte do psicólogo e do assistente, hoje não. Está muito resumida, só o básico do básico mesmo. Avaliações não têm como não fazer. Então vem o pedido, a gente se organiza da seguinte forma: se estou fazendo atendimento psicoterápico é lógico que não vou fazer avaliação, então o outro psicólogo faz.

P: Atendimento em grupo vocês fazem?

E: No semiaberto a gente tem as saídas temporárias, então a gente sempre desenvolve antes da saída. Então chegam os presos, é a primeira vez que eles vão sair na saída temporária nessa unidade, a gente faz o projeto da saída temporária, a gente faz com eles uma dinâmica e a assistente social dá as orientações referentes.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Hoje, no semiaberto como se trata de artigo específico, todo mundo tem muita dificuldade de fazer, porque é o crime assim que fica um ponto de interrogação, o tabu "pedofilia", "abuso sexual" e "agressão sexual". Hoje a SAP tem o grupo GAT (Grupo de Acompanhamento Técnico), a gente se reúne bimestralmente em São Paulo, a gente tem todos os técnicos que lidam com essa população, todos são convidados a participar para que possamos tentar desenvolver algum projeto com esses presos. A única certeza

que a gente tem até o momento é que prisão não vai resolver nada, nem para tráfico, para nada. O sistema punitivo desse tipo não tem como falar que resolve alguma coisa. Mas esse grupo específico está tendo uma preocupação mesmo, do que pode ser feito, ainda mais com a estrutura física que a gente tem, da limitação referente à segurança, o que pode ser desenvolvido, o que mais a gente pode desenvolver.

P: Como é para você atender pessoas que estão presas por terem cometido tais delitos?

E: Acho que seria muita hipocrisia falar "que é super tranquilo", não é tranquilo, tenho que lidar com muita coisa pessoal, porque você atende um pedófilo, você ouve um relato de um pedófilo, você vai fazer uma avaliação e precisa de um complemento você pega o prontuário jurídico e vai ler com detalhes tudo que está descrito, é complicado. Para mim é mais difícil fazer uma avaliação, exame criminológico, do que o acompanhamento terapêutico. Porque no acompanhamento a gente já tá meio que treinado que você lida com a fantasia, com mecanismos de defesa, você vai desconstruindo, para mim é mais fácil. Mas quando você vai fazer uma avaliação, geralmente aplico teste palográfico, faço entrevista, pesquiso no GEPEN, no prontuário jurídico, então é mais difícil.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Não, na verdade não tive nada. Geralmente eles falam que quando o técnico entra tem a escolinha, não tive nada, só o conhecimento que trouxe de quando estagiária e só. Mas tenho participado de alguns cursos que a SAP oferece.

P: Esses cursos são sobre o que e quem tem acesso?

E: O principal que estou participando é esse do GAT, que é de dois em dois meses. E a gente vai revezando entre os psicólogos da unidade.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Estou satisfeita, porque tem muito a ser feito. Não sou muito do tipo assim "ah, não tem estrutura física, não tem autorização, então vamos cruzar o braço, a gente não ganha muito mesmo". Se estou aqui vou fazer, vou buscar.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Não, nunca trabalhei pensando nisso.

P: Como é para você trabalhar com a população masculina?

E: Isso não interfere em nada, infelizmente. Por que infelizmente, pensando como psicóloga. Na verdade os presos tem que, é colocado para eles uma forma de agir, então diante da gente, o próprio sistema, aquela coisa da instituição total, eles tem que agir daquela forma; mão para trás, "bom dia senhor" e "bom dia senhora", por isso que falo

infelizmente isso não interfere. Porque eles sabem como tem que agir aqui dentro, o que não define o que eles são, é só um momento que eles estão agindo assim. Para a gente, o porquê do infelizmente, eles perdem totalmente a identidade, "quem sou eu aqui dentro? Sou esse abaixa a cabeça, fica com a mão para trás, fala sim senhor, sim senhora, não senhor, não senhora e aí? E quando eu sair, quem eu sou?", não é um padrão que ele vai usar lá fora, nem a gente usa, ele também não vai usar. Problema por ser mulher não tenho nenhum, agora contar as coisas e se sentir mais a vontade, também não tenho nenhum problema, porque já atendi preso que falou "preferia ser atendido por um homem", que bom que falou e encaminhei para o psicólogo, outros casos falaram "preferia ser atendido por mulher, porque já vim de outras unidades sendo atendido por psicóloga, então me identifico mais".

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Sim, a questão da avaliação para mim é algo bem delicado. O conselho proibiu sem conhecimento nenhum, de como é feito e por que é feito, ficou então uma guerra de poderes, em minha opinião, juiz que determina e conselho que não vira nada, é lógico que os juízes ganharam e a gente é obrigada a fazer. Mas para mim é uma coisa muito complicada, porque quando você faz uma avaliação de um preso que já está cumprindo semiaberto, ele está com um pé dentro e outro fora, durante a avaliação ele vai falar o que ele quiser e ponto. O psicólogo não tem que investigar, o papel dele não é esse, então procuro analisar a personalidade, por isso aplico o teste palográfico, para nortear minha entrevista em termos de agressividade, impulsividade e junto à conduta dele no sistema, outra coisa que não vira nada, porque já tem essa coisa mecânica "de eu devo me comportar assim", então para ter uma ótima conduta aqui dentro é fácil, não precisa muito. Único objetivo deles é a liberdade, então eles vão ter ótima conduta. Vem depois à questão da educação e produção, eles querem trabalhar e estudar porque tem remissão da pena, outra coisa que não vira nada, porque não quer dizer que ele estudou aqui e vai continuar, pode ajudar e ele gostar, é bom que ele estude e trabalho, por causa da ociosidade e também ele pode criar esse interesse de continuar estudando lá fora, pensando por esse lado é bom, mas pensando em termos de avaliação não é bom, não significa nada para uma avaliação.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: Serve para progressão de pena, a gente recebe pedido da vara de execuções, às vezes vem pedido para centro de ressocialização (CR), que é cumprimento de pena mais brando, mais tranquilo. E já chegou pedido de CR para gente.

P: Em que o parecer do(a) psicólogo(a) se difere do(a) assistente social?

E: O serviço social vai analisar aquilo que é objetivo, a família, se tem contato ou não, onde nasceu, com quem morou, se tem filhos, uma coisa mais concreta. Eu procuro avaliar além da personalidade, aquilo que está implícito na fala dele, isso o serviço social não faz.

P: Em média faz quantos por dia?

E: Hoje não está tendo muito, a gente já teve época de fazer mais. Hoje está muito pouco mesmo, em média três por semanas. Eu tenho mais acompanhamento psicoterápico do que as próprias avaliações.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Eu atendo em média de 50 minutos no máximo, a entrevista, depois tenho outras fontes de pesquisa (GEPEN, BI).

P: Você disse que utiliza entrevistas e testes, tem mais algum método que utiliza?

E: Não. Tem as pesquisas que faço no GEPEN, BI e no processo judicial.

P: Quem tem acesso a esses exames criminológicos?

E: Esses exames são enviados para a Vara de Execuções e somente o juiz tem acesso.

P: Existe na unidade a Comissão Técnica?

E: Na verdade não, porque essa comissão técnica, se pegar para ler certinho, tem que fazer quando o preso chega, é uma triagem. Então a forma correta de se fazer é assim que o preso é incluído na unidade. A gente vê muitos colegas fazendo na avaliação, para determinar se vai ser positivo ou negativo, isso a gente não faz. Não é feito quando o preso chega, a gente também não tem essa comissão no exame criminológico.

P: O que o psicólogo coloca no laudo/exame criminológico?

E: Identificação do preso, dados básicos (idade, estado civil, escolaridade, etc.), a questão da personalidade no momento, porque não tem como eu avaliar ele antes disso e se ele vai continuar dessa forma ou não, e a questão do crime em si pergunto qual foi o artigo e o que aconteceu, mas deixo aberto para ele falar o que quiser, independente do que está na pasta jurídica e de qualquer coisa. Se tem alguma dependência, também acho importante.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Não.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Eu realizo dentro dos meus critérios, nunca participei de nenhum curso que me orientasse com relação a isso, então dentro do código de ética da Psicologia e daquilo que tenho em mãos realizo. Não coloco de forma alguma se ele está apto ou não a viver em sociedade, não coloco nada do tipo "favorável ou desfavorável à progressão de pena", não cabe a mim nada disso.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: O que me marca até hoje são as histórias que ouço dos presos, porque geralmente são presos que nasceram e viveram em comunidades de uma classe muito desfavorecida, isso me marca e já me marcou muito mais, você consegue a ver de forma diferente, você começa a ver que ele tem uma cultura só que essa é muito diferente daquela que tenho, isso é o que me marcar, a história de cada preso, o que levou ele a cometer esse crime. Cometeu um crime? Cometeu. A vivência dele justifica esse crime? Não, ele não poderia ter cometido, a gente tem que saber a conviver em sociedade, etc. Mas foi a saída dele, foi o que ele tinha naquela hora. Tudo isso me faz pensar alguns valores.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Não, hoje? Não.

P: Antes?

E: Muito menos, hoje ainda está um pouco melhor. Sabe por que não? Por que o sistema prisional existe? Para guarda a sociedade, para que ninguém sofra. Então o que a gente vai fazer? Vamos colocar todos eles lá na prisão. Hoje o sistema é punitivo, mas já foi muito mais, só que ainda é. Não dá para fechar os olhos e falar que tudo é muito lindo, porque não é. Tem punição sim, física? Tem, não adianta falar que não. A gente tem funcionários antigos no sistema, então para que isso mude é preciso fazer toda uma sensibilização destes funcionários que estão quinze, dezesseis, vinte anos, porque quando eles entraram no sistema era muito pior e muitos trazem isto até hoje. É punitivo? Sim. Recupera? Não gosto deste termo, acho que não tem essa de recuperar, ele cometeu um crime, recuperar seria ele voltar e cometer esse mesmo crime? Não gosto dessa palavra. Repete a pergunta.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Então a gente tem tudo isso, a gente tá melhorando? Sim.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Nunca vi nenhum psicólogo fazer nada. Tudo é muito escondido, se acontece algo lá dentro o setor de reintegração não fica sabendo. Hoje aqui o que vivencio, o setor da saúde quando tem um preso que se recusa a vir ao atendimento, que está um pouco agressivo, eles ligam pra gente para que possamos atender o preso e ver o que está acontecendo. A gente tem essa parceria com a enfermaria, dá gente também poder pedir que tal preso possa ser atendido quando necessário. O setor de disciplina também encaminha alguns. A punição existe em todos os lugares, mas é algo vedado.

P: Algum preso já chegou a falar algo para você?

E: Não, nenhum preso nunca falou nada. O que já chegaram a reclamar é de conflito entre os próprios presos. Então chamei o chefe de turno e conversei para mudar de cela, e aí conseguiu. O preso já tinha falado com a disciplina, mas para eles é frescura. Então a gente às vezes consegue fazer essa intervenção. Tem essa mentalidade de que tudo é frescura e que precisam de disciplina.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: Sim. Nesse grupo que faço que pude ver o trabalho dos outros colegas, a questão da avaliação vejo que é um ponto de interrogação para todo mundo. Cada um tem seu critério, seguem o código de ética, mas o código de ética é algo para ser refletido e interpretado, então cada um faz da sua forma. Então cada um tem um critério e é muito diferente mesmo. A diferença também é que em algumas unidades não existem atendimentos psicoterápicos de forma alguma. As normas internas de cada unidade também, têm unidades que a direção não deixa nada.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Não. Nenhum.

P: Já teve alguma reinvindicação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que o conselho se posicionasse?

E: Que eu saiba não. Então a gente vê os dois erros, a gente que não cobra, a gente já tá bastante acomodada nesse sentido, desacreditada, vários motivos, mas que não justifica.

E o conselho não se manifesta e quando se manifesta é daquela forma sem conhecimento.

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Que eu conheço não.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Para mim é tudo muito tranquilo. A gente quando precisa de alguma informação é só ir lá e buscar, nunca tive nenhum problema com nenhum setor. Às vezes a gente fica meio assim com a Disciplina e Segurança, mas nunca tive nenhum problema.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Acho que é a situação que já coloquei, que de refletir mais nas coisas e sair desse padrão que a gente vive e olhar em volta.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Não, nada. É aquilo que falei no começo, quando você atua no sistema prisional, se você atuar pensando que vai acontecer alguma coisa é melhor não atuar. Porque você vai se tornar persecutório e não vai ser legal.

P: Você disse que não existe ressocialização, então o que deveria ser feito para que aja ressocialização?

E: Eu tenho a consciência de que esse preso vai sofrer lá fora na hora de conseguir emprego, vai sofrer preconceitos, não tem como. Principalmente se ele for de uma cidade pequena, ele é estigmatizado e já tá rotulado, é difícil alguém acreditar nele quando saí daqui. O que a gente tem hoje? É tentar auxiliar nesse sentido, já temos o Projeto Cidadão. Neste projeto ele saí da unidade com os dados dele no sistema, cursos que ele realizou aqui, local que ele mora, disponibilidade para trabalho. Não faço acompanhamento depois que saí, então é difícil falar o quanto isso auxilia ele. Mas isso não é suficiente, isso pode ajudar. A gente devia ter mais rede, contatos com outras instituições. O que dificulta é que os presos que estão aqui, a maioria, são da capital, então é difícil formar uma rede do interior até na capital.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: O que quero na verdade é desenvolver projetos com os presos. Projetos para que eles pelo menos, nesse período que estão aqui, reflitam de forma diferente. Não fique só naquela coisa de banho de sol, refeições, televisão e conversando com outros presos que tem outras vivências na criminalidade. Quero desenvolver projetos. Porque este projeto que parece tão pequeno, que é a preparação para a saída temporária, a gente aplica uma dinâmica assim: passado, presente e futuro, eles fazem desenhos e falam sobre isso, então tem uma interação, tem entrega, uma coisa tão pequena que é legal de refletir. A questão da família, das dificuldades. Já é tão legal. Acho que é esse o caminho, tem que implantar e fazer reajustes que precisam ser feitos.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: A Psicologia foge a essa alienação. Já se tornou uma alienação, uma persecutoriedade, uma questão de autoridade, então acho que a Psicologia vem contra tudo isso, ela busca o bem-estar, uma forma de funcionar diferente. Em relação não só aos presos, mas com os funcionários também e acho que é isso a Psicologia aqui dentro, é buscar o bem-estar, é atender um preso e ele falar não aguento mais, a casa vai cair e aí você refletir com ele sobre essas coisas.

Anexo VI: Baião

P: Idade?

E: 48 anos.

P: Sexo?

E: Feminino.

P: Classe econômica?

E: Classe média.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Sim, psicóloga no CREAS e clínica particular.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: Cinco anos.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Sim, na penitenciária como funcionária de uma organização não governamental (ONG).

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Por causa da experiência com a ONG e conselho tutelar, então tinha afinidade.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Nunca tive receio. Uma certa curiosidade de como funcionava.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Tinha muita expectativa de fazer um trabalho diferenciado, mas é frustrante, porque a demanda é outra. Ter que atender solicitação judicial, não sobrando tempo para trabalhar outros projetos (grupo com temáticas voltadas para o interesse deles).

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Tinha estágio na época, mas não pensava. É uma experiência boa, um desafio.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Em uma faculdade particular, em 2009.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Não.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Não, teve a disciplina de Psicologia Jurídica.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Sim, estágio através da FUNAP está sendo bem efetivado. A disciplina deveria ser mais aprofundada para essa área, devido a grande demanda.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Psicanálise.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Sim, é um parâmetro para ser seguido.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: É razoável dentro das possibilidades, mas não adequado. Não é individual, não tem o contato, é individual e coletivo. Não tem privacidade e não tem tempo, devido à demanda.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?
E: Uma sala, onde fica vários profissionais, espaço razoável.
P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?
E: Preferenciando mais a qualidade do serviço, sem a grade, para ser mais humanizado e privado. Mas o sistema não contempla e preza pela segurança.
P: Como é o ambiente de trabalho?
E: Bom, de colaboração e harmonia.
P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?
E: Sim, visitas para conhecer os pavilhões da escola para desenvolver projetos.
P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?
E: Sim, nunca conheci. Só o seguro.
P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?
E: Sim, um cuidado com a segurança com o sexo feminino, mas não interfere na qualidade do serviço. Existe diferença em termos de vestimenta, as mulheres precisam usar jaleco e devido à segurança sempre são acompanhadas por um agente, uma escolta, mas quando é do sexo masculino não existe essa preocupação.
P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?
E: Atendimento ao preso com entrevistas para laudos de progressão de regime. Atendimento psicológico em caso de solicitação e por encaminhamento (indicação da saúde para dar assistência). Existem os projetos que são temporários (quatro ou seis encontros), grupo restrito e diferenciado, depende do projeto. Grupo que tem semiaberto ganho, projeto voltado para saúde (AIDS, drogas, mais informativo), mas são eventuais. Quem participa são presos com bom comportamento e que tenham interesse, cada grupo tem de dez a quinze presos.
P: Como sua atuação poderia ser melhorada?
E: Mais disponibilidade de tempo para executar projetos, adequação do espaço físico, não tem sala específica com equipamentos.
P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?
E: Não.

P: A Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP/SP) disponibiliza algum tipo de curso/palestras que possam auxiliar para sua atuação no sistema prisional? Se sim, quais? Se não, por quê? Seriam/são importantes tais cursos e por quê?

E: Eventualmente a SAP disponibiliza cursos, já fiz vários cursos, atualmente faço o de neuropsicologia criminal.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Sim, gosto de trabalhar. Grau de satisfação razoável, pelo pouco que posso fazer, mas percebo que é válido o trabalho, apesar dos poucos que são atingidos e é um desafio.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Não, a gente acaba atendendo a demanda, mas não existe um trabalho específico.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Sim, foi uma intervenção importante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em vetar o parecer, porque não cabe a Psicologia julgar. Quem julga é o juiz. A Psicologia tem que analisar a situação atual, a título de informação. Na verdade o juiz colocava essa responsabilidade para a Psicologia, contrariando as normas do CFP.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: Relatório informativo sobre a situação atual do preso e a subjetividade dele no atual contexto, sem a obrigatoriedade do nexo causal, não cabe a Psicologia fazer. A finalidade é respaldar o juiz em questões objetivas e subjetivas, mas sem dar parecer. O juiz coloca quesitos, como sobre reincidência, mas não colocamos, pelas normas do CFP.

P: Em que o parecer do(a) psicólogo(a) se difere do(a) assistente social?

E: Abrange aspectos da subjetividade, considerando o histórico de vida e o que levou a criminalidade.

P: Em média faz quantos por dia?

E: De dois a três.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: 45 minutos.

P: Como são realizados estes laudos/exames criminológicos? O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: Através de entrevista sem dirigida, confecção do relatório que é analisado pelo CTC.

P: É a favor ou contra a realização destes laudos/exames criminológicos, por quê?

E: Em muitos casos não existe necessidade, pede-se para todos, não importando o caso. Deveria ser para casos mais específicos, porque exige muito tempo dos técnicos, poderíamos estar fazendo outros trabalhos. Nesses casos sou contra.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Na época da resolução 009/2010 sim, ficava sobre dois olhares, do CFP e do Juiz.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Dentro das possibilidades do sistema sim, mas não é o ideal, devido à estrutura física, falta de testes e demanda de tempo.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: História de vida de preso. Quando atendo presos que tentam suicídio, que posso fazer algo, do mais é o corriqueiro.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Sim, procura-se atender as exigências da lei. Os presos acabam reivindicando.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Sim, o olhar é sempre voltado para este sentido, para humanização e garantida de direitos.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: Dependendo do regime, às vezes podendo ter um trabalho diferente, mas são poucos. A segurança e a estrutura barram.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Não, não tenho conhecimento. Apoio a poucas atividades.

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Não.

P: Como é a integração dos/as profissionais da Psicologia com outros/as profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela

direção da penitenciária e apenados/as. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações dos/as psicólogos/as.

E: Encontros oferecidos pela SAP. Tem um olhar de desconfiança e um crédito, é algo necessário e bem vista.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Sim, uma experiência grande. Crescimento profissional e pessoal.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo/a no sistema prisional?

E: Não.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: No sistema atual é muito pequena a margem de aproveitamento. Faltam recursos (trabalho), o olhar é para a segurança. Na Fundação Casa existe uma maior preocupação. Os presos não têm oportunidades, mesmo os que querem, faltam incentivos. Falta de interesse dos próprios presos. Ressocialização é muito mais relativa ao próprio preso, eles próprios falam. Os que buscam têm alternativas.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: Poder contribuir no sentido de ajudar na ressocialização, em termos de carreira não tem o que almejar. Ser útil e contribuir. Ou você é chefe de setor ou psicóloga.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Um agente de transformação, no sentido de incentivar e motivar a recuperação da própria identidade do sentenciado, porque ele perde isso. Mas é muito difícil. Se tu conseguir trabalhar isso, vale a pena, mostrar que existem outros caminhos.

Anexo VII: Rock and Roll

P: Idade?

E: 49 anos.

P: Sexo?

E: Feminino.

P: Classe econômica?

E: A gente trabalha com salário, eu e meu marido somos funcionários públicos e vivemos com o salário.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado masculino.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Não.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: No sistema vai completar 26 anos.

P: Trabalhou em quais unidades mais?

E: Trabalhei em uma penitenciária e em um Centro de Ressocialização.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Como psicóloga antes do sistema trabalhei na APAE e depois que entrei trabalhei em outros lugares além do sistema prisional, por causa da carga horária que sempre viabilizou isso.

P: Atualmente a carga horária é de 30 horas?

E: Sim.

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Quando fiz a universidade, fiz uma universidade pública, na época fiz um estágio na delegacia de menores, que era uma delegacia especializada em menores e foi quando começou no Paraná delegacia da mulher, fiz nos dois e gostei da área, que hoje é área jurídica. Também morava em uma cidade que não tinha muitas opções e surgiu o concurso, fiz e também nunca tive interesse em sair.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Já, na própria penitenciária que comecei a trabalhar, é uma penitenciária bem antiga e na época era uma unidade modelo, então tinha muito contato com a comunidade em alguns eventos que faziam, então já havia entrado lá. Era tudo tão diferente, tinha um, agora foi renovado, parque agrícola muito lindo e hoje foi revitalizado e está bonito de novo, tinha uma lagoa, era um lugar muito agradável. Como a unidade era modelo tinha uma cela por preso, mesmo uma administração onde tive acesso pela primeira vez era um clima bacana, era diferente, então não tive uma sensação ruim, foi como qualquer outro lugar de trabalho.

P: Era de segurança máxima?

E: Sim.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Eu sempre acreditei que a função do psicólogo seria de promoção da reintegração social.

P: Graduou-se na UEL em que ano?

E: Em 1988, em julho.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Antes de entrar não, mas depois fiz criminologia, psicopatologia, na verdade fiz vários outros cursos depois.

P: Pela SAP?

E: Também.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema penitenciário?

E: Tive o estágio na delegacia de mulheres e na delegacia de menores. Quanto às disciplinas tinha, que citava algumas coisas, eram Psicopatologia e Psicologia Social. Criminologia e Psicologia Jurídica não tive no currículo.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema penitenciário? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Acredito que sim, na época no estado de São Paulo tinha seis unidades, seis penitenciárias, imagina hoje o tanto de pessoas presas que tem, tem um motivo e acho que o profissional tem que sair preparado para atuação em Psicologia Jurídica, tanto na área do encarceramento como no jurídico, na parte do fórum de outras questões como penas alternativas.

P: Vocês tem estagiário(a)s em Psicologia na unidade?

E: Sim.

P: Qual a importância para ele(a)?

E: Acho que é isto de conhecimento de uma área que hoje pro Conselho é uma das especialidades, você pode uma especialização em Psicologia Jurídica. É importante para o graduando conhecer todas as áreas, ter um estágio em várias áreas, porque na verdade mesmo que ele não reconheça durante o curso qual é o desejo dele de atuação, a hora que entrar no mercado de trabalho e surgir uma oportunidade nessa área ele tem que ter o preparo para atuação, porque as coisas mudam tanto depois que a pessoa se forma.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Na linha psicanalítica.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Sim.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: É um parlatório que tem a divisão, não são salas individuais, são divisões por alvenaria, tem uma bancada e uma cadeira, é uma janelinha que tem uma tela, não é um local adequado para o atendimento psicológico.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: Uma sala com mesa, computador e cadeira, uma sala boa e adequada, com ventilação.

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento)?

E: Penso que dependendo das características da unidade prisional é necessário que se tenha o parlatório como uma proteção para o profissional, porque depois que tem experiência e sabe das condições de segurança e da periculosidade das pessoas, não dá para achar, fantasiar que nunca vai acontecer nada com o profissional, mas acho que a unidade tem que oferecer opções, por exemplo, para realização de uma avaliação psicológica adequada para o exame criminológico, para um atendimento mais reservado. Porque na verdade o psicólogo no sistema prisional não faz psicoterapia, ele faz orientação ou aconselhamento. É um local onde todo profissionais atendem, ao mesmo tempo em que você está atendendo, tem o assistente social atendendo, tem o advogado, outros tipos de profissionais. Então não fica uma entrevista sigilosa, ou um atendimento sigiloso, ou um local adequado para uma avaliação por exemplo.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Eu trabalho aqui há seis meses, acho que a unidade tem algumas dificuldades de relacionamento, mas eu não vivi a história das pessoas aqui. Estou chegando há seis meses, sinto que fui muito bem recebida. Então consigo, tenho relacionamento muito bom com todos os setores da unidade. Mas percebo que há dificuldades de relacionamento.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Sim. Por exemplo, no Centro de Ressocialização que trabalhei dez anos não são celas, são alojamentos, então você percebe que é um tipo de unidade que tem um local de vivência do preso adequada, que tem um espaço de locomoção adequado, que não é

superlotação, cada um tem sua cama, então você vê que isso faz a diferença na promoção da ressocialização mesmo, da qualidade de vida da pessoa. Aqui no ADP tem superpopulação então já é uma sensação que poderia ser diferente, a gente fica angustiada e na penitenciária já tem lugares piores, vou dizer assim, não é o ideal.

P: No CR atende qual demanda?

E: É a mesma coisa, tem o provisório, regime fechado e semiaberto, mas é com um projeto, com presos de baixa periculosidade, até dez anos de pena, primário, então se diferencia nisso, é feito uma avaliação de perfil para a pessoa ser incluída lá. A segurança é mínima, tem alguns diferenciais porque é um projeto.

P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?

E: O pavilhão disciplinar existe em todas as unidades, mas não naqueles moldes de calabouços, celas escuras e aquela coisa que existia antigamente. Ela existe e a pessoa é encaminhada lá para apuração do que aconteceu, de uma falta disciplinar, para uma eventual sindicância, todas as unidades têm.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Não. Acho que independente, as diferenças na prática profissional não estão no sexo ou gênero, mas sim no ideal da pessoa, no que ela entende que é a competência dela, o que entende ser psicóloga, no desejo dela mesmo, na preparação profissional.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: O que acho mais importante, que desenvolvo hoje, é a participação em projetos que desenvolvo de promoção da reintegração social.

P: Quais?

E: Aqui no caso é o projeto perspectiva, o projeto de intervenção de drogas e o grupo de apoio vida nova. Este último é um grupo de apoio, é um grupo de autoajuda, para a pessoa ficar em abstinência, depois que passa pelo programa antidrogas, que o programa de combate às drogas.

P: Quais as principais atuações que exercem?

E: Essas são as que acho as principais. Mas aí tem a entrevista de inclusão, o atendimento individual, o atendimento que falo que é a orientação e o aconselhamento, e a confecção do relatório, que é chamado entre aspas de exame criminológico para progressão de regime.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Poderia, por exemplo, ter mais projetos voltados para a reintegração social e na questão do relatório, que se chama de exame criminológico, mas não é o de fato que acontece, se a unidade respeitasse as normas do CRP e da Resolução SAP, os dois, que é com certeza possível, a atuação seria melhor e então seria um exame criminológico. Quando falo a unidade não é o diretor, os profissionais da unidade tivessem disponibilidade interna para respeitar as normas do CRP e da resolução SAP.

P: Qual resolução SAP?

E: Acho que é a 88, que fala como deve ser feita a avaliação, que então CRP colocou uma que não deveria ser feito, e judicialmente teve que retirar. Mas eu falo assim, o complemento dessa resolução 88 da SAP mais do manual de elaboração de documentos do Conselho, se fizer os dois juntos que é possível, da para fazer um trabalho bem bacana dentro das exigências. Por exemplo, ali no parlatório não tem como aplicar um teste, então você vai fazer uma analise da pessoa somente pela entrevista e pela análise objetiva do prontuário, então uma coisa que é impossível você ter alguma conclusão sobre a pessoa. Fica uma avaliação muito subjetiva.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Quando eu entrei, agora não sei como é. Quando entrei tive a orientação de profissionais que já estavam e a própria SAP tinha muitos cursos, fiz alguns cursos também fora da SAP. Mas a preparação mesmo na minha época foi pela prática.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Sou feliz, porque eu penso assim, nunca me deixei cair nos problemas que percebo nas outras pessoas, no técnico, o que a gente percebe muito é falta de motivação, desinteresse profissional, medo do preso, necessidade de excesso de segurança, a reclamação constante do salário, sendo que a pessoa pode trabalhar em outro lugar, que são 30 horas e você pode ter outra atuação. Não que ache o salário está bom, só que a própria categoria dentro da SAP, dentro da secretaria não buscou seu espaço, seu lugar. Então acaba voltando toda sua prática por isso, não vou fazer isso porque não ganho para isso, não vou fazer aquilo, então faz só o básico e aquilo vai se tornando doentio, uma doença. Sempre procurei fazer muito cursos, estudar muito, ter outras práticas. Nesses dez anos que fiquei no CR eu fui diretora da unidade, que faz parte da atuação do psicólogo, porque para ser diretor de unidade só pode ser diretor se você for psicólogo, assistente social ou advogado, ou pedagogo. Então é uma atuação do psicólogo também dirigir uma unidade prisional, então se você propõe a pensar em outras formas de atuação e também continuar estudando, continuar pensando no ser

humano, continuar refletindo sobre as questões do encarceramento, sobre tudo, acho que você viabiliza uma satisfação profissional, eu me sinto feliz assim, como psicóloga do sistema prisional.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Aqui ainda não. É uma unidade grande, ainda não tive essa prática aqui, não sei se terei, porque não depende só de mim. Lá no CR a gente já fazia um projeto que não tinha esse nome específico para gêneros, ele chamava Projeto Cidadania e trabalhava questões de gênero e outras questões, por exemplo, do idoso, deficiente, de pessoas com problemas psiquiátricos, trabalhava todas essas questões das minorias dentro desse projeto.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Penso que o psicólogo de modo geral conhece pouco a realidade do sistema prisional e participa pouco também das decisões do CRP, por exemplo, se você para ter uma arma precisa de uma avaliação psicológica, para você ter uma habilitação para dirigir você precisa de uma avaliação psicológica, por que a pessoa que infringiu a lei e não são todas, só em casos específicos, porque o exame não é feito para todos, só para os de alta periculosidade e que tem faltas disciplinares, por que para estes não podem? Por que proibir? Então vamos proibir os exames para habilitação, por que preciso me submeter ao exame criminológico para dirigir se o outro que cometeu um ato infracional hediondo, que fez um monte de barbaridades contra a sociedade ele não pode. Acho que o Conselho cria aquela coisa do "coitado" e a criminologia não prevê isso, ele não é um coitado e também não é um demônio, assim como ninguém da sociedade, então se preciso me submeter a avaliações para algumas coisas, por que ele não? A única coisa que penso que ela deveria ser melhor feita, teria que cumprir as normas da elaboração, dos documentos da escritos e da SAP, mas a existência dela acho necessário.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: Na verdade deveria ter uma avaliação da execução da pena, a pessoa é presa, o que ela vai fazer durante o cumprimento da pena dela, ela vai ficar presa quatro anos, vai fazer o que nestes quatro anos? Ela vai ficar fumando maconha e fazendo nada, tentando burlar a vigilância, ficando com telefone celular e programando crime fora, ou ela vai estudar, participar de um projeto. A avaliação psicológica seria não do delito cometido, mas da execução da pena, o que ela se propôs a fazer par ter uma nova experiência de vida, outros contatos para ter outros tipos de pensamento que tinha. Essa

é minha visão, o que a avaliação psicológica teria. Deveria ter uma comissão para juntos conversas sobre essa pessoa, “na área pedagógica tá como?”, “na segurança tá como?”, dá para ser feito entendeu, aqui mesmo tem a escola funcionando super bem, têm muitos cursos profissionalizantes, cursos extracurriculares, tem os projetos, então se a pessoa quer fazer alguma coisa por ela mesma, ela pode. Então acho que seria isso, seria uma avaliação do que ela se propôs a fazer e de que tipo de pensamento ela tem, do desejo que ela tem para o futuro, que planos futuros ela tem, em cima disso e não do delito cometido.

P: Em média faz quantos por dia?

E: É pouco, acho que no mês não dá um por dia, é pouco mesmo. Por exemplo, teve uma pauta de avaliação semana passada e tinham quatro, já essa semana não teve, é pouco. Porque não é feito de todos, geralmente vai depender do juiz da execução, aqui o juiz pede para pessoas que cometeram falta disciplinar nos últimos cinco anos, é esse o critério. Então não para qualquer um, só nesses casos, e assim reduz muito, ainda bem. Se eu pudesse não faria nesse modelo que é feito.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Depende da pessoa, se a pessoa é mais falante, se expressa mais, fala mais coisa, demora um pouco mais. Mas vamos por uns vinte minutos, meia hora no máximo.

P: Você colocou que é contra os exames feitos nesses moldes, então como deveriam ser feitos?

E: Deveria ser uma sala mais apropriada, deveria ter a opção de aplicação de testes, teste de personalidade, teste de inteligência, deveria ter a comissão técnica de classificação para discussão do caso e aí a elaboração do relatório.

P: Como são realizados estes laudos/exames criminológicos? O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: Aqui, é feito uma entrevista com o preso no parlatório e o profissional vai fazer a pesquisa no boletim informativo, vai ver por ele mesmo se estuda, se trabalha, mas não existe discussão com os outros setores, é bem individualizado, o que não é indicado pela resolução SAP e também o que não é indicado pelo Conselho porque não tem aplicação de teste, então você faz um relato do que ele te relatou, na verdade é isso, então é inadequada. Aqui, em outros lugares tem a discussão, tem aplicação de teste, depende muito de cada unidade.

P: O que o psicólogo(a) coloca nos relatórios?

E: Eu coloco o que ele me fornece, o que ele falou, e coloco as atividades que ele fez em benefício próprio dentro da unidade, vejo se ele está estudando, se participou de projetos, isso pra mim é um indicio que ele está fazendo alguma coisa por ele mesmo. Então coloco isso, não coloco alguma coisa que eu percebi, por exemplo, não coloco. Nada subjetivo que tenha percebido, coloco o que ele relatou de como ele vê a prática de delito, coloco algumas coisas da infância que podem ter contribuído para algo, na primeira infância, na adolescência, o uso de drogas ou não. Única coisa que coloco é sobre a afetividade que a gente sente mesmo, se a afetividade é preservada ou não e a crítica em relação ao que ele me fala, mas nada subjetivo, porque não consigo aplicar teste.

P: Prognóstico ou conclusão?

E: Não, não coloco nem conclusão de favorável ou não, nem prognóstico porque é impossível pelo jeito que é feito.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Não.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Estou preparada, por isso faço desse jeito, estaria preparada para fazer no modelo adequado. Acho que o técnico que coloca alguma coisa subjetiva está infringindo a própria ética profissional, eu coloco relatório, não é avaliação, é relatório psicológico, coloco lá que foi realizada uma entrevista que a pessoa relatou que, coloco no final se na unidade ele participa de alguma coisa, aí o juiz que decide, não é um modelo que deveria ser.

P: No CR tinha os exames criminológicos?

E: Tinha, no CR era feito em sala individual, com aplicação de teste, se ficasse em dúvida aplicava um segundo teste, tinha a reunião da comissão técnica, da discussão do caso e a elaboração do relatório em conjunto com a conclusão, cada profissional assinava o seu, o psicólogo e o assistente social não assina conclusão geral, porque ele não pode assinar coisas que ele não avaliou na parte dele, então assinava individualmente e na conclusão assinava o diretor de segurança, o pedagogo, o responsável pelo trabalho e o diretor geral.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Tem muitas, muitas mesmo. Tem alguns casos bem marcantes, quando trabalhava na P1 a gente fazia avaliação para a pessoa trabalhar no parque agrícola, e eu fiz a

avaliação e tinha os agentes que falava “o preso vai fugir”, falava “lógico que não, estou atendendo ele faz muito tempo”, foi feita a avaliação, fui favorável para que ele fosse e ele fugiu, ele não ficou nem uma semana. Isso foi importante para eu entender que o encarceramento, hoje se você olhar para o ser humano somente pelo aspecto psicológico e pelos desejos que ele tem, nem sempre é só isso, será que ele vai conseguir se conter, então a necessidade do olhar para os outros profissionais também, que atuam com aquela pessoa, a necessidade da interdisciplinaridade, de uma discussão maior, não só a questão da academia, outras coisas. No CR com a proximidade muito grande com os presos, que são 220 presos só, então você conhece pelo nome, você conhece a família, então tinha, por exemplo, quando não estava na unidade o preso que tinha liberdade ia à minha casa para dar tchau. Tem um preso que fugiu do CR, ele me telefonava todos os dias das mães para me parabenizar, mesmo ele tendo fugido, então algumas coisas, algumas mudanças em relação família. Uma coisa que me marcou muito também foi um preso que saiu na saída temporária e não retornou, ele tinha que voltar até tal hora e não voltou, a mãe dele me ligou e perguntou “posso levar ele agora? Porque eu o encontrei e estava lá na boca, fumando maconha, mas peguei, posso levar ele de volta?”, então aquela questão de quando você faz um trabalho realmente voltado para a dignidade do ser humano, da pessoa conseguir ser digna mesmo encarcerada, a própria família vê a importância do trabalho, algumas coisas que ouço no projeto, que marcam bastante. Aqui mesmo esses dias atrás no grupo eu ouvi que ele fazia um monte de coisas, tráfico e a esposa falava “para com isso” e ele “não que quero comprar não sei o que, quero comprar”, ele veio preso e no primeiro dia da esposa ver ele, isso ele relatando no grupo, falou pra ele “você conseguiu comprar o castelo que você queria, olha como aqui é grande, é um castelo”, então assim de ouvir alguns relatos das pessoas, ontem mesmo no grupo um falou assim “estar preso é uma oportunidade”. Acho que é interessante porque você tem uma avaliação do trabalho que está construindo, fazendo e realizando, da importância que a pessoa que você está oferecendo aquele tipo de trabalho, como ele está vendo isso e o quanto está sendo importante para a pessoa ou não. Então o restabelecimento de vínculo familiar, várias coisas que marcam muito, tem muita história.

P: Existe preocupação com os “direitos humanos” do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Tem sim.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Acho que começa desde a entrevista de inclusão, nesta é o momento que você pode detectar o que está acontecendo com a pessoa e as necessidades que ela tem. Se ele está tendo qualquer tipo de problema, em qualquer ordem, institucional, familiar ou não, e a partir desta identificação você atua, por exemplo, se a pessoa estiver doente você faz sua parte para tentar com que aquela pessoa seja atendida pelo setor de saúde, se ele não tem, por exemplo, um cobertor você vai fazer sua parte de ir até a pessoa responsável para dar o cobertor e fazer o pedido para o fulano. Tem muito psicólogo que acha que isso não é o papel dele, tem muitos e até acho que muitos colegas acham que fico arrumando serviço para fazer, só que penso assim que o psicólogo em uma entrevista de inclusão se você entender que aquela pessoa está sendo atendida por você e ele pode não ser mais atendido por ninguém durante não sei quanto tempo, então é obrigação do psicólogo a promoção de saúde, qualidade de vida, da dignidade da pessoa, é uma oportunidade de levantamento de queixas para ver o que precisa, para ver a se a família sabe que está preso, tentar algum contato, o que você puder fazer para aquela pessoa, para que ela tenha um bem estar maior, se é que é possível no começo do cumprimento da pena que é difícil, acho que faz parte da atuação do psicólogo, tem muitos colegas que ouço falar que a função dele é fazer avaliação, não concordo com isso, porque não é isso que a gente jura na hora da colação de grau.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: Tem. Eu penso que pode ser pela história da penitenciária, penso que pode ser pelos profissionais envolvidos, acho que principalmente isso. Acho que, por exemplo, quando o técnico está muito frustrado com alguma coisa ele não quer fazer nada, por exemplo, os colegas pensam que não deveriam cumprir horário, que deveria vir aqui fazer relatório, a avaliação e ir embora e quando vem um gestor que coloca que você tem que cumprir o horário, então a pessoa fica seis horas por dia aqui sem fazer nada que seria sua função, só quer fazer relatório, é muito de frustração pessoal do funcionário, falta de conscientização do que é competência do psicólogo, do que é atribuição do psicólogo, pessoa desmotivada, acho que isso prejudica muito a atuação do psicólogo, que ele deixa de fazer um monte de coisa, ao passo que se tem unidades com pessoas com mais motivação, que a história da unidade é diferente, que sempre cumpriu horário, por

exemplo, sempre alguém que falou que “sua função não é só fazer laudo, você precisa promover a reintegração a qualidade de vida”, então você vai ver muitas diferenças.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Não, nunca vi.

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Tem o contato instituído, tem o Skype, por exemplo, da unidade que um conversa com o outro, tem o da reintegração social que as pessoas se falam, algo em grupo.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Também depende da unidade, dessa construção da história da unidade e do próprio profissional. Então se você, tem unidades que a gente sabe que existe uma ótima integração, tem unidades que não tem, que não consegue fazer trabalho nenhum. Depende da história de como foi construída, de como a Psicologia começou a atuar dentro daquele contexto e também dentro da postura profissional de cada um e até pessoal. Se você entra para trabalhar em uma unidade prisional e já vai com aquele negócio na cabeça “os agentes não gostam dos psicólogos” a tendência sua é passar pelo agente e passar que está passando por uma pedra e não vê aquela pessoa como ser humano e você acaba criando uma barreira desde aí. Então a Psicologia está na unidade prisional para trabalhar com o preso, mas não podemos deixar de ter o olhar que os outros profissionais são seres humanos e tão sofrendo algumas coisas do próprio trabalho, que é inerente ao contexto. Então depende de cada um, da história da unidade, eu nunca tive problemas em todos esses anos, com interação com os outros setores, de conseguir realizar o trabalho que queria, nunca tive. Então depende muito do olhar que você tem para o outro também.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Acho que ser psicóloga tem, independente de onde, porque sempre tentei fazer, desde que me formei, outras coisas fora da Psicologia Jurídica, então tive consultório, depois

que fui para o CR que não deu para trabalhar com clínica, porque trabalhava oito horas por dia e às vezes até mais, então entrei para uma associação de psicólogos, fui presidente da associação, então sempre trabalhava com trabalho voluntário de palestras em escolas, de orientação, agora estou aqui há seis meses e continuo lá da associação, mas não comecei nada. Só que em seis meses que estou aqui já fiz quatro cursos na universidade, tudo que aparece que é da Psicologia participo. Então acho que ser psicólogo tem grande influência na minha vida, na relação familiar, amorosa, na forma de ver o mundo, ser psicóloga do sistema prisional, poderia ser psicóloga de outra.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Não.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Acredito na transformação do ser humano, acredito que as unidades que tem a possibilidade de realização de projetos com estes objetivos acredito que consiga coisas positivas. Aqui mesmo a gente tem esses projetos e tem pessoas que a gente sabe que, por exemplo, mês passado um preso que ficou muito tempo aqui e trabalhou no parque agrícola, o diretor de trabalho e educação arrumou emprego para ele e a gente sabe que ele está trabalhando certinho, ele participou dos projetos, então tem uma visão sobre o ser humano, claro que para esses que se aproximam mais, que participam dos projetos, da escola, mas acredito sim.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: Isso mesmo, dá possibilidade para a pessoa presa, através da atuação profissional, para que ela se conheça, que ela entenda o porquê ela está presa, que ela entenda que a prisão não é inerente ao ser humano, que ela não precisa continuar presa depois que ela sair, que tem outras opções de vida, promover o bem estar do ser humano em termo de futuro.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Fundamental.

Anexo VIII: Samba

P: Idade?

E: 30 anos.

P: Sexo?

E: Feminino.

P: Classe econômica?

E: Classe média.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Também trabalho na Fundação Casa.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: Dois anos e meio.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Trabalhava na Fundação Casa, sempre trabalhei lá. Eu trabalho lá há cinco anos, agora que acumulei com a Penitenciária.

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Em partes já tinha uma noção por conta da Fundação Casa, não é mesma coisa, mas por ser público privado de liberdade me senti tranquila para trabalhar com esse público.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Nunca. Nem como estagiária. Na Fundação Casa foi um pouco mais chocante, porque não tinha noção nenhuma da realidade, não tinha e nem imaginava como era, ver as grades deu uma assustada. Depois que comecei o trabalho lá foi mais tranquilo, porque é uma proposta de sócio educação e tudo mais. Na penitenciária talvez o choque não tenha sido grande devido à vivência de Fundação Casa, mas é diferente, considerando que aqui é uma população muito maior e o trabalho totalmente diferente.

P: Na Fundação Casa são em média quantas pessoas em medidas de internação?

E: Na unidade que trabalho são sessenta e seis adolescentes, para duas psicólogas.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Como eu venho da experiência da Fundação Casa, acreditava que seria muito próximo, que iria poder fazer acompanhamento com o preso, que ia poder ajuda-lo a lidar com a privação de liberdade, ajudar nos conflitos inerentes ao cárcere. Essa era a ideia que eu tinha quando cheguei.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Em princípio não, mas surgiu. Estava trabalhando e surgiu a oportunidade de prestar o concurso e eu decidi tentar.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Universidade pública, em 2007.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Não. Mesmo na faculdade não foi visto nada em relação ao sistema prisional, ou a Psicologia no sistema judiciário, não foi visto nada disso.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Sim, acho que seria, na minha formação teria sido muito válido, não que não aprendi a trabalhar, mas se é válido acho que sim, ainda mais com essa demanda crescente de unidades, de Fundação Casa, de Penitenciárias, deveriam ter sim. Não sei se disciplina, porque não é uma coisa muito extensa, talvez sendo trabalho dentro de uma matéria, que fale de instituições, por exemplo, um dos temas seria instituição prisional. Mas estágio seria interessante.

P: Vocês tem estagiário(a)s de Psicologia?

E: Sim, temos duas estagiárias de Psicologia pela FUNDAP.

P: Como funciona?

E: Sou supervisora delas.

P: Como é para você ser supervisora e como acredita que esteja sendo essa experiência?

E: Também fui pega de surpresa, porque cheguei para trabalhar e poucos meses comecei a supervisionar, já tinham estagiários na época que cheguei. Então, na verdade, aprendi com eles a supervisioná-los. A experiência é interessante e eles acabam sendo uma extensão nossa, principalmente em atendimentos. Os atendimentos tem a maioria com a demanda social, mas tem alguma demanda psicológica que as estagiárias atendem, se for muito complexo sou eu que atendo ou a diretora de reintegração. Mas elas ajudam muito nos atendimentos pessoais, coisa que para mim, no momento, tá complicado, meio limitado.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Minha base de formação é a Psicanálise e é o que uso na prática.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: São importantes, norteiam uma prática, mas nada muito limitado ou definitivo.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Aqui é uma sala simples, com uma mesa e duas cadeiras. Os atendimentos são feitos com a sala aberta, mas os sentenciados não são acompanhados pelos agentes.

P: Ficam algemados?

E: Depende da situação, se tiver em surto ou quadro de agressividade são acompanhados por funcionário e algemados. Atendimento corriqueiro não, eles vem e sentam-se sem algemas e é tranquilo.

P: Existem os parlatórios?

E: Tem o parlatório também, mas os atendimentos geralmente são feitos em salas, parlatórios dificilmente.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: Durante o expediente a gente tem uma sala conjunta, dividida com a Assistente Social, somos duas técnicas, a diretora e as estagiárias, e duas oficiais administrativas. Que integra o setor CRAS.

P: As salas para atendimentos são adequadas?

E: Sim, o que não é adequado à gente tem um espaço para atendimento em grupo, o mesmo é feito em parlatório e grupos maiores são feitos em salas de aulas, no período que não estão estudando, mas para atendimento individual acredito adequadas.

P: Existe isolamento do som?

E: A porta fica aberta, funciona assim, é uma parte administrativa, tem outros setores trabalhando ao lado, mas não existe interferência, de certa forma o sigilo fica preservado e ao mesmo tempo não fico tão exposta, porque tem outros profissionais e se acontecer alguma coisa tem como pedir socorro.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Considero um ambiente tranquilo, até por conta do perfil de presos aqui, é um perfil mais de usuários de drogas, crimes mais graves é um menor número, considero tranquilo. Em relação aos funcionários é um pouco menos tranquilo, porque tem funcionários aqui que trabalham há muito tempo. Mas em relação à população carcerária em si não vejo problemas.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Nunca entrei, só tive acesso até hoje ao corredor onde dá para ver as celas e o pátio deles, já entrei na cozinha para conhecer e na escola. Mas a parte de cela a gente não tem acesso.

P: Por que não tem acesso?

E: Olha já tentei a tentar, mas é assim não vejo que é uma coisa confortável para os agentes ou até para administração, ficou assim, vai até aqui e pronto. Não foi proibido e não tá liberado, mas se entende que existe um limite.

P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?

E: Tem cela disciplinas e cela de seguro e tem também a parte hospitalar, a enfermaria. Na enfermaria ficam os casos em acompanhamento, tem alguns casos psiquiátricos inclusive, tem celas disciplinar onde os presos ficam geralmente isolados no período de castigo que eles falam e tem cela de seguro.

P: Já conheceu alguma destas?

E: Já entrei na enfermaria, conheço todas.

P: Qual foi sua impressão, sensação?

E: Seguro é até tranquilo, enfermaria também, a parte disciplinar é um pouco pesada, porque é uma cela muito simples, não tem nada, é até um lugar insalubre, é complicado.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Acredito que exista diferença sim, penso que até no caso de respeito o preso tem um distanciamento nesse sentido, não sei se em relação a se abrir, a se expor se é igual, talvez seja diferente por ser mulher, ou não, de repente tem aquela figura mais materna, uma figura fácil de comover no imaginário deles, acredito que exista diferença sim.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: Atualmente a gente tem uma demanda muito grande de exames criminológicos, então atualmente meu foco de trabalho tem sido as avaliações para o juiz. As outras coisas que já fiz foi atendimento individual, acompanhamento de alguns presos, mas acabou se perdendo muito por conta dessa demanda.

P: Além dos atendimentos individuais, fazem atendimentos em grupos?

E: Fazemos os grupos para saídas temporárias, grupos preparatórios para saídas temporárias. Aqui é regime fechado, mas temos cerca de 150 presos de regime semiaberto aguardando vaga, por isso a gente tem a saída temporária e fazemos esses grupos de orientação, no caso esses grupos estão ficando mais a cargo das estagiárias e da diretora. Inclusive os atendimentos individuais também. No meu caso estou ficando somente com avaliação psicológica, um caso ou outro que necessite de atendimento

psicológico, um caso de repente de surto ou tentativa de suicídio, coisas mais específicas.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Como te falei está muito atrelado às solicitações do poder judiciário, se isso diminuísse acredito que seria possível um trabalho mais efetivo naquilo que tinha como idealização inicial, de acompanhamento aos presos, fazer um trabalho mais individualizado, gostaria de fazer isso. Então se tivesse menos demanda do poder judiciário, talvez se tivesse mais profissionais para podermos distribuir melhor o trabalho, isso também poderia contribuir para outras questões, como os atendimentos e até grupos de orientação, de aconselhamento.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Não. Uma vez convocada no concurso público à gente não tem, pelo menos quando entrei, não houve em nenhum momento um curso preparatório ou explicando o que seria feito, qual seria o público que iriamos encontrar, qual a realidade, isso não foi feito. Eu passei no concurso, me apresentei para a vaga e me apresentei na unidade, cheguei aqui e fiquei sabendo qual seria o trabalho, mas nenhum preparo antes.

P: A Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP/SP) disponibiliza algum tipo de curso/palestras que possam auxiliar para sua atuação no sistema prisional? Se sim, quais? Se não, por quê? Seriam/são importantes tais cursos e por quê?

E: Sim, ao longo do ano a SAP está, principalmente esse ano percebi que houve uma preocupação maior nesse sentido, de dar cursos e capacitações aos profissionais de áreas específicas. No mês passado participei de um curso em São Paulo de Pronto Atendimento Psicológico, então desde que estou aqui, há dois anos e meio, esse ano que percebi um investimento maior, espero que a tendência seja aumentar, porque dá um suporte maior, até pra gente atender a realidade de outros lugares também, porque eles têm público diferente, eles têm atuação diferente, até para trocar essas experiências é interessante também.

P: Quem é designado a ir aos cursos?

E: Às vezes direcionado, este curso de Pronto Atendimento Psicológico é só para psicólogo, mas houve outros cursos, tive encontros de supervisores e estes não são necessariamente psicólogos, pode ser assistentes sociais, já tive encontro de supervisores esse ano, tem demandas, tem palestrar e cursos mais gerais, para área técnica. E alguns específicos.

P: Encontro de supervisores é quem têm estagiários?

E: Sim, quem têm estagiários.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Eu gosto, me sinto um pouco limitada no que faço, mas eu gosto.

P: Por quê?

E: Assim, o ambiente não me traz problemas, não tenho dificuldade para lidar com esse público, vejo até uma perspectiva de ascensão profissional aqui dentro, então é uma coisa também que me motiva, o trabalho em si não é difícil e a cobrança também, existe uma flexibilidade muito grande, de uma compreensão muito grande de que nosso trabalho é limitado, então não se exige tanto porque sabem que nossa situação é limitada, então isso passa certa tranquilidade e dá autonomia de você trabalhar tranquila, isso me deixa feliz.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Não trabalho diretamente com, mas aqui na nossa unidade a gente tem travestis, têm homossexuais, já atendi demanda de homossexuais, é um público muito pequeno aqui, mas é inevitável, permeia porque o público é masculino, nós somos funcionárias do sexo feminino, então assim, a todo o momento as relações de gêneros estão perpassando nossas relações de trabalho.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Sim, conheço. Acho interessante na medida em que preserva o profissional de dar um parecer que acaba sendo restritivo, definitivo, coisa em que se tratando de ser humano é complicadíssimo, acho interessante e procuro nos meus laudos me basear nisso para não ter em minhas mãos a vida de um sujeito, as pessoas são todas passíveis de mudança, para o bem ou mal, então a gente tem que ter muito critério e muito cuidado o que colocar no papel, então essa resolução dá um respaldo muito importante principalmente para a gente que trabalha diretamente com laudos e pareceres.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: A finalidade é, o poder judiciário solicita essas avaliações para saber se o sentenciado tem condições ou não para retornar a sociedade. Do ponto de vista deles gostariam de uma coisa mais direta, “essa pessoa vai voltar a fazer crime, vai voltar a roubar, a matar”, é muito complicado trabalhar com isso e muito imprevisível. Quando faço uma avaliação eu busco pontuar, faço um levantamento do histórico de vida dessa pessoa até para entender de onde ela veio, como ela viveu a infância, adolescência, quais foram as

principais influências que ela teve, procuro avaliar o momento, o que tanto ela viveu, como ela conseguiu sobressair aquilo tudo, se ela conseguiu arrumar meios eficientes de lidar com as diversidades, se ela ainda tem dificuldades para lidar com isso, tento avaliar nesse sentido, não coloco diretamente favorável ou desfavorável, mas no contexto dá para entender se aquele sujeito tem mais maturidade, mais controle de impulsos para voltar para sociedade, mais adaptado, melhor ou se ele ainda requer algum investimento, diga-se de passagem que não já investimento, porque aqui não tem trabalho para isso, mas digamos que fica subentendido que ele ainda não desenvolveu condições mínimas para estar repensando o que ele fez, de estar agindo diferente. Então as avaliações têm por objetivo falar para o juiz ele tá pronto ou não tá, a gente não pode dizer "pode" ou "não pode", foi dito pra gente, porque as pessoas mudam, mas no caso de reavaliação, vamos supor que esse pedido é indeferido no caso de reavaliação às vezes acontece de atender o mesmo sentenciado dá li um tempo e nessa segunda avaliação às vezes a gente consegue perceber mudanças positivas ou negativas, mas a gente consegue ver mudanças e outras estagnações, pessoas que em seis, sete meses, ou um ano não fez nada de diferente.

P: Em média faz quantos por dia?

E: Três, uns nove a doze por semana, porque tem dias que a gente não faz atendimento, porque tem procedimentos na unidade que impedem esses atendimentos.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Alguns sentenciados são mais sucintos, outros mais extensos, uma média de 30 minutos a 50, para mais ou para menos, alguns em bem menos, já resumem as histórias de vida e tudo que aconteceu, mas vamos por uma média de 30 a 50 minutos.

P: Como são realizados estes laudos/exames criminológicos?

E: Geralmente faço uma entrevista semi-dirigida, não há tempo hábil para aplicação de testes e nem para correção, então eu me limito na entrevista, mas faço estudo de prontuário criminológico que é o nosso, documento de família e de visita, como prontuário penitenciário onde tá o delito, as descrições dos processos que ele participou. Eu procuro entrevistar o sentenciado antes do processo, vejo o que ele me traz, como foi o delito, o que aconteceu e não aconteceu, posteriormente na hora de fazer o laudo confronto as informações, se o que ele falou confere com o que está no processo, se não foi bem aquilo.

P: O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: Como disse, já vi trabalho de outros colegas, eu procuro colocar a condição dele atual, se ele conseguiu mesmo administrar tudo que ele viveu, tudo que ele fez, ele conseguiu administrar isso de uma maneira positiva, ele consegue reconhecer que o que ele fez foi grave, não só para ele que está preso, mas para as pessoas que estão envolvidas, para o contexto que ele está inserido. Ele mostra arrependimento, ele consegue entender que o que ele fez foi muito sério, ele consegue entender que ele está aqui por algo que ele fez, ou ele é o eterno injustiçado, ou ele "realmente to aqui, to preso" não reconhece os desdobramentos disso para ninguém além dele, tento buscar, colocar isso nos laudos, se ele atingiu certo nível de maturidade, de criticidade, se introjetou os valores morais, sociais, mais ou menos nesse sentido.

P: É a favor ou contra a realização destes laudos/exames criminológicos, por quê?

E: É difícil dizer, porque não sei se realmente ser contra inibe muitas coisas, penso que nenhum trabalho desse tipo seria necessário se houvesse um trabalho de prevenção, então é complicado, dá a impressão de que o poder judiciário passa para nós essa responsabilidade "está pronto?", eles não dão estrutura nenhuma para o sujeito ser ressocializado de fato e vem para nós e diz "está pronto ou não?". Com o sistema que está sendo oferecido hoje não há a possibilidade de ressocialização, é muito pequena, o respaldo não é só aqui, não adianta cuidar do sujeito depois que está preso e o anterior? A base não foi dada, acho complicado, penso que é um trabalho desnecessário se for pensar que é uma responsabilização do Estado, do poder judiciário que é passado para nós, usa-se o técnico para dizer um sim ou não, uma coisa que é muito além, parece que estão transmitindo a responsabilidade para nós.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Não, já sofri certa pressão não de sentenciado, mas família e advogados. Não no sentido de, certa comoção "ele precisa tanto, ele tem família", ou assim "tá demorando demais, quando vai ser", nesse sentido. Ameaça ou suborno, esse tipo de coisa nunca.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Acredito que com o tempo adquire certa habilidade em observar os pequenos gestos, essa questão da leitura do sujeito ficou mais apurada. Preparada não sei se é a palavra, consigo fazer uma avaliação, mas de repente uma pessoa mais articulada, mais manipuladora talvez tem ainda condições de passar batido.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Como faço as avaliações algumas histórias sim, acabam marcando, seja pela parte boa, por exemplo, do sujeito ter muito apoio da família e tudo mais, por conta de um deslize como o uso de drogas ter posto tudo a perder, tem histórias de superação, porque tem alguns presos que às vezes retornam ligação pra gente para dizer que está bem, isso é bacana. E tem também coisas que marcam principalmente em relação crueldade, crimes mais cruéis, mais frios, tem sim histórias que marcam.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Olha, percebo isso muito mais atuando na Fundação Casa, se tratando de adolescentes acho que a preocupação é maior de todas as partes. No sistema penitenciário há essa preocupação sim, mas acho que devido à demanda, ao grande público é um pouco mais negligenciado, se for levar a risca mesmo muita coisa não poderia estar acontecendo. A gente como profissional, da área da saúde inclusive, a gente faz o possível para fazer um atendimento humanizado e tudo mais, mas que é há uma atuação efetiva dos direitos humanos eu não vejo.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: No caso enquanto profissional de saúde, enquanto profissional que defende a vida a gente fica muito atento aos abusos, à gente, claro muita coisa não chega até nós, mas se algo chega tem que tomar providências, então a gente fica atento para não ter abusos e claro não ter falta de recursos mínimos a sobrevivência, isso até onde percebo aqui não há. Não percebi ainda nenhum caso de abuso, pelo menos não chegou até mim, mas a gente como profissional dessa área a gente tem que ficar atento.

P: O que você quer dizer com abuso?

E: Abuso no sentido de ou privação de direitos ou mesmo abuso de violência, por exemplo, nunca presenciei aqui. Nunca um sentenciado chegou e disse que foi agredido injustamente ou, por exemplo, eu não tenho recursos mínimos, não, o mínimo é oferecido. Abuso de poder nunca fiquei sabendo de nada, nunca me falaram nada.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: O que vai determinar a atuação do psicólogo, eu percebi que, principalmente vai ser a clientela, o público e a quantidade de sentenciados e além claro do poder judiciário, com essa demanda que é algo mais externo. A gente percebe diferença de atuação no público masculino e feminino, entre penitenciária e centro de ressocialização que é um público

menor, de penitenciária como a nossa que é de segurança média, não sei explicar exatamente, e de uma de segurança máxima, há diferença. Então, eu tenho a impressão que vai determinar a atuação, limitar ou expandir, é principalmente o público, o perfil desse sentenciado. E claro o número de profissionais atuantes.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Até hoje eu nunca precisei, nunca acionei também, então não sei se há esse suporte. Eu nunca recorri a esse órgão.

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Não, às vezes a gente se conhece nos encontros, nos eventos e cursos. Mas que há um grupo não. Que eu tenha conhecimento.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Aqui eu vejo que há um bom relacionamento entre os profissionais na nossa sala, que tem outra área técnica, o serviço social, é tranquilo esse diálogo. Até porque as profissões acabam, não que o assistente social faz o que o psicólogo faz, mas o psicólogo faz muita coisa que o assistente social faz, então as áreas acabam se comunicando. Com os outros setores vejo que há uma boa aceitação, valorização não digo, não sei, mas é tranquilo, não vejo que é um trabalho menosprezado, é valorizado, mas talvez fique pouco visível, por conta de ser só eu como profissional, o trabalho acaba não aparecendo, talvez se tivesse uma abertura para atendimento de funcionários, talvez assim o trabalho seria mais reconhecido pela equipe. Em relação aos presos vejo que há um respeito e uma demanda boa, principalmente com as estagiárias, ela que atendem bastante, vejo que eles têm essa procura.

P: Antes de você existia algum(a) outro(a) psicólogo(a) aqui?

E: Não, segundo informações do diretor, antes da minha entrada aqui essa unidade ficou seis anos sem psicólogo. Então entrei como única, antes de mim as avaliações psicológicas era feitas pelas equipes volantes, vim o profissional de fora fazia as

avaliações e ia embora. Juntava-se um tanto de exames, o profissional vinha e fazia as avaliações. Segundo foi me passado há seis anos não tinha psicólogo.

P: Então você começou o trabalho do zero praticamente?

E: Na verdade quando cheguei, desde sempre, a demanda sempre foi exame criminológico acabou ficando direcionado para isso. Mas daí foi surgindo à demanda psicológica, mas até hoje os presos ainda mandam bilhetes pensando que é assistente social, não há esse lugar da Psicologia, no imaginário do preso todo mundo é assistente social.

P: Já tentou fazer algum grupo ou outro tipo de atendimento e foi barrado pela direção?

E: Não, nunca. A demanda é muito grande, não há tempo para isso, as estagiárias estão com alguns projetos e acredito que não irá haver nenhum impedimento, talvez o impedimento maior seja o espaço, mas quando a gente faz o grupo de saída temporária não há impedimento quanto ao grupo, à questão maior talvez seria o espaço, até por conta da segurança, não passei por isso.

P: A questão dos exames, você como única psicóloga de referência da unidade, como ficam os exames?

E: No caso a gente não pode fazer exame de quem à gente acompanha, não é permitido. O que acontece é o seguinte, se é um preso que faço acompanhamento, ou a gente espera a equipe volante vir, ou no caso a diretora do setor, que também é psicóloga, faz as avaliações. No geral a gente faz isso, os presos que eu acompanho não faço, e esperamos a equipe volante ou ela faz, do contrário também, se é um preso que ela tem uma questão em andamento eu faço, a gente procura desvincular uma coisa da outra, até porque não é permitido.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Não digo influência na vida pessoal, assim, é claro que tenho que ter alguns cuidados, penso assim “sou uma pessoa pública, sou a única psicóloga para mil e setecentos presos”, isso me faz ter alguns cuidados. A gente tem muito sentenciado da região, por exemplo, faz a gente ter cuidado de ter uma vida pública minimamente decente, nesse sentido. A questão da segurança é uma coisa que eu penso também, estou exposta, mas que interfere, vou por juízo de valores, negativamente não.

P: Família já se colocou contra ou a favor do seu trabalho em penitenciária?

E: Sim, quando passei no concurso minha mãe tinha um receio muito grande, “você vai trabalhar na penitenciária”, como já trabalhava na fundação casa isso foi um pouco mais

tranquilo de ser trabalhado, hoje as pessoas olham assim de uma maneira “nossa, trabalha com os presos, com os bandidos e tal”, mas tento passar que não é o fim do mundo, até tento fazer com que as pessoas pensem de outro jeito, que são sujeitos com suas vidas, com suas famílias, vários motivos levaram eles a fazerem o que fizeram, mas também são sujeitos de direitos, então tento desconstruir uma visão do que as pessoas tem dessa população.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Medida de segurança no caso da Fundação Casa a gente recebe muitos convites nas redes sociais para adicionar, então isso não faço, não adiciono, nem adolescentes, nem famílias, sentenciados não tive nenhum vinculo a ponto de receber convites em redes sociais, se encontro na rua não evito, cumprimento, é mais isso. Nada muito específico, até então não me sinto ameaçada, penso que trabalho bem e nada que deixa brecha para ser ameaçada ou coisa do tipo.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Acredito, mas o que percebo que esse índice é muito pequeno e de verdade não é o Estado que contribui para isso, não é o sistema que contribui para isso. As mudanças que a gente observa são, partem, sobretudo, do sentenciado, da pessoa, do sujeito. Porque, não só aqui como na Fundação Casa, lá o investimento é muito maior e mesmo assim há aqueles que não se ressocializam, faltou apoio, faltou investimento? Não. O próprio sujeito que quis continuar nessa vivência. Então na penitenciária é um pouco mais sério porque depende quase que exclusivamente do sujeito, o sistema não contribui, o nosso apoio, nosso suporte profissional é muito pequeno para a demanda que poderia estar atendendo, então se há chance sim, pouca e grande parte do sujeito.

P: O que deveria ser feito para que exista ressocialização?

E: Como já te falei, o problema não tá aqui, aqui é o fim da corda. Acredito que se houvesse investimento lá trás educação, moradia, saúde, lazer, tudo isso poderia ser evitado, depois que chegou aqui o Estado não tem preparo, não tem suporte para ressocializar uma pessoa, ele vai guardar, manter ela longe da sociedade, o que é o que todo mundo quer, cometeu delito, tá a margem, tá aqui, tá recolhido. Hoje o sistema atual, penso que o sistema só tá guardando essas pessoas para chegar o momento de soltar e não sei, fazerem a mesma coisa ou pior. A gente se houvesse um trabalho lá de trás nosso trabalho agora, nossa situação seria muito mais efetiva, muito mais produtiva, coerente. Nos moldes atuais nossa situação fica muito complicada.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?
E: Eu penso no sistema penitenciário, minha atuação é muito limitada, gostaria de atuar mais como psicóloga, mas em segundo momento é a ascensão profissional, carreira, assumir uma diretoria coisa assim, é o que mais me move no momento.
P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?
E: O psicólogo na penitenciária é até complicado, me parece mais uma coisa de morde e assopra, o psicólogo tem uma atuação muito limitada, me dá a impressão, como posso dizer, apaga incêndio, uma coisa muito assim: se algo saí do controle o psicólogo tem que dar uma avaliadinha, a avaliação o psicólogo, então vejo o psicólogo ainda muito, ele ainda não tem o espaço dele, da Psicologia, essa tá muito escravizada pela poder judiciário, pelo sistema, está muito subjugada. Então a Psicologia, pelo menos da minha realidade, não tem essa autonomia, está muito refém de sistemas maiores.
P: Por que o(a)s psicólogo(a)s não se unem e vão contra o sistema?
E: Eu vejo assim, que nossa classe ela não é tão unida quanto outras. Vejo por exemplo a classe de serviço social é muito mais unida. Elas lutaram e conseguiram as trinta horas, na penitenciária é trinta horas, mas há lugares que o psicólogo trabalha quarenta horas semanais, a classe em si não é unida, no sistema penitenciário como te falei, não há um grupo de apoio dos psicólogos, pelo menos não tenho conhecimento disso, então acaba sendo uma coisa provocada também pelo profissional que se isola, ele tá em uma realidade que ele tá sufocado, ele tem vontade de sair disso, mas ele não tem iniciativa, é aquele negócio, tá ruim, mas tá bom. Não posso trabalhar, mas tá bom também, eu não me excluo disso. Há profissionais que lutam, acredito que sim, mas nossa classe em si não é unida para causar grandes mudanças, não só no sistema penitenciário, vejo isso em tudo. Movimentação pelas trinta horas não são todos que aderem, é uma classe que vejo mais fragilizada nesse sentido.

Anexo IX: Sertaneja

P: Idade?
E: 35 anos.
P: Sexo?
E: Feminino.
P: Classe econômica?
E: Como eu enquadro isso? Coloca na média.
P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Aqui tem dois regimes.

P: A maioria das pessoas que estão presas aqui estão condenadas em qual artigo?

E: A maioria tráfico, associação, homicídio, sequestro, roubo, furto, de modo geral é isso, tem outros, mas o que aparecem mais são esses.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Agora não, porque tive minha filha e ela é pequena, defendi o mestrado e tive que parar. Por enquanto só na unidade, psicóloga do sistema.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: Esse ano faz cinco, entrei em 2009, cinco anos.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Trabalhei em bastantes lugares. Não sei se tem uma ordem sequencial no questionário.

P: Não, você pode falar o que achar importante.

E: Então posso falar da minha formação. Me formei em 2002 em uma universidade pública, lá já que tentei me que me direcionar, tentei não, as coisas meio que foram me levando por afinidade, essa é a palavra, algumas disciplinas, alguns temas e tive contato com o pessoal de aprimoramento da FUNDAP, foi onde comecei a me interessar por este tipo de especialização; gostei muito nos dois anos que tivemos contato de umas palestras, uns encontros que foram acontecendo do pessoal que tinha se formado na UNIVERSIDADE PÚBLICA e que estavam em diversos lugares do estado fazendo aprimoramento. Teve um pessoal que era da área da saúde, especificamente da Psicologia Hospitalar, que discorreu sobre o trabalho, a vivência, experiência e foi paixão a primeira a vista, na UNIVERSIDADE PÚBLICA não tinha muito na época que estava, quase nada na verdade, e comecei a buscar algumas coisas, leitura, contato com pessoas, escrevi o artigo final, na época era um artigo final que a gente tinha que escrever para concluir o curso de graduação, então escrevi sobre Psicologia Hospitalar, como é que era o papel do psicólogo, o que era o trabalho e fui me aprofundando mais nisso e no final do curso da graduação acabei prestando seleção em alguns lugares de aprimoramento, passei em um aprimoramento de um Hospital das Clínicas, queria na verdade lá, porque envolvia alguns aspectos de vida pessoal, na época estava namorando ainda meu atual marido e queria ficar pela região, e também porque eu tinha contato com algumas pessoas que estavam terminando o aprimoramento, gostei muito e

queria aquilo. Fiz a prova, passei em Psicologia Hospitalar, no aprimoramento de Psicologia Hospitalar e fiquei dois anos lá. Foi uma ótima oportunidade, uma vivência muito única, porque acho que na verdade foi, tive, sinto que teve muita lacuna no meu currículo, na minha formação e lá pude complementar, aprofundar, me especializar nessa área. Funcionava assim, a gente ficava um ano no Hospital das Clínicas mesmo, era hospital geral, era tudo, todas as especialidades, funcionava ambulatórios, era tudo que você imaginava, urgência, emergência, OS, ambulatório, enfermaria, então foi uma vivência super rica, muito rica. Tinha parte teórica, que foi fundamental pra mim, para compreensão de um monte de coisas, talvez pela imaturidade, na época da graduação não conseguia assimilar e que depois a gente assimila de outra forma. Eu tive a parte teórica e foi superinteressante, a gente tinha com o pessoal da saúde mental, porque o aprimoramento tinha duas opções, não sei se hoje ainda tá assim, era hospitalar e saúde mental, não sei como funciona hoje isso. Na época eram duas vagas de hospitalar e duas de saúde mental, e era assim, o pessoal que entrava era da UNIVERSIDADE PÚBLICA, na verdade quase todos os aprimoramentos, o pessoal que entrava nos aprimoramentos de uma forma geral eram da UNIVERSIDADE PÚBLICA, não sei se a nossa formação dava mais subsídios para a gente ir bem nas seleções, não sei exatamente o que era que acontecia, mas era uma muito interessante, porque da minha turma, pelo menos, acho que quase todo mundo conseguiu entrar nos aprimoramentos que quis, que desejou e foi bem interessante. E era muito forte essa coisa dos aprimoramentos da FUNDAP, não sei hoje como está essa questão. Quando estava lá tinha começado a surgir à residência. A gente foi todo mundo prestando aprimoramento, foi uma época interessante, a gente ia super bem, o pessoal entrava bastante em todos os aprimoramentos. Acho que optei por lá porque a linha era psicanalítica, era uma linha que me identificava, me identifico ainda, acho que foi isso que me fez escolher e ficar por lá. No primeiro ano era tudo, a gente fazia tudo, atendia tudo, também foi impactante pra mim, porque saindo da faculdade, da graduação daquele esquema ali dos estágios, de ter todo um acolhimento mesmo dos supervisores, dos professores, uma coisa bem diferente de outros lugares, isso me impactou um pouco, porque a gente não tinha isso lá, não tive pelo menos, com supervisores que a gente teve, isso não foi uma coisa subjetiva minha, era uma coisa mesmo no geral, que a gente compartilhava e era essa a sensação que a gente tinha. A gente não tinha acolhimento, a gente não era assim compreendidas em um monte de questões, então assim, a equipe da Psicologia Hospitalar era muito cindida, era muito rachada, eles tinha muitos problemas entre eles,

interno ali, então era super complicado na verdade. Acho que faltava qualificação dos supervisores ali, só uma supervisora minha que tinha feito especialização e mestrado, o resto não tinha formação acadêmica, acho que também na época não era muito exigido, na época que eles entraram como técnicos, enfim, não tinha essa exigência, acho que se acomodaram, acho que também não era o perfil e acabaram que ficaram lá como técnicos e só uma supervisora tinha mestrado lá. Então faltava muita qualificação, recurso mesmo para a gente até poder enriquecer mesmo a formação, o currículo, isso também foi uma das lacunas que encontrei no aprimoramento.

No segundo ano a gente passava para outro hospital, que era o materno infantil, funcionava hospital só para mulheres, crianças, UTI neonatal, mulheres gestantes de alto risco, mulheres com vários problemas de saúde, dentre elas câncer de útero, mama e outros problemas/complicações e elas ficam ali. Quem ficava no HC também ficava no hemocentro, e a gente atendia duas vezes por semana no hemocentro, a gente atendia ambulatório infantil, ambulatório de adulto, voltado mais para área de oncologia, de complicações hematológicas, então esses dois anos eu fui lidando muito com questões relacionadas à perda, a mortes, a ausências, rupturas de vínculos, fui lidando muito com isso na verdade. Fui me aprofundando nisso, meu TCC que a gente tinha que fazer na época foi relacionado. Então o TCC foi girando sobre isso, como eram as repercussões de perdas, nos irmãos, porque no ambulatório do hemocentro a gente tinha muito contato com família que vinha de fora, como é considerado grande centro é como aqui, vem à região toda, vem gente de outro estado e lá não é diferente. Então a gente recebia muita gente de fora, família, que às vezes levava o irmão e levava a criança que estava doente, eu atendia muitas vezes a criança e outra psicóloga a família, em outros momentos, de outros pacientes, eu atendia a família e a outra atendia o paciente. E começou a me inquietar muito como ficava para esses irmãos, comecei a pesquisar um monte de estudos falando sobre isso e aí já me interessei e quis estudar como era esse impacto, essa repercussão para os irmãos que tem essas crianças aí em processo crônico de tratamento de leucemia, eu escolhi a leucemia, como era isso para eles, porque era muito, era uma situação muito difícil para esses irmãos, uma série de questões, eles vivenciavam isso muito solitários, quis me aprofundar sobre isso e foi isso que eu fiz no TCC.

Só que eu terminei o aprimoramento, meu noivo também estava na UNIVERSIDADE PÚBLICA dando aula como substituto, estava fazendo doutorado e estava na UNIVERSIDADE PÚBLICA dando aula para Psicologia, mas não conheci

ele na época que dava aula, porque acho que ele não tinha dado aula, ele começou a dar aula e eu estava no primeiro ano do aprimoramento. Ele começou a dar aula na UNIVERSIDADE PÚBLICA, começou a dar aula na UNIP, começou a dar aula em um monte de universidades ali da região e eu pensava "e agora terminando o aprimoramento o que é que vou fazer? Como é isso?", acho que minha vida pessoal também foi me levando para tomada de decisões para a vida profissional, para falar bem a verdade. A gente resolveu morar juntos, e pensava "o que vou fazer da vida?". Ele quis ir em uma cidade entregar o currículo dele para uma FATEC, não sei se ainda existe, daqueles cursos técnicos, mais ensino superior, mas é curso técnico. Ele foi entregar e a coordenadora me perguntou, falo gente tem coisas que vai acontecendo sabe, nunca precisei me esforçar muito, batalhar muito nessa época da minha vida, as coisas foram acontecendo. A coordenadora me perguntou o que eu era, falei que era psicóloga, que tinha terminado o aprimoramento com o título de especialização. Vou fazer uma ressalva, outra coisa que a gente enfrentou e enfrenta ainda de problemas relacionado ao aprimoramento, não sei se já ouviu falar essa história, é aprimoramento ou é especialização, então assim, isso eu enfrentei colegas, amigos no sentido de "não é especialização", "mas a carga horária chegava a quatro mil horas, como não é uma especialização", então a gente caí naquela coisa ambígua, que nem todo mundo entendia o que era aprimoramento e a gente tinha que cair naquela coisa de ficar explicando e pra gente ficava uma coisa complicada. Ao fim é mais que uma especialização porque a gente acaba tendo um aprofundamento, minha carga horária no aprimoramento eram oito horas diárias, era pauleira para quem saí da graduação, tive que cola grau antes, porque tive que me apresentar lá, colei grau com uma turminha que teve que colar também para se apresentar, dar andamento no número do CRP, um monte de coisa. Então assim, a carga horária era puxada, era pesado, oito horas diárias e tudo mais. Mas no fim para mim já está bem resolvido, na época vivi esse conflito que era ou não era, por fim é uma especialização, porque isso faz diferença, estou te falando isso porque isso faz diferença na hora de você passar por uma seleção, já tive problemas com isso, da pessoa se apegar nessa questão, nessa terminologia, do nome, tive problemas de ter que ficar se explicando, ficar falando, ficar provando com documentos, tive que fazer isso, enfim, mas isso já passou pra mim, então tenho como uma especialização, como estou te falando, nossa prática era muito extensa, muito profunda e tinha a parte teórica também.

Então estava lá e a gente morava em uma cidade próxima, a coordenadora me perguntou e tinha falado que tinha acabado de fazer o aprimoramento, no momento ela falou que estavam precisando de um professore de Psicologia para várias cidades da região e inclusive na cidade onde morávamos, ela perguntou se eu queria; estava sem nada, sem perspectiva, falei quero e nunca tinha dado aula, pra mim foi um desafio também. Assim, as disciplinas, desculpa o termo, mas eram toscas, eram porque, Psicologia das Organizações, mas nada contra essa disciplina. Mas essa disciplina não tinha nada a ver com o que tinha tido na graduação, para começo de conversa, eles compilaram uma apostila muito da sem vergonha e uns textinhos muito de autoajuda e colocaram aquilo no meu colo, a gente foi para uma reunião discutir essa questão das ementas, do processo de inicio das aulas, até então aceitei e fui dar aula, aí a gente teve reunião com duas pessoas, uma psicóloga que também tinha se formado na UNIVERSIDADE PÚBLICA, ela já era mais velha e outra psicóloga que também tinha se formado na UNIVERSIDADE PÚBLICA, super bacana essa psicóloga, tinha feito mestrado também em saúde mental, a gente se identificou bastante, a gente não compactuava com o material, aquela forma de dar aula, foi bem interessante, a outra era totalmente alienada, achava lindo, maravilhoso, achava que tinha que ser aquilo, então sofri bastante nessa época, porque fui, dei as aulas, ia para outra cidade dar aula de manhã e à noite, mas não foi uma experiência legal pra mim, porque eu posso te falar que não estava pronta na verdade para essa área da docência, a maioria o que era, nossa tinha um problemão lá, em relação ao sexíssimo, porque eu era nova, mulher e fui dar aula para um curso, eu não lembro, mas era uma coisa da ciência da informação, análise de computação, não lembro, mas era uma coisa tipo processamento de dados, mas tinha outro nome, era para fazer aqueles programas, tinha duas disciplinas, agora nem lembro a outra. Então tive muito problema com essa questão de preconceito, porque era um bando de homens mais novos, tinha uns mais novos, uns mais velhos, mas em uma sala de trinta alunos homens tinha uma ou duas mulheres, então sofria bastante preconceito em relação a isso, por ser mulher, por ser mais nova, então tinha bastante gracinha relacionada a essa questão de gênero, idade. Hoje penso, passando por um processo de terapia, acho que também tinha certa imaturidade para lidar com isso, talvez hoje, com certeza hoje eu lido, já lidei de outra forma, então acho que teve esse processo de imaturidade minha mesmo, mas foi um processo super interessante que enriqueceu minha formação, meu currículo, o que é entrar em uma sala de aula, o que é preparar uma aula, isso pra mim foi bastante interessante, um processo que eu tinha, já que não

aceitava o que estava na apostila, mas tinha que dar, “então vamos dar, mas vamos buscar outras leitura paralelas, complementares”, mas era um bando de alunos super difíceis de internalizar ali as coisas que a gente levava, se quer a apostila, imagina outras coisas, eu enfrentei essa dificuldades. Fiquei um ano nesse processo de docência, foi interessante.

Depois terminou, eles me ofereceram, fizeram outra proposta para dar aula em outras disciplinas, mas tomei a decisão que não queria continuar e não continuei. Estou tentando lembrar a ordem, depois acho que teve uma seleção, estava sem nada. Na época prestei mestrado, não sei como é hoje, mas tinha a parte teórica e a de línguas, depois passava para entrevista, na época estava com aquela coisa na cabeça do aprimoramento, queria esgotar uma coisa que era muito interna minha, queria esgotar essa temática de perda, de vinculo, de morte, tinha uma necessidade muito forte de ter que esgotar isso via acadêmica, fui prestar, mas não tinha muita gente lá que estudava isso, tinha uma professora de fora na época, ela não deve estar mais lá, acabei prestando, fui bem na prova, passei na prova, passei na prova de línguas, fui para a entrevista, aí que questiono, não sei se foi uma coisa que meu projeto não estava legal, que eu também tenho um olhar, hoje eu volto e olho meu projeto e também estava muito precário, tem esses pontos, mas teve outro ponto que acho que não fui muito bem recebida essa questão do meu tema, eu senti na entrevista um pouco isso. Então não passei na entrevista e deixei esquecido um pouco essa coisa do mestrado e fui fazer outras coisas. Fiz disciplinas como aluno especial, escrevi artigo, fiz todo um processo antes de entrar no mestrado. Mas acho que fiz escolhas todas erradas, acho que coisa de imaturidade mesmo, fiz disciplina com uma professora que estudava família, e fui prestar mestrado com outra professora, nada a ver, a professora ficou indignada que estava fazendo a disciplina “como você não vai prestar comigo?”, sim, foi um monte, uma associação de escolhas erradas.

Depois acho que estava sem nada e surgiu uma seleção para uma área da educação, que era para trabalhar nas escolas, não sei se você vai lembrar disso, já faz certo tempo isso, é de 2006. Na época, não lembro quem era o governador, se era o Alckmin ou Serra, 2006, ele tinha aquele programa que funcionava a escola durante o fim de semana e durante a semana tinha algumas atividades por conta do índice, era a justificativa deles, índice de muita depredação de escolas, muita criminalidade, eles queriam abrir a escola para chamar os alunos e a comunidade para tornar um espaço diferente, isso acontecia nos finais de semana e precisava de um coordenador para

gerenciar essas atividades, e a graduação era livre para ensino superior, um dos critérios da seleção era ter ensino superior. Foi bastante concorrido, surgiu muita gente. Acabei passando nessa seleção, passei e como a gente fazia, eu tinha um polo de escolas que era da diretoria de ensino da cidade, mas eu tinha que viajar, nessa época foi muito complicado porque eu não tinha final de semana, era sábado e domingo trabalhando o dia todo, mais uns dois dias durante a semana, minha carga horária não era tão alta, não era 45 horas semanais, se não me engano dava por volta de 24, 28 horas, uma coisa assim. Teve essa parte que perdi muita coisa em família, não podia viajar, tinha que ficar me dedicando a tudo isso que era final de semana, vida social mesmo tive muito pouca nesse período. Foi interessante, porque conheci, sabe a realidade dessas cidadezinhas bem pequenas, então, ficava algumas escolas e a gente rodava, eu era coordenadora e a gente fazia reunião, a gente verificava a execução dos projetos, funcionava muitos projetos nas escolas de final de semana, os professores tinham que escrever um projeto, chamavam educadores e ficavam nessas escolas, esses educadores tinham que escrever uns projetos e executar esses projetos e nosso projeto de coordenadores era fazer reunião, discutir como é que estava essas vivências nas escolas, como é que estava a aplicabilidade desses projetos, como é que estava essa questão de convivência dos alunos fora das salas de aula, com a comunidade, olha vou te falar, ganhava mal pra caramba, mas foi um tempo muito legal, muito rico, tive muito contato com a comunidade, com o pessoal de fora, esses alunos que já não estavam nas escolas, esses alunos marginalizados, não sei se é esse termo exatamente, mas já excluídos da sociedade ou não, precisa pensar mais sobre isso, e foi legal, porque tive muito contato com essas pessoas, tive contato com a área da educação que era uma área que eu também desconhecia, na minha formação tive, mas muito pouca. Tive de forma muito pontual. Viajava muito, porque meu papel era ficar nessa coisa da coordenação, ia para cidades vizinhas, umas sete ou oito, eram cidades muito pequenas, algumas não tinham quase asfalto, então fui para realidades que me faltou muito na graduação e isso fez toda a diferença na minha formação, conhecer esse outro lado, dos aspectos mais sociais, aí tive muito contato mesmo, realidade com escolas de quebradas, periferia, porque não tinha contato com escolas, eram públicas, mas tinham as eleitas mais elitizadas, eu não tinha contato com essas escolas, as que trabalhei eram todas mais de periferias, mais afastadas, isoladas, talvez dava até polícia por um problema ou outro que conhecia no final de semana, tinha pessoal envolvido em tráfico e que entrava na escola, então já comecei meio que a ter um contato com o pessoal que já estava envolvido nessas

questões e talz. Muito contato com professo, educação, então conheci e fiz amizades nessa época, tenho amigas até hoje por conta desse meu trabalho, foi um período super árduo pra mim, porque era final de semana, era um trabalho que era interessante, mas até então não estava atuando como psicóloga, tinha interface com a Psicologia, mas não estava contratada como psicóloga, era coordenadora de projeto, mas era bancado pelo UNICEF e com o governo, então assim, foi interessante, mas ficava um pouco incomodada com essa questão de não estar em um cargo de psicóloga, que tinha me formado para isso, como não estava atuando, mas passou e hoje vejo que foi superinteressante pra mim essa experiência, foi muito bacana mesmo.

Ainda estava trabalhando nesse lugar, nessa área, quando surgiu um concurso em uma cidade vizinha, concurso da prefeitura, acabei prestando, era cargo de psicólogo, no entanto até então no edital não falava para onde era, qual área iria atuar, tudo era uma caixinha de surpresa, por isso que estou te falando que as coisas foram acontecendo para mim, diferente de quando vim pra cá, depois vou te falar. As coisas foram acontecendo, uma sequência. Prestei o concurso, fiquei em segundo lugar, fiquei muito chateada porque tinha quase certeza que ia entrar, fiquei muito chateada, porque estava querendo sair desse lugar por causa do final de semana, pra mim estava complicado e olha como são as coisas, um dia estava resolvendo umas coisas no centro da cidade e conhecia a psicóloga que entrou e assumiu na cidade do concurso, achava que ela estava no emprego, mas nesse dia ela me chamou e fazia coisa de um mês que ela havia passado no concurso, então ela disse que iriam ligar pra mim, porque ela não queria mais trabalhar na prefeitura, então é muito engraçadas as coisas que aconteceram comigo nessa época. Fiquei meio surpresa e perguntei por que ela havia saído, ela disse que não era para ela, que não queria isso e que já estava dando aula em outra área. E me ligaram nesse mesmo dia, fui lá e descobri que era para trabalhar no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), já tinha ouvido falar por outra amiga que tinha passado lá, e ela foi me falando que era legal, que deveria ir, então acabei assumindo. Fui conversar, quem era e ainda é a chefe é a Secretária da Assistência Social, uma psicóloga que está como Secretária até hoje, porque parece que nunca mais muda de partido lá e ela foi ficando, também se formou na UNIVERSIDADE PÚBLICA, ela deve ter uns quarenta anos, inteligente e competente, mas infelizmente caí no discurso quase político. Imagina, prefeitura, Secretária da Assistência Social é uma coisa que da visibilidade para político, para colocar na mídia, então infelizmente ela tinha um pouco desse discurso do que era que o político gostaria. Foi uma experiência legal e boa,

porque também tive essa oportunidade de ter contato com essa área social da Psicologia, fui entender o que um psicólogo fazia no CRAS, fui ler, fui fazer curso, fui para encontros, não parava e tinha contatos com outros psicólogos que estavam no CRAS, então foi uma oportunidade bacana. Colocaram-me para ser coordenadora de outro projeto, eu falo que fui caindo em umas coisas, me colocaram para ser coordenadora de um projeto de pessoas com deficiência, acho que hoje mudou a terminologia, é algo de pessoas com deficiência intelectual ou déficit cognitivo. O que tinha, era um projeto em uma entidade, tinha uma coparticipação da prefeitura, tinha um repasse de verba da prefeitura e outra parte é da entidade, tinha que coordenar esse projeto com deficiências (física, intelectual, e outras), fiquei na coordenação, mas era trabalhoso e o que acontecia, tinha professoras trabalhando, pedagogas e quem tomava muito a frente do projeto era uma pessoa da cidade muito simples, mas que conhecia a vida das pessoas, das famílias e bem executora, mas muito difícil porque na hora de pensar algumas coisas ela era muito resistente, então acabei esbarrando em coisas como reflexão na prática de cada um, tiveram muitas resistências de pensar a prática, de reorganizar o serviço, o projeto. Então não foi uma experiência legal, até porque eu pouco sabia, tive que buscar, ler e aprender, mas valeu e conhecia muita coisa da área, fiz vários contatos com pessoas interessantes. Tinha uma psicóloga que trabalhava com deficiência, ela tinha muito tempo trabalhando nessa área, sabia muito, conhecimento de causa e diversas vezes a chamava para falar e tentar melhorar, rever e organizar. Os meus trabalhos foram trazendo muitas pessoas interessantes para vida, com quem criei vínculos e agradeço todas essas oportunidades.

Fiquei nesse projeto, fiquei no CRAS, tinha toda essa dificuldade que te falei, a nossa chefa tinha uns, ela travava algumas discussões em tornos desses aspectos políticos e não me agradava, tinha muito envolvimento de políticos no meu trabalho, isso eu não admitia, então enfrentei muitas dificuldades, mas foi legal, conheci diversas realidades, ia fazer visitas domiciliares, fazer atendimentos e ali comecei a ter contato com atendimento domiciliar, foi muito interessante, era só quebrada, periferia, bem essa realidade mesmo, mas excluída, vamos dizer assim.

Meu marido prestou em 2006 um concurso, ele tinha terminado o doutorado, para área dele. Ele prestou e eu já tinha alguns familiares na região e na cidade, acabou passando e a gente teve que tomar uma decisão, ainda demorou uns oito meses para chamarem ele. A gente casou no final do ano, 2006, mas a gente já morava junto. Tivemos que tomar uma decisão assim, ele tentava ir e voltar, mas era muito distante,

estavam enchendo o saco porque ele tinha que morar, era dedicação exclusiva, então ele teve que tomar uma decisão, o que a gente faz, então decidimos mudar, para mim foi muito difícil porque tive que abandonar tudo, não que queria ficar o resto da minha vida, mas foi complicado porque tive que encerrar esses ciclos da minha vida e recomeçar. Em julho de 2007 mudei, larguei tudo e vim para cá sem nada, foi um período supercomplicado, tive algumas dificuldades muito grande, porque aqui é uma cidade muito maior, que ninguém te conhece, uma cidade mais competitiva, mercado de trabalho muito fechado e restrito, muita coisa só com o famoso "QI", pessoal não te recebia bem, tive muitas dificuldades, pessoas de outra cidade recebiam bem. Comecei a batalhar em concursos, tinha que entrar por outra via, por currículo não dava certo, nesse processo todo que estava fazendo nada comecei a estudar, e fui prestando um monte de concursos em diversos lugares, fui prestando e mandando currículo, fiz seleção também em um hospital do câncer, porque tinha aquela coisa do aprimoramento ainda, batalhei. No hospital passou uma pessoa e depois ela desistiu, me chamaram, mas nesse tempo já estava com outras coisas, prestei concurso também em um hospital escola de outra cidade vizinha e era o pessoal da onde tinha feito o aprimoramento que estava indo, também fiquei em segundo lugar, era uma única vaga e não consegui. Nisso passei em alguns concursos em cidade próximos. Passei em um de uma cidade aqui perto e fui lá ver, quando fui para conhecer o trabalho já desisti, era um projeto também ligado ao CRAS, mas não era exatamente ao CRAS, um projeto assistencial envolvido com uma parceria de igreja, então desisti.

Fui prestar outros, fiquei um ano sem nada e estava difícil a situação. Passei em uma que estava decidida a ir, mas não me chamaram, o concurso venceu e não fui chamada, nesse meio tempo estava com algumas atividades de psicóloga voluntária, porque alguma coisa tinha que fazer na minha área, então fui procurando na área da saúde, Psicologia Hospitalar, fiz contato com algumas entidades, quem me indicou foi minha orientadora de mestrado, antes de entrar fui pesquisar quem estudava na UNIVERSIDADE PÚBLICA II sobre luto, morte, câncer e foi uma coisa tão louca porque comecei a pesquisar no google e veio o nome dela, que era professora da universidade pública da cidade, e vi o currículo dela e tudo que ela estudava era o que eu queria, então fui conversar com ela e foi bem bacana, depois dessa conversa decidi que era com ela que queria fazer mestrado. Ela indicou essas entidades para ir e fazer antes de começar o mestrado, fui a duas muito conhecidas à entidade na cidade que cuida com pacientes com câncer e uma vertente dessa entidade era família e visitas

domiciliar, achei legal porque já tinha experiência com isso, por isso que te falo, uma coisa foi puxando à outra e foi me ajudando na minha formação. Então foi eu e a outra psicóloga fazer visita domiciliar para esses pacientes que não tinham como ir até a entidade, de novo era só periferia, a gente ia em casas que na frente moravam traficantes, então visitamos diversos lugares, eu conheci a cidade nessa época, a gente pegava o carro e ia fazer as visitas, nem sabíamos como eram os bairros, a gente nunca teve medo. Foi legal essa experiência, a gente atendia, muitas vezes tinhas que atender a família, o paciente.

Depois fui conhecer outra entidade e atendia lá, atendia o que vinha de encaminhamento, foi legal e fui bem recebida. Depois surgiu a oportunidade, tinha tanta coisa que estava vendo e então achei que era hora de tentar o mestrado, desde o aprimoramento estava com aquilo e achei que precisava esgotar tudo o que tinha vivido escrito. Fiz a disciplina com minha orientadora, prestei o mestrado e passei. O tema foi às vivências de familiares com pacientes em terminalidades de vida, selecionei como sujeito de pesquisa um familiar que era o cuidador desse paciente já em processo de terminalidade de vida, como era isso e eu ia até a casa para fazer entrevista, isso me permitiu, foi uma experiência muito rica, acho que essa experiência toda me ajudou muito, tudo que vivi, de entrar na casa da pessoa, do contato que está tendo com ela, o que está te atravessando no momento, os sentimentos que estão despertando, foi muito rico. Tinha um diário e ia escrevendo, toda vez que ia à casa das pessoas passava para o papel. Minha orientadora foi uma supermãe, queria fazer doutorado com ela, mas ela se aposentou agora; ela me deu muita abertura, disse que poderia fazer o que quisesse, mas teria que utilizar um determinado método, então tive que ir para UNIVERSIDADE PÚBLICA III fazer a disciplina de um cara superfamoso que tinha lançado o método há pouco tempo, foi para Itália escrever o pós-doutorado, o método dele usava assim, e o método clínico-qualitativo é do Egberto Turato, ele é um psiquiatra, mas com uma formação humanística muito boa, fez análise com o Rubem Alves durante vinte anos da vida dele. Então ele tinha uma experiência única. Fiz a disciplina dele, ainda não tinha entrado na penitenciária, já tinha feito o concurso, o meu marido ficava insistindo para fazer o concurso, que caiu no dia das mães, não queria porque minha mãe estava em casa, não queria ir, mas fui e fiz, tinha ido mal, mas acabei passando, no entanto não fiquei em classificação lá em cima.

Me aprofundei nesse método, ele usava recursos da psicanálise, mas não era um método psicanalítico, utilizava alguns métodos como atitude clínica, era um tripé, e

atitude existencialista, era muito interessante. Fui fazer e ela determinou que era esse o método, tinha me identificado com o método e fiz o mestrado nessa área. Foi muito legal, a defesa foi linda, foi uma psicanalista daqui bem famosa e fez parte da minha banca. Não foi um mestrado muito formal, se você pegar o trabalho vai ver que tem muita coisa minha, meus sentimentos. Li seu projeto e você fala um pouco disso, que não tem como ficar totalmente imparcial, porque você tem um conjunto de sensações acontecendo, e você precisa colocar porque vai ajudar nas análises, e era isso que queria para o meu mestrado, queria que tudo que tivesse sentido pudesse processar e colocar no papel e no sentido de me ajudar nessa coisa de analisar, por que é que senti, o que senti e pude fazer isso no mestrado, então foi uma realização.

Antes de começar a fazer as disciplinas fui chamada, acabei em Campinas e fui chamada pela SAP em 2009. Fiquei surpresa, fui para São Paulo sem saber para onde ia ter vaga, mas coloquei que só iria assumir se tivesse na cidade onde moro ou não iria aceitar porque não queria ficar viajando. Assumi, tinha uma ultima vaga para a cidade, tinha mais gente querendo, mas a minha classificação era a primeira, então as outras tiveram que assumir aqui na região. E estou aqui desde 2009, minha orientadora perguntou se eu iria ficar no mestrado, porque pesquisava sobre um tema e trabalhava em outra coisa, mas falei que estava querendo e faria as duas. Foi bom, porque pensar em outras coisas, mesmo que tenha sido um tema muito delicado, que era a morte, tinha dia que chegava das entrevistas e tinha que ir para terapia, pois eram coisas muito pesadas e que mechem com a nossa mortalidade, ficava pensando e se acontecesse comigo, nesse sentido foi muito difícil, mas em relação a trabalhar e estudar foi ótimo, ter saído daqui um pouco e pensar em outras coisas. Defendi em 2012. E eis que estou aqui desde 2009.

Fiz as disciplinas e foi muito difícil, porque fui fazer as disciplinas trabalhando aqui, eu acho hoje o que me ajudou muito a fazer foi à carga horária, sempre foi de seis horas, porque se fosse de oito não daria, até por conta de dispensa que não iria conseguir. Não sei se você quer direcionar alguma coisa, ou se posso continuar falando. Vou falando e se você quiser perguntar fica a vontade.

Ia fazendo as disciplinas e foi ótimo porque conhecia muita gente bacana nessa época que fazia mestrado. Foi sofrido por ter sido muito pesado de tudo, tinha dia que chegava em casa, saí de casa 6:30h e chega 23h, para foi muito pesado e cansativo. O que me ajudou muito foi meu marido ser dessa área acadêmica e ter compreendido, ter me incentivado, porque não sei se outra pessoa que não fosse dessa área me incentivaria

tanto como ele me incentivou. Ficava pensando como fazer as disciplinas e trabalhar, era um problema, tive que batalhar muito aqui dentro. Tinha disciplinas que eram de manhã e outras à tarde, então fiz um arranjo assim com minha diretora, dois dias da semana entrava cedo fazia seis horas, saí e ia fazer as disciplinas à tarde, tive muita sorte que teve disciplinas à noite, tanto que por conta da minha realidade o meu marido hoje oferece disciplina, porque ele tá na pós, à noite, pensando em tudo o que vivi. Seria interessante pensar nisso, pois muita gente trabalha. Fiz uns arranjos aqui e foi muito desgastante, porque tive que entrar na matrícula ou na seleção um papel que a instituição se comprometia que eu poderia estudar, que eu iria cursar todas as disciplinas. Na hora pensei que estava perdida, porque como iria fazer um papel desse e um diretor geral iria assinar, como seria isso. Tive que falar com ele pessoalmente, explicar que não iria faltar no trabalho, que iria apenas ter que cumprir as disciplinas. O que acontece aqui dentro, não existe uma preocupação voltada para a qualificação, não existe. Então você fazer um mestrado tanto faz quanto tanto fez, uma coisa a mais e daí? Então foi muito difícil, não gosto de lembrar, porque foi tão desgastante, me estressei tanto, chorei tudo que não tinha chorado nos anos anteriores, porque estava muito difícil de conseguir esse papel, fez o que fez, depois de muita conversa consegui e tive esses arranjos, a gente tem as seis abonadas, tem faltas justificadas, tem doação de sangue, tudo que você pensa peguei para conseguir fazer, até falta descontando do meu bolso eu dei, porque precisava e queria.

Então saía da faculdade e vinha correndo na rodovia, porque ficam em extremos opostos. Saía correndo sem comer, chegava aqui e lidava com outra realidade foi assim durante, consegui terminar os créditos em um ano. Nisso tinha provas, artigos, seminários, você sabe, foi complicado, passei algumas madrugadas acordadas, mas queria muito, minha cede de querer era tanta que consegui, mas te falo que incentivo do meu setor, nem estou falando da instituição, estou falando do meu setor, da minha chefa eu não tive. Vou até encostar a porta porque vou falar de algumas coisas que passei aqui.

Essa sala aqui é da minha diretora, então pode ser que ela chegue. Incentivo para fazer o mestrado, estudar, fazer cursos a gente não tem aqui, no dia da minha defesa, para você ter uma ideia, tive que dar uma falta e ser descontado do meu salário, no dia da minha defesa. Então é muito complicado, o que mudou eu ter mestrado aqui, nada, nenhuma vírgula, mudou para mim, mas para o meu trabalho aqui no sentido de, porque não tem plano de carreira, na SAP não existe, mudar um real a mais porque consegui

uma titulação a mais, isso não, também já sabia disso. Essa coisa de mérito e conquista também não. Os diretores hoje, eles tem qualificação? Não, pelo menos os que tenho contato. Eles, qual é a formação deles? Agentes, eles são agentes de segurança, os diretores. Essa coisa de ir conseguindo as diretorias é por indicação, então um ASP (agente) ele consegue, ele vamos supor virou diretor de Segurança e Disciplina, indicação; depois ele se tornou um substituto do geral e depois se tornou diretor geral, então é essa realidade que a gente tem hoje aqui, pelo menos aqui funciona assim.

P: Mas é necessário que tenha graduação em Direito, Psicologia ou Pedagogia.

E: Direito, ou parece que Pedagogia se não estou enganada, Psicologia não sabia. Parece que outras diretorias abaixo do geral pode ter qualquer formação de ensino superior. São indicações, e minha diretora é indicada pelo diretor geral, então caí naquela questão assim, o que é o nosso trabalho? É para dar visibilidade para o diretor geral, ou é um trabalho voltado mesmo para questão reintegração, dos objetivos que se propõem a Psicologia ou o Serviço Social. Então a gente tem uma série de dificuldades aqui dentro, como ela está há bastante tempo no cargo, como é de indicação o cargo, a gente sabe que algumas vezes nem sempre é porque a pessoa tem uma boa formação, então às vezes eu e outras técnicas a gente tem algumas dificuldades de comunicação com ela, muitas vezes a gente tenta discutir propostas de trabalho, o objetivo de nosso trabalho, discutir a realidade do nosso trabalho, a precarização do trabalho, a gente tem uma série de dificuldades, a gente não tem acesso ao diretor geral, à gente não tem, ele deixou bem claro em uma reunião que quem é a porta voz é a diretora dele e não a gente, hoje mudou, está em processo de assumir esse novo diretor, porque o antigo aposentou, mas não mudou nada. A gente tem uma série de dificuldades aqui dentro por causa dessas questões de cargos, eu e as outras técnicas, não todas porque acho que esse assunto, todos os assuntos ligados ao sistema prisional não é uma coisa unanime, então com algumas a gente pode compartilhar, com outras técnicas não, então as que podem a gente sempre conversa que esse tipo de cargo deveria passar por um processo de seleção, de formação e infelizmente a gente sabe que ainda não é assim. São as dificuldades que a gente encontra.

Quando fui para assumir em São Paulo, todo mundo falava que eu era louca, perguntavam se eu não tinha medo, mas vou te falar que sentimento de medo eu nunca tive, sempre falo assim “gente aqui fora tem coisas mais pesadas, a realidade aqui fora é mais pesada no sentido de criminalidade, eu sinto que é mais difícil, que aqui dentro a situação não é assim, é diferente”. Medo, eu nunca tive medo de assumir esse cargo e

trabalhar aqui com eles. Só passei por algumas poucas situações de inicio de confusão entre preso e agente, de agente ter que me tirar de perto correndo, já senti medo de ARVP ficar na torre atirando porque preso tá fugindo, mas dizer que me despertou sentimento de medo não. Estou te falando porque é o que todo mundo pergunta sobre meu trabalho, é a primeira coisa que qualquer pessoa pergunta quando falo onde trabalho. Esse tipo de sentimento nunca foi despertado em mim, agora outros sentimentos foram despertados e ainda são, muita indignação, muita raiva da instituição, a época do meu mestrado foi à época que senti raiva desse lugar. Estava em processo de terapia e isso me ajudou muito a lidar com isso, raiva da instituição, mas sobre as questões de hierarquia no nosso setor, como as coisas são conduzidas, isso sim, esses sentimentos me despertam o tempo todo aqui.

Morro de medo, vejo em meus colegas e algumas técnicas, da alienação, isso eu morro de medo de cair. Não sei se foi uma forma para lidar, para ter que dar conta dessa realidade que a gente vive, muitas vivem processo de alienação, de cair no discurso muito igual ao discurso dos agentes, estou falando dos técnicos, de cair no discurso de agentes, de reproduzir muitas falas dos agentes, isso é muito triste, lamento muito tudo isso. Tenho medo de cair nessa questão, de acabar isso em mim, sentimento de inquietude, de interrogação, indignação, de cair nessas teias e discursos conformistas, leigos, discursos da sociedade.

Acho que foi uma questão que tive que lidar, de técnico, colega meu ter que reproduzir falas dos agentes, de desejo, desejar punição muitas vezes, de lançar esses desejos para os presos que estão aqui, do tipo “ah, fulano que está aqui merece isso mesmo, ninguém mandou aprontar”, isso é muito difícil, de ter que lidar com isso. De reforçar essa coisa excludente mesmo, essa coisa marginalizada de que é assim mesmo, tem que ficar aqui mesmo, então esse processo que eu particularmente vivencio pesa muito, não é fácil lidar com essa realidade.

P: Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: A sensação que tive foi muito diferente da sensação de ficar cara com um preso sem algema, sem nada, porque tem situações que a gente vivencia isso. Foi um pouco assustador isso pra mim, essa invasão da sua vida quando você entra, porque não deixa de ser invasivo. O que é invasivo, você ter que parar na subportaria abrir seu porta mala do carro, ter seu carro revistado, ter que sair e seu carro ser revistado, você ter que passar o que você está trazendo na bolsa no raio-X, se você traz uma comida, porque aqui você vê, não tem nada para você sair, buscar, comprar alguma coisa, e se você vai

trazer alguma coisa, uma refeição, uma coisa de casa, tudo eles vão olhar no raio-X, eu me sinto muito invadida, é essa a sensação que senti na primeira vez e que eu sinto até hoje. Passa no raio-X, tem alguma coisa que eles não conseguiram identificar eles pedem para abrir e olhar, até porque é procedimento padrão na unidade, por conta de celulares e outras coisas, é necessário passar e concordo. Só que não deixa de despertar e mobilizar sentimentos em mim, essa coisa de ser invasivo, de me sentir invadida, que chego aqui muito revoltado, por ter que abrir tudo.

A gente entrava com bolsa, a norma foi que não poderia mais entrar na bolsa e deveria ser deixada no carro, então deixo lá, hoje entro com alguma sacolinha, depois do raio-X você tem o detector de metal, e às vezes a gente usa alguma coisa que tem um ferrinho, ou alguma calça jeans, ou no sapato e máquina fica apitando várias vezes e até que pare você não entra, então muitas vezes você tem que tirar o sapato e pisar naquele chão nojento, então são coisas muito difíceis pra mim. Eles sabem onde que está apitando, às vezes você vem com um sutiã que tem uma coisinha a mais de ferro e eles sabem onde é que está apitando, que é no sutiã, eu me sinto muito violada para te falar a verdade. É uma agressividade, não dirigida a uma pessoa, uma agressividade que carrega com eles, os agentes, essa rispidez, certa hostilidade, isso me chocou muito quando cheguei, porque tive que entrar em um lugar muito diferente dos que já tinha passado. Então via aqueles portões de ferro batendo e aquilo no meu ouvido ecoava como uma coisa tão dura, pesada, aquilo foi muito difícil, é difícil. Essa agressividade dos agentes que falei, não era direcionada a ninguém, mas era uma agressividade por conta da vivência no sistema, dessa questão de naturalizar muitas coisas. Esses procedimentos me chocaram, por serem invasivos.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Eu conversei muito, troquei muitos e-mails com uma pessoa que trabalhou em uma penitenciária, uns cinco anos também, uma pessoa politizada, crítica em relação ao sistema, e fui trocando e-mails com ela sobre o que fazia, o que era isso e aquilo. Tinha uma vaga ideia por conta dessas experiências que foram acontecendo, que outras pessoas tiveram e foram trocando comigo. Hoje ela já não está mais no sistema, ela saiu e nos e-mails eu já sabia o que esperar um pouco. Porque ela me contava um pouco como era a rotina dela, era isso mesmo, nada diferente do que vivencio aqui, talvez outra particularidade de setores, porque tem muitas diferenças de setores de reintegração entre as unidades, perfil de diretor isso modifica muito a organização, a dinâmica do setor, contribuindo ou favorecendo, apesar da gente estar nessas instituições

consideradas totais, acho que a gente poderia ter uma realidade diferente se tivesse outro tipo de perfil de diretor. Eu já sabia um pouco o que esperar, sabia que não seria fácil, isso sempre tive na minha cabeça, por ter lido umas coisas também na graduação, por ter tido bastante contato com Foucault na graduação, então já sabia algumas coisas, mas você vivenciar na prática é outra coisa, mas já sabia que não seria um trabalho fácil, idealizado, isso já tinha completamente na minha cabeça. Tanto que não queria ter prestado o concurso, segundo tinha na minha cabeça que iria ficar um tempo e terceiro esse lugar não é para mim e penso até hoje. A partir do momento que troquei essas experiências com essa psicóloga, ela fica receosa de falar as coisas e pedi que eu apagasse os e-mails, para você ver o tanto que a gente fica paranoica nesse lugar, por isso falei de identificar a unidade e a gente fica temendo o que pode vir de retaliação, porque aqui são muitas, não para os presos, para os técnicos. Então sabia um pouco do que ela fazia, dos atendimentos, dos acompanhamentos que ela conseguia fazer, então tive na minha cabeça que conseguiria fazer alguns atendimentos, um ou outro acompanhamento, grupo já sabia que era difícil dependendo da unidade. Então para mim não foi tão duro esse confronto de realidades, por já ter trocado essas experiências com outras pessoas que tiveram no sistema. Choque entre o que pensava e o que encontrei acho que não foi difícil pra mim.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Curso a gente fez alguns que eram oferecidos pela SAP, que eram ridículos. A gente teve até uma avaliação para fazer agora em novembro do que a gente tinha achado dos cursos que tiveram esse ano. A gente teve uma capacitação antes de entrar, que é feita em São Paulo na coordenadoria. Lá vai falar um pouco, eles mostram um pouco do organograma, um pouco dos objetivos, da teoria, uma pincelada na verdade. Fraco perto do que o profissional precisa, precário. A gente teve que fazer essa avaliação em novembro e falei cobras e lagartos nessa avaliação, porque assim, escrevi assim “como é que vocês querem competência, que a gente tenha uma motivação, como vocês querem que a gente desempenhem nosso trabalho sabendo que vocês são limitados, que vocês não oferecem, não proporcionam uma formação para o técnico, vocês dão uma pincelada, coisas internas, de procedimentos, isso a gente sabe, não é interessante”, coloquei para eles que seria interessantes cursos voltados para cada área de Psicologia, o que eu frequentei mais foram esses cursos oferecidos, quando eram, pela SAP. Encontros com técnicos de outras unidades, de outras coordenadorias, esses encontros são interessantes, porque a gente debate entre a gente a realidade entre as unidades, qual

o desempenho do psicólogo nas unidades, o que faz ali, o que posso fazer aqui, o que posso levantar na minha unidade, esses encontros eram muito interessantes. Mas sabe o que colocava na minha cabeça, eu não quero ficar nesse lugar, não quero investir nessa área, sempre colocava isso pra mim, na minha cabeça e nesse tempo que estive aqui fiz vários cursos, menos em relação ao sistema prisional. Até procurei, mas muito escasso na verdade, minha formação nessa área é escassa.

P: Você falou dos encontros entre coordenadorias, mas existe alguma rede entre os próprios psicólogos?

E: Existia uma rede antes, parece que acabou, a gente trocava muitas informações, hoje o que tem no facebook é uma rede/grupo que tem da reintegração para técnicos, só que funciona para informes sobre cursos, isso é interessante porque a gente não se perde nas informações, porque muitas vezes não chega pra gente aqui alguns cursos que a SAP oferecia, a gente deixou de fazer muitos cursos porque não chegaram até a gente.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Não. Único contato que tive foi com as coisas que um professor escreveu, ele teve experiência com a área penitenciária, então li algumas coisas dele, tese, mas do resto não. É complexo isso, na minha época tinha Psicologia Social, mas estava um problema de professores, eram professores substitutos e a gente não tinha mesmo. A questão teórica foi legal, porque tive contato com muita gente, Goffmann, Foucault, sabe o pessoal que tem estudos sobre instituição. A graduação foi brilhante, acho que tive contato, foi legal, mas também tive que falo foi uma lacuna na minha formação.

P: Aqui tem estagiário(a)s de Psicologia?

E: Não, porque a unidade não quer. Aqui a gente tem interesse, em supervisionar, mas nunca ninguém pode. A diretoria não tem esse interesse, já foram oferecidas diversas vezes vagas aqui.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: O Conselho, complexo, muito complexo o Conselho. Fui ter bastante contato com o Conselho quando comecei a trabalhar aqui, é complexo porque, Conselho daqui é "inexistente", acho que falta dialogar com o Conselho, falta muita parceria com o Conselho, acho que isso é uma coisa que dificulta nosso trabalho no sistema prisional, essa ausência, lacuna do Conselho. Mas o Conselho de São Paulo fez e faz ações muito interessantes, o Conselho Federal despachou algumas resoluções. O Conselho de São

Paulo acho bastante interessante, tive mais contato na época que teve aquela polêmica, não sei se ficou sabendo, da resolução do CFP 12/11, me envolvi muito com o pessoal do Conselho na época em que eles despacharam essa resolução, achei interessante e que eles se posicionaram, o que era algo que sentia falta, deste posicionamento, não que não tivesse, tinha no Código de Ética, mas esse achei que ficou muito claro, contundente essa resolução, esse posicionamento político, da práxis, do trabalho do psicólogo que foi interessante. Fui para São Paulo algumas vezes para me envolver nessas discussões porque dizia respeito a uma das atividades que a gente desenvolve aqui que é o exame criminológico. O Conselho, a resolução despacha o seguinte, veda o psicólogo de fazer exame criminológico, a partir do momento que você é uma referência do preso, que possivelmente um dado momento você vai ter um contato com o preso que não o exame criminológico. Já está vedado, porque se você já teve contato anteriormente ou é referência desse preso teoricamente você não pode fazer, porque vai contra a questão do Código de Ética, porque se você é referência da pessoa como vai fazer.

Esse era um dos despachos, outro despacho era sobre a questão de que a gente estava vedada a questão do prognóstico, para mim isso era muito claro que era inviável para um psicólogo traçar esse tipo de coisa, mas parece que muitos profissionais estavam desenvolvendo esse tipo de coisa, então deixaram ressaltado aqui. Outra coisa é não fazer algo reducionista, limitação de ato e criminalidade, de nexo causal, essa coisa reducionista. Outra é que a gente não poderia instruir qualquer coisa relacionada a processo disciplinar, por exemplo, apuração de faltas. O que mais pegou foi meio que deixava claro, meio ambíguo, que o psicólogo pode ou não fazer exame criminológico. As discussões foram geradas todas em torno disso, fui algumas vezes para São Paulo quando tiveram discussões entre o conselho, nós técnicos do sistema e os coordenadores do sistema prisional de São Paulo. Foi engraçado, mas muito complicado, porque a gente viu claramente o posicionamento do Conselho e da SAP, o racha que existia entre Conselho e Sistema Prisional, tinha um grupo de diretoras e coordenadoras que discutiam veemente que a postura do Conselho não era adequada, que o trabalho do psicólogo era esse, que o trabalho foi construído há tanto tempo, que iam tirar a avaliação e quem iria respaldar e o Conselho caiu em uma coisa assim, que foi o ponto que acho que ficou vulnerável, quem respalda o técnico quando ele se nega fazer o criminológico, esse foi o ponto chave que vejo que o Conselho expôs, o Conselho chamou advogado deles, então assim, a ponto da gente nos últimos momentos ouvir deles que infelizmente que se tivesse um despacho do juiz, como teve para alguns

técnicos que recusaram a fazer o exame, ia ser mandado expedição de prisão dos técnicos, fácil assim. Porque eles estão se negando a fazer algo pedido pelo soberano, juiz. Isso ficou muito claro que era um ponto vulnerável do Conselho, porque estavam colocando algo e a gente concorda, estava sendo construído e não foi o Conselho que decidiu, isso foi toda uma consulta aos representantes, aos psicólogos e se levou a última instância. A gente concorda e acha que a construção vai por aí mesmo, mas e o que vamos fazer se vier essas ameaças e infelizmente não teve sustentação do Conselho nesse sentido, algo que pra mim ficou muito claro.

Hoje a gente faz exame criminológico, mas a gente não faz só o exame, a gente faz uma série de atividades e uma delas é o exame criminológico. Eu gosto de fazer exame criminológico? Não, eu odeio fazer. Porque é tão complicado você fazer um exame criminológico, é tão complexo, mas a gente fica ouvindo outros técnicos aqui do meu setor e eles falam assim "se a gente não fizer isso o que vamos fazer?", "foi uma coisa que a gente conquistou e vai tirar isso?", para você ver o nível da coisa, da pobreza de reflexão no sentido do tipo de qual é o papel da Psicologia, o que você faz, como atuar dentro do sistema, então acho que é uma pobreza mesmo. O exame criminológico para mim é complicado porque acho que são muito poucos encontros que você tem com a pessoa, são recortes da vida da pessoa, acho que é muito complicado você ter uma visão da vida dessa pessoa, do todo dessa pessoa, acho que é muito complicado sabe. Fico pensando, é engraçado, no psicodiagnóstico você demora tantas sessões para traçar, chegar, finalizar o psicodiagnóstico e é tão fácil fazer um exame criminológico. Fico pensando isso, é fácil fazer um exame criminológico? Então, meio que abomino o exame criminológico. Faço? Faço, mas uma das ferramentas que uso é tentar ter o máximo de encontro com essas pessoas, nunca fiz um criminológico com um único atendimento, não dou conta de fazer, porque é muito conteúdo, muita coisa e mesmo assim não tem como você falar que o discurso dele para você, no criminológico, é diferente se ele tivesse em outro lugar, o discurso dele é acompanhando a realidade institucional que ele vive. Não tem como você pensar qual seria o discurso dessa pessoa em outro ambiente, contexto, como seria isso. Como seria ter mais tempo, mais contato com essa pessoa, fico me perguntando muitas vezes isso. Hoje faço a entrevista com ele, tento ter uns três ou quatro encontros, uso um teste, aplico um projetivo e aí tento fazer um exame criminológico. Mas hoje o que a gente discuti na equipe, se já tive algum tipo de contato, seja para fazer só uma inclusão, qualquer coisa, eu não atendo ele para exame criminológico, a gente discuti isso.

P: O que é dito pelo(a) profissional de Psicologia?

E: Tem um pessoal de São Paulo, não me lembro se foi em 2010, que eles elaboraram um documento norteando mais ou menos os aspectos para a gente contemplar no exame criminológico, achei até interessante esse documento, porque foram feito por pessoas bem interessantes, uma pessoa é psicóloga, professora universitária, doutora, ela trabalho no sistema mais de 15 anos, ela ficou no cargo de diretora. Ela fez um trabalho sobre maternidade e as presas em São Paulo, uma pessoa muito capacitada e inteligente, com posicionamento legal, crítico, bem enriquecedor conversar com ela, ter contato com os materiais dela. Ela elaborou esse documento, como era uma pessoa que confiava, que admirava/admiro, que já tinha lido coisa dela, foi o material que olhei com outros olhos, da SAP, outras duas pessoas que escreveram com ela, uma também é doutora, também está na SAP, tem muita gente doutor na SAP trabalhando como técnico. Outro psicólogo que é mestre, também elaborou. Neste documento elencava alguns itens para a gente pensar o que poderia abordar no exame criminológico, assim uma anamnese, histórico da pessoa, depois tem lá alguns pontos que eles colocam, a vivência no cárcere, as perspectivas de vida, tudo muito bem escrito, alguns elementos para a gente investigar, como de agressividade, impulsividade, e outros. Então, eu abordo algumas coisas, até que consigo ter alguma visão aí, porque tenho a possibilidade hoje de ter mais encontros, deixei isso muito claro para minha diretora que não trabalho com esse sistema de produção em massa, eu não ganho por produtividade, apesar de que hoje a SAP todo mês ela quer receber números de atendimento seus, quantos atendimentos você fez e tem tudo classificado lá, é um tipo de controle, ela quer saber o que está fazendo. Mas deixei isso bem claro, isso acho que consegui aqui, que não trabalho em série, por quantidades e aí abordo algumas questões que estou te falando, essa questão de como é a relação dele com a família, com o cárcere, com a comunidade em qual vivia, com os agentes, como é a dinâmica dele da reclusão, reflexões da vida dele, afetiva, de artigos que ele está condenado, uma série de coisas, meu exame criminológico é bem extenso, é muito grande se você for ver, dá em torno de umas cinco páginas. Já que eu faço, tento fazer de uma forma mais extensa, ampla, de tentar uma flexibilidade maior da minha avaliação para quem de direito.

P: O(a) juiz(a) da região pede exame para todas as pessoas que estão presas?

E: Não, aqui é assim. Ele pede exame para quem é reincidente no sistema, crimes hediondos, casos psiquiátricos e quem já teve exame negado. Mas não são para todos, sei de unidades que a realidade é totalmente diferente, que quase todo mundo tem que

fazer exame, aqui não. Pela graça de Deus o juiz aqui elege alguns presos, até por isso consigo atender em muitos encontros.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Lá fora, na ala de progressão, tem uma casinha e a gente faz lá. No fechado tem os parlatórios, a gente atende os presos da inclusão, acompanhamento, exame criminológico de casos psiquiátricos a gente atende em um lugar, outros a gente atende em uma sala igual essa aqui, mesa o preso de um lado algemado e eu do outro lado, mas só eu e ele, não tem agente de segurança. Uma sala que é totalmente sigiloso o atendimento, o parlatório não é sigiloso, porque tem os outros parlatórios, é muito transito de agentes, então fica um pouco mais complicado e a enfermaria que a gente atende quando acontece alguns casos de surtos psiquiátricos.

P: Essa sala é só para realizar exames criminológicos?

E: Sim, mas também para um ou outro caso de exame psiquiátrico, quando não dá para atender na enfermaria. Tem também outra sala que é para um grupo de um projeto que escrevi aqui. O projeto para essa questão de reflexão deles para liberdade, uma preparação para a liberdade, eu fiz um piloto para ver se ia dar certo, então tem essa outra sala.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: Ficam três psicólogas, contando comigo e três assistentes sociais, mais minha diretora que ocupa essa sala, mas fica lá também. A sala é boa, não é adequada, é razoável. Tem luminosidade, é arejada, mas falta equipamento, a gente não tem equipamento para poder trabalhar, estão tudo obsoletos, pedem para a gente fazer as coisas, digitar avaliações e relatórios e aí a gente não tem, temos que ficar fazendo revezamento e bom senso, de ficar um tempo cada uma.

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?

E: Deveriam ser melhoradas, são precárias, essa coisa da insalubridade é muito tensa aqui. Já foi pior, já. É ideal, não, está longe de ser ideal. Mas a sala que a gente tem para atender criminológico, a gente não tinha essa sala, a gente atendia no parlatório. A gente pleiteou e conseguiu a sala, a sala não tem um ventilador, não tem iluminação e ventilação adequada, aqui quando faz calor, no verão é muito quente, a gente fica lá e parece uma sauna para mim e para o preso, fica complicado. Os parlatórios não são adequados por conta de vasar coisa do nosso atendimento, muito barulho, às vezes barulho que começa de reforma e a gente não está sabendo, então tem que parar o

atendimento e pedir para o preso voltar outro dia, uma série de variáveis que vão acontecendo. Tem a sala da ala de progressão que também nesse sentido de dados e informações é legal, a gente consegue ter, mas ela também não é adequada por conta do calor, de material que eles usaram na sala, é inviável, o sol bate e fica cheiro à tarde.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Já. Conheci os pavilhões, são quatros e mais o de disciplina, o único que não conheço é o pavilhão disciplina e seguro.

P: Quais foram às sensações que sentiu? Como foi para você conhecer.

E: Como estou te falando, nunca me choquei tanto assim com essa questão do que eu pensava e do que é a realidade, esse confronto, não sei se é um mecanismo de defesa, não sei exatamente o que é, mas eu nunca tive muita surpresa, quando fui conhecer era exatamente o que imaginava, não sei se era por conta de alguns documentários que já tinha visto, e não mudou nada, é igual. Essa coisa da perda de identidade é complicado, trabalho com eles, começar pela roupa, não tem uma coisa diferenciada, é roupa igual para todo mundo, comida é igual para todo mundo, não pode isso para todo mundo, então fico pensando como é isso, uma falta de aspectos subjetivos muito grande.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Não acho que tenha, nunca trabalhei com psicólogo aqui, do gênero masculino. Mas na minha cabeça não tem diferença. Tem outra questão, não é relação diferença a preso com o técnico, porque aqui eles estão sobre regime disciplinar, nada vai acontecer teoricamente, pela minha experiência, a instituição utiliza de dispositivos para controle dessa população. Mas acho sim que talvez tenha uma diferença no tratamento em relação aos agentes, ter um pouco mais de respeito por você ser mulher e a maioria da população dos agentes aqui serem masculino, talvez aí sim exista uma diferença no tratamento.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: Tem as inclusões que a gente atende, na inclusão a gente, eu, percebo, sinto necessidade de continuar com outros atendimentos, então já registro ele no meu caderno de acompanhamento, tem os casos dos presos com problemas psiquiátricos que chegam à unidade, na verdade isso não é só na unidade prisional, mas imagina se em uma instituição para tratamento psiquiátrico já é complicado, agora imagina em uma

instituição sistema prisional tentando, entre aspas, tratar, para mim é mais remediar uma situação dessa, é complicado. É nessa linha, atendimentos, acompanhamentos no fechado e na ala de progressão, agora vai acontecer outro projeto, que aí é um que todas escreveram, de saída temporária, a gente conversa sobre essas expectativas, sobre o que estão sentido, então a gente faz um projeto para quem tá saindo da primeira vez, como é, como está sendo. Tem atendimentos individuais, exames criminológicos e os grupos.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Não vou falar que sou feliz, tenho momentos de satisfação, e são de presos que faço acompanhamento, que às vezes a gente tem algum retorno deles, quando a gente tem esse retorno no sentido de que fui uma pessoa importante para eles nesse momento que estão vivendo, que ajudei de alguma forma eles a pensarem, a refletirem sobre alguma realidade, do cárcere ou de vida, de família, afetiva, acho que quando tenho esse tipo de retorno, acho que aí, talvez, perceba que é bom estar aqui, ter esses encontros. Teve um caso faz pouco tempo, estava grávida e vim atender, era um caso psiquiátrico, ele tinha sintomas psicóticos, alucinava muito, tinha alucinações e fiz alguns acompanhamentos, mediação de vínculo com a mãe que morava em São Paulo, depois ele foi embora para outra unidade, coisa de um mês ele veio aqui e deixou na portaria um presente, porque na época ele lembrava que estava grávida e esperando uma menina, ele veio e deixou um presente porque ele falou que fui muito importante para a vida dele, que ajudei muito ele e que fiz a diferença, fiquei pensando "o cara lá de São Paulo, foi para outra unidade e tem gente que saí daqui e não quer nem passar na frente por nenhum motivo, e ele pegou um ônibus sozinho, veio para cá, foi na portaria, pediu para me chamar, quis comprar isso e sem dinheiro", então essas retribuições, não é material, retribuições de devolver o que faço, os encontros. Estes são os momentos que eu fico feliz.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Não, nada.

P: Houve alguma outra história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Sempre tem. Essa história é tão específica que fico com medo de me identificar, mas vou falar de forma geral. Foi uma pessoa que a gente acompanhava e foi deixado pela família e nos meus relatos tentava pedir atenção, encaminhamento para saúde, alguma avaliação psiquiátrica, e aí foi e ele se matou. Então teve essa questão que foi muito difícil, tem alguns casos de suicídios, não é comunicado, não é conversado, não é discutido, não é dialogado aqui na instituição ou no nosso setor. Tem o mito de que o

suicídio se você ficar falando, veiculando, você estimula esse tipo de ato. É muito, até no meu setor tive que explicar como funcionava, como é isso, porque tem um estudioso do suicídio e estudei muito ele até para lidar com algumas questões aqui dentro, ele é especialista em suicídio, ele tem uma cartilha para a comunidade falando sobre e é bom o trabalho que ele fez. E tem esse mito aqui, tem muitas tentativas, e pensam que é para chamar atenção, que se quisesse se matar se matava, essas coisas que a gente fica ouvindo na sociedade. E nessa cartilha, tive que tentar refletir ali na equipe, existe uma pesquisa que aquele que consumaram o suicídio tinham histórico de tentativas, isso é um dado. A morte é muito silenciada, na graduação fiz uma crítica, porque na época que estudava teve três suicídios de pessoas de outros cursos, e fazia estágio de pronto atendimento e discutia sobre o que nós podíamos fazer e tinha acontecido um atrás do outro, mas também existe um pacto de silêncio na universidade e eu sentia muito isso, coloco isso na pesquisa, que essas coisas de morte foram crescendo em mim por conta dessas coisas, por que não falar? Não discutir? Conversar? Dialogar? Se comunicar? Isso me incomoda, por isso parti para este estudo e fui falar sobre estes sentimentos. E aqui é mais uma das instituições que não se fala, que se veda, que se silencia, que se compactua com isso, então aconteceu, vamos encerrar o assunto. Então, essas histórias acho que me marcaram.

Outra, acho que tem umas duas, é de homossexuais que atendi. Acho que também sinto uma identificação, eu gosto de atender, faço acompanhamento, e teve uma pessoa que atendia e que era interessante, muito vulnerável, morador de rua, se prostituía, a gente estava todo no processo de fazer um trabalho em rede no município, onde ele estava, aí foi transferido. Essa coisa de ser transferido é frustrante também, porque rompe toda nossa cadeia de trabalho, essa é uma coisa que também fico um pouco frustrada, a gente está no meio do processo e a coisa "puf", foi transferido. E isso é uma coisa que me marca também, a gente está em um processo interessante, de evolução e a pessoa vai embora. Tem outro caso de um homossexual que também estava em acompanhamento, atendendo, tinha várias doenças e a gente estava em um processo e ficava pensando quando será que ele vai ser transferido, é complicado. Essas histórias me marcaram.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Não, não existe. O que tem são intervenções de uma Comissão de Direitos Humanos, aqui na cidade tem uma comissão, e dependendo de algumas situações que acontecem

ele vem fazem uma intervenção. O que é uma intervenção, ele vem e pedem para atender o preso, conversam com o diretor e tem os encaminhamentos. A preocupação com os direitos humanos é externa, não é nada relacionado à instituição.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: É complicado. Acho que algumas coisas perpassam aí, o que é direitos humanos. Então amplo essa coisa de direitos humanos, acho que algumas coisas de preservação, no sentido de respeito, de como ele está vivenciando essa reclusão, das condições dessa reclusão do cárcere, quais as condições que eles tão vivenciando, dos abusos de poder que tem muito, a gente chega a refletir a conversar sobre isso, acho que é mais nesse sentido, pelo menos as coisas que me fazem refletir sobre direitos humanos. A gente restringe algumas coisas, pois são muitas coisas.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Como cabide de emprego. Porque eles acham, confundem direitos com privilégios, pela nossa carga horária. Aqui na unidade a gente é diferenciado, porque nossa carga horária é de seis horas, dos demais são oito horas, então isso é uma coisa que esbarra nos funcionários, eles fazem piadas “que mamata”, “que vida boa, quando crescer quero ter esse emprego” e aí paro e penso, todo mundo prestou concurso sabendo da carga horária, é interessante seis horas, mas existe esse confronto, da gente ser um setor elitizado, porque dá gente talvez exigir essas questões de RH, de horas, de isso e daquilo, da gente conseguir fazer mais exigências, talvez eles olhem isso com um olhar de deboche. A gente fez um pedido sobre horário bancário e veio uma resposta super malcriada, falando que a gente estava querendo usar de má fé, algo meio ridículo, e a diretora do administrativo veio toda sorridente dar a notícia para a gente que foi negado. Então existe certa vontade de punição para nós aqui, é visto como um setor elitizado, diferenciado, é visto pelo setor da segurança como um setor que precisa ser engolido, porque se tivesse que escolher entre ter ou não a resposta seria não, então eles engolem nosso setor.

P: Já foi impedida(o) de fazer alguma atividade?

E: Não impedida, mas criaram muitas dificuldades, desde o local onde vai fazer, com quem vai fazer, o que vai fazer, não existe incentivo, colocam empecilhos. Não é

impedido, mas são algumas coisas que acabam inviabilizando projetos. A gente não tem estímulo, incentivo. Assim como não incentivo para estudar, fazer curso, isso é considerado como algo bobo.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Estou tentando refletir sobre isso. Na minha vida pessoal talvez de ficar mais observadora quando você vai a qualquer lugar, quando você deixa o carro em determinado local, ou quando vem algumas pessoas te abordando, talvez isso tenha ficado mais alerta, fora daqui. Talvez na questão do estresse, nesse sentido negativo, de chegar em casa desmotivada, de reclamar do parceiro, ficar desabafando, de achar seu salário uma porcaria, cheguei em casa falando "é uma porcaria meu salário, esse ano estou me propondo em mandar meu currículo para outros lugares" e é isso que quero. Porque assim, defendi o mestrado, passou uns meses fiquei grávida, tive minha filha, dedicação total, ela tem um ano e três meses, fiquei focada nela e agora que estou retomando minhas coisas ao pouco. Nesse sentido chega a ser até um modo de vida, o seu salário implica no teu estilo de vida, algumas coisas passam por aí, essa questão do estresse, do desanimo acabo levando um pouco para minha casa. É um lugar pesado, tem dia que fico esgotada, você vê que sua energia toda acabou e não tem mais força para fazer nada. É um ambiente pesado, escuro, são muitos aspectos que contribuem para essa falta de energia minha.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Vou falar da minha, não. Porque não tem, pois não é o foco do sistema prisional a ressocialização, o foco é o confinamento, a exclusão, a marginalização, entulhar, o foco não é a ressocialização. Falar que acredito que eles vão sair daqui e vão batalhar por isso, talvez eu tente acreditar no meu projeto de eles refletirem sobre lá fora de como pode ser feito, acho que consigo pensar um pouco nisso, mas aí só você pegar o número das reincidências e é muito alto. Por exemplo, a escola, às vezes passa um longo período sem escola, por n motivos, mas passou muito tempo sem escola, sem trabalho, sem oportunidades aqui dentro, sem atendimentos de qualquer setor. Então não acredito que ressocialização, infelizmente pelo cenário que temos hoje do sistema prisional da minha unidade.

P: O que deveria ser feito para ter algum resultado?

E: Não sei se é na unidade, acho que é no sistema como um todo. É que a sociedade espera uma coisa, uma punição, quer ser vingada e chega aqui é uma reprodução pelos ASP, que tem que ser assim mesmo, não é só punição da justiça e sociedade, aqui existe outro tipo de punição, que fica nos discursos dos agentes, das técnicas. Então, acho tão difícil falar em mudança, quando se tem um modelo e fica reproduzindo esse modelo, e sabe que é um modelo fracassado, mas satisfaz a sociedade, porque está longe, olha onde que é, olha o lugar onde ela está, está bom para as pessoas, está longe, fora, vamos entulhar mesmo para lá, se tivesse consulta sobre a pena de morte ia ter, mesmo sabendo que não funciona lá nos EUA, porque as reincidências são altas, os crimes são altos, não funciona. Mas aqui se estivesse uma consulta seria aceita. Infelizmente não consigo pensar em mudança se vejo hoje que o sistema sociedade funciona assim. Se pudesse excluir os pobres, negros, os marginalizados que fizessem, é isso que sinto, é difícil pensar em mudança. A gente vive um cenário político muito complicado, de ficar reproduzindo essa coisa excludente.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: Espero, de verdade, acordar todo dia e ser uma pessoa mais motivada. Ter mais motivação para estudar, hoje não tenho. Fiz um curso que tem a ver aqui, então aos poucos estou voltando. O que vejo para meu futuro profissional é ser uma pessoa mais capacitada, com uma formação melhor, estudar mais, me aprofundar mais, estar em um trabalho que a política seja de valorização do profissional, daquilo que vai trazer competência para o profissional. Isso aqui não é algo visto como algo que possa fazer diferença, é visto como algo para matar o dia de trabalho. Minha diretora está até tentando mudar sobre essa questão, de tentar mostrar que tem cursos para fazer, mas ainda precisa de muita mudança no sistema. Estou pensando no doutorado, talvez nessa área, mas não sei. Penso em sair daqui, outras perspectivas que possam em dar uma confortada.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Tem tanta coisa que poderia falar. Acho que as realidades são tão diferentes, a minha da outra que está aqui do meu lado. Profissional que é chamado para apagar fogo, ou só em últimos casos para os demais setores, pouco valorizado, desmotivado, com pouca visibilidade, aparece muito pouco o que o profissional faz no sistema, aparece pouco o que o profissional faz para se atualizar, tem muita gente muito bem qualificada e isso é muito pouco comunicado, poucos encontros para a gente conseguir ouvir o que o colega está fazendo e o que não está. Não tem encontros regionais, estaduais e poderia ter, seria

um ótimo espaço para gente poder refletir, repensar, reformular, rever o nosso papel. É um profissional que acaba indo para umas linhas de trabalho que muitas vezes discordo. Acho que definiria como muito problemático o profissional no sistema.

P: Você tem alguma teoria que se embasa para atuar no sistema penitenciário?

E: Assim como no mestrado, que te falei, que não segui a psicanálise, peguei alguns aspectos, acho que é isso que utilizo aqui, até para fazer o exame criminológico, aspectos da psicanálise, mas não a teoria em si.

P: Por tudo que você falou, por ter uma visão mais crítica sobre o sistema penitenciário, parece que consegue ver como alguém de fora/distanciado(a) e pela sua formação, por que continua no sistema?

E: Não sei, quando fui trabalhar e fazer aprimoramento e ficava com aquilo na cabeça de querer esgotar o que estudei e vivenciei, então acho que estou vivendo um momento que preciso transportar essa minha vivência, por isso falei no doutorado, não sei se estou esperando isso para esgotar, como fiz no mestrado. Talvez, já pensei isso na terapia, por que continuo, e ficava pensando na minha terapia, o que me fazia continuar. Uma das coisas é a questão do trabalho, falei que fiquei um ano sem trabalho, para mim foi difícil, foi complicado não ter nada de atividade, isso para mim foi muito difícil, é uma das coisas que não me deixam chutar o pau da barraca. Não canalizei minha energia ainda para outras coisas, para focar, por conta do que falei, por causa do mestrado e tive minha filha, agora parece que vou conseguir retomar e ver o que quero. Acho que continuo nesse sentido, primeiro por conta do trabalho, por ter um trabalho, de pensar em algumas coisas, por mais árduas que sejam, e outra é essa sensação de que preciso concretizar no papel as coisas que vivi, essa minha experiência. Acho que isso é uma coisa, tenho essa necessidade, parece que funciono assim. Então vamos ver o que vou fazer, para onde vou, mas já estou pensando nessas questões.

Anexo X: Rap

P: Idade?

E: 57 anos.

P: Sexo?

E: Feminino.

P: Classe econômica?

E: Média.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado.

P: O que mudou com a reforma feita?

E: Nós trabalhávamos dentro do sistema, antigamente era dentro da muralha, então toda parte de trabalho era feito lá. Como tiveram várias rebeliões, destruíram e queimaram nossos materiais e coisas arquivadas, eles resolveram tentar mudar, tanto é que todas as penitenciárias depois foram construídas de outra forma, nada dessa parte administrativa lá dentro da muralha. Eles ateavam fogo e destruíam, tivemos muitas perdas, e em 2010/2011 resolveram construir "essa parte" nova. Depois da reforma, o perfil foi mudado, até por que a nível histórico, outras coisas começaram a surgir na penitenciária. Quando comecei a trabalhar, era tudo misturado, tráfico, estupro, e todos outros tipos de crimes juntos. Hoje, por exemplo, só recebem estupro, e em outras penitenciárias existe toda uma subdivisão de artigos, por considerarem que pessoas com o artigo semelhante tem o perfil um pouco semelhante.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Trabalhei 27 anos no hospital psiquiátrico, mas entrei com a "papelada" para aposentar e saí. Fui professora de psicologia também, por dois anos.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: 23 anos.

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Na época eu já trabalhava no hospital psiquiátrico, tinha muito interesse em ter algo a mais para fazer, um ganho a mais, e tinha curiosidade porque recebíamos muitos sentenciados com surtos, e algumas penitenciárias não tinham psicólogos e acabávamos recebendo esse tipo de perfil. Acabei prestando, e passei.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Já tinha conhecido, mas por amigos que trabalhavam e só isso, meio superficial. Não me amedrontei porque já trabalhava em um ambiente tenso, às vezes até pior pelo maior contato. Quando comecei trabalhar aqui tinha a sensação de ser muito mais protegida do que imaginava que seria. Tinha a impressão de que pelo fato do preso estar confinado, eles tinham um respeito maior conosco, e esse controle não era tão presente no hospital com pacientes em surtos e crises emocionais. A prisão me deu a sensação de um maior controle, e quando entrei a disciplina com os presos era bem rígida, eles andavam de mão para trás, cabeça para baixo e não podiam nos olhar, mas hoje mudou.

P: O que e por que acredita que mudou?

E: As coisas mudaram, e é muito humilhante ficar andando de mão para trás, cabeça para baixo. Acho que mudou por várias questões, o mundo mudou, aqui ainda está meio atrasado, mas "tem que" mudar né.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Achava que teria uma atuação muito maior no sentido de poder contatar com pessoas mais desequilibradas emocionalmente. Tivemos isso, fiz atendimento, mas nos confrontamos um pouco com a postura. A primeira coisa visada na penitenciária é a segurança, mas infelizmente dentro do sistema, o considerado segurança é muito restrito em relação a nossa parte emocional, e eles desconhecem sobre a postura de lidar com um preso que tem epilepsia, por exemplo, qualquer coisa eles colocam no castigo. Eles não conseguem ver a patologia do ser humano, só conseguem ver como desacato, descontrole, e acabam punindo. Eu comecei confrontar com isso porque o hospital me fez ter uma visão diferente, mais humanitária, e aqui não é assim. Às vezes tínhamos que acatar algumas coisas, se adaptar a elas, mas tentando mudar também.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Universidade pública, em 1985.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Fiz curso de dependência química, e também fiz terapia breve. Fiz alguns cursos internos de patologias, mas a nível interno.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Não.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Sim, acho que é uma coisa que existe e cada vez, infelizmente, está se superando. É algo que falta muito, principalmente literatura em relação ao sistema.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Na época, era behaviorista, mas eu procurei outras coisas, e tentei Psicanálise. Então, sou um pouco "vira-lata".

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Existiram essas cartilhas, mas começaram a retirar, porque toda vez que tem blitz elas são jogadas fora e o sentenciado fica sem utilizar. Atualmente, voltou. Vai e volta, e sempre são jogadas fora, então não tem grande utilidade para eles.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Os "parlatórios" não são tão adequados se formos ver "ao pé da letra". É meio adaptado, por exemplo, a aplicação de testes não é aquela "coisa" tranquila, é razoável. É um vidro, antigamente com telefone, até que começaram a roubar as fiações, e acabou tendo que tirar, e tivemos que refazer. Agora é um pedaço de vidro e um pedaço de uma tela que dá para ouvir, em oito guichês. Todos são atendidos ali, advogados de fora, pessoal da justiça que às vezes vem pegar depoimento, nós psicólogos, assistentes sociais.

P: Tem alguma sala específica?

E: Foi feita uma sala específica para fazermos grupos, mas o pessoal da disciplina pegou o local, e ficamos sem. É difícil, temos que solicitar por que eles trancam. Como te disse antes, a primeira coisa daqui é a disciplina.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: Na sala dos técnicos, temos tanto psicólogos como assistentes sociais. Somos quatro psicólogos e seis assistentes sociais.

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?

E: Acredito que deveria ser uma sala separada, onde não tivéssemos interferência de ninguém, mas infelizmente não é assim. Temos interferência da pessoa ao lado, das pessoas que passam, e não é o ideal.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Somos meio "na nossa", sempre tivemos um pouco de dificuldade no sentido de alguns são mais "folgados". O agente tem um pouco "dessa coisa" de que queria ser técnico, por que não faz nada, mais ou menos isso. Sempre teve esse comentário.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Já. Deprimente, muito pequeno o espaço, muitos presos numa mesma cela, e depois da reforma aumentou, uma faixa de 12 presos por cela (não sem nem quantos m²). Não são camas, são aquelas "coisas" de concreto, parece um "túmulo de coisas".

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?
E: Acredito que sim, mas aqui sempre foram mulheres, e um único psicólogo homem.
P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?
E: Além de às vezes acompanhar um transtorno emocional, fazemos muita avaliação de benefício. Ficamos barrados desse serviço por um tempo, pelo Conselho Federal, algumas adaptações foram feitas, mas atualmente voltamos a fazer. Tem muita coisa para avaliar.
P: Como sua atuação poderia ser melhorada?
E: Tendo mais contatos, principalmente com os agentes. Melhorar a visão deles a ponto deles conseguirem ter uma visão semelhante a nossa, de humanidade.
P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?
E: Sim, tínhamos cursos na "escolinha".
P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?
E: Gosto de trabalhar. Aqui é um acervo, e pena que não temos autonomia para fazer algumas coisas. Não existe outro lugar igual aqui e termos de material humano, principalmente para nossa área, e é uma pena não ser tão bem aproveitada quanto deveria. Mas para aproveitar isso tudo, muitas coisas deveriam ser mudadas, inclusive a mentalidade das pessoas que estão aqui.
P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?
E: Não.
P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?
E: Sim. De início acho que a visão do conselho era relativamente boa por estar revendo algumas coisas, pois muitas coisas estavam acontecendo. Nas avaliações os prejudicados somos nós, e estava acontecendo muito isso. Ainda acho que muitas coisas teriam de serem revistas, não acho que é o certo e o ideal, o sistema e tudo o mais.
P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?
E: Uma avaliação. Mas vejo que está errado, pois essa avaliação deveria ser antes dele ser condenado, antes dele ser apenado, e isso não ocorre. Ninguém questiona como é o perfil do preso antes de recebê-lo.
P: Quem tem acesso ao exame?
E: Nós, e atualmente alguns advogados solicitam acesso.
P: O que o psicólogo coloca nesses exames?

E: Coloca um pouco do perfil da pessoa, faz entrevistas, pega o histórico de vida, o envolvimento dele com a criminalidade, relacionamento familiar, e esses aspectos.

P: Vem no parecer se o psicólogo é favorável ou não sobre a progressão da pena?

E: Não podemos, depois que veio essa resolução do Conselho, não podemos colocar parecer. As outras diretorias colocam, mas nós não.

P: São feitas reuniões internas para analisar os pedidos de benefícios?

E: Antigamente sim, e era legal, pois tínhamos visões diferentes, mas não existe mais. Levávamos o parecer e discutíamos. Ali tínhamos a visão da escola, do trabalho, da disciplina, dos médicos e assistentes sociais, e discutíamos sobre o preso.

P: Em média faz quantos por dia?

E: Depende, agora mesmo estamos com pautas grandes. Vieram três pautas para nós esse mês, uma com quatro exames, a outra com sete, e outra com mais quatro. Além disso, temos outras coisas para fazer também.

P: Quais outras formas de atuação do(a) psicólogo(a) no sistema penitenciário?

E: Atendemos eles quando estão com queixas.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Depende, normalmente faço uma entrevista que demora uma hora, mais ou menos, e depois tem a aplicação de testes.

P: O teste normalmente é o HTP?

E: Sim, normalmente.

P: É a favor ou contra a realização destes laudos/exames criminológicos, por quê?

E: Questionável. Mas acho que alguém deve avaliar.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Eu não, mas uma amiga aqui já, do juiz ter questionado, feito uma ameaça velada, e coisas assim.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Acho que estou, tenho um pouco de bagagem.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Sim. Vários casos que acabei me envolvendo, que fiz muito acompanhamento e por fim vi uma evolução. Isso é muito grandioso para mim. Tive sentenciados que fiz acompanhamento e vi a mudança neles, passaram a estudar, mudaram a mentalidade, como presos que eram dependentes químicos e por fim foram estudar, ler, e isso foi

muito gratificante. Dos dois que me marcaram muito, um acabou sendo monitor da escola, e isso foi muito gratificante.

P: Existe preocupação com os “direitos humanos” do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Acontece que isso acabou tendo que ter. Quando comecei trabalhar aqui, ouvia dizer de posturas questionáveis, principalmente na disciplina. Ouvia agressões e tudo o mais. Depois isso mudou um pouco, não sei se pela preocupação ou pelo fato das punições ficarem mais claras.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Com certeza.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: Acredito que sim, por que existe a postura da direção.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Não.

P: Existe alguma rede de contato(a)poio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Não. É muito individual.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Acho que tudo tem um pouco a ver com nossa vida pessoal, mas nada que eu permita que me afete.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Não, nunca me preocupei com isso. Sou bem tranquila, nunca tive nenhuma paranoia, consigo lidar bem com isso.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Acho que tem que mudar muito para existir isso, uma revisão muito profunda nesse aspecto.

P: O que acha que deveria ser feito para mudar?

E: Para começar, deveriam ter mais funções. Temos, por exemplo, 2000 e pouco presos aqui e apenas 100 e poucos ocupam funções, a maioria ficando inativa. Falta atividade, algo profissional ou coisas do tipo. Acho que cada presídio deveria ter uma função destinada ao Estado. Em Venceslau antigamente tinha uma gráfica, e cada um, por exemplo, deveria ter uma função nessa gráfica que é para o Estado inteiro, direcionado ao governo. Uma penitenciária, por exemplo, poderia criar frango para distribuição, e etc.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: No momento almejo minha aposentadoria porque tenho mais cinco anos aqui. Mas gostaria que as pessoas que chegassem conseguissem mudar um pouco a mentalidade, mas é difícil. Não estão acontecendo mudanças "de cima para baixo" e nem "de baixo para cima".

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Acho que o psicólogo dentro do sistema deve ter uma visão humanitária bem grande, e um conhecimento de psicopatologia muito grande também.

Anexo XI: Pop

P: Idade?

E: 49 anos.

P: Sexo?

E: Masculino.

P: Classe econômica?

E: Classe média.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Sim, sou professor universitário.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: 23 anos.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Sim, fiz estágio em uma empresa com recursos humanos, depois trabalhei como analista de recursos humanos em duas empresas, mas por pouco tempo em cada uma.

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Já na época da faculdade apareceu esse concurso no último ano, fiz e passei, foi o primeiro concurso que fiz e que passei, mas já pretendia em trabalhar em lugares que houvessem grupos, comunidades que era uma preferência minha da época da faculdade.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Não, a primeira vez aqui. Acho que é a mesma que a gente sempre tem, com algumas variâncias, de medo, angustia, sabendo que você está entrando em um lugar teoricamente violento e perigoso, que na verdade que a gente vai vendo com os passar dos anos que não é tudo isso.

P: O que acreditava que seria sua função como psicólogo(a)?

E: Acreditava que nós fossemos conversar com os presos, entrevistar os presos, fazer algum tipo de trabalho com os presos no sentido de trabalhar com aspectos emocionais, psicológicos, eventualmente com o fim de transformá-los ou de modifica-los em relação à conduta anterior, imaginava isso. Com o tempo descobri que na verdade somos contratados para fazer exames criminológicos, para fins de benefícios.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Sim.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Em Mogi das Cruzes, em 1989.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Fiz alguns cursos pela escola penitenciária, mas o curso mais extenso que fiz foi um agora que terminei de gestão em saúde no sistema prisional, foi um de especialização, que concluímos agora, um curso a distância pela Federal do Mato Grosso do Sul. Não foi pela SAP, é convênio com a SAP, mas naquela modalidade à distância, um curso longo de quase dois anos.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Não, talvez o que se aproximasse mais, as que se aproximavam mais eram as de Sociologia, Antropologia, Psicopatologia, dá para você ter uma ideia de alguns quadros e Psicologia Social, Psicologia Comunitária, eram as que mais tinham a ver, mas esse tema prisão não tinha na época, hoje a gente percebe que existe. Mas essa questão da Psicologia Jurídica, por exemplo, ninguém tocava nesse assunto naquele momento.

P: Vocês tem estagiário(a)s de Psicologia?

E: Sim, temos uma estagiária.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Sim, eu mesmo já trouxe muitos alunos aqui. Já trouxe muitos alunos de colegas professores para visitar a prisão. A resposta da maioria deles é que muito proveitoso vir aqui, visitar a prisão, conhecer os setores tanto de habitação, como de trabalho e escola dos presos, mesmo conversar com eles. Nunca tive ninguém dizendo que não gostou daqui fazer essa experiência.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Depois que entrei aqui li Goffman, Foucault, muitos teóricos da criminologia brasileiros e internacionais, mesmo pessoas do Direito, Direito Penal, li muito depois que entrei aqui, mas confesso a você que é muito difícil fazer uma aproximação da teoria para a prática que nós temos aqui. Mas conheço vários teóricos que vão discutir sobre a prisão, a prisão na modernidade, li bastante, mas isso não significa que a atuação possa estar ancorada fixamente nessas teorias, é muito difícil.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Sim, eu acredito que o Conselho tem um papel importante no sentido de regulamentar à atuação do psicólogo em todas as áreas. Principalmente na prisão que é uma instituição bastante complexa, até paradoxal, que a sociedade não sabe muito bem o que acontece aqui, na verdade não sabe nem o que espera desse lugar. Nesse sentido acho muito importante que o CRP faça esclarecimentos, normativas, estudos, orientações no sentido das atuações dos psicólogos no interior da prisão.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Você está em um deles, essa é uma sala, na verdade era uma sala mais ampla e foi dividida e formaram duas. Uma sala muito simples, uma mesa, duas cadeiras, eventualmente, muito raramente tem atendimentos em grupos, por exemplo, a maioria dos atendimentos são individuais, até porque a demanda que a gente tem de avaliações psicológicas, sobra muito pouco tempo e espaço para que você faça atendimentos psicológicos, claro que eventualmente aqueles que a gente percebe que está precisando de uma orientação mais breve, mais focal a gente até atende por um tempo, mas são esses espaços que está vendo.

P: Aqui tem parlatório?

E: Tem. Mas a gente não atende lá.

P: Acredita que essas salas são adequadas?

E: Para atendimento individual é, o problema que a gente vem pedido salas maiores, eram maiores, mas como só havia duas salas, então você não conseguia atender em grupo porque tinha uma demanda de atendimentos individuais para as avaliações, então não sobrava espaço, agora aumentamos espaços, mas diminuímos as salas, então continuamos com um problema de não ter espaço para atendimento em grupo, até porque não é a prioridade.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: É uma sala da burocracia, uma sala que a gente organiza de uma forma o trabalho, os atendimentos, faz consultas ao cadastro interno de pessoas que estão presas aqui, então é uma sala da burocracia, que a gente utiliza claro, eventualmente, para organizar uma ou outra atividade. Mas não há, hoje, se a gente não estiver trabalhando podemos ficar nessas salas, se não houver atendimentos, para fazer leituras, porque mesmo naquela sala de atendimento administrativo, de organização administrativa, é onde a gente faz os relatórios, digita, imprime, uma sala de funcionamento administrativo, tem também dois oficiais administrativos e a diretora que fica lá. Não é uma sala nossa, ficamos lá eventualmente, mas nós não temos salas, não há sala para os técnicos, existe uma sala para prontuários, essas quatro salas de atendimento e aquela de organização administrativa. Como a gente não tem espaço, ficamos onde consegue, você pode encontrar técnicos aqui ou lá, não há uma sala para gente, já houve em alguns momentos da história dessa unidade prisional, mas hoje não há.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Variável, posso dizer para você que já houve momentos em que o relacionamento entre as pessoas aqui era muito bom, que éramos bastantes amigos, solidários, mas houve momentos, hoje estamos nesse momento, que as relações estão muito pauperizadas, difíceis muitas cobranças burocráticas inclusive, por conta de horários, por trabalhos, que acabam minando qualquer possibilidade de uma organização mais eficaz dos técnicos, já fomos em quinze técnicos aqui, hoje somos cinco ou seis, três psicólogos e três assistentes sociais para atender uma demanda de dois mil e quinhentos presos, três vezes mais que nós tínhamos há quatro anos, é inviável. Não tem qualquer possibilidade de estabelecer um clima mais solidário, adequado, você percebe que está cada um para si, tentando se salvar do jeito que pode.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Sim. Você está no pavilhão, entrar no pavilhão hoje com setecentos, oitocentos presos não é uma coisa muito agradável, até porque você é um intruso naquele lugar, é olhado como um intruso, principalmente nós que não é nenhuma rotina visitar o pavilhão. Fui este ano uma vez quando houve uma feira de cidadania aqui, houve uma apresentação de um grupo que veio de uma escola de samba, então a gente acompanhou esse grupo até o pavilhão, mas fui uma vez no pavilhão esse ano, não é uma coisa que a gente faça sempre. Circulo pela prisão, vou até o fundo da prisão, mas geralmente não entro nos pavilhões, mas de fato você se sente intruso, está entrando um lugar que oitocentas pessoas olham para você como intruso, não é nada agradável.

P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?

E: Sim. Antigamente chamadas de celas fortes. Já conheci, é muito ruim. São celas escuras, são espaços inadequados de vida para as pessoas. Já foram inclusive fechadas por ordem judicial, mas depois reabertas.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Não sei, não tenho ideia. Acho que não deveria haver, mas não sei se posso responder, acredito que você deveria perguntar para uma mulher. Mas acho que não deveria haver, ao menos não percebo isso nas minhas colegas, a mesma pessoa que está presa e é atendida por mim eventualmente depois é atendida por uma colega mulher. Acesso é o mesmo, mas sei que as meninas que trabalham aqui não vão muito lá no fundo da prisão, mas não vão não porque não pode, mas não sei se isso tem a ver por uma sensação diferente da minha.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: Duas, realização de avaliações psicológicas, relatórios psicológicos e atendimentos psicológicos, são três na verdade.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Sim, muito. Se não houvesse tanta demanda judicial por exames, ou se esses exames solicitados para os presos seguissem as leis mais modernas que tentam ditar que é não obrigado o sentenciado a fazer avaliações psicológicas para fins de benefícios sobraria muito mais tempo para a gente trabalhar com as questões de saúde mental dessas

pessoas, claro que, não sei qual o percentual de pessoas que precisam de atendimento psicológico, mas claro que uma atenção psicológica, de um profissional em relação à solidão do cárcere, a angustia do cárcere a grande maioria precisaria. Se não tivéssemos tanta demanda por exames sobraria tempo para que fizéssemos outras atividades. Agora, repito, precisaria ver também uma orientação da direção da unidade nesse sentido, porque não adianta a gente querer e a direção não conseguir, por exemplo, disponibilizar espaço para atendimento em grupo. Você fica muito limitado, seu trabalho fica muito individualizado.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Não, nenhuma. Vim para cá em 14 de outubro, fiquei junto com a psicóloga que estava aqui há uma semana, acompanhei ela nos atendimentos e depois já estava atendendo, no dia 15 de outubro.

P: A Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP/SP) disponibiliza algum tipo de curso/palestras que possam auxiliar para sua atuação no sistema prisional? Se sim, quais? Se não, por quê? Seriam/são importantes tais cursos e por quê?

E: Olha, eu para te falar com franqueza devo ter feito dois ou três cursos na SAP até hoje, nesses 23 anos. Não que não tivesse outros cursos, mas eu acho que são muito poucos, raríssimos, que a SAP oferece para os técnicos.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Já fui mais. Localizando no espaço, até 2010 quando terminei meu doutorado, depois acho que, estava com a sensação de dever cumprido, e também porque depois as coisas se deterioraram muito. Nessa unidade tinha um x de pessoas que cumpriam penas, depois dobrou e a própria unidade deu uma deteriorada. Hoje não posso dizer que sou feliz.

P: Até 2010 era feliz, por quê?

E: Não vou dizer que era feliz, mas o fato de poder me especializar, fazer meu mestrado e doutorado com temas que são pertinentes a prisão, isso me deu uma possibilidade maior de desenvolvimento, nesse sentido sim. Mas é um lugar que paga muito mal, que trata mal as pessoas, um lugar que tem condições inadequadas de trabalho, nesse sentido acho que é difícil atingir essa felicidade, nesse lugar.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Sim. Inclusive quando vou atender uma pessoa que fisicamente se parece com mulher, por exemplo, a primeira coisa que pergunto para ela, depois de perguntar o

nome, é perguntar como ela quer ser chamada, eventualmente ela diz que quer ser chamada de Priscila, Tatiane, e toda minha entrevista é orientada para o sexo feminino, mesmo que eu saiba que aquela pessoa nasceu homem, mas se ela me disser que quer ser chamada de Daniela, ela vai ser Daniela até o fim da entrevista.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Então, essa resolução foi depois revogada e houve outra dizendo que os psicólogos poderiam fazer os exames desde que orientados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por uma visão crítica da história do sujeito que está condenado e cumprindo pena, como eu disse para você no começo, acho fundamental que o Conselho pense sobre isso a partir de pessoas que estejam na prática e que de alguma forma oriente, porque na verdade nem todos profissionais estão antenados com tudo que está acontecendo das normativas profissionais, é importante que as pessoas tomem ciência disso, discutam sobre isso, deem suas opiniões, acho importante.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: Do ponto de vista formal é um exame solicitado, hoje, pelo juiz a partir do momento em que o preso solicita um benefício, especialmente de progressão de regime, desse fechado para o semiaberto, por exemplo, isso é o que está na lei penal. Do ponto de vista prático aqui nós temos algumas variações, eu faço só a entrevista, uma ou duas ou três, já teve casos que fiz três entrevistas, já teve casos que chamei família inclusive, alguém mais próximo do preso para certificarmos de alguns dados, mas o exame criminológico para mim, hoje, é uma entrevista psicológica que eu avalio a história desse sujeito, tento captar aspectos psicológicos, principalmente do ponto de vista das suas perspectivas, apesar da prisão como ele consegue lidar com a possibilidade de daqui a pouco estar em outro lugar, inclusive em liberdade. Então um pouco é isso.

P: O(a) juiz(a) pede para fazerem exame criminológico para todas as pessoas que estão presas, ou só alguns casos selecionados?

E: Não, ele está pedindo para, na maioria dos casos, para sujeitos que tem pena longa, para crimes hediondos, sujeitos que cumprem pena por crimes hediondos e eventualmente para sujeitos que já estiveram no regime semiaberto e hoje pedem de novo esse benefício. Deu uma filtrada, mas a gente percebe que tem aumentada nos números. Hoje a gente tem recebido uma demanda bem grande, não sei se devido à mudança da população carcerária isso aconteceu ou se o juiz gostou disso e agora, tem

aumentado a demanda, todo mês a gente tem recebido e feito mais exames criminológicos.

P: Em média faz quantos por dia?

E: Por dia, a gente tem feito uma média de 10 a quinze laudos por semana.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Depende também do sentenciado, mas são entrevistas de 40 minutos, uma hora, uma hora e meia, depende muito do sentenciado, da relação que está se estabelecendo ali na hora da entrevista.

P: O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: Sigo muito o que está na resolução do Conselho, que é a 002/2011, não sei qual que é, mas um pouco da história desse sujeito, um pouco de como essa história de alguma forma tem de envolvimento, como ela se interelaciona com algumas atividades ilícitas que esse sujeito fez, tento trazer como esse sujeito tem lidado com a sentença condenatória dentro da prisão, como, quais são suas estratégias utilizadas para sobreviver aqui, a partir daí consigo inferir se esse sujeito eventualmente cresceu do ponto de vista de uma maturação, no sentido do poder de viver, de lidar com as adversidades, um pouco isso que vejo aqui, como ele chega para mim, como ele se apresenta, como responde, como ele de alguma forma está lindando com a relação de força, de poder, porque eu sei que eu represento alguém imbuído de muito poder, então como ele está lidando com isso, o que ele acha disso, porque é isso, na vida a gente vai lidar com essas relações e eventualmente a gente pode se desestruturar, se desorganizar, tento ver como está do ponto de vista psicológico essa organização interna.

P: É a favor ou contra a realização destes laudos/exames criminológicos, por quê?

E: É controverso isso, já fui a favor, já fui contra, eu como conheço um pouco a lei de execução penal, posso dizer que ela foi pensada em termos muito positivos, é claro que a gente vê em outro momento, ela foi pensada em 84, há trinta anos, portanto. Diria para você que continuo contra os exames, até por aqueles motivos que falei, se não fizessem os exames criminológicos sobraria tempo para a gente atender a demandas que acho mais importante, inclusive, do que dizer para o juiz determinadas coisas sobre o sentenciado se o juiz poderia, do ponto de vista objetivo, deferir ou indeferir um exame solicitado, um pedido de exame solicitado, então continuo contra, não deveríamos fazer.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: A gente já sofreu de tudo aqui, desde cobrança da direção para, teve uma época que a gente se manifestava favorável ou contrário ao benefício, nessa época houve em alguns

momentos muitas cobranças da direção em relação ao nosso parecer, então já tivemos muitas cobranças, de muitos tipos; hoje não há cobranças, porque a gente não se manifesta nem favorável ou contrário, colocamos lá nosso dados de forma objetiva e dados que a gente acredita que poderiam ajudar o juiz a se decidir, mas já houve muitas cobranças. Agora quando o juiz coloca lá que precisa fazer exame em trinta dias é uma cobrança.

P: Vocês realizam as reuniões para falar sobre os exames criminológicos, as chamadas CTC?

E: Não. CTC depois da lei de 2003 nunca mais teve.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Houve, nesta unidade aqui houve três rebeliões, eu na verdade não estava em nenhuma delas, em uma delas saí antes, na outra não vim na segunda, estava viajando, a trabalho inclusive, e na terceira estava trabalhando na escola penitenciária, mas foram rebeliões e estive aqui nos dias seguintes, foram rebeliões muito terríveis, com destruição, morte de presos, funcionários reféns, então foram momentos muito marcantes daqui da unidade, como também tem momentos marcantes quando a unidade patrocina um evento festivo e os presos vêm e te cumprimenta, eventualmente te abraçam, então não são só os momentos terríveis, tivemos vários momentos importantes de festas, de solidariedade aqui dentro que também merecem ser lembrados.

P: Existe preocupação com os “direitos humanos” do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Eu diria para você que relativo, acho que o Estado falha muito, se a unidade prisional foi construída para oitocentos presos, por mais que tenha feito reformas, alterado as celas e os pavilhões, é impossível acreditar que uma penitenciária para oitocentos presos possa comportar dois mil e quatrocentos e tudo continuar normal. Então acho que o Estado peca muito. Dos funcionários também é muito relativo, tem funcionários que tem um perfil que eu diria muito adequado de respeito aos presos, as pessoas, apesar de seus problemas e seus crimes, como sei de funcionários que não tem qualquer respeito pelos presos, então isso é muito relativo. Estamos muito longe, diria, de uma política que respeitasse de fato os direitos universais do homem aqui.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Também precisa, posso falar por mim, como disse para você sempre li muito, procurei me informar bastante sobre as legislações, dei aula sobre isso, dou aula de direitos humanos, então foi o que disse para você na questão do gênero, fecho as portas nas minhas entrevistas, mas praticamente é aberta, você pode ver. Quando nós tínhamos a sala inteira e a porta inteira, sem esse visor, fazia também as entrevistas com as portas fechadas. Então acho que minimamente tento atender as normas do meu conselho de classe, que também dizem para a gente prezar pelas normativas universais dos direitos humanos, mas vai variar de psicólogo para psicólogo, eu tento me policiar para que isso ocorra nas minhas entrevistas.

P: Nos atendimentos os presos ficam sem algemas?

E: Sim, sempre sem algema.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: Existe. Porque já tive, já dei aulas para técnicos, já conheço aqui meus colegas e conheço muito profissionais de outros lugares, há muita variação, desde a metodologia adotada para realizar exames até o olhar que se tem, as lentes que ele tem em relação a esse mundo da criminalidade, da marginalidade, da prisão. Então tem muita gente melhor e pior que eu por aí.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Nenhuma.

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Não, existe, participo de um grupo por e-mail que mais parece o muro das lamentações do que outra coisa, como o serviço está muito deteriorado, não só aqui, mas em todo estado, salário muito baixos, congelados há muito anos, as pessoas a beira da aposentadoria, então muitos sem perspectiva. Então não tem rede de apoio, as pessoas estão muito sem apoio, o que percebo dos e-mails que recebo é que as pessoas estão adoecendo.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela

direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Dos outros profissionais da unidade acho que ainda é vista com bons olhos, percebo respeito aqui por mim, pelo o que faço, pela Psicologia, muitos funcionários vem me perguntar coisas a partir de questões deles mesmos, vejo meus colegas também sempre lidando com outros funcionários, sempre as voltas com problemas de outros funcionários. Acho que há por parte dos outros profissionais existe um respeito, por parte dos enfermeiros, eventualmente a gente recebe demanda da enfermaria para avaliação de um preso que foi atendido por eles, então tem, o Estado que infelizmente é um péssimo patrão.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Sim, tudo o que fiz praticamente, são 23 anos aqui dentro, então tudo que eu li, o que eu fiz, muitas aulas para funcionários, muitas aulas para graduação, muitas aulas para pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado, eu praticamente cuidei da minha família fazendo trabalho aqui, claro que nunca, sempre que pude tive outras coisas também, porque é o que te disse, o salário aqui é muito baixo, então sempre que pude fiz outras coisas, me especializei. Isso aqui teve muita influência na minha vida.

P: O mestrado e doutorado tiveram como temas a penitenciária?

E: Mestrado terminei em 2005 e o doutorado terminei em 2010. O mestrado foi em educação, estudei duas escolas, estudei sistema educacional em duas unidades prisionais. No doutorado estudei o agente de segurança penitenciário, foi na Psicologia.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Não, nenhuma. Nunca precisei inclusive.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Não do jeito que acontece hoje, esse é um tema que a gente sempre aborda em aula de criminologia. Na verdade não é função da penitenciária ressocializar ninguém, é um mecanismo de controle social, de seleção, de exclusão de gente, contenção de pessoas, pensamento de algumas classes, então teria que mudar muitas coisas para que a penitenciária fosse outro lugar. Aliás, também não concordo com a penitenciária, hoje eu sou abolicionista, inclusive, então não concordo mais com esse lugar, talvez aí minha grande insatisfação hoje.

P: Como seria o abolicionismo das penitenciárias?

E: Você tem várias correntes, abolir as penitenciárias não é a partir de amanhã abrir as portas e mandar todo mundo embora, tem gente que acha que abolição é isso, claro que poderia ser também, é uma das formas mais radicais. Mas penso em um Estado que preze muito mais pelas Políticas públicas, desde os primeiro momentos de vida do cidadão, da cidadã, no sentido de não tornar essas pessoas vulneráveis, um Estado forte, um Estado que, por exemplo, combata a criminalidade de outra forma, com mais educação, mais assistência social, mais renda, com mais emprego, com casas, terrenos, terras, com saúde, então acho que minha forma de pensar a abolição é pensar a partir da instalação de novos patamares de políticas públicas. Foi isso que fizeram vários países que hoje estão terminando com suas prisões, deram incremento maior nas politicas públicas, principalmente em educação, saúde e assistência social, transformando a questão da segurança pública em outra coisa, que não é a nossa, que temos hoje.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: Na penitenciária acho que encerrei meu ciclo, se pudesse sair amanhã eu sairia. Não dá para sair depois de 23 anos sem ter outra perspectiva, mas está nos meu projeto sair daqui muito em breve, porque não tem mais de fato, deteriorou demais, não há mais o que fazer com essa política que tem hoje. Então eu quero continuar estudando a penitenciária, o cárcere, continuar sendo pesquisador disso, mas fora daqui, espero o ano que vem estar fora daqui.

P: Como definiria o/a psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Hoje um coitado. Qualquer trabalhador da penitenciária são coitados, são pessoas que estão sofrendo muito, muito vulnerabilizadas, em todos os setores que você investigar hoje na penitenciária você vai ver baixo número de funcionários. Por outro lado você vai ver a penitenciária superlotada, então o que dez funcionários faziam a cinco anos atrás, hoje três ou quatro estão fazendo. Claro que isso lhes dar uma sobrecarga emocional tremenda, não é atoa que muita gente está se afastando, muita gente quer ir embora, estão desanimados, muitas dispensas, muitas licenças, muitas férias. Hoje o profissional de Psicologia é como qualquer um, extremamente angustiado por conta das condições de trabalho e se for alguém que nunca estudou além daquilo da graduação, que nunca procurou pensar outras coisas, é alguém que está muito vulnerabilizado.

P: O(a)s psicólogo(a)s tentaram/tentam alguma coisa para mudar essa realidade?

E: Sim, já fizemos, aqui mesmo já nos movimentamos, nos organizamos e conseguimos algumas coisas ao longo dos anos, só que com passar com o tempo essas coisas que conseguimos acabaram sendo redundantes em outro momento. Esse grupo que participo

na internet tem discutido assembleias em janeiro de 2015, tem se reaproximado de algumas unidades sindicais para tentar retomar algumas lutas que já houveram aqui, então há, diria que muito timidamente, mas existe, ainda consigo ver uma resistência das pessoas, muito tímida, muito até vulnerabilizada, enfraquecida, rancorosa, mas tem.

Anexo XII: Funk

P: Idade?
E: 46 anos.
P: Sexo?
E: Feminino.
P: Classe econômica?
E: Nem sei mais como está à classe econômica, consideraria média, será? Não sei, talvez média.
P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?
E: Regime fechado.
P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?
E: Eu trabalho no período da manhã no centro de saúde da cidade como psicóloga.
P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?
E: Desde a inauguração, 1998.
P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?
E: Trabalhei no centro de saúde e dei aula, lecionei para o colegial em escola pública.
P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?
E: A princípio foi por questão salarial, verdadeiramente foi essa, o lugar que trabalhava não era tão bom e o salário quando foi publicado me atraiu. Então prestei o concurso, não estudei, prestei e na época tinha muito preconceito com relação à penitenciária, que era perigoso, mas resolvi prestar. A princípio foi realmente pelo salário.
P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?
E: Não, nunca. A principio de apreensão, no primeiro atendimento, não só eu, mas como todos os outros técnicos a gente ficou muito apreensivo porque ninguém conhecia essa realidade. Mas antes de fazer o primeiro atendimento fomos visitar outra penitenciária da região, só que a estrutura é totalmente diferente da nossa. Lá a

administração é muito próxima dos raios, é bem diferente. Então acho pior, porque acho que o corpo funcional está muito próximo do sentenciado, em questão de segurança acho mais complicado. A nossa você viu a muralha, daquela muralha até lá dentro onde a gente é um longo espaço também. Hoje talvez não, a gente vai trabalhando e vai vendo que existe perigo, mas em qualquer lugar. A gente precisa fazer com que o trabalho não se torne uma rotina, mas também não podemos ser persecutórios.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Acreditava realmente que eu conseguir ou pelo menos participar da reabilitação, ressocialização em si. Totalmente, acreditava totalmente nisso.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: A principio foi somente, como já te disse, pelo salário. Mas quando comecei o serviço gostei muito do trabalho e depois com o decorrer do tempo, hoje ainda gosto, visto a camisa mesmo, gosto mesmo, faço o que posso.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Na UNIMAR, 1992.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Não.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Nada voltado para a área jurídica, na minha época não tinha, hoje já existe nas grades curriculares alguma coisa nesse sentido, mas na minha época não.

P: Aqui tem estagiário(a)s de Psicologia?

E: Sim. Acho que é muito importante no sentido da, para a pessoa realmente saber se é uma área se ela quer, ela vai quebrar todos os medos, vai baixar algumas defesas, então acho importante nesse sentido. Hoje temos uma psicóloga que estagiou aqui.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Teria que ter, não sei como, não sei se a Psicologia Jurídica engloba as questões das avaliações, porque a gente faz laudos, então as universidades precisam estar preparadas para isto. Se não a universidade, pelo menos a SAP ter alguma coisa nesse sentido. Porque a Universidade não vai preparar mecanicamente para o sistema prisional, mas alguma coisa no sentido de uma avaliação no geral, todos os cursos. A questão da

avaliação em qualquer instituição deixa um pouco a desejar. Eu sofri isso na própria pele.

P: Por quê?

E: No sentido que era uma questão muito nova, presídio aqui na nossa região, tudo muito novo, a gente não sabia nem por onde começar ou terminar, não sabíamos nada. Nós fomos aprendendo com o tempo, liga para um ou para outro. Hoje a EAP, que é a Escola da Administração Penitenciária já está oferecendo mais cursos nesse sentido, de uma avaliação um pouco melhor, agora parece que vai ter uma coisa voltada para criminologia mesmo, para elaboração de laudos, então umas reuniões assim existem, mas o que acho que deveria ter no sistema, nas penitenciárias realmente peritos. Porque a gente faz exame criminológico, mas na verdade não somos peritos. Acho que deveria ter peritos. Por exemplo, hoje nós somos em quatro, dois para avaliação e dois para, então vamos pegar esses dois vamos treiná-lo, capacitá-los para isso, porque é uma responsabilidade muito grande fazer um laudo.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Na verdade a gente acaba usando um pouco de cada coisa. Porque a gente faz o acompanhamento psicológico, cada profissional escolhe, tem sua linha de atuação. No sistema prisional o que seria ideal é a Psicoterapia Breve, não tem como não ser, não tem como usar uma Psicanálise, porque a rotatividade é grande. Tem vez que você começa o trabalho com o preso, você faz um trabalho individual e não conclui, porque ele vai embora. Você pode até chegar, como teve caso, que a gente concluiu, terminou o processo terapêutico, mas quando está lá fora não tem retorno disso. Parece que fica meio perdido, diferente de clínica que você tem um contato, você acompanha. Aqui até por conta da instituição da segurança não dá para ter um contato muito estreito com o preso.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: A gente utiliza, meu está na gaveta, mas a gente utiliza. Faz a leitura dele, mas para o dia a dia, a gente tem o regimento interno então acabamos usando mais esse, mas utiliza tudo, as resoluções, a gente faz tudo nos documentos.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Dentro da muralha, como te disse, é um local chamado de parlatório. Nós aqui temos uma sala ampla, bem larga, não muito estreita, têm as bancadas, umas cinco, separadas com pedras, o profissional fica de um lado, temos uma grade de ferro, não é uma grade,

é tipo uma placa de ferro toda furadinha e nós pedimos para fazer um quadradinho para a gente visualizar o rosto, nesse quadro existe um vidro. Então é assim o local. Onde a gente senta são cadeiras de madeira e onde o preso senta é bancada de cimento mesmo.

P: Nestes locais quem faz atendimento?

E: Todos, psicólogas, assistentes sociais, parte jurídica, educação, trabalho, todos que oferecem atendimento para o preso utilizam esse espaço. O advogado tem duas bancadas somente para eles, uma parte que separada da nossa. Quando eles vêm, que o preso vai para lá ele passa pelo parlatório, para ele ir lá tem uma grade para onde ele vai ficar com o advogado, mas é por telefone o contato.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: É aqui, do lado é a sala da diretora. Aqui ficam as psicólogas, assistentes sociais e estagiárias. Nós temos profissionais o dia todo.

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?

E: Olha, essa é uma questão bem discutida, porque um local onde existe uma grade não é adequado para ninguém, para nosso trabalho não, porém tem que ser assim na instituição, não tem como ser diferente. Como seu trabalho diz mesmo, você está levando para o lado que valoriza mais a segurança do que a própria reintegração, a gente tenta conciliar, lógico que essa placa que separa da interferência, mas precisamos pensar na segurança da gente. Não estamos lidando com, são pessoas em um contexto diferenciado, apesar de que temos a sala do diretor e nos é oferecido se quisermos fazer o atendimento, aplicação de teste nessa sala, nos é oferecido, o profissional que decide se quer ou não usar a sala.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Vou falar por mim, eu particularmente acho, porque trabalho em outro lugar também, então não é diferente de outros lugares por se penitenciária. Tem aquelas pessoas que você se identifica mais e aquelas com quem se identifica menos, como é qualquer outro lugar. Se alguém trabalhar só aqui vai falar “trabalhar na penitenciária é ruim”, não tem diferença. Onde tem ser humano sempre vai ter alguma complicação, mas no meu ponto de vista a gente se dá muito bem, aqui os relacionamentos são bons.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Sim. Nós visitamos o pavilhão desocupado, lógico. Quando estava construindo à penitenciária eu vim fazer a visita, foi aberto para visita na inauguração, eu vim. Depois disso tivemos algumas oportunidades para ir até o raio, às vezes quando estagiária começa o diretor às vezes leva para conhecer. A gente conheceu do almirante até o pavilhão habitado, no horário de banho de sol, com aquela movimentação toda, e a gente teve oportunidade de conhecer durante a reforma que estava sem os presos, à gente pode visualizar mesmo como eram as celas, então quando eles falam sobre as celas a gente pode ter uma noção maior, porque a gente pode visualizar bem. A sensação não é boa, porque é uma cela pequena, hoje comporta mais do que a capacidade para qual foi construída, então não é uma sensação boa. Só que aí você pode, a partir do momento que a gente pode conhecer fica até mais fácil seu trabalho com o preso, porque às vezes o preso reclama de uma coisa e você fala "está reclamando demais", mas não, tem coisas que a gente pode visualizar.

P: Você disse que conheceram quando não tinha pessoas presas, quando tem vocês não poderiam por quê?

E: Por questão de segurança, a gente até foi no mirante, local onde você entra e de um lado é um raio e do outro é outro, onde fica o funcionário, tem os vidros dos lados, então ali do mirante a gente viu o raio habitado, mas a gente não pode pela questão da segurança mesmo.

P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?

E: Todas têm. Pavilhão disciplinar. Nunca conheci, porque eu conheci na inauguração da penitenciária, depois de habitado não, porque é lugar mais reservado, a segurança é redobrada, então lá não conheço.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Não saberia te responder. Acredito que não. Aqui nós temos um psicólogo, e somos em três psicólogos, a gente não teve problema de receptividade, do tipo "só quero atendimentos com psicólogas", não, a gente não teve esse problema. Aqui não tem essa de você não vai no pavilhão porque é mulher, nenhum técnico tem acesso, ou vai todo mundo ou não vai ninguém.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: O trabalho que a gente faz são as inclusões, nessas a gente detecta ou não algum problema, oferece o acompanhamento psicológico, se aceito faço acompanhamento

psicológico e as avaliações para exame criminológico. Nós não temos nenhum grupo aqui, já tivemos, antes da mega rebelião tínhamos grupo de inclusão, quando o preso chegava à gente explicava o funcionamento, porque mesmo tendo um RIP, todas as resoluções cada unidade funciona de uma maneira, a gente segue muito os documentos, para não ter nenhum problema, aqui o diretor não toma decisão aleatória, ele é muito ético nessa parte; então a gente tinha grupo de inclusão, onde explicávamos para eles como funcionava a unidade, tínhamos uma cartilha mostrando o setor, por exemplo, o pecúlio as atribuições desse setor e de todos os setores tinha as atribuições, então explicávamos e entregávamos as cartilhas. Tínhamos o grupo de preparação para o semiaberto, outro para livramento condicional, uma assistente social fez um curso em São Paulo e desenvolveu um projeto que chamava "Reviver", acho que era esse o nome, então antes tínhamos esses trabalhos e os atendimentos individuais que sempre aconteceram, mas depois da mega rebelião ficou mais difícil de trabalhar, as penitenciárias ficaram assim, não sei se a população tornou-se mais perigosa ou se a gente teve consciência realmente da população que estávamos lidando, porque nossa penitenciária foi quebrada praticamente inteira. Então passou a se ver um pouco mais a questão da segurança mesmo, e particularmente, sei que está sendo gravado, mas não escondo de ninguém, acho que a segurança precisa ser visto em primeiro lugar, não tem outro jeito, a gente pode falar em reintegração, reinserção, vamos falar, mas se não tiver uma segurança você não consegue fazer nenhum trabalho.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Não, quando nós fomos convocados nós tivemos, pode ser chamado de treinamento de três dias, mas no geral, com todos os funcionários, como era uma penitenciária, vestimenta, tratamento com o preso, no geral. Específico não, parece que agora está começando a surgir. A SAP está disponibilizando alguns cursos, está fluindo.

P: Para os cursos vão todo(a)s técnico(a)s da Psicologia?

E: Não, depende. Tem cursos que eles colocam um psicólogo, ou não coloca, ou tem número de vagas. Aqui a gente faz assim, como somos em quatro, cada vez que tem um curso vai um, porque senão "só vou eu" e o outro? A não ser que seja, você fez um curso e no próximo ano tem continuação, então você que vai porque iniciou. Mas do contrário a gente reveza para dar oportunidade para todo mundo. Segundo a EAP a intenção deles é preparar todos psicólogos do sistema penitenciário. Já teve de Psicoterapia Breve, então um daqui já fez, disseram que vai ter para todos, porque querem preparar todos. Teve o de Pronto atendimento psicológico, dois psicólogos

daqui fizeram. Segundo eles a intenção é preparar todos, só que é muita gente, então tem que fazer rodízio, não tem como atender todas as necessidades daqui e não atender outra penitenciária. Mas o diretor não se opõe a fazer curso, todos notes ou diário a gente tem conhecimento, o diretor não opõem.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Gosto. Apesar das limitações do nosso trabalho ainda gosto, porque existe o atendimento individual, acho que talvez seja isso que me deixa mais feliz, a questão de laudos não, não gosto, porque acho que têm que ter uma equipe, profissionais preparados para isso especificamente, tem que ter os peritos, assim como psiquiatra, nós não temos aqui, a juíza nomeia um psiquiatra, um perito, eu gosto porque tem o acompanhamento psicológico, então acho que a relação paciente e psicólogo acontece nesse momento.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Está tendo várias palestras e está se falando muito das questões da diversidade, aqui nós temos poucos casos, mas não existe trabalho diferenciado para eles não, quando eles chegam são postos no pavilhão que aceita, que a gente sabe que existe todo um preconceito, mas está tendo vários cursos de sobre diversidade, mas um projeto em si aqui não.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Naquela época causou muita polêmica, acho que nosso Conselho foi muito fraco, muito falho nessa questão, porque acho realmente, como te disse, tem que ter sim a avaliação, concordo com isso, mas que os psicólogos e assistentes sociais estejam realmente preparados para isso, porque é uma questão muito séria você dar um parece sobre a vida de uma pessoa, você decidir a vida de uma pessoa, às vezes você vê aquela pessoa uma ou duas vezes, se você tem 1500 presos, então fica complicado. Então deve ter sim, desde que seja com um preparo específico para isso, acho que o Conselho foi muito fraco, tanto que hoje a juíza da nossa vara de execução ela coloca “segundo a resolução SAP”, então você não tem por onde falar que não vai fazer.

P: Por que concorda com a realização do exame criminológico?

E: O exame, o real não é o ideal, o ideal não é real também, a LEP é linda, maravilhosa, só que não funciona dessa forma, a gente não tem o exame inicial, exame não, ele foi condenado e a LEP coloca que precisa fazer um estudo da personalidade dele e individualização da pena, depois de um tempo quando vai receber um benefício você

vai avaliar novamente, mas você tem um parâmetro, você não vai ter o da entrada, houve evolução, não houve evolução, você tem um parâmetro e hoje não existe isso. Então como posso falar “não, você não vai para rua porque você tem isso”, “você está assim ...”, como você está, não sei se foi o sistema que te deixou, são características suas ou o sistema que provocou isso.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: A finalidade é embasar a decisão da juíza, porque ela também não conhece o preso, ela se embasa em documentos, papéis, então seria mais um material para embasar a decisão dela.

P: Em média faz quantos por dia?

E: Agora tem mês que passa que vem dois, três, é muito relativo. Agora nós estamos com 15 no mês, não é muito, tem unidades que estão fazendo muito mais.

P: A juíza da vara de execução seleciona as pessoas que estão presas que precisam passar pelo exame criminológico?

E: Então, para quase todos. A maioria ela pede, a grande maioria. Geralmente se é reincidente, dependendo do delito, mas já teve caso de primário, então quase todos.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Depende de cada profissional, se o profissional é mais prático. Você tem que contar o tempo da entrevista, a observação que está fazendo, aplicação do teste, análise do teste, a elaboração deste documento, depende muito, às vezes dá em torno de seis a oito horas de cada um.

P: Como são realizados estes laudos/exames criminológicos? O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: São feitas as entrevistas, que faz acompanhamento não faz o exame porque o Conselho prega que se você tem algum contato com o preso você não pode fazer para não ter nenhum tipo de interferência, então quem faz o acompanhamento psicológico não faz a avaliação, que é feita através de uma entrevista, análise de prontuários e o teste HTP, depois discute-se com o diretor de segurança e disciplina, de educação, faz uma reunião onde é decidido, da penitenciária sai um parecer que é encaminhado para a juíza, no caso ela acata ou não esse parecer, a decisão final é dela, então é discutido sobre aquele sentenciado.

P: O(a) psicólogo(a) coloca se é a favor ou contra a progressão de regime, por exemplo.

E: Documentado não, quem assina as conclusões são os diretores, não somos nós, são os diretores que assinam, então de acordo com nossa avaliação eles vem se são favoráveis ou contrários.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Não, nunca.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Eu faço, tento ser o mais imparcial possível, mas não sei se alguém estaria totalmente preparado para fazer um exame, uma avaliação, mesmo porque a personalidade é dinâmica, atendo o preso hoje, talvez o benefício vá ser julgado daqui dois meses, pode ser outra situação, então não sei se está totalmente preparado, acho que a gente nunca está totalmente preparado para tudo.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Nós tínhamos um preso e ele tinha uma deficiência intelectual, um transtorno mental e ele ficava no PH (Pavilhão hospitalar), porque às vezes ele tinha umas crises, então para não causar confusão no raio mantinham ele no PH. A gente via que era um preso que todo mundo trabalhava para ele, por ele, tanto que quando ele foi embora à gente teve contato com a família para acolher, entrou em contato com a família e orientou o que fazer, então tivemos vários casos assim, de ligar em albergue e pedir para receber porque a pessoa não tem família, alguns, vários casos marcam a gente.

P: Existe preocupação com os “direitos humanos” do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: No geral não sei te dizer, com relação ao nosso setor sim. A gente briga pelo preso, apesar que aqui a gente quase não tem problemas nesse sentido, porque se você atende um preso e ele fala que está acontecendo algo, você vai falar com o diretor de segurança, o relacionamento técnico com a segurança é muito bom, então isso facilita muito nosso trabalho, uma coisa que a gente preza muito é esse relacionamento, se a equipe técnica não tiver bom relacionamento com a segurança o trabalho não flui, porque o tudo depende da segurança para liberação.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Não.

P: Existe alguma rede de contato(a)poio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: A gente acaba se encontrando nesses cursos promovidos pela regional ou promovidos pela SAP em São Paulo, a gente acaba se encontrando nesses, mas falar que existe uma rede para discussão, não.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Outro dia até me surpreendi, um funcionário ligou do pavilhão disciplinar, um pavilhão pelo que converso jamais pensaria que aquele funcionário jamais teria uma atitude dessa, de ligar aqui e falar "olha estou preocupado com fulano, falando de tentativa disso, falando aquilo, estou preocupado com essa situação", fiquei feliz, porque jamais esperava que aquele funcionário tivesse uma atitude daquela. Então acredito que nosso trabalho é muito bem visto, às vezes a gente tem preferência, chega lá e tem muito atendimento falam para deixar a gente atender primeiro, tem alguma decisão ou o diretor geral recebe um bilhete vem falar com a gente sobre o preso, tem esse contato bem estreito.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: No começo toda minha família ficou apreensiva, inclusive eu, porque não conhecia essa realidade, então existe época, tem época que está matando muito funcionário ou boatos de rebelião e a família fica mais tranquila, mas na maioria das vezes fica tranquila, porque é assim também, eu saio daqui e ficou aqui, se você perguntar para minha família quantos presos eu atendi, ou que caso, ninguém vai saber, saio daqui e acabou.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Para trabalhar em penitenciária a gente não tem que ter rotina, mas na correria do dia a dia a gente acaba caindo na rotina, por questão de segurança.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Se ressocialização, depende do que se entende por ressocialização, eu vejo que a partir do momento que você faz um acompanhamento psicológico ou que você atende a necessidade de um preso, durante a inclusão você discute alguns assuntos, a partir do

momento que você faz o preso pensar sobre um assunto eu já conto como ressocialização, porque a gente cobra muito a ressocialização do preso, mas não depende exclusivamente dele, e a sociedade está preparada para aceitar esse preso. A partir do momento que ele está trabalhando, estudando para mim já é uma ressocialização, porque a gente vê aqueles uns que nunca trabalharam na rua, estão aqui e não querem trabalhar ou estudar, e aí? Assim como tem muitos na rua que não querem trabalhar ou estudar, então acredito que se ele está trabalhando, a atenção que você dá, a necessidade que você atende, um contato com o olhar isso para mim faz parte da ressocialização, não necessariamente que tenha que ter um grupo voltado para isso, depende de como você vê a ressocialização.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: Já, tenho uns dez anos pela frente, tudo indica que vou ter uns dez anos ainda, o que almejo é que realmente pudesse acontecer isso, não é diretor que tem culpa, não é SAP, o trabalho em grupo, acho que isso valoriza muito, só que não depende só de uma pessoa e uma coisa que não posso esquecer também, eu sou profissional, mas antes sou ser humano, tenho que respeitar as regras da instituição, que segurança é importante, porque antes da megarrebelião a gente fazia grupo e ficávamos com 20 ou 25 presos, às vezes tinha um ASP e às vezes não tinha; hoje na nossa realidade não dá para fazer isso, infelizmente.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada na penitenciária?

E: Acho, não sei se melhorada, mas talvez mudada, acho que deveria ter a equipe, bato sempre nessa tecla, perito para fazer os pareceres, uma equipe que vai aplicar testes, o que achar que é necessário, tinha que ter atendimentos individuais e peritos. Porque seria um trabalho em conjunto, a gente faz acompanhamento e esse grupo à avaliação.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Acho o psicólogo uma peça fundamental, muito importante, até mesmo na questão, porque quando a gente começou tinha funcionário que falava “o ladrão falou isso”, o “ladrão quer isso”, a gente respondia “não, ele não é ladrão, é traficante e aí?”, então acho que o psicólogo ele tem como e responsabilidade de tentar mudar essa visão do funcionário com relação aos presos, o que ele fez ou não fez, ele cometeu um delito, já foi julgado, está pagando a pena dele e estou aqui para cumprir meu papel, então tanto quanto mudar a visão do ASP em mudar a visão sobre o preso, como do pessoal que trabalha na administração. Acho que nós temos, uma das funções seria essa, tentar

mudar a maneira, a questão do preso, a condição, que no momento é essa, minimizar o preconceito.

Anexo XIII: Soul

P: Idade?

E: 59 anos.

P: Sexo?

E: Masculino.

P: Classe econômica?

E: Classe média.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado. Aqui o Estado manda para cá os lideres das facções, do PCC, então a questão do poder econômico, do poder de mando, poder de liderança eles mandam tudo para cá, esse é o grande problema nosso. Então não tem perfil de tipo de crime, mas se você for ver histórico dessas lideranças são assaltantes, sequestradores, homicidas, mas o preso homicida é aquele que tem no perfil grande capacidade de reinserção social, porque homicidas todos nós somos em potenciais, quando não há impulso, porque o crime de assassinato é feito no impulso e as pessoas podem se arrepender, diferentemente de um sequestro, um assalto que tem toda uma trama, e dá para a pessoa repensar na sua trajetória. Mas a grande maioria aqui são sequestradores, assaltantes e traficantes.

Aqui é segurança máxima, é um sistema que não consta, não é legalizado, é um sistema que poderíamos dizer que está acima do sistema máximo, porque aqui preso não circula, vários presos em uma galeria juntos, se está atendendo um preso outro não pode ser atendido, porque são pessoas extremamente perigosas. Aqui não é RDD, o que acontece, quando o preso comete algum deslize eles vão para o RDD como castigo, tem um prazo. Aqui são 800 presos e cabe mais, mas pelo perfil, pelas pessoas que estão aqui o Estado dá uma segurada, ou Estado lotaria aqui, porque não estão nem aí para o número de presos.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Sou professor universitário e sou coordenador do NAPS, Núcleo Psicopedagógico da faculdade. Eu sou psicólogo jurídico, tenho especialização. Dou aula em jurídica, de

criminologia, para os agentes penitenciários, cursos de formação pela SAP. Mas ultimamente não tenho dado, porque as escolas estão centralizadas em São Paulo.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: Vai fazer 28 anos agora. Nessa aqui estou desde a inauguração, fui para a P1 em 88, quando entrei no sistema, quando inaugurou essa aqui em 98 vim para cá como diretor de reintegração, quando inaugurou outra em uma cidade perto fui para lá como diretor geral, fiquei lá um ano e depois voltei para cá. Mudou a política, os interesses do Estado e aí voltei para cá em 2005.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicóloga/o?

E: Me formei em 82, essa região não tinha psicólogo. Tinha uma psicóloga que vinha de fora e atendia aqui, comecei a trabalhar com elas e um tempo depois elas decidiram parar e deixaram para mim, então trabalhei em clínica, fui dar aula em um colégio técnico, na APAE, em uma usina de álcool em organizacional, foi uma época que não parava nem no final de semana.

P: O que o/a levou a prestar concurso para psicólogo/a de penitenciária?

E: Foi por questão do funcionalismo público, a gente ganhava bem, mas depois foi defasando. Hoje não aconselho a fazer concurso, acho que as pessoas não devem ficar presas ganhando dois mil reais, você não faz faculdade para ganhar isso. Eu tenho meu salário de diretor, consegui pelos anos, o Estado te dá esse direito, e dou minhas aulas, então consigo tirar uma grana mais ou menos, mas hoje não faria concurso para o sistema.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Já, eu era muito criança e conheci o Marcos que era assistente social, logo ele aposentou, ele trabalhava na P1 e fazia trabalhos lá, o perfil do preso era outro, ele convidava a comunidade, times de futebol da comunidade para jogar lá dentro do presídio, era interessante. Fazia isso porque o perfil do preso era outro, o preso era a maioria, tenho um trabalho que não sei onde foi parar, que a grande maioria dos presos daquela época eram estelionatários, hoje a gente não tem mais, o estelionatário é um preso educado, simpático, mas não pode confiar nele, no entanto é gentil, não tem índice de violência corporal, era um crime mais elaborado, tinha que ser um cara inteligente; diferente dos presos de hoje que utilizam de revolveres e ameaçam. Então o preso daquela época, dentro do presídio a violência era muito pouca, o que tinha era violência

sexual, eles se violentavam, porque não tinha visita intima, mas contato com a sociedade existia.

Era jovem, gostava de ir lá, sentava junto com os presos e convidados, para mim era normal, e deveria ser normal, o presídio tinha que ser visto, tinha que ser para conter o homem dentro daquele espaço para resgatar todas aquelas falhas na sua estrutura de vida, porque o homem cometeu um crime, tirando os psicopatas ou doentes mentais, os trabalhos tinham que ser para eles, para resgatar essas lacunas, porque a maioria desses presos é vitimas do meio, pobreza não justifica crime, mas abre espaço. Se a pessoa não tem estrutura psíquica bem delineada, acaba entrando em uma situação dessas e para sair fica muito difícil.

Hoje é complicado, eu entro porque a gente com todos os anos a gente desenvolve técnicas de convívio, se for necessário eu faço o que for preciso dentro do presídio, se der para evitar também evito. Porque esse presídio é extremamente perigoso, um psicólogo, médico, assistente social, diretor são presas valiosas, se eles puderem te pegar como moeda de troca, lógico que o Estado tem a regra de que se você for contido eles não te trocam por nada, eles ganham pelo cansaço, então você é uma pessoa que tem poder de valor no mercado, eu tenho meus receios, mas se for necessário eu vou, constantemente eu vou lá dentro. Um dia desses tinha um preso que era uma dos matadores do PCC, o cara era extremamente violento, e usou muita cocaína – porque droga tem muita no presídio, por mais que tente coibir, sempre entra droga, mas eles são moderados para que não chame atenção – esse rapaz começou a usar demais, e ele foi castigado pelo partido, e parece que eles exigiram que ele se enforcasse, porque tem essas regras, então ele foi tentar se enforcar e a corda quebrou e se machucou todo. Ele ficou muito mal e pediram para que atendesse, ele estava algemado com dez homens em cima dele, e eu não vou atender uma pessoa assim, é fora da ética, era perigoso tirar, mas pedi para todo mundo sair e tirar as algemas dele, ficaram preocupados, mas fizeram. Sentei e ele começou a me ofender, fiquei quieto, e fiz a melhor coisa que a gente como psicólogo pode fazer, que é olhar no olho, você desarma a pessoa, porque quando não olha para a pessoa você mostra insegurança, ele falando e tentando me ofender, fiquei olhando para ele e deixei, passou um tempo e começou a chorar, então pensei “ganhei”, porque o choro é uma das mais livres emoções dos seres humanos; depois ele mandou bilhete agradecendo, então são coisas que vale ainda, mas que é perigoso, isso sim.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Caí de paraquedas. O Estado, e nem o CRP. Fiz o concurso, passei e cheguei no sistema, o diretor chegou e falou que minha sala era essa, mas e aí? Ninguém sabia o que o técnico fazia, tivemos que montar o trabalho, a gente não subsídio nenhum, ninguém nos deu respaldo, então fazia laudo e nem sabia o que estava fazendo. Como exemplo, quando fui fazer um laudo de um preso, uns dias depois o juiz respondeu, os laudos técnicos estão imprestáveis, então é importante a gente saber. Quando comecei não sabia o que ia fazer, mas foi bom porque o que aprendi profissionalmente, os presídios são laboratórios psicológicos que a gente aprende muito.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Acho que não, foi o que tinha no momento, a cidade. Porque na época a gente trabalhava, era contratado para trabalhar seis horas, mas o governo deixava trabalhar só quatro horas, então chegava as sete e ia embora as onze, então à tarde trabalhava em diversos lugares, mas depois mudou e a gente teve que cumprir seis horas. Mas sempre gostei dessa área de relações humanas.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: Em uma faculdade particular, em 1982.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Especialista em Psicologia Jurídica, o CFP criou algumas especialidades, quando criaram, mandaram para os psicólogos para saber quem tinha aquele perfil, mais de cinco anos na área e apresentasse uma proposta de trabalho, respondesse alguns requisitos não precisaria fazer um curso, que hoje é obrigatório. Então mandei tudo que pediram, depois aprovaram minha especialização como psicólogo jurídico. Na penitenciária fiz muitos cursos pela SAP, mas nunca foi uma pós. Fiz na em uma faculdade da região um de criminologia, foi de 180 horas.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Sim, é uma realidade nossa, estamos falando de pessoas com problemas e o psicólogo trabalha com pessoas em conflitos.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Utilizo muito a psicanalítica, porque gosto de Freud. Porque o preso é muito violento, uma postura muito agressiva, mas quando fala da situação da mãe ele dá uma melindrada, então a gente vê essa relação materna, essa relação é muito presente. Outra coisa é a agressão e a sexualidade, porque Freud fala dos impulsos de vida e morte,

quando a gente nasce temos os dois, e aprendemos com a vida, quando a pessoa se torna adulto e não consegue separar, acaba confundindo os dois e por isso temos os maníacos, que tem prazer agredindo o outro, porque confunde o instinto de vida e de morte.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Conheço, recebi uma esses dias quando o pessoal do CRP veio aqui. Eu leio às vezes, quando tenho dúvida, mas não utilizo muito.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com os/as sentenciados/as?

E: São parlatórios com grades, aqui a gente só pode atender na terça feira, não porque a direção determinou, mas porque os presos daqui são muito poderosos, tanto no crime como financeiramente, e tem uma gama de advogados particulares, uma retaguarda poderosa, então o que vem de advogado conversar com eles, é médico particular, então você não tem espaço para atender. Então a gente atende no parlatório com a telinha, mas atendo no hospital, quando vou atender lá é uma sala onde o médico atende, sem tela. Mas a grande a maioria não quer atendimento com o psicólogo, porque eles acham que nosso trabalho está ligado ao governo. Quando querem psicólogo, os advogados entram na justiça pedindo psicólogo particular, aí a gente comunica ao juiz que aqui tem psicólogo, aí o juiz nega ou não. E é para fazer laudos psicológicos, porque não tem como fazer terapia aqui, no máximo é terapia breve.

Antes desse presídio ser o que é hoje, era um presídio normal, com psicólogos e assistente sociais, e a gente desenvolvia trabalhos espetaculares aqui, a gente até tinha uma trabalho de teatro do oprimido, e era um trabalho muito interessante, a gente comemorava as datas festivas, a gente conseguia fazer. No inicio, peguei o inicio da AIDS no sistema, e os presos começaram a morrer e não sabia como, não tinha como fazer diagnóstico, era de repente, e morria de monte. A gente ia atender, nunca negamos atendimento mesmo não sabendo de como se pegava a AIDS, o que a gente fazia, levava álcool para o atendimento e conversando com o preso às vezes passava no nariz, não resolvia nada, mas era uma questão mais psicológica. A gente trabalhava com quaisquer pessoas, corria riscos.

P: Aqui precisou fazer alguma reforma, por que mudou?

E: Teve, em 2006 houve uma rebelião que tudo foi destruído, os presos chegaram nos portões, foi tudo incendiado. Depois da rebelião, na reforma o Estado mandou para cá só as lideranças, antes de 2006 era população normal, igual os outros presídios. A política do Estado é centralizar toda a liderança em um presídio só, não sei se é melhor.

O que não entendo é que a LEP fala da individualização da pena e isso é uma das coisas mais interessantes para o sistema, você investiga se o indivíduo pode ter uma maior reinserção social e deixa ele em um presídio, não misture com outros, assim a gente iria recuperar um monte de gente, porque seria interessante para todos nós. Porque as pessoas pensam que tem que bater e matar, mas não é assim, daqui a pouco ele será solto e estará pior que entrou. Então o Estado tem várias pessoas envolvidas na questão da política do sistema prisional, promotores, juízes que sabem dessa necessidade, que isso poderia amenizar essa situação, mas ninguém se manifesta, só constrói mais presídios.

P: Os locais para atendimentos são adequados?

E: Não. Em relação a esse presídio não tem como ser diferente, por conta da população que temos, mas por outro lado assim não conseguiremos nenhum resultado. Acima de ser um psicólogo sou uma pessoa, tenho meus medos, mais em relação a meus filhos, porque já tive ameaças de sequestro. Mas em outros presídios, por exemplo, quando estava na P1 não tinha aquelas grades, os presos não eram algemados, porque quando você algema uma pessoa só demonstra que não confia nela.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: Fico na sala que ficam psicólogos e assistentes sociais, mas queremos outra sala para atender funcionários, porque a gente os atende também, e são muitos problemas, então atualmente atendo mais funcionários que presos. O diretor autoriza. Aqui somos em dois psicólogos e três assistentes sociais.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: É bom, tranquilo, isso entre os técnicos. Mas eu percebo muito estresse entre os guardas, porque estão diretamente envolvidos com os presos, então existe muita pressão psicológica, muita ameaça, hostilidade, então o índice de depressão é alta, de alcoolismo, de violência doméstica já tive alguns casos. É fundamental que as pessoas que trabalham no sistema, principalmente os guardas, passem por um aconselhamento para saberem lidar com essas problematizações. Então é interessante que todos profissionais da área, não só daqui, pudessem ter esse espaço para lidarem com suas angustias e frustrações. Quando me formei passei dois anos fazendo supervisão técnica, o que ganhava acabava gastando na supervisão, o que era fundamental e valeu a pena. Vejo tanto técnico entrar e não fazem supervisão, entram e não sabem o que estão fazendo; já vi técnico conversando com o detento e tendo uma conversa informal, não

uma conversa técnica, é interessante que o CRP saiba disso, porque deveriam cobrar que os recém-formados fizessem essa supervisão técnica.

Lembro de dois casos quando comecei a atender na faculdade, de um senhor de sessenta anos que tinha uma vida boa e era casado com uma mulher mais pobre, então ele exercia seu poder sobre ela, ainda mais que ela era negra. Um outro foi de um rapaz, que era executivo, que não sabia lidar com a perda do namorado, que tinha trocado ele por outro, isso há trinta anos, o que para mim ainda era um absurdo, porque homossexual era aquele que desmunhecava, travesti, aí teve uma hora que bloqueei. Então sempre tinha um professor que ficava para orientação, então saí de lá e fui falar com essa pessoa, então vejo que o CRP tem que cobrar uma supervisão técnica, porque vejo cada profissional que dá até vergonha para a classe. As pessoas acham que é só tirar o diploma e pronto, acha que acabou e vai pegar qualquer coisa, aceita qualquer salário.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão as celas dos/as sentenciados/as? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Sim, constantemente. Às vezes em negociações de brigas. No começo a gente fica, o cheiro é de ranço, é uma característica do local, de umidade, a gente pensa como é possível conviver, mas acostuma. Essa situação da gente acostumar com essa realidade é aprisionação, a gente se aprisiona. Um dia teve uma rebeliãozinha, eram três pessoas, eles pegaram um dos presos lá no fundo e queria ir embora, mas o Estado não queria deixar, então ameaçaram matar o refém, começamos a conversar e negociar, mas começaram a enfiar estilete no cara, que começou a gritar e o sangue esguichando, por causa da pressão, teve funcionário que pediu exoneração, mas para mim passou, não é bom, não é humano, mas é uma forma de você criar uma armadura de defesa quando vive em lugar hostil. Porque aqui as pessoas brincam com a morte e não é normal isso.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Acho que tem. É muito comum o preso, quando ele pede atendimento psicológico, ele manda um bilhete dizendo que não está bem e que gostaria de bater um papo, é comum eu descer para atender e dizerem que não é a psicóloga e então não querem, não é questão daqui, mas em diversos presídios que passei. Nos lugares que passei as mulheres que atendiam sempre tinham um monte e os homens não. Já vi presos se masturbarem quando estavam sendo atendidos por mulheres, e elas não percebem. Era

muito comum os presos colocarem a mão para dentro das calças e depois estenderem as mãos para as mulheres, com homem já não fazem isso.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Quais outras atuações exerce?

E: O que mais fazemos aqui é laudo psicológico, o que falei, são pessoas que tem muitos advogados e constantemente pedem mudança de regime e o juiz manda para fazer e dá um prazo curto, tem que fazer, o advogado questiona e você precisa refazer.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Seriam melhoradas se houvessem mudanças, restruturações dos presídios, se levassem em consideração e cumprissem o que fala na Lei de Execução Penal, desce educação para o preso, qualificação profissional para esses homens, porque até agora não fazem nada disso; porque ensinar a fazer prendedor de roupa, empacotar bexiga, isso não é ensinar ninguém, é trabalho repetitivo.

P: Foi preparada/o de alguma forma para ter tais atuações?

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Eu gosto, é desgastante, mas é uma troca, eu gosto de pessoas, aqui é um laboratório, a gente tem de tudo.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Trabalho, antes de virar lei, desde sempre. É uma questão de respeito, de você aceitar o outro do jeito que ele é, não posso interferir na felicidade do outro, essa pessoa já tem tantos problemas devido as suas escolhas, que não é fácil, tenho que ajudar. Hoje, depois da visita intima, a questão da homossexualidade caiu muito no presídio, quando não tinha visita intima, era como acontece nos presídios femininos, onde quase todas as mulheres se relacionam entre elas, os homens antes da visita intima era uma quantidade muito alta de relacionamento entre eles, uns porque se sentiam protegidos, era comum você encontrar pessoas que falavam – prefiro ser de um do que de dez – então tem um protetor. Chegava um preso jovem, tinha algumas características de preferência, jovem, com poucos pelos no corpo, de pele clara, tinha suas graduações, então eles disputavam como se fosse uma mercadoria. Quando chegavam esses jovens a gente deixava em celas próximas aos guardas para que pudesse ser protegido e que não houvesse agressões e os presos faziam coisas absurdas. Uma vez um guarda pediu para atender um rapaz que era ajudante de pedreiro, que havia sido preso porque estava fumando maconha, o guarda disse que ele estava todo machucado, chamei ele e estava com o olho roxo, boca machucada, perguntei o que havia acontecido, ele disse que não era

nada e que havia caído, perguntei se ele tinha sido agredido, falou que não. Fui ver a ficha dele, qual cela morava, e era com um cara que tinha praticado abuso sexual, perguntei se havia sido violentado e abaixou a cabeça, falei que iria tirar ele da cela, pediu que não fizesse porque era protegido, que se saísse de lá todo mundo iria querer pegar ele, que lá ele só dava para ele. Perguntei das agressões e ele disse que depois da relação ele acabava sendo agressivo, Freud fala sobre isso, depois do gozo o indivíduo se arrepende do que fez, volta à realidade e batia no rapaz. O cara não tinha nem condenação, então o juiz pensa friamente, não pensa emocionalmente, não quer saber quem está prendendo. Tiramos ele de lá e logo foi embora, mas isso ficou marcado na vida dele, então essas coisas o Estado tinha que se preocupar com isso. Algumas pessoas pensam que visita intima é mordomia, isso veio para acabar com a violência sexual entre eles.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Não fui favorável, a gente questionava o Conselho, porque o psicólogo tem pouco espaço, e estava tirando um espaço nosso, e a partir do momento que tirava esse direito nosso, estava mostrando que a gente não tinha capacidade para isso, eu sei que não foi isso, que o Conselho vinha no sentido de que a gente não está aqui para punir o preso, mas me vejo, como psicólogo, com o direito de mostrar quem é esse homem para o juiz, não estou aqui para destruir a integridade dessa pessoa, mas para mostrar quem é ele; não vou falar que ele vai ou não cometer crime, mas posso mostrar como ele é.

P: Como é realizar o exame criminológico de um preso mais conhecido?

E: A gente não faz, eu faço o seguinte, o preso que atendo não faço exame. Temos a dificuldade aqui que só estou eu, então só estou fazendo exame, até já pedi para o coordenador mande outro psicólogo.

P: Mas e pessoas que estão presas e são conhecidas externamente, pela mídia?

E: Para mim é normal, não vejo, não muda nada. Uma vez o advogado pediu para fazer o exame de um preso famoso, eu recusei a fazer, conversei com o coordenador e passou para o secretário, não sei se anularam isso ou se fizeram. Eu recusei porque o risco é muito grande, para minha família, porque existem ameaças e muitas vezes são verdadeiras, quando assassinaram o juiz, foi nessa época que ameaçaram meus filhos, os filhos do coordenador e ninguém acreditava, mas foram lá mataram o juiz, e os presos que mataram ele estão aqui, é uma realidade e não me sinto a vontade para atender.

P: Em média faz quantos por dia?

E: No último mês fiz 24.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Eu tenho feito, como atendo só na terça, atendo quatro pessoas por dia. Mas não posso passar de trinta dias para enviar.

P: Como são realizados estes laudos/exames criminológicos? O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: Não aplico teste, faço entrevista, pesquisa nos prontuários, vejo histórico familiar, vejo a realidade dele futura, então nós conhecemos a vida de um preso; esse dias mesmo fui fazer um laudo e é fundamental, a gente não está fazendo um exame criminológico, porque no exame você faz sobre a personalidade do indivíduo, nós fazemos parecer psicológico, como ele está hoje para ver se tem condições para progredir, então vê todo histórico de família, planos futuros, se está contido ou impulsivo, se é fantasioso. Fui atender um esses dias que falou que tinha uma proposta de emprego e que ia trabalhar com vans em São Paulo, que tinha um parente que trabalhava com isso, mas todo mundo sabe que as vans são uma máfia, perguntei se eram aquelas que tinham o índice de criminalidade altíssimo, então ele mudou o discurso e disse que ia trabalhar com a sogra, que era vendedora, se você indagasse ele ia mudando. Então como ser favorável, não digo que coloco que sou favorável ou contra, porque não posso fazer isso, mas isso mostra que o indivíduo não tem uma proposta realista, um plano futuro real, que tenha uma base que pode se tornar realidade, você passa as informações e o juiz decide. Mas se esse indivíduo tivesse vindo para uma unidade que trabalhasse algumas questões dele, dá oportunidade, ele chegaria para a entrevista mais realista, pensando que poderia fazer algo diferente, mas não é isso, então são vitimas do sistema, já foram vitimas da sociedade e agora do sistema.

A gente coloca o histórico familiar, como foi a vida dele, como é a estrutura da família, se existe antecedente na família, se alguém tem alguma doença mais grave, se tem passagem pela fundação casa; depois fala como ele está, se existe arrependimento, remorso, se está irritado, agressivo.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Por parte da secretaria não, porque todo exame eu fiz. De preso sim, constantemente, esses dias mesmo um preso falou – “o senhor deve ter filho, uma esposa, eu gostaria muito de dar um abraço no senhor, mas na impossibilidade de dar um abraço no senhor poderia mandar meu advogado ir fazer isso por mim” – então, isso é uma ameaça

velada, muito comum. São coisas que nem conto na minha casa, nem posso dizer isso ou deixo todo mundo surtado.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" dos/as presos/as por parte do Estado e dos/as funcionários/as das penitenciárias?

E: Existe, quando vejo alguma coisa irregular eu comunico, é meu dever. O Estado fecha os olhos para um monte de coisas absurdas, a questão de falta de educação, de trabalho, isso é questão de direitos humanos. Tirar o preso lá onde ele mora, que é longe, e a família tem que visitar aqui, isso é direitos humanos.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte dos/as psicólogos/as para que exista esse auxilio?

E: O Conselho esteve aqui, porque teve denúncia de maus-tratos. A OAB de São Paulo, e o CRP vieram conversar comigo sobre isso, eles fizeram essa pergunta, a única vez que conversei com o conselho foi aquele dia, nunca havia conversado, talvez o conselho podia ser mais atuante.

P: Existe alguma rede de contato/apoio entre os/as psicólogos/as que atuam no sistema prisional?

E: Tinha muitas relações de contatos, era enorme, nós mensalmente estávamos em encontros e reunião, então todo mundo se conhecia, mas fazem uns quatro anos que o Estado cortou verba para isso, então não temos mais contato, às vezes quando tem curso é online, é horrível.

P: Como é a integração dos/as profissionais da Psicologia com outros/as profissionais e setores (assistentes sociais, advogados/as, agentes, enfermeiros/as, médicos/as), pela direção da penitenciária e apenados/as. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações dos/as psicólogos/as.

E: Existe uma relação de respeito, de aceitação um com o outro, mas já teve caso que não, já teve presídios que passei que o diretor vê o técnico com maus olhos, porque acha que o técnico serve para passar a mão na cabeça do preso, então é muito comum isso. Hoje existe um respeito à postura do técnico, como respeitamos os guardas, então trabalhamos em sintonia e não tem problema. Mas acho que vai muito, o que faz com que a gente fica desacreditado é postura do técnico, ele precisa ter uma postura firme, profissional, porque mostrou insegurança enfraquece seu trabalho e as pessoas veem seu trabalho sem importância nenhuma.

P: Ser psicólogo/a em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Hoje não, talvez tenha, as pessoas curiosas perguntam, às vezes me chamam para fazer palestra, comentar sobre algum tipo de crime. Eu separo muito bem as coisas, não levo problema para casa, meu problema daqui fica aqui. Quando eu dou aula no curso de agente penitenciário, o que é muito comum entre eles é fazer churrascos para confraternização, mas só falam de cadeia, eu falava para eles que precisavam de um tempo para eles, sei que não é fácil, que pessoa precisa extravasar, mas eu aprendi a deixar aqui, o que minha mulher sabe, meu filho sabe o que está acontecendo aqui é pela mídia.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo/a no sistema prisional?

E: Não.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: O que já falei, na realidade nossa, na situação de hoje, o índice de ressocialização é extremamente baixo. Se houvesse restruturação, respeitasse a LEP, individualização da pena, cada preso indo para um presidio adequado e tivesse um trabalho voltado para a individualização, teríamos uma mudança. Presídio não pode ser só para conter, precisa ser restruturado.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: Diria que a Psicologia é voltada para o homem problemático, que mais tem seus problemas enraizados na sociedade, que fere toda sua estrutura de personalidade, estrutura de vida, que atinge toda uma gama de pessoas que envolvem ele, que a Psicologia ela se torna rica, tem um laboratório rico, porque pega toda essa gama, ramificações da Psicologia para trabalhar, pode pegar a Psicologia Familiar, Criminologia, Psicologia Infantil, Psicologia Coletiva e Social, essa é a Psicologia do presídio, ela se torna rica, gratificantes, porque não se restringe a uma Psicologia. Isso se torna prazeroso, porque você ganha pouco, mas aprende muito, por menos que você queira, você aprende.

Anexo XIV: Reggae

P: Idade?

E: 57 anos.

P: Sexo?

E: Feminino.

P: Classe econômica?

E: Classe média.

P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?

E: Regime fechado.

P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?

E: Não.

P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?

E: 22 anos completos. Faço 23 agora em outubro.

P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?

E: Depois que saí, em 1982, fiz uma residência em um hospital psiquiátrico, "Instituição total", naqueles moldes de 32 anos atrás. Depois dessa residência, fui convidada a trabalhar num centro de reabilitação em Jundiaí, o qual a prefeitura mantinha, e trabalhava com crianças. Depois trabalhei em hospital, e por último prestei concurso e vim trabalhar no sistema prisional.

P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?

E: Na época, o trabalho do psicólogo não era fácil. Poderia ter um consultório, e era mais elitizado. Eu trabalhava, na época, na prefeitura como agente de saúde, e surgiu esse concurso, mas não aqui. Fiz o concurso, e fui aprovada em sexto lugar. Em 27 de outubro, mais ou menos, fui chamada para assumir no dia seguinte, pois eles não pegaram direito meu endereço e uma vizinha quem atendeu ao telefone. Dia 28 de outubro é dia do funcionário público, fui e tomei posse dia 29 de outubro. Comecei meu trabalho na P2, lá estive por oito ou nove meses, e tinha uma colega daqui querendo permutar para a P2, e eu tinha interesse, porque tinha deixado minha mãe aqui. Foi fácil, porque quando é permuta, as partes estão de acordo.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Não. É uma sensação de curiosidade, a princípio. Ver tantas portas serem abertas, fechadas, e você entrar nesse local pra trabalhar. Antigamente, os presídios não eram construídos para um tipo de trabalho diferente, e me lembro que lá eu atendia em locais como a capela, a igreja onde tinham cultos, onde organizávamos uma espécie de sala de

atendimento. E era muito bom, muito tranquilo, sempre gostei do meu trabalho de atender, de buscar supervisão, então foram tranquilos esses oito meses lá.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Eu não tinha uma função definida na minha cabeça. Na minha cabeça eu trabalharia aos poucos, e aos poucos também iria me descobrindo, assim como descobriria o que era a queixa, e o principal e mais urgente para eles. Nós, antigamente, fazíamos laudos. O papel do psicólogo era fazer laudos. No atendimento você tinha que perceber não só as condições, mas também conhecer um pouco sobre o crime, e olhar para a pessoa entendendo o que ela te relata. Você tem que ter uma atenção meio flutuante para ir pegando um dado que bate aqui ou ali, e percebe que tem várias coisas para fazer.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Nunca tinha pensado sobre.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: UNESP, em 1982.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Não, tudo o que aprendi foi buscando e trabalhando. Não é uma coisa simples, fiz análise durante 10 anos, e tive uma formação totalmente diferente, ligada ao consultório.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Tinha sociologia na época, dada pelo professor Bernardo, em que discutíamos a "instituição total". Era fácil perceber algumas coisas que aconteciam, o que ocorriam a minha volta. O porquê das pessoas nunca sorrirem e o estereótipo de uma coisa que talvez tivesse ser daquele jeito.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Com certeza. Tive estagiário até o ano de 2012, de psicologia.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Eu sempre fui voltada para a Psicanálise. Fiz dez anos de análise, duas sessões semanais, e todo esse embasamento. Aqui aprendi a lidar diferente, li muito de comportamental, porque existem regras, disciplinas, e esses limites que não foram colocados lá atrás são cobrados aqui. Não é uma linha específica que eu poderia lidar num consultório, por exemplo.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Sim. Até hoje leio as revistas, vejo o que está em discussão e o que não está.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Aqui temos uma enfermaria com consultório de dentista, consultório médico que é utilizado pelo psicólogo, sala de enfermagem para curativos e outra de atendimento. Antigamente esse espaço nem existia, quando era "Casa de detenção" atendíamos no "parlatório".

P: A Casa de detenção era municipal?

E: Não, era estadual, mas era "Casa de detenção", que acolhia 500 sentenciados, e isso foi se transformando até chegar a "penitenciária".

P: Agora não existem mais os parlatórios para atendimentos?

E: Existe, tem oficiais de justiça que vem entregar documentos, e várias pessoas que vem atender, atendem no parlatório. Não só pessoas com objetivos de fazer avaliações psicológicas, mas também, por exemplo, entregas de um documento de auxílio reclusão vão ao parlatório.

P: E na enfermaria, na sala do médico, ficam você e o sentenciado? Eles ficam algemados?

E: Sim. Geralmente eles estão quase saindo, então eles vêm tranquilos, como estamos conversando agora. Se algum tiver que vir algemado, que esteja no castigo, é outra situação, mas a que eu atendo atualmente é de exames criminológicos.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: É essa sala, onde fica psicóloga, assistente social, estagiária do serviço social.

P: De psicóloga é só você mesmo?

E: Eu e a diretora.

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?

E: Poderia ser algo simples, sem nenhum estímulo, uma sala com uma mesa, cadeira, e janelas para arejar.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Tenho por hábito trabalhar muito, e aqui na sala temos liberdade umas com as outras. Mas parece que cada setor é um núcleo, tem sim relacionamento, mas no geral nos relacionamos mais com pessoas da nossa sala.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Já. Sempre costumo pegar o lado bom das coisas, e olhando as celas, as grades, é muito interessante, uma coisa que antes nunca tinha visitado. São beliches de alvenaria, e ao lado o banheiro comunitário, e é ali que eles ficam.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Tive um estagiário que estava comigo sempre, e engraçado que a aceitação pelos sentenciados é a mesma, porque eles gostavam do trabalho do psicólogo. Acho que para os dois sexos, aliás, sempre comento que a partir do profissional que você é não existe essa separação homem-mulher, existe um profissional atuando, e isso é importante deixar claro. Me lembro do Régis (estagiário), em um grupo que fazíamos, e esse grupo caiu exatamente no dia da formatura dele. Partilhamos isso com os sentenciados, e foi àquela euforia, eles gostaram. Por isso digo que um profissional que vai e faz é diferente. Acho que é um olhar diferente. A "Instituição total" tira toda a sua identidade, te deixa sem referência, porque você não tem um nome, e sim uma matrícula. E é importante lembrar que você está falando com uma pessoa, esse olhar tem que existir. Passei 22 anos da minha vida falando "bom dia", "boa tarde", "obrigada".

P: Quais são suas principais atividades na penitenciária?

E: Atualmente, fazemos avaliações para exames criminológicos. A juíza pede, nos manda, e aqui tem o psicólogo, a assistente social e o psiquiatra. Antigamente tinha toda a equipe dentro da unidade (equipe multidisciplinar), mas agora vai para o fórum. As atividades são as entrevistas e elaborações de relatórios. Tinham algumas coisas que o CRP não autorizava, e a juíza, depois de muita conversa, deu os quesitos que ela gostaria que fossem respondidos pelo "técnico", e apenas isso é respondido.

P: A juíza pede exames para todos ou são casos selecionados?

E: São casos selecionados.

P: Quantos exames criminológicos são feitos, em média, por semana?

E: Chega a ser 8, 6, mas temos que agendar no sistema (SISPEN). Agendamos, vamos para a sala, voltamos aqui para finalizar e fazer o relatório.

P: Você faz entrevistas e aplica testes? Demora em média quanto tempo para fazer?

E: Sim. Demora uma hora e meia, uma hora e cinquenta. Às vezes quando colaborador e já aplicado o teste, faço uma entrevista aberta para ver o que ele melhorou do tempo que foi examinado e o que mudou em sua vida.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: O próprio sistema nos deu formação. Antigamente, em São Paulo, todo mês havia coisas para irmos fazer ou assistir.

P: A Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP/SP) disponibiliza algum tipo de curso/palestras que possam auxiliar para sua atuação no sistema prisional? Se sim, quais? Se não, por quê? Seriam/são importantes tais cursos e por quê?

E: Participei muito, mas agora não participo mais. Agora mudou, tem um núcleo técnico que faz uma espécie de supervisão que vão até as unidades para ver a necessidade dos profissionais. Isso mudou devido à distância para fazer "bate-volta".

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Acho que fui à pessoa mais feliz aqui dentro, porque acho que devemos fazer aquilo que gostamos, que temos paixão. É importante essa coisa de vocação. Atualmente e com a idade, tenho certas limitações agravadas nessa vida sedentária.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Só uma vez que lidei com esse tipo de situação, e não foi aqui na penitenciária, e foi resolvido.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: Eu continuei pensando do mesmo jeito que pensava antes, que o indivíduo teria que ser visto, da minha parte e da minha ética, não precisavam entrar em detalhes nessas brigas. Precisamos trabalhar com esse foco e sempre ensinei assim meus estagiários, que cada caso aqui é um caso, e temos que atender com toda ética e toda responsabilidade. Lá fora ninguém precisa saber o que acontece aqui, e o tratamento deve ser igual em todo lugar. Acho que é da formação do psicólogo isso.

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Não, nunca.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Acho que preparado nunca estamos. Cada dia nos deparamos com situações diferentes. Não podemos rotular todos os artigos e sermos rígidos nisso, acho que temos que saber o que aconteceu com um e outro.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Sim. Passamos por rebelião, e depois parece que algo "se quebrou", temos que nos estruturar novamente para seguir, para que não tenhamos aquela raiva contra e consigamos perceber as coisas de forma mais natural. Esse processo também leva tempo.

P: Durante a rebelião, você estava trabalhando?

E: Estava trabalhando.

P: E não ficou presa?

E: Não. Ficamos dentro da sala, mas alguns colegas estavam "lá" dentro. Tem que passar um tempo para que a raiva possa ser diluída e possamos atender normalmente.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Sempre o pessoal se preocupa. E acho que os que percebem melhor esse tipo de dificuldade estão na área de segurança. Eles vêm e pedem, por exemplo, kit de higiene, e se tem algo de muito urgente eles falam com o agente de segurança.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CRP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Não. A ajuda é pela SAP, e não pelo CRP.

P: Existe alguma rede de contato(a)poio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Quando tinham as reuniões em São Paulo, muitos profissionais se "juntavam" e "tocavam".

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: Acho que no fundo eles não entendem bem o nosso trabalho, sabem que é de importância, mas entender não entendem.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Não.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?
E: Não.
P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que aja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?
E: Quando acompanhamos, por exemplo, pessoas que tem saída temporária, já tem algo mudando nela. Tudo deve ser observado.
P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?
E: A questão de "direção" eu nunca quis. Sempre ajudei, tive uma diretora que realmente ajudei muito, mas não tenho um ideal a ser alcançado na profissão, só a aposentadoria mesmo.
P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?
E: Um agente muito importante, que pelo trabalho, pode haver transformação. Me lembro de nunca ter cansado de dar um "bom dia" ou um "muito obrigada", porque é assim que me relaciono.

Anexo XV: Pagode

P: Idade?
E: 45 anos
P: Sexo?
E: Feminino
P: Classe econômica?
E: B1
P: Qual regime é a penitenciária em qual trabalha?
E: Regime Fechado.
P: Desenvolve outras atividades remuneradas ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho atual?
E: Sim
P: Há quantos anos trabalha em uma penitenciária?
E: 21 anos
P: Trabalhou em outro lugar antes de trabalhar em uma penitenciária como psicólogo(a)?
E: Trabalho voluntário em Delegacia da Mulher.
P: O que o(a) levou a prestar concurso para psicólogo(a) de penitenciária?
E: Interesse pela área Forense.

P: Já havia entrado em uma unidade prisional antes de ser contratada? Quais foram às sensações quando entrou pela primeira vez?

E: Sim. Sem alterações relevantes.·.

P: O que acreditava que seria sua função?

E: Já conhecia as funções de um psicólogo atuando nesta área naquela época.

P: Desejava trabalhar no sistema prisional?

E: Sim.

P: Graduou-se em qual universidade? Em que ano?

E: PUCCAMP. 1992.

P: Cursou alguma pós ou curso específico para área de segurança pública/penitenciária?

E: Palestras diversas. Curso de Perícia Forense, curso de Assistente Técnico. PDG.

P: Durante a graduação teve alguma disciplina ou estágio relacionado com o sistema prisional?

E: Sim.

P: Acredita que os cursos de graduação devam ter alguma disciplina ou estágios relacionados com a segurança pública e sistema prisional? Se sim, como deveriam ser estruturadas? Se não, por quê?

E: Com certeza, porém ao invés de Segurança Pública, na área da Justiça Criminal, de Família e Infância e Juventude.

P: Sua atuação é embasada em qual teoria da Psicologia?

E: Embasada em teorias e técnicas de Psicologia Forense e Judiciária.

P: As cartilhas elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) são importantes e utilizadas?

E: Não.

P: Como é o local no qual faz os atendimentos com o(a)s sentenciado(a)s?

E: Quando está disponível, sala de atendimento, atendimento individual, a porta deve permanecer aberta.

P: Como é o espaço em que fica durante o período que não está fazendo atendimentos?

E: Razoável, é compartilhado com os profissionais de Serviço Social, com móveis e aparelhos sucateados (doados), tudo em situação precária.

P: Como acredita que deveriam ser estes locais (atendimento e sala do(a)s profissionais de psicologia)?

E: Adequados e proporcionais ao número de profissionais.

P: Como é o ambiente de trabalho?

E: Por vezes é tenso, alto nível de stress. Muitos ruídos.

P: Já esteve nos pavilhões nos quais estão às celas do(a)s sentenciado(a)s? Se sim, como se sentiu e quais suas impressões? Acredita que sejam adequadas? Se não, por qual motivo?

E: Sim. As celas são pequenas e pouco arejadas, porém limpas na medida do possível. Pelo motivo de superlotação, no momento, não são adequadas.

P: Na unidade na qual trabalha existem as celas chamadas solitárias/castigo? Se sim, já as conheceu? Qual sua impressão?

E: Sim. A minha impressão foi a pior possível, é deprimente.

P: Acredita que exista algum problema/diferença entre a atuação de uma psicóloga em uma penitenciária masculina e a de um psicólogo em uma penitenciária masculina?

E: Não, respeitando o Código de Ética, e bom senso moral.

P: Qual sua principal atuação dentro do sistema prisional? Qual outra atuação exerce?

E: Entrevista psicológica para fins de Exame Criminológico, triagem e elaboração de Aproximação Familiar, entrevista de pré-triagem para Centros de Ressocialização, acompanhamento psicológico breve, atendimento de urgência psicológica. Discussão intersetorial. Orientação a familiares.

P: Como sua atuação poderia ser melhorada?

E: Com equipamentos mais modernos, cursos de reciclagem profissional, sala definida para atendimento, comunicação interna mais eficaz, e gestão mais competente.

P: Foi preparado(a) de alguma forma para ter tais atuações?

E: Sim.

P: A Secretaria da Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAP/SP) disponibiliza algum tipo de curso/palestras que possam auxiliar para sua atuação no sistema prisional? Se sim, quais? Se não, por quê? Seriam/são importantes tais cursos e por quê?

E: Já participei de vários cursos relacionados na atuação do Psicólogo, mas são sazonais, não são frequentes. As palestras mais recentes foram veiculadas por videoconferência e os equipamentos utilizados não atendem satisfatoriamente a uma comunicação aceitável.

P: É feliz trabalhando no sistema penitenciário? Por quê?

E: Apesar da má remuneração, eu acredito na atuação do psicólogo no sistema, porém um “sistema” funcional depende de todas as partes envolvidas, e nem sempre o

resultado é alcançado. Posso dizer que já fui feliz, mas no momento estou insatisfeita e saturada.

P: Trabalha com ou pensa sobre as relações de gêneros dentro do sistema penitenciário?

E: Sim. Inclusive existem várias Resoluções sobre gêneros que devemos orientar, divulgar e fazer cumprir.

P: Conhece a Resolução 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia, que proibiu a realização de exames criminológicos? O que pensa sobre?

E: O Art. 6º e 112º da Lei n° 10.792/2003 o qual esta Resolução cita, na realidade, não proíbe, ela apenas não obriga a realização do Exame Criminológico. Anterior à lei, o Exame Criminológico era realizado com todos os sentenciados que pleiteavam um benefício (progressão de regime e livramento condicional) e que o expediente era encaminhado para a Vara de Execução Penal, demanda que seria impossível atender nos dias de hoje. Penso que do modo como ocorre hoje é possível atender a demanda mais adequadamente, a solicitação é exarada pelas Varas de Execuções, principalmente motivada pelo Ministério Público, na nossa realidade local para situações mais complexas. A orientação que então recebemos foi de entrevistar os sentenciados, participar de reuniões e não emitir parecer que fosse a caráter punitivo aos mesmos, além do mais, caso o sentenciado tenha algum acompanhamento psicológico com um psicólogo do Sistema, o mesmo não poderá participar desse processo.

P: O que é laudo/exame criminológico? Qual sua finalidade?

E: Em resumo, avaliação subjetiva da pessoa presa a fim de subsidiar a decisão judicial para benefícios.

P: Em que o parecer do(a) psicólogo(a) se difere do(a) assistente social?

E: Cada caso é discutido, e em geral é atingido um consenso.

P: Em média faz quantos por dia?

E: duas avaliações.

P: Qual a duração média para realização de laudos/exames criminológicos?

E: Cerca de 1 hora.

P: Como são realizados estes laudos/exames criminológicos? O que é dito pelo profissional de Psicologia? Quem tem acesso a estes?

E: Análise documental do prontuário do avaliado. Análise de sua vida prisional, disciplinar e transferências. Entrevista individual. Reunião e discussão intersetorial. O sentenciado tem o direito de saber a finalidade do atendimento, bem como a demanda.

P: É a favor ou contra a realização destes laudos/exames criminológicos, por quê?

E: A pergunta refere ao este momento ou como eram realizados antigamente?

P: Já sofreu algum tipo de represália por fazer ou não estes exames, por quê?

E: Sim, no passado.

P: Acredita que está preparado(a) para realizar tais laudos/exames criminológicos?

E: Sim.

P: Houve alguma história, vivência marcante quando estava atuando no sistema prisional?

E: Sim, várias.

P: Existe preocupação com os "direitos humanos" do(a)s preso(a)s por parte do Estado e do(a)s funcionário(a)s das penitenciárias?

E: Tanto que até foram instaladas câmeras de observação e filmagem.

P: O(a)s psicólogo(a)s se preocupam com tais direitos humanos? Se sim, por que e o que fazem para que tais direitos sejam cumpridos? Se não, por quê?

E: Sim, hoje os funcionários estão mais esclarecidos, pois caso o contrário podem sofrer sansões, até mesmo, exoneração do cargo.

P: Existem diferenças/variações entre as atuações de psicólogo(a)s de uma penitenciária para outra, por quê?

E: As atribuições são as mesmas, o que pode variar é a forma pela qual os trabalhos são desenvolvidos.

P: Existe apoio e/ou supervisão sobre a prática da Psicologia na penitenciária por parte do Conselho Federal de Psicologia (CFP)? Se sim, como é este e se o mesmo é importante? Se não, já houve alguma manifestação por parte do(a)s psicólogo(a)s para que exista esse auxilio?

E: Raramente existiu.

P: Existe alguma rede de contato(a)poio entre o(a)s psicólogo(a)s que atuam no sistema prisional?

E: Sim, foi criado a Célula de Referência Técnica pela Coordenadoria de Reintegração.

P: Como é a integração do(a)s profissionais da Psicologia com outro(a)s profissionais e setores (assistentes sociais, advogado(a)s, agentes, enfermeiro(a)s, médico(a)s), pela direção da penitenciária e apenado(a)s. O que estes dizem/pensam a respeito das atuações do(a)s psicólogo(a)s.

E: O relacionamento é adequado.

P: Ser psicólogo(a) em uma penitenciária tem alguma grande influência em sua vida pessoal?

E: Não.

P: Tem alguma medida de segurança devido ser psicólogo(a) no sistema prisional?

E: Não.

P: Acredita que exista ressocialização em uma penitenciária? Se não, o que deveria ser feito para que haja ressocialização? Se sim, o que é feito e o que mais deveria ser feito?

E: Sim, é óbvio que não em sua totalidade, muito pelo contrário. Porém, se não acreditarmos que exista mudança não deveríamos ser psicólogos.

P: O que espera/almeja para seu futuro profissional como psicólogo(a) penitenciário(a)?

E: Reconhecimento financeiro.

P: Como definiria o(a) psicólogo(a) em uma penitenciária?

E: O profissional em Psicologia é de extrema importância no Sistema Penitenciário.